

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A CONSTRUÇÃO DA LIDERANÇA POLÍTICA DE FLORES  
DA CUNHA: *GOVERNO, HISTÓRIA E POLÍTICA (1930-  
1937)***

**ANTÔNIO MANOEL ELÍBIO JÚNIOR**

**CAMPINAS, FEVEREIRO DE 2006**

**ANTÔNIO MANOEL ELÍBIO JÚNIOR**

**A CONSTRUÇÃO DA LIDERANÇA POLÍTICA DE FLORES DA  
CUNHA: GOVERNO, HISTÓRIA E POLÍTICA (1930-1937)**

**Tese de Doutorado  
apresentada ao Departamento  
de História do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas  
da Universidade Estadual de  
Campinas sob a orientação da  
Professora Dra. Vavy Pacheco  
Borges.**

Este exemplar corresponde à  
redação final da tese defendida e  
aprovada pela Comissão  
Julgadora em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2006.

**BANCA:**

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Vavy Pacheco Borges (Orientadora) – IFCH – UNICAMP**

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Iara Lis Schiavinatto (Co-orientadora) – IA – UNICAMP**

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Stella M. Bresciani – IFCH - UNICAMP**

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ilka Stern Cohen - ANPUH - SP**

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Cynthia Machado Campos – CFH – UFSC**

**Suplentes**

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Helena Rolim Capelato – FFLECH - USP**

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Silvana Rubino - IFCH – UNICAMP**

**Prof<sup>º</sup>. Dr<sup>º</sup>. Ítalo Arnaldo Tronca – IFCH – UNICAMP**

**CAMPINAS, FEVEREIRO DE 2006**

UNIDADE	861
Nº CHAMADA	
V	EX
TOMBO BC/	68849
PROC.	16.123.06
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	1,00
DATA	09/06/06

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

**Elíbio Júnior, Antônio Manoel**  
**E142c**      **A construção da liderança política de Flores da Cunha: governo, história e política (1930-1937) / Antônio Manoel Elíbio Júnior. - - Campinas, SP : [s. n.], 2006.**

**Orientador: Vavy Pacheco Borges.**  
**Co-orientador: Iara Lis Schiavinatto.**  
**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Cunha, José Antônio Flores, 1880-1959. 2. Monumentos. 3. Imagens fotográficas. 4. Brasil - Constituição, 1934. 4. Brasil - História - Revolução constitucionalista, 1932. I. Borges, Vavy Pacheco. II. Schiavinatto, Iara Lis. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

(cc/ifch)

Palavras – chave em inglês (Keywords): Monuments.  
 Photographic images.  
 Brazil – Constitution, 1934.  
 Brazil – History – Revolution, 1932.

Área de concentração : Política, Memória e Cidade.

Titulação : Doutor em História.

Banca examinadora : Vavy Pacheco Borges, Iara Lis Schiavinatto, Maria Stella Martins Bresciani, Ilka Stern Cohen, Cynthia Machado Campos.

Data da defesa : 23/03/2006.

*À Jucélia, minha mãe;  
e a Leonardo, meu companheiro.*

## AGRADECIMENTOS

À **Profª Vavy Pacheco Borges**, a quem sempre serei grato pela orientação intelectual, tolerância, confiança e acolhida nos momentos difíceis. Devo à Vavy a continuidade e conclusão deste trabalho. Sua inestimável contribuição com críticas argutas e com sua sensibilidade foram imprescindíveis a cada passo dessa pesquisa.

À Profª Iara Lis, pela leitura contínua dos meus textos esparsos. Foi ela que me conduziu aos caminhos do estudo da “imagem”. Sou grato, sobretudo, por sua orientação crítica e consistente.

À Profª Ilka Cohen pelas sugestões precisas durante meu exame de qualificação.

Aos meus amigos que sempre me incentivaram com frutíferas sugestões. Mesmo não sabendo exatamente qual era o objeto de pesquisa, suas palavras diminuíram minha angústia e aumentaram minha gratidão. Aos amigos da “história” Maurício, Rogério, Karla, Jazam, Karen, Manu, Cris e Denise expresse meu carinhoso agradecimento.

A mais recente “apaixonada” pela história, Fernanda Nascimento, pela sua investigação precisa e cuidadosa nos Arquivos do Rio Grande do Sul. Fernanda muito obrigado.

Aos meus amigos da Unisul que conviveram comigo o “doce prazer” de escrever uma Tese. Cláudia Cárdenas pela leitura e sugestões de redação, Fernanda Lago pelo companheirismo e sorrisos, Marina Móros por sua espontânea indicação literária.

Aos funcionários do CPDOC que disponibilizaram com muita dedicação as minhas inúmeras solicitações de documentos, especialmente à Bárbara Russo e Daniele Amado.

E, em especial, aos meus irmãos e irmãs. Juliano, Jorge, Antônio Carlos, Giselle, Soraya, Sibeli e Maria, essa Tese só foi possível devido a dedicação, carinho e confiança que vocês depositaram. Não preciso repetir o quanto amo essa família. Aos cunhados e irmãos Grover e Eraldo pela solidariedade e companheirismo.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a trajetória política de José Antônio Flores da Cunha que governou o Estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1930 e 1937. As questões que orientaram esta investigação giraram em torno da análise da construção da liderança política de Flores da Cunha através da troca epistolar com inúmeros atores políticos e sociais. Nesse sentido, as perguntas às quais procuramos responder podem ser formuladas nos seguintes termos: Quais eram os liames políticos estabelecidos por Flores da Cunha e o Governo Federal? Como situar a gestão política de Flores da Cunha no âmbito dos Partidos Políticos do Rio Grande do Sul? Quais os embates travados pelo político nos momentos da Revolução de 1930, Revolução Constitucionalista de 1932, durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte em 1934 e a partir da decretação do Estado de Sítio em 1935? Para discutir esses aspectos, empregamos como fonte tanto os documentos epistolares depositados no Centro de Pesquisa de História Contemporânea do Brasil – CPDOC – FGV, no Fundo do Gabinete Civil da Presidência no Arquivo Nacional, no acervo da Biblioteca Nacional-, quanto os jornais A Federação, Jornal da Manhã, Correio do Povo, Diário Liberal depositados no acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa. Além disso, também usamos como fontes as edições da revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul publicadas entre os anos de 1921 e 1937. Os resultados aos quais chegamos possibilitam apreender que, embora não exercendo uma efetiva interferência na política nacional, Flores da Cunha mediu constantemente às demandas políticas e econômicas do Rio Grande do Sul e, a partir de 1935, iniciou um franco confronto com Getúlio Vargas. Concluímos, também, que a mediação de Flores da Cunha entre o poder federal e as elites econômicas e políticas do Rio Grande do Sul, não se fundou exclusivamente em uma mera disposição deste em acatar as designações do Governo Federal, mas, sim, constituiu uma prática política de negociações baseada numa diversidade de interesses circunstanciais.

**Palavras-chave:** História Política, Governo, Estado, Rio Grande do Sul.

**ABSTRACT**

**This research aims to analyze the political trajectory of José Antônio Flores da Cunha who has led the Brazilian state of Rio Grande do Sul between the years of 1930 and 1937. The issues that guided this investigation revolved around the analyses of the construction of the political leadership of Flores da Cunha through the exchange of written record with many social and political actors. Due to this fact, the questions that are sought to be answered can be made on these terms: What were the political limits established by Flores da Cunha and the Federal Government? How to locate the political management of Flores da Cunha in the Political Parties scenario in Rio Grande do Sul? What were the conflicts fought by this politician during the 1930's Revolution, the Constitutional Revolution of 1932, during the works around the establishment of the Federal Constitution in 1934 and from the time of the State of Siege in 1935? To discuss these aspects, the source of the research was as follows: the letters found at the Centro de Pesquisa de História Contemporânea do Brasil – CPDOC – FGV, at the Fundo do Gabinete Civil da Presidência no Arquivo Nacional, the collection found at the Brazilian National Library, the newspapers A Federação, Jornal da Manhã, Correio do Povo, Diário Liberal, stored at the Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa in Porto Alegre. Some issues of the magazine of the Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, published between the years of 1921 and 1937, were used as source as well. The results achieved made it possible to learn that, although not making an effective interference in the national politics, Flores da Cunha mediated constantly the economic and political demands of Rio Grande do Sul, and starting in 1935 he initiated an open confrontation with Getúlio Vargas. It was also concluded that the mediation of Flores da Cunha between the federal power and the economic and political elites of Rio Grande do Sul wasn't simply based in his attempts to attack the designations of the Federal Government, but instead, it was a political practice of negotiation settled on a variety of circumstantial interests.**

**Keywords: Political History, Government, State, Rio Grande do Sul.**

## SUMÁRIO

RESUMO.....	VI
ABSTRACT.....	VII
SUMÁRIO.....	VIII
LISTAS.....	X
INTRODUÇÃO.....	11
Capítulo I	
GOVERNO E POLÍTICA.....	47
1.1. Flores da Cunha: Interventor do Rio Grande do Sul.....	47
1.2. Embates políticos e alianças partidárias.....	66
1.3. Movimentos armados.....	83
1.4. A fundação do Partido Republicano Liberal .....	98
Capítulo II	
DA ALIANÇA POLÍTICA AO CONFRONTO ARMADO.....	107
2.1. A FUG e as ameaças subversivas.....	107
2.2. O processo constituinte e o “caso mineiro”.....	124
2.3. A reaproximação com a FUG e a ruptura com Vargas.....	134
2.4. A mediação de Lindolfo Collor.....	162
2.5. As fórmulas de conciliação e a conspiração armada de Flores.....	174
Capítulo III	
FLORES DA CUNHA E AS FORÇAS DA ORDEM.....	197
3.1. Entre os trabalhadores e Vargas.....	197
3.2. Flores e as “classes produtoras”.....	208
3.3. Flores e os dispositivos da ordem.....	233
3.4. O sistema escolar, as forças armadas e a saúde.....	242
Capítulo IV	
INTELECTUAIS E POLÍTICA.....	265
4.1. História e Historiadores.....	265
4.2. Os Intelectuais e a “acção constructiva” da Nação.....	283
4.3. A “raça”, o meio e a língua na formação da Nação.....	295
4.4. Herdeiro de uma “nobre tradição”: O IHGRS e o IHGB.....	319
4.5. A Revolução, a Federação e a República.....	331
Capítulo V	
FLORES DA CUNHA E AS FESTAS DO CENTENÁRIO FARROUPILHA.....	345
5.1. Os organizadores e as festividades.....	345
5.2. Expositores e regulamentos.....	352
5.3. O Parque de Exposições.....	358
5.4. Os significados da Festa.....	352
5.5. A união pela Nação: os estrangeiros e os Monumentos Comemorativos.....	368
5.6. A memória da comemoração: selos, medalhas e o monumento equestre de Bento Gonçalves.....	372
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	409
BIBLIOGRAFIA.....	413
FONTES.....	425



## **LISTAS**

### **ABREVIATURAS E SIGLAS**

PRR – Partido Republicano Rio-grandense  
PL – Partido Libertador  
PRL – Partido Republicano Liberal  
FUG – Frente Única Gaúcha  
FUP – Frente Única Paulista  
ANL – Aliança Nacional Libertadora

## INTRODUÇÃO

### I.

As análises historiográficas sobre o Governo de Flores da Cunha no Rio Grande do Sul, período que compreende os anos de 1930 a 1937, podem ser divididas em dois momentos. Entre o final dos anos de 1970 e início da década de 1980, as teses em torno da “*economia e política*” no Rio Grande do Sul, de uma forma geral, tratavam da articulação entre os produtores gaúchos e o PRR e da questão de “*centralização política versus autonomia federativa*”. Num segundo momento, que perfaz o início da década de 1990 ao começo da década seguinte, a literatura sobre o tema retoma essa discussão e, em alguns trabalhos, amplia o período de análise até o final do Estado Novo em 1945.

Dentre os primeiros trabalhos que abordam essa problemática, podemos destacar o texto do brasilianista Joseph Love “O regionalismo gaúcho”, publicado em 1975. O autor, ao analisar a complexa relação entre o Governo Central e o Governo Estadual, afirmava que Flores “*durante seus últimos três anos de exercício, tornou-se o mais poderoso opositor de Vargas em nível nacional.*”<sup>1</sup>

De fato, esse embate político pode ser traduzido por uma dicotomização das forças políticas no Rio Grande do Sul. Na abordagem de Hélió Trindade, esse conflito estava assentado a partir de dois modelos de organização do sistema político nos anos de 1930: “*a república liberal versus a república autoritária*”.<sup>2</sup> Nesse sentido, o trabalho desse autor analisou o atrito entre “*as facções coronelistas locais e o poder central*”. A reflexão conduzida em seu trabalho procurou perceber a “*trajetória dos liberais gaúchos na sua tentativa de maior articulação como grupo de pressão frente ao poder central no início da luta pela reconstitucionalização*”.<sup>3</sup> Com a fundação do PRL, em 1932, a disputa pela

---

<sup>1</sup> LOVE, Joseph. O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930. São Paulo: Ed. Perspectiva. p. 236.

<sup>2</sup> TRINDADE, Hélió. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937) : da confrontação autoritário-liberal à implosão da aliança político-revolucionária de 30. In.: RS: economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 122.

<sup>3</sup> TRINDADE, Hélió, op. cit. p. 103.

“*autonomia estadual*” vai ser gradualmente ampliada. As principais postulações do partido - “*regime democrático livre e forma republicana federativa*”- tornavam-se a pedra angular do Governo de Flores. Segundo Trindade, a partir de 1935 verifica-se uma “*reaproximação temporária de Flores da Cunha com os frente-unistas*”. Para o mesmo autor, essa estratégia florista decorre do seu “*antagonismo crescente com Vargas*”. Por sua vez, a “*autonomia estadual de Flores era um obstáculo aos objetivos centralistas de Getúlio*”.<sup>4</sup>

Em um outro trabalho, intitulado “Revolução de 30: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937)”, lançado em 1983 e resultante do “Simpósio sobre a Revolução de 30 no RS” realizado em 1980, Trindade analisa a discussão em torno da “*articulação com a oposição*” estadual. Para ele a “*pacificação*” do Rio Grande do Sul, através de um acordo entre Flores e a FUG “*passava a se constituir numa mediação à intervenção federal.*”<sup>5</sup> Ainda nessa tese, Trindade procurou problematizar a oscilação da FUG em estabelecer um definitivo apoio a Flores ou a Vargas. Contudo, no início de 1936, apesar dos esforços de Flores em tentar fortalecer a aliança com os frentistas, Vargas estrategicamente acena cargos governamentais à FUG e promete conter o poder estadual do governador.

Diferentemente dessas análises, o trabalho de Sandra Pesavento “A economia e o poder nos anos 30” se detém a problematizar a “*transição de uma forma de acumulação baseada na agroexportação, para aquela baseada na indústria.*” Com isso, a autora afirma que o governo “*instalado no Rio Grande do Sul pós-revolução de 1930*” ocupou-se em defender os “*elementos da oligarquia regional*”. Partindo dessa preocupação, Pesavento analisa a mediação de Flores entre os produtores e criadores com o Governo Federal quanto à concessão de benefícios fiscais.<sup>6</sup> Para ela, ante a pressão das oligarquias, o Governo Central reagia favoravelmente nas suas reivindicações econômicas, porque a “*intermediação destes setores com o Estado, dentro da nova estrutura que se pretendeu implantar, era através dos órgãos de classe*”.<sup>7</sup>

---

<sup>4</sup> TRINDADE, Hélió. op. cit. 188.

<sup>5</sup> TRINDADE, Hélió. (org.) Revolução de 30: Partido e Imprensa Partidária no RS (1928-1937). Porto Alegre: Erus, 1983, p. 224.

<sup>6</sup> PESAVENTO, Sandra. A economia e o poder nos anos 30. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 84.

<sup>7</sup> PESAVENTO, Sandra. op. cit. p. 88.

Entre os trabalhos publicados no final dos anos de 1970 e início de 1980, podemos destacar ainda o texto de Maria Helena de Magalhães Castro, “*O rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante*”.<sup>8</sup> Castro afirma que o Rio Grande do Sul ocupava um lugar “*singular no contexto nacional pós-30*”, pois, como “*elemento constitutivo da nova ordem*”, tornou-se um aliado imprescindível para o Governo Provisório através de sua estrutura partidária.<sup>9</sup> Segundo ela, na articulação revolucionária de 30 o Estado, além de ter servido de base territorial de onde partiram os revolucionários, forneceu os recursos políticos, financeiros e militares que viabilizaram a conspiração armada.<sup>10</sup> Tal configuração política teria facultado ao Rio Grande do Sul um poder de pressão para intervir nas diretrizes governamentais no âmbito nacional. Sua análise procurou estabelecer de que maneira o peso político do Rio Grande do Sul, na nova correlação de forças nacionais, influenciou o Governo de Vargas. Partindo dessa perspectiva foi possível, segundo a autora, conhecer as expectativas e os encaminhamentos das reivindicações do

---

<sup>8</sup> CASTRO, Maria Helena de Magalhães. O Rio Grande do Sul no Pós-30: de Protagonista a coadjuvante. In.: GOMES, Ângela de Castro (org.) Regionalismo e centralização política: Partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980, pp. 43-44.

<sup>9</sup> Interpretação semelhante encontramos no trabalho de Aspásia Camargo, que afirma que o Rio Grande do Sul encontrava-se em situação bastante singular após a “*revolução de 30: era o estado vencedor e, através de Vargas, o melhor posicionado junto ao governo provisório. Mas esta situação tinha uma contrapartida: para Vargas, exercer o controle sobre seu próprio Estado significava manejar disputas internas entre partidos e líderes e confrontar-se com homens até então seus iguais*”. CAMARGO, Aspásia et all. O golpe silencioso. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989, p. 76.

<sup>10</sup> Em oposição ao apoio irrestrito do estado ao governo provisório instaurado em 1930, parte das lideranças gaúchas empunhou armas em julho de 1932, juntamente com São Paulo. Segundo Castro, a guerra civil e a convocação da Constituinte incidem na trajetória do Rio Grande, como um marco de descontinuidade. Para ela significaram a completa ruptura das lideranças partidárias gaúchas com o governo de Vargas, e com a interventoria estadual, que não aderiu ao movimento paulista e apresentou-se como uma nova alternativa de participação política no plano nacional. Na avaliação de Castro, o interventor Flores da Cunha “*não oferecia o confronto, mas o compromisso com o Governo de Vargas e o reingresso do estado no Governo Provisório*”. CASTRO, Maria Helena de Magalhães, O Rio Grande do Sul no Pós-30: de Protagonista a coadjuvante. In.: GOMES, Ângela de Castro (org.) Regionalismo e centralização política. Partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980. p. 44. Essa explicação simplificada de Castro desconsidera o campo de manobras no embate político entre o poder estadual e federal. Essa leitura vê a atuação de Flores como “*caudatória*” do governo federal, o que, para nosso entendimento, não explica os interesses de Flores em, temporariamente, manter-se aliado a Vargas. Nossa interpretação buscará nos capítulos II e III desta tese colocar em questão os interesses e as “*démarches*” realizadas no jogo político nacional no período que compreende o Governo de Flores da Cunha.

Estado para o governo federal. Castro concentra seu estudo até a Constituinte de 1934, quando ainda o interventor Flores da Cunha não oferecia confronto, mas compromisso em dar continuidade ao Governo Provisório de Vargas.

O objeto específico de Castro é o período que compreende o final da Revolução Constitucionalista em 1932 até a dissidência com Vargas em 1937. Para a autora, o “*comprometimento*” do governo de Flores da Cunha, entre 1932 e 1935, granjeou ao estado diversos cargos federais como no Ministério da Justiça, da Agricultura e do Trabalho, a presidência da Imprensa Nacional, entre outros. Todavia, a política centralizadora do governo de Vargas impedia as forças políticas regionais de exercerem maior influência no Governo Federal. Para as elites políticas riograndenses, sobretudo aquelas reunidas na FUG, caberia aliar forças para bloquear a consecução da política nacionalizadora do Governo Federal. Por outro lado, segundo Castro, Flores da Cunha envidou por “*ampliar e rearticular o situacionismo estadual num contexto de comprometimento com o poder central*”. Nesse sentido, diante da resistência da oposição estadual, Vargas, segundo Castro, “*manipulou a interventoria gaúcha como instrumento para a reconquista da confiança das elites estaduais.*”<sup>11</sup>

O primeiro momento que compreende esse conjunto de produção historiográfica sobre o Rio Grande do Sul, tanto do período concernente à chamada “*República Velha*”, quanto às análises que problematizam o momento pós “*Revolução de 1930*”, foi marcado consistentemente, pela discussão em torno da “*disputa política e as instâncias sociais*”. De certa forma, a literatura que tematizou o Rio Grande do Sul, influenciada pela tese marxista, investigou a “*composição dos interesses econômicos na sociedade e a interação destes com o poder político*”. Repete-se por exemplo, a idéia de que no Rio Grande do Sul havia homogeneidade de interesses e disciplina no interior do PRR. Essa explicação qualificava a política regional à ação independente do “*pacto oligárquico nacional*”. Caudatária dessa perspectiva é a tese de Antonacci ao afirmar que “*o estado foi projetado*

---

<sup>11</sup> CASTRO, Maria Helena de Magalhães. op. cit. p. 123.

*como um administrador do bem comum público, cuja preocupação restringia-se a garantir a liberdade individual e regular o desenvolvimento*".<sup>12</sup>

Acreditamos que esses trabalhos, ainda que tenham contribuído na construção dessa tese, não se detiveram nos atritos internos de poder, tanto aqueles entre as alianças políticas que compunham a FUG como aqueles na base de sustentação do Governo Provisório no Rio Grande do Sul; tão pouco analisaram os mecanismos de manutenção do poder construídos na prática política. Além disso, essas teses não analisaram a prática administrativa do Governo de Flores da Cunha, que deve ser entendida como uma instância de luta política e de efetivo dispositivo de coerção política.

Partindo desses trabalhos, encontramos referências insistentes e decisivas numa série de outros produzidos numa fase seguinte. O segundo momento de intensa produção historiográfica sobre o Governo de Flores da Cunha ocorreu entre o final da década de 1990 e princípios de 2000. Dentre esses trabalhos destacamos a tese de Derocina Alves Campos, que recuperou a problemática "*federalismo versus centralização*". Segundo Campos, que investiga sobretudo os anos de 1935 e 1937, o rompimento da aliança entre Flores e Vargas decorre da "*aprovação da Lei de Segurança Nacional em janeiro de 1935 e a discussão em torno da eleição ao governo do Rio de Janeiro*". Além disso, parece-nos que Campos corrobora com as teses anteriormente citadas, quando afirma que Flores da Cunha tornou-se o "*principal obstáculo á centralização porque justamente se intrometeu em questões da esfera federal*". Análise semelhante também verificamos no trabalho "O Golpe Silencioso" de Aspásia Camargo. A autora considera que a "*aliança de Flores com Getúlio*" começaria a ser abalada quando o primeiro busca projeção e "*influência na órbita federal*".<sup>13</sup> Segundo ela, essa estratégia política ocorre na medida em que Flores "*imiscui-se nas questões internas de vários Estados*" e tenta interferir "*em assuntos militares, desenvolvendo intensa pressão para que o General Góes Monteiro fosse demitido do Ministério da Guerra*".<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> ANTONACCI, Maria Antonieta. et alli. RS: econômica e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 21.

<sup>13</sup> CAMPOS, Derocina Alves. Federalismo versus centralização: a década de 1930 no Rio Grande do Sul. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001, p. 39.

<sup>14</sup> CAMARGO, Aspásia, op. cit. p. 77.

Em um trabalho bastante recente, Luciano Abreu dedicou um capítulo da sua tese de Doutorado retomando à mesma questão: “*Centralização X Autonomia: o Rio Grande pré-estadonovista*”.<sup>15</sup> Segundo Abreu, ainda durante o Governo Provisório, as discussões políticas nacionais foram polarizadas em torno de duas tendências principais: “*uma mais autoritária, representada pelo tenentismo, que advogava a manutenção do governo provisório e de suas prerrogativas; e outra liberal – constitucionalista*”. Essa segunda vertente, conforme afirmou o autor, defendia a convocação de eleições para uma Assembléia Constituinte e a volta do país “*à normalidade democrática, restabelecendo-se a antiga autonomia regional*”.<sup>16</sup> Sobre a fundação do PRL Abreu concorda com as considerações de Colussi quando afirma que este “*partido não foi criado com o objetivo de defender um conjunto de idéias e disputar o poder, mas de legitimar o poder e as idéias de um determinado grupo, estando ligado diretamente à Interventoria e à liderança pessoal de Flores da Cunha*”.<sup>17</sup>

Segundo Luciano Abreu, Flores da Cunha, fortalecido com a vitória sobre os constitucionalistas em 1932, conquista uma “*liderança incontestada*” no Rio Grande do Sul. Para ele, mesmo com as dissidências políticas em nível estadual e o confronto aberto com Vargas a partir de 1935, Flores, “*através do seu pragmatismo político*”, conseguiu superar a “*resistência do PRR*” e manter-se como protagonista na cena do jogo político estadual. Tal avaliação se aproxima da análise de Carlos Rangel, ao afirmar que Flores dispunha de condições para “*arrancar o poder das mãos de Getúlio Vargas*”. Segundo ele, Flores da Cunha, além de contar com a bancada do PRL na Câmara dos Deputados associada à oposição de São Paulo, “*mais os republicanos mineiros e os progressistas cariocas, estava em condições de controlar o legislativo*” e, assim, se opor ao continuísmo de Vargas.<sup>18</sup>

---

<sup>15</sup> ABREU, Luciano Aronne de. RS estadonovista: interventores e interventorias. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

<sup>16</sup> ABREU, Luciano Aronne de. op. cit. p. 79.

<sup>17</sup> ABREU, Luciano Aronne de. op. cit. p. 82.

<sup>18</sup> RANGEL. Carlos Roberto da Rosa. Crime e castigo – conflitos políticos no Rio Grande do Sul (1928-38). Passo Fundo: UPF, 2001, p. 182. Segundo Eliane Colussi o PRL “*já nasce como um partido governista, cooptando muitas elites locais e servindo de apoio para a consolidação da ordem política nacional. O poder local, neste contexto, se burocratiza, sendo incorporado à*

A historiografia política sobre o tema e o período é ampla e mostra os confrontos políticos entre os poderes regional e federal. A premissa básica desses trabalhos relaciona-se à luta política pelo exercício do poder e pela conquista de cargos na máquina burocrática governamental. Ora analisando os privilégios fiscais e tributários concedidos aos pecuaristas e agricultores do Rio Grande do Sul, ora problematizando os arranjos políticos estaduais e federais, essa produção intelectual analisa os embates do jogo político pós-1930. Essas interpretações, mesmo embasadas em diferentes indícios documentais, reiteram a hipótese de que o governo de Flores da Cunha teria se mantido aliado incondicional ao comando de Getúlio Vargas até 1935. Para Castro, por exemplo, o interventor era um “*representante do Governo Provisório no estado*”. Segundo a mesma autora, o “*desempenho desta difícil tarefa valeu ao interventor gaúcho uma rápida projeção no cenário nacional; acesso a processos decisórios governamentais e um maior poder de barganha junto a Getúlio Vargas*”.<sup>19</sup>

Nesse sentido, parece-nos que a historiografia, ao repisar essa tese, desconsidera a margem de negociações que se estabelecia entre as lideranças políticas partidárias. Acreditamos que essas análises, ao bipolarizarem o jogo político entre “*centralização versus autonomia regional*”, não percebem como se constituía a construção de lideranças políticas na prática diária do exercício de poder ou mesmo como Flores da Cunha procurou ampliar seu campo de atuação política através de negociações e embates. A historiografia, ainda que tenha analisado a luta política entre os diferentes grupos regionais e a relação destes com o Governo Federal, se limitou a investigar os conflitos em torno da conquista pelo controle da máquina governamental. Todavia, tal produção não investigou as estratégias do jogo político ou mesmo os expedientes da administração do Governo de Flores da Cunha arregimentados no embate político. Não obstante, entendemos que o exercício de poder político não é resultante de uma ação exclusiva do Estado, mas uma arena de conflitos e negociações que se amplia na medida em que consideramos outros

---

*estrutura partidária do PRL.*”COLUSSI, Eliane. Estado Novo e municipalismo gaúcho. Passo Fundo: UPF, 1996, p. 64.

<sup>19</sup> CASTRO, Maria Helena de Magalhães. op. cit. p. 52.



atores políticos. Portanto, nosso objetivo de trabalho é problematizar e analisar como Flores da Cunha lançou mão de inúmeras táticas políticas visando a aliança ou supressão com/das lideranças partidárias regionais e nacionais. Além disso, procuraremos compreender como foi montado o aparato administrativo-burocrático do Governo do Rio Grande do Sul e como, através dele, Flores da Cunha construiu uma liderança política.

## II.

Buscando, pois, analisar a trajetória política do governo de Flores da Cunha, e, concomitantemente, procurando investigar seu campo de atuação administrativa, nesta pesquisa elegemos como categoria de análise o conceito de representação a partir daquilo que Chartier considera como uma elaboração de significados que conferem sentido à realidade. Quando apreendidas como processo, essas representações comportam dimensões conflituosas e eminentemente subjetivas, pois, conforme ressaltou Chartier, elas devem ser apreendidas em um campo do qual fazem parte concorrências e competições.<sup>20</sup> Uma vez que consideramos esses pressupostos de que se relacionam às representações que podem, por sua vez, caracterizar o campo das lutas políticas, buscamos compreendê-las como elementos constituintes do real e não apenas como o seu quimérico reflexo. Segundo Chartier, as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo se impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio.

Ao definirmos essa dimensão teórica, não estaremos, contudo, elaborando uma interpretação inequívoca e restrita do campo de atuação política de Flores da Cunha. Devemos afirmar, conforme advertiu Rémond que o campo ou domínio do político não tem fronteiras fixas ou predeterminadas. Para René Rémond, não podemos definir o político por

---

<sup>20</sup> Segundo Chartier, citado por Cardoso, as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para “compreender os mecanismos pelos quais um grupo se impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio.” In.: CARDOSO, Ciro Flamarion. Roger Chartier e a História Cultural: a noção de *representação* 1998. (texto mimeo).

uma coleção de objetos ou um espaço. Antes, o político é uma construção abstrata, assim como o econômico ou o social. Uma vez que partimos do pressuposto de que a esfera do político não tem margens e comunica-se com a maioria dos outros domínios, ampliamos o que entendemos por objeto político.<sup>21</sup>

Nesse sentido, concordamos com Sirinelli ao afirmar que o objeto político abrange mais do que a autoridade de um governo ou de um estado. Antes, essa categoria incidi “*na questão da devolução e da repartição da autoridade e do poder no seio de um grupo humano dado e o estudo das tensões, dos antagonismos e dos conflitos daí decorrentes*”.<sup>22</sup> Esse campo de análise de que nos fala Sirinelli, atinente tanto ao tratamento conferido às fontes quanto aquele que diz respeito à seleção dos objetos e ao levantamento das problematizações, se aproxima das considerações de Tétart, concernentes aos campos e objetos de investigação da história política. Segundo ele “*da lingüística à prática militante, da flutuação da história das idéias à opinião e da mídia, do estudo dos comportamentos cotidianos ao da filmografia*” todos os “*objetos falando do político tecem uma problemática vastíssima e susceptível de desembocar numa explicação globalizante da mecânica social e histórica.*”<sup>23</sup>

Deve-se observar que os domínios do político não podem ser considerados isolados, pois, como um campo movente e uma geometria variável, na expressão de Rémond, seus problemas e objetos se colocam diferentes à análise do historiador.<sup>24</sup> Em outros termos,

---

<sup>21</sup> RÉMOND, René. Do Político. In.: RÉMOND, René. (org.) Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p. 445.

<sup>22</sup> SIRINELLI, Jean François. In.: BÉDARIDA, L’histoire et le métier d’historien em France, 1995.

<sup>23</sup> TÉTART, Philippe. Pequena história dos historiadores. Bauru: EDUSC, 2000, p. 128.

<sup>24</sup> Encontramos diversamente em vários autores que tem se debruçado sobre a discussão do “*estudo da história política*”, por vezes, a expressão “*domínios do político*”, “*esfera do político*”, “*instância do político*”, “*campo político*”, “*universo político*”. A expressão “*esfera do político*” para Márcia D’Alessio e Maria de Lourdes Janotti, por exemplo, pode ser compreendida como uma “*referência datável mais concreta*” que “*organiza e situa o discurso no tempo e no espaço*”. D’ALESSIO, Márcia Mansor. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. A Esfera do Político na produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação (1985-1994). In.: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro:FGV, nº 17, 1996. Por sua vez, a expressão “*instância do político*” foi correntemente utilizada por Marson, Janotti e Borges, que, ao nosso ver, procuraram designar o termo a partir de três considerações: 1- o registro do cotidiano da esfera de decisão política (golpes de Estado, mudanças de governo); 2- acontecimentos mais estáveis (sistemas jurídicos, regimes políticos); 3- as questões que subsistem as ideologias das formações políticas. MARSON, Izabel; JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco; BORGES, Vavy Pacheco. A Esfera da história política na produção

como afirmou o autor, o campo do político inclui o que toca a existência individual: os corpos, a vida, o nascimento, e a morte.<sup>25</sup>

Refletindo sobre o campo de estudo da “*história política*”, Vavy Pacheco Borges afirma que se verifica no Brasil uma ampliação dos objetos e temas relacionados ao político, “*seja a partir do enorme papel que o Estado tomou nas sociedades contemporâneas, seja à medida que passamos a nos preocupar com o poder presente em toda e qualquer relação humana*”. Nesse sentido, conforme a autora, torna-se inextricável a ampliação da noção do político, pois este “*passa a incluir o comportamento dos cidadãos diante da política, a evolução de suas atitudes ao tomarem decisões, deliberada e conscientemente, para intervir nas áreas em que se decidem seus destinos.*”<sup>26</sup>

De fato, parece-nos que os deslocamentos obtidos com a “*nova história política*” nas últimas décadas vêm ampliando em muito as possibilidades de investigação que se abrem ao historiador.<sup>27</sup> Não se trata, contudo, em evidenciar uma “*história do poder*”,

---

acadêmica sobre São Paulo – (1985-1994). In.: FERREIRA, Antonio Celso; LUCA, Tânia Regina; IOKOI, Zilda Gricoli (orgs.); Encontros com a História: Percursos históricos e historiográficos de São Paulo. São Paulo: UNESP, 1999, p. 154. Mesmo não excluindo essas digressões de nossa análise, preferimos a expressão “*universo político*”, por acreditarmos que a conotação, pela abrangência que designa, permite-nos apreender a complexidade das ações políticas relacionadas às práticas sociais, econômicas e culturais. Nesse sentido, nos aproximamos daquilo que Vavy Pacheco Borges ponderou ao analisar as proposições de Furet e Rosavallon, para os quais, o papel da história política “*vai buscar a racionalidade de uma época e de um espaço determinados na problemática própria do objeto em questão – seja este um país, uma cidade, uma instituição, vai procurar retomar os ‘comos’ e os ‘porquês’ das tentativas de respostas dos homens a seus problemas, em diversos espaços e tempos; vai retomar sua cultura política própria, os conceitos que centraram seus debates*”. BORGES, Vavy Pacheco. História Política: Totalidade e Imaginário. In.: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV, nº 17, 1996.

<sup>25</sup> RÉMOND, René. Le retour de la Politique. In.: CHAUVEAU, Agnès et TÉTART, Philippe. (org.). Questions à l’histoire des temps présents. Paris: Editions Complexes, 1992.

<sup>26</sup> BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. In.: Revista Brasileira de História, nº23/24, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1992, p. 16.

<sup>27</sup> Essa ampliação da investigação do campo político incorporou novas dimensões e abriu espaço para o surgimento de novos objetos de estudo. Segundo Marieta de Moraes Ferreira, foi nos anos de 1970 o político passou a dispor da idéia de que havia uma certa autonomia em relação as outras instâncias da realidade social. O eixo principal dessa renovação, proposta inicialmente pelos historiadores franceses, decorre do intercâmbio que se estabelece com a ciência política, permitindo que o tema da participação na vida política ocupe um espaço fundamental na história. Essa perspectiva de análise histórica procurava resgatar o político através do “*estudo da tradição, das sobrevivências, das continuidades que atravessam a ideologia dos governantes, o pensamento*

mesmo considerando a importância da análise em relação as formas de governo, a construção do Estado-nação, o funcionamento da democracia ou as disputas eleitorais.<sup>28</sup> Trata-se, conforme ressaltou Le Goff, em retomar uma perspectiva do campo da política para a história onde o poder “*não seja separado de suas bases rituais, privado de suas imagens e de suas representações.*”<sup>29</sup>

Para Yves Déloye o “*retorno do político*” deve considerar e postular uma perspectiva de análise em que as “*figuras do político*” se articulam inexoravelmente com a “*história social*”. Nesse sentido, o objeto deste procedimento analítico reside em “*identificar os ‘nexos históricos’, em torno dos quais novas racionalidades políticas e sociais se organizam, representações do social se modificam em relação às transformações das instituições, das técnicas de gestão e das formas de laço social*”.<sup>30</sup>

### III.

---

*político e a mentalidade comum.*” FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “*velha história*”: O retorno da história política. In.: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992.

<sup>28</sup> Podemos exemplificar o “*retorno do político*” através de dois estudos recentes defendidos nos Programas de Pós-Graduação em História. O trabalho de Américo Freire investigou os embates no Senado Federal e na Câmara Federal relacionados aos projetos sobre a reorganização político-burocrática que deveria ser adotada na Capital Federal entre os anos de 1889 e 1906. O autor preocupou-se em analisar o jogo político que se estabeleceu entre o legislativo federal quando da redefinição urbana para o Distrito Federal. FREIRE, Américo. Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no campo político carioca. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998. Em outro trabalho Marcelo Guimarães analisa o “*campo político carioca dos primeiros anos republicanos*”. O autor esmiúça a documentação do Conselho Municipal para problematizar a atuação do “*povo*” no “*campo político-institucional*”. Para ele, o “*fazer política*”, entre os diversos agentes envolvidos no “*campo político carioca*”, se constituía como um processo de “*diluição das fronteiras entre a República (campo político-institucional) e as repúblicas (outras formas de organizações políticas)*”. MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Ecos da política: a capital federal, 1892-1902. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Nesse sentido, esses trabalhos procuraram perceber as experiências do “*fazer política*” a partir da perspectiva de que essa prática é marcada por embates e negociações. Além disso, podemos acrescentar que o “*fazer política*” também está relacionado a construção da significação desse “*exercício*”.

<sup>29</sup> LE GOFF, Jacques. Prefácio. In.: BLOCH, Marc. Os Reis Taumaturgos. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 14.

<sup>30</sup> DÉLOYE, Yves. Sociologia histórica do político. Bauru: EDUSC, 1999, p. 28

Para a análise da construção da liderança política de Flores de Cunha, o levantamento documental foi realizado nos seguintes arquivos: Arquivo Nacional – Fundo Gabinete Civil da Presidência da República (caixas 25 e 100), perfazendo um total de 1.475 emissões, entre cartas e telegramas. No arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), realizamos a pesquisa e transcrição e/ou reprodução de 1.870 missivas nos seguintes Fundos: Flores da Cunha, Getúlio Vargas, Lindolfo Collor e Oswaldo Aranha. No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, na Pasta “Assuntos da Secretaria do Interior do Estado do Rio Grande do Sul”, pesquisamos e transcrevemos a correspondência referente aos anos de 1933 e 1934. Por não existir, neste acervo, a correspondência recebida pelo governo do estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1930 e 1932 e entre 1935 e 1937, ficamos restritos aos dois arquivos mencionados anteriormente, quando as cartas enviadas eram reproduzidas e arquivadas. Deste total, ficamos impossibilitados em analisar o conteúdo de 127 cartas, pois o estado de conservação, a ilegibilidade do manuscrito ou a escrita cifrada não permitiram a compreensão na leitura.

A correspondência, neste caso, refere-se tanto às oficiais e públicas quanto às privadas e íntimas, já que encontramos nos arquivos 158 cartas trocadas entre Flores da Cunha e parentes. Dentre essas 158 missivas analisamos 97 em que o conteúdo tratava de questões de ordem pública-administrativa.<sup>31</sup> Por sua vez, os suportes perfaziam telegramas, telegramas cifrados transmitidos pelo Telégrafo Oficial da Presidência da República, “*cartas telegráficas*” para “*telegramas longos*”, cartas, convites, avisos de felicitações,

---

<sup>31</sup> Analisar esse tipo de escrita que remete à vida particular e íntima requer do investigador uma cuidadosa observação atinente a especificidade do documento e não era nosso intento nesta tese. A documentação pesquisada foi organizada e classificada a partir da sua origem em arquivos públicos pelo processo de acumulação. Nesse sentido, concordamos com Giselle Martins ao afirmar que esse arquivos podem ser definidos como de proveniência pública, “*cujos documentos remetem-se a instâncias do Estado, ou arquivo de proveniência privada, acumulados por pessoas físicas ou jurídicas, sem relação direta com órgãos estatais.*” VENÂNCIO, Giselle Martins. Na trama do arquivo. In.: GOMES, Ângela de Castro. (org.) Escrita de Si Escrita da História. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 17

cartões postais, ofícios governamentais, relatórios, “*phonogrammas*”, transmitidos pela Cia. Telephonica Rio Grandense.<sup>32</sup>

Entretanto, dependendo do assunto a ser tratado, o suporte da correspondência se alterava.<sup>33</sup> Acreditamos que, devido à agilidade e rapidez nas transmissões telegráficas, o telegrama foi o principal veículo de comunicação do governo de Flores.<sup>34</sup> Além disso, do total da correspondência analisada, os telegramas perfazem 87,5%, enquanto as cartas e outros suportes apenas 12,5 %. Por fim, essa preeminência telegráfica se justifica, pois mesmo não estando na residência oficial do governo, no Palácio do Piratiny, em Porto Alegre, contamos 760 telegramas enviados de outras cidades do Estado ou mesmo do exterior, enquanto que muitas das cidades do Rio Grande do Sul, até 1936, não dispunham de “*agencias postaes*”, inviabilizando a correspondência através de cartas.

Acompanhar o diálogo que se estabeleceu na correspondência “**oficial**” ou “**privada**” do poder público estadual permite-nos perceber detalhadamente a gestão das

---

<sup>32</sup> Em uma circular de 1932, do Departamento dos Correios e Telegraphos, encontramos uma nota explicativa sobre os serviços daquela instituição. Em oito itens o Departamento dos Correios explica seu funcionamento.

“1- As agencias postaes-telegraphicas recebem telegramas para qualquer parte do mundo.  
 2- Consultem o Indicador ou a Tarifa em caso de dúvidas sobre endereços ou taxas.  
 3- Os telegrammas ordinários para os exterior são sempre considerados urgentes.  
 4- Para os telegramas longos são aconselháveis as cartas telegraphicas, que gosam de grande abatimento.  
 5- Usem o vale telegraphico ou aéreo para a remessa de dinheiro. Transmissão rápida, pagamento immediato.  
 6- Procurem conhecer as vantagens dos serviços de cobrança e de registrados contra reembolso.  
 7- Em caso de transferência de residência, communicuem o novo endereço à agencia que lhes servia.  
 8- Aos Bancos, Companhias, casas commerciais e emprezas industriaes facilita-se a expedição, a qualquer hora, dos seus telegrammas, mediante depósitos semanaes, mensaes ou trimestraes. Peçam informações.  
 O departamento dos Correios e Telegraphos recebe a preferência do público como prova de confiança e patriotismo.”

<sup>33</sup> Entendemos a categoria suporte a partir das considerações de Roger Chartier. Segundo o autor, o processo de construção do sentido nos textos são múltiplos, pois “*referem-se não apenas aos efeitos de sentido buscados pela escrita, mas também aos usos impostos pelas materialidades que são os suportes dos textos*”. CHARTIER, Roger. Uma crise da História? A História entre narração e conhecimento. In.: PESAVENTO. Sandra Jatahy. Fronteiras do milênio. Porto Alegre: Ed. UFGRS, 2001, p. 129.

<sup>34</sup> Nas laterais do telegrama encontramos o seguinte aviso do Departamento dos Correios e Telégrafos: “*Reclamai, si houver demora na entrega de vosso telegrammas*”.

relações políticas entre Flores da Cunha e uma multiplicidade de correspondentes. Entendemos a noção ou categoria de análise “*rede de relações pessoais*” a idéia de que cada individuo encontra-se vinculado a outros por relações de parentesco, determinações pessoais ou políticas, ou por amizade. Essa compreensão foi desenvolvida por Norbert Elias e definida como “*cadeia de interdependência*”. Para Elias essa noção significa “*uma das condições fundamentais da existência humana é (justamente) a presença simultânea de diversas pessoas interrelacionadas*” Assim, para nós, a análise da correspondência possibilita-nos analisar a interdependência e agenciamentos políticos dos missivistas ao estabelecerem compromissos e/ ou a reafirmarem comprometimentos.<sup>35</sup>

Uma outra questão que emerge, ao analisarmos essa documentação, incide sobre o fato de que Flores, por vezes, anunciava seus objetivos políticos e suas desavenças com a administração federal. Com efeito, tais liames existiram e, para que possam ser analisados, devem ser perscrutadas as relações entre concepções do político e determinados projetos sociais agenciados por Flores, como aqueles relacionados a educação e saúde. Na análise da dinâmica da prática epistolar, procuramos compreender “*além dos traços, dos objetos, as explicações mais profundas que as motivam*”.<sup>36</sup>

Ao mesmo tempo em que concordamos com estas afirmações, procuramos rejeitar uma interpretação unívoca e adstrita, relacionada à análise da correspondência mantida por Flores. Antes, tentamos interpretar as vicissitudes da prática epistolar e governativa de Flores, à luz de um contexto que a tornasse compreensível, objetivando perceber as relações desta com a construção de sua liderança política e os interesses ali expressos.

E elaboramos uma organização e classificação da correspondência que tornou possível compreendermos dois aspectos de relevo no âmbito da administração estadual de Flores da Cunha. O primeiro deles refere-se à abrangência de atuação política do executivo estadual, que não se limitava à administração governamental, e o segundo diz respeito às representações que Flores procurou construir acerca de si próprio, sobretudo, em relação ao governo federal.

---

<sup>35</sup> ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, p. 27.

<sup>36</sup> VOVELLE, Michel. *História e representação*. In.: D’ALESSIO, Márcia Mansur. *Reflexões sobre o Saber Histórico*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998, p. 84.

O interesse em estudarmos a correspondência como fonte de investigação constitui, para esta pesquisa, uma possibilidade para problematizarmos as ações políticas de Flores, como sua aproximação e afastamento com as oposições estaduais, sua interferência na administração do executivo federal e sua relação política com Vargas. Além disso, a investigação deste tipo de documentação permite-nos analisar, além do registro cotidiano do funcionamento da administração do Estado, os arranjos e “*intrigas*” políticas cerzidas nas mediações econômicas, nos acordos com a bancada estadual na Câmara dos Deputados e, sobretudo, como a correspondência foi utilizada como um expediente governativo e de construção de uma liderança política.

Esta documentação foi fundamental para ampliarmos nossa análise sobre a dimensão política dos diálogos estabelecidos entre os missivistas, atentando para as mediações mobilizadas nas cartas e para os argumentos discursivos utilizados pelos correspondentes. A estas observações acrescentamos, ainda, as considerações de Chartier, segundo o qual a análise dos textos requer atenção nas formas nas quais se oferecem para a leitura, pois assim participa também da construção de sua significação.<sup>37</sup> Em outros termos, acreditamos que a correspondência é um lugar particularmente especial para se avaliar o investimento efetuado na construção da imagem do missivista, tanto por ele mesmo, quanto pelos que a ele se dirigiam por carta. A correspondência se constitui, também, como um espaço revelador de idéias, projetos, opiniões, interesses, sentimentos. Além disso, ela pode ser percebida como uma estratégia de constituição e reconstituição de acordos políticos e de práticas governamentais que se verifica no decurso das trocas epistolares.

No caso da correspondência de Flores da Cunha, nosso interesse se justifica na medida em que esta fonte pode iluminar a dinâmica das alianças políticas e problematizar a imagem que ele procurou construir do seu governo frente ao governo federal e as oposições estaduais. Devemos, no entanto, ressaltar que ao buscar na trama histórica as imbricações entre a correspondência de Flores e a construção de sua liderança, não estamos tentando reconstruir fielmente a trajetória política por ele vivida. Ao contrário, nosso objetivo é

---

<sup>37</sup> CHARTIER, Roger. op. cit. p. 125.



analisar como estas representações, construídas no diálogo entre os correspondentes, constituíram significados e instituíram alinhamentos políticos.

Na correspondência entre os autores que trabalhamos inúmeros telegramas cifrados ou mesmo com o timbre “*confidencial*” ou “*privado*” determinavam o sentido ao qual o remetente desejava imputar ao comunicado. Essa configuração procurava construir um estatuto e uma posição para a missiva. Em outros termos, acreditamos que o missivista, ao atribuir tais divisões e delimitações à correspondência, objetivava organizar uma dada apreensão da leitura.

Ao cotejar a correspondência dirigida a Flores pelas “*classes productoras*” e a “*massa de trabalhadores*”, depositada no Arquivo Nacional, com aquela arquivada no CPDOC, encontramos algumas alterações tanto na grafia como no conteúdo das missivas. Essa constatação parece-nos demonstrar de que forma Flores procurava apresentar-se ao governo federal, interceptando cartas e alterando-as com o objetivo de evidenciar suas “*ações governamentais*” em “*prol da nação*” e da ordem social.

Outros elementos como a assinatura ou o anonimato e os tratamentos dirigidos aos destinatários foram considerados em nossa análise, pois demonstram as estratégias protocolares usadas entre os missivistas. De acordo com Gomes, o “*tratamento – isto é, as primeiras palavras com o que se cumprimenta o destinatário – é uma parte expressiva do documento, indicando tanto o teor das relações entre os missivistas quanto a natureza do tema a ser tratado naquele documento*”.<sup>38</sup>

Acreditamos, dentro das especificidades de nosso objeto, que além destes aspectos, a finalização das cartas, ou seja, as saudações finais, reafirmavam compromissos, recordavam tratados, chamavam a atenção para assuntos acertados, agradeciam a solidariedade e o atendimento a favores, estabeleciam e, em algumas ocasiões, restabeleciam vínculos afetivos.<sup>39</sup> Estas formalidades epistolares são classificadas por

---

<sup>38</sup> GOMES, Ângela de Castro. (org.) Capanema: o Ministro e seu Ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 41.

<sup>39</sup> Consideramos o termo “*vínculo afetivo*” ou “*trocas afetivas*” a partir das afirmações de Cécile Dauphin e Danièle Pouban. Segundo as autoras, a correspondência “*revela as maneiras de viver, a existência cotidiana, os hábitos e as condutas, as práticas de afetividade*.” Sobre esta questão ver: DAUPHIN, Cécile. POUBLAN, Danièle. Maneiras de escrever maneiras de viver: cartas familiares no século XIX. In.: BASTOS, Maria Helena Câmara. CUNHA, Maria Teresa Santos. MIGNOT,

Gomes em duas categorias: o tratamento “pessoal” e o tratamento formal. O primeiro remete a uma relação entre os missivistas mais afetiva e pessoal, geralmente expressa por fórmulas como “*meu caro, meu querido, meu amigo, meu velho amigo, etc.*”<sup>40</sup> O tratamento formal, por sua vez, denota um certo distanciamento e formalidade expressos por fórmulas polidas como: “*ilustríssimo senhor, doutor, excelentíssimo, eminente, prezado ministro da Educação e Saúde, etc.*”

#### Tratamentos dirigidos a Flores (Correspondência Passiva)

Amigo Flores	Ilustre Amigo
Amigo Flores da Cunha	Ilustre Amigo General Flores da Cunha
Amigo Governador Flores da Cunha	Ilustre Governador
Amigo Interventor Federal Flores da Cunha	Meu Caro Amigo Flores da Cunha
Amigo José Antônio	Meu Caro General
Amigo Sr. Flores da Cunha	Meu Caro Irmão
Caríssimo Amigo Flores	Meu Caro Irmão Flores da Cunha
Caro Amigo	Prezado Amigo Flores
Caro Amigo Flores da Cunha	Prezado e Distinto Flores
Cordial Amigo	Prezado General
Cordial e Amigo Flores	Prezado Governador Flores da Cunha
Digníssimo General José Antonio Flores da Cunha	Prezado Senhor Governador
Digníssimo Governador do Estado Flores da Cunha	Senhor General
Exmo. Sr. José Antonio Flores da Cunha	Senhor Governador do Estado
General Flores da Cunha	Senhor Interventor do Estado
Ilmo. Sr. Flores da Cunha	Sr. Flores da Cunha
	Sr. General Flores da Cunha
	Sr. Governador General Flores da Cunha

---

Ana Chrystina Venâncio (orgs). Destinos das Letras: História, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002, p. 83.

<sup>40</sup> GOMES, Ângela de Castro. op. cit., p. 42.

Os dados obtidos, nos quais verificamos a predominância de correspondência com conteúdo político e tratamento formal em detrimento à forma pessoal, corroboram as nossas análises que apontam uma estreita articulação entre Flores e um número significativo de empresários, políticos, militares e intelectuais. Chegamos ao seguinte resultado: das 3.345 cartas ou telegramas 2.648 (ou seja, 79,16%) empregavam o tratamento formal para se dirigirem a Flores, enquanto 697 (equivalente a 20,84%) usavam o tratamento informal. Efetivamente, esta complexa rede de acordos e sociabilidades estabelecida por Flores da Cunha, procurava encontrar caminhos para negociações e responder aos interesses econômicos e políticos do seu governo, o que, acreditamos, justificaria a preeminência do tratamento formal.<sup>41</sup>

Encontramos ainda, na documentação pesquisada, diversos pedidos de assistencialismo e benesses tributárias, encaminhadas pelo Executivo Estadual à Presidência da República ou aos departamentos técnicos do Ministério da Fazenda, do Ministério da Educação e Saúde Pública, do Ministério da Marinha, do Ministério da Viação e Obras Públicas, entre outros. Na maior parte destas solicitações, das “*classes produtoras*”, remetidas à Presidência da República, verificamos que estas haviam sido anteriormente encaminhadas ao executivo estadual. Os demandantes – empresários de diversos ramos industriais, trabalhadores, profissionais liberais, donas de casa, militares e até mesmo interventores de outros estados, - dirigiam-se primeiramente a Flores da Cunha, que, como interlocutor daqueles, teria a capacidade e o dever em atendê-los.

Evidentemente, estas cartas enviadas a Vargas e/ou aos Ministros eram anexadas com as indicações de Flores, que procurava firmar seu papel de mediador entre os grupos e o poder federal. Podemos depreender desta prática epistolar que Flores se valia destas solicitações como uma estratégia de legitimação de sua influência na administração do Governo Federal. Por isso, freqüentemente, a correspondência de pedidos incluía uma

---

<sup>41</sup> Segundo Gomes, podemos considerar “*rede de sociabilidades*” como um espaço de constituição de uma “*rede organizacional (que pode ser mais ou menos formal/institucional) e como um microcosmo de relações afetivas (de aproximação e/ou rejeição)*”. In.: GOMES, Ângela de Castro (org.) Escrita de Si, Escrita da história. GOMES, Ângela de Castro. Em Família: correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004, p. 53.

breve apresentação do demandante, seguida de uma justificação da demanda, que, em alguns casos, retomava acordos políticos ou promessas pessoais.

Essas justificativas apreciavam o beneficiário da solicitação e a “*justeza*” do “*nobre espírito*” do destinatário da correspondência. Assim, as cartas de pedidos também construíam uma imagem do “*poderoso*” a quem se destinavam, pois seriam seus atributos políticos e pessoais que sustentavam sua posição privilegiada para a resolução da demanda. Em outros termos, essa operação estabelecia uma “*noção de confiança*” depositada em seu destinatário, transformando-o, por meio dessa tática, em seu “*credor*”.<sup>42</sup> Esses “*fragmentos do texto*” se reportavam às noções afetivas, seja qual fosse o conteúdo informativo da carta. Dessa forma, o signatário dispunha de pontos de referência sobre sua maneira de expressar as solicitações, os relatos de notícias, os pedidos de favores, os agradecimentos, entre outros.

Encontramos 198 acusações de interceptações na correspondência e 45 acusações de alteração de cartas e telegramas, sobretudo a partir de 1935, quando da aprovação da Lei de Segurança Nacional. Pelo que averiguamos, as reclamações partiam desde o governo federal e estadual até militares e deputados. Contudo, não podemos afirmar que de fato estas acusações procediam, tendo em vista que os “*dissabores*” e “*ressentimentos*” entre os missivistas poderiam ocasionar trocas de acusações e mau-grado em responder as cartas.

#### IV.

Ao enfocarmos a trajetória política de Flores da Cunha, tendo como fonte principal a correspondência, esperamos contribuir na apreensão da história tanto em sua dimensão material quanto em seu aspecto subjetivo. A análise da tessitura histórica produzida entre os missivistas possibilita-nos uma leitura múltipla do campo político daqueles que escrevem e

---

<sup>42</sup> GOMES. Ângela de Castro, O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In.: GOMES. Ângela de Castro, (org.). Capanema: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.32.

sobre aqueles que são referidos nas missivas, propiciando, assim, um quadro epistemológico assentado a partir das apreensões que se faziam da luta e da prática de poder. Em outros termos, a correspondência possibilita-nos analisar, além do conteúdo, a condição de redação da carta, sua trajetória, seu destinatário, seu signatário, enfim, “*os usos do escrito, em todas as suas variações*”. Segundo Chartier, a análise da prática epistolar possibilita ao historiador “*compreender como as comunidades ou os indivíduos constroem representações de seu mundo e investem de significações plurais, contrastadas, suas percepções e suas experiências.*”<sup>43</sup> Acrescentamos a essas considerações, que a correspondência também se constitui como um instrumento da luta política e como um expediente de poder na medida em que, através da intercepção e da censura os atores políticos podem interferir objetivamente no decurso epistolar.

No que diz respeito a utilização da correspondência como objeto de um estudo histórico, dois motivos básicos impulsionaram essa investigação: pareceu-nos relevante uma leitura da correspondência que proporcionasse uma recuperação da construção da liderança política de Flores da Cunha e os embates por ele engendrados e a elaboração de uma análise que permitisse considerar a prática epistolar como uma agência de fazer política. Assim, a tentativa foi de ler na correspondência os instrumentos e os projetos políticos agenciados por Flores e os interesses ali colocados. A idéia central é a de que pela correspondência Flores viabilizou estratégias políticas procurando estabelecer seu comando governamental e sua inserção na esfera federal. Nesse sentido, formulamos como hipótese de investigação, se na correspondência seria possível vislumbrar alguma espécie de teorização sobre a prática política. Concomitantemente a essa hipótese, uma outra emergiu diante dessa reflexão: qual o sentido atribuído por Flores a esse expediente de poder?

Ângela de Castro Gomes, ao estudar a correspondência trocada entre os intelectuais e o Ministro Gustavo Capanema, entre os anos de 1934 e 1945, afirma que tais cartas e/ou telegramas, embora pudessem ser escritas por pessoas que então ocupavam cargos públicos e tocar em assuntos de “*trabalho*”, estavam inseridas num circuito privado, alternativo à

---

<sup>43</sup> CHARTIER, Roger, Avant-propos. In.: CHARTIER, Roger. (Dir.) La Correspondence: les usages de la lettre au XIX e siècle. (S.I.): Fayard, 1991, p. 09.

correspondência oficial, “*dirigindo-se a Capanema tanto como ministro quanto como pessoa.*”<sup>44</sup>

Assim como as cartas destinadas ao Ministro Capanema, que ora recorriam a um tratamento informal, ora a um tratamento formalizado, a correspondência entre Flores da Cunha e Vargas, até fins de 1935, por exemplo, expressava uma conotação extremamente marcada pela informalidade, ainda que as cartas fossem, em sua maioria, timbradas com o selo oficial do Palácio Piratiny ou com o selo oficial da Presidência da República, respectivamente.<sup>45</sup> De qualquer forma, as cartas encaminhadas por Flores da Cunha a Vargas estabeleciam uma imagem do destinatário como “*supremo*”, “*poderoso*”, “*digníssimo*”, “*juíz da paz*”; afinal, segundo o demandante, o destinatário das missivas possuía atributos públicos e pessoais que sustentavam sua posição de “*escolhido*” para o “*sacerdócio político*”.

Evidentemente, essa operação não se estabelecia em caminho único e adstrito. Antes, se efetuava de acordo com a intimidade dos missivistas e com os assuntos tratados. Segundo Anne Vicent-Buffault “*as formas da carta, sua frequência, sua função, o tom empregado estão sujeitos a variações: as fórmulas de civilidade desaparecem em proveito de uma familiaridade mais ou menos marcada*” à medida que os correspondentes se aproximam e reafirmam sua amizade.<sup>46</sup> Com efeito, podemos exemplificar tal asserção com uma carta enviada por Vargas a Flores, em março de 1934. Convidado por Flores a

---

<sup>44</sup> GOMES, Ângela de Castro. O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In.: GOMES, Ângela de Castro, (org.). Capanema: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 23. Concordamos com Gomes ao afirmar que a “*escrita epistolar é, portanto, uma prática eminentemente relacional e, no caso das cartas pessoais, um espaço de sociabilidade privilegiado para o estreitamento (ou rompimento) de vínculos entre indivíduos e grupos*”. GOMES, Ângela de Castro, op. cit. p. 19.

<sup>45</sup> Nos aproximamos com Giselle Martins ao afirmar que a análise dos arquivos privados “*permite a compreensão das relações estabelecidas entre as representações subjetivas do titular do arquivo e a memória que se constrói sobre ele. A exploração de arquivos pessoais pode, dessa forma, contribuir para o trabalho do historiador, revelando dimensões do ‘vivido’ ocultas em outros tipos de análises históricas.*” MARTINS, Giselle Venâncio. Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

<sup>46</sup> VICENT-BUFFAULT, Anne. Da Amizade: Uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996, p. 12.

participar da Exposição Estadual em São Leopoldo, cidade “*tão fecunda na obra de desenvolvimento do Estado*”, Vargas retribuiu o convite afirmando<sup>47</sup>:

*“Se as circunstâncias permitirem, terei a maior satisfação em fazer essa visita, não só pelo constante desejo de rever o meu Estado Natal, mas também para testemunhar uma das muitas realizações do seu operoso Governo.”*<sup>48</sup>

Esta operação discursiva, segundo Ângela de Castro Gomes, estabelece a “*noção de confiança*” depositada em seu destinatário, transformando-o, por meio desta retórica, em “*protetor*” e aliado do peticionário.<sup>49</sup> Além disso, na escrita epistolar podemos inferir sobre as relações afetivas entre os correspondentes, pois estas revestem-se de uma prodigiosa exposição de qualidades, rancores, ressentimentos e representações construídas pelos

---

<sup>47</sup> “*Tenho a honra de convidar V. Ex. para assistir a exposição que se realizará em 13 de Abril vindouro, em São Leopoldo, berço da colonização alemã, em homenagem ao trabalho desta no Rio Grande do Sul. Certamente que terá por ocasião a inauguração da faixa de cimento ligando esta Capital aquela Cidade, constituirá uma demonstração eloqüente da atividade fecunda daquela colonização que vem desempenhando um papel dos mais salientes em nossa vida econômica e social. Atenciosas Saudações.*” Carta de Flores da Cunha ao Presidente Getúlio Vargas, 09-03-1934. Segundo Marionilde Brepohl em 1935 o Rio Grande do Sul contava com cerca de 600 mil imigrantes e descendentes alemães. A comemoração realizada em São Leopoldo, em 1934, compunha aquilo que Brepohl considera como “*a celebração da vitória*”, pois tais festividades alusivas aos imigrantes e seus descendentes eram inspiradas pela vitória do nacional-socialismo na Alemanha. A presença de Flores e Vargas, na ocasião das comemorações, renovavam as esperanças “*destes segmentos com relação às suas atividades econômicas.*” MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. Pangermanismo e Nazismo: A trajetória alemã rumo ao Brasil. Campinas, SP: Ed. Unicamp, FAPESP, 1998, p. 144. Além disso, constatamos que, durante a administração do governo de Flores da Cunha uma série de medidas administrativas beneficiaram as colônias alemãs como a ampliação de canais da rede ferroviária, isenção de tributos estaduais, medidas de assistência técnica aos agricultores, concessão de lotes rurais e urbanos. Entretanto, com o “*Novo Regulamento de Terras*” decretado em março de 1931, o governo passou a incentivar o povoamento de terras devolutas por “*colonos nacionais, facilitando-lhes simultaneamente, a construção de estradas e a aquisição da terra.*” O artigo 39º por exemplo, determinava: “*Aos nacionais que não sejam intrusos recentes e que notoriamente não disponham de recursos para os pagamentos a vista ou a prazo previstos no art. 36º, poderão ser feitas concessões de protecção, mediante despacho presidencial, com redução de vinte por cento (20%) nos preços que vigorarem na ocasião, facilitando-lhes ainda o pagamento por meio de serviços prestados em trabalhos que o Estado esteja realizando.*” Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 05-03-1931.

<sup>48</sup> Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 10-03-1934.

<sup>49</sup> GOMES. Ângela de Castro, O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In.: GOMES. Ângela de Castro, (org.). Capanema: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 29.

missivistas.<sup>50</sup> Nesse sentido, concordamos com as análises de Le Goff, segundo o qual, ao analisarmos e escolhermos tal documento “*extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros*”, atribuímos um valor de testemunho à correspondência.<sup>51</sup>

A preeminência da correspondência como fonte dessa pesquisa se justifica na medida em que o emprego de tal documentação, como ressalta Gomes, “*é permitir que o pesquisador se aproxime de aspectos subjetivos, integrantes e mesmo definidores de redes de sociabilidades, mas de difícil acesso quando se utiliza outro tipo de fonte*”. Segundo Gomes, entre os aspectos que emergem ao se analisar tal material, “*está toda uma dimensão expressiva, um clima intensamente emocional que se pode detectar da troca de cartas. Ele envolve aproximações e afastamentos entre os missivistas, momentos mais estratégicos na construção dos relacionamentos*”.<sup>52</sup>

Um outro importante trabalho sobre as redes de compromissos políticos tratados na correspondência é o estudo de Luciana Heymann. A autora examinou as cartas de “*pedidos*” dirigidos a Felinto Muller, especialmente quando ele ocupava o cargo de chefe da Polícia do Distrito Federal, durante o primeiro governo Vargas. Heymann procurou mapear uma rede de troca de favores políticos e pessoais, principalmente em função da posição de força em que se situava o destinatário das cartas. Analisar a dimensão afetiva dos diálogos entre os missivistas, além de problematizar as mediações mobilizadoras nas cartas e os argumentos discursivos utilizados pelos correspondentes, foram os principais objetivos do estudo de Heymann.<sup>53</sup>

---

<sup>50</sup> Concordamos com Anne Vicent-Buffault ao afirmar que a afetividade “*estabelece redes de influência, inventa lugares de convivência e laços de resistência enquanto multiplicam para a maioria as oportunidades de encontros e de interações*.” Constantemente, averiguamos, na correspondência de Flores, mesmo aquela timbrada como “oficial”, a postulação de uma amizade, a recorrência de favores prestados, a recordação de um momento ulterior de aproximação e afetividade. Nesse sentido, conforme apontou Anne Vicent-Buffault, os valores “*da amizade parecem tanto mais invocados quanto mais outras obrigações, outras injeções, tendem a limitar de fato a possibilidade do seu exercício. (...) a amizade fornece referenciais sociais na medida em que permite afirmar uma identidade, uma singularidade*.” VICENT-BUFFAULT, Anne. op. cit., p. 09.

<sup>51</sup> LE GOFF, Jacques. História e memória. 5ª ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003, p. 547.

<sup>52</sup> GOMES. Ângela de Castro, op. cit., p. 32.

<sup>53</sup> HEYMAN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Felinto Muller. In.: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV, 10(19):41-66, 1997.



A mesma sistemática de análise foi realizada no trabalho de Marlene de Fáveri, ao estudar as cartas de imigrantes estrangeiros em Santa Catarina dirigidas ao Governo Federal, durante a II Guerra Mundial. Segundo Fáveri “*homens e mulheres escreviam na qualidade de pais e mães/esposas, cujos filhos deviam ser amparados*” pelas autoridades governamentais. Tal correspondência analisada pela autora, “*mostra que as palavras deviam ser comedidas e cuidadosamente elaboradas para ‘tocar’ no coração do presidente, provocar a benevolência e conseguir clemência para situações em que pulsavam dor, medo, insegurança e onde os filhos da pátria não deviam ser esquecidos*”.<sup>54</sup>

Estudo semelhante ao de Marlene de Fáveri foi realizado por Wolfe, que investigou as cartas dos trabalhadores paulistas enviadas a Vargas, entre os anos de 1937 e 1945. Segundo Wolfe, podemos detectar, nessa correspondência, as importantes diferenças entre como Vargas apresentava os trabalhadores em seu discurso oficial e como esses se apresentavam para ele. Essa “intercomunicação”, de acordo com Wolfe, “*revela os meios empregados pelos trabalhadores no sentido de se tornarem componentes da retórica do regime- tão bem como dos problemas políticos de Vargas em seu próprio benefício.*” Denúncias de abusos cometidos pelos empregadores e capatazes, de baixos salários e altos lucros dos patrões, de extorsões, de assistência financeira e humilhações, eram os tópicos mais evidenciados pelos trabalhadores que recorriam à “*benevolência do Pai dos pobres*” e respondiam, por sua vez, à política nacionalista do governo.<sup>55</sup>

O trabalho de Jorge Luis Ferreira se aproxima das considerações apontadas por Wolfe e de Fáveri, ao estudar o conteúdo das cartas enviadas a Vargas por pessoas comuns. Vários tipos de reivindicações eram dirigidos ao Presidente, demonstrando as diversas leituras que os receptores faziam das mensagens do Estado Novo. Entretanto, como adverte Ferreira, uma análise mais elaborada sobre a recepção das imagens e dos discursos do governo, demonstra que a população não recebia passivamente tais mensagens. Quando

---

<sup>54</sup> FÁVERI, Marlene de. Memórias de uma (outra) guerra: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da UFSC. Florianópolis, 2002, p. 230.

<sup>55</sup> WOLFE, Joel. “Pai dos pobres” ou “Mãe dos ricos”? : Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. In.: Revista Brasileira de História: Brasil 1954-1964. São Paulo: ANPUH-Marco Zero, 1994, p. 45.

trabalhadores e “*sem trabalho*” explicavam sua realidade social nas cartas enviadas a Vargas, tinham uma forma muito particular de se apropriar do discurso autoritário, dando-lhes novos significados e interpretações. Para Ferreira, não se tratava de uma reprodução mecânica ou submissão ao regime. Antes, “*o fato de as pessoas escreverem ao presidente da República já demonstra que não estavam passivas ou resignadas*”. Contudo, adverte o autor, a:

*“riqueza quantitativa e qualitativa da correspondência permite ao pesquisador investigar as condições de vida dos trabalhadores naquela época e sistematizar as manifestações das classes e dos grupos sociais, desde os estratos hegemônicos até os setores mais excluídos, cobrindo uma temporalidade considerável em todo o território nacional.”*<sup>56</sup>

Por sua vez, o trabalho de Sandra Fagundes de Lima, ao analisar a trajetória do intelectual mineiro Jerônimo Arantes, em Uberlândia, nos anos de 1919 a 1961, também evidenciou as possibilidades de análise em relação à correspondência. Para Sandra de Lima, na correspondência podemos perceber tanto nas relações políticas como familiares os “*laços de afetividade e também de intimidade*” entre os missivistas. Em síntese, como afirma esta autora, o acervo documental de correspondência constituiu uma fonte de pesquisa por meio da qual “*é possível dialogar com uma dada forma de se escrever sobre o passado*” e de compreender o “*universo de seu autor*”.<sup>57</sup>

Finalmente, próximo as nossas preocupações, Cécile Dauphin e Daniele Pouban consideram que a análise da correspondência deve levar em conta, além do conteúdo das cartas, “*as condições de sua redação e de sua leitura, as circunstâncias das trocas, sua conformidade (ou não) às convenções.*” Além disso, concordamos com Dauphin e Pouban, ao afirmarem que não podemos considerar as cartas como “*espelhos fiéis da realidade*”, pois elas “*comportam mecanismos de ilusão cujas regras e efeitos são*

---

<sup>56</sup> O objetivo do trabalho de Ferreira foi “*resgatar aspectos da cultura política popular de trabalhadores, sindicalistas, desempregados e indivíduos que se apresentavam como pobres e pessoas comuns.*” FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular 1930-1945.* Rio de Janeiro: FGV, 1997, pp. 17-23.

<sup>57</sup> LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. *Memória de Si, História dos Outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961.* Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Unicamp. Campinas, 2004, p. 187.

*constitutivos de sua significação*”.<sup>58</sup> Em outros termos, podemos afirmar que a correspondência pode ser entendida, assim como destacou Henri Lefebvre, em dois sentidos: como *documento*, fragmento, vestígio de uma realidade que já não é, mas que possibilita uma reflexão sobre o passado; e como *prática* em que ela é atravessada pelas representações da realidade, porque o vivido e o concebido encontram-se nela representados em múltiplas dimensões.<sup>59</sup> Semelhante interpretação encontramos em Pierre Rosanvallon em relação ao uso da correspondência como fonte de investigação. Para ele através da correspondência podemos “*reconstruir a forma como os atores elaboram sua compreensão das situações*”. Além disso, esse tipo de documentação permite-nos “*detectar as recusas e atrações a partir das quais os atores pensam sua ação, em desenhar a árvore dos impasses e das possibilidades que estruturam implicitamente seu horizonte*”.<sup>60</sup>

## V.

O trabalho está dividido em 5 capítulos em que procuramos detalhar a trajetória política de Flores da Cunha. No primeiro capítulo, procuraremos discutir as primeiras medidas administrativas de Flores da Cunha durante o período imediato a “Revolução de 1930”. Tanto a reorganização dos cargos na máquina burocrática estadual, quanto sua relação com o PRR e o PL serão abordados nesse capítulo. Além disso, destacaremos a mobilização política da FUG e da Frente Única Paulista (FUP) em torno da reconstitucionalização do país. Por último, problematizaremos o movimento armado de

---

<sup>58</sup> DAUPHIN, Cécile. POUBLAN, Danièle. Maneiras de escrever maneiras de viver: cartas familiares no século XIX. In.: BASTOS, Maria Helena Câmara. CUNHA, Maria Teresa Santos. MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (orgs). Destinos das Letras: História, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002, p. 76.

<sup>59</sup> LEFEVRE, Henri. La presencia y la ausencia - contribución a la teoría de las representaciones. Fondo de Cultura Economica, México, 1981, p. 43.

<sup>60</sup> ROSANVALLON, Pierre. op. cit., p. 18.

1932, a perseguição de Flores as lideranças da FUG e a fundação do Partido Republicano Liberal (PRL).

No segundo capítulo analisaremos os confrontos políticos durante o processo constituinte entre os anos de 1933 e 1934. Realizaremos uma análise sobre as “*démarches*” em torno da sucessão dos governos de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, nas quais Flores esteve diretamente envolvido. Por último, abordaremos o gradual rompimento político entre Flores e Vargas, bem como a mediação de Lindolfo Collor durante o dissídio da FUG.

No terceiro capítulo debateremos as estratégias de mediação de Flores da Cunha junto ao Governo Federal e às “*classes produtoras*” e “*trabalhadoras*” do Rio Grande do Sul. Analisaremos, inicialmente, como Flores procurou mediar ações políticas entre os trabalhadores e Vargas, combatendo greves ou atendendo reivindicações trabalhistas. Em outros termos, nossa preocupação será de analisar os mecanismos utilizados por Flores encampando solicitações ou dissolvendo, em “*nome da justiça e da ordem social*”, greves e paralisações. Nesse sentido, deter-nos-emos em analisar os dispositivos governamentais, “*organismos e departamentos*” criados por Flores que visavam “*instituir a ordem*” e empreender o “*reajustamento*” e a fiscalização das forças produtivas do estado.

No quarto capítulo, refletiremos sobre as relações entre Flores com os intelectuais do IHGRS, ou seja, os liames existentes entre a máquina do governo estadual com aquela instituição. Empreenderemos uma análise nos artigos da revista do IHGRS, que consideramos como a produção de um passado “*nacionalista, federativo e republicano*” para o estado do Rio Grande do Sul. Nosso foco de análise nesse capítulo incidirá sobre as “*interpretações*” do passado nacional e riograndense, produzidas pelos sócios do IHGRS; buscaremos compreender como esse periódico fundamentou e subsidiou o discurso de Flores da Cunha. Em outras palavras, a incorporação dos intelectuais do IHGRS à administração estadual poderá demonstrar como Flores procurou ancorar, justificar e obter apoio a seu discurso federalista, implementando reformas administrativas e governamentais. Além disso, a análise da correspondência de Flores com os intelectuais do IHGRS e destes com Vargas permitirá compreender o agenciamento desta instituição na disputa pelo poder estadual.

Esse capítulo estará subdividido em quatro itens. No primeiro item analisaremos a fundação e os princípios norteadores da produção histórica daquela agremiação. No segundo item debateremos os pressupostos teóricos em que se filiavam os intelectuais sócios do IHGRS. No terceiro momento trataremos o debate produzido no IHGRS em torno da noção de “*nacionalidade e brasilidade*”. Essa discussão tornava-se fundamental na medida em que passava a fundamentar a “*participação do Rio Grande do Sul*” na história nacional. Finalmente, no último item deste capítulo, procuraremos problematizar o agenciamento de Flores do “*saber dos historiadores*” do IHGRS para fomentar a imagem da “*nova política do Brasil*”.

Finalmente, no último capítulo, trataremos da organização e promoção das Festividades do Centenário Farroupilha em 1935, empreendidas pelo Governo Estadual de Flores da Cunha. Buscaremos apreender não somente como esta festa foi idealizada, mas também como Flores procurou projetar e evidenciar nacionalmente “*as conquistas materiais, morais e industriais*” do seu governo. Nesse sentido, problematizaremos a “*participação*” de outros estados “*representados nos pavilhões de exposições*”, as querelas políticas diante da relutância do Governo de São Paulo em participar do evento, a reaproximação de Flores com Vargas, no momento da sua visita à inauguração das comemorações e a projeção e circulação do evento na produção de obeliscos e estátuas. Um aspecto essencial a ser assinalado quanto ao evento é que foi de suma importância para o governo de Flores visibilizar a “*relevância primordial*” do Rio Grande do Sul na constituição do Brasil.

Este capítulo estará subdividido em quatro itens: no primeiro trataremos as questões relacionadas a organização e divulgação do evento. Nesse sentido utilizaremos como fonte a correspondência do Comissário Geral da Exposição Mário de Oliveira trocada com o Governo de Flores bem como com outros governos estaduais. No segundo item abordaremos as chamadas para participação das festividades do centenário, publicadas nos jornais A Federação, Correio do Povo e Jornal da Manhã. Discutiremos ainda a construção e organização dos pavilhões e as tratativas para a participação do Estado de São Paulo. No terceiro item discutiremos a construção do monumento equestre de Bento Gonçalves e a produção e circulação das imagens fotográficas reunidas no “*Álbum do Centenário*”. No

quarto e último subcapítulo da tese, problematizaremos a relação de Flores com Vargas no momento da visita do Presidente nas festividades do Centenário.

## VI.

Achamos fundamental deixar um pequeno perfil da trajetória política de Flores da Cunha.

José Antônio Flores da Cunha nasceu em março de 1880 no município de Santana do Livramento, no extremo sul do Rio Grande do Sul. Estudou inicialmente Engenharia na Faculdade de Porto Alegre e, depois de um ano, ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo.<sup>61</sup> Também não terminou esse curso, mudando-se para o Rio de Janeiro então Distrito Federal onde veio a bacharelar-se em 1902, em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito.<sup>62</sup> Ao regressar para sua cidade, abriu um escritório de advocacia e atuou por vários anos nas comarcas de Bajé, Itaqui, Alegrete e Uruguaiana. Em 1909, com apenas 29 anos, foi eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).<sup>63</sup> Flores da Cunha pretendia candidatar-se à Câmara Federal para a legislatura de 1912 e 1914, porém teve seu nome vetado por motivo de uma desavença familiar com o senador José Gomes Pinheiro Machado, maior figura gaúcha no âmbito federal.

Entretanto, ainda que sem sua total aceitação, Flores foi indicado para concorrer pelo Estado do Ceará e foi eleito Deputado Federal.<sup>64</sup> Em 1917, ao retornar para o Rio Grande do Sul, foi indicado para ser intendente municipal de Uruguaiana. Além desse cargo, Flores assumiu ainda a chefia da polícia e a procuradoria do município. Apesar da aversão de Borges de Medeiros, Presidente do Estado e líder do PRR, Flores elegeu-se para a intendência daquele município para o período de 1920 e 1924. Com as eleições para o governo estadual em 1922, Borges de Medeiros procurou articular sua candidatura com o

---

<sup>61</sup> ABREU, Alzira Alves de. et all. Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. p. 1737.

<sup>62</sup> Título do Cartório Eleitoral, Uruguaiana, 17-08-1953.

<sup>63</sup> Manifesto de Francisco Flores da Cunha “*O Caudilho persiste na infâmia*”, 28-12-1910.

<sup>64</sup> Cartão de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 12-02-1918.

apoio irrestrito de Flores da Cunha.<sup>65</sup> A truculência de Borges de Medeiros para se manter no poder estadual, somada à insatisfação dos opositoristas constituídos por federalistas do Partido Libertador (PL) e lideranças do Partido Republicano Democrático (PRD), resultou num levante armado contra o líder do PRR.<sup>66</sup>

Flores da Cunha foi nomeado coronel e comandante da 2ª Brigada Provisória e tornou-se um dos principais chefes militares das forças borgistas, assim como Oswaldo Aranha, que foi indicado para liderar o 2º Regimento de Cavalaria. Os constantes confrontos entre as tropas legalistas e os revoltosos ocasionaram sucessivas baixas, inclusive de Guilherme Flores da Cunha, irmão de Flores. Com a mediação pela pacificação do general Fernando Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra de Artur Bernardes, foi assinado, em dezembro de 1923, o Pacto de Pedras Altas, acordo que garantiria a permanência de Borges de Medeiros no governo, mas vedava sua reeleição.<sup>67</sup>

---

<sup>65</sup> AXT, Gunter. Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade São Paulo, São Paulo, 2001, p.

<sup>66</sup> Segundo Carlos Dias, em fins de 1922, aproximando-se das eleições estaduais, “*numa situação inusitada – um jantar reservado a políticos situacionistas gaúchos - Borges de Medeiros, após ser advertido sobre o perigo de eclodir uma revolução caso saísse vitorioso, responde descontraído e surpreendendo a todos: ‘A minha mulher é estéril, não me deu filhos, porque vou me preocupar com uma revolução a mais ou uma revolução a menos’*”. Conforme afirmou o mesmo autor, “*em 25 de setembro de 1922, a Comissão Provisória do partido proclama oficialmente a pretensão de manter Borges como Presidente do Estado para o período de 1923-1927*”. Para Dias, “*as eleições de 25 de novembro de 1922 são pontilhadas de incidentes causados pela oposição no Estado à quinta reeleição de Borges. A 16 de janeiro de 1923, é anunciado pela Comissão de Constituição e Poderes a vitória de Borges de Medeiros sobre o candidato Assis Brasil. Como o candidato da oposição teve uma votação significativa e quase alcança a quarta parte dos sufrágios, logo surgem boatos sobre a possibilidade de ter havido fraudes no pleito eleitoral, o que cria uma atmosfera de inquietude e insatisfação no meio político*”. DIAS, Carlos Gilberto Pereira. “Antonio Chimango no limiar da velhice”(Apontamentos sobre a trajetória política de Borges de Medeiros: 1928-1934). Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001, p. 68.

<sup>67</sup> O Pacto de Pedras Altas ocorreu devido à delicada situação de ameaça à liderança do PRR pelos opositoristas. O Congresso, segundo Carlos Dias, reuniu diversas lideranças municipais, fato que não ocorria desde os tempos da propaganda republicana na década de 1880. Para Dias a “*Revolução de 1923 assinala a última grande crise política no Rio Grande do Sul na Primeira República. A luta fratricida de 1923, que se arrasta por mais de dez meses, só foi contornada na reunião de 10 de novembro, em Porto Alegre, quando o Governo estadual fixa suas condições para a pacificação geral*.” Através do Pacto de Pedras Altas foi assegurado a permanência de Borges de Medeiros até 1927, mas, o líder republicano deveria tomar medidas urgentes para a dissolução das Brigadas

Contudo, a conciliação acordada com o Pacto de Pedras Altas não garantia a total subordinação das guarnições federais e das lideranças oposicionistas. Em 1924, sob a liderança de Luís Carlos Prestes, regimentos militares da região das Missões no Rio Grande do Sul organizaram uma revolta para depor Borges de Medeiros.<sup>68</sup> Flores da Cunha novamente foi chamado para conter o avanço rebelde que se estendia para o sudeste do país. A última batalha dessa série de contenciosos ocorreu em 1925, quando Flores esmagou o comando revolucionário de Honório Lemos. Após prender os rebeldes, Flores foi nomeado pelo Presidente da República, Artur Bernardes, como General de Brigada.<sup>69</sup>

Com prestígio político e reconhecida liderança entre os dirigentes do PRR, Flores da Cunha foi mais uma vez eleito para Câmara Federal em 1927. Nesse mesmo ano, o então Ministro da Fazenda do governo de Washington Luís, Getúlio Vargas, foi eleito Presidente do Estado. A candidatura, articulada sobretudo por Oswaldo Aranha e por Flores da Cunha, aproximava o PRR e o Partido Libertador (PL).<sup>70</sup>

Entre o final de 1929 e início de 1930, Flores da Cunha e João Neves da Fontoura articulam a formação da Aliança Liberal, cujo programa definia a concessão de anistia

---

Provisórias, responsáveis pela prestação dos serviços indispensáveis na manutenção da ordem pública. DIAS, Carlos Gilberto Pereira. op. cit. p. 73.

<sup>68</sup> Segundo Love, o quadro político no Rio Grande do Sul altera-se sensivelmente com o Pacto de Pedras Altas. Por um lado, segundo ele, a criação da Aliança Libertadora, em 1924, viabiliza que a oposição conquiste espaço; de outro lado, a decadência do modelo borgista é acompanhada pela ascensão de uma nova geração de políticos republicanos, sendo Getúlio Vargas a figura mais proeminente destacada. LOVE, Joseph. “O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha”. In: História Geral da Civilização Brasileira. Vol. III - O Brasil Republicano (Estrutura de poder e economia 1889-1930). FAUSTO, Boris (org.). 4.<sup>a</sup> ed. São Paulo, DIFEL, 1985, p. 102.

<sup>69</sup> ABREU, Alzira Alves de. et all. op. cit. p. 1737.

<sup>70</sup> Conforme analisou Carlos Dias, a oposição libertadora reúne-se em março de 1928, no Congresso de Bagé. Segundo o mesmo autor, a articulação das oposições, iniciada de forma mais sistematizada em 1924 com a reunião em torno da Aliança Libertadora, ganha concretude com a formação do Partido Libertador. Por conseguinte, como resultado da aliança entre o PRR e o PL, a Frente Única Gaúcha surge oficialmente em agosto de 1929. O objetivo inicial da FUG era garantir a eleição de um presidente gaúcho no Governo Federal. Para Dias a “*união*’ na FUG não é pacífica e, tampouco, unânime. Formada pelas novas lideranças, liberais (PL) e republicanas (Geração de 1907), para Fontoura, o êxito da candidatura Getúlio Vargas dependia do apoio que lhe viesse a dar o Partido Libertador, o tradicional adversário. No plano político-ideológico as divergências eram enormes.” DIAS, Carlos Gilberto Pereira. op. cit. p. 82.



ampla a todos os presos políticos processados e perseguidos desde a revolta de 1922 e uma série de reformas políticas, como a instituição do voto secreto. Nos primeiros meses de 1930 cresce o movimento oposicionista ao governo federal, designado como Aliança Liberal. Todavia, entre as lideranças políticas do Rio Grande do Sul não havia pleno entendimento quanto à organização de um levante armado contra as forças federais. Flores, João Neves da Fontoura e Oswaldo Aranha declaravam-se favoráveis às medidas sediciosas.

As atividades conspiratórias ocorreram após a declaração de Minas Gerais em apoiar o movimento armado proveniente do Rio Grande do Sul. Contudo, a posição reticente do Presidente do Governo de Minas Gerais Antonio Carlos, gerou expectativas e recuos estratégicos entre as lideranças da Aliança Liberal. Com o assassinato de João Pessoa, em Recife no dia 26 de julho de 1930, a eclosão do movimento parecia inevitável. Mesmo diante da desaprovação do principal político do PRR, Borges de Medeiros, Oswaldo Aranha, João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor, Virgílio de Melo Franco e Flores da Cunha decidiram marchar contra as forças federais.

Finalmente, após inúmeras tratativas à frente da chefia revolucionária foi colocado o General Góes Monteiro, assim como Flores da Cunha. No dia 3 de outubro, Flores da Cunha e seus Filhos Antônio, José Bonifácio e Luís Flores da Cunha, conjuntamente com o capitão Agenor Barcelos Feio, atacaram e renderam a 3ª Região Militar em Porto Alegre. As demais guarnições federais sediadas em Porto Alegre não apresentaram muita resistência aos ataques das forças sediciosas. Flores da Cunha, comandando dois regimentos de cavalaria, seguiu para São Paulo engrossando as fileiras das tropas organizadas por Miguel Costa.

Flores da Cunha e a comitiva que acompanhava Getúlio Vargas chegaram ao Rio de Janeiro em 29 de outubro de 1930. Em 3 de novembro Vargas foi empossado na chefia do Governo Provisório, estabelecendo, no mesmo ato, a substituição dos governadores por interventores nomeados pelo executivo federal. No final de novembro, Flores assume o governo do Rio Grande do Sul que se encontrava com graves dificuldades econômicas.

O regime discricionário para Flores, em 1931, deveria ser substituído por um sistema legal e constitucional. Também para as lideranças do PRR e do PL a

reconstitucionalização do país promoveria a reorganização das forças políticas e a redefinição das alianças partidárias. Esse embate de posições quanto ao prolongamento do Governo Provisório dividiu o situacionismo político no Rio Grande do Sul, acentuando as divergências entre Borges de Medeiros, Raul Pilla e João Neves da Fontoura com Getúlio Vargas. Com isso, Flores passou a mediar a relação entre a Frente Única Gaúcha (FUG) e o Governo Provisório. Em São Paulo, no dia 13 de janeiro de 1932, o Partido Democrático (PD) lança um manifesto rompendo com o Governo Provisório. Por conseguinte, no Rio Grande do Sul, tanto o PRR quanto o PL posicionam-se favoráveis ao movimento paulista.

A dificuldade de um acordo conciliatório entre a FUG e o Governo Provisório resultava das inúmeras manobras de Vargas quanto ao adiamento do processo constituinte e da “*questão São Paulo*”. Mesmo com a indicação de Pedro de Toledo da Frente Única Paulista (FUP) para a interventoria paulista, o movimento conspiratório de São Paulo continuou em franca ascensão. Com a demissão coletiva de Mauricio Cardoso da pasta da Justiça, de Lindolfo Collor do Ministério do Trabalho, de Batista Luzardo da chefia da polícia do Distrito Federal e de João Neves da Fontoura da procuradoria do Banco do Brasil, em março de 1932, foi necessário o preenchimento desses cargos através de uma reforma ministerial. Com isso, Flores da Cunha foi indicado para ocupar a pasta do importante Ministério da Justiça. Entretanto, o afastamento definitivo de Flores das lideranças políticas da FUG tornaria ainda mais difícil o diálogo com o Governo Provisório. Nesse sentido, Borges de Medeiros e Raul Pilla recorrem ao interventor para que esse não deixe o cargo.

Devido à delicada situação em que se encontrava, Flores da Cunha pede demissão do cargo da interventoria, pedido negado por Vargas pois caberia a ele manter “*ordem no estado*”. Apenas um dia após a eclosão da “*Revolução Constitucionalista*”, Flores declara irrestrito apoio ao governo federal, enviando tropas para combater os insurgentes paulistas.<sup>71</sup> Por sua vez, no interior do Estado, a FUG organiza tropas e inicia violentos

---

<sup>71</sup> Ao analisar as “*démarches*” em relação ao processo de reconstitucionalização do país, Carlos Dias afirma que “*o delicado panorama da política nacional irá culminar no sul, com a histórica reunião da FUG, em fins de março de 1932. Da reunião resultou um heptálogo com várias reivindicações ao governo central. Nele salienta-se a posição ambígua de Flores da Cunha, que procura manter sua lealdade a Borges de Medeiros, da mesma forma que prendia-se a Getúlio*

combates contra as forças legalistas de Flores. Quase quatro meses depois do início dos combates, foi assinado um acordo de rendição que definia: a anistia aos rebeldes e a subordinação da milícia estadual ao Governo Provisório.

O exílio da maioria dos líderes da FUG desmobilizou as máquinas partidárias do PRR e do PL. Esse vazio temporário foi rapidamente aproveitado por Vargas e Flores da Cunha, que arregimentaram as dispersas forças políticas no Estado e fundam o Partido Republicano Liberal (PRL), em novembro de 1932. Com o PRL, a aliança com Vargas e manobras policiais, Flores conseguiu eleger 13 dos 16 deputados para a Assembléia Constituinte. Ainda assim, a oposição estadual continuava organizando uma sublevação armada para depor Flores.

Na constituinte de 1934 Flores procurou articular junto à bancada riograndense temas centrais como o federalismo e a maior autonomia dos governos estaduais. Mesmo não estando disposto a acatar a descentralização, Vargas manteve a aliança com Flores e seu campo de manobras para a eleição presidencial. Entretanto, no Clube 3 de Outubro, lideranças militares lançavam o nome do General Góes Monteiro para a Presidência da República. Esses rumores provocaram a imediata mobilização de Flores, que declarava seu incondicional apoio a Vargas através das forças da Brigada Militar e dos corpos provisórios sediados no Rio Grande do Sul.<sup>72</sup>

---

*Vargas, termina por adiar o entendimento entre as partes.*” DIAS, Carlos Gilberto Pereira. op. cit. p.109.

<sup>72</sup> Carlos Dias ao investigar a trajetória política de Borges de Medeiros afirma que, após a vitória das forças legalistas durante a Revolução Constitucionalista, o exílio das lideranças que compunham a FUG era iminente. No caso de Borges de Medeiros, Flores da Cunha, segundo o autor, sai em defesa do líder republicano, medida que poupa o “*velho chimango*” do banimento do país. Entretanto, ressalta Dias, “*é impossível, atualmente, por falta de indícios e testemunhos, avaliar com precisão o peso da influência de Flores da Cunha sobre as decisões de Getúlio Vargas; o fato é que Borges foi poupado do exílio no estrangeiro. Ele é deportado para o Rio de Janeiro e, alguns meses mais tarde - janeiro de 1933 -, é extraditado para o Recife, conforme exigência de Vargas. Borges de Medeiros permanece no país, mas lhe é dificultado o contato com as outras lideranças que se refugiaram no Uruguai ou na Argentina. O fato significa, em termos morais, para Borges de Medeiros, sobretudo o fracasso da campanha pela constitucionalização, da qual fora um fervoroso defensor.*” DIAS, Carlos Gilberto Pereira. op. cit. p. 124. Pretendemos demonstrar no capítulo I dessa tese o equívoco na avaliação de Dias. Acreditamos que mesmo tendo seu campo de atuação política restringido devido as medidas autoritárias de Vargas e Flores, Borges de Medeiros conseguiu manter um canal aberto de trocas epistolares e, com isso, contatos com outras lideranças

Com a eleição de Vargas e a promulgação da Constituição em 16 de julho de 1934, teve início a campanha para o Governo Estadual, Senado, Câmara Federal e Assembléia Legislativa. Novamente o PRL obteve maioria absoluta, tanto na Assembléia como na Câmara Federal. Além disso, foram eleitos para o Senado pelo mesmo partido o ex-deputado Augusto Simões Lopes e o irmão de Flores Francisco Flores da Cunha. Flores foi eleito para o cargo majoritário no Estado, tomando como sua principal medida a promulgação da Constituição Estadual que ampliava os poderes do Executivo.

Se por um lado Flores chegava ao auge de sua preponderância política no Estado e reconhecida liderança política nacional, por outro, sua posição irrevogável em defesa da autonomia estadual passou a causar-lhe inúmeros embates ante a centralização do Governo Federal. Além disso, a constante intervenção de Flores nas disputas políticas estaduais, como em Santa Catarina e no Rio de Janeiro, provocou uma contínua relação de desavenças com Vargas. No plano estadual, Flores procurou uma reaproximação com a FUG, através de uma “fórmula de conciliação”. Entretanto, para Vargas o fortalecimento de Flores, tanto militarmente como politicamente, resultaria em uma ameaça concreta ao seu plano de manter-se no poder. Nesse sentido, o Presidente, através do irmão Benjamim Vargas, articula o fracasso do acordo, acenando cargos e promessas de participação da FUG no governo federal.

Em março de 1936, com a decretação do Estado de Guerra e após a renúncia de Raul Pilla e Lindolfo Collor das secretarias estaduais em maio do mesmo ano, a situação política de Flores agrava-se densamente. No final de 1936, as bases de sustentação do governo de Flores ruíam, através das dissidências dentro do próprio PRL. Além disso, as disputas políticas em relação à sucessão presidencial, que aconteceria em 1938, colocavam em lados diametralmente opostos o Governo Federal e Flores da Cunha. Mesmo mobilizando um grande contingente militar, Flores da Cunha não conseguiu impedir o cerco bélico articulado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, o General Góes Monteiro. O impasse final ocorreu quando o governo do Rio Grande do Sul foi intimado pelo ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, a federalizar a Brigada Militar Estadual. Com essa

---

da FUG. Além disso, identificamos diversos panfletos e manifestos publicados e assinados por Borges de Medeiros durante seu exílio no Recife, o que, de certa forma, confirma nossa hipótese de mobilização contínua das lideranças FUG.

medida, a renúncia de Flores tornava-se inevitável. No dia 18 de outubro Flores refugia-se exilado em Montevideu, no Uruguai, e, um dia depois, Vargas decreta a intervenção federal no Rio Grande do Sul.

## CAPÍTULO I

### GOVERNO E POLÍTICA

#### 1.5. Flores da Cunha: Interventor do Rio Grande do Sul

José Antônio Flores da Cunha, ao assumir a Interventoria do Estado do Rio Grande do Sul, em 28 de Novembro de 1930, constituiu seu governo nomeando Sinval Saldanha para a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Francisco Antunes Maciel para a pasta do Exterior e João Fernandes Moreira para a Secretaria da Fazenda. Para ocupar a Chefia de Polícia, inicialmente foi nomeado o desembargador Florêncio de Abreu então presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, sendo substituído pelo Coronel Agenor Barcellos Feio. Para o Comando Geral da Brigada Militar foi designado o Coronel Claudino Nunes Pereira, até o “*pronunciamento armado de São Paulo contra o Governo Provisório*” em 1932 quando foi “*imediatamente substituído pelo Coronel João de Deus Canabarro Cunha*”.<sup>73</sup>

Essa nova configuração política e a reorganização dos cargos da máquina administrativa estadual, resultante da “Revolução de 30”, representou, para as elites políticas do Rio Grande do Sul, a possibilidade de intervir nas diretrizes governamentais do Executivo Federal. Em torno da plataforma da Aliança Liberal, constituída pelo Partido Republicano Mineiro, Partido Republicano Rio-Grandense e Partido Conservador, que integravam a Frente Única Gaúcha e o Partido Republicano da Paraíba, Partido Democrático Nacional, que congregavam as oposições de São Paulo, Distrito Federal e Pernambuco, foi lançada a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República.

A articulação revolucionária, após a oficialização dos resultados eleitorais, não poderia prescindir do apoio dos partidos e do governo do Rio Grande do Sul, sobretudo,

---

<sup>73</sup> CUNHA, José Antônio Flores da. op. cit. p. 12.

devido aos recursos materiais e militares de que o estado dispunha. Assim, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) tornava-se fundamental para o futuro do movimento, pois detinha o controle do aparelho político-administrativo do estado.<sup>74</sup> Contudo, a posição conservadora de Borges de Medeiros, que comandava o PPR, via-se numa arriscada situação, qual seja: ou apoiava a ação revolucionária, ou admitia o resultado eleitoral. Tanto Medeiros como Vargas, que comandavam o executivo estadual, posicionaram-se de forma reticente e conciliadora, mediante o avanço da conspiração, passando a admitir o levante armado revolucionário.<sup>75</sup>

Além de Vargas, que agia de forma independente em face da orientação do chefe do PRR, outras lideranças da cúpula do partido identificaram-se prontamente com o comando revolucionário.<sup>76</sup> Oswaldo Aranha, por exemplo, que ocupava a pasta da Secretaria do Interior do Estado, assumiu a direção das ações conspiratórias. João Neves da Fontoura, vice-presidente do Estado e líder da bancada republicana na Câmara dos Deputados, iniciou

---

<sup>74</sup> Podemos afirmar que até a decretação do Estado Novo, em 1937, os partidos políticos do Rio Grande do Sul contavam, ainda que inconsistentemente, com um canal aberto de articulações. Todavia, foi especialmente durante o Estado Novo (1937-1945) que o governo de Vargas empreendeu uma reforma “*no antigo sistema político, alterando o arranjo institucional vigente.*” Nessa engenharia política do Estado Novo, o “*recém-editado*” “*Código Administrativo*” – ou “*Código dos Interventores*” fez desse aparelho o substituto prático dos “*órgãos de representação política, inexistentes desde a decretação da Constituição de 1937*”. Parece-nos, com efeito, que estas medidas aumentaram ainda mais a influência de Vargas nos estados federados, concretizando o “*processo de centralização política e esvaziamento do poder das oligarquias regionais através de um controle bastante severo da autonomia política, econômica, tributária, administrativa e militar dos diversos estados da federação.*” CODATO, Adriano Nervo. Estrutura de poder e mecanismos político-burocráticos do Estado Novo. Anais do Simpósio Nacional de História – ANPUH, Florianópolis, 1999.

<sup>75</sup>DIAS, Carlos Gilberto Pereira. “Antonio Chimango no limiar da velhice”(Apontamentos sobre trajetória política de Borges de Medeiros: 1928-1934). Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

<sup>76</sup> Para Vavy Pacheco Borges nos anos de 1930, a “*história política brasileira foi marcada por forte instabilidade institucional e por vivo debate; a década se inicia com uma ruptura institucional, consagrada desde então como Revolução de 30, terminando sob a égide de nova ruptura, a decretação do chamado Estado Novo.*” Nesse momento, reaparecem constantemente embates relativos ao “nacional, a questão da federação, do regionalismo, a industrialização, a reforma agrária, a busca de um caráter” nacional. Nesse um quarto de século, onde a figura de Getúlio Vargas esteve no centro do poder no cenário nacional, predominou, na interpretação da historiografia, a idéia da construção da nação brasileira e de uma ruptura revolucionária. BORGES, Vavy Pacheco. Anos Trinta e Política: História e Historiografia. In.: FREITAS, Marcos Cezar (org.) Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998, p. 160.

uma radical campanha de oposição ao executivo federal.<sup>77</sup> Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, então Presidente de Minas Gerais, em carta enviada a Flores da Cunha, articulava a conspiração com o amigo dizendo que não repetiria:

*“a exposição dos graves e patrióticos motivos que nos devem impellir no sentido de atalhar a explosão revolucionária, porque estou certo de que V. a guarda de memória, tão vivamente se mostrou por ella impressionado. Mas julgo conveniente insistir em que devemos levar avante o alvitre para isso então lembrado. Este consiste em esforçarmo-nos por evitar a intervenção na Parahyba, tão seguro nos pareceu que ella, por si só, por sua feição de monstruosa vindicta, comocionará de tal sorte a opinião nacional e tanto nos golpeará as fibras de solidariedade liberal, que desfechará a tormenta. (...) isto posto, insisto na conveniência de uma acção conjuncta de Minas e do Rio Grande do Sul no intuito de fazer sentir ao Presidente da Republica a delicada situação, a impossibilidade de se conter o movimento revolucionário, verificada aquella intervenção, e o nosso propósito de delle participar, por força dos imperativos que decorrem da solidariedade política e da dignidade humana.”*<sup>78</sup>

De qualquer forma, não podemos afirmar que havia entre os líderes republicanos uma inequívoca adesão ao movimento revolucionário. O senador Firmino Paim Filho, do PRR, por exemplo, atuou como mediador entre Washington Luís e Getúlio Vargas,

---

<sup>77</sup> Segundo Love, a “subida de Vargas ao Poder Executivo do Estado” em 1928, “simbolizava a ascensão de uma segunda geração de políticos rio-grandenses ao poder, em sua maioria filhos de Republicanos Históricos. O novo grupo se distinguiria na história nacional; quatro se tornaram Ministros, um se tornou interventor e Governador e Vargas foi alternadamente ditador e Presidente do Brasil num total de 19 anos. Os outros membros do grupo eram José Antônio Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura, Mauricio Cardoso e Firminio Paim Filho. Quatorze anos separavam o mais velho, Flores (nascido em 1880), do mais jovem, Aranha; todos tinham atuado no Partido Republicano desde os dias de estudantes e todos, exceto Collor, eram advogados. Quatro haviam-se formado na Faculdade de Direito de Porto Alegre em 1907 ou 1908 (Vargas, Neves, Paim, Cardoso) e começaram sua vida política em 1907, participando do Bloco Acadêmico Castilhistas, durante a campanha governamental de Carlos Barbosa Gonçalves”. Esta composição de intelectuais e políticos Love nomeia como a “Geração de 1907”. LOVE, Joseph. O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 233.

<sup>78</sup> Carta de Antônio Carlos Ribeiro da Costa a Flores da Cunha, 03-06-1930.



procurando garantir que o governo do Rio Grande do Sul reconheceria os resultados das eleições.

Por sua vez, o Partido Libertador (PL), de oposição e minoritário, declarava-se favorável à reação armada. Embora não dispusesse de recursos, como afirmava o presidente do PL, Assis Brasil, o partido reclamava por uma participação mais efetiva nas articulações políticas.<sup>79</sup> Distanciados do poder decisório, ainda que demonstrando apoio à revolução, os líderes do PL, Antunes Maciel, Baptista Luzardo e Raul Pilla questionavam Oswaldo Aranha quanto à condução das ações revolucionárias. Por carta, Raul Pilla, em agosto de 1930, ratificava sua posição de descontentamento ao líder republicano:

*“Estamos há dois ou três dias da Revolução. Entretanto, (...) nada sei a respeito dela (...). Não posso deixar de ver em tudo isto senão do desígnio de arredar o PL de qualquer influência, de transforma-lo num simples caudatário da Revolução e, quiçá, de leva-lo à ruína pela absorção de seus elementos mais ativos (...), utilizados sempre diretamente, por ação pessoal, por uma obra de verdadeiro aliciamento.”*<sup>80</sup>

Embora o respaldo material do movimento tenha sido subsidiado pelo governo do estado e a participação política conduzida pelos líderes revolucionários, os partidos políticos, neste caso o PL, reivindicavam maior participação nas diretrizes revolucionárias. Todavia, a resposta de Aranha às inferências de Pilla procurava acentuar o “*caráter suprapartidário do movimento*” e o próprio conceito de “*revolução*” querendo convencê-lo:

*“Sou apenas o centralizador do movimento na sua ação prática, sem outra finalidade (...) que a de organizar a vitória. No desempenho dessa função (...) nem tenho partido, nem preferências. Seria indigno da confiança de todos, incluída a tua, se estivesse fazendo obra pessoal. Não há mesmo lugar para isso (...). Parte na luta não sei se o serei na vitória. Se o for, podés crer me baterei pela consecução dos ideais liberais (...). Acho que na colaboração dos*

---

<sup>79</sup> Carta de Assis Brasil a Antunes Maciel. 04-07-1930.

<sup>80</sup> Carta de Raul Pilla a Oswaldo Aranha, 28-08-1930.

*partidos deve ser efetiva nessa hora. Então, sim, chefes tomam as rédeas de nossas mãos.”*<sup>81</sup>

A orientação era clara e contundente, pois exigia o fornecimento de recursos e a “*colaboração dos partidos*”. Além disso, a resposta de Aranha argumentava que a ação revolucionária não seria uma “*obra pessoal*”. Antes, o que Aranha evidenciava era a construção de um projeto político nacional sem influência de partidos ou de “*preferências*” privadas. Nesse sentido, a revolução reforçaria a reorganização do Estado Brasileiro, assentado em princípios e “*idéias liberais*”.<sup>82</sup>

Para Aranha, sua condução centralizadora do movimento aliada à ação conjunta com todos os contingentes militares das guarnições federais baseadas no estado, assim como com as forças da brigada militar, levariam à vitória. Todavia, ainda que estivesse no comando das forças político-partidárias da ação revolucionária, esta situação não garantia ao Rio Grande do Sul uma efetiva influência na composição do novo aparato governamental do executivo federal. Alguns dos componentes que lideraram a Aliança Liberal, como citado anteriormente, ocuparam cargos federais, como no Ministério da Agricultura, do Trabalho, no Ministério da Justiça, a chefia da polícia do Distrito Federal, a presidência da Imprensa Nacional, interventorias em três estados e a própria Presidência da República.

Muitas das diretrizes do governo de Getúlio Vargas provocaram enormes descontentamentos quanto ao novo arranjo político. Essa configuração política gerou a formação da Frente Única Gaúcha (FUG), em novembro de 1931, e a criação da Frente Única Paulista (FUP), em fevereiro de 1932, resultante da aproximação entre o Partido Democrático (PD) e o Partido Republicano Paulista (PRP). Segundo Vavy Pacheco Borges, o PRP, ao ser afastado do poder pela “*destituição dos cargos executivos e pela extinção dos legislativos*”, perde substancialmente seu predomínio político na esfera da administração federal. Assim, elementos da cúpula do PRP iniciam uma gradual aproximação com o

---

<sup>81</sup> Carta de Oswaldo Aranha a Raul Pilla, 30-08-1930.

<sup>82</sup> Carta de Oswaldo Aranha a Raul Pilla, 30-08-1930.

antigo inimigo político estadual, o PD.<sup>83</sup> Ambos procuraram combater a centralização do governo provisório e iniciar o processo de constitucionalização do país.

Em 1931, o líder do Partido Libertador, Raul Pilla, denunciava a Borges de Medeiros a “*catastrophe, que a todos se afigurava imminente*”. A carta cataclísmica ponderava a respeito da “*situação nacional*” e o “*papel a que coube o Rio Grande do Sul na preparação e execução do movimento revolucionário*”. O tom de alarde na carta conjugava-se à análise da “*revolução de 30*”, pois, segundo Pilla, preocupado com os “*verdadeiros rumos*” do movimento, o “*Estado Nacional*” estaria em risco caso o “*governo provisório não pense seriamente em convocar a assembléa constituinte, (...) única, talvez capaz de evitar as perturbações que estamos pressentindo e talvez nos levem à anarquia*”.<sup>84</sup> Nesse sentido, a instância e medida necessárias para se afirmar uma “*admirável unidade*” e livrar o país do “*abismo*” seriam conduzi-lo ao “*caminho da constitucionalização imediata*”.<sup>85</sup>

Também em uma outra missiva enviada a Oswaldo Aranha, em julho de 1931, Pilla reitera suas ponderações “*em face da situação do país*”. Para o líder do PL, a constitucionalização seria “*um remédio de urgência, por ser o único capaz de deter a fermentação que se nota em certos meios*”. A morosidade do Governo Provisório em executar o que para Pilla, seria o projeto da Aliança Liberal, poderia fomentar um “*golpe de*

---

<sup>83</sup> BORGES, Vavy Pacheco. Tenentismo e revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 29.

<sup>84</sup> Segundo Vavy Pacheco Borges, a “*Revolução de 30*” foi freqüentemente empregada como uma “*entidade mítica*”. Na disputa pelo poder, que se seguiu no período pós-30, ocorre uma luta pela “*legitimidade ‘revolucionária’, pelo espólio do movimento de outubro, pela parceria na ‘revolução’*”. BORGES, Vavy Pacheco. op. cit. p. 162. Por sua vez, Ângela de Castro Gomes afirma que a Revolução de 30 foi interpretada como um corte, uma ruptura revolucionária no curso da história do país. A decretação do Estado Novo em 1937, visualizava outubro de 1930, como o marco zero do processo que iria estabelecer uma ordem política consentânea com as reais potencialidades, necessidades e aspirações do povo brasileiro. Segundo Gomes, 30 e 37 surgiam assim como dois momentos, como duas etapas de um mesmo percurso histórico, “*guardando o primeiro episódio a característica verdadeiramente revolucionária do fato que lhe era posterior; 30 fora o início daquilo que 37 queria e devia realizar.*” GOMES, Ângela de Castro. A Invenção do Trabalhismo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005, p. 191.

<sup>85</sup> Carta de Raul Pilla a Borges de Medeiros, 05-06-1931.

*força*” dos “*elementos reacionários*” que se organizavam no país.<sup>86</sup> Nesse sentido, para Pilla, a manutenção da ordem institucional estaria realmente ameaçada, caso Vargas não demonstrasse, à opinião pública, que estava realizando uma modificação dos processos políticos e administrativos no país.<sup>87</sup>

Assim como Pilla, que defendia a constitucionalização do país e o projeto da AL, também Baptista Luzardo, do PRR, em carta enviada a Flores da Cunha, em março de 1931, afirmava que o programa do governo provisório deveria ser “*conservador*” e conduzir à “*concretização dos ideais que nortearam a campanha liberal*”. Para Luzardo, a revolução que derrotou os “*detentores do poder*” estaria ameaçada caso o governo não caminhasse pela trilha conservadora.<sup>88</sup> Segundo Luzardo, para conter o avanço da anarquia extremista que espreitava a ordem institucional e os ideais revolucionários, seria preciso

---

<sup>86</sup> Assim como Pilla alertava Vargas sobre a instabilidade política gerada com a fermentação de grupos “*extremistas*”, também Flores da Cunha informava frequentemente ao Chefe do Governo Provisório, quanto à “*mobilização conspiratória*” no estado. Em junho de 1931, por exemplo, Flores envia uma carta a Vargas, alertando sobre uma “*conspiração revolucionária*” nas brigadas do exército sediadas no Rio Grande do Sul. Contudo, apesar da ameaça militar, Flores dizia ter aumentado o efetivo do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Militar, além de municiar todo um pelotão com pesadas metralhadoras. Essas medidas visavam assegurar o controle irrestrito das forças federais no estado. Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 01-06-1931. Em anexo, Flores envia o documento distribuído entre a oficialidade do Regimento Militar da cidade Santa Maria. O documento, cujo título é a “*Proclamação ao Exército*”, enfatizava a insatisfação dos “*tenentes*” com a condução política do país. O texto inicia da seguinte forma: “*Mocidade varonil do Exército! Porque não vos unis? Não tendes um chefe geral? Será um chefe ou uma mesma mentalidade que vos unirá? Ou quereis unir-vos em torno de pessoas e não de ideais, em torno dum homem e não dum ideal? Uma situação aviltante agrava cada vez mais a vida do Exército, scindindo-o em grupos, humilhando a uns e jogando a outros em antagonismos capaz de luta recíproca, tudo pela intenção maléfica e perversa da politicalha. Regional de partidos, que pretende enfraquecer as classes armadas para se assenhorar do país e maneja-lo ao sabor dos seus apetites mesquinhos. Eis de regenerar a República dos vícios e dos erros, pelos quais são dos maiores responsáveis os actuaes dominadores.*”

<sup>87</sup> Carta de Raul Pilla a Oswaldo Aranha, 17-07-1931.

<sup>88</sup> Podemos depreender que a interpretação de Luzardo sobre a Revolução de 30, assim como a dos demais integrantes do PRR e do PL, percebia aquele acontecimento como “*único na história do país*”. Diferentemente das experiências de ruptura política como 1822 e 1889, 30 se constituía como uma proposta verdadeiramente construtiva e revolucionária. Evidentemente, essa análise vinha reforçada por todo um diagnóstico sobre o passado político, e, principalmente, sobre a experiência da Primeira República, vista como um grande e longo domínio do liberalismo. A desordem e a “*ameaça anarquizante*”, tão comuns na primeira etapa republicana da nação, não poderia comprometer a “*concretização*” da revolução de outubro.

instituir um novo processo constituinte.<sup>89</sup> Assim, se evitaria o retorno do mal “*quando o governo passado se demandava em violência e crimes*”. No documento epistolar, Luzardo elabora as seguintes sugestões para o país ingressar no “*novo regime*”: “*a) a organização da Constituinte e b) a systematização das correntes políticas.*”<sup>90</sup>

Além de estabelecer um cronograma bastante preciso do processo constituinte, desde a confecção da lei eleitoral ao recebimento de sugestões pela comissão legislativa, até a forma de distribuição dos eleitores, organização das secções e composição das mesas, Luzardo afirmava a necessidade de que o governo deveria estender o “*direito participativo a todos os cidadãos*”. Entretanto, se por um lado Luzardo defendia princípios liberais baseados na “*livre expressão da imprensa*” e no processo eleitoral, por outro, acreditava que todo o cidadão deveria alistar-se nos partidos políticos, garantindo, desta forma, a elegibilidade dos seus representantes. Nesse sentido, a “*massa geral do eleitorado*”, “*a par dos fundamentos das agremiações partidárias*”, estaria apta para participar do processo eleitoral.<sup>91</sup>

Contudo, essa organização política proposta por Luzardo requer uma “*systematização*” e um controle a ser realizado pelos dois chefes do PL e do PRR. Para Luzardo, sob “*a fiança da frente única, maior responsável presente nos destinos do Brasil*”, se defenderia de fato os “*ideaes dos revolucionários de Outubro*”.<sup>92</sup> Em outros

---

<sup>89</sup> Para Vavy Pacheco Borges, após a revolução de 1930 diversos grupos buscam legitimar suas ações políticas em torno da idéia de “*Revolução e o que nela está contido*”. Os personagens dessa “*Revolução*” são mencionados como “*políticos*”, “*militares*” e “*povo*”. A disputa política que ocorre pós-30 reconfigura as alianças políticas estaduais e conduz a acirrados debates entre aqueles que postulam para si, ou para seus partidos, os tributos da “*revolução vitoriosa*”. Em outros termos, nas ações políticas dos partidos situacionistas podemos identificar a construção da imagem do movimento de 30, visando “*conseguir adesões e conquistar o respaldo da opinião pública*”. BORGES, Vavy Pacheco. p. 110.

<sup>90</sup> Carta de Baptista Luzardo a Flores da Cunha, 17-03-1931.

<sup>91</sup> Carta de Baptista Luzardo a Flores da Cunha, 17-03-1931.

<sup>92</sup> Essa intensa articulação estabelecida através da troca de epistolar é cuidadosamente acompanhada pelo Governo Provisório. Em maio de 1931, por exemplo, o Secretário de Segurança Pública, Florêncio Abreu, escreve a Vargas dizendo estar convencido de que se armava no estado, “*mais uma conspiração*”. O objetivo dessa mobilização revolucionária, segundo Abreu, seria o de forçar o Governo Provisório a convocar a Constituinte. Os articuladores que armavam a conspiração seriam os líderes do PL João Neves da Fontoura, Raul Pilla e Othelo Rosa. Acreditamos que, assim como

termos, a legitimidade para o exercício do poder estaria assentada nos grupos políticos que empreenderam a “*revolução de 30*” e somente eles seriam capazes de conduzir o Brasil ao caminho “*definitivo para a consolidação da obra revolucionária*”.<sup>93</sup>

Em janeiro de 1932, Raul Pilla envia uma outra carta a Oswaldo Aranha solicitando que entregasse a Vargas o documento anexado, cujo conteúdo fixava a “*posição do Rio Grande, especialmente do Partido Libertador*”, sobre o processo constituinte e o “*caso São Paulo*”.<sup>94</sup> Na extensa carta, Raul Pilla procura advertir Vargas quanto à conjuntura política que se seguiu pós-30. Para Pilla, se por um lado a revolução foi um “*brado contra a politicalha que estava corroendo o país*”, por outro “*decretou a morte aos políticos*” e fez surgir “*mestres consumados, afeitos à vida rude dos quartéis*”. Em outros termos, a nomeação de militares a cargos na máquina do governo federal e, sobretudo, às interventorias estaduais seria, segundo Pilla, o principal motivo das “*intrigas políticas*” que “*estavam envenenando o ambiente brasileiro*”.<sup>95</sup>

A carta de Pilla está organizada a partir da definição de dois temas: “*o Rio Grande quer impor a constitucionalização do país, o Rio Grande quer impor a solução do caso São Paulo*”. Se um dos motivos das “*intrigas políticas*” era “*cavar uma cisão fatal entre o governo provisório e o Rio Grande*”, Pilla rebatia afirmando que pretendia tão somente “*advertir e aconselhar os homens a percorrer o árduo caminho*” da condução política do

---

Abreu, Vargas dispunha de uma organizada rede de informantes, que, em alguns casos, interceptava mensagens telegráficas e cartas. Sem acessar o conteúdo dessas mensagens, dificilmente Vargas detalharia aos seus aliados, sobretudo Oswaldo Aranha e Flores da Cunha, suas “*impressões*” sobre esses impasses políticos. Na mesma missiva, Abreu narrava minuciosamente a Vargas as ações das lideranças da FUG quanto ao processo de alistamento eleitoral. “*Firmada as bases para a elaboração do projecto, o Neves regressou ao Rio. Pouco depois, porém, os jornaes propalaram a notícia de que o Assis apresentara ao Governo o projecto de lei eleitoral. O Othelo telegrapha, então, ao Neves, dando por prejudico o trabalho de que fora incumbido. Este responde, informando que a notícia era infundada e insiste em que o Othelo metesse mãos obra sem maior perda de tempo*”. Carta de Florêncio Abreu a Getúlio Vargas, 30-05-1931.

<sup>93</sup> Carta de Baptista Luzardo a Flores da Cunha, 17-03-1931.

<sup>94</sup> Bilhete de Raul Pilla a Oswaldo Aranha, 20-01-1932.

<sup>95</sup> Carta de Raul Pilla a Getúlio Vargas, 20-01-1932.

país. Portanto, seria descabida a acusação de que o Rio Grande impunha de forma desmedida “*dificuldades ao governo provisório*”.<sup>96</sup>

Afastada a pecha de que o Rio Grande do Sul pretendia “*exercer tutela sobre o governo provisório*”, Pilla continua sua carta elencando as razões pela insistência do PL na resolução do “*caso São Paulo*”. Segundo o Presidente do Diretório Central do PL, não haveria tranqüilidade e ordem no país “*enquanto não fosse resolvida a questão*”. A constitucionalização do país, portanto, seria o “*corolário lógico da vitória revolucionária, além de ser hoje, sem contestação possível, uma aspiração generalizada*”, afirmava o missivista. O prolongamento da situação discricionária ampliaria a insatisfação e colocaria em perigo a “*própria dictadura*”.<sup>97</sup>

A resposta de Vargas não tardou e seguiu no dia seguinte para Porto Alegre. O diálogo que Vargas estabelece logo no início da missiva, prenunciava a urgência e a necessidade em dirimir qualquer dúvida quanto a sua posição em relação ao processo constituinte. Para Vargas, não havia “*nenhuma discordância substancial*” entre os missivistas. O que se verificava “*era uma diversidade de pensamento das várias correntes revolucionárias em ação*”. Quanto ao debate sobre a constitucionalização do país, Vargas dizia repetir sua posição, qual seja: “*a Constituinte virá pela lógica dos acontecimentos*”. Getúlio Vargas afirmava ainda que havia organizado “*não uma dictadura*”, mas “*um governo em caráter transitório, que, cumprido a sua finalidade, tem, fatalmente, de desaparecer*”. Entretanto, mesmo referenciando as suas iniciativas em prol da formulação da lei eleitoral como “*um primeiro passo para a volta do regime constitucional*”, perdurava a “*intransigência de São Paulo*”. Nesse sentido, com o objetivo de evidenciar suas ações em comum “*acordo com os democráticos e com a sua colaboração*”, Vargas dedica três páginas da carta para explicar “*a solução encontrada para São Paulo*”.<sup>98</sup>

As tratativas para a indicação de um nome para a Interventoria Paulista, segundo Vargas, eram dificultadas devido às “*várias facções políticas que mutuamente se hostilizam*

---

<sup>96</sup> Carta de Raul Pilla a Getúlio Vargas, 20-01-1932.

<sup>97</sup> Carta de Raul Pilla a Getúlio Vargas, 20-01-1932.

<sup>98</sup> Carta de Getúlio Vargas a Raul Pilla, 21-01-1932.

– *democráticos, perrepistas, legionários, e o chamado partido da lavoura.*” Ainda assim, Vargas dizia ter conseguido uma aproximação entre democráticos e “*o chamado partido da lavoura*”, ao pedir-lhes a indicação de nomes para a Interventoria. Ficaria acordado entre os representantes dos partidos, que a escolha de Vargas seria sumariamente apoiada como um “*compromisso de honra*”. Entretanto, segundo Vargas, apesar dos esforços, irrompeu uma crise provocada pela atitude do General Miguel Costa, ligado a Legião Revolucionária.<sup>99</sup> A suspensão das negociações, vista como uma traição ao acordo estabelecido entre o PD a LR e o Governo Provisório, foi assim descrita por Vargas:

*“Os entendimentos estavam iniciados sob bons auspícios, quando houve uma interrupção momentânea. Nessa ocasião recebi do Dr. Morato, pedindo-me ouvir o Dr. Moraes Barros, a quem logo atendi. Referiu-me ele que as negociações haviam sido suspensas, porque o General Miguel Costa mudara de atitude, atribuindo isso a intervenção do Capitão João Alberto, então em São Paulo. (...) em vista do que se informava, propuz ao Dr. Moraes Barros, o seguinte: voltasse ele a São Paulo e, diretamente, ou por meio de pessoa de sua confiança, interpelasse o General Miguel Costa para que este lhe dissesse se estava ou não disposto a colaborar com os democráticos, informandome, em carta, o resultado dessa démarche”<sup>100</sup>*

A divergência em torno da indicação de nomes para a Interventoria de São Paulo entre João Alberto e Miguel Costa é mostrada por Vargas como um claro indício de

---

<sup>99</sup> Miguel Costa solicita a demissão do cargo de Comandante da Força Pública de São Paulo a Getúlio Vargas em 15 de março de 1932. “(...) *Peço a V. Ex. a permissão para requerer ao ministro da Guerra, o exmo. Sr. General Leite de Castro, a minha dispensa do serviço ativo do Exército, cargo que é o grande orgulho da minha vida de militar e de brasileiro. Certo de que meu ilustre Chefe compreenderá o gesto que as circunstâncias me impelem a tomar, pode V. Ex. contar com a minha sincera amizade e gratidão pessoal pelas distinções com que V. Ex. me honrou.*” Carta de Miguel Costa a Getúlio Vargas, 15-03-1932. Entretanto, apesar do requerimento de afastamento, Costa permanece a frente da Força Pública de São Paulo. No final de março do mesmo ano, Costa envia a Vargas uma outra missiva dizendo que não seria mais possível manter-se no cargo, pois o “*caso*” de São Paulo parecia-lhe de difícil “*conclusão satisfatória*”. Segundo Costa, a “*reafirmação de que tudo vae continuar como estava, (...) trará inquietação ao espírito público, além de representar um testemunho do fracasso dos meus esforços pelas aspirações do povo paulista. Contra este, não poderei agir no dia em que a sua paciência esgotada insurgir-se contra as humilhações de uma ocupação tão prolongada.*” Carta de Miguel Costa a Getúlio Vargas, 24-03-1932.

<sup>100</sup> Carta de Getúlio Vargas a Raul Pilla, 21-01-1932.



rivalidades pessoais e políticas que “*poderiam arrastar o país à desordem e à anarquia.*”<sup>101</sup> A incompatibilidade e o impasse criados entre o PD e a LR tornava ainda mais necessária uma ação rápida do Governo Provisório para a resolução da crise. Se o rompimento do PD com o Governo Provisório é visto como um “*ato de felonía e deslealdade*”, a aproximação do Partido Libertador de Raul Pilla à agremiação paulista não poderia ser interpretada diferentemente.<sup>102</sup> Após descrever aquilo que considerava “*manifestações separatistas*”, promovidas pelos correligionários de Morato, durante a comemoração da fundação de São Paulo, Vargas dizia sentir-se profundamente pesaroso e surpreso com o rompimento do PL com o Governo Federal.

*“(...) não supunha que fossem tão frágeis os laços que me prendiam aos contemporâneos do partido libertador, meus dignos aliados e colaboradores. A minha estranheza, relativamente a semelhante atitude, é tanto mais justificada quanto o próprio, com a autoridade de Presidente do*

---

<sup>101</sup> Em meados de março de 1932, o então Interventor Federal de São Paulo envia a Vargas uma extensa missiva relatando suas ações governamentais. Na carta-relatório Pedro de Toledo afirma ter encontrado inúmeras dificuldades na gestão administrativa do Estado de São Paulo, sobretudo a resistência encontrada na figura de Miguel Costa. Para ele, o então Comandante da Força Pública de São Paulo, era um “*bom homem*”, mas, segundo Toledo, “*vivia submetido a uma roda pernicioso, cuja influência sobre elle é evidentemente irremovível.*” As divergências estariam em torno da composição do secretariado do governo paulista. Contudo, segundo Toledo, depois “*de ingentes esforços*” em reunião com Góes Monteiro e Mendonça de Lima, “*representantes de todas as correntes revolucionárias*”, o grupo havia chegado a um acordo. Entretanto, o pedido de demissão de Costa do Comando da Força Pública de São Paulo, afastaria qualquer resolução harmoniosa no Estado. Por sua vez, a medida parecia, ao menos para Góes Monteiro, uma oportunidade de “*operar o kysto*” e dirimir as constantes “*agitações*” que levavam a população civil à “*desconfiança, já intolerável contra as forças armadas no país.*” Carta de Pedro de Toledo a Getúlio Vargas, 17-03-1932. Em resposta ao Interventor Paulista, Vargas afirmava apreciar as medidas e os “*esforços empregados para a organização do Governo de São Paulo, cujo secretariado ficou constituído de quase todos os auxiliares*” do governo anterior. Além disso, o Presidente dizia lamentar o “*dissídio aberto com o General Miguel Costa*”. Parece-nos que Vargas acreditava numa reconciliação e recomposição das forças aliadas a seu governo no Estado de São Paulo, pois considerava estratégico o retorno de Costa para a “*garantia da ordem*” e da tranqüilidade social. Carta de Getúlio Vargas a Pedro de Toledo, 17-03-1932.

<sup>102</sup> O Partido Democrático, através de um manifesto publicado na imprensa, rompeu com o governo federal em janeiro de 1932. Conforme analisou Vavy Pacheco Borges, “*o governo federal é responsabilizado pela política econômica do momento; Vargas é mais do que tudo um “fraco”, e o critério de confiança que o partido lhe concedeu é mostrado como fruto do desejo de paz para a reconstrução do país.*” A importância incontestável de São Paulo, tanto na economia como nos rumos da “*revolução de 30*”, é manifestada pelo PD como um argumento contrário à política intervencionista de Vargas. BORGES, Vavy Pacheco. op. cit. p. 47.

*Diretório Libertador, qualifica, em sua carta, o manifesto democrático de intempestivo.*”<sup>103</sup>

O PD, segundo Vargas, teria envenenado o diretório do PL com sua “*agitação de natureza política*”. Por tal motivo, Vargas alertava Pilla sobre o caráter temporário, “*oportunista*” e “*intempestivo*” dos democráticos de São Paulo. Assim, não faria sentido o PL submeter-se às investidas revolucionárias do PD, afinal, segundo Vargas, o movimento estaria circunscrito à capital do Estado sem o aval do “*povo paulista*”. Se não bastassem estes argumentos, Vargas questionava ainda o motivo principal do rompimento do PD e do PL: “*Qual a humilhação, a grave ofensa que se está fazendo a São Paulo?*”, “*por que o seu atual Interventor não é paulista?*”. Não haveria incompatibilidade alguma, na perspectiva do governo federal, a nomeação de interventores “*estranhos*” às forças políticas estaduais.

*“São Paulo mesmo, no regimem constitucional, já elegeu três presidentes que não eram filhos do Estado. Não me parece lógico que um paulista possa aspirar ao governo do Brasil e um brasileiro, por não ser paulista, veja-se inibido de governar São Paulo. Só agora surgiu essa teoria. Será por que se trata de um militar? Esse motivo não me parece justo, porquanto os militares não perdem sua qualidade de cidadãos brasileiros e os próprios democráticos, pouco depois da revolução triunfante, constituíram governo sob a Presidência do General Hanstiphilo de Moura!”*<sup>104</sup>

A argüição de Vargas, descrita na missiva, procurava convencer o líder do PL de que o Governo Provisório, além de envidar um acordo que pudesse resultar em um consenso político entre os diferentes grupos de São Paulo, também havia prestado todos os esforços quanto ao atendimento das demandas econômicas do Estado. Porém, ao encerrar a carta, Vargas deixava claro que não submeteria o Governo Federal às pressões regionais. O “*ambiente de agressões e ameaças criado em torno do caso*” não poderia ser

---

<sup>103</sup> Carta de Getúlio Vargas a Raul Pilla, 21-01-1932.

<sup>104</sup> Carta de Getúlio Vargas a Raul Pilla, 21-01-1932.

instrumentalizado para a resolução do problema. Afinal, concluía Vargas, um “*Governo que age sob coações dessa espécie diminui a sua autoridade e abre mau precedente*”.<sup>105</sup>

De fato, a posição do PL quanto ao seu alinhamento ao PD, em janeiro de 1932, incomodou o Governo Federal, pois dois meses antes, o líder do PL, Raul Pilla e Borges de Medeiros, líder do PRR, haviam declarado irrestrita “*solidariedade ao Governo Provisório*”. Essa articulação entre esses dois líderes resultou em uma carta-manifesto, enviada a Flores da Cunha em novembro de 1931.<sup>106</sup> Aquela “*actualidade política*” e o “*desdobramento da acção do Rio Grande do Sul junto ao Governo Provisório*” eram as principais preocupações dos líderes frentistas.<sup>107</sup> Os missivistas elencaram 7 itens que deveriam ser transmitidos “*reservadamente ao eminente Dr. Getúlio Vargas*”. As ponderações foram divididas da seguinte forma:

“1º - *Solidariedade ao Chefe do Governo Provisório;*  
2º - *Fazem sentir a conveniência de ser apressada a volta do paiz ao regime constitucional, estabelecendo-se methodicamente as etapas necessárias àquelle fim, como a decretação do regulamento eleitoral, abertura do novo alistamento e redacção de um projecto de constituição política;*

---

<sup>105</sup> Carta de Getúlio Vargas a Raul Pilla, 21-01-1932.

<sup>106</sup> Assim como verificamos em Pilla um discurso que se apropria da “revolução de 30” como um argumento persuasivo e elemento instituinte de uma ordem nacional, também nos discursos de Vargas a expressão “revolução” é tomada como uma “*insurreição nacional*’ que procura criar uma nova mentalidade”. Segundo Borges, Vargas, ao querer fixar-se no poder, “*apresenta a Revolução como ‘definitiva’ e empenhada em um trabalho de ‘reconstrução nacional’*. As colocações de seus discursos são atravessadas por uma visão histórica evolucionista progressista – vigente na época -, que coloca dentro dessa Revolução como uma fatalidade histórica e com uma singularidade de proposta, conforme interessa a seus propósitos políticos.” BORGES, Vavy Pacheco. op. cit. p. 115.

<sup>107</sup> Flores da Cunha ao enviar o referido documento da FUG para Vargas, reproduz o que os líderes do PRR, Borges de Medeiros, e Raul Pilla, do PL, em reunião na cidade de Cachoeira, haviam determinado. “*Reunidos hoje em Cachoeira os doutores Borges de Medeiros e Raul Pilla, em amistoso entendimento sobre a atualidade política e desdobramento da ação do Rio Grande do Sul junto ao Governo Provisório, combinaram os chefes dos dous partidos solicitar ao prezado amigo general Flores da Cunha, digno interventor federal e correta expressão da frente única, que, em nome ambos, transmitisse reservadamente ao eminente Doutor Getúlio Vargas o seguinte:*” Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 15-11-1931.

3º - *A formação de uma corrente de opinião política em todo país, em torno das ideais capitães do projecto e sob a directa orientação do Chefe do Governo Provisório;*

4º - *Lembram a conveniência de providências políticas anteriores à reunião da constituinte, afim de serem resolvidas as dificuldades financeiras de vários Estados;*

5º - *Preocupação do Chefe do Governo Provisório com a ascendência que as classes armadas, na pessoa de alguns elementos, tem tomado;*

6º - *Extincção da Justiça revolucionária, por já estar encerrada a sua missão e oportunidade, preocupados com os recentes sucessos políticos de São Paulo, sugerem que a escolha do novo interventor seja uma expressão da ordem civil;*

7º - *Finalmente pedem a pronunciada atenção do dr. Getúlio Vargas para a campanha de isolamento e hostilidade, que é feita contra o Rio Grande do Sul.*”<sup>108</sup>

A escolha da data para o envio da carta-manifesto foi do dia de comemoração do aniversário da Proclamação da República; Medeiros e Pilla objetivavam sensibilizar Vargas sobre a reorganização do “*systema federativo*” republicano, pautado na indistinção dos estados e em princípios constitucionais. Para Pilla e Borges de Medeiros, o estabelecimento e manutenção da ordem dependeriam da nova organização política que o processo constituinte iria determinar. Nesse sentido, caberia ao Governo Provisório direcionar os trabalhos através da decretação do regulamento eleitoral e de um novo alistamento. Contudo, ainda que os sete itens apresentados na missiva possam ser vistos como um acordo comum entre o PL e o PRR, evidentemente, para os líderes Raul Pilla e Borges de Medeiros, o cenário político e as tratativas da constituinte estariam sujeitas às “*circunstâncias do momento, sob a influência dos ideais em debate*”.<sup>109</sup>

A ênfase dos missivistas à infiltração e a “*ascendência que as classes armadas*” haviam realizado no governo, já havia sido anteriormente colocada como uma inadmissível medida política de Vargas. Para Pilla, por exemplo, a organização de “*legiões e organizações cívicas civis*” concorreriam para a “*reconstrução social, econômica e política do país.*” Entretanto, “*corporações que pretendessem exercer tutela sobre o governo, a*

---

<sup>108</sup> Carta de Raul Pilla e Borges de Medeiros a Getúlio Vargas, 15-11-1931.

<sup>109</sup> Diário de Notícias, 05-03-1931.

*revelia da opinião pública*”, seriam consideradas traidoras aos “*princípios revolucionários*”.<sup>110</sup> A morosidade com que Vargas respondia às pressões dos partidos do Rio Grande do Sul, sobretudo quanto às providências para o retorno ao regime constitucional, insuflava os líderes do PL e do PRR a tomar medidas pouco amistosas. Segundo Sandra Pesavento, as lideranças da FUG, entre os anos de 1931 e 1932, passaram a se sentir traídas pelo antigo líder do PRR, Getúlio Vargas. Para Pesavento:

“(...) a oligarquia gaúcha tinha assim frustradas as suas expectativas de substituir-se à oligarquia paulista no exercício do mando do Executivo central. (...) Esta parcela da classe dominante considerava-se, ao que parece, como que dona da Revolução de outubro e de Getúlio Vargas, configurando-se o chefe do Governo Provisório como um traidor da confiança nele depositada e do movimento que o guindara ao poder.”<sup>111</sup>

Em poucos dias, Vargas retorna a Flores da Cunha, mediador daquelas assertivas, afirmando ter apreciado com “*a melhor atenção*” a carta dos “*legítimos learders da opinião partidária*” do Rio Grande do Sul. Ele analisa concomitantemente o segundo, terceiro e quarto itens, que julga se tratarem da constitucionalização do país. Ao que indica Vargas, em resposta a Pilla e Borges de Medeiros, o processo para a instalação da Assembléia Constituinte já se havia deflagrado e estaria em andamento através de uma “*comissão encarregada de elaborar o projeto de lei eleitoral*.” Por conseguinte, segundo Vargas, o governo federal antecipava-se aos “*malsimados tenentes*” e não submeteria o país ao retorno “*dos abusos anteriores*”. Para Vargas, naquele “*estado de cousas*”, ainda sob a vigência do regime constitucional, imperavam no Brasil a “*imoralidade administrativa, o esbanjamento dos dinheiros públicos, a anemia financeira, a desordem econômica*”. Portanto, não se poderia concluir que a constitucionalização seria uma “*medida terapêutica milagrosa, aplicável*” àquela situação política.<sup>112</sup>

---

<sup>110</sup> Jornal A Noite, 02-03-1931.

<sup>111</sup> PESAVENTO, Sandra Jatthy. RS: A Economia & o Poder nos anos 30. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 91.

<sup>112</sup> Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 24-11-1931.

Para Vargas, o espírito de intriga e as admoestações dos “*saudosistas interesseiros do regime deposto*” continuavam espreitando a ordem institucional alcançada com a “Revolução de 30”. Em quase todo o país, o movimento revolucionário teria derrubado as “*oligarquias ou os agrupamentos dominadores, formados e fortalecidos à sombra do poder central*”. Para Vargas, ao analisar a situação política, havia uma “*legião de descontentes e insatisfeitos*” que conspiravam contra o governo e ameaçavam “*entrar em cena*”; nesse sentido, o governo deveria continuar aplicando censura à imprensa para “*filtrar o veneno das explorações escandalosas*” daqueles que “*encheram na Constituinte a oportunidade salvadora*”.

Com essas contundentes demonstrações de controle sob a máquina governativa, Vargas dissipava as tergiversações dos frentistas e postulava a resignação pacífica ante a centralização do seu governo. Portanto, não seria admissível que “*os políticos do Rio Grande*” tentassem enfraquecer ou perturbar o Governo Provisório, “*procurando tutelar-lhe a ação e impor seu ponto de vista ao resto do país.*”<sup>113</sup>

Além de todas estas considerações, parece-nos que a que mais despertou repúdio de Vargas às ponderações e análises de Borges e Pilla deveu-se a acusação da “*crescente influência exercida sobre o Governo Provisório, por parte de elementos das forças armadas*”. Para os missivistas, a força militar deveria atuar exclusivamente em atividades específicas em defesa das instituições nacionais. Portanto, não caberia às Forças Armadas conduzir o processo político e interferir no campo da administração governamental, lugar privilegiado da atuação política de civis. Para Borges e Pilla, Vargas teria que reconduzir as “*classes armadas*” ou os “*tenentes*”, como diziam os políticos da FUG, novamente aos quartéis.<sup>114</sup>

---

<sup>113</sup> Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 24-11-1931.

<sup>114</sup> Para Vavy Pacheco Borges, o PD de São Paulo, ao denunciar a ascensão dos militares a postos importantes da administração pública, colocava-se como defensor de um governo civil e constitucional. A questão política que emergia desta discussão, além das disputas por cargos públicos, era a de “*expurgar do poder político os militares que incomodavam aos políticos e às classes conservadoras que eles representavam*”. BORGES, Vavy Pacheco. op. cit. p. 195.

Sobre esta questão, Vargas dedicou 3 páginas da missiva para explicar a situação e afastar qualquer possibilidade daquilo que ele chama de “*ditadura militarista*”. O convívio entre os burocratas civis do governo e os oficiais, segundo Vargas, era de total harmonia. Para ele a submissão “*ardorosa ao desempenho do papel pouco simpático de contrariar interesses criados e de corrigir a lastimável situação administrativa dos Estados*”, tem sido executada patrioticamente.<sup>115</sup>

A valorização dos militares em um governo de coalizão e disciplinado frente às prescrições de normas ditadas pelo executivo federal enfatizava a firmeza pela qual Vargas pretendia conduzir seu comando. Na extensa missiva, ele elabora uma síntese das administrações estaduais, em que no “*espírito civil*” dos militares estariam instaurando a ordem e a justiça social.

*“Para o Amazonas, nomeou-se, inicialmente um bacharel em direito, filho do Estado, não revolucionário, o Dr. Álvaro Maia. Certo dia, porque o Superior Tribunal concedeu um habeas corpus, dissolveu-o, sumariamente, por decreto. O Interventor militar que o substituiu, reintegrou os Juízes nas suas funções. No Maranhão, outro civil, um padre, cometeu desatino que o próprio Arcebispo se empenhou pela sua retirada. Para a Bahia, nomeu-se um engenheiro-civil, bahiano e revolucionário. Deixou-se, porém, pelas tricas políticas e falhou, agravando o desequilíbrio financeiro do Estado. Substitui-o o Dr. Arthur Neiva, também bahiano, espírito ilustre, um cientista, não revolucionário. A primeira ameaça de elementos civis, conluídos com a polícia local, entregou o governo ao Comandante da Região. Em Pernambuco, administra um Interventor civil. Dirigindo um batalhão do Exército, alguns militares pretenderam, por um golpe de força, depô-lo. Que se viu? Os Interventores militares dos Estados vizinhos vieram, imediatamente, em seu auxílio e prestigiaram a autoridade civil. Tudo isso são fatos incontestáveis.”<sup>116</sup>*

O fragmento da referida carta é longo, mas, é esclarecedor, pois representava, para Vargas, o apoio dos militares a seu governo. Por hora, as reivindicações de Medeiros e Pilla

---

<sup>115</sup> Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 24-11-1931.

<sup>116</sup> Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 24-11-1931.

deveriam esperar pois, como assevera Vargas, os “*atos incontestáveis*”, empregados na narrativa epistolar, demonstravam a confiança que ele depositava nas forças militares. Esse registro documental expressava de forma contundente, os interesses de Vargas no agenciamento das forças militares. Além disso, ele destacava sua estratégia governativa e conciliatória com os poderes regionais, nomeando, para as interventorias estaduais, representantes da política local.

Os argumentos clarificavam quaisquer denúncias de “*tricas políticas*” e deixavam evidentes, aos líderes do PRR e do PL, as alianças de Vargas com os interventores militares. Para ele, o auxílio dos militares na reorganização da política nacional seria fundamental, posto que, dotados de virtuosismo cívico e patriótico, deveriam ser eles os guardiões da nova ordem estabelecida pela “*autoridade civil*”. Não haveria, portanto, qualquer oscilação do Governo Provisório, com o irretorquível consenso dos militares, em destituir “*elementos civis conluídos com a polícia local*”.<sup>117</sup>

Entretanto, entre o dia 15 de novembro, data da primeira missiva, ao dia 19 desse mês quando Flores, Medeiros e Pilla reavaliam e enviam acréscimos às disposições iniciais, identificamos algumas diferenças substanciais na segunda missiva. O item 1º determinava a promulgação de lei eleitoral até 31 de dezembro, e início das inscrições dos eleitores entre 15 de fevereiro e 1º de março de 1932. Em setembro desse ano, no item 2º, determinava-se a data para a convocação da eleição para a Constituinte. No terceiro dispositivo, definia-se o dia 1º de janeiro de 1933 para instalação da Constituinte. O 4º e 5º itens dispunham da nomeação de uma comissão para a elaboração do projeto constitucional e, respectivamente, a publicação e discussão da sociedade civil para o encaminhamento de emendas. Por conseguinte, o 6º e 7º parágrafos tratavam da reorganização política do país, sendo o primeiro relacionado à elaboração de um programa que estabelecesse as bases de uma organização partidária e o segundo exigia a substituição gradual dos interventores militares por “*outros políticos*”.<sup>118</sup>

---

<sup>117</sup> Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 24-11-1931.

<sup>118</sup> Carta de Borges de Medeiros, Raul Pilla e Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 19-11-1932.



De imediato, Vargas escreve a Flores acusando ter recebido os “*novos itens*” com as assinaturas de Borges, Pilla e do próprio interventor. Para ele, já estava tudo respondido satisfatoriamente, o que tornava injustificável as novas deliberações. Vargas demonstra certa impaciência, posto que afirmava ter chegado com as lideranças da FUG a um “*completo entendimento*”. Quanto à constitucionalização do país, Vargas dizia reiterar suas considerações anteriores, pois a volta ao “*regimen constitucional*” “*há de ser fazer, está se fazendo e ninguém pensa em impedi-la*”. Vargas reafirmava sua posição de Chefe do Governo, argumentando conhecer as “*condições do meio*”, as “*dificuldades a vencer*” e os “*perigos a conjurar*”. Ele não parece esconder sua irritação diante daquilo que considerava “*injustificável e de despropositada insistência*”

*“culminando na prefixação impositiva de uma série de prazos, até de dias, para a prática de certos e determinados atos. As sugestões dos itens quarto, quinto e sexto, da nova nota, acolhendo-as com a maior simpatia, sem necessidade das imposições de tempo que expressam os repetidos e imediatos e imediatamente. Quasi em forma de intimação. Quanto ao quarto, já me ocorrera, sua execução, conforme declarei na carta anterior.”<sup>119</sup>*

Vargas parecia mesmo ficar indignado com a forma de intimidação e intimação das lideranças da FUG. Cobrar-lhe prazos para a execução de ações administrativas e políticas, era interpretado por Vargas como um ato de intromissão àquilo que seria de competência exclusiva do Presidente da República. A indicação de nomes para as interventorias e para os cargos na máquina federal, por exemplo, não estaria e não ficaria submetido aos interesses políticos estaduais. Antes, afirmava Vargas, os “*auxiliares do meu governo foram por mim escolhidos*” e “*eu os mantereí, enquanto merecerem minha confiança ou enquanto sua conservação convier ao serviço público, independentemente de sugestões para mantê-los ou exonerá-los*”.<sup>120</sup>

## 1.2. Embates políticos e alianças partidárias

---

<sup>119</sup> Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 20-11-1931.

<sup>120</sup> Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 20-11-1931.

A expectativa das elites políticas riograndenses em adensar sua esfera de poder no executivo federal, inclusive procurando dissuadir o Chefe do Governo do Provisório quanto à nomeação de interventores em outros estados e garantindo-lhes benefícios e favores, não se desenvolveu conforme esperado. Tampouco, como afirmamos anteriormente, as constantes investidas políticas foram, de certa forma, rechaçadas por Vargas. Podemos exemplificar essa situação de expectativa através de uma carta enviada pelo Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, Antunes Maciel, ao Presidente Getúlio Vargas.

*“(...) No Rio Grande assenta – não é demais repeti-lo – todo o segredo da estabilidade do Governo Provisório. (...) como compreender que não alce essa caríssima terra ao apogeu do prestígio, e se lhe regateiem auxílios em momentos difíceis (...)? O Rio Grande fez a Revolução e ainda sangra, porque a fez. O Rio Grande é o fiador da vitória.”<sup>121</sup>*

Para Maciel, portanto, ao Governo Provisório caberia “auxiliar” o Rio Grande do Sul, na medida em que a estabilidade da ordem governamental estaria assentada nos compromissos com aquele estado. A insatisfação com a consecução da política centralizadora do Governo Provisório subsidiava a crescente oposição da FUG e tornava crônica a instabilidade política de Vargas. Todavia, o intransigente posicionamento de Vargas em não ceder espaço na máquina do governo federal, ocasionou a demissão pública de todos os riograndenses que ocupavam cargos federais e tentavam torná-los representativos dos interesses da FUG. Essa situação chamada de “a crise dos demissionários gaúchos”, evidenciava a delicada correlação de forças entre os interesses regionais oligárquicos e a política centralizadora de Vargas. O posicionamento político do então Ministro da Justiça, o riograndense Maurício Cardoso, foi o móvel da cisão.<sup>122</sup>

---

<sup>121</sup> Carta de Antunes Maciel a Getúlio Vargas, 09-10-1931.

<sup>122</sup> Concordamos com Murray Edelman quando o autor afirma que as opiniões de indivíduos sobre questões políticas mudam com as transformações em suas situações sociais e a percepção de possíveis conseqüências futuras atinentes às ações políticas. Esse posicionamento inconstante e invariável está relacionado aquilo que Edelman identifica quanto ao acesso desses agentes políticos às fontes ou aproximação do poder autoritário e às propostas políticas daí decorrentes. EDELMAN, Murray Jacob. *Constructing the political spectacle*. Chicago: Chicago University, 1988, p. 18

Declarando-se abertamente pela constitucionalização do país e pela liberalização do regime, Cardoso confrontava-se com Vargas e tornava-se o principal porta-voz dos interesses da FUG.

A cisão também colocava em “*cheque*” o PL de Assis Brasil e Raul Pilla. Uma carta enviada em fevereiro de 1932 do líder libertador Raul Pilla a Assis Brasil, descrevia a posição do PL a partir de um consenso em que o diretório estadual do partido havia chegado:

*“(...) por unanimidade e dever de acompanhar os democratas paulistas, tão cruelmente ludibriados por mais de um ano. Mas, não querendo ser acusado amanhã de imprudência, votou a moção inclusa, estabelecendo, porém, que esperaria apenas vinte dias pela prometida solução. Disto se dará conhecimento ao Lusardo, para que ele atue junto ao governo provisório como julgar melhor. (...) não me furtarei a uma impressão: o abandono dos democratas, por nossa parte, seria um golpe no prestígio do nosso partido e, pior do que isso, encorajaria os tenentes a continuarem tripudiando sobre o país.”<sup>123</sup>*

Uma outra carta, desta vez enviada por João Neves da Fontoura aos líderes da FUG e a Flores da Cunha, relatava os entendimentos políticos entre o “*Rio Grande e S. Paulo*”, sobretudo no que concernia à nomeação de um interventor paulista e a constitucionalização do país. O clima de incertezas e as divergências políticas em que se assentavam a República e o Governo Provisório deveriam ser resolvidos com a “*aliança*” pretendida para a “*reconstrução da ordem civil e política do Brasil.*” Para tanto, as “*combinações políticas*” e a resolução da conflitante situação nacional somente seriam alcançadas quando o “*caso paulista*” fosse resolvido. Segundo Fontoura, o “*ponto nevrálgico*” dos problemas era São Paulo, na medida em que “*só haveria paz no Brasil, quando aquelle Estado estivesse governado por elles, a aprazimento delles, autonomamente como o Rio Grande e Minas.*” De acordo com essa análise, as conspirações e a convulsão revolucionária “*pululavam em São Paulo e alhures*”. A ressalva de Fontoura é enfática ao afirmar que:

---

<sup>123</sup> Carta de Raul Pilla a Assis Brasil, 01-02-1932.

*“(...) sem a solução paulista, a contento dos paulistas, nada estará feito. Será, a meu ver, a revolução inevitável. Quanto ao aspecto de compromisso para uma luta armada, espero que o exame do material e das informações do Glycerio me permitirão receber de vós a palavra definitiva. Essa deve ser bem meditada, pois estamos diante de um brasileiro.”<sup>124</sup>*

Em anexo à carta de Fontoura, foi enviado a Raul Pilla, Borges de Medeiros e Flores da Cunha um extenso documento intitulado “*Entendimento preliminar*”, que estabelecia as diretrizes políticas da FUG e da FUP. Claro que como uma diretriz política “*preliminar*”, as assertivas do documento ponderavam sobre as incertezas que se seguiriam ao acordo. O documento ressaltava que o término do acordo estaria condicionado quando estivesse “*empossado o primeiro governo constitucional*”. Para as lideranças das duas frentes políticas, esse “*entendimento*” baseava-se numa interpretação justa e racional do “*sentimento uniforme das populações de ambos os Estados*”. Nesse sentido, partindo da constatação que o momento exigia uma “*coordenação de esforços cívicos*”, o acordo estabelecia uma espécie de conjugação de atividades comuns. A combinação de uma política de mão dupla em que se definia a não cooperação com Vargas, alinhava as duas frentes de oposição em torno da constitucionalização do país.

*“Animados de um alto espírito público, sem a menor consideração personalista ou regionalista, os componentes das duas formações partidárias, esperam da articulação de seus esforços o prompto advento do regimen constitucional em moldes compatíveis com a média da opinião brasileira, a experiência decorrente do regimen republicano terminado a 24 de outubro de 1930 e os progressos do direito.”<sup>125</sup>*

O pacto, como foi definido o acordo, procurava demonstrar a Vargas que a organização partidária das frentes únicas estaria coordenada de forma indissolúvel e assentada em uma certa solidariedade política. A articulação política entre a FUG e a FUP deveria basear-se nas seguintes cláusulas:

---

<sup>124</sup> Carta de João Neves da Fontoura a Borges de Medeiros, Raul Pilla e Flores da Cunha, 06-05-1932.

<sup>125</sup> Carta de João Neves da Fontoura a Borges de Medeiros, Raul Pilla e Flores da Cunha, 06-05-1932.

*“ 1a) – O rio Grande se compromete, de maneira geral, a não aceitar acordo algum com o governo ditatorial sem que antes seja definitivamente resolvido o caso de São Paulo pela entrega, sem restrições, do seu governo à frente única paulista. 2a) – Para a cabal execução da 1ª cláusula os dois Estados obrigam-se a assumir todas as responsabilidades delle decorrentes. 3a) – Resolvido o caso de São Paulo, os dois Estados se obrigam a manter a mesma união na constituinte.”<sup>126</sup>*

A definição da FUG e da FUP em distanciarem-se do Governo Provisório, impondo-lhe condições para a superação dos impasses políticos, antecipava, ainda, 4 princípios que deveriam conduzir o processo constituinte.

*“a) – autonomia ampla dos Estados, isto é, manutenção da forma republicana federativa; b) - regimen presidencial, ressalvadas as modificações que a experiência dos quarenta annos de República venha aconselhar; c) – representação parlamentar proporcional a população das unidades federadas e dentro do espírito da pura doutrina democrática liberal; d) – os Estados aliados negarão apoio a qualquer iniciativa tendente a admitir a representação de classes em funções políticas propriamente ditas.”<sup>127</sup>*

Entretanto, não podemos inferir que a oposição no Rio Grande do Sul era unânime quanto a um movimento armado de contestação ao regime ou mesmo às diretrizes federativas, cuja “*doutrina democrática liberal*” e a “*autonomia ampla dos Estados*” eram os principais argumentos das frentes únicas. O posicionamento das lideranças da FUG, com estreita aproximação com as forças políticas de São Paulo, não deve ser entendido como um total afastamento das elites políticas do Rio Grande do Sul ao governo federal.<sup>128</sup> Antes, ocorre uma reaproximação com o estado, através do Interventor Flores da Cunha e outras lideranças políticas, como Assis Brasil e Oswaldo Aranha, que procuraram, insistentemente, estabelecer um acordo conciliatório e pacífico com Getúlio Vargas.

---

<sup>126</sup> Carta de João Neves da Fontoura a Borges de Medeiros, Raul Pilla e Flores da Cunha, 06-05-1932.

<sup>127</sup> Carta de João Neves da Fontoura a Borges de Medeiros, Raul Pilla e Flores da Cunha, 06-05-1932.

<sup>128</sup> Conforme analisou Vavy Pacheco Borges, a campanha paulista pela constitucionalização do país recebeu o apoio de “*antigos aliados*” do Partido Libertador do Rio Grande do Sul, como também de elementos da PRR que constituíam a FUG. BORGES, Vavy Pacheco. op. cit. p. 40.

Em março de 1932, Assis envia a Vargas uma extensa carta em que relata os “*sentimentos dominantes*” dos partidos políticos do Rio Grande do Sul. Em reunião, no dia anterior ao envio da carta, com os dirigentes partidários do PL e do PRR, Assis Brasil procurou dissolver as resistências que impediam o “*restabelecimento da confiança recíproca*” entre o Governo Provisório e a FUG. Para Assis, a “*solidez do bloco*” não obstaculizaria um acordo que buscasse a fidelidade das lideranças da FUG ao único programa legítimo da nação, o da Aliança Liberal. Entretanto, diferentemente de Medeiros e Pilla, Assis Brasil considerava que a “*demora do provisório*” não aumentava as “*probabilidades de incidentes perturbadores*”. As “*crescentes malezas*” que pipocavam no Brasil deveriam ser combatidas, pois poderiam levar o país aos “*germens da fatal deterioração*”. Assim, Assis Brasil reafirmava sua posição no conflito provocado por “*elementos interessados na dissolução social*”.<sup>129</sup>

De qualquer forma, não estamos afirmando que essa estratégia de Assis Brasil, ao se manter aliado de Vargas, tornava menos ácida sua crítica quanto à condução política do Governo Federal. Para Assis Brasil, seria fundamental restituir ao país uma “*representação verdadeira*”, através das “*urnas livres*”. Nesse sentido e partindo dessas considerações, Brasil se colocava como mediador das articulações entre a FUG e o Governo Provisório, encaminhando a Vargas os “*itens positivos das condições irredutíveis para a continuação da solidariedade*” política entre os envolvidos. Até esse momento, início de março de 1932, a FUG, segundo Brasil, procurou um entendimento com Vargas, solicitando um parecer sobre o acordo enviado.<sup>130</sup>

O acordo mediado por Assis Brasil consistia em sete pontos. Em síntese, os dispositivos do documento foram organizados da seguinte forma: 1º, ação disciplinar contra os militares implicados no atentado contra as oficinas do Diário Carioca, 2º, restauração do título quarto da Constituição de 1891, 3º, liberdade de imprensa, 4º, nomeação de uma “*comissão de notáveis*” para a elaboração do projeto da nova constituição, 5º, início do alistamento eleitoral, 6º, o governo federal passaria a assumir a

---

<sup>129</sup> Carta de J. F. Assis Brasil e Getúlio Vargas, 08-03-1932.

<sup>130</sup> Carta de J. F. Assis Brasil e Getúlio Vargas, 08-03-1932.

responsabilidade das dívidas dos estados e, finalmente, o 7º, redistribuição orçamentária entre os estados, municípios e União. Parece-nos que as proposições políticas envidadas pelas lideranças da FUG, ainda que bastante amplas, tinham como princípio básico o restabelecimento de uma “*ordem federativa e liberal*”.<sup>131</sup> Entretanto, conforme apontou Vavy Pacheco Borges, mesmo com a pressão para a adoção desse “heptálogo”, o governo federal resistiu às críticas criando, dessa forma, um impasse político com a FUG.<sup>132</sup>

Em meados de março do mesmo ano, Vargas envia um extenso telegrama em resposta ao documento concernente às “*sugestões dos partidos do Rio Grande*”. As nove páginas de texto telegrafado sinalizam a urgência e a importância para Vargas em dirimir as tergiversações quanto ao impasse político com a FUG. Antes de pormenorizar o “heptálogo” proposto pela FUG, Vargas elabora uma espécie de relatório administrativo, relatando as medidas tomadas em seu governo. Ao assumir a chefia do Governo Provisório, Vargas dizia ter constatado o “*completo dismantelo*” em que se encontrava a máquina burocrática federal. Além de destacar o desequilíbrio nas contas públicas e a moratória da dívida externa, Vargas afirmava que as conseqüências dessa organização financeira acarretavam graves problemas aos setores produtivos e exportadores. Nesse sentido, partindo dessa constatação, o governo precisou envidar esforços administrativos para restaurar e equilibrar as finanças. Foi preciso “*sanear o ambiente moral e material*”, impondo sacrifícios de “*desintoxicação pelo jejum*”.<sup>133</sup>

---

<sup>131</sup> Em 24 de fevereiro de 1932 ocorre um ataque de militares do Clube Três de Outubro contra o Diário Carioca, jornal de propriedade de José Eduardo Macedo Soares, maior opositor ao clube no Rio de Janeiro. Conforme analisou Borges, a não punição dos responsáveis gerou uma crise política nas relações entre o governo federal e a FUG, aumentando a tensão entre Borges de Medeiros do PRR e Raul Pilla do PL com Getúlio Vargas. BORGES, Vavy Pacheco. op. cit. p. 48. A restauração da secção segunda do título quarto da Constituição de 1891 dizia respeito especificamente à “Declaração dos Direitos”. Entre os artigos dessa secção, destacamos o art. 72 sobre o direito à liberdade e à propriedade; o parágrafo 4º sobre a laicidade do ensino público; o parágrafo 18º sobre a inviolabilidade da correspondência; o parágrafo 28º sobre a não privação dos direitos civis e políticos por motivo de crença religiosa. Já o artigo 73 trata sobre a acessibilidade de todos os cidadãos brasileiros, civis ou militares, aos cargos públicos. Constituição da República do Estados Unidos do Brazil, 1891, Editora Livrarias do Globo.

<sup>132</sup> BORGES, Vavy Pacheco. op. cit. p. 48.

<sup>133</sup> Telegrama de Getúlio Vargas a Assis Brasil, 17-03-1932.

Essas medidas, para Vargas, não estavam no plano da política, permeado por pressões externas e regionais; em sua compreensão, seria mesmo contraditório quaisquer interferências políticas na administração do Estado. A política, como um lugar passional e permeado por contradições e interesses, não poderia, segundo Vargas, conduzir o processo de recuperação econômica e administrativa empreendida pelo governo.

*“Procurei dar tréguas a política e utilizar medidas de rigor cuja adoção, no períodos normais, os empenhos partidários impossibilitam. A missão administrativa, que me impuz levar adiante, tornou-se de tal forma absorvente que cheguei a despreocupar-me das contingências políticas.”<sup>134</sup>*

A análise política realizada por Vargas, procurava demonstrar o equívoco de uma administração pública o se submeter ao debate e ao jogo político. A fronteira entre a instância administrativa e os revezes da política deveria ser impermeável às contradições e aos interesses regionais. Do contrário, o país correria o risco de regressar ao período das “contingências políticas” que resultaram na “depreciação” e na “ruinosa política econômica”. Isso explicaria, segundo Vargas, o “aproveitamento de militares em algumas interventorias” no momento que “eram os mais capazes de manterem um regime de autoridade”. Os militares, na interpretação de Vargas, incólumes às pressões alvissareiras locais e sem “ligações partidárias”, não estariam subordinados aos “postulados e interesses dos partidos”:

*“Não fiz política, na acepção comum que se dá entre nós aos vocábulos. (...) Consagrei-me a administrar. Se quizesse desenvolver actividade política nada mais fácil: bastaria abrir o cofre dos favores, seguindo os precedentes. Procurei, assim, governar afastado das influências partidárias. Surgiu a reação política e em consequência os choques entre os próprios elementos revolucionários. Não era intenção minha, afasta do governo, a política. Antes queria, passada a hora da trégua, assegura, com isenção absoluta, o surto de todas as actividades partidárias. Os atos praticados ajustavam-se a este critério. A phase até agora*

---

<sup>134</sup> Telegrama de Getúlio Vargas a Assis Brasil, 17-03-1932.



*decorrida do governo provisório não teve finalidade política.”*<sup>135</sup>

Nesse ponto, reafirma as implicações de uma administração influenciada pela política. Para ele, na primeira etapa do seu governo, livre das admoestações partidárias e regionais, teria alcançado um “*notável*” resultado. Ao entreabrir uma nova etapa, dizia contar com a “*atuação edificante*” dos partidos do Rio Grande do Sul, “*irmanados em frente única*”. Importante destacar que, embora Vargas procurasse dizer que seu governo havia suprimido as pressões regionais, no mesmo documento, afirmava a Assis Brasil sua “*boa vontade e constante desejo de atender*” os interesses “*materiaes e inspirações de ordem política*” do Rio Grande do Sul. Evidentemente, não estamos afirmando que para Vargas poderia haver quaisquer contradições nessa fórmula política. Antes que, ao “*interpretar as aspirações da coletividade*”, seu governo soube mobilizar recursos suficientemente capazes para livrar o país da estagnação econômica. Em outras palavras, essa percepção, segundo Ângela de Castro Gomes, compartilhada tanto por liberais quanto por autoritários, postulava a solução técnica da “*organização*” governamental como única fórmula capaz de criar riqueza e desenvolvimento. Nesse sentido, os homens que faziam política eram identificados como portadores de uma incapacidade de analisar a realidade social.<sup>136</sup> Ora, se o mal é político, seria fundamental a criação de uma administração pública eficiente e técnica, portanto, segundo Vargas, despolitizada.

Acreditamos que ao detalhar suas “*impressões*” sobre as propostas da FUG, Vargas pretendia evitar a publicação, na imprensa, dos contenciosos entre os partidos do Rio Grande do Sul e o Governo Provisório. Essa estratégia constituía-se como uma forma de ocultar, ao debate público, questões que poderiam causar-lhe maiores dificuldades. Assim, ainda que tenhamos encontrado nos jornais do Rio Grande do Sul, tanto no Correio da Manhã como no A Federação e Correio do Povo, muitas dessas tratativas transcritas, foi possível observarmos, através da análise das missivas, a elaboração dos embates políticos, os projetos e a reflexão das contendas políticas, os debates e a recepção de críticas que não

---

<sup>135</sup> Telegrama de Getúlio Vargas a Assis Brasil, 17-03-1932.

<sup>136</sup> GOMES, Ângela de Castro (org.). Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994, p. 2.

apareciam nos jornais. Nesse sentido, o expediente espitelográfico tornava-se uma tática de gestão política ao “*coordenar pontos de vista e limitar divergências e mal entendidos*”.

Para Vargas, a apuração dos responsáveis e o castigo dos autores ou incitadores, militares e civis, envolvidos no atentado contra o “Diário Carioca”, somente seria possível na justiça comum. Diferentemente da proposta da FUG, Vargas dizia que a criação de uma “*justiça especial*” não teria maior “*eficiência do que a normal e legal*”. Portanto, quanto ao item 1º das proposições da FUG, seria “*fundamental reformulá-lo dentro das normas vigentes*”. Sobre a revogação dos direitos civis, expressos no título 4º da Constituição de 1891, Vargas afirmava que em função da natureza do “*governo, foi este forçado a suspender, no artigo 5º, apenas as chamadas garantias constitucionais e não os direitos.*” Na prática, há a suspensão das declarações que asseguravam os direitos civis, medida justificada por Vargas porque “*eles limitam o poder indispensável ao governo de facto*”. Para ele, entre a decretação do estado de sítio e as restrições aos direitos políticos e civis, o Governo, “*emanado de uma revolução*”, havia optado pela segunda alternativa. Para o Presidente, seria plenamente indispensável à ordem pública as “*faculdades discricionárias*” do governo federal, assim como vinham adotando outros países da Europa como a Itália e a Alemanha.<sup>137</sup>

Por conseguinte, na análise sobre os itens 3º, 4º e 5º, Vargas afirmava que seu governo havia envidado ações para a consecução e urgência da elaboração e aprovação da lei eleitoral. Quanto aos itens 6º e 7º, diretamente ligados às questões econômicas, Vargas procura esclarecer os procedimentos adotados pelo Governo Federal para a reforma do sistema tributário federativo. O decreto nº 20.631, de novembro de 1931, instituiu uma comissão técnica de estudos financeiros e econômicos, com o objetivo de analisar e reformular a política de impostos, orçamentos e empréstimos. Ao criar e instalar dentro do aparelho de Estado – ministérios e secretarias - um corpo de “*serviços técnicos*”, Vargas acreditava investir na arquitetura governamental, uma gerência especializada na definição de políticas econômicas e sociais. Em outras palavras, a comissão constituída por Antonio Carlos, Macedo Soares, Oscar Weinschenk, Agenor de Roure, Pandiá Calogeras, Tavares

---

<sup>137</sup> Telegrama de Getúlio Vargas a Assis Brasil, 17-03-1932.

de Lyera, Joaquim Catramby, Eugenio Gudín e Valetim Bouças indicava a preocupação do Governo Provisório em estabelecer um novo modelo de relações entre Estado e sociedade civil.<sup>138</sup>

Entretanto, apesar da extensa resposta de Vargas por telégrafo, acreditamos que esse veículo, apesar da agilidade, limitava a discussão e execução dos acordos políticos. Em 18 de março de 1932, em resposta a Vargas, Assis Brasil telegrafa acusando o recebimento da mensagem. No mesmo documento, ele afirma que enviaria uma outra “*carta aérea*” “*mais extensa, discreta e intimamente do que permite o Telegrafo, dos últimos deveres*”.<sup>139</sup> Possivelmente, por exigir um mediador que opera a máquina, geralmente instalada em repartições públicas, esse suporte de comunicação poderia trazer, aos remetentes, algum desconforto e intimidação. Além disso, em muitos casos, o operador editava as mensagens, apressando e restringindo a possibilidade de se revê-las.<sup>140</sup> Nesse sentido, mesmo que tenhamos encontrado em nossa pesquisa um número maior de telegramas entre as lideranças da FUG, Flores e o Governo Federal, as cartas constituíam-se, para os missivistas, como um espaço de vigorosa reflexão e embates políticos.

Contudo, apesar da mediação de Assis Brasil e Flores com o Governo Provisório, o rompimento não parecia algo inevitável. Tampouco podemos afirmar que essas tentativas conciliatórias, “*apesar do nervosismo da situação*”, não poderiam ser interpretadas tanto por Vargas e seus aliados quanto pelas lideranças da FUG, como uma possibilidade de um “*desenlace honroso para o Governo e para todos*”. Em carta enviada a Oswaldo Aranha, em 09 março de 1932, por exemplo, Augusto Simões Lopes dizia que o acordo parecia próximo devido à “*amizade sempre vigilante do nosso bom General e do Dr. Maurício*”. Além disso, embora as contradições ficassem cada vez mais visíveis, Lopes afirmava que a

---

<sup>138</sup> Telegrama de Getúlio Vargas a Assis Brasil, 17-03-1932.

<sup>139</sup> Telegrama de Assis Brasil a Getúlio Vargas, 18-03-1932.

<sup>140</sup> Nos telegramas enviados e recebidos no Palácio da Presidência e no Palácio do Governo Estadual, há no canto esquerdo superior um espaço para identificação do operador telegráfico.

“*alta serenidade e superior critério do Dr. Borges*”, levaria a uma solução consensual e pacífica ao desentendimento entre a FUG e o Governo Federal.<sup>141</sup>

Por sua vez, Flores da Cunha também acenava ao Governo Federal, após as reuniões com as lideranças da FUG nos primeiros dias de março de 1932, a viabilidade de um acordo político. Para Flores, seus esforços para um “*termo que recomponha a cordial solidariedade entre todos*” resultava do seu “*caráter e de sua linha de conduta*”. Em 10 de março daquele ano, Flores dizia acreditar que após a reunião com Borges, Pilla, Cardoso, Antunes Maciel, Sinval Saldanha e Simões Lopes teria “*chegado a uma fórmula que, com dignidade para todos, permita uma reconciliação definitiva*”. Na interpretação de Flores, “*apesar da excitação dos espíritos*” dos “*learders*” do PL, todos acatariam as deliberações acordadas entre Assis Brasil e Borges de Medeiros. Mesmo “*não tendo dissipado todas as nuvens*”, conforme escreveu Flores a Vargas, a solução parecia-lhe próxima.<sup>142</sup>

Entretanto, as evidências mostram-nos que as projeções de Flores não se concretizaram. Em resposta a Vargas, desta vez sem qualquer mediação, Raul Pilla e Borges de Medeiros enviam-lhe um extenso telegrama, destacando a crise provocada com a renúncia de Mauricio Cardoso, Lindolfo Collor, Baptista Luzardo e João Neves da Fontoura dos cargos que ocupavam na administração federal. Acompanhando essas lideranças do PL e do PRR, também Sérgio Oliveira, Ariosto Pinto, Fernando Antunes e Aníbal Barros Cassal abandonaram seus postos no governo. A saída desses “*colaboradores*”, segundo os missivistas, não deveria ser entendida por Vargas como uma demonstração de “*oposição sistemática*” ao Governo Provisório; antes, o que ocorria, na interpretação de Pilla e Medeiros, era uma incompatibilidade e “*inibição*” da FUG com o governo federal.<sup>143</sup>

Essa delicada situação, em que os missivistas afirmam sua solidariedade e respaldo, parecia se arrastar por muito tempo, sendo necessário “*deixar passar em silêncio*” para não “*criar nem agravar as dificuldades que assorbebam a governação da República*”. A

---

<sup>141</sup> Carta de Augusto Simões Lopes a Getúlio Vargas, 09-03-1932.

<sup>142</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 10-03-1932.

<sup>143</sup> Telegrama de Raul Pilla e Borges de Medeiros a Getúlio Vargas, 18-03-1932.

invasão do Diário Carioca, as acusações de prisões, a morosidade de Vargas no atendimento às reivindicações das lideranças da FUG, a “*intolerância e a violência*”, segundo os missivistas, tendiam a corroborar a instauração de um “*regime de terror em todo o país*”. A instabilidade social e política, golpeada pela truculenta ação militar durante os comícios em comemoração à data da fundação de São Paulo, além do “*nefando atentando a liberdade de imprensa*”, constituíram-se como os principais argumentos para o rompimento com o Governo Provisório. A “*impotência do governo*”, aliada à expansão das “*classes armadas*”, tornava insustentável o acordo político entre a FUG e Vargas.

O esvaziamento do Governo Provisório, provocado com a renúncia de diversos líderes da FUG, evidencia o acirramento dos conflitos existentes pelo controle da máquina administrativa federal. As argumentações desenvolvidas pelos políticos da FUG procuram ser bastante convincentes, na medida em que denunciam a “*ascensão de tendências extremistas*” e a supressão das liberdades civis e políticas. Com o “*espesinhamento*” de jornais, claramente de oposição, ao governo federal e com a violação das “*garantias democráticas*”, questionavam os missivistas, o que restará do “*regimem Republicano*”.<sup>144</sup>

Embora a crise instalada no governo federal, com o afastamento de nomes importantes dos quadros da FUG, parecesse irremediável, Pilla e Medeiros dão um ultimato a Vargas. Para eles, a tranquilidade institucional, a ordem e, conseqüentemente, a estabilidade do governo provisório, somente seriam possíveis com a aprovação das sugestões formuladas pela FUG. Com isso, acreditavam os missivistas, se o Governo Provisório havia sido o único responsável pelos agravos sociais e pelo clima de incerteza política, por sua vez, a superação dessas circunstâncias seria resultante do “*benevolente regosijo cívico da FUG*”. Além do atendimento ao “*mínimo das aspirações da opinião riograndense*”, caberia, ainda, ao chefe do governo provisório, convocar os líderes das “*diversas correntes revolucionárias*” para com eles organizar “*um plano de ação governamental*”.<sup>145</sup>

---

<sup>144</sup> Telegrama de Raul Pilla e Borges de Medeiros a Getúlio Vargas, 18-03-1932.

<sup>145</sup> Telegrama de Raul Pilla e Borges de Medeiros a Getúlio Vargas, 18-03-1932.

A reação de Vargas às constantes pressões das lideranças da FUG não tardou a aparecer nas cartas, sobretudo naquelas enviadas a Flores e a Mauricio Cardoso. Podemos observar, através da correspondência, a forma como o Presidente da República declarava-se “*intimidado*” e “*ultraçado*” diante às deliberações de Borges de Medeiros e Raul Pilla. Em carta enviada no dia 26 de março de 1932, Vargas comenta a Mauricio Cardoso sua apreensão quanto ao telegrama que havia recebido de Assis Brasil. O Presidente, de forma bastante incisiva, afirmava a necessidade de “*deixar esclarecido um ponto*” da divergência entre o Governo Federal e a FUG. Por tal motivo, ele retomava a trajetória da discussão, mediada por Assis Brasil, em que as “*sugestões da frente-única*” lhe haviam sido submetidas à avaliação. Para Vargas, a “*forma reservada dessa correspondência e o desejo de entendimento*” teriam lhe provocado a “*convicção de que se tratava de abrir as primeiras demarches para uma troca de impressões*”. Com isso, segundo a interpretação de Vargas, o processo para a resolução do impasse estaria instituído em uma seqüência cadente de trocas e ajustes a serem combinados através das missivas.<sup>146</sup>

Mas, diferentemente da avaliação do Presidente, o enredo desenrolado foi outro. Se para o chefe do Governo Federal, a tramitação não teria quaisquer contratempos, haja vista a necessidade da manutenção do “*combinado*”, o contrário ocorria, causando-lhe profundo ressentimento.

*“(...) Ao contrário do esperado, recebo, porém, um telegrama descortez, cheio de censuras, redigido em tom de intimação, logo publicado e ainda expedido em forma circular aos Ministros e Interventores, tudo com enorme espalhafato, dando a impressão de que me queriam humilhar perante a opinião do país. Não exagero. Ponho as coisas no seu lugar próprio. Até agora não compreendo como semelhante documento fosse subscrito por um homem ponderado e experiente qual o dr. Borges.”<sup>147</sup>*

Se na resposta de Vargas para Assis Brasil, quanto ao acordo conciliatório entre a FUG e o Governo Federal, podemos identificar uma evidente formalidade política e uma tentativa de manter a aliança, na missiva enviada a Mauricio Cardoso, o chefe do executivo

---

<sup>146</sup> Carta de Getúlio Vargas a Mauricio Cardoso, 26-03-1932.

<sup>147</sup> Carta de Getúlio Vargas a Mauricio Cardoso, 26-03-1932.

federal não esconde sua indignação e mesmo revolta.<sup>148</sup> A análise feita por ele, considerava a ação dos partidos políticos do Rio Grande Sul uma atitude deliberada de traição. Nesse momento, Vargas considerou à manobra de Borges como uma “*decisão extremista*”, saturada de hostilidades e oportunista. Para ele, além do envolvimento do líder do PRR no processo conspiratório, também o jornal “*O Estado do Rio Grande*”, periódico oficial do PL, reiterava constantemente severas “*críticas e restrições*” ao Governo Provisório.

Em carta escrita em Buenos Aires e enviada a Vargas em julho de 1932, Assis Brasil dizia que os acontecimentos políticos no Brasil causavam-lhe “*tamanha surpresa quanto desolação*”. Para Assis Brasil, seu antagonismo no que se refere à direção política nacional não seria suficiente para lhe colocar numa posição de isolamento político, desde que, ressaltava o missivista, a “*remodelação democrática do Brasil*” iniciasse a “*implantação da reforma eleitoral*”. Contudo, na missiva aparecem as divergências sem qualquer comedimento ou restrição diante de possíveis contragostos políticos. Nesse sentido, o líder do PL sustentava três itens que para ele deveriam ser resolvidos:

*“1º a demora da Convenção Nacional, que sustentei devia instalar-se dentro de noventa dias após o triumpho; 2º a tentativa de alteração do programma do movimento nacional, que devia continuar idêntico ao da Aliança Liberal, synthetizado na representação verdadeira e na justiça independente, deixando tudo mais para ser discutido e resolvido pela Nação legitimamente representada e confiante nas sancções judiciárias; 3º a conquista de São Paulo, ou outro Estado, por intrusos desconhecidos, incapazes e naturalmente offensivos aos mais nobres sentimentos locais. Ainda arriscando ser injustamente confundido com os vulgares prophetas de obra feita, presumo que os acontecimentos confirmaram os sombrios presentimentos que tantas vezes vazei nos nossos encontros e reuniões. Para*

---

<sup>148</sup> Em um excerto da missiva podemos verificar a indignação de Vargas sobre a posição política da FUG. “*Não mantenho intransigências, nem prevenções, quanto a esta ou aquela sugestão. Apenas quero que me tratem com a consideração devida. As divergências políticas não excluem a boa educação. Tudo isso que aconteceu e está acontecendo, é, certamente, muito lamentável. A verdade indisfarçável, entretanto, é que se creou entre o Governo Provisório e os partidos do Rio Grande um ambiente de desconfiança recíproca, que não sei si o tempo conseguirá destruir.*” Carta de Getúlio Vargas a Mauricio Cardoso, 26-03-1932.

*somente insistir em um ponto capital, estou cada vez mais persuadido de que Getúlio Vargas seria desde muito Presidente constitucional, fazendo administração fecunda, se houvéssemos atravessado a ponte periclitante dos primeiros dias com a rapidez que aconselhei.”*<sup>149</sup>

Acreditamos que Assis Brasil procurou estabelecer uma conciliação com o Governo Provisório, afastando do PL quaisquer incidências conspiratórias. A proposta de Assis Brasil assentava-se no “*restabelecimento da confiança recíproca, por todos desejada, entre o Governo Provisório e o Rio Grande unido*”. Para ele, o caminho deveria ser aquele traçado pela “*ALIANÇA LIBERAL executado com prontidão que o bom senso exige de um Governo de fato, provisório no nome e na essência*”. Nesse sentido, sentenciava Brasil, as “*crescentes malezas*” poderiam ampliar a deterioração do quadro institucional, caso o governo não viesse cumprir as “*promessas da revolução*”. Desta forma, a assertiva de Brasil procurava frisar que o apoio a Vargas não seria incondicional e estaria sujeito às “*decisões regulamentares tomadas*” pelo PL. A demora pelo processo eleitoral constituinte, as medidas centralizadoras de Vargas e a administração estadual de São Paulo nas mãos de “*intrusos desconhecidos*” perfaziam as principais divergências entre a FUG e FUP com o Governo Provisório.<sup>150</sup> Além destas tergiversações, Assis Brasil enumera outros sete itens para um possível acordo com Governo Federal:

*“1º Delegação de um magistrado para apurar o atentado contra as oficinas do “Diário Carioca;”*

---

<sup>149</sup> Carta de Assis Brasil a Getúlio Vargas, 14-07-1932.

<sup>150</sup> De fato, a coalizão da FUG com FUP e seu rompimento com o Governo Provisório suscitava inúmeras divergências e, evidentemente, cautela nas decisões. Em meados de julho de 1932, Pilla e Borges de Medeiros telegrafam a Francisco Morato e Altino Arantes, lideranças oposicionistas de São Paulo, propondo um acordo com Vargas. “*Na expectativa do nosso pronunciamento público a nação que faremos amanhã ratificando solenes compromissos moraes e políticos que nos vinculam ao bravo glorioso povo paulista perguntamos aos illustres correligionários como receberiam a propositura de comum acordo conosco o interventor federal neste estado afim de serem examinados os meios da cessação definitiva da lucta e do apaziguamento geral do paiz.*” Telegrama de Borges de Medeiros e Raul Pilla a Francisco Morato e Altino Flores, 12-07-1932. Em resposta as lideranças políticas da FUG, Francisco Morato telegrafa imediatamente dizendo aos “*eminentes chefes*” que não poderia interromper as operações a que foram “*arrastados*” pela intolerância do Governo Provisório. Caso a “*dictadura*” quisesse qualquer entendimento com as forças sediciosas, Morato afirmava que deveria partir do Governo Provisório a cessação dos combates. Telegrama de Francisco Morato a Borges de Medeiros e Raul Pilla, 13-07-1932.



*2º Restauração imediata da secção segunda do título quarto da Constituição de 24 de Fevereiro de 1891;*

*3º Decretação com a possível brevidade de uma Lei, que, mantendo e garantindo a ampla liberdade de imprensa, torne efetiva a responsabilidade dos autores de escritos e editores de publicações periódica, proibindo o anonimato;*

*4º Nomeação imediata de uma comissão de notáveis para a elaboração do projeto de Constituição que será entregue à apreciação pública e enviando, com as emendas que forem recebidas, à Assembléa Constituinte;*

*5º Providências administrativas imediatas para que tenha lugar no prazo do Decreto o início do alistamento eleitoral em todo o Território da República, prosseguindo-se regularmente no respectivo processo na forma de lei;*

*6º Durante o período pré-constitucional assumirá o Governo Provisório em nome da União, a responsabilidade das dívidas dos Estados que, a juízo dele, forem considerados insolváveis providenciando para sujeita-los daí em diante a um plano orgânico que lhes assegure a restauração financeira;*

*7º O Governo Provisório organizará com os técnicos necessários um conselho que estabeleça em novos moldes mais condiscantes com a experiência e a discriminação das rendas entre a União, os Estados e os Municípios e fixe as bases para a reconstrução econômica do País”.*<sup>151</sup>

Perpassando esse amplo projeto de reivindicações, proposto pelos líderes do PL, encontrava-se também o discurso pautado no posicionamento do líder do PRR, Borges de Medeiros. Por meio desse discurso, ressaltavam-se as iniciativas que iam desde a liberdade de imprensa e o fim do cerceamento aos partidos de oposição, à elaboração de um “*projeto de Constituição*” e redistribuição orçamentária dentro de princípios federativos. Nesse sentido, o acordo encaminhado por Assis Brasil e Pilla ao Governo Federal se assentava numa relação de interdependência entre os poderes municipal, estadual e federal, garantindo, assim, as “*bases para a reconstrução econômica do país*”. Além disso, Brasil e Pilla acordavam ainda sobre a necessidade do governo em tomar “*providências imediatas*” para o alistamento eleitoral e para a resolução das dificuldades financeiras de vários Estados.

---

<sup>151</sup> Carta de Assis Brasil a Getúlio Vargas, 14-07-1932.

### 1.3. Movimentos armados

Foi nesse contexto que Flores da Cunha, na chefia do executivo estadual, deveria ser o representante do Governo Federal no estado e, por sua vez, mediar os interesses regionais e partidários junto ao poder central. Nesse sentido, fortalecido por uma certa coesão das lideranças partidárias no estado que visavam intervir nos processos decisórios do Governo Provisório, Flores conseguiu ampliar sua participação mediadora nas esferas políticas estadual e federal. Dispondo do reconhecimento de Vargas como articulador das elites políticas riograndenses, Flores administrou o estado nesses primeiros anos após a revolução de 1930, aproveitando concessões financeiras e favores administrativos concedidos pelo governo central. Mediante, então, essa via de mão dupla, Vargas conclamava e, concomitantemente, impunha o controle dos poderes partidários estaduais, sob a vigência das ações políticas de Flores.

Para Pesavento, a indefinição de Flores quanto ao seu posicionamento político causava expectativa e apreensão aos líderes da FUG. Segundo a mesma autora, o alinhamento de Flores ao Governo Federal ocorreu em maio de 1932, com a ressalva de que Vargas daria uma “*solução satisfatória ao caso paulista*”.<sup>152</sup> Interpretação semelhante podemos verificar no estudo de Hélió Trindade ao afirmar que Flores da Cunha assume, em 11 de julho de 1932, a defesa incondicional do Governo Provisório. Por manifesto público, Flores ratifica o posicionamento do governo do Rio Grande do Sul em apoiar Vargas. Essa reorganização das forças políticas no estado redefinia os alinhamentos partidários que, segundo Trindade, criava uma “*quadro político rio-grandense de forma irreversível*”.<sup>153</sup>

---

<sup>152</sup> PESAVENTO, Sandra. op. cit. p. 95.

<sup>153</sup> TRINDADE, Hélió. (org.) *Revolução de 30: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1980, p. 109.

Portanto, acreditamos ser exemplar, no que se refere a essa questão, uma carta enviada por Vargas a Flores, em março de 1932, em que o presidente atribui ao “*Prezado Amigo*” a função de “*articulador político*”.

*“Tendo em vista as informações que me prestou, referentes à situação do Rio Grande do Sul, em benefício deste e do paiz, incumbo-o de sugerir-me, de lá, as medidas que lhe parecem mais acertadas para uma solução harmônica dos interesses gerais. Como meu amigo, meu representante e pessoa em que deposito inteira confiança, solicito-lhe o desempenho desse encargo. Não tendo ideais preconcebidas, nem pretendendo impor soluções, discutirei as hipóteses que se apresentarem. As disposições conciliatórias que me animam ficaram evidentes na resposta dada as sugestões que me foram apresentadas, por intermédio do Dr. Assis Brasil. Como estou de boa fé, só assumirei compromissos sobre aquilo que puder realizar e satisfeitas as condições necessárias a essa realização.”<sup>154</sup>*

Essa estreiteza nas relações entre o comando de Flores e o Governo Provisório, sobretudo seu apoio contra os revolucionários de 1932, mobilizando o Comando da Brigada Militar e da 3ª Região Militar do Exército, facultou-lhe uma temporária, porém liderança no estado e a confiança de Vargas. Ao postular em Flores “*inteira confiança*”, o Presidente parecia acreditar na estratégia florista para dissipar quaisquer interferências da FUG na condução da administração pública federal.

Entretanto, parece-nos que Flores procurou persuadir o Governo Federal através da mediação de Maurício Cardoso, para a resolução do “*caso São Paulo*”. Em julho de 1932, por exemplo, Flores envia um telegrama a Vargas informando-o ter “*ouvido o doutor Borges de Medeiros*”, a fim de pedir-lhe “*seu exame quanto à possibilidade de solução pacífica*” do conflito armado contra São Paulo.<sup>155</sup> O “*emissário*”, Mauricio Cardoso, deveria levar as “*sugestões*” de pacificação para serem avaliadas pelos revolucionários paulistas. Com esta iniciativa, Flores acreditava manter um canal de diálogo com as

---

<sup>154</sup> Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 23-03-1932.

<sup>155</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 16-07-1932.

lideranças da FUG, assim como demonstrava ao Governo Federal sua liderança na resolução da “*desordem provocada por São Paulo*”.<sup>156</sup>

De fato, Maurício Cardoso tornou-se o principal mediador entre os revolucionários paulistas e Flores da Cunha. Em meados de agosto de 1932, Cardoso reúne-se com Waldemar Ferreira, secretário da Justiça de São Paulo, entregando-lhe as condições da pacificação proposta por Flores. Parece-nos que as tratativas já haviam sido encaminhadas anteriormente, posto que Ferreira, segundo a ata da reunião, dizia não poder aceitar a “*fórmula de capitulação*”. Para Ferreira, “*uma constituição provisória outorgada pela ditadura*” contrariava os interesses e os “*sentimentos cívicos nacionais*”. Porém, procura afastar a hipótese de um movimento separatista ou mesmo de uma “*campanha personalista*” pela disputa de cargos administrativos na máquina do governo federal. Antes, na interpretação de Ferreira, era a convergência de ideais patrióticos que, “*diante da palavra empenhada por gaúchos e mineiros foi que São Paulo se atirou na guerra.*” Entretanto, as condições de pacificação pareciam-lhe inaceitáveis. Nesse sentido, ele rebatia a proposta de Flores ao afirmar que:

“*Se anima a todos o propósito de constitucionalizar o paiz quanto antes, marcando-se desde logo a data da realização da constituinte e antecipando-se a das eleições, se se der ao paiz um governo coletivo, que corresponda a expectativa do paiz, São Paulo poderá aceitar a pacificação imediata, desde que lhe assegure a continuidade do seu governo civil e das autoridades militares, mantidos os atos por eles praticados. (...) Se falais pelo ditador ou pelo interventor gaúcho, lembrai-lhes que acima dos interesses e*

---

<sup>156</sup> A equação do conflito não era de fácil resolução. Diversas postulações para a “*solução pacífica*” do “*caso São Paulo*” foram encaminhadas ao Governo Provisório, entre as quais 9 medidas propostas pelo General Góes Monteiro. “*1- A submissão integral (base fundamental), 2- Mudança do governo de S. Paulo e constituição do novo governo de accordo com as correntes de opinião, 3- A amnistia com restricção para o tribunal apurar, para serem aproveitados por ella os maos elementos, 4- Decretação dentro de três mezes de uma constituição provisória ‘ad referendum’ duma Assembléia Constituinte, 5- Leis de defeza do Estado e do Governo. Leis orgânicas das forças militares do paiz inclusive das forças públicas, 6- Homogenização da officialidade do exército por meio de um saneamento, 7- Disponibilidade dos officiaes que estiveram fora de suas funcções militares, 8- Liberdade de acção do Governo para ficar livre dos extremismos da direita e da esquerda, 9- Garantias de ordem militar em São Paulo, no caso do Governo concordar, como sejam, occupação dos armamentos e outras garantias exigidas e outra medidas de ordem geral.*” Carta de Góes Monteiro a Getúlio Vargas, 18-08-1932.

*das paixões individuais ou de facções, colocou São Paulo os da pátria brasileiro seguindo as directrizes da campanha liberal.*”<sup>157</sup>

Com o regresso de Cardoso de São Paulo para a capital federal, Vargas toma conhecimento da reunião e das “*condições dos rebeldes*”. Segundo ele, ao relatar o encontro com Cardoso ao “*Prezado Amigo General Flores da Cunha*”, São Paulo colocava-se na posição de “*vencedores para vencidos*”. Essa “*soberba*” condição dos revolucionários paulistas foi submetida à consideração do Ministério, sendo, conforme escreveu Vargas, “*unanimemente recusada*”.<sup>158</sup>

A contraproposta dos revolucionários assentava-se na ampla anistia em troca da deposição das armas.<sup>159</sup> E mais, “*seria constituído novo governo civil e paulista, e o Governo Federal adotaria uma constituição provisória, restabelecendo as garantias normais*”. Importante ressaltar que em anexo à carta enviada a Flores, Vargas envia a “*resposta que lhe deram os revolucionários*”. Entretanto, diferentemente do que foi exposto a Flores da Cunha, não identificamos qualquer menção, nesse documento, quanto à

---

<sup>157</sup> Ata da Reunião entre Mauricio Cardoso e Waldemar Ferreira, 15-08-1932.

<sup>158</sup> Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 18-08-1932.

<sup>159</sup> No dia 16 de setembro de 1932, Flores da Cunha reuniu-se com uma comissão constituída de “*peçoas de relevo em todas as classes sociais, sob a presidência do arcebispo D. João Becker*”. No encontro seriam negociadas as condições da “*fórmula capaz de por termo a luta armada*” e estabelecer a conciliação entre os sediciosos e Vargas. Flores resumia sua mediação afirmando à comissão ter empreendido “*constantemente esforços pela paz e ter combatido a rebelião paulista*”. Com essa estratégia, Flores procurava demonstrar ao Governo Federal o reconhecimento público da sua liderança política “*para o imediato apaziguamento da família brasileira*”. Diante disso, ele anexa os quatro artigos do “*Esboço de uma Fórmula para a Pacificação do Paiz*.” “*Art. 1º - É concedida amnistia plena e absoluta a todas as peçoas que de qualquer forma hajam participado do movimento insurreccional que irrompeu no Estado de S. Paulo em 9 de Julho de corrente ano, ou que a elle tenham adherido em movimentos congêneres verificados em outros pontos do paiz. Art. 2º - Os effeitos jurídicos da amnistia ora concedida ficam porém dependendo da deposição das armas pelos revolucionários paulistas e sua effectiva entrega ao Governo Provisório da República ou a Comissão por elle nomeada para esse fim. Art. 3º - A bem da execução do estabelecido no artigo antecedente, cessarão o cerco e o bloqueio a que estão sendo submetido os revolucionários paulistas, logo que os chefes civis e militares do movimento declarem, por modo authentico, aceitar a presente aministia nos termos em que ella se acha concedida. Art. 4º - Extinguindo a amnistia o próprio delicto, fazendo voltar as cousas na data de 3 de Outubro de 1930, sem exceptuar a parte relativa as garantias constitucionaes, salvo emq eu a referida Constituição for incompatível com o actual regimen provisório de governo da República.*” Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 17-09-1932.

constituição de um novo governo civil e paulista, conforme indicava Vargas. Antes, na continuidade da carta, ele refuta as imposições dos paulistas, afirmando que tal proposta se equivaleria a um “*simples armistício, para melhor articularem outro golpe, mais eficiente e decisivo*”. Ora, se a cessação do combate estava condicionada a dois dispositivos básicos: “1) *desarmamento das forças*; 2) *não aproveitamento, nos postos do futuro Governo paulista, dos elementos diretamente responsáveis pela rebelião*”, não haveria, de fato, a possibilidade de um acordo consensual entre os “*sediciosos*” e o Governo Federal.<sup>160</sup> O problema gerado com esse impasse era interpretado pelo Presidente como de difícil resolução, haja vista se “*manterem os rebeldes ainda muito intransigentes*”.<sup>161</sup>

O exame e o “*juízo claro e direto*” de Flores àquelas informações não tardou, afinal, a “*hora tão grave e perturbadora*” exigiria medidas conjuntas e eficazes. Por telegrama, Flores resume a situação da seguinte forma:

*“Precisamos desencadear ofensiva em todas as frentes para acabar com isto. Sou pela anistia aos vencidos mas só depois de abaterem armas. Toda demora nos é prejudicial. Telegrafei ao Góes nesse sentido, meus esforços já atingiram Jacarésinho e outros chegarão hoje em Faxina. Preciso saber por via postal condições apresentadas pelos rebeldes para deporem armas.”*<sup>162</sup>

A ofensiva desencadeada por Flores no Rio Grande do Sul contra os “*surtos rebeldes*” aconteceu a partir do recrutamento de soldados, abastecimento das tropas federais sediadas no estado, reaparelhamento bélico das milícias estaduais, destacamento de “*corpos provisórios*” para as frentes de combate travadas no interior do estado e em São Paulo, disponibilização da rede ferroviária estadual e, sobretudo, perseguição aos líderes da FUG, Raul Pilla, Lindolfo Collor, Baptista Luzardo e Borges de Medeiros.<sup>163</sup>

---

<sup>160</sup> Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 18-08-1932.

<sup>161</sup> Carta de Getúlio Vargas a Mauricio Cardoso, 25-08-1932.

<sup>162</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 24-08-1932.

<sup>163</sup> O General do Exército Góes Monteiro empreendeu a maior ofensiva contra as forças “*sediciosas*” de São Paulo. Além de cobrar de Vargas e Flores da Cunha maior rigor contra os “*rebeldes paulistas*”, frequentemente interferia no comando governamental para a dispersão dos

A movimentação dos contingentes militares e das lideranças políticas da FUG foi amplamente noticiada a Vargas por inúmeros informantes. No início de setembro de 1932, por exemplo, Antunes Maciel escreve ao “*Ilustre Presidente Amigo*”, as “*notícias do front*”. Após relatar os confrontos e as baixas ocorridas nos municípios de Santo Ângelo, Santiago, São Luiz, São Francisco de Assis e Santa Rosa, Maciel descreve com detalhes a situação em que se encontravam os líderes frentistas:

*“O pugilo de Borges & Comp. está diminuído. Pilla não suportou a vida bucólica e esta no Uruguai, tendo passado por Melo, por Lavras, há dois dias. Sisson, outro dos companheiros, foi preso no município de Rosário, onde deve ter ido em objeto de ligação. Com o dr. Medeiros, ficou Luzardo, e o seu paradeiro atual está entre Caçapava e lavras, mais ou menos. O grupo Toribio Gomes parece que se incorporou ao de Marcial. Em S. Sebastião, surgiu outro grupelho, que perseguido desapareceu ou dissolveu-se. (...)Estamos esperando os prometidos aviões, mas não será de admirar que a sua utilização se torne dispensável, visto como não acreditamos, sinceramente, no fôlego dos rebeldes. Continuamos vigilantes e temos ainda diversos corpos para enviar, como já o explicou Flores.”*

Apesar de Maciel enfatizar que no Estado não havia registrado “*ocorrências maiores*” que pudessem comprometer a “*aproximação da vitória*” contra as “*forças*

---

focos de resistência, tanto no Rio Grande do Sul como em São Paulo. Em maio de 1932, Góes envia a Getúlio Vargas uma série de indicações para o impasse gerado com o “*caso São Paulo*”. Para ele, a “*situação em S. Paulo não comportará mais meias-medidas e o Governo se não quis ver as dificuldades gravemente acrescidas, e as cousas tomarem rumo assas inconveniente para a estabilidade terá que encarar energicamente a mesma situação (suscetível de se agravar a cada hora que passa), empregando os meios de força capazes de liquidá-la, a custa mesmo dos maiores sacrifícios*”. As “*medidas de emergência*” as quais o Governo Provisório deveria tomar, foram divididas em dois itens: “*a) Organização do Governo de acordo com os interesses nacionais; b) Instituição do Governo Militar de S. Paulo, dependente do civil e responsável pela segurança pública, munido de amplos poderes para empregar a força militar, toda ela a sua disposição, com autoridade para ir até as medidas excepcionais e extremas.*” Para o oficial, com essa política evitar-se-ia a dispersão da unidade nacional e estancaria os surtos de revoltas regionais. Nesse sentido, para Góes, estaria nas mãos do militares a condução política e administrativa do Estado. Evidentemente, essas medidas viriam acompanhadas de um amplo leque de demandas e exigências do oficialato. Além do reforçamento da guarnição militar sediada no Estado de São Paulo, Góes exigia do Governo Federal a decretação do estado de sítio, o controle militar sobre todos os serviços que pudessem ser utilizados na imposição da ordem e a censura à imprensa. Claro está, que com a reorganização das bases militares, seria necessário também o reaparelhamento bélico das guarnições, seja através da compra de aviões ou através da aquisição de novas metralhadoras e navios de guerra. Carta de Góes Monteiro a Getúlio Vargas, 08-05-1932.

*sediciosas*”, o missivista destaca a paralisação das linhas ferroviárias com a destruição do pontilhão da Cruz, o que provocou cessão do tráfego entre Pelotas e Bagé. Entretanto, em outra carta, desta vez enviada a Vargas pelo desembargador Florêncio Abreu, o missivista interpreta a situação de forma bastante diferente. No relato, Abreu dizia que logo após ter desembarcado na cidade do Rio Grande, as notícias que lhe chegavam eram “*muito alarmantes*”.

*“a Serra havia se levantado; Bagé também, pois o trem noturno não chegara a Pelotas e não se vendiam passagens para aquela cidade; a situação desse ultimo município era muito delicada, tanto que o Firpo havia sido preso e seguira escoltado para o Rio; e o dr. Borges se achava em São Sepé a frente de uma coluna com Luzardo”.*<sup>164</sup>

Entretanto, ainda que a situação não fosse totalmente favorável às forças oficiais devido à insubordinação do 7º Regimento de Infantaria do Exército sediado no estado para Abreu, o estabelecimento do “*Governo Revolucionário*”, decretado por Medeiros e Luzardo, era um “*insucesso previsto e que somente os cegos não viam*”. Segundo o desembargador, com a dispersão do regimento de Santa Maria e com o “*desbarato da escolta do Dr. Borges*”, Flores havia apreendido documentos os quais “*informavam que o Dr. Medeiros seria aclamado Chefe do Governo*”. O “*Governo revolucionário*” seria ainda constituído por Raul Pilla, que assumiria a chefia da polícia, Luzardo e Collor formariam o secretariado e Otacílio Pereira seria o diretor da Viação Férrea.<sup>165</sup>

O cerceamento dos frentistas pelas forças militares comandadas por Flores, restringia qualquer avanço do reduzido contingente bélico da FUG. Com isto, para Abreu, o “*fracasso evidente*” determinava o recolhimento do “*velho*” Borges e o “*acabrunhamento moral*” do líder libertador Raul Pilla. Quanto a Collor e Otacílio Pereira, estes seguiriam escoltados e expulsos pelas brigadas estaduais para a Argentina. Possivelmente, por antigos laços que ligavam Flores ao “*velho*” Presidente do Estado do Rio Grande do Sul e líder do PRR, a determinação do interventor foi a que prestassem “*atenções especiais*”, deixando

---

<sup>164</sup> Carta de Florêncio Abreu a Getúlio Vargas, 05-09-1932.

<sup>165</sup> Carta de Florêncio Abreu a Getúlio Vargas, 05-09-1932.



Borges em liberdade. Ainda assim, segundo o “*relatório*” de Abreu sobre a “*confusão política*” no Rio Grande do Sul, Borges não se entregou facilmente aos batalhões que o cercavam na fazenda em Bagé, embrenhando-se “*nuns banhadaes próximos e de difícil acesso*”.<sup>166</sup>

A recorrência que encontramos nas cartas enviadas a Vargas e a Flores da Cunha, sobre o dramático destino de Borges de Medeiros, principal articulador da FUG, parecia desejar demonstrar o “*malogro da pretendida revolução*”. As imagens que os missivistas destacavam nos textos epistolares, apresentavam-no como um “*político derrotado*” que, “*mudando nocturnamente de acampamento*”, escondia-se como um bicho acuado. Do “*velho*” e “*carcomido*” esperava-se apenas “*alguma campanha de imprensa e telegrapho*” como última e derradeira tentativa de combate.<sup>167</sup>

Contudo, se por um lado o flanco de operações militares se fechava para as lideranças da FUG, haja vista as perseguições, prisões e banimento de suas lideranças para fora do país, por outro, a luta não estava encerrada. De fato, em nossa pesquisa, encontramos um panfleto-manifesto que circulou nas cidades de Bagé, Santa Maria e Porto Alegre entre o final de agosto e início de setembro de 1932, o que vem a confirmar a campanha em outros *fronts* da luta política. O documento, cujo título era “*O Rio Grande do Sul em armas*”, foi assinado por Borges de Medeiros, Raul Pilla, Baptista Luzardo e Lindolfo Collor. O escrito era dirigido “*Ao Rio Grande do Sul*” e destacava, logo no início, “*os graves imperativos de ordem moral e cívica*” que haviam levado as lideranças da FUG ao rompimento, em março de 1932, com o governo federal. Mais que isso, o documento atacava diretamente Flores da Cunha ao narrar a trajetória dos acordos e alianças políticas estabelecidos entre o interventor e a FUG. Como um caminho de mão dupla, segundo os signatários do documento, Flores “*sellára connosco o pacto de acompanhar-nos em*

---

<sup>166</sup> Carta de Florêncio Abreu a Getúlio Vargas, 05-09-1932.

<sup>167</sup> Carta de José Câmara Canto a Getúlio Vargas, 06-08-1932.

*qualquer emergência*”, bem como as lideranças da FUG reafirmavam o apoio às decisões do interventor.<sup>168</sup>

O itinerário dos debates, conferências e “*decisões collectivas*”, as quais definiram os “*compromissos de honra com a nação, especialmente com São Paulo*”, é destacado no texto, procurando demonstrar à opinião pública do estado a justeza do rompimento e a legalidade das reivindicações “*de caráter regional e nacional*”. Para os signatários do documento,

*“era-nos licito esperar que nessa excepcional conjuntura, assumisse o sr. Flores da Cunha uma attitude benévola senão favorável a São Paulo, conforme nos autorizavam a crer as suas anteriores manifestações públicas e o seu perfeito entendimento, até então, com os representantes da Frente Única Riograndense. Eis porém, que s. exa. com surpresa geral, adopta o partido contrario e passe a ser um servidor incondicional da Ditadura, contra a qual chegara antes a armar-se e a não dissimular certas ameaças.”*<sup>169</sup>

A atitude de Flores da Cunha em manter-se “*servidor incondicional da Ditadura*”, rompendo e traindo compromissos previamente acordados e a sua própria palavra anteriormente manifestada, é interpretada pelos líderes da FUG como um “*golpe de surpresa*”. Nesse sentido, a animosidade de Medeiros, Luzardo, Collor e Pilla contra Flores da Cunha se justificava na medida em que as forças militares, sediadas no estado, estiveram sob as ordens do governo estadual para dissipar os focos de resistência. Para eles, o levante que teria iniciado no Rio Grande do Sul contra os “*delírios de um governo ostensivamente divorciado da moral e da razão*”, possivelmente reconduziria o país “*aos quadros da lei*”. Entretanto, o contrário se colocava na ordem dos acontecimentos. Além de enviar tropas para combater os “*rebeldes de São Paulo*”, criando um impasse que, segundo os signatários do panfleto, estaria “*custando milhares de vidas ao Brasil*”, Flores era o responsável pela desordem econômica e pelo cenário de ruínas que já avistava. Portanto, o caos que se abatia

---

<sup>168</sup> Panfleto distribuído nas cidades de Bagé, Santa Maria e Porto Alegre, assinado por Borges de Medeiros, Raul Pilla, Baptista Luzardo e Lindolfo Collor. s/d.

<sup>169</sup> Panfleto distribuído nas cidades de Bagé, Santa Maria e Porto Alegre, assinado por Borges de Medeiros, Raul Pilla, Baptista Luzardo e Lindolfo Collor. s/d.

no país teria como responsável último Flores da Cunha, posto que lhe atribuíram por suprir e manter o “*governo discricionário e arbitrário*”.<sup>170</sup>

Além desse panfleto, possivelmente escrito ainda durante os conflitos armados, encontramos um outro documento, desta vez enviado do exílio e assinado por Raul Pilla, João Neves da Fontoura, Baptista Luzardo e Lindolfo Collor. Da distância do exílio em Buenos Aires, os missivistas diziam levar com aquela extensa carta o “*depoimento ao tribunal da opinião pública*”. De fato, o texto se assemelha em muito a um processo criminal, posto ao uso freqüente dos termos “*crime*”, “*processo*”, “*conspiração*”, “*juízo*”, “*prova*”, “*veredictum*”, “*inquérito*”. Evidentemente, o réu a ser julgado nesse “*processo político*” era aquele que, segundo os missivistas, havia conspirado com São Paulo e teria “*manejado de surpresa o punhal da ignomínia*” contra seu aliado. Como em qualquer processo criminal, havia a necessidade de levantar os antecedentes criminais do acusado. Nesse sentido, para os missivistas, o interventor Flores da Cunha, réu confesso do crime, seria duplamente traidor, afinal, “*distribuiu armas contra o governo provisório*” e depois “*tomou armas em defesa da ditadura*”, rasgando os acordos com São Paulo. Para as lideranças da FUG, a intransigência de Flores, seu caráter desleal, suas ações contraditórias, eram pouco dignas de confiança e valor moral. Assim, as acusações e injúrias seriam procedentes na medida em que Flores, para os missivistas,

“(...) tanto na reunião de Cachoeira, como, mais tarde, em conferência com o Sr. Borges de Medeiros e em discursos e manifestações públicas que correram mundo e estão na memória de toda a gente, comprometera-se o interventor a acompanhar o seu partido e a frente única em ‘qualquer hipótese’, ainda que ‘em erro estivessem’ e mesmo em transe extremo do sacrifício, que era a do ‘companheiro’”.<sup>171</sup>

No documento, os signatários procuram demonstrar as contradições da ação política de Flores da Cunha, mencionando, por exemplo, a carta de demissão do interventor enviada

---

<sup>170</sup> Panfleto distribuído nas cidades de Bagé, Santa Maria e Porto Alegre, assinado por Borges de Medeiros, Raul Pilla, Baptista Luzardo e Lindolfo Collor. s/d.

<sup>171</sup> Carta de Raul Pilla, João Neves da Fontoura, Baptista Luzardo e Lindolfo Collor ao Jornal Correio do Povo, 15-10-1932.

ao chefe do governo provisório. Se na carta a Vargas, o interventor do Rio Grande do Sul reafirmava seus “*deveres de honra*” com a FUG, questionavam os missivistas, como então se manteve no governo; se dizia “*manter intata*” sua palavra de aliança com São Paulo, como combateu as tropas constitucionalistas? Segundo os líderes frentistas, a manobra de Flores, perfilada de interesses em manter-se no poder, mostra sua incapacidade de liderança governativa.

Ora, se o próprio interventor, conforme acusavam os frentistas, “ *julgava inevitável a revolução*” contra o Governo Provisório, articulando inclusive uma sublevação armada, como poderia ele ter se tornado o principal defensor de Vargas? As “*providências de caráter estratégico e tático*” de Flores, “*instigando*” a mobilização política de São Paulo e do Rio Grande do Sul contra Vargas são assim relatadas:

*“O Sr. Flores da Cunha resolvera, positivamente, intranqüilizar o Rio Grande e alarmar a Nação. Fez, com ruído estrépido, concentração de fôrças da Brigada em Santa Maria. Trens militares desciam das serras e atravessavam a campanha. E não satisfeito com isso, não se arreceiou, em reunião solene dos chefes e líderes da frente única, de acusar o digno Claudino Nunes Pereira, então comandante geral da Brigada Militar, de haver levado ao conhecimento do general Andrade de Neves os aprestos guerreiro que, por ordem do interventor, se estavam fazendo contra ditadura.”<sup>172</sup>*

A narrativa continua detalhando minuciosamente a coalizão conspiratória contra o Governo Provisório, engendrada por Flores da Cunha. Segundo o documento, Flores envidou uma aproximação junto aos oficiais militares das brigadas sediadas no Estado, com o objetivo de resguardar belicamente o movimento sedicioso. Mesmo que alguns generais, como por exemplo, o oficial da 3ª Região Militar do Rio Grande do Sul Andrade Neves, tenham declinado ao plano revolucionário, ainda assim, Flores continuaria participando do movimento. Na retrospectiva elaborada nessa missiva, as lideranças exiladas da FUG destacavam a “*desprezível*” atitude de Flores ao se manifestar inicialmente favorável à sublevação contra o Governo de Vargas. Na capital federal, Flores teria afirmado aos

---

<sup>172</sup> Carta de Raul Pilla, João Neves da Fontoura, Baptista Luzardo e Lindolfo Collor ao Jornal Correio do Povo, 15-10-1932.

líderes da FUG que mantinha “à disposição, em Porto Alegre, um aeroplano que o deveria levar para Santa Maria, onde, ao primeiro grito, assumiria o comando das tropas rio-grandenses, depois de haver abandonado a interventoria.”<sup>173</sup>

De fato, se por um lado Flores assumia publicamente seu rompimento com o Governo Provisório, por outro negociava a pasta do Ministério da Justiça com o executivo federal. Essa atitude do interventor pode ser traduzida como uma estratégia que procurava ganhar tempo em uma situação imprevisível do jogo político. A ameaça de levantes civis, a conspiração de militares, a insatisfação das bases partidárias no Rio Grande do Sul e em São Paulo, tornavam o cenário político instável e conflitante. Após as reuniões na cidade de Irapuãzinho, onde o PL e o PRR deliberaram conjuntamente a cisão política com o governo federal, não haveria, a partir daquele momento, qualquer possibilidade de Flores continuar alinhado a Getúlio Vargas. Ainda assim, parece-nos que os canais de negociação, segundo os missivistas, permaneciam abertos até o último instante.<sup>174</sup>

O afastamento definitivo da FUG do Governo Provisório correspondia não somente a uma possível desmobilização partidária, mas também em uma perda significativa da participação na gestão pública administrativa. A alternativa encontrada pelas lideranças frentistas, seria a indicação de Flores ao Ministério da Justiça para, dessa forma, conduzir “a efeito a constituição de um gabinete nacional”.<sup>175</sup> Na prática, tal estratégia pode ser

---

<sup>173</sup> Carta de Raul Pilla, João Neves da Fontoura, Baptista Luzardo e Lindolfo Collor ao Jornal Correio do Povo, 15-10-1932.

<sup>174</sup> A luta política travada entre as lideranças da FUG e o Governo Provisório perpassava e constituía constantemente as temáticas presentes nas missivas trocadas entre esses agentes. Um exemplo disso, podemos verificar na carta de Antunes Maciel ao Governo Provisório, em 02 julho de 1932. A indefinição das alianças políticas e de um pacto governativo, foi assim descrita por Maciel: “(...) já se anunciam novas ‘démarches’ pro-conciliação. – Quando terminará esse minueto? A platéia vai-se enfarando, e, a cada tentativa fracassada, mais se agrava a situação geral.” Carta de Antunes Maciel a Getúlio Vargas, 02-07-1932.

<sup>175</sup> Evidentemente, com a indicação de Flores da Cunha para o Ministério da Justiça ou para a pasta do Interior, tornaria vaga a cadeira da governança estadual. Com isso, outro problema surgiria, posto que para a FUG, o Governo Provisório não poderia prescindir da anuência das lideranças políticas do PL e do PRR na nomeação para a Interventoria. Florêncio Abreu, em carta enviada em junho de 1932, apresentava a questão para Vargas da seguinte forma: “Contra a grande corrente de opinião inspirada pelo ‘Estado’ e outros órgãos de ‘Frente Única’, tenho sido um dos que tem aplaudido a resolução do aproveitamento dos talentos e alto prestígio do Flores no Ministério do Interior, no interesse superior da República e para o bem dos destinos do país. E si o Flores

identificada como uma tentativa da FUG de não restringir seu campo de atuação política. Entretanto, conforme já analisado, “*essa fórmula não vingou*”. Segundo os frentistas, “*em perfeita concordância com líderes e com o próprio Sr. Flores da Cunha*”, a FUG optou por uma posição “*mais radical, de definitivo rompimento das negociações e da volta ao statu-quo-ante*”.<sup>176</sup>

Para os líderes da FUG, ao não encontrarem entre seus correligionários quaisquer restrições à decisão de se oporem à “*dictadura*”, o caminho para “*alçar armas*” estaria francamente aberto. O esgotamento de todas as possibilidades conciliatórias para a “*constituição de um governo de concentração nacional*”, segundo os signatários do aludido documento, teria naufragado devido à “*dúplice atitude*” de Flores.<sup>177</sup>

---

*aquiesceu em aceitar a pesada investidura é porque, sem dúvida, cedeu aos ditames do seu alto patriotismo. Não podia compreender bem as razões de ‘graves conseqüências’ que invocam os parédros dos dois partidos. A princípio supuz que fosse uma questão de suscetibilidade partidária em face das injuções do heptalogo, pois, realmente, a colaboração do Flores no Ministério é em última análise uma, por assim dizer, defecção do dito heptalogo. Mas perquirindo melhor, consegui decifrar das nossas cassandras. Não se trata de suceptilizar ‘heptalogo’, o qual já desapareceu da memória dos vivos; já ninguém pensa nisso. O caso é outro. As ‘graves conseqüências’ são o receio da vinda do Aranha para a interventoria ... Uma vez, pois, que fique categoricamente afastado esse receio da ‘Frente Única’, tudo se aplinará(...). Carta de Florência Abreu a Getúlio Vargas, 21-06-1932.*

<sup>176</sup> Carta de Raul Pilla, João Neves da Fontoura, Baptista Luzardo e Lindolfo Collor ao Jornal Correio do Povo, 15-10-1932.

<sup>177</sup> O rompimento da FUG com o Governo Provisório foi acordado entre as lideranças da FUG em março de 1932. João Neves da Fontoura comunica a Vargas o rompimento da coalizão política após a decisão do PL e do PRR. Segundo Neves da Fontoura: “*Em conseqüência dos últimos acontecimentos e tendo em vista a impossibilidade de alcançar o seu objectivo, que se resumia no restabelecimento da cooperação leal de todas as correntes de opinião, assegurando-se uma eleição livre em 3 de maio, os partidos sul-riograndenses dão por findas as negociações por mim entabuladas no intuito de se constituir um governo de concentração nacional. Exclusivamente interessados no predomínio da ordem civil, no restabelecimento da disciplina no Exército e na rápida reconstitucionalização do país, lamentam os republicanos e os libertadores riograndenses a impossibilidade em que se encontram de trazer ao Governo Provisório a sua colaboração e o seu apoio. (...) Tendo envidado pessoalmente e lealmente os maiores esforços para a obtenção do alto desinteratam consistente na reconciliação dos brasileiros em torno de V. Ex., só me resta acalentar a esperança de melhores dias para nossa Pátria.*” Carta de João Neves da Fontoura a Getúlio Vargas, 29-06-1932. Oswaldo Aranha ao tomar conhecimento da missiva enviada por João Neves da Fontoura a Vargas, telegrafa a Flores da Cunha pedindo-lhe que tomasse “*conhecimento desses factos*”. A medida de Aranha objetivava esclarecer se a transmissão epistelográfica de Neves da Fontoura, de fato, traduzia o “*pensamento real das duas fórmulas*” envidadas para a conciliação da FUG com o Governo Provisório. Carta de Oswaldo Aranha a Flores da Cunha, 29-06-1932.

Ao definirem a referida missiva como um “*processo*”, os frentistas postulavam ao documento um valor irremediavelmente comprobatório e legítimo de acusação. E mais, as constantes referências às atas de reuniões e a epistolografia trocada entre as lideranças da FUG com Flores e Vargas, demonstram a intenção dos missivistas em, de fato, atribuir ao documento uma autoridade inquestionável. Nesse sentido, essa estratégia de argumentação narrativa se aproxima daquilo que Pocock chamou de “*linguagens do ideário político*”. Para o autor, o “*discurso político*” pode ser apropriado e redefinido de acordo com a forma pela qual os “*jogadores exploram a regra uns contra os outros, e, no devido tempo, como atuam sobre as regras com o resultado de alterá-las*”. Em outras palavras, a luta política recorre constantemente a um “*determinado conceito de autoridade*”, reconhecidamente legítimo pelos “*jogadores do campo político*”. As proposições do enunciado político, nesse sentido, afirmam-se a partir do emprego simultâneo de diferentes e polivalentes linguagens.<sup>178</sup>

Com efeito, fica evidente no documento epistolar a intenção dos frentistas em mostrar as contradições da prática política de Flores da Cunha. Ao citarem missivas e discursos do interventor do Rio Grande do Sul, os frentistas recolocavam estrategicamente as “*palavras*” de Flores, atribuindo-lhes outros significados. Pocock considera que essa articulação na linguagem procura atribuir à enunciação política conseqüências e implicações que inicialmente não estariam previstas pelo autor.<sup>179</sup>

Entretanto, as referências às intrigas e aos embates políticos aos quais se envolveu Flores da Cunha, não se restringiam tão somente a uma análise dos acontecimentos imediatamente anteriores à data da missiva. Antes, o argumento se assentava em uma “*dimensão histórica*” das ações de Flores da Cunha. As “*insinuações do passado*” político dele resguardavam as acusações de traição e despotismo cometidos pelo Interventor. As explicações sobre aquilo que os frentistas consideravam uma inaceitável transgressão de

---

<sup>178</sup> POCOOCK, J. G. A. (org) *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 27.

<sup>179</sup> Aceitamos a posição de Pocock ao afirmar que “*podemos ver que cada contexto lingüístico indica um contexto político, social ou histórico, no interior do qual a própria linguagem se situa.*” Contudo, afirma o autor, “*somos obrigados a reconhecer que cada linguagem, em certa medida, seleciona e prescreve o contexto dentro do qual ela deverá ser reconhecida.*” POCOOCK, J. G. A. (org.) op. cit. p. 37.

caráter político, não se baseavam exclusivamente na cisão de Flores com a FUG e seu rompimento com a FUP. O discurso político dos frentistas, ao afirmar que as ações do interventor eram conduzidas sem o aval das lideranças da FUG, ratificava as arbitrariedades e a ilegalidade do governo florista:

*“Só mesmo o golpe de surpresa tornou possível o espetáculo da agressão de São Paulo pelas costas. Nunca o Rio Grande do Sul viveu horas longinquamente comparáveis à completa sonegação, pela força bruta, dos direitos mais elementares e sagrados em que a capacidade policial do Sr. Flores da Cunha, conseguiu exceder-se a si mesma. Não se poderia negar que ele fez jus à imperecível gratidão da ditadura. Revolucionário que saíra a campo para defender as liberdades públicas confiscadas no Brasil, realizou no Rio Grande do Sul uma obra de compressão policial e militar, como nunca conheceu nenhuma das mais lamentáveis republiquetas do Continente. A liberdade de opinião foi suprimida por completo. Apenas os jornais francamente aditos à interventoria, que são os da propriedade pessoal do interventor, podiam manifestar-se livremente, para elogiar a atitude do interventor.”<sup>180</sup>*

Segundo os líderes frentistas, a “violência das metralhadoras”, a “compressão policial”, a espionagem, a delação, e a publicação nos jornais de “mentiras audaciosas”, justificavam o ressentimento pela dominação “injuriosa de Flores”. Contudo, se no documento destinado à opinião pública nacional, podemos identificar um forte investimento afetivo que procurava disseminar a idéia de que Flores havia traído os princípios programáticos do seu partido e seus correligionários políticos, também encontramos a postulação de alternativas ao impasse político. Embora para os políticos da FUG, conforme analisado anteriormente, não lhes parecia haver qualquer possibilidade de uma trégua ao embate travado com Flores, eles não descartavam a hipótese de uma reaproximação com o Governo Federal. As alternativas para a dispersão do conflito e para “apaziguamento do espírito civil da Nação” estaria na convocação das eleições para a Assembléia Constituinte. Do contrário, a “política anarquizadora”, “a falta de franqueza”

---

<sup>180</sup> Carta de Raul Pilla, João Neves da Fontoura, Baptista Luzardo e Lindolfo Collor ao Jornal Correio do Povo, 15-10-1932.



e “*a ausência de rumos construtores*”, levaria o país ao caos social e à instabilidade política.<sup>181</sup>

#### 1.4. A fundação do Partido Republicano Liberal

O Governo Central convocou uma comissão para elaborar o anteprojeto da futura Constituição e a reorganizar as novas bases partidárias para a eleição da Constituinte. Contudo, Vargas continuava sua aproximação política com Flores, procurando expandir e fortalecer sua base de poder. Nesse sentido, o Governo Provisório manteve intenso contato telegráfico com Flores, comunicando-o a respeito dos procedimentos políticos no âmbito da administração federal e recorrendo, freqüentemente, as suas orientações. Em carta sobre a articulação política nacional e quanto à possibilidade da criação de um partido, cuja força deveria ser o “*instrumento para a renovação moral do país*”, Vargas afirmava a Flores:

*“Levando este assunto ao teu conhecimento, inspira-me o desejo de que o estudes, por ser a tua colaboração, com a qual quero antecipadamente contar, indispensável ao êxito da iniciativa. Ficarás, assim, habilitado a, desde já, orientares a atuação política que os acontecimentos, fatalmente, exigirão de ti, no Rio, no sentido da nova organização que deverá surgir dos escombros dos velhos partidos.”*<sup>182</sup>

Na missiva, o Presidente Vargas evidenciava a Flores seu papel no novo quadro institucional que se construía e deixava claro os limites da “*atuação política*” que caberia ao governante do Rio Grande do Sul. A extinção ou reformulação dos “*velhos partidos*” caberia ao interventor na medida em que da “*nova organização*” e dos “*escombros*”, o governo federal suplantaria as divergências políticas e alcançaria a paz e a ordem social.

---

<sup>181</sup> Carta de Raul Pilla, João Neves da Fontoura, Baptista Luzardo e Lindolfo Collor ao Jornal Correio do Povo, 15-10-1932.

<sup>182</sup> Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 07-09-1932.

A “*colaboração*” de Flores ao Governo Federal traduzia-se na indicação de nomes para cargos federais e na dispersão das forças de oposição no Rio Grande do Sul. A nomeação de Francisco Antunes Maciel Júnior para ocupar a pasta do Ministério da Justiça foi uma das principais conquistas do interventor durante o Governo Provisório. Ele sabia que Antunes Maciel, no Ministério da Justiça, seria um forte aliado, pois caberia àquela pasta a elaboração legal da regulamentação do Código Eleitoral, bem como a formulação do Regime Interno da Assembléia Constituinte. Quando assume a pasta do Ministério em novembro de 1932, Maciel afirma a Flores ter encontrado “*diversos problemas*” administrativos a enfrentar. Segundo Maciel a elaboração do ante-projeto constitucional e a cassação dos direitos políticos, eram pautas que lhe atormentavam enormemente, na medida que aquela pasta tornava-se o principal canal de disputas no jogo político nacional. Contudo, afirmava o Ministro

*“Com calma e resignação, começo a enfrenta-los, confortado pelo amistoso acolhimento que me foi dispensado e pela impressão agradável que despertou a minha nomeação, se é verdade o que me informam o pessoal do gabinete, Getúlio, Osvaldo e outros observadores.”<sup>183</sup>*

Embora “*confortado pelo amistoso acolhimento*”, Maciel não escondia sua resignação e apatia diante de uma das matérias mais controversas de sua gestão. A lista dos 31 nomes que compunham a comissão responsável pela elaboração do ante-projeto constitucional, além de lhe ser entregue já definida, constituía-se de elementos provenientes de diversos agrupamentos políticos regionais. Na prática, essa heterogeneidade dificultaria o processo constitucional e o controle do governo sobre o resultado da constituinte. Entretanto, dizia Maciel, “*para contentar a todos os matizes e tirar a gente mais capaz de dar forma e substância ao ante-projecto*”, ele articulou, junto ao Governo Provisório, a retirada de nomes e a instituição de outros.<sup>184</sup>

Ao “*remover escolhos*” e nomear “*o pessoal mais apto a tecnicamente esboçar as bases do novo estatuto*”, Maciel acreditava estar apaziguando o “*ambiente na capital da*

---

<sup>183</sup> Carta de Antunes Maciel a Flores da Cunha, 10-11-1932.

<sup>184</sup> Carta de Antunes Maciel a Flores da Cunha, 10-11-1932.

*república*” e, com isso, “*ganhando mais terreno*”. Entretanto, o assunto mais espinhoso e delicado parecia se constituir em torno da mobilização dos exilados políticos. Além de sugerir a Flores a urgência de “*medidas acauteladoras na fronteira*”, Maciel destacava o desejo de Vargas de afastar temporariamente Borges de Medeiros do país. O impasse maior era postulado por alguns setores das forças armadas, que viam a manutenção de Medeiros no país, como uma “*dualidade de tratamento para com os presos políticos*”.<sup>185</sup> A equação desse jogo político poderia ser assim resolvida:

“(...) *entendo que melhor seria conservar o velho chefe republicano em custódia, aqui mesmo, até por evitar que ele fosse para o rio da Prata, perto do Rio Grande. Reconheço, porém, que a alegação da dualidade tem inteiro fundamento e que, a conserva-lo aqui, teríamos de mante-lo em incomunicabilidade. Do contrário, continuarão os manejos, a correspondência, a sua ação, enfim, cada vez mais acirrada contra o Governo. Ora, entre incomunicável e exilado, ele próprio preferirá a segunda hipótese.*”<sup>186</sup>

Contudo, essas incumbências administrativas relatadas por Maciel, inclusive pedindo a Flores que lhe anunciasse a necessidade de “*elementos do Exército, de numerário, de medidas governamentais*” para que fossem encaminhadas ao poder executivo federal, alçava a liderança política do interventor a uma nova situação de poder. A temporária capitulação e dispersão das forças de oposição reunidas na FUG, facultava a Flores a obtenção de um certo controle na direção política do Rio Grande do Sul. Nesse momento, abria-se a possibilidade de um novo arranjo político no estado. Apoiado pelo Governo Provisório e aproveitando as disputas iniciadas com a abertura da Assembléia, Flores consolidava seu poder criando o Partido Republicano Liberal (PRL), em 1932. Para

---

<sup>185</sup> No início de dezembro de 1932, Antunes Maciel recebe da Inspetoria de Polícia do Distrito Federal a relação dos presos políticos militares e civis, “*que seguiram no período de 1º de Novembro ppº até a presente data para a Europa, exilados por determinação do Exmº. Sr. Chefe do Governo Provisório.*” Entre os oficiais do Exército que foram deportados constavam 48 nomes. Já entre os oficiais da Polícia de São Paulo havia listado os nomes do Cel. Pedro Dias de Campos, Major Reynaldo Ramos Saldanha da Gama, e o Capitão Antonio Pistcher. Por sua vez, o número de exilados civis somava 53 nomes, entre os quais Arthur da Silva Bernardes, Pedro de Toledo e Waldemar Rippol. Carta de Dulcídio Espírito Santo Cardoso a Antunes Maciel, 05-12-1932.

<sup>186</sup> Carta de Antunes Maciel a Flores da Cunha, 10-11-1932.

Luciano Abreu, a partir de 1932, o Rio Grande do Sul restabeleceu sua tradicional polarização política, entretanto, sob um novo viés: “*de um lado a FUG, anti-getulista e anti-florista; de outro os partidários destas duas lideranças – Vargas e Flores – que, ao dissentirem de seus partidos, formaram o Partido Republicano Liberal (PRL).*” Segundo Abreu:

*“Diante dessas novas condições, deve-se destacar que Getúlio Vargas e Flores da Cunha, ainda que tenham conseguido derrotar seus ex-aliados e manter-se no poder, tiveram suas bases de apoio político desestruturadas, ameaçando o equilíbrio e a estabilidade do novo regime.”<sup>187</sup>*

O engendramento político para a formação do novo partido contou, substancialmente, com apoio irrestrito do Governo Provisório e com a mediação de Oswaldo Aranha e Antunes Maciel.<sup>188</sup> Nesse sentido, tornava-se difícil uma reaproximação de Flores da Cunha com antigos líderes da FUG, exilados ou sediados nas fronteiras do estado. De qualquer forma, a recomposição político-partidária no Rio Grande do Sul, agora com uma estreita relação com o poder federal, tinha, na figura de Flores da Cunha a vinculação com o programa nacional de Vargas.

A relação de forças entre o poder federal e o poder estadual estaria, através da mediação do PRL, conciliada com os interesses políticos federais. Oswaldo Aranha,

---

<sup>187</sup> ABREU, Luciano Aronne de. O Rio Grande estadonovista: interventores e interventorias. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2005, p. 80.

<sup>188</sup> Encontramos 23 cartas envidas por Antunes Maciel e 13 cartas enviadas por Aranha a diversos segmentos políticos e sociais do Rio Grande do Sul procurando obter apoio a formação do PRL. Em 19 de dezembro de 1932, por exemplo, Maciel envia uma missiva ao Coronel de Passo Fundo Fernando Goelzer: “(...) É que estamos precisando do prestígio do seu nome respeitado, para o fortalecimento, nesse município, do Partido Republicano Liberal. Essa agremiação pujante e cheia de futuro – que se ergue sobre princípios que sempre nos guiaram – sob uma bandeira ampla e acolhedora e sob a égide da individualidade generosa de Flores da Cunha – bem merece a solidariedade do velho campeão liberal que me foi companheiro de barraca, em 1923. Assim, cumpre-me apelar para ele, no sentido de não recusar essa solidariedade, de prestar todo o apoio ao novo partido e de, em meu nome, apelar para outros companheiros passo-fundenses como Inocêncio Schelader, João Fagundes, José de Souza Sobrinho, etc. (...)” Além de enviar a “solidariedade” Maciel procurava convencer o destinatário a ampliar a afiliação ao PRL. Assim, o partido poderia contar com a disseminação do seu programa e com uma estrutura eleitoral também no interior do estado. Carta de Antunes Maciel a Fernando Goelzer, 19-12-1932.

responsável pela definição das diretrizes partidárias do PRL, em carta a Flores da Cunha, em novembro de 1932, demonstra a relevância da unificação dos objetivos políticos e a necessidade da manutenção da ordem e da paz social através de uma condução centralizadora. A “*ralé da anarquia*” e as “*aventuras ideológicas*” deveriam, segundo Aranha, sucumbir diante de um projeto nacional em que os interesses regionais tornar-se-iam vitoriosos. E ainda, caberia a Flores e ao próprio remetente “*fixar na essência e na forma*” o “*pensamento político*” que conduziria os “*partidários da ordem*”. Afirmava Aranha:

*“Basta isto. Formarás a elite da ordem contra a ralé da anarquia. O pensamento político ainda não o podes plasmar, senão em linhas gerais. Não creio mesmo ter chegado o momento para lançar programa de partido. Acho que devemos aguardar o Anteprojeto (Constitucional) e adota-lo se corresponder às nossas aspirações. Caso contrário, do debate devemos tirar os resultados para nossa organização. Logicamente tenho que aceitar a evolução e a Revolução. (...) O Rio Grande é conservador e por isso não devemos arrasta-lo a aventuras ideológicas. Tenho para mim que entre os extremos dos sonhadores de ideologias e os interesseiros de situações há o meio-termo, aquele que corresponde às aspirações gerais.”*<sup>189</sup>

A superação das divergências “*ideológicas*” e a tentativa conciliatória de Aranha visavam, certamente, uma organização política nacional, baseada na aceitação pacífica da “*evolução*” e da “*Revolução*”. Para Aranha, o PRL traduziria as “*aspirações gerais*” se o programa do partido levasse em consideração o debate na constituinte. Com as novas deliberações partidárias e com a convergência política entre Flores e Vargas, o situacionismo estadual ampliava seu feixe de participação na máquina administrativa do governo federal. Podemos inferir que esta articulação política de Flores contou, inicialmente, com o amplo apoio de Vargas e com o compromisso deste em reconhecer a nova organização política estadual. Evidentemente, Flores precisou, através de medidas coercitivas e oferecimento de cargos na máquina estatal, conquistar a adesão de lideranças municipais e dos comandantes das brigadas estaduais para assegurar a legitimidade de seu governo e do novo partido frente ao Governo Provisório.

---

<sup>189</sup> Carta de Oswaldo Aranha a Flores da Cunha, 09-11-1932.

Na sessão de inauguração do PRL, em 15 de novembro de 1932, o Deputado João Carlos Machado, aliado de Flores da Cunha, justificava as razões que teriam levado à formação do novo partido:

*“Chegamos a uma encruzilhada em que devemos optar por uma das normas abertas: ou tomamos resolutamente o caminho da ordem social, política e administrativa, procurando preservar da anarquia o Rio Grande e o país, permitindo curso livre a todas as suas atividades, restaurando a confiança perdida, visando o restabelecimento do ritmo de trabalho industrial e comercial, perdido, no tumulto das paixões e dos entrechoques armados – ou abandonamos um e outro à aventura, inspirada pelos ódios, pelos egoísmos, pelos personalismos dissolventes, pelas ambições desenfreadas, cujas conseqüências não precisamos apontar, visto que cada um de nós saber perfeitamente o que representa para o nosso povo como fator depressivo e perturbador, moral e materialmente.”<sup>190</sup>*

Por conseguinte, para Vargas o “*personalismo irritante*” dos partidos que assombravam a ordem política no Rio Grande do Sul teria, a partir da fundação do PRL, a possibilidade de uma reorganização em suas diretrizes programáticas.<sup>191</sup> Em 19 de novembro de 1932, Vargas envia a Flores um extenso telegrama realçando a importância do Partido Republicano Liberal e, evidentemente, contando com o seu apoio para firmar-se no poder.

*“(...) o novo partido surge como a fênix da lenda, das cinzas dos velhos partidos gaúchos, esgotados em suas finalidades pelo abandono de seus princípios básicos, ao pretenderem lançar no Estado numa aventura política. Julgo excelente o programa do novo partido, que satisfaz com acerto os objetivos do nosso quadro histórico, já que visa precipuamente salvar as conquistas da Revolução (...) continuando, na sua fase preparatória, a campanha da Aliança Liberal. (...) Deve existir a mais completa e eficiente colaboração entre o Executivo e o Legislativo. A forma geralmente aceita pela experiência (...) consiste em obrigar o comparecimento dos ministros ao Congresso e estabelecer a*

---

<sup>190</sup> O Partido Republicano Liberal e seu programa, Porto Alegre: Livraria Globo, 1933, p. 17.

<sup>191</sup> O Partido Republicano Liberal e seu programa, Porto Alegre: Livraria Globo, 1933, p. 41

*possibilidade do Executivo, em alguns casos, tomar iniciativa de determinadas leis, submetendo-as ao referendun popular. Outra tendência do moderno Direito Público, já colhida nas Constituições mais recentes, outorga ao Congresso a escolha do Chefe Executivo, princípio este que parece perfeitamente aplicável ao Brasil, uma vez que o Legislativo, pela forma eleitoral, se transforma realmente em órgão de soberania popular. Ressalvada assim a pureza do regime representativo, evitar-se-ia que o país fosse, periodicamente, abalado por agitação profunda e perturbadora, ao termo de cada período presidencial. São essas as rápidas impressões sugeridas pelo esboço de organização do novo partido rio-grandense.”<sup>192</sup>*

Nesse extenso telegrama, congratulando Flores pela instalação do novo partido no Rio Grande do Sul, que vinha “*salvar as conquistas da Revolução*”, Vargas resumia suas considerações quanto à composição do governo e à relação deste com o poder legislativo. Ao executivo, segundo o Presidente, caberia, “*em alguns casos*”, elaborar e aplicar leis. Com esta medida, acreditava o chefe da nação, evitar-se-iam abalos constantes nas instituições da ordem, devido a agitações “*profundas e perturbadoras*”. O elogio e a aprovação de Vargas às diretrizes políticas do PRL objetivava estreitar os laços com o governo do Rio Grande do Sul e assegurar sua margem de influência no estado. Quando destaca a diretriz partidária em que dispõe o comparecimento de Ministros para prestar esclarecimentos no Congresso Nacional, Vargas aludia ao Item I do programa do PRL. Neste, segundo a definição partidária, o Legislativo poderia interpelar os Ministros de Estado, o que, de alguma forma, ampliava, “*no regime representativo*”, a possibilidade de conciliações entre o poder federal e os representantes regionais.<sup>193</sup>

As “*rápidas impressões*” de Vargas referem-se também à competência do Executivo Federal, que, além da possibilidade legisladora, poderia se valer do “*referendun*” popular, outorgando o direito de suprimir incumbências legais do poder legislativo. O que Vargas não menciona em sua mensagem a Flores da Cunha refere-se ao caráter federativo do programa do PRL. No item II, por exemplo, o programa determinava a manutenção do regime democrático, enfatizando a legitimidade da representação política

---

<sup>192</sup> Telegrama de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 16-12-1932.

<sup>193</sup> ABREU, Luciano Aronne de. op. cit. p. 82.

dos estados no Congresso Nacional. Nos itens III e V ficavam claras as prerrogativas federalistas do programa, atribuindo aos estados e aos municípios a exclusiva competência administrativa e política, contrariando, evidentemente, a condução centralizadora do governo federal. Outra alteração quanto às competências administrativas dos poderes estaduais, dizia respeito à nomeação de magistrados e à própria definição da organização judiciária estadual. Nesse sentido, o princípio federativo do PRL foi golpeado, pois com a criação dos Tribunais Superiores Federais, unificava-se o julgamento dos crimes, limitando o poder estadual.<sup>194</sup>

Enfim, para Vargas, o PRL, que surgia com o esgotamento dos “*velhos partidos*”, viria salvar as conquistas da Revolução. Portanto, para o executivo federal, o PRL seria o único e legítimo partido que evitaria as aventuras políticas e rescaldos partidários. E mais, para o Presidente, o PRL seria o mediador da renovação e da “*reconstrução política do país*” na medida em que sua fórmula sintetizava os “*ideais coletivos*”. Entretanto, o chefe do executivo federal ressaltava o perfil no qual deveria trilhar a nova agremiação. Na perspectiva de Vargas, diferente dos outros partidos estaduais, mergulhados em disputas locais e fiéis representantes dos interesses oligárquicos, o PRL, por outro lado, seria um instrumento para fortalecer a “*unidade nacional*”, através do “*predomínio de amplo sentimento de brasilidade*”. Não haveria, portanto, quaisquer entraves para o desenvolvimento nacional e progresso industrial posto que, para Vargas, a confluência dos interesses nacionais seria a própria resolução das “*aspirações locais*”.<sup>195</sup>

As articulações de Oswaldo Aranha, quando ocupava a pasta do Ministério da Fazenda e do Presidente Getúlio Vargas nas definições políticas do PRL são visíveis, sobretudo, ao que se referia à omissão de referências sobre o intervencionismo federal. Não obstante, os preceitos constitutivos do programa do PRL acentuavam a ação reguladora dos executivos estadual e federal subjacentes à economia e às finanças. Entretanto, na redação final do programa do PRL, atribuía-se ao Executivo Federal dispositivos centralizadores que extrapolavam aquelas competências. Nesse sentido, podemos inferir que qualquer

---

<sup>194</sup> O Partido Republicano Liberal e seu Programa, Porto Alegre, Oficinas Gráficas Livraria Globo, 1933.

<sup>195</sup> O Partido Republicano Liberal e seu Programa, op. cit. p. 48.



divergência ao projeto centralizador do Governo Provisório era suprimida ou postergada para discussão futura.

Ainda assim, mesmo com estes dispositivos centralizadores, o Governo Provisório precisava contar com o comprometimento do Interventor Flores da Cunha na resolução de contenciosos da política regional. Essa circunstância política favorecia a concessão e ampliação do poder mediador de Flores que lançava mão para encaminhar pedidos de ajuda financeira e apoio político.<sup>196</sup>

Assim, os líderes exilados da FUG mobilizavam-se com o fim de organizar um movimento para derrubar Flores. Medidas violentas e uma intensa campanha na imprensa estadual, promovida pelo interventor pretendiam evidenciar a conspiração no estado.<sup>197</sup> A conspiração, que contou com o ex-presidente do estado, Borges de Medeiros do PRR e o presidente do PL Baptista Luzardo, representou o principal obstáculo para assegurar Flores como liderança incondicional do Rio Grande do Sul. Todavia, podemos depreender que Flores, contando com a máquina do estado, acenando cargos e facilitando a adesão de partidários que constituíam os partidos integrantes da FUG, procurava fragmentar as forças políticas de oposição e reafirmar seu poder na esfera da política estadual.

---

<sup>196</sup> No capítulo II desta tese, detalharemos com maior precisão esta mediação política engendrada por Flores da Cunha com o Governo Federal.

<sup>197</sup> A prisão ou o exílio das lideranças da FUG provocou uma dispersão quanto ao controle dos jornais vinculados ao PL e ao PRR. O jornal *A Federação*, por exemplo, antigo porta-voz do PRR, passou a ser controlado pelo Interventor Flores da Cunha assim, como o jornal *Jornal da Manhã*. Já o jornal *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, declaradamente ligados a FUG, foram violentamente cerceados pela ação da polícia.

## CAPÍTULO II

### DA ALIANÇA POLÍTICA AO CONFRONTO ARMADO

#### 2.1. A FUG e as ameaças subversivas

A ação intervencionista de Flores, ou mesmo o afastamento dos líderes da FUG, não diminuíram a articulação oposicionista daquela corrente política. Com a convergência política entre Flores e o Governo Provisório, as tentativas de minar e deslegitimar o poder do interventor no estado foram frustradas. Diversas acusações contra o governo de Flores foram encaminhadas a Vargas, procurando denunciar o “*cerceamento da liberdade*”, as “*prisões arbitrárias*”, o “*empastelamento de jornais*” e a “*falência das garantias propostas com a República Nova*”.<sup>198</sup>

Evidências dessas perseguições políticas não faltam no governo de Flores. Pedindo “*caráter confidencial*” das denúncias, lideranças políticas do Partido Libertador da cidade de São Gabriel enviaram ao presidente do partido, em março de 1933, uma carta comunicando sobre o “*grave momento que atravessa*” a “*folha oficial*” da organização partidária. As justificativas eram claras e expressavam as arbitrariedades do governo estadual. Diziam os correligionários do PL que a suspensão da publicação do periódico em julho de 1932, demonstrava a intolerância de Flores quanto “*a manifestação do pensamento alheio*”. Além da precariedade financeira, outro motivo que acarretava o fim do jornal O Estado do Rio Grande era a circulação do jornal “Diário de Notícias”, folha que, segundo os remetentes, se colocava como “*órgão oficioso da FRENTE ÚNICA*”. Naquela ocasião, em que se aproximava o período eleitoral constituinte, a preocupação do empastelamento do Diário de Notícias, pelo governo estadual, tornava iminente a necessidade da reabertura

---

<sup>198</sup> Encontramos entre 1931 e 1934 73 missivas escritas pelas lideranças da FUG, que acusavam Flores da Cunha de conduzir o governo e a política partidária no Rio Grande do Sul de forma extremamente truculenta e mesmo subversiva na medida em que impunha normas ilegais e as aplicava violentamente.

do vespertino “*como única válvula da expansão de nosso pensamento*”, afirmavam os libertadores. Entretanto, eles ressaltavam que as “*garantias de nossa independência não periclitam apenas ante a indisfarçada pressão da polícia*”, mas devido à “*mais aflitiva opressão – a financeira*”. Acreditamos que o fato da querela financeira, em cerca de 92 contos, de réis ser com o Banco do Estado, Flores da Cunha utilizava dessa situação para pressionar ainda mais o periódico oposicionista.<sup>199</sup>

Encontramos inúmeras cartas entre Flores e Maciel referindo-se às medidas coercitivas do interventor do Rio Grande do Sul. Nessas cartas, Flores relata ao amigo e Ministro da Justiça sua perseverança em aniquilar os inimigos políticos no estado. Temeroso quanto ao ressurgimento das lideranças políticas da FUG, Flores disseminava perseguições e acusações contra os frentistas. Entretanto, esse quadro político não poderia se sustentar sem a devida legitimidade que Flores procurou conseguir junto ao Ministério da Justiça.

Uma das formas encontradas por Flores foi comunicar a Maciel suas ações políticas, evidentemente demonstrando que seu governo estaria em total conformidade com o executivo federal e o Estado democrático de direito. Mesmo denunciado insistentemente pelas oposições estaduais que questionavam a autoridade governativa de Flores, as ações e estratégias de controle político do seu governo não cessavam. Concernente a esta questão é esclarecedora uma carta enviada por Flores a Antunes Maciel em agosto de 1933. Dias antes desta missiva Vargas questionava Flores sobre o “*banimento*” do presidente do PRR Borges de Medeiros. Com o fim de “*controlar*” as lideranças frentistas no estado, a medida, segundo Vargas, se executada, resultaria em “*largos benefícios na conquista da ordem*”.<sup>200</sup>

Em resposta ao “*amigo Maciel*”, Flores dizia estar preocupado com a situação de insegurança advinda com o “*espírito borgista*” em que estavam regressando do “*front*” as “*forças estaduais*”. Tal apreensão justificava-se, pois, segundo Flores, as tropas estaduais estariam “*fallando mesmo que pretendem impor regresso e liberdade a Borges*”. A manobra política em exilar o ex-presidente do estado e líder republicano fora do país, seria

---

<sup>199</sup> Carta de Firmino Doretty e Edgar Briz ao Presidente do Partido Libertador, 25-03-1933.

<sup>200</sup> Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 19-08-1933.

então, uma medida para toldar a “*revanche*” que “*elementos republicanos e libertadores*” estariam organizando.<sup>201</sup>

Parece-nos que a articulação das forças de oposição, reunidas na FUG, realmente deveria suscitar em Flores um certo constrangimento frente ao Governo Federal. Podemos perceber, através da ata de reunião da Comissão da Frente Única, realizada em outubro de 1932, as tratativas em torno da vigência do Governo Provisório. A reunião, que aconteceu na casa de Mauricio Cardoso, contou com a presença de Mario Amaro da Silveira, Gabino da Fonseca, Alfredo Simch e Edgar Luiz Schneider, todos representantes do PL. Esse documento permite-nos avaliar as tentativas para o estabelecimento de um acordo consensual entre a FUG e Flores da Cunha. Para as lideranças da FUG, Flores da Cunha deveria assegurar “*oficialmente*” “*as mais amplas garantias a todos os cidadãos*”. Em outros termos, o que propunham os líderes oposicionistas era a instauração de um regime de liberdade política sem quaisquer restrições governamentais, em que não houvesse interdições na “*manifestação do pensamento na tribuna e na imprensa*”. Diante destas postulações, a reação de Flores, transcrita na ata, foi de contra-atacar, afirmando conhecer as “*novas conspirações revolucionárias ao longo da fronteira*”. Além disso, a estratégia do líder do PRL, foi convidar Maurício Cardoso a ocupar a pasta de Secretário de Estado do Interior, onde poderia “*effectivar as garantias reclamadas pela frente-única em favor da campanha eleitoral*”.<sup>202</sup>

No final de 1932 a FUG recrudescer ainda mais a campanha eleitoral para a Assembléia Constituinte. Um panfleto-manifesto, distribuído em várias cidades do interior do Rio Grande do Sul, em dezembro de 32, reafirmava a aliança entre os dois partidos que compunham a FUG. Para a Comissão, que assinava o panfleto, o alinhamento partidário resultava de uma circunstância específica e não de um “*conchavo ilícito*”. A “*aspiração comum*” que aludia o referido documento resultava dos ideais revolucionários de “*Outubro de 30*”, momento de uma “*campanha memorável*” que não poderia ser vilipendiada. Diferente dos oportunistas que naquela ocasião ocupavam os cargos máximos da

---

<sup>201</sup> Carta de Flores da Cunha a Antunes Maciel, 12-04-1933.

<sup>202</sup> Ata da Sessão de 29 de Outubro de 1932.

República, ao “*sabor dos interesses*” e “*aliciados por teorias estrangeiras*”, a aliança oposicionista se colocava como guardiã da Revolução de 1930, “*clarim da nacionalidade*”.<sup>203</sup>

A proposta para reorganização política do Brasil, consentida entre os republicanos e libertadores, visava o retorno do país a “*normalidade constitucional*”. Raul Pilla, em carta enviada a Mauricio Cardoso, em setembro de 1932, afirmava que, para o cumprimento desta resolução, o governo deveria ser entregue a uma Junta Governativa Nacional que marcaria as eleições e convocaria a constituinte. A Junta, a qual se refere Pilla, seria composta exclusivamente por cinco elementos civis sendo que um representante de São Paulo, um do Rio Grande do Sul, um de Minas Gerais, um do Distrito Federal e um do Norte do país. Dentre estes representantes, deveria ser escolhido um presidente que conduziria o processo eleitoral.

Porém, não acreditamos que estas resoluções fossem de fato consensuais entre as lideranças da FUG. Urbano Garcia, Secretário do Partido Libertador em Porto Alegre, em janeiro de 1933, envia uma extensa carta a Raul Pilla destacando os seguintes aspectos: congresso do partido, alistamento eleitoral, atividade revolucionária, recursos partidários. Essa missiva torna-se esclarecedora na medida em que permite-nos compreender a organização da FUG e suas ações políticas. Há discussão que o missivista evidencia no documento, diz respeito prioritariamente ao programa da FUG a ser defendido na Assembléia Constituinte. Entretanto, para Garcia, as irregularidades no processo de alistamento eleitoral e o exílio das principais lideranças do PL e do PRR, tornavam a situação bastante delicada haja vista a “*opressão do Governo de Flores*”.<sup>204</sup>

Assim como Mauricio Cardoso, convidado por Flores a participar do governo, também o líder do PL, Assis Brasil, recebeu do Governo Federal o convite para ocupar a Embaixada Brasileira em Buenos Aires. Evidentemente a estratégia de Vargas visava a fiscalização dos exilados na capital platina, assegurando assim, uma antecipação de possíveis articulações revolucionárias. Como relatou Urbano Garcia, Assis Brasil negou

---

<sup>203</sup> Panfleto da Frente Única de Alegres, 14-12-1932.

<sup>204</sup> Carta de Urbano Garcia a Raul Pilla, 18-01-1933.

peremptoriamente a nomeação, afirmando que o governo deveria adotar uma “*política de concórdia e de apaziguamento sem a qual o Brasil não terá felicidade*”. Contudo, Assis Brasil, conforme a missiva de Garcia, não excluía totalmente a possibilidade de aceitar a indicação governamental, servindo como uma espécie de mediador entre a FUG e o Governo de Vargas. A solução para tal paradoxismo, afirmava Brasil, seria resolvida desde que não “*implicasse em solidariedade ao governo*”, mas à prestação de serviço a coletividade.<sup>205</sup>

Na interpretação de Urbano Garcia, essas medidas conciliatórias visavam minimizar a opressão do Governo Federal ante as organizações partidárias oposicionistas. Além disso, para se evitar rescaldos com Vargas e com Flores da Cunha, Garcia postulava a retração dos líderes exilados quanto a um movimento revolucionário que depusesse o Governo do Rio Grande do Sul. Para ele, não haveria condições de por fim ao mando de Flores, posto que o “*irremediável insucesso traria resultados contraproducentes*”. Entretanto, se no âmbito estadual a FUG não dispunha de forças suficientemente capazes para destituir o governo, para Garcia, na Capital Federal, o resultado seria outro.

*“Quanto a um movimento fulminante no Rio, seria diferente, mas seria preciso ter certeza absoluta do êxito, e bem assim saber a quem seriam entregues os destinos da Nação, e qual a missão que deveria realizar a Junta que substituísse o atual Governo Provisório.”*<sup>206</sup>

Naquela circunstância, segundo Garcia, não havia “*ambiente nem recursos para um movimento revolucionário*”, restando às lideranças da FUG uma momentânea resignação pacífica. Para o missivista, Pilla deveria suscitar a parcimônia entre seus colegas exilados, do contrário concorreria para o “*fortalecimento do Governo e para exterminio das oposições*”. Ainda assim, mesmo acreditando que uma ação subversiva sem êxito aumentaria o terror praticado pelos governos estadual e federal com as perseguições

---

<sup>205</sup> Carta de Urbano Garcia a Raul Pilla, 18-01-1933.

<sup>206</sup> Carta de Urbano Garcia a Raul Pilla, 18-01-1933.

políticas e cassações, Garcia reafirmava a necessidade das lideranças exiladas manterem-se confiantes na deposição do regime discricionário. E mais, acrescentava o missivista:

*“Não atribua essa nossa opinião a fraqueza ou a diminuição de nosso ardor. Estamos a lutar em qualquer terreno e qualquer arma, contanto que vejamos que da luta possa resultar de fato proveito para a causa da Democracia. Por enquanto, não vemos outro meio de luta senão o voto. Si este falhar, si se repetirem as farças eleitorais que justificaram a revolução de 30, então veremos como devemos lutar e os meios de que dispomos.”<sup>207</sup>*

Ao examinarmos uma outra missiva, desta vez enviada por Waldemar Rippol, político do PL exilado em Rivera, na Argentina, pode-se observar uma interpretação semelhante à analisada anteriormente. Se para Garcia, o momento obrigava cautela e paciência, para Rippol era preciso sufocar as *“pequeninas amarguras, as incompreensões transitórias.”* A carta, endereçada a Raul Pilla, João Neves da Fontoura, Baptista Luzardo e Lindolfo Collor, considerava que a distância dos acontecimentos políticos poderia gerar avaliações equivocadas e apressadas. Assim como Garcia, Rippol dizia que quem possuía a *“casa em ordem”* não arriscaria *“cartadas”* inconseqüentes. A metáfora era clara e contundente, pois alertava as lideranças políticas da FUG quanto à reação do governo federal à sublevação das forças de oposição. Na avaliação de Rippol qualquer medida revolucionária da FUG teria como resultado imediato um *“movimento de proporções violentas”*. Ao mesmo tempo em que percebe o limitado campo de operação da FUG, Rippol não esmaece sua tenaz crítica ao governo federal.

*“Parece que nenhum Estado como o R. G. S. deve, ter, como imperativo de sua vida e de seu futuro, o anseio de reabilitação. 30 foi a sua ação, 32, a sua palavra. Falhou a primeira pela insinceridade dos homens. Falhou a segunda pela miserável traição. Em ambas, porém, falhou o R. G. S. Golpeado foi o apanágio de uma história; morta a confiança na sua política e, por obra dela, assim o dirá a posteridade, a violência, o nepotismo, o roubo, e o dinheiro do paíz para transações criminosas enquanto o estancamento de negócio,*

---

<sup>207</sup> Carta de Urbano Garcia a Raul Pilla, 18-01-1933.

*a desconfiança e a miséria assolam e corrompem as classes.*<sup>208</sup>

A luta política engendrada nos movimentos de 1930 e 1932 havia falhado. Portanto, seria preciso considerar outras estratégias para suprimir o “caos” em que estava mergulhado o país. Embora para Rippol as circunstâncias nacionais tivessem criado um ambiente de profunda confusão e violência, na esfera estadual a situação lhe parecia ainda mais sombria. Numa representação bastante explícita da adversidade política a qual vivia o Rio Grande do Sul governado por Flores da Cunha, encontra-se ainda, nesta missiva, a percepção de traição aos “*verdadeiros princípios da Revolução de 30*”. Esta situação resultava, segundo Rippol, de inúmeras prisões, “*seqüestro de adversários, internações, vexames de toda ordem*”. Para o político opositor, o estado havia sido transformado num “*vasto presídio ou senzala*”. A discussão que o cenário político suscitava no autor da missiva levava-o aos seguintes questionamentos:

*“O florismo é uma barbárie nova. (...) Nossos maiores expoentes presos ou exilados, nossos partidos amordaçados. Sem uma reação não estaremos condenados à ruína? Trabalhar, ainda que somente no R. G. S., por uma reação armada será uma previsão?”*<sup>209</sup>

Contudo, não havia, evidentemente, certezas quanto aos desdobramentos da política nacional. Os embates que a FUG travava para o retorno do país à legalidade constitucional não garantiam uma interpretação precisa sobre sua sobrevivência partidária. Além disso, essas representações construídas por políticos da oposição estadual evidenciam a defesa de seus interesses para a continuidade da luta política e para a recuperação do poder estadual. A animosidade na carta demonstrava não haver a possibilidade de resolução sobre as contundentes divergências que estavam se constituindo entre Flores e a FUG. Para o libertador, apesar da “*intensidade centralizadora*” do governo federal, esta seria transitória

---

<sup>208</sup> Carta de Waldemar Rippol a Raul Pilla, 13-10-1933.

<sup>209</sup> Carta de Waldemar Rippol a Raul Pilla, 13-10-1933.



e logo as eleições presidenciais alternariam o jogo político nacional. Desta forma, o confronto direto da FUG com Flores da Cunha parecia inevitável para a retomada do predomínio dos cargos político-administrativos no governo. Entretanto, temia o missivista, a situação “*estadual se há de prolongar por decênios*”.

*“Flores é o caudilhismo. Os expoentes do seu partido são caudilhos boçais, homens que jamais entregarão posições por simples votos ou quaisquer processos morais. È, pois, a montonera consolidada, a tirania em marcha, a opressão constante de nossas populações.”<sup>210</sup>*

Se a transitoriedade do governo federal suscitava certa tranqüilidade na interpretação de Rippol, o “*caudilhismo*” reinante no governo de Flores contrariava diretamente os interesses da FUG. A avaliação de que as posições administrativas na máquina do governo estadual jamais seriam entregues significava o afastamento definitivo do PL e do PRR dos postos chave do governo e da arena política do Rio Grande do Sul. A ameaça em não mais recuperar posições políticas e governamentais parecem-nos constituir o *leitmotiv* das ações conspiratórias da FUG. Portanto, podemos supor que a “*tirania em marcha*” do governo de Flores criava expectativas de medo, decepções e raiva que se misturavam com esperança, preconceitos e ilusões. Nesse sentido, as considerações de Vavy Pacheco Borges, ao analisar os políticos do PD e do PRP, entre os anos de 1930 e 1932, são elucidativas na medida em que, para a autora, as avaliações e as imagens fazem parte concreta do jogo político. Para Borges, “*os medos e os preconceitos influem por vezes decisivamente nos modos pelos quais os indivíduos assimilam os impasses nas relações entre os grupos.*”<sup>211</sup>

As articulações conspiratórias não cessaram mesmo com amordação aos partidos políticos do Rio Grande do Sul e com o exílio de suas principais lideranças. De Buenos Aires, Rivera João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor, Baptista Luzardo e Waldemar

---

<sup>210</sup> Carta de Waldemar Rippol a Raul Pilla, 13-10-1933.

<sup>211</sup> BORGES, Vavy Pacheco. op. cit. p. 179.

Ripoll mantiveram comitês políticos organizados em torno da continuidade da oposição.<sup>212</sup> As estratégias deliberativas determinavam medidas administrativas e procuravam aliciar militares da Brigada Militar e do Exército para compor e endossar uma “*lucta contra a dictadura*”.<sup>213</sup> Além disso, para a supressão do regime “*dictatorial*” tornava-se fundamental a “*coleta de dinheiro*” e um plano de ação dividido em 5 pontos:

“1º divisão do Estado em doze zonas; 2º nomeação, para cada zona de atuação, de um libertador e um republicano, e elementos do exército e brigada onde for possível, para a direção; 3º cada sede atuará num determinado número de municípios (já discriminados); 4º as informações serão todas canalizadas para o centro de Rivera; 5º por meio desse processo far-se-á o plano geral (possibilidades de ordem político-militares e financeiras).”

214

Antecipando-se à reunião dos líderes da FUG, que seria realizada na fronteira do estado na cidade de Rivera, Flores da Cunha prescreveria a Maciel suas diretrizes políticas. Mostrando-se preocupado com o desfecho do conluio entre João Neves da Fontoura, Raul Pilla, Lindolfo Collor, Maurício Cardoso, Baptista Luzardo e Borges de Medeiros, Flores afirmava com exatidão que tais líderes pretendiam fundar em Rivera um jornal para “*articular contra o governo*”. Na capital Porto Alegre a possibilidade dos frentistas encamparem o maior jornal do estado *A Federação* era afastada, pois, dizia Flores, “*se Maurício tentar dirigir Federação, farei occupal-a pela força, transformando-a em Diário Oficial do Estado- estou resolvido ir até a violência*”.<sup>215</sup>

---

<sup>212</sup> Sobre a trajetória política de Lindolfo Collor consultar GRIJÓ, Luiz Alberto. Apóstata do Germanismo ou Alemão arrivista: a trajetória de Lindolfo Collor até a Revolução de 1930. In.: Revista Anos 90, Porto Alegre, nº. 15, 2001/2002, pp. 25-35. Do mesmo autor consultar Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “*geração de 1907*”. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política da UFRGS, 1998.

<sup>213</sup> Carta de Anacleto Firpo a Raul Pilla, 30-09-1933.

<sup>214</sup> Carta de Waldemar Ripoll a João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor e Baptista Luzardo, 21-06-1933.

<sup>215</sup> Carta de Flores da Cunha a Antunes Maciel, 21-08-1933.

Mesmo dispersos e afastados da arena política nacional, diversas lideranças da FUG mantiveram inequívoca articulação que tramitava através de uma intensa troca de cartas. De Buenos Aires, por exemplo, João Neves da Fontoura, em maio de 1934, escreve a Lindolfo Collor uma extensa missiva comentando sobre a *“situação no Brasil”* que, segundo ele, *“aggravava-se de maneira rápida”*. O missivista reconhecia que seu *“trabalho epistolar”* era árduo, dividido entre as horas que se dedicava a *“dar aulas de inglês”*. Talvez, por conta dos acontecimentos políticos que lhe atraíam ao comentário e a crítica, o missivista, de Buenos Aires, somente no ano de 1934, enviou aos correligionários e amigos da FUG 89 cartas.

O relato seguia perfilando detalhes da dinâmica política e *“mobilização impressionante”* promovidas por Flores a quem ele chamava de *“cartolina”*. O *“cartolina”*, conforme Fontoura, *“já invadiu praticamente os domínios do Aristiliano (Ramos – Interventor de Santa Catarina).”* Fontoura parecia demonstrar uma certa congratulação ao se referir à possibilidade de insubordinação ou revolta no Exército da 3ª Região devido às investidas postuladas por Flores em comandar as forças federais sediadas no estado. Todavia, garantia Fontoura ao *“Caro amigo Collor”*, as *“guarnições estão com o Góes, mesmo aquellas que o reprobado conta como próprias”*. As medidas intervencionistas do *“reprobado”*, como Fontoura chamava Flores da Cunha, constituíam, segundo o líder frentista, a querela que poderia minar a própria legitimidade do interventor e açodar sua relação com os militares. E mais, afirmava Fontoura:

*“A coisa chegou ao auge com a recente nota do cartola, dizendo ‘Estou apto para manter a ordem dentro e fora do Rio Grande!’ Não pode ser maior a audácia. A réplica não tardou. Góes escreveu um cartão ao gg, em nome do exército, dizendo que este considera as atitudes do cartolina ‘offensivas e provocadoras’. Textual. O resto.... está no forno. V. sabe que há uma coisa no Brasil definitiva – o sentimento de classe no exército. Elle se tem revelado em coisas até privadas: um tenente leva no interior uma descompostura de um jornal, e o batalhão sai para rua para vingar a afronta. Os factos são aos milhares, inclusive Apulchro de Castro. Pensa V. que o gesto do cartolina não tenha commovido a classe até as fundações? Certo que sim.*

*O essencial é que o dilema se imponha ao gg – ou o exército ou o cartolina?”<sup>216</sup>*

As assertivas da carta-relatório de Neves da Fontoura, eivadas de ressentimento e rancor, manifestam o desejo de vingança.<sup>217</sup> A oportunidade que se oferecia para um possível golpe era incendiada pelo missivista que ponderava sobre a colisão dos objetivos entre Góes e Flores. Neves da Fontoura dizia, em tom profético, estar diante do “*desmantelo final*” e questionava: “*quando o primeiro pedir a cabeça do segundo como acto desagravo*” se mostrará no horizonte uma “*vista esperançosa*”. A conspiração ia mais longe e chegaria ao golpe final quando o exército, sob a liderança de Góes, lideraria a “*queimação do gg*”. Entretanto, a providência conspiratória entre as lideranças da FUG entre os quais, Baptista Luzardo, Maurício Cardoso, Borges de Medeiros e Lindolfo Collor, e setores do exército para depor Getúlio Vargas, dissipava-se em dúvidas e incertezas. Mesmo alertando o amigo para estar de “*malas semi-fechadas*” posto que, a “*solução*” iminente estaria “*por três semanas no máximo*”, a “*victória que despontava no horizonte*” se convertia na dúvida sobre qual seria a “*feição moral e política do Brasil*.”<sup>218</sup>

---

<sup>216</sup> Carta de João Neves da Fontoura a Lindolfo Collor, 01-05-1934.

<sup>217</sup> O estudo das “*sensibilidades e ressentimentos políticos*” tem sido objeto de recentes investigações. De acordo com Pierre Ansart, ao nos depararmos com esta questão, devemos estabelecer um rigor metodológico no sentido de perceber como se constituem as relações entre os afetos e o político, entre os sujeitos individuais em sua afetividade e as práticas sociais e políticas. O autor também não vê a possibilidade de perceber os ressentimentos sem que se leve em consideração os rancores, as invejas, os desejos de vingança e os fantasmas da morte, pois talvez sejam estes os sentimentos e representações designados pelo termo ressentimento. Com isto, imaginamos que o autor queira dizer que tais sentimentos expressam e revelam os ressentimentos. Assim como nas cartas do líder frentista Neves da Fontoura, também percebemos que em outras missivas de outros líderes frentistas, exilados ou “afastados” impositivamente da arena política, predominam além do ódio, uma experiência continuada de “*impotência rancorosa*”. A troca epistolar, nesse sentido, serviria como uma exteriorização dos ressentimentos. Assim, concordamos com Ansart quando afirma que o ressentimento manifestado cria uma solidariedade afetiva, que pode extrapolar as rivalidades as diferenças internas, permitir a reconstituição de uma coesão “*de uma forte identificação de cada um com seu grupo*.” ANSART, Pierre. História e Memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia, In: Memória e (res) sentimento, Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

<sup>218</sup> Carta de João Neves da Fontoura a Lindolfo Collor, 01-05-1934. Sublinhado do autor.

De fato, este enfrentamento político entre Flores e o então Ministro da Guerra, Góes Monteiro, chegava às raias da alta tensão. Se por um lado Flores comunicava a Vargas a iminente conspiração, Góes articulava seus regimentos e substituía o comando dos batalhões no estado do Rio Grande do Sul. Nas cartas enviadas a Vargas, Flores alertava-o sobre as manobras de Góes Monteiro e procurava dissuadir o presidente a agir “*mesmo em armas*” contra “*os conturbadores da ordem*”.<sup>219</sup>

Outra acusação que recaía constantemente sobre Flores era a de prisões arbitrárias. Presos no Rio Grande do Sul e deportados para a capital federal, Fausto de Freitas e Ernesto Fontoura Rangel escrevem, em 21 de julho de 1933, ao chefe da polícia Felinto Muller, pedindo explicações sobre o episódio. Segundo o advogado Fausto Freitas, a prisão foi uma ação por ordem de Flores da Cunha. Após chegarem na capital, os prisioneiros foram interrogados e seus endereços ficaram à disposição da repartição policial. Evidentemente, tratava-se de uma medida coercitiva engendrada conjuntamente entre o chefe de polícia da capital e o interventor Flores da Cunha. A indignação expressa na carta questionava as declarações na imprensa do governo do Rio Grande do Sul, ao afirmar que “*não havia presos políticos no estado*” e que “*estavam abertas as fronteiras para quantos a ele quisessem regressar*”. Conquanto a declaração de Flores visasse demonstrar à opinião pública o não cerceamento das liberdades políticas, Fausto Freitas denunciava na carta, a supressão da legalidade. A alegação ao chefe de polícia procurava evidenciar a injustiça cometida, pois, segundo Fausto, nenhuma acusação constava na chefatura de polícia de Porto Alegre, o que tornava “*muito estranho*” o “*constrangimento à liberdade*” e o sofrimento com a ação desmedida do interventor. Entretanto, procurando minimizar as críticas e as acusações às “*autoridades públicas*”, Freitas recorria ao esclarecimento da situação, “*convencido de que deve ter havido, no Ministério do Interior ou na Chefatura de Polícia, algum esquecimento*” do qual não “*culpava ninguém*”.<sup>220</sup>

Evidentemente, mesmo no tom cordato com que escreveu a carta, acreditamos que Freitas não demonstrava resignação ou comedimento ao pedir explicações a Felinto Muller.

---

<sup>219</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 08-04-1934.

<sup>220</sup> Carta de Fausto Freitas a Felinto Muller, 21-07-1933.

Antes, depreendemos que tal característica resultava do conhecimento do advogado de que a chefatura de polícia do Rio de Janeiro estava no âmbito da rede de compromissos e influências do interventor Flores da Cunha.

Ainda que as acusações denunciadas contra o Interventor Federal não ocasionassem um irreversível prejuízo político a Flores da Cunha, o clima de suspeição ilustra como as disputas eleitorais, em nível local, uma vez inseridas na rede de compromissos políticos federais, podiam causar embaraços à legitimidade do seu governo. A sedição aos inimigos políticos do interventor, constantemente denunciada ao Ministro da Justiça e mesmo ao Presidente da República, demonstram os atritos com os quais Flores se deparou e procurou dissipar com a prisão dos líderes frentistas, empastelamento de jornais, impugnação e cassação de direitos políticos e uma intensa propaganda eleitoral.

Interessa-nos problematizar estas situações conflitantes e divergentes, analisando os “*sentidos*” atribuídos por Flores aos contextos que se lhe impunham. Parece-nos que as considerações de Yves Déloye são esclarecedoras na medida em que, para o autor, estudar as “*transformações sociais e políticas e o papel que cada indivíduo pode desempenhar*”, permite ao historiador, utilizando-se “*de noções de trajetória e de estratégia*”, investigar os “*elementos heterogêneos e contrários*” que perfazem o espaço político.<sup>221</sup>

Mesmo dispondo de um certo prestígio junto ao governo federal, Flores foi interpelado por Getúlio sobre aquelas prisões no Rio de Janeiro e também de Aristides Bitencourt, Ariosto Pinto Pacheco Prates, Waldermar Masson Sisson, Amadio Duarte, Maximo Santos, Orlando Carlos e mais 12 outros da cidade de Cachoeira. Na cidade de Camaquã foram presos Armando Prates, João Beck Candido Carneiro, Álvaro Leitão, Armando Carneiro e, segundo Vargas, “*outras pessoas graduadas da frente única*”. Vargas questionava Flores sobre o “*rumo*” a que foram destinados os presos e cobrava do interventor a imunidade de delegados de partidos.<sup>222</sup>

---

<sup>221</sup> DÉLOYE, Yves. Sociologia histórica do político. Bauru: EDUSC, 1999, p. 37.

<sup>222</sup> Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 19-04-1933.

A mediação de Vargas não poderia ser desconsiderada por Flores, devido a publicação de artigos publicados no jornal A Federação atribuídos ao mando de Flores da Cunha, “*ameaçando adversários políticos de fuzilamento*”. Além disso, a interferência de Vargas, solicitada por Raul Pilla, Baptista Luzardo e Firmino Torely evidencia a estratégia do Governo Provisório em reafirmar sua posição de instância inquestionável do poder decisório. Segundo os líderes frentistas, assim como as prisões, o assassinato do “*bravo companheiro Ismael Pereira*” na cidade de São Sepé ilustrava a ação violenta do interventor. “*É o própria governo quem está perturbando a ordem com medidas terroristas e notícias inverídicas*” reclamavam os líderes frentistas. Esse artifício textual deveria sensibilizar Vargas, pois lhe atribuía a responsabilidade por conduzir uma “*eleição honesta*” à Assembléia Constituinte.<sup>223</sup>

A resposta de Flores não tardou. Por telegrama ele incisivamente afirmava a Vargas que não existia “*atualmente dentro do Estado nenhum preso por motivo político*”.<sup>224</sup> Além de contar com uma certa conivência do Ministro da Justiça e do Governo Provisório, Flores atuava com relativo alinhamento com as forças militares do Estado.<sup>225</sup> Efetivamente, apesar de estar subordinado ao mando de Vargas, Flores da Cunha procurou converter para o governo do Rio Grande do Sul todas as atribuições do comando militar. Por carta em junho de 1933, Antunes Maciel figurava como mediador entre Flores e Vargas. Na missiva podemos perceber as investidas de Flores em assegurar seu poder e controle sobre os regimentos, tanto do Exército como da Brigada Militar Estadual. Dizia Maciel:

*“Presidente agradece teus amistosos avisos, contente por saber-te firme e disposto. Sobre o 5º R. C. I. providenciará a transferência para seu controle. Sobre Leopoldo, vai encaminhar, com simpatia, embora esteja assentado que na primeira promoção tenham preferência aquelles que combateram. Osvaldo churrasqueou hoje com Orestes e outros oficiaes do 2º Batalhão, encontrando-os todos a disposição de continuarem sendo mantenedores da ordem. Presidente aprova tuas declarações sobre Federação.*”

---

<sup>223</sup> Carta de Raul Pilla, Baptista Luzardo, Firmino Torely a Getúlio Vargas, 18-04-1933.

<sup>224</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 19-04-1933.

<sup>225</sup> Essa relação bastante próxima de Flores com as forças militares, tanto estaduais como federais sediadas no Rio Grande do Sul, será detalhadamente discutida no capítulo II desta tese.

*Acrescenta que confia muito em ti, dizendo que tens o segredo dos golpes oportunos. Nenhuma novidade... Abraços extensivos a Tito, Chico, demais companheiros.”*<sup>226</sup>

Essas demonstrações de contrariedades do governo de Flores procuravam, ao mesmo tempo, criar ruginhas entre aquele e Vargas e aproximar a FUG ao Governo Provisório. Em janeiro de 1933, ciente de que as “*intrigas*” e “*desavenças*” das lideranças da FUG procuravam minar a relação do interventor do Rio Grande do Sul com o Governo Provisório, Antunes Maciel afirmava, por carta, que “*ainda desta vez, o espírito de intriga não vingará*”. Maciel alegava a Flores, desqualificando as lideranças da FUG, que os “*chamados ‘tenentes’, que têm por si mais a fama do que outra cousa, -- agora o verifico, neste contato diário – te querem bem*”.<sup>227</sup> A tentativa de Maciel, argüindo uma conciliação entre Flores e o líder da FUG João Alberto, demonstrava o emaranhado político ao qual o interventor riograndense estava envolvido. Maciel afirmava que através de um “*caloroso e categórico*” telegrama, escrito em seu gabinete, João Alberto dava provas de uma “*ação harmônica*” entre a FUG e o PRL. E mais, ironizava o Ministro da Justiça, “*com que cara ficarão os intrigantes, depois de tudo isso?*” Todavia, Maciel descartava a consagração de uma ordem política nacional inquestionável, escrevendo que “*apenas o enigma de S. Paulo tolda os horizontes, sempre*”.<sup>228</sup>

Oswaldo Aranha, também por telegrama, demonstrava preocupação com as articulações da FUG, principalmente em relação às notícias veiculadas nos periódicos. Em

---

<sup>226</sup> Telegrama de Antunes Maciel a Flores da Cunha, 16-06-1933.

<sup>227</sup> Vavy Pacheco Borges investigou o aparecimento desta expressão “*tenentes ou tenentismo*”. Segundo a autora, “*os políticos paulistas, violentamente atacados pelos ‘outubristas’ ou ‘revolucionários’ em geral e pela LR em especial, respondem com outra forma de ataque. São os órgãos da imprensa associada ao PD que chamamos de ‘imprensa democrática’, ou seja, o Diário Nacional, O Estado de S. Paulo e o Diário Carioca que, em função do imediatismo da luta e da sobrevivência partidária, apresentam falas e atitudes as quais inventam novos agentes históricos designados por ‘tenentes’, cujas ações são apresentadas como constituindo o ‘fenômeno do tenentismo’.* Essa invenção ou construção, verdadeira estratégia de luta, mas não planejada a priori, aparece no calor da luta e se revela bastante eficaz; e sendo assim, é deliberadamente intensificada. É desse embate político estadual e de seu imbricamento na política nacional que emergem ‘o tenentes’ e o ‘tenentismo’”.

BORGES, Vavy Pacheco. op. cit. p. 145.

<sup>228</sup> Carta de Antunes Maciel a Flores da Cunha, 18-01-1933.



março de 1934, por exemplo, Aranha escreveu a Flores negando as acusações de conspiração e traição ao Governo Provisório publicadas no jornal O Estado do Rio Grande. Na mensagem ao “*Cordial Amigo Flores*”, Aranha, em contundente manifestação de repúdio ao periódico, afirmava:

*“(...) atribuem-me a idéia de reunir 60% das forças políticas para agir. Isso é obra de algum cérebro enfermico ou de algum patife dos tantos que se mostram nestas horas. Não há no Brasil um homem de bem capaz de imaginar essas infâmias que ahi foram publicadas como se daqui tivessem sido enviadas.”*<sup>229</sup>

As assertivas de Aranha, procurando conciliar e harmonizar a relação entre o poder federal e estadual, não eram isoladas. Embora o situacionismo político nacional conseguisse estabelecer censura à imprensa, diversas notas questionando a legitimidade do governo de Flores foram publicadas. As intrigas se espalhavam da Câmara dos Deputados às redações de jornais minando o comando de Flores e que, em resposta, criava uma rede de informantes designados a delatar os inimigos. Até mesmo seu irmão, Antunes Cunha, era informado sobre as articulações e movimentação da imprensa na capital federal. Em junho de 1934, por exemplo, o redator do jornal Correio envia a ele, do Rio de Janeiro, um recorte de uma matéria publicada no jornal *A Nação* cujo título era “*Coisas incompreensíveis*”. Segundo o missivista a imprensa carioca não se “*descuidava em fabricar intrigas*” e era preciso que Flores, com seu “*coração sempre tão cheio de bondade e perdão*”, tivesse “*em mente, (...) quaes são os seus verdadeiros amigos na imprensa carioca.*” Esses “*patifes*”, afirmava o redator, “*não são dignos de perdão mas, de desprezo*”. A justificativa da admiração e reconhecimento de Flores pelo informante carioca seguia de forma elogiosa na carta:

*“O general que se tem revelado um político de larga visão, torna-se dia a dia, mais senhor da situação, pelo despreendimento ao poder e são patriotismo com que*

---

<sup>229</sup> Telegrama de Oswaldo Aranha a Flores da Cunha, 01-03-1934.

*interfere nas horas difíceis para a República e bem do paiz.*”<sup>230</sup>

A matéria do *A Nação* questionava as manobras do comando de Flores e colocava em dúvida a sua efetiva autoridade sobre a bancada dos deputados riograndenses na Assembléia Constituinte. O campo político do interventor, segundo a folha, estaria em choque com os interesses partidários e facciosos, institucionalmente refletidos no Parlamento. O “*charco lodoso*” da Constituinte, onde chafurdavam as veleidades pessoais, afirmava o editorial do jornal, “*arrastava a sociedade à instabilidade institucional e à conseqüente desorganização política*”. A dúvida que pairava sobre a situação política de Flores resultava, segundo o periódico, no “*cotejo entre os passos dos representantes do Rio Grande do Sul, aqui na Assembléia, e os principais defendidos pela folha do Partido Liberal A Federação*”. As diatribes programáticas teriam colocado em atrito o comando estadual com os representantes constituintes,

*“(...) delatando uma divergência que não queremos classificar de insanável, mas que é sem dúvida inquietante e evidente, entre o interventor, ou o partido, se preferirem e os representantes eleitos da mesmíssima agremiação política. Que essa divergência flagrante, e outras mais profundas até, se fizessem sentir na intimidade do partido, nos recessos da bancada, atrás dos reposteiros do palácio da interventoria, em nada apresentaria o facto de anormal, limitado a essas zonas, familiares da actividade secreta ou escondida da política dos homens e dos partidos. (...) O que porém fundamenta todas as estranhezas é a publicidade do antagonismo entre o partido e a bancada, estranhezas maiores quanto é pacífico o sentimento da tradicional disciplina da política riograndense, da official, sobretudo.*”<sup>231</sup>

Também do Rio de Janeiro o deputado João Machado Coelho escreveu a Flores noticiando a mobilização da oposição frentista. Segundo Machado Coelho, o interventor

---

<sup>230</sup> Carta de Adolfo Pinto a Antunes Cunha, 19-06-1934.

<sup>231</sup> Jornal *A Nação*, 19-06-1934.

deveria manter-se alerta com as declarações de Luzardo e Cardoso que estavam empenhados em corroer a “*ordem institucional*”. A contestação desses líderes frentistas a Flores da Cunha poderia estar colocando o país a caminho da subversão do progresso, posto que “*suas veleidades pessoais e suas desqualificações morais*” reabririam o predomínio das incertezas políticas, adiantava Machado Coelho ao “*Caro Amigo*”. Segundo Coelho, Luzardo objetivava colocar cizânia no campo de atuação política do interventor, pois recentemente havia declarado na Bahia não “*ter medo*” das supostas ameaças de Flores advertindo a oposição com a força militar de “*30 mil provisórios*”.<sup>232</sup> E disparava contra Luzardo dizendo: “*o homem parece bezouro - ronca como um damnado*”. Coelho ainda alerta Flores quanto aos expurgos e contestações de Maurício Cardoso escrevendo que este lhe “*causava medo*” em face às declarações de que “*não compareceria ao pleito se não modificassem ou substituíssem o interventor e os prefeitos do Rio Grande!*.” E concluía “*(...) o rapazinho tem topete*”.<sup>233</sup>

## 2.2. O processo constituinte e o “caso mineiro”

A disposição do Ministro da Justiça, Antunes Maciel em atender as solicitações de Flores da Cunha, possibilitava ao governo do Rio Grande do Sul manobrar o processo de alistamento e das eleições para a constituinte. Esse mecanismo de controle asseguraria a

---

<sup>232</sup> Segundo Murray Edelman o espetáculo constituído pelas notícias sendo repassadas continuamente constrói e reconstrói problemas sociais, crises, inimigos e líderes e assim cria uma sucessão de ameaças e reafirmações. Estes problemas construídos e as personalidades povoam o conteúdo do jornalismo político e os dados para estudos analíticos históricos e políticos. Eles também, segundo o autor, desempenham um papel central em ganhar apoio e oposição para causas e planos políticos. Conforme advertiu Edelman os eventos e as notícias jornalísticas são notadas e significadas dependendo da situação do observador e linguagem que reflete e interpreta estas situações. EDELMAN, Murray Jacob. *Constructing the political spectacle*. Chicago: Chicago University, 1988, p. 12.

<sup>233</sup> Carta de João Machado Coelho a Flores da Cunha, 16-09-1934.

vitória do PRL e a influência de Flores na bancada constituinte.<sup>234</sup> Em telegrama enviado a Maciel, em abril de 1933, Flores alertava que: “*logo conheça a chapa republicana impugnarei nomes envolvidos na última sedição.*” Do PL Flores solicitava ao Ministro que convinha cassar “*os direitos políticos de Alberto Pasqualini, não só porque esteve preso aí como também porque esteve agora conspirando aqui e acha-se foragido*”.<sup>235</sup>

Além de candidaturas cassadas e prisões, a FUG somente conseguiu registro eleitoral um mês antes das eleições o que facultou àquela interpelar o interventor por fraudar o processo. Mesmo acusado pelos inimigos de conivência ao assassinato do delegado de polícia de Caçapava, coação e prisões ilegais de candidatos e desobediência no cumprimento dos prazos para o alistamento de candidaturas, o PRL do interventor Flores da Cunha, recebeu maciça votação.<sup>236</sup>

Evidentemente, não estamos presumindo que a eleição dos 13 deputados do PRL contra os 3 da FUG foi ratificada pelo Tribunal Regional sem a influência federal de Antunes Maciel.<sup>237</sup> A estreita aproximação de Flores ao Ministro da Justiça, nos casos de

<sup>234</sup> A bancada do PRL foi constituída pelos seguintes deputados: Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, Augusto Simões Lopes, João Simplício Alves de Carvalho, Raul Jobim Bittencourt, Argemiro Dorneles, Pedro Vergara, Vitor Russomano, Medeiros Neto, Antonio Carlos Machado. Anais da Assembléia Constituinte, 1934.

<sup>235</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Antunes Maciel, 20-04-1933.

<sup>236</sup> As eleições foram realizadas em 03 de maio de 1933 cujos resultados são os seguintes. 132,056 votos para o PRL alcançado 77.92% do total apurado contra 34,430 votos da FUG, constituindo 22.08%. TRINDADE, Hégio. (org.) Revolução de 30: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1980, p. 162.

<sup>237</sup> BANCADA DO RIO GRANDE DO SUL NA CÂMARA FEDERAL NA CONSTITUINTE DE 1934

NOMINATA	PARTIDO
Adroaldo Mesquita da Costa	PRR – FUG
Augusto Simões Lopes	PRL
Carlos Maximiliano Pereira dos Santos	PRR
Demétrio Mercio Xavier	PRL
Euclides Minuano de Moura	PL – FUG
Frederico João Wolfenüttell	PRL
Gaspar Saldanha	PRL

prisões ou homologação de candidaturas, tornava o segundo uma instância de coordenação das decisões do interventor do Rio Grande do Sul. Por telegrama, dizia Maciel em julho de 1933, “*vou providenciar a liberdade de Fonseca, estou aqui a tua ordem. Dize o que desejas*”.<sup>238</sup>

A vitória esmagadora do PRL nas eleições lançava a liderança de Flores ao cenário nacional e retraía a mobilização política da oposição frentista. Entretanto, ainda que verticalmente opostas, pois enquanto a bancada do PRL inscrevia-se como base partidária de Vargas e que, por sua vez, a FUG demonstrava divergências quanto a orientação da conjuntura política do Governo Provisório, as duas correntes convergiam em relação às propostas federalistas.

A anuência do Governo Provisório com as manobras políticas de Flores da Cunha e sua inequívoca articulação na composição do PRL procuravam demonstrar às lideranças políticas dos demais estados da federação, os rumos que deveriam seguir. Podemos inferir que a organização partidária, sob o controle dos interventores estaduais, procurava manter sob o comando de Vargas a ordem política federal. Tal arranjo dispersava os poderes regionais e reforçava a centralização de um programa de governo conduzido incontestemente pelo Governo Provisório. Certamente, essa configuração para o Governo Federal garantiria a manutenção daquela conjuntura política através da intervenção direta de Vargas na Assembléia Constituinte.

Heitor Annes Dias	PRL
João Ascânio de Moura Tubino	PRL
João Fanfa Ribas	PRL
João Simplício Alves de Carvalho	PRR e PRL
Joaquim Maurício Cardoso	PRR – FUG
Pedro Vergara	PRL
Renato Barbosa	PRL
Victo Russomano	PRL

Fonte: Jornal: A Federação, 15-11-1934.

<sup>238</sup> Telegrama de Antunes Maciel a Flores da Cunha, 05-07-1933.

Com isso, constituíam-se, na senda da força política do Governo Provisório, garantias legais quanto à eleição e sucessão presidencial, à indicação de interventores e ministros, à legalização dos decretos leis, à elegibilidade de Vargas e, principalmente, às delimitações do campo de atuação da União e dos estados federados. Vargas claramente não dispunha de irrestrito controle sobre os estados, mesmo aqueles situacionistas. Ademais, as expectativas de Vargas aumentavam com o comprometimento de Flores em reinstaurar as bases regionais de sustentação do governo. Exemplar desse arremedo político foi a tentativa de Flores em reaproximar Minas Gerais e São Paulo do Governo Provisório. Claro está que o apoio de Flores ao continuísmo de Vargas não se sustentava incondicionalmente. Antes, Flores procurou se valer dessa situação para postular mais representatividade do estado nas instâncias da administração pública do governo federal.

Nesse período, acreditamos que o episódio mais contundente quanto às aspirações de Flores pela ampliação de sua influência nos processos decisórios da política nacional refere-se aos impasses causados com sucessão de Olegário Maciel na interventoria mineira. Dois candidatos, Virgílio de Melo Franco e Antônio Carlos de Andrada, ambos do Partido Progressista, disputavam a chefia do estado. O continuísmo mineiro, representado por Antônio Carlos de Andrada, dificultaria o projeto centralizador de Vargas, já que o candidato alinhava-se com as forças tradicionais estaduais. Por sua vez, Melo Franco, nitidamente próximo aos desígnios políticos do executivo federal, poderia causar uma dispersão política ainda maior no estado. Nessa circunstância, Flores postulava o nome de Gustavo Capanema para sucessão mineira, dando demonstrações públicas de apoio ao predomínio das elites políticas no estado.

A contundente divergência entre o interventor riograndense e Vargas em relação à disputa sucessória em Minas Gerais provocou um crispado dissídio político entre os governos federal e estadual. Todavia, após a decisão do Governo Provisório, em 12 de dezembro de 1933, Vargas retomava a iniciativa de alinhamento com Flores. Por sua vez, a decisão de Vargas em nomear o então deputado Benedito Valadares à interventoria de Minas e, com isto, preservando o situacionismo político, convergia junto à posição política de Flores.

Contudo, a aliança e a reaproximação com o líder do PRL deveria se basear em uma definição clara da atuação de Flores no cenário político nacional, qual seja: “*manter a ordem interna, obedecendo ao poder civil desarmado*”.<sup>239</sup> Ainda que para Vargas a colaboração de Flores naquele momento fosse indispensável, o presidente tinha concretamente um projeto estratégico para o interventor do Rio Grande do Sul: um colaborador subordinado às decisões do governo federal. Esta circunstância, que tornava secundária a influência de Flores, fica evidente quando este teve que submeter-se aos arranjos na interventoria mineira e às decisões de Vargas na composição da mesa diretora para a Assembléia Constituinte e dos líderes das bancadas estaduais.

Essa articulação, dispendo das funções administrativas e políticas na Assembléia Constituinte, deveria garantir e facultar a influência de Vargas na direção dos trabalhos. Essa junção política, que colocava Flores como fundamental arregimentador de forças regionais, resultou na composição de um núcleo de interventores inequivocamente alinhados ao Governo Provisório. Evitando dispersão e aparando as arestas quanto aos interesses regionais, Flores fornecia, através do “*bloco dos interventores*”, composto por ele próprio e os chefes estaduais Lima Cavalcanti e Juraci Magalhães, uma consistente influência de Vargas na Constituinte. A presumível posição situacionista dos interventores de Pernambuco, da Bahia e do Rio Grande do Sul tornava a Constituinte um profícuo lugar para instituir a legitimidade do Governo Federal.

A definição de Vargas em nomear Benedito Valadares para a interventoria mineira provocou o pedido de afastamento de Oswaldo Aranha do Ministério da Fazenda. Esse episódio reforçava a liderança política nacional de Flores da Cunha, sobretudo porque passava a mediar a reconciliação e retorno de Aranha ao Governo Provisório.

A representação da bancada riograndense de oposição na Assembléia Constituinte era formada por Mauricio Cardoso, líder da FUG, Minuano de Moura, do PL, e pelo advogado Adroaldo Mesquita da Costa, da FUG. Mesmo com forte pressão do interventor Flores da Cunha, os deputados reforçavam o encaminhamento federalista nos trabalhos constituintes. Além disso, debatiam acintosamente contra o governo discricionário,

---

<sup>239</sup> Carta de Protógenes Guimarães a Flores da Cunha, 12-08-1934.

acusando-o de cercear as “*liberdades democráticas*”. Evidentemente, essa oposição sistemática ao situacionismo riograndense e à condução dos trabalhos da Assembléia eram amplificadas com a ajuda da imprensa.

Tal contestação assentava-se nos postulados liberais e na crítica à ditadura revolucionária. Em outros termos, os representantes da FUG insistiam na liberdade de imprensa e na anistia e arrogavam uma resistência à estratégia continuísta de Vargas. Acreditamos que apesar da representação oposicionista do Rio Grande do Sul contar com apenas três representantes, a articulação junto a outras bancadas estaduais, sobretudo a paulista, granjeou algumas aprovações de requerimentos em que o Ministro da Justiça deveria ser interpelado por ações de cerceamento à imprensa, por exemplo. Além disso, contestaram contra o decreto de anistia gradual proposto pelo Governo Provisório.

Nos bastidores dos trabalhos de articulação da oposição, Flores e Antunes Maciel procuravam aparar os discursos e conter o alcance das manobras políticas da FUG, principalmente em relação à eleição de Getúlio Vargas, através de uma intensa correspondência telegráfica. Esse esquema informativo, como um expediente governativo de Flores da Cunha, possibilitava-o acompanhar de perto o ambiente constituinte. Além disso, a minuciosidade nas cartas e telegramas confirmava a necessidade de um detalhamento de informações quanto o andamento dos trabalhos. Com esse canal de comunicação entre Flores e Maciel, o governo poderia se precaver ante a oposição frentista.

*“Apesar do trabalho insistente de Virgílio (de Melo Franco) e Fernando (Magalhães) e outros elementos, procurando vulnerar bloco favorável a eleição de Getúlio, com o auxílio de certa imprensa, estou ainda otimista. Intriga lançada por eles entre Governo e Assembléia não surtiu resultado esperado (...). Efetivamente, continuam pretendendo obter votos contra Getúlio, havendo chegado ao deslante de falarem de certa caixa de recursos para os comprar (...). Diariamente temos trabalhado neste sentido (...) e até agora não vemos motivo de que traição referida possa alcançar resultado. Descontentes, não encontram nome capaz de arrastar número ponderável de votos (...).”<sup>240</sup>*

---

<sup>240</sup> Telegrama de Antunes Maciel a Flores da Cunha, 23-06-1934.



Podemos deprender que, mesmo não conseguindo alterar a condução final dos trabalhos da Constituinte, o telegrama enviado a Flores, alertando-o e colocando-o a par das ações que procuravam “*vulnerar o bloco favorável a eleição de Getúlio*”, demonstra uma das dificuldades encontradas pelo situacionismo político gaúcho. Claro está que acusações de fraudes e denúncias de corrupção perfaziam os discursos tanto de frentistas como dos aliados ao Governo Provisório. A “*intriga*” a que se refere Maciel diz respeito às acusações dos frentistas de que o governo federal havia concedido benefícios financeiros indevidos do Governo do Rio Grande do Sul.

Por sua vez, a bancada do PRL representava na Assembléia Constituinte uma espécie de salvaguarda do comando de Flores. Mesmo com contundentes indícios de divergências intestinas, Flores e os deputados do PRL conseguiram aglutinar forças suficientemente capazes de contemplar suas pretensões continuístas e a eleição de Vargas. A proximidade da bancada do PRL com o centro do poder federal tornava-a a principal base de sustentação dos interesses políticos de Vargas. Segundo Sandra Pesavento:

*“(...) diante das necessidades do centro, o PRL abdicava daquilo que considerava mais ‘de acordo com as tradições e inequívocas tendências do espírito de nossa gente’, para oportunizar a integração essencial do contexto gaúcho à nova realidade brasileira do pós-30. Isto revela a ambigüidade do poder de Flores da Cunha, contraditório entre os interesses das oligarquias regionais e o seu enquadramento às perspectivas de Getúlio Vargas de organizar, ao nível regional, o sistema, fazendo-o novamente funcionar.”<sup>241</sup>*

As prescrições diretivas do executivo federal, junto à bancada do PRL, orientavam as posições combativas contra os “*descontentes*” ao sistema político vigente. Essa sintonia sob a orquestração de Flores e irrestrito apoio do Ministro da Justiça, Antunes Maciel,

---

<sup>241</sup> PESAVENTO, Sandra. op. cit. 139.

visava neutralizar os constantes ataques contra o Executivo Federal imunizando-o e defendendo-o das sistemáticas denúncias.<sup>242</sup>

Indícios dessa atuação podemos verificar em um telegrama de maio de 1934 de Maciel a Flores da Cunha, ao qual o ministro da Justiça relata sua articulação política com o presidente, com interventores de todos os estados, deputados e representações sindicais:

*“Passei o dia articulando nossos elementos para votações, questões políticas dependentes da Assembléia. Meu gabinete teve concorrência como raras vezes e terminei jornada em longa conferência com Getúlio e Antônio Carlos. Acredito que venceremos (...). Quanto à constitucionalização dos estados fizemos Getúlio juiz entre as duas correntes decidindo ele pelo prazo de 120 dias. Provavelmente 5ª feira começará votação das disposições transitórias. Oposição perdendo terreno. Ontem telegrafei vários interventores (...), tendo recebido hoje resposta de todos no mesmo tom de firmeza, Bancada classista procurou-me (...) empregadores e empregados, separadamente, prometendo apoio, em grande maioria. Anistia despertou excelente impressão. Os poucos criticantes limitam-se a queixar-se da não-reintegração imediata dos funcionários civis.”*<sup>243</sup>

No que tange as questões legislativas, a bancada liberal riograndense, ao que tudo indica, manteve uma posição de endosso aos pronunciamentos e decisões do líder do PRL Simões Lopes. Vedava-se o dissenso mediante a prédica do projeto centralizador e continuísta de Vargas. Nesse sentido, a bancada mais servia como base para as ações deliberativas das lideranças governamentais. Contudo, alterações e contrariedades foram inevitáveis, sobretudo diante da inconsistência e indefinição da bancada sobre a

---

<sup>242</sup> Sandra Pesavento ao estudar o 1º Congresso Bienal do PRL afirma que a articulação entre a bancada federal do partido, sobretudo do deputado João Carlos Machado, convergia com os interesses continuístas de Flores. O evento, realizado em setembro de 1934, tornou-se uma importante ocasião para as lideranças do PRL enfatizarem a “supremacia e o bom desempenho” do governo de Flores. Além de destacarem seu empenho no “desenvolvimento da instrução pública, saúde, criação do Instituto de Previdência do Estado, construção de estradas de rodagem (...)”, afirmavam também, que Flores havia criado uma política de desagravação fiscal, o que beneficiava diretamente os setores produtivos do estado. PESAVENTO, op. cit. p. 137.

<sup>243</sup> Telegrama de Antunes Maciel a Flores da Cunha, 29-05-1934.

abrangência dos espaços políticos do poder federal e poderes regionais. Por sua vez, para Sandra Pesavento, a Constituição de 1934 representou a corporificação da maioria dos postulados propostos pelo PRL. Além disso, para a autora, o PRL serviu como uma “*importante base de apoio ao projeto central na República Nova*”, posto que o voto unânime da bancada liberal garantiu a eleição de Vargas como presidente da República.<sup>244</sup>

Desse quadro, em que se configurou uma quase excludente participação dos deputados nas decisões tomadas verticalmente por Flores e Vargas, podemos inferir que houve, de fato, uma precisa convergência entre as lideranças políticas situacionistas. Entretanto, com o assentimento de Maciel, Flores e Vargas, o Deputado Federal Simões Lopes exerceu uma efetiva representação na coordenação da Constituinte. Essa autonomia deliberativa, atinente à composição de fórmulas conciliatórias, em muitos casos, divergiam do posicionamento de Flores, implicando, muitas vezes, em conflitos e advertências. Podemos afirmar que o líder do PRL Simões Lopes esteve nos trabalhos da Constituinte como principal interlocutor do Governo Provisório. Disto resulta, entre outros arranjos, a proposta de eleição indireta de Vargas, a composição do colégio eleitoral e a aproximação da Chapa Única de São Paulo com a maioria constituinte.

Por conseguinte, o comando do PRL, no encaminhamento das diretrizes programáticas do Governo Provisório, encontrou uma forte resistência tanto de militares como das outras bancadas estaduais. Vargas diante desses percalços precisou ceder e abrir algumas concessões àquelas facções divergentes. Uma delas foi a manutenção de Góes Monteiro no Ministério da Guerra e a substituição de Antunes Maciel pelo paulista Vicente Rao no mais disputado Ministério: o da Justiça. Esses recuos do executivo federal visavam a continuidade governativa, e certamente precisou contar com a resignação ou o apoio de Flores da Cunha.

A sinonímia entre o Governo Provisório e Flores da Cunha foi-se sedimentando à medida em que o Interventor cedia às deliberações políticas de Vargas. Ademais, o posicionamento de Flores sobre a promulgação da nova Constituição e sobre a eleição de Vargas evidencia a superação das divergências naquele momento. Por telegrama, em

---

<sup>244</sup> PESAVENTO, Sandra. op. cit. p. 138.

outubro de 1934, Flores relatava a Vargas suas ponderações sobre a “*fórmula conciliatória*”.

*“Ainda em São Francisco recebi do leader Simões (Lopes) comunicação que se passou na reunião convocada pelo General Góes Monteiro e onde foi proposta seguinte fórmula conciliatória: Projeto da comissão 26 será imediatamente promulgado como Constituição provisória sendo logo após eleito Presidente República. Assunto será resolvido na própria Assembléa sendo acatadas todas as suas deliberações. Ministro da Guerra e Marinha ao findar a reunião fizeram formal declaração de aceitar e apoiar sua candidatura. Simões Lopes informa que demarches posteriores dele e do leader maioria foram realizados com êxito junto grande maioria seus colegas. Projeto deverá ser apresentado esta semana. A seguir comissão apresentará parecer propondo eleição imediata. Assembléa Constituinte prosseguirá seus trabalhos na forma do regimento interno para elaboração Constituição definitiva. Peço prezado amigo mande sua impressão sobre essa fórmula com a qual estou de acordo por me parecer uma solução conciliatória e capaz de assegurar a paz no país. Como vê, minha partida e demais atos praticados foram providenciais. Muitos abraços.”*<sup>245</sup>

Tratava-se, portanto, de evidenciar a soberana autoridade da Assembléa Constituinte, “*sendo acatadas todas as suas deliberações.*” A “*paz no país*”, segundo Flores, seria assim alcançada devido ao seu “*acordo*” e aos “*providenciais*” “*atos praticados*”. A “*partida*” de Flores concerne ao pedido de afastamento por 30 dias da interventoria em setembro de 1934. Em telegrama enviado a Vargas, ele postulava suas ressalvas e “*insistente recusa*” para a candidatura a governador do Estado. De “*mau grado*”, afirmava Flores, “*fui forçado contra minha vontade*” a “*aceitar o encargo*”. Na missiva Flores objetivava demonstrar a ausência de quaisquer interferências do executivo estadual no processo eleitoral para a próxima Assembléa Constituinte do Estado. Desta forma, o interventor solicitava ao presidente, trinta dias de licença “*com faculdade para*

---

<sup>245</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 02-10-1934.

*poder gozal-a, oportunamente, no País ou fora delle*”, bem como desejava Flores, “*autorização para transmitir o governo ao Secretário do Interior.*”<sup>246</sup>

Dissuadido devido a indicação do PRL de continuar à frente do executivo estadual, Flores da Cunha, ao afastar-se momentaneamente da interventoria, para assim não presidir as eleições para governador constitucional, reafirmava sua autoridade atinente à condução política do estado. Em resposta imediata à solicitação de Flores, Vargas declarava irrestrito apoio à indicação da candidatura do amigo. “*Só agora tive conhecimento, e aplaudo decisão sua em deixar o governo*”, afirmava Vargas por telegrama em 15 de setembro de 1934. Por conta de tal medida administrativa, o interventor federal foi descrito como uma “*testemunha louvável de escrúpulo*” e possuidor, segundo Vargas, de “*sentimentos em perfeita correção política*”.<sup>247</sup> Os acirramentos políticos e a desmedida disputa entre os correligionários do PRL e a FUG, estariam assim, a partir da decisão do afastamento do interventor federal, sem qualquer interferência governativa.<sup>248</sup>

### 2.3. A reaproximação com a FUG e a ruptura com Vargas

---

<sup>246</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 14-09-1934.

<sup>247</sup> Telegrama de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 15-09-1934. O Presidente Getúlio Vargas, concede ao Interventor Federal Flores da Cunha, licença de trinta dias, desde que o cargo seja transmitido para seu substituto legal.

<sup>248</sup> Não acreditamos que o afastamento de Flores tenha ocasionado um certo silenciamento da oposição estadual. Quando destacamos essa manobra não pretendemos, com isso, afirmar que o governo de Flores esteve imune às críticas das lideranças da FUG ou mesmo dos aliados do Governo Provisório. Porquanto, em novembro de 1934, o deputado Protásio Alves escreve extensa missiva a Vargas questionando a estratégia de Flores quando da sua licença. “*Na véspera de sua partida, eu disse ao Flores que não devia dar instruções à nossa bancada de modo a q. ella assumisse a attitude contida na formula Castilhistista. Respondeu-me q. deixaria o governo p<sup>a</sup> licenciar-se. Disse-lhe que, uma vez que suas instruções políticas ficassem de pé, seu licenciamento não viria alterar essa attitude. Deixaria a direção p<sup>a</sup> entregal-a a comissão central. Redargui q. era praticamente impossível entregar a direção política de um partido, a uma comissão de 12 membros, residentes em diversos pontos do Estado e todos paisanos, isto é, sem uma função publica que lhes desse credenciaes, em falta dos inherentes a sua própria pessoa.*” Carta de Protásio Alves a Getúlio Vargas, 29-11-1934.

Com a reconstitucionalização do país, alteraram-se as regras do jogo político nacional, viabilizando novos enfrentamentos entre o poder central e as correntes políticas regionais que pretendiam ampliar sua margem de influência através da defesa do federalismo. Além disso, no período imediatamente posterior à promulgação da carta constitucional de 1934, constituiu-se uma arena de divergências políticas radicais, na qual a emergência de outras correntes ideológicas tornava-se inevitável.

Podemos citar o surgimento da Ação de Resistência Nacional (ARN), proveniente de uma ala do PRL.<sup>249</sup> Esse movimento enfatizava o *“espírito de disciplina em todos os companheiros, para a mais perfeita coesão partidária e autoridade do PRL e da própria ARN, a hierarquia deve ter, em todos os núcleos a mais perfeita e rigorosa observância.”* Essa facção interna do PRL estava intimamente relacionada com as forças militares estaduais, e seria uma organização armada para defender as posições políticas de Flores da Cunha. Dessa forma, a coerção e perseguição aos adversários da FUG seriam os principais objetivos da ARN. Com a anexação da Brigada Militar aos grupos de *“provisórios”* e aos batalhões rodoviários, Flores constituía um inegável poder militar.<sup>250</sup>

Essa mobilização reacionária não era isolada. Também em 1934 chega no Rio Grande do Sul a Ação Integralista Brasileira (AIB) trazendo em suas propostas contundentes divergências com a centralização do Governo Federal. Por sua vez, em junho

---

<sup>249</sup> No programa da ARN podemos verificar seis itens concernentes a estrutura organizacional-ideológica desta facção partidária. Os itens são divididos da seguinte forma: 1. Das finalidades; 2. Campo de ação; 3. Deveres dos legionários; 4. Juramento cívico; 5. Da organização; 6. Instruções Gerais. O documento revela uma nítida inspiração reacionária no comando dos *“legionários”*. Afirma-se, por exemplo, que *“é mister que cada um dos seus milicianos possua a convicção íntima e profunda de que a obediência não é subserviência, mas a subordinação conciente de cada um em benefício da solidariedade e coesão de todos e da força da milícia, banindo, uma vez por todas, o velho conceito da disciplina que só servia para afrouxar e romper os vínculos que deviam unir os gregários das organizações românticas e dispersivas do passado.”* Parece-nos, conforme indica o documento que, de fato, a disciplina coercitiva seria o principal instrumento de formação da ARN. *“Dentro do PRL os legionários da ARN serão sempre um elemento de concórdia e de confraternização, empenhando todos os seus esforços no sentido de fazer desaparecer os dissídios e desinteligências, si por ventura surgirem, pois que são fonte perniciosas que envenenam e destroem, não raro, o espírito de solidariedade eu faz a força dos Partidos.”* Jornal: Diário Liberal, 31-07-1934.

<sup>250</sup> Jornal: Diário Liberal, 30-04-1934.

de 1935, surge, em contraposição a AIB, a Aliança Nacional Libertadora (ANL).<sup>251</sup> Em torno da Federação Operária do Rio Grande do Sul e dos trabalhadores das camadas médias urbanas, a ANL, apesar de ter permanecido como um grupo político por apenas 2 meses, conseguiu aglutinar uma forte oposição a AIB. Essa articulação foi promovida por amplos setores políticos do Rio Grande do Sul, desde membros do Partido Comunista Brasileiro a correligionários do Partido Libertador.

Acreditamos que o aparecimento destas correntes políticas, opostas em suas perspectivas ideológicas, pode explicar o recrudescimento e cerceamento das liberdades associativas através de mecanismos preventivos como a criação da Lei de Segurança Nacional ou mesmo a posterior decretação do Estado de sítio e Estado de guerra em fins de 1935. Partindo dessa conjuntura política, as oposições partidárias no Rio Grande do Sul, reunidas na FUG, procurarão se aproximar do ex-Interventor e agora Governador Flores da Cunha.

Podemos depreender que diante de toda essa mobilização partidária no Rio Grande do Sul, Vargas procurou “*preservar a ordem das perturbações previsíveis*” no estado.<sup>252</sup> Essas contradições são indicativas da estratégia “*pacificadora*” de Vargas, posto que as lideranças da FUG passaram a minimizar as críticas ao governo federal. Com efeito, ele manteve estrategicamente, no decorrer de 1935, um canal de diálogo com as lideranças da FUG. Com isso, procurou minar o poder estadual de Flores e organizar uma nova configuração política no Rio Grande do Sul.

De fato, podemos perceber esta articulação política através de uma carta de Protásio Alves enviada em meados de 1935 a Getúlio Vargas relatando as “*manifestações de sympatia*” que algumas lideranças da FUG diziam nutrir pelo Presidente da República. Para

---

<sup>251</sup> A ANL foi oficializada em fevereiro de 1935 quando da criação do seu Diretório Estadual Provisório. Foi formada por Dyonélio Machado (presidente), Agildo Barata (vice-presidente), Aparício Cora de Almeida (Secretário Geral), José Julio Parise Iglésias (1º Secretário), Raul Riff (2º Secretário), Antonio Mesplé (Delegado de publicidade), Severino Ronchi (Delegado de propaganda), Marciano Belchior Filho (Delegado de propaganda), Camilo Brandão ( Tesoureiro). TRINDADE, Héliogio. (org.) Revolução de 30: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1980, p. 219.

<sup>252</sup> Jornal: Correio do Povo, 08-11-1934.

Alves a situação política estadual havia chegado ao limite, constituindo-se como um “*malfadado embate desagregador*”. Segundo o missivista a preeminência de “*agitadores locais*” e o “*surto comunista*” tornavam fundamental uma “*providência*” que pudesse “*refrear tantos excessos*”. Pela “*ordem nacional*” e por uma “*higiene doméstica*”, Alves recorria à ação do governo federal para limitar aquilo que chamava de “*política expansionista do sul*”. Para Alves o interesse pela “*manutenção da ordem material e moral*” deveria sobrepujar a “*questionável*” liderança estadual de Flores. A descrição da situação foi assim relatada:

*“Em Maurício (Cardoso), (Paulo) Pahim e (Raul) Pilla, acompanhados de seus pares ou minoria, a proporção que cresce nelles a angustia, também augmenta o desejo de um fortalecimento. Esse fortalecimento q. acho necessário, indispensável mesmo, parece ter seu momento opportuno actualmente. Nossa administração caudilhesca com alguns melhoramentos em sua parte meias noble vai provocando o effeito desagregatório q. já te referi. Essas crises importam n’um trabalho de desprestigio e os elementos alliciados ou alliançados se vão estimulando e se avolumando.”*<sup>253</sup>

Portanto, para Alves, o momento parecia-lhe oportuno para ensejar um fortalecimento das lideranças políticas da FUG, capazes de conter a “*administração caudilhesca*” de Flores da Cunha. Nessa mesma missiva, ele procurou dissuadir Vargas sobre um possível comprometimento das lideranças da FUG com o governo federal. Para o missivista os líderes do PL e do PRR Maurício Cardoso, Paulo Pahim e Raul Pilla estariam dispostos a uma “*cooperação*” na medida em que Vargas viabilizasse uma “*participação*” das oposições “*mais diretamente nos destinos nacionais*”. O artifício, engendrado pela FUG visando o “*fortalecimento do governo federal*” e mediado pelo missivista, argüia ainda que, com tais medidas, “*a oposição frentista ficaria com franquias capazes de dar*

---

<sup>253</sup> Carta de Protásio Alves a Getúlio Vargas, 23-08-1935.



*apoio, em qualquer emergência, sem haver situações chocantes, de ordem partidária” ao governo federal.*<sup>254</sup>

Contudo, não estamos afirmando que, ainda nesse momento, não tenha havido medidas conciliatórias entre Flores e a FUG; verificamos que as lideranças da FUG propuseram uma reformulação da máquina administrativa do governo estadual, acarretando, desta forma, uma reorganização do jogo político no Rio Grande do Sul.

Com efeito, o reduzido número de deputados estaduais da FUG ocasionava a contínua sujeição ao comando governativo de Flores, restando aquele partido sugerir apenas a manutenção das garantias de liberdade política e dos direitos humanos. Embora Flores tivesse o controle irrestrito da administração estadual, ele percebia a necessidade de tomar providências quanto à reformulação do Secretariado através de um acordo com os partidos da oposição.

Essas combinações políticas foram engendradas pelo líder do governo estadual na Assembléia Legislativa que, por sua vez, as envia ao Deputado do PL, Vespucio de Abreu, para apreciação. O ante-projeto foi dividido em 2 artigos sendo que o primeiro tratava da *“uniformidade e eficiência na atividade administrativa das Secretarias de Estado”* e na *“boa gestão dos negócios públicos”*. Quanto ao segundo artigo definia-se a criação de um Presidente de Secretaria com a função de fiscalizar, coordenar, e executar as atividades administrativas das demais Secretarias de Estado. Sobre o segundo artigo, em carta ao Deputado João Carlos Machado em janeiro de 1935, Vespúcio Abreu considerava que esta organização burocrática seria desproposita, haja vista que esse papel seria de exclusiva competência do Governador do Estado.

Com a possibilidade de aplicação dessa fórmula administrativa a advertência que o missivista colocava referia-se ao seguinte fato:

*“Si o Presidente do Secretariado for do mesmo partido e inteiramente solidário com o Governador tudo poderá*

---

<sup>254</sup> Carta de Protásio Alves a Getúlio Vargas, 23-08-1935.

*marchar bem, mas si não for crear-se-á uma série de conflictos entre este e o presidente do Secretariado, que degenerará em conflicto político. Talvez ainda se pudesse evitar este inconveniente si se acrescentasse no referido art. 2º a palavra – administrativas – as palavras – por parte dos Secretários de Estado. Sob o aspecto político, si a elle estende-se o accordo, os germens de conflictos são em maior número e mais perigosos.”*

A execução da medida, conforme advertiu Vespúcio Abreu, impediria o próprio funcionamento do governo, fracionando seu poder e colocando em crise a ordem institucional federativa. Um retrato do “caos” se apresentava então, posto que, para Alves esta situação arrastaria o “Rio Grande do Sul, ao em vez de prestigiar o Poder Público Nacional” colocaria o estado “*contra este aumentando os perigos que já tanto*” ameaçavam a “*vida e a integridade do Brasil*”. Para Flores seria importante uma aproximação com a FUG, com a possível cooptação de seus líderes através do oferecimento de cargos na máquina administrativa do Estado. Entretanto, até os primeiros meses de 1935 Flores afirmava a Vargas que “*elementos destacados da frente única*” estariam fazendo “*sondagens para aproximação*”, sendo que, ainda naquele momento, “*nada havia sido resolvido ou assentado*”. Demonstrando abertura para o diálogo e acordos políticos com a FUG, Flores relatava que continuava “*ouvindo a todos com boa vontade e sincero desejo de ver nossa gente de novo congradada*”.<sup>255</sup>

Todas essas tratativas prorrogavam quaisquer definições no que tangia às acomodações políticas no Estado. Flores manteve Vargas informado sobre os acertos e as orientações quanto à condução dos arranjos partidários no Estado. Em março de 1935, por exemplo, Flores envia um telegrama ao presidente informando-lhe sobre as “*demarches para o congradamento*” do Rio Grande do Sul.

*“(...) só te posso dizer que até agora apenas se registra entrevista minha com Sinval na casa de meu filho Luiz. Nada mais houve. Simples reconciliação pessoal. Disse-me ele que consultado Borges sobre o passo que queria dar, este dera-*

---

<sup>255</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 22-03-1935.

*lhe o consentimento. Estou informado de que Pilla, Neves, Collor, Assis, Bruno Lima, Torely, Lucidio Ramos, Gonçalves Vianna e outros libertadores desejam pacificação que, entretanto, encontra oposição de parte do Borges, Mauricio, Luzardo e de poucos mais, partidários da ação violenta.*<sup>256</sup>

Além da posição reconciliatória, tanto pessoal como política, Flores afirmava que o único impedimento para os acertos de aproximação com a FUG era o desmazelo do “solitário” líder republicano Borges de Medeiros que, segundo o governador, “*estava delirante de despeito e ódio*”. Flores enfatizava, ainda, que a admoestação de Borges ia mais longe, exigindo-lhe que retirasse sua candidatura e abandonasse a interventoria.<sup>257</sup>

De fato, os liames para um acordo de aproximação de Flores com algumas lideranças da FUG permaneceram em contínuas negociações e reuniões políticas.<sup>258</sup> A gravidade da situação, mesmo com a incidência de mobilizações partidárias frontalmente opostas tanto ao governo de Flores como às lideranças da FUG, não aceleraram a condução

---

<sup>256</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 23-03-1935.

<sup>257</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 23-03-1935.

<sup>258</sup> Apesar das constantes desavenças e trocas de acusações entre as lideranças da FUG e correligionários do PRL, os líderes da Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul acompanhavam com muita atenção o “*namoro dessas forças políticas contrárias*”. Em documento anônimo atribuído às atividades da esquerda e apreendido pela polícia do Rio Grande do Sul, podemos verificar um certo trânsito de lideranças de ambos os partidos em reuniões partidárias. O documento relata esses trâmites da seguinte forma: “*O Flores, visando talvez oferecer outra vez ao Getúlio um Rio Grande unido, para que este leve a cabo mais facilmente o golpe fascista premeditado, visando talvez igualmente impedir uma crítica as negociatas do seu governo, tenta ainda a aproximação com a Frente Única, onde parece que conta com a boa vontade do Pilla, o chefe do Partido Libertador. Outros elementos da Frente Única se acham também, ao que parece, animados dos mesmos propósitos conciliatórios, si bem que a grande maioria partidária se oponha a qualquer tentativa de pacificação, ameaçando mesmo deixar a Frente Única e aderir a A. N. L. caso ela se verifique. É exato que os elementos mais intransigentes se acham fora, no Rio. Borges de Medeiros, Luzardo, João Neves etc. É sintomático o fato da oposição parlamentar não ter até agora aberto os fogos, aqui, contra o Flores. Ainda há poucos dias, na Assembléa, foram os deputados frentiunistas acusados por um membro da maioria (Simões Lopes Filho) de seguirem conduta diferente da dos seus companheiros no Congresso. A Frente Única explicou, alegando que não atacara antes, porque se estava em pleno trabalho constitucional, e que, cessado este, ainda não possuía a Assembléa o seu regimento interno; que só agora, ultimadas uma e outra tarefa, é que ela poderia dedicar-se a crítica dos atos do governo. É visível o namoro dessas forças políticas contrárias*”. Documento FLS. 163-171.

de uma convergência política. Contudo, acreditamos que, atinente a essas negociações acerca de um acordo “*pacificador*”, as iniciativas partiram tanto do poder estatal constituído, como dos líderes da FUG.<sup>259</sup>

Com relação a este aspecto, uma carta de Gabriel Pedro Moacyr, enviada em julho de 1935 para Flores da Cunha, evidencia nossa assertiva. Na missiva Pedro Moacyr enumera quatro itens sobre a “*pacificação do Rio Grande*”. As explicações para a discussão do “*movimento pacificador*” são atribuídas a Flores da Cunha na medida em que, do governador, segundo Pedro Moacyr, havia partido a seguinte mensagem ao líder libertador Raul Pilla: “*com ele se encontraria em qualquer lugar, que fosse designado pelo dr. Raul Pilla*”.<sup>260</sup>

As conversações citadas na missiva ratificavam a posição de Flores em estabelecer um convívio harmonioso com Pilla, uma vez que, acrescentava Pedro Moacyr, “*depois de reatadas as relações pessoas, a pacificação do Rio Grande será uma consequência lógica e fatal*”.<sup>261</sup>

Levando-se em consideração as frases iniciais de inúmeras missivas enviadas a Flores, em meados de 1935, acreditamos que ele tenha solicitado a amigos e correligionários do PRL suas avaliações quanto aos possíveis acordos de uma aliança com a FUG. Foi comum encontrarmos as seguintes estruturas redacionais: “*Atendendo a sua solicitação no sentido de prestar os necessários esclarecimentos as demarches*”, “*Pede-me V. Ex. que eu dê o meu depoimento sobre o que se passou em relação as demarches em prol da pacificação da família riograndense*”, “*Segue minhas avaliações impessoaes sobre os acordos entre V. Governo e a FUG*”, “*Não devem minhas impressões causar-lhe*

---

<sup>259</sup> Em dezembro de 1935 o Jornal Correio do Povo publica uma entrevista com líder do Partido Libertador Raul Pilla. Na entrevista Pilla reafirmava suas preocupações diante do “*recente levante comunista*”. O combate as forças “*extremistas*” seria uma das campanhas para avançar a “*mobilização das forças democráticas*”. Entretanto, Pilla ressaltava que a formação de uma frente comum que preconizasse a defesa das instituições para que “*realmente fosse útil e eficaz, não deve visar somente o extremismo, e por extremismo entendo tanto o da esquerda como o da direita, mas deve, também, realizar, desde logo, com a máxima urgência, a tarefa capital: A concretização da democracia representativa.*” Jornal: Correio do Povo, 11-12-1935.

<sup>260</sup> Carta de Gabriel Pedro Moacyr a Flores da Cunha, 26-06-1935.

<sup>261</sup> Carta de Gabriel Pedro Moacyr a Flores da Cunha, 26-06-1935.

*dúvidas, V. Ex. deve conduzir as demarches conforme sua impetuosidade cívica em prol da nação*”.

Ainda que não tenhamos encontrado em nossas pesquisas as cartas enviadas por Flores a estes correspondentes, obtivemos, assim como a carta enviada por Pedro Moacyr, outras 16 missivas encaminhadas ao governador, cujo conteúdo comum concernia a uma avaliação das circunstâncias políticas estaduais e nacionais. Todas as missivas circunscrevem-se ao meses de junho e julho de 1935. Imaginamos que, em decorrência de uma possível sensação de insegurança, associada a uma manobra política que deveria suplantar as divergências do passado, Flores também procurava obter apoio e fidelidade independente da sua posição política.<sup>262</sup>

O antigo aliado Antunes Maciel parecia manter um incondicional apoio a Flores da Cunha. Em maio de 1935, por exemplo, o ex-Ministro da Justiça escreveu a Flores alertando-o sobre as notas que vinham sendo publicadas no jornal “A Pátria” do Rio de Janeiro. Segundo Maciel, a folha prosseguia “*em desabridos ataques contra*” Flores, “*agora em auge de aleivosias e injurias.*” As notas da imprensa carioca, segundo Maciel, estariam “*difamando a honra*” de Flores, motivo pelo qual “*deveriam agir energicamente*”.

<sup>263</sup>

Diante desta afronta caluniosa e do ódio resultante das “*publicações aparecidas*” no “A Pátria”, como recurso último, Flores exigiu vingança através de uma “*reparação pelas armas*”. O arranhão à honra de Flores e o constrangimento público de ver seu nome ofensivamente repudiado na imprensa da capital da República seriam motivos suficientes

---

<sup>262</sup> Acreditamos que as constantes denúncias de insurgentes armados no estado, de uma conspiração dentro do próprio governo ou as notícias de um afrontamento com o governo federal tenham provocado em Flores, uma forte sensação de vulnerabilidade. Mesmo entre amigos e familiares traçavam-se acusações de insubordinação ao mando de Flores. Encontramos somente no primeiro semestre de 1935, 19 cartas anônimas cujo conteúdo comum dizia respeito as possíveis conspirações. Do Rio de Janeiro, por exemplo, um anônimo escreve a Flores, em fevereiro de 1935, alertando-o sobre a posição de Chico Flores, irmão de Flores da Cunha. Segundo o missivista, Chico estaria “*absolutamente contra o interventor*” e “*declarou peremptoriamente que não aceita a indicação do seu nome*” ao governo do Estado. E ressaltava: “*os nossos adversários estão trabalhando ferozmente. As intrigas campeiam e os boatos que começam a circular são apavorantes*”. Carta de anônimo a Flores da Cunha, 26-02-1935.

<sup>263</sup> Carta de Antunes Maciel a Flores da Cunha, 21-05-1935.

para empunhar em armas num duelo mortal. Para resolver a delicada situação de vida ou de morte, no dia 25 de maio de 1935, reuniram-se no apartamento de Góes Monteiro, os oficiais do exército: Álvaro Mariante, Francisco de Andrade Neves e Adalberto Corrêa. A acareação foi realizada com a presença do acusado pelas injuriosas publicações, o diretor do jornal Antenor Novaes. Na ata da reunião, lavrada no Cartório José D. Rache em 27 de maio do mesmo ano, documenta-se ainda, a acusação de Flores da Cunha de “*haver sido brutal e gratuitamente offendido pelo Dr. Antenor Novaes.*” Ao que parece, o incidente teria sido provocado pelo próprio Flores da Cunha, que supostamente havia publicado no “Jornal da Noite” de Porto Alegre, ofensivas críticas a “*honra*” do jornalista Antenor Novaes e de sua família. Todavia, a contra acusação foi recusada por Flores que afirmava não possuir qualquer poder de interferência “*na orientação política ou administrativa do vespertino em questão*”. Como resultado da reunião reparatória os envolvidos acordaram 4 itens conciliatórios.

*“1º Que o General J. A. Flores da Cunha não teve nenhuma responsabilidade pessoal nas offensas veiculadas através do ‘Jornal da Noite’;*

*2º Que offendido injustamente no revide do Dr. Antenor Novaes, merece o General J. A. Flores da Cunha, todas as explicações e satisfações;*

*3º Que o Dr. Antenor Novaes somente offendeu o General J. A. Flores da Cunha por desconhecer que a autoria das publicações feitas no ‘Jornal da Noite’ não lhe pertencesse e assim procedêra sob o império de uma profunda dor moral, ignorando aquella circunstancia;*

*4º Que por taes razões, offerece uma reparação completa pela retirada das injustas expressões offensivas à pessoa do General J. A. Flores da Cunha e Família, publicadas na ‘A Pátria’”.*<sup>264</sup>

O esforço para a consecução de um projeto que respondesse à altura das organizações que espreitavam o poder governamental, era de vital importância para Flores. Acreditamos que o diagnóstico mais importante obtido por Flores foi encaminhado pelo jornalista do “Diários Associados” do Rio de Janeiro, Florêncio Machado. A missiva tem

---

<sup>264</sup> Ata de Reunião, 25-05-1935.

quatro páginas e relata com minuciosidade um retrospecto político do Rio Grande do Sul. Parece-nos, com efeito, que Machado atribuí à sua narrativa jornalística uma “*verdade*” inquestionável, haja vista, segundo ele, de ser “*capaz de reproduzi-la sem falsear*”. Para o jornalista, possuidor de uma “*memória irretorquível dos fatos*”, fazia-se necessário que antes da discussão sobre as “*demarches*”, relatasse a “*fase da vida riograndense*” imediatamente anterior aquele momento. Nessa carta o tom apologético conferia ao relato uma conotação histórica ao percurso político posterior a “*Revolução de 30*”:

*“Os partidos políticos do Estado vinham de sair de uma árdua luta eleitoral em que lamentáveis excessos se praticaram, no ardor da campanha, cavando fundos abismos de ódio e separando cada vez mais os homens. Terminada a manifestação das urnas, após a veemência da ação de propaganda que a precedeu e em vésperas da instalação da Assembléia Constituinte, sentia-se em todos os meios sociais um anseio incontido de tranqüilidade e de paz. As classes conservadoras apelavam abertamente por um resfriamento da liça no terreno político considerando, com justeza, a adoção de métodos mais serenos e fraternais como uma garantia imperiosa de paz, indispensável ao trabalho e a prosperidade econômica do Estado.”*<sup>265</sup>

Machado consideraria, logo depois que, para a continuidade das negociações em torno de um acordo político, havia a necessidade de “*respeito individual dos adversários uns pelos outros, saindo a campanha política do terreno pessoal para entrar em uma fase útil de discussão de idéas e programas.*” Os obstáculos então, para uma reconciliação pacífica, decorriam das demonstrações efusivas de radicalismo partidário e das “*posições extremas assumidas*”. Nesse sentido, segundo o jornalista, o líder liberal Men de Sá e o governista João Carlos Machado haviam demonstrado irrefutáveis provas de “*caráter*” e “*espírito patriótico*” para conduzirem o processo de negociações políticas.

*“Nem o dr. João Carlos nem o dr. Men de Sá se opuzeram em princípio ao encontro que entre eles sugeri, tendo porém aquele declarado que antes de marca-lo teria de*

---

<sup>265</sup> Carta de Florêncio Machado a Flores da Cunha, 29-07-1935.

*informar, por um dever de lealdade partidária, ao general Flores da Cunha, e o mesmo fazendo o dr. Men de Sá com relação ao dr. Raul Pilla.*<sup>266</sup>

Ao que foi indicado na carta, os acordos resultantes de uma reunião de três horas na casa do jornalista Florêncio Machado não tiveram poder deliberativo, tão pouco os líderes partidários puderam assumir compromissos políticos. Para Men de Sá, segundo o missivista, a “*imediata pacificação do Rio Grande*” somente seria possível com a “*desistência do general Flores da Cunha de ser candidato a governança do Estado*”, posição que coincidia com a do líder do PRR, Borges de Medeiros. A tensão no encontro entre Sá e Machado, relatada pelo missivista, correspondia às dificuldades em alcançar algum consenso entre os frentistas e Flores da Cunha. Por sua vez, João Carlos Machado, conforme escreveu o jornalista, rechaçava qualquer hipótese de afastamento de Flores do Governo do Estado afinal:

*“(...) indicado por um congresso partidário em que teve votação unânime, esse partido de modo nenhum poderia sequer pensar em modificar o seu voto. (...) o General Flores, em se tratando do bem da sua terra, capaz de individualmente renunciar, sobretudo porque sua presença no Governo é uma garantia de prosperidade do Rio Grande”.*<sup>267</sup>

Assim como Flores encontrava dificuldades para compor uma aliança conciliatória no estado, sua relação com o Governo Federal, desde o primeiro semestre de 1935, vinha sendo continuamente perpassada por crises e contradições. As altercações políticas envolvendo a figura do governador cada vez mais colocavam-no em uma situação de constrangimento e divergências com Vargas. Parece-nos, com efeito, que a composição e nomeação para Assembléia Constituinte do Rio de Janeiro e para o governo daquele estado causou-lhe muitos problemas e uma efetiva ameaça de rompimento com o Governo Federal. De fato, podemos acompanhar, através das missivas trocadas entre Flores e Vargas

---

<sup>266</sup> Carta de Florêncio Machado a Flores da Cunha, 29-07-1935.

<sup>267</sup> Carta de Florêncio Machado a Flores da Cunha, 29-07-1935.



nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 1935, as dificuldades de um entendimento que levasse a manutenção de um apoio recíproco entre os missivistas. Contabilizamos 38 cartas e 47 telegramas deste período, sendo que todos mencionavam ou tratavam exclusivamente do “*caso fluminense*”.

Em carta no mês de julho de 1935, o Deputado Federal Marcos Bittencourt relata a Flores as controversas manobras de Vargas para a eleição ao governo do Estado do Rio de Janeiro. No referido documento, o missivista sintetiza a questão da seguinte forma:

*“Certamente o meu querido amigo está informado do que se passa em relação ao caos do estado do Rio. A União Progressista tem se mostrado firme e coesa. Rejeitou as propostas que lhe foram feitas pelo Protógenes que é um homem insensato, e se tivesse brio, já teria há muito renunciado. Prefere, entretanto, manter-se na triste posição contra um colapso de armas que foi espoliado por um conluio indecente do Getúlio com os membros do Tribunal Eleitoral. (...) Este caos do estado do Rio manobrado pelo Getúlio por intermédio do Rau foi um golpe armado contra o General Flores da Cunha com intuito de destruir a influência que teu nome tem no Brasil. A meu ver só pode ter uma solução: procurar a um candidato da parte progressista ou da oposição, desde em que todo mundo reconheça a intervenção do General Flores da Cunha.”<sup>268</sup>*

De fato, os alertas de uma convulsão social ou mesmo uma mobilização armada no Rio de Janeiro, antes das eleições para o governo do estado, parecem ter deixado os ânimos exaltados. Dois dias depois de receber a carta de Bittencourt e avisado também por seu irmão Chico Flores que trabalhava em uma guarnição do exército no Rio de Janeiro, Flores da Cunha envia um telegrama a Vargas pedindo-lhe que tomasse providências “*enérgicas*” e que “*interviesse em tempo*” antes das desordens que estariam sendo preparadas. A insubordinação de oficiais do exército como os generais Crhistovão Barcellos e o capitão Gwyer Azevedo tornavam a situação ainda mais delicada. As indefectíveis informações prestadas “*por pessoas da mais alta confiança*”, sentenciava Flores, não suscitariam

---

<sup>268</sup> Carta de Marcos Bittencourt a Flores da Cunha, 23-07-1935.

dúvidas para que Vargas se antecipasse a “*quasquer ocorrências desagradáveis*” próximo ao período da apuração das eleições pelo Tribunal Eleitoral Regional.<sup>269</sup>

Com efeito, o clima de intranqüilidade e insegurança minava as tentativas de uma aproximação e convergência política entre Flores e Vargas. Conforme alertou Flores, a insubordinação de oficiais de altas patentes, insatisfeitos com o situacionismo político no estado do Rio, havia se tornado em uma ameaça concreta. Em uma extensa missiva de Vicente Rao a Vargas, tomamos conhecimento das ameaças do General Barcellos em provocar uma rebelião militar no estado.

No “*breve relatório*” sobre o “*caso político do Estado do Rio*”, Rao enfatizava as tentativas conciliatórias ante as “*intransigências*” de Barcellos. Segundo Rao, as provocações de Barcellos e o anúncio de uma “*luta armada*”, resultavam do fracasso de um dialogo pacífico, posto que o “*General somente admittia a solução de ser elle próprio o governo do Estado.*”<sup>270</sup> A exposição de Rao prosseguia destacando as divergências entre os grupos que disputavam o governo do Estado.

*“Nessa situação, a vista da intransigência de uns e desintelligencia de outros, attendendo a necessidade de salvar a ordem pública no Estado que circunda o Districto Federal, nesta hora de conspiratas político-comunistas, declarei aos colligados, quando me procuraram, que por dever de patriotismo não deviam escolher nenhum nome francamente partidário, pois o Estado não poderia ser governado com a maioria de um voto na Câmara, convindo, sim, preferir-se um nome acima das paixões do momento, em torno do qual, mais dia menos dia, pudesse o Estado retornar a paz, proporcionando um forte núcleo de apoio ao Governo da República.”*<sup>271</sup>

Havia, portanto, uma inequívoca dificuldade do executivo federal em coordenar um acordo cujo corolário satisfizesse militares, os grupos políticos locais e Flores da Cunha. A divisão dos grupos políticos fluminenses, liderados por Raul Fernandes, Macedo Soares,

---

<sup>269</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 25-07-1935.

<sup>270</sup> Carta de Vicente Rao a Getúlio Vargas, 30-09-1935.

<sup>271</sup> Carta de Vicente Rao a Getúlio Vargas, 30-09-1935.

César Tinoco e Alfredo Backer, seria, segundo Rao, o principal motivo desagregador no impasse surgido em torno da eleição para o governo estadual. Além disso, urgia ao Governo Federal uma rápida resolução do problema, posto que não poderia continuar submetendo sua influência no estado em uma “*hora de conspiratas político-comunistas*”, alertava Rao.<sup>272</sup>

Apesar dos atritos e desavenças entre os grupos de apoio ao governo federal, e a despeito da ira do General Barcelos que procurava alçar-se ao comando incondicional do governo estadual, parece-nos que a medida conciliatória contou com a disposição do oficial da Marinha Almirante Protógenes Guimarães. Rao enumera 3 motivos “*plausíveis e sensatos*” para escolha consensual de Guimarães ao governo do estado. Primeiramente “*porque não saíu de nenhum*” partido; “*porque representa uma garantia a manutenção da ordem pública*”; “*porque parecia permitir uma conciliação geral.*” Ainda assim, as disputas pela sucessão estadual não cessaram, chegando mesmo a assassinatos e tiroteios durante as eleições para Deputado Estadual.<sup>273</sup>

A maioria parlamentar eleita garantiria a eleição do seu candidato ao governo do estado, já que o sufrágio era indireto. Os acirrados embates e as conspirações criminosas entre os correligionários dos partidos ocasionavam tumultos, agitações públicas, ameaças de morte e contratação de jagunços; o clima de suspeição entrincheirava os candidatos à

---

<sup>272</sup> Em fins de 1935, Flores da Cunha e Raul Pilla concedem ao jornal “A Noite” do Rio de Janeiro, uma extensa entrevista sobre “*os recentes levantes extremistas e a necessidade de coordenação das forças democráticas em torno da pacificação política do Estado.*” Segundo o jornal, após receber as notícias de sublevação no Rio de Janeiro, Flores da Cunha prontamente mobiliza as forças militares estaduais, deixando-as sob alerta. A transcrição do depoimento de Flores no jornal deixava claro sua intenção em cooperar com o governo federal para a “*suffocação do golpe extremista*”. Segundo Flores “*a rapidez na organização de recursos militares é o atestado suficiente da decisão do meu Estado ante a ameaça comunista. O Rio Grande, como sabem, não oferece a menor possibilidade à expansão das doutrinas pregadas pelos agentes de Moscou, mercê da índole do povo, do teor de vida e das condições econômicas e sociais dominantes. Aqui não existe miséria como não existe a classe dos potentados. Reina por toda parte o verdadeiro regime da igualdade, sem ódios sociais nem luta de classes.*” As ameaças de desordem à tranquilidade pública seriam drasticamente punidas. Flores afirmava que “*aqui, se alguém levantar a cabeça contra as instituições, estamos aparelhados para uma repressão tão violenta quanto a brutalidade dos métodos de agressão comunista, de minha parte, serei o primeiro a dar o exemplo de semelhante energia, si o extremismo se lembrar de armar os seus golpes contra o Rio Grande*”. Jornal: A Noite, 10-11-1935.

<sup>273</sup> Carta de Vicente Rao a Getúlio Vargas, 30-09-1935.

Assembléia Legislativa em ciladas e espancamentos. Às vésperas das eleições para o legislativo estadual, por exemplo, Rao noticia a Vargas a invasão de “*jagunços armados, carregando-se de ameaça*” aos deputados. Mesmo com forte esquema policial, o “*deputado colligado Arnaldo Tavares*”, próximo a sua residência, foi alvejado por um “*grupo de jagunços*”. De fato, as tentativas de assassinatos tornaram-se comuns, obrigando a “*força federal*” a intervir com mais rigor. Contudo, mesmo com inspetores da polícia fluminense e com tropas federais requisitadas pelo Tribunal Regional Eleitoral, o “*deputado Capitolino foi baleado*” no plenário da Assembléia Legislativa. Com a morte do deputado Capitolino do Partido Progressista o partido de Barcellos obteria a maioria legislativa o que o tornaria governador eleito.

Ainda assim, Protógenes Guimarães conquistou a maioria parlamentar e elegeu-se com 23 votos contra 22 da oposição. Isto não garantiu-lhe a permanência no cargo, pois o Superior Tribunal Eleitoral suspendeu a posse dois dias após as eleições. A decisão do Superior Tribunal Eleitoral, ordenando a suspensão das eleições, foi elogiada por Flores que, conjuntamente com o General Pantaleão Pessoa, apoiavam a nomeação de Barcellos ao governo do Rio de Janeiro. O documento epistolar de Rao elenca ainda 4 pontos desaprovarando as articulações de Vargas sobre as eleições no Rio de Janeiro.

“A) *fazer governador o General Barcellos com minoria de votos na Assembléa;*  
 B) *desatender a requisição de força feita pelo Tribunal;*  
 C) *negar garantias de vida aos deputados da maioria;*  
 D) *aprovar os crimes praticados em Nictheroy.*”<sup>274</sup>

Para a bancada situacionista na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, a atitude de Flores era uma clara demonstração de obstrução as leis e uma intervenção indevida em assuntos que não seriam de sua competência administrativa. Entretanto, procurando minimizar o clima de animosidades alimentado por denúncias de conspirações, Rao afirmava a Vargas que Flores desconhecia as “*circunstâncias*” eleitorais, tão pouco era ciente dos crimes cometidos ao mando de Barcellos.

---

<sup>274</sup> Carta de Vicente Rao a Getúlio Vargas, 30-09-1935.

*“É grande, aliás, a exploração que a minoria vem fazendo em torno do nome honrado do General Flores, buscando, por força de intrigas, indispor-o contra o Governo Federal e contra o Estado de S. Paulo. E a minoria sabe que somente num ambiente de desordem e desentendimentos é que poderiam vingar os seus planos e propósitos de hostilidades contra o Governo e seu eminente chefe.”*<sup>275</sup>

No mesmo dia em que foi datado o “*relato fiel*” de Rao, esclarecendo o que havia se passado na ausência de Vargas na capital federal, Flores, por intermédio de Pantaleão Pessoa, envia a Barcellos um telegrama externando sua incondicional fidelidade ao “*prezado amigo*”. A medida intervencionista de Flores traduziu-se com a delegação do Deputado João Carlos Machado, cujas instruções seriam a de levar a Barcellos o “*decidido apoio da representação riograndense*”. Flores afirmava no telegrama que a ameaça maior seria uma “*trama visivelmente entretecida pelos sr.s Protogenes, Armando Salles, Ráo, e Macedo Soares*” que objetivavam “*entregar novamente o Paiz aos paulistas*”.<sup>276</sup>

Parece-nos que as desmedidas contendas e as constantes denúncias acusatórias provinham de inúmeros relatos epistolares. Com efeito, a equação política do “*caso do Rio*” ficava mais longe de uma resolução na medida em que as estratégias políticas divergiam e tornavam cada vez mais incompatível uma conciliação entre Flores e Vargas. No começo de outubro, por exemplo, Flores recebeu de Mário Bittencourt uma missiva advertindo-o sobre a “*crise instalada no Rio*”. No documento Bittencourt insuflava ainda mais os ânimos, atribuindo a Vargas e Rao o “*colapso de armas*” engendrado por “*um conluio indecente do Getúlio com os membros do Tribunal Eleitoral*.” O argumento era poderoso, especialmente numa conjuntura de assassinatos e tiroteios. O missivista continuava afirmando que

*“Este caos do estado do Rio manobrado pelo Getúlio por intermédio do Rao foi um golpe armado contra o General Flores da Cunha com o intuito de destruir a influência que teu nome tem no Brasil. A meu ver só pode ter uma solução: procurar a um candidato da parte progressista, (...) em que todo mundo reconheça a intervenção do General*

---

<sup>275</sup> Carta de Vicente Rao a Getúlio Vargas, 30-09-1935.

<sup>276</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Pantaleão Pessoa, 30-09-1935.

*Flores da Cunha. (...) Acho que meu prezado amigo devia vir ao Rio ou mandar enérgicas instruções a sua bancada, porque ninguém tem dúvida que é uma partida que esta sendo jogada contra o General Flores da Cunha, muito mais agora, com a sua vitória contra os adversários da frente única, em caminho da dissolução...*<sup>277</sup>

A fragilidade da situação política de Flores da Cunha assumia, assim, contornos bastante instáveis. Cada vez mais se insinuava uma crise do pacto entre Flores e Vargas mediante as dissensões na condução política. Procurando dispersar as acusações de uma “jogada” para “destruir a influência” do “Caro Amigo Flores da Cunha”, Vargas lhe envia, no início de outubro de 1935, uma carta relatando-o sobre as tratativas de uma “intervenção conciliatória” no “caso do Rio”. Acreditamos que Vargas conhecia o esquema de informações de Flores, pois no documento ficavam evidentes as referências às “intrigas” que os “inimigos” procuravam causar entre os dois. Vargas demonstrava a Flores conhecer as cartas e os telegramas enviados para correligionários na capital federal e ainda mesmo com quem estas epístolas eram trocadas. Afirmava Vargas: “teus telegramas de animação aos progressistas criaram contra ti certo ressentimento da outra facção política e deram como resultado a crise da liderança”.<sup>278</sup>

Quase dois meses depois, em outro telegrama de Vargas enviado a Flores, o presidente parecia não mais mostrar confiança no antigo aliado. Segundo Vargas, as “intrujices” de Flores o colocavam em uma posição indefensável, senão mesmo irritante. Além disso, as manobras políticas de Flores no Rio Grande do Sul preocupavam Vargas na medida em que o primeiro capitaneava para si um inquestionável controle sobre as lideranças do PRL. Segundo Vargas, a “inquietação de caráter político”, resultante do constrangimento provocado por Flores no “caso do Rio”, trazia-lhe “surpresa” e “espanto”. Para restabelecer, portanto, a ordem e a tranquilidade ao país, tornava-se fundamental “assegurar a harmonia entre os elementos políticos” que “honravam seu apoio ao governo

---

<sup>277</sup> Carta de Mário Bittencourt a Flores da Cunha, 04-10-1935.

<sup>278</sup> Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 05-10-1935.

*federal*”, já que Flores, segundo Vargas, teria criado um “*ambiente de expectativas e prevenções*”.<sup>279</sup>

As dificuldades de um consenso em torno de um nome para o governo do Rio de Janeiro criavam uma circunstância que poderia causar um colapso na governança federal. Um terceiro nome, já que Barcellos e Protógenes teriam dificuldades na administração do governo estadual, poderia ser uma “*solução conciliatória*”, “*difícil*”, afirmava Vargas, “*mas não impossível*”. Entretanto, uma questão parecia resolvida para Vargas: a inviabilidade de Protógenes assumir a administração do executivo fluminense, mesmo que pudesse, com isto, “*conciliar os ânimos*”. O motivo, segundo Vargas, seria a desvantagem em trocar o

*“cargo de Ministro da Marinha, de maior relevo para ele, e onde goza de estima de sua classe, pelo de Governador, com apoio instável, rudemente combatido, e ainda mais, para governar um Estado de finanças precárias.”*<sup>280</sup>

De fato, o dissídio e as expectativas políticas no Rio de Janeiro, concernentes ao desgaste político, poderiam enfraquecer ainda mais à capacidade de Flores em intervir em questões políticas localizadas. Assim, conforme a missiva de Vargas, “*além da exploração feita pela oposição*”, temia-se o “*fermento da desordem gerado pela situação fluminense, com o recrudescimento da campanha comunista*”. Entretanto, quaisquer que fossem as deliberações engendradas, Vargas retomava os compromissos com Flores concluindo:

*“É preciso que as intrigas, as tramas obscuras e subreptícias, as intrujices, não medrem a ponto de suscitar melindres e ressentimentos, onde a amizade e a confiança recíproca só tem motivos para predominar, no interesse da própria tranqüilidade nacional.”*<sup>281</sup>

---

<sup>279</sup> Telegrama de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 19-11-1935.

<sup>280</sup> Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 05-10-1935.

<sup>281</sup> Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 05-10-1935.

A resposta de Flores não tardou. Três dias após o envio da carta de Vargas, Flores lhe escreve afirmando reconhecer a justeza das tentativas de apaziguamento político no Rio de Janeiro. Segundo Flores, a “*actuação*” de Vargas procurava achar “*para o caso fluminense uma solução conciliatória, sem humilhação e abandono de amigos leaes e dedicados*”. As medidas de Vargas deveriam estancar a possibilidade de uma “*colisão*” entre aquele e Flores. Além disso, ressaltava o missivista, a indução do governo federal a uma “*imparcial e patriótica*” ação política, resultaria em um “*maior prestígio do próprio Governo.*”<sup>282</sup>

Se Vargas em sua missiva reafirmava a “*afetuosa*” relação com Flores, dirimindo “*as intrigas*” e “*as tramas subreptícias*” que poderiam causar “*melindres e ressentimentos*”, também o governador do Rio Grande do Sul, procurava tranquilizar o “*Caro Amigo*”. Diante da escaudada situação do Rio de Janeiro, Flores não titubeava revigorar sua relação com Vargas.

*“Intrigas não poderão separar-nos, nem prejudicarão o apoio que sempre emprestei e continuarei lealmente a emprestar ao teu governo. sabes que o Rio Grande pede pouco, é fácil attendel-o e contar sempre com elle, na paz e na lucta. Aceita um abraço do amigo certo.”*<sup>283</sup>

As trocas epistolares expressando afetivas amizades e solidários cumprimentos, não diminuíram ou dirimiram os agravos resultantes das denúncias de conspirações e intrigas.<sup>284</sup> João Carlos Machado, correligionário de Flores da Cunha, reuniu-se com Vargas no dia 07 de novembro de 1935. Por volta das 10 horas da noite daquele dia, no escritório do Palácio Guanabara, Vargas recebeu, “*de pijama*”, o deputado Carlos Machado. Segundo Machado, a conversa com o Presidente objetivava esclarecer “*por definitivo*” as atribuições quanto a

---

<sup>282</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 08-10-1935.

<sup>283</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 08-10-1935.

<sup>284</sup> Como já destacamos na introdução deste trabalho, as cartas como fonte-objeto nos interessam pelo que contém de indicativo sobre o missivista, seja na posição de remetente ou de destinatário e suas circunstâncias de escrita. Segundo Lemos, em relação a circunstância, “*há pessoas que desfrutam de perspectiva privilegiada, em decorrência de atributos particulares, por estarem no lugar certo na hora certa.*” LEMOS, Renato Luis do Couto e. Bem traçadas linhas - a história do Brasil em cartas pessoais (org.). Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004, p. 18.



“*monstruosidade*” praticada por Vargas contra Flores. Tal manobra, atribuída ao comando de Vargas, concernia à oferta de compensações aos líderes do Partido Liberal Fluminense para dividir o partido. Assim, segundo Machado, a medida visaria o “*desprestígio e o aniquilamento de Flores*”. Ao ser interpelado pelo deputado, Vargas levanta-se “*numa estremeção*” debruçando-se sobre o inquiridor e gritando: “*Como? O que? Mas o que é que tu estás dizendo?*”. A situação narrada em carta enviada a Flores da Cunha, reproduzia a declaração de Vargas diante da enfrentação.

*“O que se me atribui constitui uma injúria de tal natureza que dignamente, eu não posso escrever uma palavra sobre o assunto, para me defender. Mas tua deves escrever ao Flores perguntando-lhe quem lhe transmitiu esta miséria e dizendo-lhe que deve com a maior severidade tirar tudo a limpo, afim de se saber donde e de quem partiu a calúnia”.*<sup>285</sup>

Entre a renúncia de Protógenes Guimarães e a possibilidade de uma conciliação, as discussões permaneciam sem uma definitiva resolução. Em carta enviada a Flores, Maciel relatava o “*caso fluminense*”, que, segundo ele, continuava em “*masturbação...*”. Ao que indica o documento, a “*demora acarretaria, sem remédio*”, muitos prejuízos. Segundo o missivista a hipótese de um acordo tornava-se cada vez mais remota devido ao recurso propugnado pelos progressistas no Tribunal Eleitoral Federal. Diante desta “*morosa e indefinida*” circunstância política, Maciel afirmava que somente Flores poderia conduzir as “*démarches*” alentando, com isto, as divergências nacionais:

*“Por isso mesmo, o teu nome cresce, dia por dia, no seu conceito, como o de um homem firme e decidido, encarnando uma vontade firme e grangeando uma forma incontrastável, no meio apático em que estamos vivendo. Cada vez me convenço mais da necessidade de arrancar do Rio a capital deste enorme paiz. A displicência devora, neste ambiente tão singular, a energia quase geral. O Carnaval e as trajetórias dos astros de cinema preocupam precipuamente as melhores forças da metrópole e parece que*

---

<sup>285</sup> Carta de João Carlos Machado a Flores da Cunha, 07-10-1935.

*contaminam os dirigentes, isso sem levar em conta o calor, que se inicia com rigores sérios, neste Verão.*<sup>286</sup>

Parece-nos, de fato, que o gravame provocado com as manobras na eleição para o governo do estado do Rio de Janeiro colocou Flores em uma posição aflitiva. Havia uma ameaça concreta arregimentada contra Flores, alardeada por diversos missivistas que o mantinham em “*caráter de urgência*” informado sobre as possíveis conspirações. Com efeito, já no final de 1935, Flores recebeu do oficial do exército Pantaleão Pessôa um extenso telegrama alertando-o sobre a “*atmosfera de apreensões*” instalada na capital da República. No documento podemos verificar o tom de denúncia à crescente “*ação técnica comunista*” e a insatisfação com a “*fraqueza indiferença da licenciosidade do governo*”. Segundo Pessôa, a política havia se tornado um terreno fértil do domínio do “*ódio e das paixões*”. Além disso, no telegrama, Pessôa adverte Flores quanto às tentativas das lideranças frenteunistas em “*perturbar as boas relações do prezado amigo com o governo federal*”.<sup>287</sup>

Todavia, antecipando-se às admoestações que poderiam ser criadas por uma oposição estadual ainda mais combativa, Flores toma a iniciativa de convidar o líder do Partido Libertador, Raul Pilla, para a nova pasta que seria criada, a Secretaria de Educação e Saúde Pública. Entretanto, Flores, ao fazer o convite, deixava claro que estava convidando não o político do PL, mas o “*Professor Pilla*” com o objetivo de “*pacificar o Rio Grande*”.<sup>288</sup> Assim como Flores fazia questão em distinguir o “*político do professor*”, Pilla, na mesma medida, recusa o convite alegando ser “*difícultoso, senão impossível*” “*scindir o médico e professor do político militante*”. Sendo Presidente do Diretório Central do PL, em Porto Alegre, Pilla declinava do convite afirmando a impossibilidade em assumir um cargo no governo estadual que “*não estaria a vontade*”.<sup>289</sup>

---

<sup>286</sup> Carta de Antunes Maciel a Flores da Cunha, 24-10-1935.

<sup>287</sup> Telegrama de Pantaleão Pessôa a Flores da Cunha, 13-11-1935.

<sup>288</sup> Carta de Flores da Cunha a Raul Pilla, 12-11-1935.

<sup>289</sup> Carta de Raul Pilla a Flores da Cunha, 15-1-1935.

A dificuldade na composição de um governo de coalizção e que abarcasse tantos interesses divergentes tornava o governo do Rio Grande do Sul ainda mais frágil às investidas centralizadoras de Vargas. Mesmo com os entraves de um empreendimento apaziguador, Flores passou a investir em uma negociação conciliatória com a FUG. O “*desentendimento político com Getúlio*” obrigava Flores a procurar as lideranças da FUG oferecendo cargos na máquina administrativa estadual. Em meados de novembro de 1935, Machado Coelho escreve ao governador riograndense apreensivo com o “*desenlace*” da situação política. A dramática circunstância governamental e política de Flores reduzia sua margem de manobras, haja vista a aceitação da fórmula proposta pela FUG. O relato de Coelho transmitia a Flores a “*enorme ansiedade nas rodas políticas*” da capital federal. As especulações vertiam em dois caminhos. Ou Flores levaria a crise a um “*desfecho definitivo*” com o rompimento com Vargas; ou, como “*salvação nacional*”, aceitaria a resignação pacífica como um “*remédio mais adequado ao Brasil*”.<sup>290</sup>

As reuniões e acertos de uma “*fórmula*” que pudesse converter o dissenso partidário no Rio Grande do Sul, já se arrastavam desde setembro de 1935. Em outubro daquele ano, a Comissão Central do PRL avaliou a proposta da FUG quanto à condução de uma reorganização da administração estadual. No documento enviado aos líderes do PL e do PRR, o diretório do PRL dizia “*delegar plenos poderes a seu presidente*” para “*aceitar a realização da formula Pilla*”. Não se tratava em acordar plenamente com as deliberações propositadamente impostas pela FUG. A Comissão do PRL desejava açodar a reaproximação de Flores com as lideranças frenteunistas. Em sua avaliação, a proposta de criação de um cargo cuja designação administrativa seria a fiscalização das ações governamentais não era constitucional. Entretanto, a alternativa poderia assentar-se desde que:

*“dentre os secretários de Estado, um seja designado pelo Governador para presidir as reuniões dos secretários, nas quaes se adoptem medidas para a boa marcha da*

---

<sup>290</sup> Carta de João Machado Coelho a Flores da Cunha, 17-11-1935.

*administração, especialmente no que se refere a arrecadação e despesa pública.”*<sup>291</sup>

Com isto, estaria afastada a possibilidade de um governo de “*base parlamentar*”, pois o executivo manteria substancialmente a ação governativa. O documento enviado a Flores para sua apreciação dividia-se em 8 itens que dispunham sobre a organização da máquina burocrática e a participação da FUG no governo. Além dos dispositivos que postulavam a esfera de competências dos secretários de estado, no item 4º determinava-se o “*entendimento sobre a situação administrativa dos municípios em que a Frente Única elege os Prefeitos, principalmente no que se refere as autoridades policiaes e judiciárias*”. Podemos depreender que, com tal medida, as lideranças da FUG acreditavam limitar os desmandos, as cassações e as prisões desmedidas praticadas pelas milícias estaduais em convivência com o governador.

Todavia, acreditamos que o item que poderia conduzir a um definitivo processo de condescendência tácita entre Flores e a FUG era aquele que dispunha sobre a “*designação pelo Governador de duas Secretarias de Estado para serem ocupadas por membros da Frente Única, e por elle livremente escolhidos.*”<sup>292</sup> A “*fórmula pacificadora*” foi levada ao conhecimento de Vargas em outubro de 1935. A lentidão por uma resposta, obrigou Raul Pilla a reescrever a Vargas solicitando-o mais agilidade nas ponderações sobre “*delicada situação política e social do país*”.

*“Peço venia agora a V. Excia para lembrar a necessidade de abreviar a resposta, entre outros motivos, porque estando já a correr o mês de novembro, maiores delongas impossibilitariam se efetivasse a fórmula lembrada, caso viesse ela a ser aceita por V. Excia. Esta só consideração de ordem material justifica que me eu dirija agora a V. Excia. Solicitando o seu pensamento sobre o assunto. (...) Há s que, a pretexto de defender a autoridade e as prerrogativas de V. Excia, que absolutamente não estão em jogo e, pelo contrário, só poderiam fortalecer-se com o*

---

<sup>291</sup> Carta da Comissão Central do PRL a Flores da Cunha, 15-09-1935.

<sup>292</sup> Carta da Comissão Central do PRL a Flores da Cunha, 15-09-1935.

*aviltre, deturpam a verdadeira significação da fórmula (...). há ainda os extremistas que contra a solução e os seus propugnadores estão movendo uma forte campanha, por lhes não convir nada que possa fortalecer o atual regime.*<sup>293</sup>

Parecia, portanto, impostergável um acordo de Vargas para a manutenção da ordem institucional no país. João Daudt D'Oliveira, em uma extensa carta enviada a Vargas no dia 30 de novembro de 1935, elabora uma minuciosa avaliação sobre a situação do Rio Grande do Sul no “*cenário federal*”. Em visita a Porto Alegre durante as festividades do Centenário Farroupilha, Daudt D'Oliveira reuniu-se com as lideranças da FUG com as quais teve uma “*afetuosa conversa*”.

*“Pude observar, com alegria cívica, que existe entre os chefes da oposição da nossa terra o desejo sincero de pôr termo ao dissídio político, pela formação de um governo nacional, dentro da fórmula Raul Pilla com as modificações que as circunstâncias aconselharem, no intuito superior de assegurar ao Brasil a paz e a tranqüilidade de que tanto necessitamos.”*<sup>294</sup>

Se havia, segundo o missivista, um “*desejo sincero*” de João Neves da Fontoura, Raul Pilla, Baptista Luzardo, Mauricio Cardoso e Borges de Medeiros em “*pôr termos ao dissídio político*”, há anos ocorrido no Estado, não lhe parecia “*viável uma aproximação do Flores, dentro do ponto de vista em que se colocaram*” os frentistas. Entretanto para o missivista as causas da postergação do acordo estadual não resultavam da inércia da FUG ou mesmo da ação do governo federal. Antes, Daudt D'Oliveira atribuía à “*má vontade contra o Rio Grande*” os motivos da cisão política no estado. E mais, segundo D'Oliveira:

*“A supremacia da nossa terra no ambiente nacional é considerada com um jugo incommodo e um impecilho, que precisam acabar. Com o Rio Grande unido, essa malquerença e hostilidade surda são inócuas e mesmo*

---

<sup>293</sup> Carta de Raul Pilla a Getúlio Vargas, 13-11-1935.

<sup>294</sup> Carta de João Daudt D'Oliveira a Getúlio Vargas, 30-11-1935.

*ridículas. Com a nossa scisão política, ellas se avolumam e ganham força, representando um grave perigo para nossa futura situação. Não tenhamos a menor illusão: o desejo unânime, é ver o governo passar das tuas mãos para as dos filho de qualquer outra unidade da federação, mantendo o Rio Grande rompido, porque isso significará a annulação do prestígio gaúcho no Brasil. Não terá escapado a tua aguda observação a existência de forças occultas, que procuram solapar e impedir todas as tentativas de formação de um governo nacional, mediante actividades confusionistas.*"<sup>295</sup>

Contudo, supomos que a avaliação de Daudt D'Oliveira, sobretudo quanto à posição de resistência de Flores em aceitar um acordo com a FUG, não estava propriamente adequada. A “*malquerença*” e a “*hostilidade surda*” pareciam se dizimar ante as tratativas e cordiais trocas epistolares entre Flores e Pilla, ou mesmo entre o primeiro e mediadores da relação. Talvez por dissimulação ou por estratégia política, Flores procurou estabelecer um intenso dialogo com Pilla no final de 1935.<sup>296</sup> Podemos destacar, por exemplo, duas missivas enviadas ao Deputado Federal Adalberto Corrêa com quem Pilla mantinha estreitos laços de amizade. Flores recorreu a Corrêa, para que este dissesse a Pilla quão estimado o era do governador.<sup>297</sup>

Além disso, já em fins de 1935, a Comissão Central do PRL envia uma carta a Vargas comunicando sobre a aceitação da “*possibilidade de realização no Estado da fórmula Raul Pilla.*” A missiva, assinada por Flores da Cunha, Theobaldo Fleck, José Antonio Netto, Miguel Muratori, Antenor Amorim, Vazulmiro Dutra, Mario Totta, Alberto

---

<sup>295</sup> Carta de João Daudt D'Oliveira a Getúlio Vargas, 30-11-1935.

<sup>296</sup> Nossa consideração a respeito do significado do “*diálogo epistolar*” se aproxima daquela apontada por Renato Lemos. Para Lemos, a “*carta-conversa*” está tomada pelos temas da vida, de que pode ser fator e registro simultaneamente. (...) Enviadas ou recebidas por um prisioneiro no cárcere, ‘se rendem forçosamente ao seu sentido primeiro: o de abolir distâncias’. Há conversas que parecem não ter fim e, então, as cartas não esgotam sua missão quanto lidas pelo destinatário. O remetente as quer ao alcance da mão, por razões não explicitadas – ‘Devolva a carta, porque não tenho cópia’ – ou por uma possibilidade de desdobramento futuro – ‘como lhe remeto em original, sem rascunho, peço-lhe me envie uma cópia’”. LEMOS, Renato Luis do Couto e. Bem traçadas linhas - a história do Brasil em cartas pessoais (org.). Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004, p. 13.

<sup>297</sup> Carta de Flores da Cunha a Adalberto Corrêa, 20-11-1935.

Bins, Vitor Dumoncel Filhos, Guerra Blessmann, A. Quim César, Soares de Barros e Francisco Flores da Cunha, confirmava a aproximação do PRL com a FUG. Evidentemente, as bases desse acordo eram instáveis e revogáveis. Podemos verificar, por exemplo, quatro contundentes e inapeláveis ressalvas postuladas pelas lideranças do PRL quanto à “*fórmula Pilla*”.<sup>298</sup> Inicialmente, os liberais postulavam que a efetivação de “*entendimentos posteriores*” deveriam ser submetidos à apreciação do PRL. Além disso, consideravam os líderes do PRL, a “*solução política*” deveria “*prestigiar os Governos do Estado e da União*”. Como terceira ressalva afirmava-se que o “*congraçamento das forças políticas do Rio Grande não poderá ser feito contra ninguém e sim para o bem geral*”. Finalmente, como última demonstração da anuência receosa com o acordo, os missivistas diziam ser sinceros em seus propósitos colaboracionistas, conquanto, “*sem exclusivismo, na obra de defesa e fortalecimento do regimen democrático*”.<sup>299</sup>

A resposta de Vargas foi enviada por telegrama apenas um dia depois do recebimento da missiva dos líderes do PRL.

*“Apraz-me agradecer comunicação me fizestes sobre entendimentos para coordenar correntes políticas estado com fim congraçamento Rio Grande do Sul e fortalecimento prestígio Governo Estado e União. – Cumpre-me declaravos, diante dos termos da Vossa comunicação, que considero louváveis e patrióticos os propósitos visados, principalmente momento em que todas as forças vidas nacionalidade reagem contra tentativas subversão regime – Cordiaes Saudações”.*<sup>300</sup>

---

<sup>298</sup> Segundo Trindade, “*a solução buscada, tanto pela FUG, como por Flores, tem sentido na medida em que a agregação das forças políticas significa, também, aumento do poder. Para a FUG, apresentavam-se garantias mais concretas para o seu funcionamento e a possibilidade de alguma ingerência mais direta no aparelho de Estado com a posse de duas Secretarias. Para Flores, fortalecido militarmente a coesão política interna agregava mais elementos para a resistência ao avanço do poder central ( e conseqüentemente com vistas à incorporação da Brigada Militar ao Exército*”. TRINDADE, Héliqio. (org.) *Revolução de 30: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937)*. P. 226.

<sup>299</sup> Carta de Flores da Cunha, Theobaldo Fleck, José Antonio Netto, Miguel Muratori, Antenor Amorim, Vazulmiro Dutra, Mario Totta, Alberto Bins, Vitor Dumoncel Filhos, Guerra Blessmann, A. Quim César, Soares de Barros e Francisco Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 22-12-1935.

<sup>300</sup> Telegrama de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 23-12-1935.

Se em Vargas o “*congraçamento*” das forças partidárias no Rio Grande do Sul era motivo de entusiasmo e vibração, a ponderação de Machado Coelho não seguia a mesma avaliação. Em carta enviada para Flores em dezembro de 1935, Coelho afirmava que a “*pacificação do sul*” estaria “*preocupando muita gente*”, especialmente no Estado de São Paulo. Segundo o líder do PRL, os governos de Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Pernambuco enfrentavam contundentes oposições estaduais que inviabilizavam qualquer aproximação ou acordo político conciliatório. Em São Paulo, por exemplo, Coelho afirma que “*qualquer acordo*” seria “*impossível pela irreduzibilidade do PRP*” que, segundo o missivista, “*continuava sem querer saber de conciliação com o governo estadual*”.<sup>301</sup>

Por sua vez, os cumprimentos de Vargas a Flores pelos “*louváveis e patrióticos*” propósitos com a “*fórmula Pilla*”, não seriam verossímeis, tão pouco plausíveis segundo Coelho. O missivista é enfático quando, ao relatar sua desconfiança na “*boa vontade de Getúlio*”, levanta temor e resignação. Doravante essa suspeição, Coelho afirmava que, segundo disse-lhe o líder do PRL, Lindolfo Collor, Vargas continuava sua “*política de fortalecimento*”, sendo que para tal empreendimento, visava “*boycotar*” Flores da Cunha. Em tais condições, além da ameaça da “*infiltração comunista*” que criava, segundo Coelho, uma “*situação social muitíssimo grave*”, parecia-lhe que Vargas não teria suficiente “*energia e autoridade para mudar o rumo sombrio*” do Brasil. Diante dos boatos de rompimento, conspirações e intrigas que poderiam dissipar a frágil aliança entre Flores e Vargas, alguns deputados federais, inclusive da bancada do PRL, ameaçavam desertar e, com isso, Flores perderia apoio político. A solução que se apresentava, na avaliação de Coelho, seria a “*cooptação*” e mesmo o “*aliciamento*” destes deputados, posto que com a “*colaboração de Collor*” e os “*ares do sul*” poderiam eles “*adquirir maior clarividência*”.<sup>302</sup>

---

<sup>301</sup> Carta de Machado Coelho e Flores da Cunha, 23-12-1935.

<sup>302</sup> Carta de Machado Coelho e Flores da Cunha, 23-12-1935.



## 2.4. A mediação de Lindolfo Collor

Parece-nos, de fato, que Collor colaborou nas negociações políticas de aproximação entre Flores e as lideranças dos partidos que compunham a FUG.<sup>303</sup> Além disso, as divergências citadas por Coelho, atinentes à administração do governo federal e à relação de Flores com Vargas, se confirmavam em uma extensa missiva enviada por Collor ao governador do Rio Grande do Sul. Segundo Collor a circunstância política se apresentava da seguinte forma:

*“(...) o teu partido, apesar de resistências maiores ou menores, te deu plenos poderes para agir e resolver; o Libertador, idem idem ao Pilla; o Republicano, ficou indeciso entre os que compreendem a necessidade do accordo e os que não compreendem. Enquanto a indecisão dos republicanos obriga a paralysação das démarches, a sabotage dos teus e dos nossos continua a produzir os seus efeitos deletérios. No fundo do quadro, um phantasma: o G. sorrindo e manobrando.”<sup>304</sup>*

Os dissídios, portanto, pareciam ter aparentemente sido superados e as divergências políticas afastadas. Segundo Collor, a Frente Única do Rio de Janeiro e os líderes da FUG do Rio Grande do Sul João Neves da Fontoura, Batista Luzardo e Ariosto Pinto estariam de acordo com a cooperação com o governo estadual. Todavia, a exceção continuava com a oposição pessoal de Borges de Medeiros a Flores da Cunha. A desavença entre os dois políticos, segundo relata Collor, ficava clara em uma carta enviada por Flores aos líderes da FUG cujo conteúdo afirmava que ele “*estaria disposto a estender a mão a todos os adversários*” menos a Borges de Medeiros. Nesse sentido, diante desta situação conflituosa, Collor procurava mediar a aproximação dos dois líderes.

<sup>303</sup> Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor nasceu em São Leopoldo em 1890. Assumiu o Ministério do Trabalho em novembro de 1930 e permaneceu no cargo até março de 1932. Após a derrota durante a Revolução Constitucionalista partiu exilado para Argentina onde permaneceu naquele país até 1934. ABREU, Alzira Alves de. et all. Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. p. 1453.

<sup>304</sup> Carta de Lindolfo Collor a Flores da Cunha, 28-12-1935.

*“Tu e só tu é que podes (e a meu juízo deves) por fim a esse mal-entendido sem espírito. Alvitro-te, e faço de accordo com os meus companheiros notadamente Luzardo, que tu mandes receber ou visitar o Dr. Borges, que segue para ahi na próxima terça-feira, por avião. Si estamos empenhados na pacificação, nem se comprehenderia que não o fizesses, principalmente em relação a elle, que é um antigo presidente do Estado. Elle te agradecerá a visita seguramente, seja pessoalmente seja por intermédio. O mais ficará por conta da tua habilidade e da boa-vontade d'elle. Estou certo de que não te enredarás em chismes, porque isso não e do teu feitio, e que procederás como homem de Estado, com superioridade de vistas, rumando firme e resolutamente para o alto fim em mira.”<sup>305</sup>*

O fortalecimento desta coalizão seria estratégico na medida em que, segundo Collor, romperia as ameaças centralizadoras de Vargas. Na avaliação de Collor, com o acordo entre Flores e Medeiros, deslocar-se-iam as “*resistências do P. Republicano*”, o que possibilitaria aos partidos políticos do Rio Grande do Sul conduzirem a sucessão presidencial. Temeroso com o “*retorno da ditadura*”, para Collor a situação política demandava preocupações e uma articulação entre os partidos estaduais.<sup>306</sup> Sem isso, esboçavam-se as “*piores consequências para o Brasil*”. Portanto, a contenda pessoal e política entre Flores e a FUG, que se arrastava desde 1932, não poderia obstar o acordo, do contrário:

*“Getúlio fará tranqüilamente seu sucessor quem elle quizer, se é que não venha a preferir um golpe militar em seu próprio proveito. (...) Qualquer das duas hypotheses é prenuncio de malefícios incalculáveis para o paiz. E para evitar só existe um meio: o acordo na política riograndense. Isso feito, uma nova força surgirá no cenário nacional, capaz de conduzir a melhores rumos os destinos do paiz.”<sup>307</sup>*

---

<sup>305</sup> Carta de Lindolfo Collor a Flores da Cunha, 28-12-1935.

<sup>306</sup> Acreditamos que Collor procurou mobilizar os amigos que havia conquistado tanto do PL quanto no PRR, além é claro, de contar com um trânsito fácil no PRL. Com isto, podemos dizer, que Collor procurou harmonizar os diversos atores da luta política nacional naquele momento.

<sup>307</sup> Carta de Lindolfo Collor a Flores da Cunha, 28-12-1935.

Em tais condições, aceitar a proposta de uma coalizão política que viabilizasse a supressão do “*restabelecimento da dictadura*” e que postulasse uma nova ordem institucional poderia trazer, tanto para FUG como para o PRL de Flores, alguma possibilidade de ordenamento governativo. As divergências pessoais e ressentimentos tão recentes criados com perseguições, cassações, prisões e ameaças de morte no interior do estado e mesmo na capital Porto Alegre tornavam o “*pacto*” entre Flores e a FUG bastante instável. Contudo, dizia Collor no documento enviado a Flores, “*apesar de todos os pesares*” continuava confiante nas tratativas para a desobstrução das diferenças políticas. Collor sabia o quão imponderável seria a encampação de um programa político acordado entre Flores e a FUG. Nesse sentido, antecipava

*“A idéia tem de vencer porque dela depende a tranqüilidade do Rio Grande e da Republica. Não desanimes, pois, custe o que custar. Isso eu não te digo só em meu nome, mas no de todos os meus companheiros, notadamente Neves, Luzardo, Virgilio, Bias Fortes, etc. Continúo pelo que te disse ahi: tal é a minha identificação com a idéia que nos anima, que estou prompto a acudir ao teu primeiro chamado para ajudar a arredar quaesquer dificuldades que possam surgir na hora de fechar-se o pacto. O pacto, a meu juízo, compor-se-há de três partes: a lei do secretariado de gabinete; o programma de administração do secretariado; e o modus-vivendi a ser estabelecido na política dos municípios. Não é isso? Dessas três partes, a mais difficil ser a última.”*<sup>308</sup>

Parece-nos, de fato, que havia por parte de Collor uma vontade inquestionável de mediar a relação entre Flores e Medeiros.<sup>309</sup> Na missiva, o líder do PRR oferecia sua boa

---

<sup>308</sup> Carta de Lindolfo Collor a Flores da Cunha, 28-12-1935.

<sup>309</sup> No penúltimo dia do ano de 1935, Collor reafirma sua intenção quanto ao acordo de coalizão entre o PRL e a FUG. A nota é a seguinte: “*Retribuindo a ti aos teus augurios felizes festas faço votos 1935 não termine sem que nossa terra possa sob o teu governo e concordancia todos riograndenses celebrar sua completa pacificação tão necessária a tranqüilidade do paiz e a segurança do regimen. Abraços Collor*”. Telegrama de Lindolfo Collor a Flores da Cunha, 30-12-1935.

vontade de articulação para pôr fim nos impasses atinentes a efetivação da “*fórmula Pilla*”.<sup>310</sup> Evidentemente, ao afirmar a ratificação do acordo para Neves, Luzardo, Mauricio Cardoso e mesmo em Medeiros, isso não garantiria a adesão sem ressalvas de Flores da Cunha.

Pouco tempo mais tarde, Collor publicaria uma coletânea concernente ao “*rompimento do modus-vivendi*”. Nesta, o autor reúne os “*discursos e manifestos*” enviados por ele ao Partido Republicano Riograndense e à Frente Única Gaúcha. Para Collor de janeiro de 1936, quando o dissídio político no Rio Grande do Sul parecia inevitável, até as vésperas do Estado Novo em 1937 quando publica a obra, o estado passou a viver em “*contínuos sobressaltos*” posto que era iminente a ameaça à “*sua autonomia*”. Além disso, ressaltava o cronista, a cisão partidária e o caos político “*alarmavam a opinião pública*”, prenunciado os “*novos mundos políticos*” insurgentes.<sup>311</sup>

Para Collor, o clima de completa suspeição e incertezas políticas e sociais sinalizavam a “*desagregação*” e colocavam em risco a segurança institucional do governo. Nestas “*paginas expositivas*”, conforme intitulava o autor, Collor procurou “*retraçar tão exatamente quanto possível às causas mediatas e imediatas*” da “*anarquia política*”. Ora, se “*retraçar*” implicava contar uma história linear de causa e efeito, Collor acreditava, com isto, explicar a crise nomeando os “*artífices*” e postulando as justificativas que levaram ao “*trecho mais dramático da nossa história nacional*”. Podemos depreender que, ao editar estas “*memórias*”, Collor reafirmava suas iniciativas “*conciliatórias*” com o governo estadual.

---

<sup>310</sup> O “*modus vivendi*” era assim definido: “*Os partido riograndenses, pelos representantes dos seus órgãos directores abaixo firmados, com o intuito de promover a pacificação dos espíritos e o bem geral do Estado, ponderando a gravidade dos problemas políticos, econômicos e administrativos da actualidade e entendendo proveitosa a colaboração no governo de todas as correntes ponderáveis de opinião, decidiram, depois de auscultar o pensamento dos seus respectivos correligionários, estabelecer as bases desde modus-vivendi que regulará, daqui para o futuro, as suas relações recíprocas: 1º cada um dos partidos guardará completa autonomia e liberdade de acção política em tudo que não contrarie o disposto neste documento; 2º os mesmos partidos concordam com a aprovação do seguinte projecto de lei: LEI nº.*”

<sup>311</sup> COLLOR, Lindolfo. *Discursos e manifestos (1936-1937)*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

*“(...) só tenho motivos para sentir-me moralmente engrandecido pela minha inabalável resolução de não pactuar com a tortuosa política de se prepararem dentro do ‘modus-vivendi’ as agressões sistemáticas a partir de então praticadas contra o Governo do Estado. Em boa hora, manifestei minha radical discordância de tão condenáveis diretrizes cívicas. Fiz o que pude por evitar ao Rio Grande este cenário de apreensões e sobressaltos. Cumpri o meu dever e estou tranqüilo com a minha consciência.”<sup>312</sup>*

Com estas ponderações, Collor intencionava depurar os fatos, demonstrar à “opinião pública” e ao “julgamento público” sua irrestrita decisão de “relevo cívico” em conciliar as divisões partidárias. Embora os manifestos tenham sido amplamente publicados nos jornais do Rio Grande do Sul, com o livro Collor integrava as “diferentes peças” e as construía em uma nova narrativa de “nexos de causa e fins”. Acreditamos que Collor reconhecia o alcance daquela obra, posto que foram impressos 500 exemplares e distribuídos nas filiais da Livraria do Globo nas cidades de Santa Maria, Pelotas e Porto Alegre. Portanto, isto justificaria o substrato do seu texto introdutório, ao afirmar que

*“(...) Idéias de honestidade cívica e atitudes de inteireza moral como as que se defendem nas páginas deste volume dignificam os homens, fortalecem os partidos, preservam os Estados. E só porque estou convencido disto é que resolvo reeditar estes escritos em forma de livro.”<sup>313</sup>*

No discurso pronunciado em Novo Hamburgo quando da inauguração do “Grêmio Republicano Lindolfo Collor”, e publicado na referida coletânea, o cronista afirmava que o período era de “desconcertantes confusões doutrinárias e de exacerbadas paixões pessoais”. O tempo era de desalento e desencantamento com a política; não se tratava apenas de uma desestruturação momentânea e fugaz da ordem institucional e política. Antes, o que se processava para Collor era uma carência de convicções políticas verdadeiramente capazes em reverter o quadro de instabilidade. Faltava um pensamento

---

<sup>312</sup> COLLOR, Lindolfo. Discursos e manifestos (1936-1937). Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937, pp. 05-06.

<sup>313</sup> COLLOR, Lindolfo. Discursos e manifestos (1936-1937). Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937, p. 06.

político uníssono que pudesse conduzir o país ao caminho dos “*princípios morais*” e das “*normas institucionais*”. Evidentemente, as tentativas frustradas com o “*modus-vivendi*”, substancializado a partir da “*fórmula Pilla*”, levava Collor a estas conclusões aterradoras.

“(...) *Sentimos todos que se vem processando dentro de nós mesmos uma dissociação de valores, um lento desmoronar de convicções, fenômeno que se poderia caracterizar como sendo uma perda gradual de ‘substancia política’. Rompem-se os diques das convicções partidárias: o interesse individual passa a prevalecer sobre o coletivo. Em conseqüência, tudo que é de natureza privada hipertrofia-se no nosso mundo interior: os pendores egoísticos se dilatam, amplia-se desmesuradamente a superfície das susceptibilidades pessoais, a submissão conciente desaparece, o inconformismo e a vaidosa rebelião das vontades tomam o seu lugar. E daí a passos rápidos, o ceticismo das elites e a anarquia mental das massas.*”<sup>314</sup>

A crítica do autor à estrutura política brasileira nascia de desilusões vivenciadas no embate partidário que, segundo Collor, havia perdido gradualmente sua “*substancia política*”. Resultante desta conclusão ascendia a flagrante deficiência da República Liberal, em que os “*pendores egoísticos*” ampliavam o desmazelo administrativo da ordem pública governamental.<sup>315</sup> O “*inconformismo e a vaidosa rebelião das vontades*” havia mergulhado o Brasil em um caos absoluto de incertezas. A República Liberal, na

---

<sup>314</sup> COLLOR, Lindolfo. Discursos e manifestos (1936-1937). Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937, p. 09.

<sup>315</sup> Evidentemente, como um dos principais líderes do PRR de Borges de Medeiros, Collor conhecia bem o funcionamento da máquina burocrática estatal e seu flanco de operações intervencionistas. Segundo Gunter Axt, ao estudar a intervenção pública no Governo do Rio Grande do Sul entre os anos de 1889 a 1929 sob o domínio da administração castilhistaborgista, o estado, em fins do século XIX, passou a desempenhar, com eficiência, um processo de reavaliação e reestruturação administrativa. Entretanto, Axt relativiza o “*foco excessivo nas ações de encampação para considerar a capacidade interventora como um construto histórico, integrando diversas formas e ações de intervenção entre si e dispondo-as ao longo do tempo.*” Nesse sentido, adverte o autor, “*o crescimento do setor público gaúcho precisa ser entendido como um processo e deve começar a ser avaliado pelas reformas administrativas de fins do século XIX, pelas reformas fiscais e pela política financeira empunhada pelos poderes públicos no início do século XX.*” AXT, Gunter. Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929). Tese de Doutorando apresentada ao Departamento de História da USP, 2001, p. 36.

interpretação de Collor, teria dissociado o homem brasileiro dos “*verdadeiros princípios nacionais*”.<sup>316</sup>

Dessa desilusão, portanto, derivava uma preocupação com a composição partidária brasileira, pois, segundo Collor, o “*espírito partidário*” vinha “*sofrendo colapsos*” demasiadamente. Sua defesa ao regime multipartidário é inquestionável na medida em que a “*ausência dos partidos é, pois, sinal de incapacidade ou de opressão.*” Ora, se os “*princípios políticos*” estavam sendo agastados por “*ódios e incompatibilidades sentimentais*”, transformando-se em um cadinho de “*interesses facciosos*”, colocava-se em risco a própria nação, haja vista que, segundo Collor, seria de responsabilidade do partido a “*direção da massa*”.<sup>317</sup>

---

<sup>316</sup> Essa avaliação se aproxima daquela identificada por Ângela de Castro Gomes ao estudar as representações atribuídas à República Velha no pós 1930. Segundo Gomes, o liberalismo da Primeira República foi diagnosticado como um momento de “*verdadeira decomposição do país*”. Para os intelectuais que postularam estas considerações, a desordem em todos os campos da realidade social era o “*signo da perda das reais tradições da nação, ou seja, da ruptura de um caminho evolutivo normal, justo e bom.*” GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005, p. 192.

<sup>317</sup> Essa percepção de que a “*sociedade é uma entidade amorfa*” filia-se a um pensamento “*nacionalista e autoritário*” desde o início do século XX. Em Alberto Torres, ideólogo antiliberal do começo do século XX, é possível verificar uma estreiteza conceitual com Collor. Para Torres, estudado por Ricardo Luiz de Souza, a sociedade “*é dispersa e inorgânica por definição.*” Portanto, caberia a política, e apenas a ela, através do aparelho político-administrativo, formar a nacionalidade subordinando os interesses individuais e coordenando os movimentos sociais. Enfim, à política deveria conferir organicidade à sociedade, possibilitando-a superar a “*inconsciência mental*” através de um patriotismo oficial e litúrgico. SOUZA, Ricardo Luiz de. Nacionalismo e autoritarismo em Alberto Torres. Revista Sociologias, Porto Alegre: ano 7, nº 13, p. 307. Diferentemente de Ricardo Souza, para quem Alberto Torres é federalista, José Murilo de Carvalho afirma, ao estudar a filiação ideológica de Oliveira Viana ao pensamento de Torres, que “*este velho republicano se preocupava antes de tudo com a restauração do Estado central destruído pelo federalismo, único capaz de promover a organização nacional e resolver o problema nacional brasileiro, único capaz de terminar a tarefa de construir nosso estado nacional.*” Para nós, do lado oposto a Oliveira Viana que engajou-se na crítica ao federalismo, Collor postulava um programa político cuja base assentava-se nos princípios federativos. Contudo, isto não afastava completamente o pensamento dos dois intelectuais, na medida em que ambos receitavam para o Brasil “*intervenção do Estado como única possibilidade de construção de uma sociedade liberal.*” CARVALHO, José Murilo de. As duas cabeças de Oliveira Viana. In.: AXT, Gunter; SCHÜLER, Fernando. (orgs). Intérpretes do Brasil: Ensaio de Cultura e Identidade. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004, p. 172.

A formulação programática de Collor parecia pretender reorganizar o sistema político brasileiro orientando os princípios ideológicos e administrativos da estrutura política-partidária vigente. Reafirmava-se a condução partidária pelo “*chefe*”, justificando que para “*serem fortes*”, os partidos exigiam “*clareza de orientação, vigor de atitudes e capacidade de mando daqueles que os hão de dirigir*”. Se assim o fosse, o partido político prescindiria a consulta às massas, uma vez que “*do chefe aos soldados desce a voz do comando, e dos soldados ao chefe sobe a obediência consciente, sem que, nem do comando nem da obediência nada se distraia ou perca no caminho.*”<sup>318</sup> Além disso, a disciplina partidária e a fidelidade ao “*chefe*” seria a pedra de toque do virtuosismo “*democrático*”.

*“Só os chefes verdadeiramente esclarecidos e fortes conseguem impor-se ao espírito dos seus partidários, formando com eles uma perfeita identidade de sentimentos e aspirações. Os dois termos dessa identificação – o chefe e a disciplina – são equipolentes da vida dos partidos. Sem chefe não há disciplina e sem disciplina não há chefe. Por disciplina se entende o abandono dos pontos de vista pessoais em benefício de uma opinião coletiva, expressa pela chefia do partido. (...) depois que o chefe assenta uma orientação, ela deve ser seguida sem restrições pela massa.”*<sup>319</sup>

A fundação de uma ordem política estável estaria assentada na aceitação inquestionável da liderança política que, segundo Collor, expressaria a “*opinião coletiva*”. A disciplina, portanto, seria a medida irrefutável contra a anarquia das massas, pois a perda de autoridade governamental era visualizada como uma autêntica perda do próprio curso da evolução normal do país. Se houvesse de fato, “*uma perfeita identidade de sentimentos*”

---

<sup>318</sup> COLLOR, Lindolfo. Discursos e manifestos (1936-1937). Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.

<sup>319</sup> COLLOR, Lindolfo. Discursos e manifestos (1936-1937). Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937, p. 13.



entre o chefe e a massa, se afastaria a ameaça dispersante e desintegradora dos conflitos sociais.<sup>320</sup>

Parece-nos, com efeito, que Collor irredutivelmente acreditava na conciliação partidária, posto que não achava incoerente ou mesmo impossível uma aproximação entre partidos cujos vigamentos sustentavam os princípios republicanos. Mesmo com siglas diferentes, com táticas administrativas divergentes, ou em campos circunstancialmente opostos, os partidos republicanos convergiam a uma “*identidade substancial*”. Esta estrutura, segundo Collor, subdividi-se em três pontos:

- “a) sua ‘*posição*’ no panorama das opiniões partidárias;
- b) seus ‘*objetivos*’ políticos, sociais e morais;
- c) suas ‘*normas de ação*’ fundamentais.”<sup>321</sup>

Postuladas essas prerrogativas organizativas, Collor prosseguia em defesa do PRR que, segundo ele, seria a única “*organização partidária*” sobre a qual repousavam os princípios da República Brasileira. Podemos identificar nessa tese que há, presente no discurso de Collor, uma perfilhação ideológica que reforçava a subordinação da sociedade ao controle político, seja do estado, seja dos partidos. Esta posição, de tradição marcadamente filiada à gestão governamental do PRR no Rio Grande do Sul, coincidia com aquilo que Axt chama de “*regime autoritário*”, no qual o “‘*bloco dirigente*’ possuía o ‘*controle*’ institucional, jurídico e militar sobre a ‘*sociedade política*’”.<sup>322</sup> A presumível

---

<sup>320</sup> Acreditamos que a interpretação de Collor, ao considerar o “*chefe*” como autoridade inquestionável condutora das massas, se aproxima do pensamento do intelectual Almir Andrade estudado por Ângela de Castro Gomes. Para Gomes, o intelectual estado-novista Almir Andrade acreditava que os atributos morais do homem que ocupasse o cargo de governante, por si só legitimariam suas ações. O estadista, nesta visão, deveria “*ser um homem notável, pois ele é que daria forma palpável, que interpretaria a consciência coletiva da nação. Como um símbolo, ele se identificaria com a alma popular e exprimiria os ideais nacionais.*” GOMES, Ângela de Castro. op. cit. p. 208.

<sup>321</sup> COLLOR, Lindolfo. Discursos e manifestos (1936-1937). Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937, p. 14.

<sup>322</sup> AXT, Gunter. Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da USP, 2001, p. 48.

força convergente que diluía as incertezas e congregava os dissidentes, resultava, segundo Collor, de uma “*submissão consciente*”.<sup>323</sup>

Para Collor, nesse vértice se sustentava o PRR e na senda política da “*história republicana brasileira*”, a “*revolução de 1930*” “*venceu*” porque o Partido Republicano Rio Grandense “*lhe deu a força de opinião necessária a vitória*”. Com isto, Collor acreditava atribuir ao PRR a importância dominante naquela conjuntura política. Contudo, mesmo com as divergências partidárias, Collor afirmava que a “*cooperação administrativa*” era oriunda dos acordos propostos por Flores. A tessitura política, portanto, provinha da superação dos “*facciosismos intolerantes*”.<sup>324</sup> A convergência de um projeto político institucional – com vistas ao estabelecimento de uma ordem governamental –, segundo Collor, foi possível devido ao fato de que o PL, havia aceitado a “*pacificação dentro de uma fórmula de governo que admitisse a responsabilidade coletiva e solidária dos secretários de Estado*”.<sup>325</sup>

Assim, a combinação de uma “*submissão conciente*” e coletiva assentada nas deliberações programáticas do chefe e do partido, acarretariam um padrão de legitimidade e poder de coerção do governo. A execução dos acordos, portanto, seria inquestionável e

---

<sup>323</sup> COLLOR, Lindolfo. Discursos e manifestos (1936-1937). Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937, p. 14.

<sup>324</sup> A dispersão “*facciosa*” tendia a condução ao retorno da “*República Velha*”, conforme analisou Collor. Nesse sentido, segundo Collor, caberia as elites políticas e intelectuais brasileiras empenhar-se na construção de um projeto integrador, capaz de colocar o Brasil no caminho do progresso e desenvolvimento. Mesmo dando claros indícios de centralização ainda antes do golpe de 1937, Vargas a partir deste momento, empreende autoritariamente tal projeto. Segundo Capelato, “*não se observava da parte de Getúlio Vargas, um grande empenho na mobilização das massas para participar da política. O autoritarismo do Estado Novo se caracteriza, como já foi dito, pelo seu aspecto desmobilizador. Considerando o povo brasileiro inepto para a participação política (a grande massa de analfabetos servia de reforço para esse argumento), propunha-se a organização do novo Estado pelo alto, o que explica a preocupação do governo em ganhar o apoio das elites intelectuais. A proposta de consenso era dirigida a elas e não aos setores populares.*” CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In.: FREITAS, Marcos Cezar de. (org.) *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 1998, p. 211. Estudaremos mais minuciosamente esta relação entre os intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o Governo de Flores da Cunha no capítulo IV desta tese.

<sup>325</sup> COLLOR, Lindolfo. Discursos e manifestos (1936-1937). Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937, p. 21.

irretorquível na medida em que disto dependeria a própria ordem institucional. Contudo, Collor conhecia bem as adversidades políticas e os agentes externos que poderiam potencialmente corroer um projeto uníssono de governo e de construção da nação. Com base nessa conclusão afirmava que

*“Os nossos votos agora são por que os grandes partidos de outros Estados compreendam a atitude que assumimos e venham cerrar fileiras conosco na defesa das instituições. Essa defesa só se fará pela concordância das vontades e dos propósitos, nunca pelos pruridos de predomínios regionalísticos ou pessoais. A hora que vivemos é demasiadamente angustiosa para que os partidos democráticos possam continuar vivendo da atmosfera de desconfianças e ressentimentos que tantos malefícios tem causado à Nação. (...) Queremos, sinceramente, colaborar na manutenção do regime. Ninguém é aspirante a cargos. De nossa parte, por conseguinte, nenhum entrava se oporá a definição dos rumos brasileiros. O que não acreditamos é que a República se salve pela sua violação. Pensamos, pelo contrário, que só no respeito a Constituição e as leis pode ser encontrado o caminho de salvação da nossa democracia. E para isso, não haveremos de poupar esforços nem sacrifícios.”<sup>326</sup>*

Desta forma, se construiria o Estado Brasileiro e a ordem institucional republicana. A condição, portanto, para a “*manutenção do regime*”, decorria da supressão de “*pruridos*” e de “*predomínios regionalísticos ou pessoais*”. A garantia da condução inabalável da República pressupunha a sobreposição à dispersão aterrorizante, provocada pelas disputas políticas, pelos interesses divergentes, pela oposição partidária. Lançando para a esfera nacional os “*pontos fundamentais*” do programa do PRR, Collor acreditava indubitavelmente na organicidade do seu partido e na autoridade governamental como princípios norteadores da nacionalidade. Em 4 pontos Collor retoma os “*objetivos essenciais*” do PRR.

“A) A fraternidade universal;

---

<sup>326</sup> COLLOR, Lindolfo. Discursos e manifestos (1936-1937). Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937, p. 22.

B) A unidade da Pátria Brasileira;  
C) A garantia da ordem social;  
D) A liberdade espiritual.”<sup>327</sup>

O que Collor parecia desconhecer, por dissimulação ou por convicção, é que, ainda que com suporte legal e com os partidos em pleno funcionamento, na vigência de um governo “*federativo, presidencial e temporal*”, a supressão do conflito implicava por si só a supressão da vida democrática. Todavia, acreditamos que ao aludir à crise que dizia viver o país, absorto em uma demasiada e “*angustiosa*” coerção partidária, Collor, de fato, defendia a legalidade constitucional. Nesta reflexão de Collor, fica manifesto o seu entendimento de que o país, em 1935, atravessou uma situação de crise de autoridade e de instabilidade política, medida por ele, em termos de “*intransigências facciosas*”.

Nesse sentido, parece-nos que a interpretação política de Collor, afastava-se frontalmente da condução centralizadora empreendida pelo Governo Federal. Se para Collor os “*legítimos partidos políticos*” assegurariam a “*salvação da República*”, por sua vez, para o Executivo Federal, eles representariam a continuidade dos interesses regionalistas e pessoais.<sup>328</sup>

Portanto, podemos depreender que a “*atmosfera de desconfianças e ressentimentos*” causados recentemente em decorrência da decretação do estado de sítio e da dificuldade em compor uma coalizão partidária no Rio Grande do Sul que viesse conduzir a sucessão presidencial, tornava a circunstância política, para Collor, bastante preocupante. Claro está que, se por um lado Collor assumia e postulava a liberdade organizativa dos partidos políticos, do outro, o governo federal empreendia uma recrudescedora política de cerceamento. Para Vargas, a democracia de partidos era sinônimo de desordem por

---

<sup>327</sup> COLLOR, Lindolfo. Discursos e manifestos (1936-1937). Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937, p. 16.

<sup>328</sup> Segundo Gomes, os partidos políticos, na compreensão do Governo de Vargas, constituíam-se em obras dos mesmos “*criadores da democracia liberal, tendo como função o encaminhamento das massas segundo os interesses políticos e econômicos preponderantes na classe dirigente.*” GOMES, Ângela de Castro. op. cit. p. 200.

acreditar no “*empobrecimento progressivo do poder de repressão da autoridade pública.*”<sup>329</sup>

## 2.5. As fórmulas de conciliação e a conspiração armada de Flores

Prescindindo dos habituais cumprimentos de cordialidade a amizade, em princípios de janeiro de 1936, Flores envia a Vargas uma carta, desta vez em papel timbrado com o selo do “*Gabinete do Governador do Estado*” avisando-o sobre a “*formação de um governo de concentração das forças políticas estaduais*”. No documento, Flores afirmava que os termos do acordo quanto a “*collaboração das oposições*” resultavam de um “*desejo comum*”. Na avaliação do governador, a efetivação do programa consolidaria “*a paz e tranqüilidade dos espíritos, fortalecendo as instituições legais, sem diminuir as prerrogativas do Executivo e sem modificar o regimen vigente*”. Em anexo à carta, Flores envia um projeto para “*opinião do eminente correligionário*”.<sup>330</sup>

Até aquele momento, os diretórios estaduais do PRR e do PL nada haviam decidido. Portanto, o projeto final quanto à coalizão partidária no Rio Grande do Sul foi acordado na Comissão Diretora do PRL e enviado ao governo federal. Constam no projeto, a ser transformado em decreto lei, 11 artigos dispendo sobre a organização administrativa do governo estadual. Diferentemente da proposta inicial formulada pela FUG, o Art. 1º determinava a criação de um “*Conselho dos Secretários de Estado*” cuja presidência seria do executivo estadual. Também quanto a provisão de duas Secretarias de Estado por nomes indicados por partidos políticos ou aliança partidária, o Art.3º contrariava os princípios originais da “*fórmula Pilla*” posto que tais cargos estariam condicionados a representatividade na Assembléia Legislativa.

---

<sup>329</sup> DUTRA. Eliana de Freitas. O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997, p.242.

<sup>330</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 07-01-1935.

De fato, como afirmou Flores a Vargas, os dispositivos do programa, mesmo com um aparente equilíbrio de forças, tornavam o executivo estadual ainda mais centralizador. O Art. 7º, por exemplo, dispunha que o Governador teria voto nas deliberações do Conselho dos Secretários, inclusive poder de desempate nas votações conjuntas. Além disso, no Art. 8º, determinava-se que “*no caso de divergência ou conflito entre o Governador e um Secretario de Estado*” e, se não houvesse concordância na resolução do impasse o Secretário renunciaria. Entretanto, a medida mais contundente quanto às prerrogativas do Executivo Estadual constava do Art. 9º. Tal artigo afirmava que se houvesse discordância entre o “*Governador e o Presidente do Secretariado e o Conselho das Secretarias*” não pudesse ou não quisesse resolvê-la, “*renunciariam todos os Secretários.*”<sup>331</sup> Nesse sentido, o acordo para “*tranqüilidade dos espíritos*”, conforme avisou Flores a Vargas, não passaria de um arremedo político com instáveis bases de manutenção do governo.<sup>332</sup>

O mesmo projeto enviado para Vargas foi também encaminhado às bancadas federais do PRR, do PL e do PRL. Augusto Simões Lopes, líder da bancada federal do PRL, depois de uma reunião com as lideranças da FUG no Rio de Janeiro, envia ao deputado João Carlos Machado uma extensa missiva cujo teor relatava suas “*ponderações em relação à falada pacificação do Rio Grande*”. Podemos depreender, através da carta, que o encontro entre os líderes do PRL e da FUG, na casa de Carlos Machado em 12 de janeiro de 1936, não resultou em um consenso absoluto. A carta permite-nos observar que mesmo com o consentimento de Flores e Vargas, as lideranças da FUG não concordavam plenamente com os dispositivos da “*combinação política*”. Portanto, a missiva de Lopes procurava persuadir o deputado do PL quanto à superação das divergências da FUG, sobretudo em relação a sua “*imposição doutrinária*” como condicionamento a “*sua cooperação*”. Nesse sentido, Lopes elenca 4 itens para expor o “*pensamento franco*” do

---

<sup>331</sup> Anexo da carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 07-01-1936.

<sup>332</sup> Pelo que indica um telegrama enviado por Vargas a Flores da Cunha, o presidente preferiu enviar Antunes Maciel a Porto Alegre para “*explicar com maior amplitude*” o seu “*pensamento a respeito*” do acordo. No mesmo documento, Vargas afirmava que “*em tese*” era “*favorável qualquer iniciativa vise estabelecer colaboração forças políticas Estado, cabendo a esta escolha formula melhor assegure estabilidade essa colaboração.*” Telegrama de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 13-01-1936.

PRL. Para o deputado do PRL, no “*ambiente político*” do Rio Grande do Sul, despontava uma “*franca e louvável cordialidade*”, posto que a liberdade partidária regia àquela circunstância. Ainda neste item, o missivista comenta a ausência de quaisquer restrições ou perseguições políticas, resultante do “*cavalheirismo e independência*”.<sup>333</sup>

No segundo item, ao que parece, Lopes responde enfaticamente a alguma contrariedade exposta por Carlos Machado na reunião do dia anterior ao envio da carta. Acreditamos que Carlos Machado tenha criticado duramente o governo de Flores e reafirmado que o apoio da FUG seria “*indispensável ‘para assegurar a eficiência da atividade administrativa das Secretarias de Estado’*”. Entretanto, em relação a esta tergiversação, Lopes afirmava que o PRL havia conquistado “*65% da opinião eleitoral*”, o que tornava descabida a importância atribuída por Machado à FUG. Também podemos supor que Carlos Machado havia insinuado que a aproximação de Flores com a FUG devia-se ao “*receio do extremismo*”. Contrariamente a esta afirmação, Lopes afirmava:

*“Antes do surto daquele, já o magnânimo Governador rio-grandense tentou a colaboração da oposição em postos administrativos, sem, entretanto, ter sido atendido. Não creio que os nossos adversários venham armar mão forte ao comunismo pelo simples fato de não desfrutarem dois postos de mando, pelo menos. Seria supor que a sua fé liberal e patriotismo estão em função de um par de Secretarias. Nada me autoriza a injuria-los com a hipótese de que, sem alianças formais e cessão de posições, não se encontrem ao lado, na primeira fila, contra quaisquer golpes extremistas.”*<sup>334</sup>

Parece-nos, com efeito, que o 4º item procurava justificar a arregimentação da FUG ao governo estadual. A explicação para a coalizão partidária, exposta por Lopes, afirmava que a colaboração da minoria partidária na administração do Estado não implicaria em cerceamento das liberdades políticas. A possibilidade de perda da mobilização partidária seria conseqüente da falta de “*coordenação política*”, o que o governo, segundo Lopes, não permitiria. Portanto,

---

<sup>333</sup> Carta de Augusto Simões Lopes a João Carlos Machado, 12-01-1936.

<sup>334</sup> Carta de Augusto Simões Lopes a João Carlos Machado, 12-01-1936.

*“(...) isso é tanto mais ilógico, quanto é certo que a FU. tem compromissos públicos com a minoria da Câmara Federal, francamente hostil ao Governo Central, ao qual o Rio Grande oficial não pode nem deve abandonar.”*<sup>335</sup>

Acreditamos que João Carlos Machado não titubeou em procurar saber sobre a legitimidade do “*ante-projeto de lei*” proposto por Flores da Cunha. Apesar de não dispormos da carta enviada por Machado ao advogado Raul Bittencourt podemos inferir, através de uma missiva encaminhada no dia 13 de janeiro de 1936, que o líder da bancada do PL consultou o correligionário para averiguar a legalidade jurídica do referido projeto. Raul Bittencourt elenca 3 itens na missiva, afirmando que não haveria qualquer ilegalidade do projeto que visava a “*cooperação governamental*”, tanto para a Constituição Federal quanto para a Estadual.<sup>336</sup>

Foi comum encontrarmos nas missivas, cujo conteúdo perfazia esclarecimentos ou considerações a respeito de uma temática proposta anteriormente, essa sistemática redacional em que se dividia o documento em itens enumerados. Deprendemos que tal estrutura, pontuando e subdividindo assuntos, procurava conduzir a leitura do destinatário, inferindo relevância a pontos destacados. Neste caso específico, Bittencourt diz formular “*restrições*” do “*ponto de vista político*” ao que concernia o acordo político-partidário no Rio Grande do Sul. No primeiro item, o missivista afirmava que a proposta do ante-projeto poderia ser “*desfavorável ao desenvolvimento*” do PRL. Entretanto, acreditamos que a “*restrição*” mais importante dizia respeito à excepcionalidade gerada pela seguinte contradição: como a FUG poderia estar “*conciliada no Estado*” sendo que na “*esfera nacional*” combatia “*sem quartel o atual governo da República*” cujo apoio do PRL era incondicional? Todavia, a resolução parecia de simples efetivação. Para Bittencourt a supressão das divergências entre a FUG e o Governo Federal seria possível posto que a “*repressão ao comunismo*” se colocava como uma ação premente para garantir a ordem institucional:

---

<sup>335</sup> Carta de Augusto Simões Lopes a João Carlos Machado, 12-01-1936.

<sup>336</sup> Carta de Raul Bittencourt a João Carlos Machado, 13-01-1936.



*“Garantir, pois, o normal funcionamento da Constituição, fora de abalos e crises políticas, prestigiando e fortalecendo o poder Executivo da República, parece condição essencial a todo novo entendimento entre os partidos. Si dele poder resultar efeito contrario, o grande bem da pacificação rio-grandense ficará prejudicado pelas conseqüências danosas que produzirá no Brasil, atingindo justamente o seu problema essencial, no momento: a segurança publica.”<sup>337</sup>*

Ao evidenciarmos essas ponderações não estamos incorporando ou reafirmando a idéia de que as *“forças comunistas”* representavam uma potencial ameaça dissolvente ao Governo de Vargas. O que constatamos é que, freqüentemente até mesmo para legitimação dos acordos e coalizões partidárias, a *“ameaça técnico comunista”* foi utilizada como estratégia persuasiva, engendrando e promovendo discursos em nome da *“segurança pública.”* Conforme advertiu Eliana Dutra, o *“perigo comunista”* insuflou no *“todo social um conjunto de práticas, normas e valores que confluíram para a preservação da ordem e da estabilidade social; para o controle das diferenças sociais; para o enquadramento do mundo do trabalho; para a racionalização do poder.”<sup>338</sup>*

Evidentemente, a solicitação de esclarecimentos não se restringiu apenas ao advogado Raul Bittencourt. Encontramos entre os dias 12 e 15 de janeiro de 1936, outras 9 missivas enviadas ao Deputado João Carlos Machado cujo teor comum eram comentários, alterações ou acordos sobre a *“fórmula Pilla”*. Em 13 de janeiro, por exemplo, o Deputado Federal pelo PL Anibal Cassal ratificava a proposta apresentada, argüindo que a *“realidade brasileira exigia a união sagrada de todos os democratas sinceros para defesa da liberdade, tão seriamente ameaçada”*; o *“parecer”* de Cassal, era veementemente favorável ao *“ante-projeto”* de lei, posto que, afirmava o deputado, *“em substância esse alto objetivo era um imperativo de nobre a sadio patriotismo”*.<sup>339</sup>

---

<sup>337</sup> Carta de Raul Bittencourt a João Carlos Machado, 13-01-1936.

<sup>338</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997, p. 17.

<sup>339</sup> Carta de Anibal Cassal a João Carlos Machado, 13-01-1936.

Apesar de algumas reticências apontadas pelos missivistas, parece-nos, todavia, que a maioria da bancada federal que compunha o PL estaria favorável à aproximação política com Flores da Cunha. Em outra carta, desta vez do Deputado Federal do PRR João Simplicio de Carvalho, enviada ao líder do PL no dia 13 de janeiro de 1936, podemos perceber a superação de qualquer incompatibilidade diante da proposta de coalizão política no governo do Rio Grande do Sul. João Simplicio de Carvalho declarava ao remetente que “*estaria de pleno acordo com a resolução que tomar o nobre General Flores da Cunha sobre o assumpto*”.<sup>340</sup>

Com efeito, acreditamos que a estratégia de João Carlos Machado incidia na tentativa de abarcar considerações entre todas as bancadas no Congresso Nacional. Também o deputado Pedro Vergara, do PRL, remeteu uma minuciosa e extensa missiva apontando em 2 itens o seu “*pensamento a respeito*” da “*formula de pacificação da política riograndense*”. Segundo a avaliação de Vergara, a consistência do projeto não traria prejuízos ou ingerência administrativa a qualquer partido. Com o novo arranjo de forças políticas no estado não haveria obstrução à participação coletiva na máquina governamental. Portanto, conforme Vergara

“(...) quando os partidos políticos se harmonizam e sobem ao poder, de que dispõe como cousa comum, nunca retornam ao statu quo antes, a situação em comum opera uma transfusão recíproca, uma passagem de forças de um para outro lado, um intercâmbio de valores, esta aglutinação acaba por ser uma diferenciação ideológica e moral, por formar, por fim, um agrupamento novo, com afinidades específicas (...).”<sup>341</sup>

Essa configuração política a que alude Vergara, “*com afinidades específicas*” foi exemplificada através da formação da Frente Única que, segundo o deputado, instituiu-se de “*elementos de dois partidos*” “*caldeados*” “*lentamente, no decurso de quatro anos.*” Nesse sentido, depreendemos que Vergara procurou postular uma experiência política anterior como referência positiva aos novos encaminhamentos de coalizão. Isto porque “o

---

<sup>340</sup> Carta de João Simplicio de Carvalho a João Carlos Machado, 13-01-1936.

<sup>341</sup> Carta de Pedro Vergara a João Carlos Machado, 14-01-1936.

*poder não será nem inteiramente libertador, nem inteiramente republicano, nem inteiramente liberal, será um poder mixto, compósito, em que todos esses partidos estarão representados por aquela fusão*".<sup>342</sup>

De fato, as constantes deferências ao termo “*conciliação*”, parecia adquirir uma conotação bastante singular naquele momento. Mesmo com evidências contundentes de “*diferenciação ideológica e moral*”, “*conciliar*” significava religar algo que em um tempo pretérito estaria próximo e unificado. Portanto, fazia-se necessário operar “*uma transfusão recíproca*” em nome do bem comum, da autoridade governativa, da ordem e da justiça social. Por tal motivo, a inflexão de uma “*paz conciliatória*” poderia fortalecer o princípio da autoridade nacional e, com isto, pôr termo à crise de uma dispersão aterrorizante, provocada pelas disputas políticas, pelos interesses divergentes, pela oposição partidária.

Dentre as diversas considerações a respeito da “*fórmula Pilla*”, encaminhadas ao Deputado João Carlos Machado, a carta de Vergara parece-nos surpreendente. Sua narrativa atribui uma dimensão de sucessão e causalidade que encadeia os episódios políticos no Rio Grande do Sul, dispostos numa linha temporal, caminhando irremediavelmente para um ponto de culminância. A organização dos eventos posteriores a “*Revolução de 1930*”, de forma linear, definia e ratificava uma importância fundamental ao “*aparecimento dessa nova entidade política*”. A narrativa epistolar parece ter se definido perfeitamente aos anseios de imparcialidade e neutralidade, já que Vergara era deputado na Câmara Federal pelo partido situacionista, o PRL. O estreitamento partidário, através de medida legal, resultaria, segundo Vergara, na criação de “*um terreno neutro, onde entendimentos serão mais fáceis e, portanto, mais fáceis também as transigências e com elas, por fim, o congraçamento dos espíritos*”.<sup>343</sup>

O projeto tenha sido considerado irrepreensível; no mesmo documento assinado por Vergara, no item II o autor manifestava sua dúvida: tratava-se do ponto proposto no art. 6º do ante-projeto, que afirmava que os secretários seriam “*responsáveis solidariamente, tanto quanto individualmente, pelos atos que subscreverem com o governador*”. Ora, os renhidos

---

<sup>342</sup> Carta de Pedro Vergara a João Carlos Machado, 14-01-1936.

<sup>343</sup> Carta de Pedro Vergara a João Carlos Machado, 14-01-1936.

combates e desavenças entre a FUG e Flores da Cunha traziam à tona o impasse da sujeição dos indicados às Secretarias de Estado ao governador. Portanto, a contradição tornava-se evidente na medida em que cada secretário estaria subordinado politicamente ao seu partido e administrativamente ao governador.

A resposta de João Carlos Machado a Flores da Cunha ocorreu tão logo o deputado recebesse o retorno apreciativo do ante-projeto das bancadas dos deputados federais, tanto do PL como do PRR e do PRL. Assim, como averiguamos anteriormente, Machado, em carta do dia 14 de janeiro de 1936, dizia que as “*opiniões divergentes*” não o permitiriam concretizar o acordo. Para Machado, o arquivamento das cartas trocadas com os deputados federais davam por encerrado o assunto. Ainda assim, Machado reafirmava uma “*recíproca solidariedade aumentada por uma amizade*” que esperava nunca mudar.<sup>344</sup>

Mesmo conhecendo o divergente posicionamento do líder da FUG na Câmara dos Deputados, Flores envia a Vargas a transcrição dos artigos que constavam no projeto de lei. Segundo Flores, tal medida devia-se à necessidade do governo federal em “*conhecer*” os acordos do “*pensamento vitorioso no seio das correntes políticas*” do Rio Grande do Sul.<sup>345</sup>

Embora ainda inconsistente, Vargas telegrafa a Flores saudando “*pelos resultados*” obtidos com o projeto de lei. Para Vargas, a coalizão partidária asseguraria a “*colaboração das forças políticas*” ao governo do Estado. Seria compreensível que com a efetivação da “*fórmula Pilla*”, no interior do estado agitações e prisões viessem a ocorrer por consequência de disputas localizadas. No exercício temporário do governo, Darcy Azambuja, em março de 1936, alertava Flores sobre inúmeras prisões ao mando de autoridades militares federais. Estarrecido com a notícia e ciente de que o episódio colocaria em risco o “*apaziguamento das forças políticas*” no Rio Grande do Sul, Flores repudiava a atitude a Vargas, afirmando que não iria permitir “*qualquer intervenção ilegal*”

---

<sup>344</sup> Carta de João Carlos Machado a Flores da Cunha, 14-01-1936.

<sup>345</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 14-01-1936.

que viesse a ser praticada no estado ferindo a “*autonomia administrativa nos termos da Constituição da República*”.<sup>346</sup>

Conhecendo o elevado nível de exasperação e suspeição política, Vargas imediatamente telegrafa às forças federais sediadas no estado, determinando que o “*período exigia prudência e calma aos mais afoitos*”.<sup>347</sup> Ao que indica um outro telegrama, as autoridades militares se submeteram às ordens do presidente, comunicando ao Governador e à imprensa que o “*commando militar da região*” contava com o “*mais elevado espírito patriótico*”. Os comandantes das brigadas federais reafirmavam que Flores poderia dispor das tropas com “*inteira confiança e sympatia*” para, assim, manter a ordem com a “*repressão aos inimigos do regimen*”.<sup>348</sup>

Se a efetivação e manutenção da coalizão política no Rio Grande do Sul, em meados de 1936, demonstrava indícios claros de insustentabilidade, essa situação não impedia a continuidade das conversações em relação ao apoio ao governo federal. Em maio de 1936, por exemplo, Machado Coelho escreve uma extensa carta a Flores relatando as tergiversações em torno da política nacional. Na carta-relatório, Coelho descreve as tratativas de Collor com as lideranças do PRP e a possibilidade da anuência deste para o “*encaminhamento de uma nova fórmula*” política. Coelho já antecipava o resultado da “*longa palestra*” de Collor com os “*homens do PRP*”, dizendo que não achava viável a aplicação da “*fórmula Pilla*” em São Paulo, haja vista que o “*eleitorado paulista que sufragou nas urnas os candidatos do velho partido*” não “*compreenderia nenhuma transigência como governo federal, muito menos colaboração*”. Segundo Coelho, o PRP não compreendia “*os motivos dessa insistência da frente única riograndense, em leva-los para junto do Getúlio*”. O quadro que se constituiria tornaria a situação de Flores bastante delicada, pois, naquela circunstância, não seria “*possível qualquer reação contra qualquer ato de reforma*” engendrada pelo executivo federal. Na avaliação do PRP, conforme Coelho:

---

<sup>346</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 29-03-1936.

<sup>347</sup> Telegrama de Getúlio Vargas ao Cel. Obino, 03-04-1936.

<sup>348</sup> Telegrama do Cel. Obino a Flores da Cunha, 04-04-1936.

*“(...) estando o Getúlio com um ano e tanto de governo apenas se pode terminar o seu mandato tranquilamente, sem que seja necessário o sacrifício das situações oposicionistas que fatalmente teriam de desaparecer. Dizem eles, que nada tem a opor as tuas boas disposições para com o Getúlio e que desejam mesmo qual sejam as melhores possíveis as relações políticas e pessoais entre os dois. Apenas desejam frisar desde então, prestigiando completamente a tua ação na política nacional, afim de que fortalecido possas ou como candidato ou com um candidato que saído das tuas mãos na sucessão, nobreza de desígnios, ao passo que essa nossa fórmula em São Paulo, por exemplo, seria pura e simples o arrasamento da situação dominante.”<sup>349</sup>*

Coelho afirmaria logo depois, que o PRP pretendia manter-se na oposição, afastando-se, contudo, de provocações impertinentes causadas ao governo federal. Seria no campo da luta política, e tão somente nos “*limites da política*”, em um ambiente em que as liberdades associativas fossem respeitadas, que o PRP asseguraria a ordem e a tranqüilidade social. Segundo Coelho, “*as oposições não querem agitar o meio político com lutas estéreis e impatrióticas e não desejam descambar para o terreno perigoso das conspirações ou dos golpes revolucionários.*”<sup>350</sup>

O missivista parecia conhecer bem, ou ao menos dispunha de argumentos razoáveis ao que concernia a aplicação da “*fórmula Pilla*” em outros estados da federação. Questionado pelos líderes da FUG Baptista Luzardo e Neves da Fontoura sobre o motivo pelo qual a coalizão efetuada no Rio Grande do Sul não “*poderia ser dada como paradigma para regularizar a situação das oposições no governo federal e nos estados*”, Coelho é enfático ao afirmar que a “*fórmula só se tornou possível*” pela “*incomparável dose de patriotismo e boa vontade*” de Flores. O comparativo ficava assim frisado: no Rio Grande do Sul o “*sublimado espírito de altruísmo político*” de Flores possibilitou um entendimento pacificador, enquanto que, no “*governo federal e nos governadores de São*

---

<sup>349</sup> Carta de Machado Coelho a Flores da Cunha, 07-05-1936.

<sup>350</sup> Carta de Machado Coelho a Flores da Cunha, 07-05-1936.

*Paulo e Pernambuco, entrincheirados no poder*” evidenciava-se a intolerância e a falta de civismo político.<sup>351</sup>

Com efeito, acreditamos que mesmo estando tão próximo aos conchavos políticos e às decisões partidárias, já que era deputado federal, a missiva de Coelho é perpassada por uma apreensiva e dolorosa incerteza. Contudo, como indica o missivista, a única certeza que lhe parecia inquestionável dizia respeito às deliberações da minoria parlamentar na Câmara dos Deputados que, segundo Coelho, não pretendiam criar “*embaraços ao Getúlio na administração e na defesa da ordem política*”. Por sua vez, o calor do momento e a suspeição do rompimento de Flores com Vargas suscitavam-lhe as seguintes apreensões: “*O governo federal pretende praticar atos que mereçam uma crítica junto das oposições? Pretende acabar com a constituição? Pretende faltar com os seus deveres para com a nação?*” Ainda que dissesse não acreditar nessas assertivas, até mesmo para não sublevar ainda mais a oposição ao governo federal, desconfiamos da insegurança do autor e de sua estratégia conciliatória.

Em outubro, contudo, o diálogo entre Flores e o Governo Federal tornava-se tenso e insustentável. Nessa ocasião acreditamos que Flores não confiava mais em um pacto pacífico em relação à sucessão presidencial e à continuidade das negociações em torno de uma “*fórmula*” conciliatória com a oposição estadual. O “*nervosismo público e a tensão dos espíritos*” resultavam da desconfiança das lideranças da FUG quanto à arregimentação de tropas militares fiéis ao Governo do Estado. Segundo a missiva enviada por Walder Sarmanho a Getúlio Vargas, ainda em setembro de 1936, Flores preparava milícias em Boa Vista e Erechim para encampar uma reação armada contra o governo federal. Segundo Sarmanho, a formação dos corpos de brigada era justificada a partir do pretexto de que Vargas pretendia implantar uma “*ditadura*” no país. Além disso, conforme ressaltou Sarmanho, Flores “*apregoava uma ação defensiva contra uma intervenção branca*” no Rio Grande do Sul. Na carta-relatório, Sarmanho, além de listar os oficiais que estariam

---

<sup>351</sup> Carta de Machado Coelho a Flores da Cunha, 07-05-1936.

mancomunados com Flores, diz que as forças de combate já reuniam cerca de 600 homens de artilharia.<sup>352</sup>

A presumível e definitiva dissensão política de Flores, evidentemente, obteve uma resposta contundente de Vargas. Este rapidamente responde a Sarmanho afirmando estar “alarmado” com as “medidas militares”, fato que demandaria “*providências defensivas no sentido de manter o respeito ao governo federal e as garantias da população do Rio Grande do Sul.*”<sup>353</sup> Ademais, a mobilização belicosa de Flores não poderia ser considerada um mero expediente persuasivo. A entrada clandestina de material de artilharia pelas fronteiras da Argentina e do Paraguai, a substituição de oficiais das brigadas federais sediadas no Estado e a descoberta de um depósito de armas na fronteira com Santa Catarina, perfaziam o jogo das constantes acusações e delações.

Diante das acusações de conspiração, o deputado federal João Carlos Machado afirmava que o Rio Grande do Sul, apesar de cercado por forças federais, não havia tomado qualquer “*providência militar que justificasse*” a suspeição de Vargas. Segundo ele, Flores “*não reuniu, não armou, não deslocou forças*” para combater o Executivo Federal.<sup>354</sup> Porém, desconfiamos da tentativa de Machado ao negar as ações de Flores. Encontramos 32 cartas, datadas entre os dias 01 de outubro a 02 de novembro de 1936, enviadas por diversos oficiais da 3ª Região Militar do Rio Grande do Sul relatando ao governo federal as articulações revolucionárias de Flores. Segundo o General do Exército Lúcio Esteves, com a suspensão financeira executada pelo Governo Federal, a organização dos corpos provisórios no Rio Grande do Sul havia sido paralisada. Na mesma missiva enviada a Sarmanho, Esteves antecipava o rompimento da FUG com o Governo Estadual motivado pela “*perturbação da ordem*”. Para ele, a luta política de Flores resultava da exploração que fazia em relação à “*continuação do Dr. Getúlio Vargas na presidência*”. Com essa sombra ameaçadora, Flores envidava “*manejos políticos dispersantes*”, agenciando as guarnições

---

<sup>352</sup> Carta de Walder Sarmanho a Getúlio Vargas, 30-09-1936.

<sup>353</sup> Carta de Getúlio Vargas a Walder Sarmanho, 01-10-1936.

<sup>354</sup> Carta de João Carlos Machado a Walder Sarmanho, 01-10-1936.



federais no Estado. Entretanto, conforme o missivista, apesar das investidas do governador, as “*tropas pareciam demonstrar coesão e confiança ao lado da lei*”.<sup>355</sup>

Ainda assim, isso não diminuía a preocupação dos oficiais aliados ao Governo Federal. Segundo o General Guedes da Fontoura, a tática belicosa de Flores não cessava a despeito da fidelidade das tropas federais ao Executivo Federal. Se por um lado, as tropas de Flores sediadas no interior do estado estavam desarticuladas devido à escassez de recursos financeiros, por outro, na capital, o governador contava com inúmeras lideranças políticas que proclamavam a insubordinação ao governo de Vargas. Conforme advertiu Fontoura, “*elementos ligados ao Governador*” insinuavam que Vargas preparava sua reeleição pelas armas com o apoio irrestrito do Exército.<sup>356</sup> Nesse sentido, para o oficial, urgia “*destruir esse manejo tendencioso*” que colocava em risco a integridade nacional e do exército.<sup>357</sup>

As “*explorações sobre a sucessão*”, de fato, constituíam a pedra angular dos debates e das articulações políticas nos meses finais de 1936.<sup>358</sup> Todavia, o clima de

<sup>355</sup> Carta de Lúcio Esteves a Walder Sarmanho, 01-10-1936.

<sup>356</sup> Em telegrama enviado por Protásio Alves a Walder Sarmanho o missivista relatava sua preocupação diante das articulações belicosas de Flores. “*(...) Últimas notícias hoje Dumocel organiza corpo Soledad donde veio telegrama reclamando contra violências conhecimento Esteves. Calculo por informações Lindo e Firmino de Paula três mil homens entre Cruz Alta e Marcelino. Provavelmente representação se reunira Santa Maria oportunamente onde existe garantia eficiente. Situação forças federais maioria pontos desfavorável pela disposição outra com carros, locomotivas depositadas determinados logares. Concetração momento poderá deflagrar movimento. Situação pois delicada. Opinião pública estarecida. Impor-se-ia intervenção ofensiva fulminante ou inferioridade federal se irá acentuando.*” Telegrama de Protásio Alves a Walder Sarmanho, 14-10-1936.

<sup>357</sup> Carta de Guedes da Fontoura a Lúcio Esteves, 04-10-1936.

<sup>358</sup> O Oficial do Exército Guedes da Fontoura, em telegrama do dia 24 de outubro de 1936, enviada a Walder Sarmanho sintetiza claramente o *leitmotiv* das contendas em relação a sucessão presidencial. “*(...) movimento tem objectivo perturbar a ordem todo paiz e originou-se seguinte: quando escolha substituto Dr. Getúlio, conferencia havida entre presidente e Dr. Flores, aquelle manifestou desejo fosse Dr. Oswaldo Aranha seu substituto tendo Dr. Flores Feito forma opposição e apresentado nome Dr. Borges como candidato conciliador, obtendo resposta Dr. Getúlio seria mesmo Dr. Aranha seu candidato. Diante attitude Presidente, Dr. Flores regressou Rio Grande e lá ordenou organização provisórios, tendo em boletim Bda. Militar concitado seus componentes estivessem vigilantes para desagravar Rio Grande, porque aquele se achava poder levado bayonetas gaúchas, tinha se desviado compromissos assumidos e finalidades seu programa.*” Telegrama de J. Guedes da Fontoura a Walder Sarmanho, 24-10-1936.

hostilidades entre as lideranças da FUG e Flores tornava a luta política ainda mais entrincheirada. Na Assembléia Legislativa as bancadas do PL e do PRR pressionavam pela renúncia do governador, posto que ele já não contava com a “*maioria de opinião no Rio Grande*.”<sup>359</sup> As incompatibilidades entre Flores e os deputados estaduais da FUG emergiam sucessivamente na Assembléia Estadual. Fossem através de especulações e “*divergências programáticas*” como também quanto aos “*atos e atitudes injustificáveis do Governador*”.<sup>360</sup>

As dissidências e defecções políticas pipocavam na própria base de sustentação do Governo Estadual. No Diretório do PRL havia uma inequívoca insatisfação diante das contundentes demonstrações de arbitrariedades praticadas por Flores.<sup>361</sup> Segundo Protásio Alves, a contestação à liderança de Flores, ainda que não fosse unânime, demonstraria ao “*chefe liberal*”, o “*golpe dentro do seu próprio partido*”.<sup>362</sup>

Perdendo campo no front político, Flores continuamente manteve articulações que visavam o confronto armado. As 32 cartas que pesquisamos mostra-nos a exasperação do medo nas narrativas epistolares. A manipulação e circulação de notícias quanto ao transporte de armas e munições na viação férrea constituíam estratégias que construía e difundiam o “*perigo de um golpe desesperado*” do Governador.<sup>363</sup> Portanto, as reações de Vargas ante a possível sublevação de Flores poderiam garantir a sobrevivência política da FUG. Ao analisarmos essas missivas foi comum encontrarmos calorosas e entusiasmadas declarações das lideranças da FUG ao solicitarem contra-medidas do Governo Federal.

---

<sup>359</sup> Carta de Augusto Leivas Otero a Protásio Alves, 01-10-1936.

<sup>360</sup> Carta de Augusto Leivas Otero a Protásio Alves, 17-10-1936.

<sup>361</sup> Segundo Protásio Alves, Flores contava com “*apenas três ou quatro nomes firmes*” em solidariedade a manutenção do Governo Estadual. Segundo Alves, “*alguns já se manifestaram contra o governador e outros estão desejosos de fazê-lo mas aguardam que as cousas se firme na Assembléia*”. Telegrama de Protásio Alves a Augusto Leivas Otero, 01-10-1936.

<sup>362</sup> Carta de Protásio Alves a Augusto Leivas Otero, 01-10-1936.

<sup>363</sup> Carta de Augusto Leivas Otero a Walder Sarmanho, 20-10-1936.

Caberia a Vargas, segundo Alves, dar garantias para “*manter a ordem ou reprimir desordens*”.<sup>364</sup>

Parece-nos que a correspondência trocada entre Protásio Alves e Getúlio Vargas constituiu-se como a principal via de informação do segundo, atinente as articulações militares e políticas de Flores no Rio Grande do Sul. Em 24 de outubro, por exemplo, Alves envia a Vargas uma extensa missiva relatando as ações militares no interior do Estado.

*“Desceu de S. Francisco um corpo provisório armado e commandado por um Feijó e acampou em Gravatahy. Hoje fui informado seguramente que a essa gente foi fornecida ferramenta e hoje também transformaram-se, em parte, em trabalhadores de estrada. Em Santana e Quarahy existe um corpo de brigada com 500 homens no mínimo, tendo cada 8 soldados uma metralhadora. Têm o propósito de atacar a unidade federal ali ou impedir compasso de espera qualquer.”*<sup>365</sup>

Talvez, a superioridade de armamentos e homens das brigadas militares aliadas a Flores demandasse do Governo Federal outras táticas para, com isso, evitar um confronto. Segundo o mesmo documento, a “*deflagração do movimento*” traria a “*victória inicial do governador com o sacrifício de muitos companheiros e de força federal*”. O desgaste que novos contenciosos armados poderia trazer ao Governo Federal colocava Vargas numa posição bastante delicada. Contudo, Vargas não poderia ficar de braços cruzados correndo o risco de ver as tropas, fiéis ao Palácio do Catete, serem fragorosamente derrotadas no seu estado. Para Alves, a alternativa seria um “*entendimento formal em paz armada feita por exemplo, pelo M. da Guerra ao Governador, afim de q. elle desmobilize imediatamente ou dê suas razões para não o fazer*”.<sup>366</sup>

A questão que se colocava era sintetizada pelo missivista com a seguinte argumentação:

---

<sup>364</sup> Carta de Protásio Alves a Walder Sarmanho, 21-10-1936.

<sup>365</sup> Carta de Protasio Alves a Getúlio Vargas, 24-10-1936.

<sup>366</sup> Carta de Protasio Alves a Getúlio Vargas, 24-10-1936.

*“Ficará o Governo Federal, por seu exercício, habilitado a agir desembaraçadamente e como bem entender. O que o governo não poderia é ficar como que estabilizado diante do continuo crescimento do preparo belicoso do Boi-Tatá, sob pena de sacrificar parte de seu exército.”<sup>367</sup>*

Ainda que não tenhamos encontrado quaisquer indícios de espionagem ou mesmo documentos que demonstrem as táticas de boataria praticadas por Flores, suspeitamos que essas práticas eram correntes no jogo político nacional. Podemos considerar que essa articulação fazia parte da montagem de um aparelho de informações que visava desqualificar o inimigo, comprometer aliados do Governo Federal ou mesmo legitimar a militarização de civis através da formação dos corpos de provisórios. Por outro lado, Vargas dispunha de uma rede muito bem articulada de informantes, que, mediante as cartas mantinham o Governo Federal em constante alerta.<sup>368</sup> Em 19 de outubro de 1936, por exemplo, Vargas recebe de um anônimo uma extensa carta narrando as minudências das operações bélicas no sul do País. A narrativa inicia logo destacando as forças de assalto encampadas no interior do estado.

---

<sup>367</sup> Carta de Protasio Alves a Getúlio Vargas, 24-10-1936.

<sup>368</sup> Muito antes da crise entre Flores e o Governo Federal, Vargas, em abril de 1936, recebe uma extensa carta alertando-o sobre a mobilização política no Rio Grande do Sul. Enviada sem designação do destinatário Vargas dizia: *“Tenho recebido daí vindas de fontes diversas e a pessoas também diferentes daqui avisos e informações de preparativos militares do Flores contra o Governo Federal. Esse informantes que se dizem meus amigos queixam-se de não receberem de minha parte nenhuma orientação ou amparo. Apesar disso e de atitude de ameaça do Flores no seu jornal não respondi a ninguém, não tomei qualquer medida contra ele. Ignoro que se tramem conspirações ai e as desautorizo inteiramente. Nem se compreende que meu governo tentasse subverter a ordem num Estado quando se isso corresse meu primeiro dever a que não faltaria seria manter esse governo. Não chegou não meu conhecimento nenhum dos telegramas referidos como de autoria do Louzada e dirigidos ao Sarmanho. Este nega que os tivesse recebido e eu não posso deixar de acreditar nessa informação a menos que o Sarmanho estivesse conspirando também contra mim o que é absurdo. Nessas condições convém examinar a hipótese do Flores estar sendo ludibriado por algum integrante, talvez do próprio telegrafo, gente que se queira recomendar a ele ou indispor o diretor do serviço a”*. A suspeição e as intrigas diante das incertezas de conspiração recaiam inclusive sobre o operador de telégrafo. Acreditamos que Vargas não tinha inequívoca confiança em Flores, ainda que demonstre no excerto citado, a possibilidade de que *“impostores”* estivessem minando sua aliança com o Governo do Rio Grande do Sul. Dizia ele: *“patranhas e invencionices não podem deixar mal a quem tem sempre agido com tanta paciência e longanimidade ante agressões injustificáveis”*.

*“Em Palmeira fui informado pelo coronel Valzumiro Dutra de em quase toda a região serrana estavam reunindo pessoal para organização de corpos provisórios, e que naquelles dias havia sido remetido para os municípios de Getúlio Vargas, Boa Vista do Erechim e para o estado de S. Catharina, armamento e munição e que isto tendo chegado ao seu conhecimento, seu sciencia em tellegrama ao Sr. Governador.”<sup>369</sup>*

A carta, que recebeu o título “*Confidencial*”, continuaria logo depois narrando as apreensões do missivista. No retorno a Porto Alegre o narrador espreita uma conversa no vagão restaurante entre “vários *caudilhos*” que foram chamados por Flores. Dizia ele que “*sem ser percebido*” pôde “*ouvir uma palestra delles (...) cujo assunto versava sobre a situação política do Rio Grande do Sul em relação ao governo federal.*” Parece-nos, que antes mesmo de uma ação mais coordenada de Flores já havia, ao menos no interior do estado, uma inequívoca mobilização de lideranças locais. Segundo o missivista, “*elles justificavam as providências que estavam tomando dizendo serem as mesmas com o fim de evitar uma dictadura que estaria sendo cogitada e até mesmo para breve esperada*”.<sup>370</sup>

Não era o prognóstico da instauração de uma “*dictadura*” que lhe trazia angústia e incertezas, mas a insegurança decorrente de um confronto sangrento entre as milícias de Flores e as tropas fiéis ao Governo Federal. Assim, entre o estremecimento e a intranqüilidade que a dúvida suscitava, o informante preferiu a oferta de proteção que possivelmente Vargas poderia lhe conceder. Não a toa que a delação dos “*caudilhos*” prosseguia na carta.

*“Entre os caudilhos que acima de referi, se encontravam os Srs. Victor Dumoncel, sob cujo commando se achava a tropa acampada em S. Bárbara, Valenciano Coelho, Pedro Pinto e outros que apesar de não conhecel-os pessoalmente, sei tratar-se de destacados elementos da confiança do General Flores da Cunha. (...) Também o General não esqueceu de trabalhar os elementos do nosso*

---

<sup>369</sup> Carta de anônimo a Getúlio Vargas, 19-10-1936.

<sup>370</sup> Carta de anônimo a Getúlio Vargas, 19-10-1936.

*exército, que servem na 3ª Região militar. Para felicidade nossa teve elle a lembrança de mandar sondar officiaes que se acham perfeitamente integrados com o governo federal, conforme se verificou com um capitão commandante da 3ª bateria do grupo de Dorso, com sede em Porto Alegre.”<sup>371</sup>*

Como podemos depreender do excerto acima, Flores não poderia contar com os oficiais da maior guarnição militar federal sediada no estado: a 3ª Região Militar. De qualquer forma, a indisposição dos comandantes militares do Grupo do Dorso em estabelecer quaisquer entendimentos ou confabulações com Flores não sinalizava a garantia da ordem.

De fato, a incongruência administrativa resultante da excepcionalidade da efetivação da “*fórmula Pilla*” e os rescaldos da luta política e ameaças de um confronto armado no Rio Grande do Sul eram públicas.<sup>372</sup> Em 16 de Outubro de 1936, ruía o acordo de coalizão e aproximação entre Flores e a FUG com o pedido de demissão de Collor e Pilla das Secretarias da Fazenda e da Agricultura respectivamente. Como previa a “*fórmula Pilla*” o pedido de afastamento foi dirigido inicialmente ao Presidente do Secretariado Darcy Azambuja para que este comunicasse ao governador Flores da Cunha.

Nesse momento, as rugas políticas emergiam demonstrando as incompatibilidades governativas e partidárias no arranjo político no Rio Grande do Sul. A carta-renúncia de Collor enfatizava a “*hostilidade contra o Sr. Governador do Estado*” praticada por “*companheiros políticos*”, o que tornava iminente seu afastamento do governo. Desencantado com o domínio das desavenças na seara política, Collor tacitamente afirmava que tudo fez “*para permitir ao Rio Grande dias de tranqüilidade e bem-estar*”. O missivista, absorto com a “*incompreensão dos homens*”, renunciava dizendo que seus “*esforços resultaram inúteis*”. Na carta-renúncia Collor parecia saber bem quais dispositivos narrativos poderiam intervir “*com justiça de reconhecer*” sua dedicação

---

<sup>371</sup> Carta de anônimo a Getúlio Vargas, 19-10-1936.

<sup>372</sup> Correio do Povo, 25-04-1937.

patriótica.<sup>373</sup> Sua saída do governo, portanto, criava uma circunstância política a qual não deveria figurar como abandono da vida pública ou mesmo como um ato impatriótico. Ao reiterar sua disposição “*em qualquer momento*”, para prestar “*imperturbável testemunho*” atinente à “*execução do ‘modus-vivendi’*”, Collor sublinhava sua percepção diante daquilo que acreditava ser um comportamento cívico e nacionalista. Collor enviou concomitantemente a carta-renúncia aos jornais *A Federação* e *Correio do Povo*, talvez por alguma suspeição de distorção em relação aos motivos do seu afastamento do governo do Estado ou por desejar uma avaliação pública positiva da sua atitude política.

Assim como Collor, Raul Pilla também envia a Darcy Azambuja a renúncia do cargo de Secretário da Agricultura. A missiva de Pilla redigida do próprio punho do autor e sem quaisquer alusões a uma relação de cordialidade, demonstrava, possivelmente, um procedimento mais exasperado e marcado de ressentimento. Apesar de extremamente objetiva e concisa, a carta-renúncia de Pilla é enfática em denunciar seu sentimento de desconfiança e indignação inerente a gestão da política do executivo estadual. Todavia, Pilla procurou demonstrar que a cisão política era motivada não por divergências pessoais, mas pela eleição do 2º vice-presidente do secretariado.

*“Tendo os representantes da Frente Única votado com a dissidência liberal contra o candidato oficialmente apresentado e tendo eu sido antecipadamente notificado de que tal gesto seria considerado como de hostilidade ao Exc. Sr. Governador, nada mais me resta agora, que o ato está comunicado, senão deixar o árduo posto, em que procurei servir a colectividade.”*<sup>374</sup>

De fato, a dimensão política da renúncia dos líderes do PRR e do PL aos cargos na máquina governamental do estado e a conseqüente sensação de ingerência e intransigência na administração do governo de Flores deveria ser rapidamente controlada pelo PRL. Alguns dias após a renúncia e a publicação das cartas de Collor e Pilla, o PRL faz publicar no *Dário Liberal* uma extensa nota editorial procurando dispersar e afastar qualquer

---

<sup>373</sup> Carta de Lindolfo Collor a Darcy Azambuja, 16-10-1936.

<sup>374</sup> Carta de Raul Pilla a Darcy Azambuja, 16-10-1936.

responsabilidade atinente à crise política. O editorial, publicado no dia 31 de outubro de 1936, afirmava que não “*havia nenhuma razão que justificasse a atitude irrevogável das oposições coligadas*”, posto que, segundo o PRL, o governo do estado vinha observando todas as prerrogativas estatuídas no acordo político.<sup>375</sup>

Desta feita, acreditamos que a nota procurava tornar a ação de renúncia um ato de subversão e agravo a um acordo político, “*perturbando a harmonia*” de um tácito compromisso cívico. Com efeito, tais acusações colocavam em suspeição a responsabilidade da FUG e mesmo sua integridade moral. Na nota, parece-nos que havia uma clara intencionalidade em demonstrar à opinião pública que o rompimento político havia sido provocado por “*forças ocultas*” que agiam na calada da noite.

*“A pressa com que agiram aqueles Partidos, entregando, esta madrugada, a imprensa, antes mesmo de o ter feito ao Presidente do Secretariado, uma nota que excluía toda a possibilidade de novos entendimentos, diz bem do seu irrevogável propósito. Atrás, porém, da atitude, só agora manifestada pela Frente Única, não é difícil vislumbrar as forças ocultas com que ela pensa jogar para por em cheque o prestígio, a eficiência da nossa agremiação partidária.”<sup>376</sup>*

Para o PRL a atitude dos líderes dos partidos que compunham a FUG denotava claramente uma estratégia de afronta da oposição à “*situação de tranqüilidade*” que se vivia no “*terreno político*”. No editorial, o PRL desafiava a “*manobra política*” da FUG, dizendo não se intimidar com as “*forças ocultas*” daquele grupo político.<sup>377</sup> Por outro lado, a FUG, em declarado combate ao governo de Flores, coordenava “*ações preparatórias*” para o desenlace da crise. Em uma circular do Diretório da FUG constam as diretrizes programáticas da coalizão com o Governo Central. O documento está dividido em dois itens: objetivos e fase de articulação. Entre os objetivos da FUG observa-se:

- “a) combater o acordo, demonstrando:*  
 1) *as suas incoerências e absurdos doutrinários;*  
 2) *sua imoralidade intrínseca;*

---

<sup>375</sup> Jornal Diário Liberal, 31-10-1936.

<sup>376</sup> Jornal Diário Liberal, 31-10-1936.

<sup>377</sup> Jornal Diário Liberal, 31-10-1936.



- 3) *a heterogeneidade dos motivos que o geraram;*
- 4) *sua inexecução nos casos concretos ocorrentes.*
- a) *promover a desagregação da F. U.”*

Portanto, o acordo conciliatório entre a FUG e o Governo Estadual ruía ante as deliberações do diretório frentista. Mesmo prevendo uma atuação independente, o documento circular dispunha ainda dos objetivos de articulação do Diretório do Partido Libertador e do Governo Central. Ao PL caberia *“fazer restrições quanto ao aspecto doutrinário do acordo”* e ao Governo Central:

- “a) manter-se na atitude de defensiva vigilante;*
- b) tomar discretamente medidas de ordem militar;*
- c) fortalecer em seu prestígio o Rio Grande;*
- 1) *atendendo as suas necessidades e aos seus reclamos;*
- 2) *resolvendo os problemas que caibam dentro da esfera de atividade federal;*
- 3) *desenvolvendo certos serviços de utilidade geral, principalmente os subordinados ao M. da Agricultura;*
- 4) *estabelecendo o contato direto com as classes trabalhadoras através das suas entidades representativas.*
- ‘Tudo em benefício do Rio Grande, o mínimo possível por intermédio do governo do Rio Grande’.*<sup>378</sup>

Assim, parece-nos que as tratativas de manutenção da aliança pacífica entre Flores e a FUG chegavam ao fim. As hostilidades tão recentes com o Governo Federal, aparentemente estariam suprimidas posto que, no documento circular, os frentistas postulavam aos seus filiados a *“promoção de um ambiente de simpatia em torno do G. C.”* Acreditamos que a ação deliberada da FUG resultava também da certeza de rever cargos e funções na máquina administrativa do governo estadual e federal.

Diante das *“manifestações progressivas de descontentamento e hostilidades”*, o governo de Flores ficaria isolado e enfraquecido. O *“modus vivendi”*, que havia garantido um período de trégua na luta política no Rio Grande do Sul era irremediavelmente questionado. Com o argumento de que *“não foi celebrado por vontade das correntes políticas e sim por deliberação de alguns chefes com a finalidade oculta de agitar*

---

<sup>378</sup> Circular do Diretório Central da Frente Única, 10-1936.

*prematuramente a sucessão presidencial da República*”, o acordo passava a ser entendido como arbitrário e irresponsável.<sup>379</sup>

Em outra nota circular do Diretório da FUG, verificamos que a estratégia de minar a autoridade e legitimidade do Governo de Flores encampava até mesmo insinuações de que o governo “*conspirava com o movimento comunista*”. Segundo o mesmo documento, a FUG deveria promover uma campanha de “*agitação*” na imprensa para, com isso, associar a figura de Flores aos “*elementos reacionários depositos em 30*”. Além dessas medidas, que visavam insuflar a opinião pública contra o “*caráter despótico do governo florista*”, outras ações eram aventadas:

*“Combate ao parlamentarismo e a qualquer regimem constitucional que diminua os poderes ora atribuidos às autoridades supremas – Problema constitucional contemporâneo: o reforço da autoridade em vista das agitações extremistas.*

*Campanha intensa de apello ao patriotismo dos brasileiros em torno desta these: qualquer agitação política, neste instante, só pode aproveitar aos extremistas.*

*(...) Campanha cívica que o problema da sucessão seja agitado somente em tempo oportuno, sem preocupações regionalistas e com a finalidade suprema da defesa das instituições.”*<sup>380</sup>

Em suma, a análise demonstrou quão delicada tornou-se a manutenção do acordo entre as oposições estaduais e o Governo de Flores da Cunha e, principalmente, possibilitou compreender as estratégias políticas agenciadas por Vargas e o governo do Rio Grande do Sul objetivando legitimidade do poder instituído. Acreditamos que, ao investigar as missivas trocadas entre Flores e Vargas, e destes com as lideranças partidárias do Rio Grande do Sul, conseguimos entrever e problematizar as disputas políticas que foram cerzidas na luta por cargos e posições na esfera governativa estadual e federal. Além disso, nesse capítulo, procuramos analisar os embates quanto à construção da liderança política de

---

<sup>379</sup> Circular do Diretório Central da Frente Única, 10-1936.

<sup>380</sup> Circular do Diretório Central da Frente Única, 11-1936.

Flores da Cunha e os contenciosos políticos com a FUG e a sua gradual indisposição com o Governo de Vargas.

### CAPÍTULO III

#### FLORES DA CUNHA E AS FORÇAS DA ORDEM

##### 3.1. Entre os trabalhadores e Vargas

Em princípios de julho de 1934 foi deflagrada uma greve dos telegrafistas no estado do Rio Grande do Sul. Os operários pretendiam a equiparação dos seus vencimentos àqueles que trabalhavam na manutenção das linhas de transmissão.<sup>381</sup> Segundo Vargas, a paralisação, estendida aos demais estados, era injustificável pois o governo havia “concedido um razoável aumento de vencimentos aos diaristas que importava em 12 mil contos de aumento por ano.”<sup>382</sup> Para evitar o “alastre do movimento e exploração para outros fins”, Flores da Cunha solicitou a Vargas que fossem atendidas as solicitações “no possível ao que reclamam os telegrafistas” que, “de boa fé não deixavam de ter razão”.<sup>383</sup> O Governador, como estratégia para dissolução da encampação grevista, recorreu à “medidas mais enérgicas”, exonerando o comitê grevista em 27 de setembro de 1934.

A interferência direta de Flores nas negociações entre os grevistas e o poder executivo federal justificava-se em decorrência das inquietações provocadas por “alguns cabecilhas comunistas”, que “lideravam outras paralisações” no estado.<sup>384</sup>

---

<sup>381</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 12-07-1934.

<sup>382</sup> VARGAS, Getúlio. Diário: 1930-1936. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, v. 1, 1995, p. 347.

<sup>383</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 12-07-1934.

<sup>384</sup> Com a emergência das esquerdas, em 1935, organizadas na Aliança Nacional Libertadora, Getúlio Vargas e parte expressiva dos políticos do Congresso Nacional começaram a articular uma estratégia de contenção das ações consideradas “subversivas”. No Congresso, os debates promovidos pelos deputados e senadores conservadores ganhavam cada vez mais ressonância em torno da necessidade de uma legislação mais recrudescidora contra o avanço das esquerdas. A Lei de Segurança Nacional, assinada e promulgada em 4 de abril de 1935, previa crimes contra ordem política e a ordem social; crimes da imprensa, dos funcionários civis e militares e expulsão de

Julgando “*justas*” as reclamações dos operários, Flores alegava aos grevistas que para serem atendidos pelo governo, deveriam regressar ao trabalho, ficando depois o próprio interventor no “*dever de obter para eles a devida satisfação*”.<sup>385</sup> Com esta medida, ele buscava transmitir ao governo federal a completa estabilidade administrativa e o controle sobre as dissidências, conflitos ou encampações grevistas. Ao enviar ao presidente Vargas a correspondência encaminhada aos “*empregados dos Correios e Telégrafos*”<sup>386</sup>, Flores procurava reafirmar seu papel de articulador político e justo governante.

*“Todos os telegrafistas deste Estado voltaram ao trabalho atendendo ao meu formal apelo. Não houve aqui a menor violência nem a autoridade pública teve de intervir junto dos grevistas fosse para o que fosse.*

*Confio, agora, em que serão tratados com justiça e atendidos nas suas legítimas aspirações.*

*Muitos abraços.*

*Flores da Cunha*”<sup>387</sup>

Por telegrama, Flores afirmava a Vargas que todos os telegrafistas haviam voltado ao trabalho, atendendo ao seu “*formal apêlo*”.<sup>388</sup> Diz ainda, que não houve a “*menor*

estrangeiros. Dentre os vários crimes que a Lei de Segurança Nacional definiu, podem ser citados os seguintes: praticar atos que levem a mudar, pela violência, a Constituição ou a forma de governo; incitar as pessoas ou instigá-las a lutar com o uso da violência ou pregar doutrinas alienígenas contra os bons costumes ou que visem perverter os jovens; incitar patrões ou operários com vistas à paralisação do trabalho e prejuízos da ordem social e política; proibição de funcionamento dos partidos políticos ou associações de classe que visem a subversão e uso da violência contra a ordem pública. ALVES, Paulo. O Poder judiciário no Estado Novo (1937-1945).In.: Revista HISTÓRIA, v. 12, São Paulo, 1993, pp. 253-272.

<sup>385</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 13-07-1934.

<sup>386</sup> VARGAS, Getúlio. op. cit. p. 348.

<sup>387</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 14-07-1934.

<sup>388</sup> Ângela de Castro Gomes ao estudar as correspondências entre os intelectuais e o Ministro Gustavo Capanema, afirma que tais cartas e/ou telegramas, embora pudessem ser escritas por pessoas que então ocupavam cargos públicos e tocar em assuntos de “*trabalho*”, estavam inseridas num circuito privado, alternativo à correspondência oficial, “*dirigindo-se a Capanema tanto como ministro quanto como pessoa.*” Assim como as cartas destinadas ao Ministro que ora recorriam a um tratamento informal, ora a um tratamento formalizado, as correspondências entre o General Flores da Cunha e Vargas, até fins de 1935, tinham uma conotação extremamente pessoal e lisonjeira, ainda que a correspondência fosse, na sua maioria, timbrada com o selo oficial do Palácio Piratiny ou com o selo oficial da República, respectivamente. A meu ver também as cartas encaminhadas por Flores da Cunha a Vargas estabeleciam uma imagem do destinatário como “*supremo*”, “*poderoso*”, “*digníssimo*”, “*juiz da paz*”, segundo o demandante, o destinatário da

*violência nem a autoridade pública teve de intervir junto dos grevistas, fosse para o que fosse*".<sup>389</sup> Outrossim, para a resolução da greve, Flores não somente subscreve apelando ao "espírito justo" e "esclarecido" de Vargas, como também designava os telegrafistas enquanto uma "classe laboriosa" que "jamais poupou esforços nem mediu sacrifícios para bem servir o Governo revolucionário".<sup>390</sup>

Evidentemente, ao atender de alguma forma as reivindicações dos grevistas, Flores esperava a reciprocidade e o reconhecimento pelo ato de generosidade. Nesse sentido, podemos afirmar que Flores, ao mediar e interceder pelo operariado, articulava as demandas e estabelecia uma relação de autoridade benevolente. Tal procedimento produzia uma certa obrigação de lealdade, haja vista o atendimento material das solicitações dos trabalhadores. Segundo Ângela de Castro Gomes essa relação não se constituía unilateralmente, mas através de um "pacto", ou seja, de uma "troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos simbólicos da reciprocidade, sendo que era esta segunda dimensão que funcionava como instrumento integrador de todo o pacto."<sup>391</sup>

Além dessas justificativas relatadas em telegrama do dia 12 de julho, Flores reafirmava que a resolução da querela estaria "dependente unicamente" da "vontade" de Vargas, que, mais uma vez, "deveria amparar a laboriosa e honrada classe de trabalhadores."<sup>392</sup> Assim, Flores procurava postular para si a imagem de intermediário entre as "classes laboriosas" e o dignitário "chefe da nação".<sup>393</sup> Acreditamos que essa estratégia de Flores procurava se valer e se aproximar daquela empreendida também pelo governo federal. Por sua vez, para Ângela de Castro Gomes, foi a partir dos anos pós-30

---

correspondência possuía atributos públicos e pessoais que sustentavam sua posição de "escolhido" para o "sacerdócio político". Esta operação discursiva, segundo Ângela de Castro Gomes, estabelece a "noção de confiança" depositada em seu destinatário, transformando-o, por meio desta retórica, em "protetor" e aliado do demandante. Sobre esta questão ver.: GOMES. Ângela de Castro, op. cit., p. 29.

<sup>389</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 14-07-1934.

<sup>390</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 03-07-1934.

<sup>391</sup> GOMES, Ângela de Castro. op. cit. p. 180.

<sup>392</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 12-07-1934.

<sup>393</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 12-07-1934.

que a classe trabalhadora foi incorporada como um “*ator relevante – e até mesmo central-ao cenário da política nacional*”. Segundo a mesma autora, o processo pelo qual a classe trabalhadora se configurou como ator político foi fruto de um projeto articulado e implementado pelo Estado, através de uma legislação reguladora.<sup>394</sup> Segundo Joel Wolfe, Vargas atuou politicamente, convocando os trabalhadores a participarem de sindicatos sancionados pelo Estado.<sup>395</sup> Com isso, conforme indicou Wolfe, Vargas “*apelava para que todos os brasileiros evitassem conflitos de classe e atuassem no espírito de conciliação para o bem geral*”, provendo e promovendo assim, uma “*real justiça social*”.<sup>396</sup> A resposta de Vargas, agradecendo ao “*ilustre amigo seus bons ofícios*”, não tardou. No dia seguinte ao telegrama de Flores, acusando o retorno pacífico dos grevistas ao trabalho, Vargas escreve ao interventor cumprimentando-o pela “*ação soberana*” com que o governo pôs fim a “*greve dos telegrafistas*”.<sup>397</sup>

Entretanto, a resolução da greve não foi imediata, a despeito do telegrama reconfortante enviado a Vargas, dando conta da interferência de Flores e a prisão de “*alguns comunistas*”.<sup>398</sup> A paralisação grevista se alastrou a outras categorias profissionais, como os ferroviários e bancários. Além de abonos salariais, os ferroviários e bancários exigiam do governo do estado a criação de uma “Caixa de Aposentadorias e Pensões” e o reconhecimento das categorias pelo Ministério do Trabalho.<sup>399</sup> Flores foi alertado pelo Secretário da Presidência Ronald Carvalho de que o ante-projeto da Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Bancários do Bannrisul se encontrava em poder do Dr. Arthur da Silva Costa, “*de vez que a Associação referida, órgão dos empregadores, aceitou o*

---

<sup>394</sup> GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005, p. 23.

<sup>395</sup> Segundo Lenharo, nos anos de 1930, o Estado envidou uma “*estratégica jurídica de aliciamento*” dos trabalhadores, concomitantemente a uma “*proposta corporativista de sindicalização*”. Essa política foi orientada para o controle da classe operária e de “*sua reestruturação a partir da orientação imprimida pelo poder.*” LENHARO, Alcir. op. cit., p. 22.

<sup>396</sup> WOLFE, Joel. op. cit., p. 33.

<sup>397</sup> Telegrama de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 15-07-1934.

<sup>398</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 14-07-1934.

<sup>399</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 27-06-1934.

*convite para fazer parte da competente comissão especial*”, formada para analisar a solicitação.<sup>400</sup>

Contrariando as solicitações dos trabalhadores ao governo federal, Flores enviou a Vargas uma carta relatando suas apreensões, caso fossem levados em consideração os pedidos dos grevistas. Para Flores, o “*assunto de Caixa de Aposentadorias e Pensões dos Bancários, sobretudo, quanto à indemissibilidade dos funcionários*” poderia trazer “*grave desorganização ao sistema bancário*”. Por tal motivo, Flores solicitava a Vargas seu empenho para “*sustar qualquer resolução até que seja largamente estudado todos os interessados, de sorte não ser tomada medida precipitadamente e, quiçá, contra produtora, criando por outro lado embaraçosos precedentes para a administração pública*”.<sup>401</sup> Ademais, a influência de Flores parece ter surtido efeito, pois, segundo Carvalho, secretário da presidência, o projeto jamais “*seria examinado pelo governo federal*”.<sup>402</sup>

As manifestações dos trabalhadores se alastraram rapidamente em Santa Maria, Passo Fundo, Cruz Alta, Bagé e Cacequy, obrigando Flores a tomar uma posição mais enérgica contra os grevistas. O 5º Batalhão da Brigada Militar da cidade de Rio Grande, sob a liderança do Coronel Canabarro Cunha, primo distante de Flores, foi deslocado para Cacequy, ficando em “*estado de alerta*” para conter a expansão dos grevistas e, sobretudo, dissolver possíveis “*manifestações contra a ordem pública*”.<sup>403</sup> Antes de qualquer prejuízo para a sua imagem de “*pacificador*”, possivelmente abalada caso a contenda da greve viesse a ser publicada nacionalmente, Flores envia a Vargas uma carta relatando suas ações na resolução do “*imbróglio*”:

*“Informo a Vossa Excelência que saíram de Alegrete, Uruguaiana, Quarai, Dom Pedrito e Bagé diversas forças federais e estaduais com ordem, não só de baterem e dissolverem os grupos rebeldes, como de prenderem os*

---

<sup>400</sup> Carta de Ronald Carvalho a Flores da Cunha, 01-06-1934.

<sup>401</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 22-06-1934.

<sup>402</sup> Telegrama de Ronald Carvalho a Flores da Cunha, 30-06-1934.

<sup>403</sup> Telegrama de Canabarro Cunha a Flores da Cunha, 20-07-1934.



*cabecilhas. Informo, ainda, a Vossa Excelência que na madrugada de hoje, patrulhas do 12º Corpo Auxiliar, sediado em Dom Pedrito, apreenderam 89 armas de guerra, 1 fuzil automático Modelo SE 2, 400 artuchos de guerra. Atenciosas Saudações.*”<sup>404</sup>

Flores colocava-se de prontidão para defender a ordem e as “*instituições legais*” do governo. Entretanto, Vargas toma conhecimento da continuidade das greves no Rio Grande do Sul e ameaça a decretação do estado de sítio. Por tal razão, Flores, preocupado com possíveis interferências do governo federal no estado e apreensivo com a insubordinação dos grevistas, recomenda à bancada riograndense na câmara federal que “*vote contra*” a “*decretação de sítio*”. O telegrama enviado ao deputado federal João Simplício, em 30 de Junho de 1934, relata as estratégias militares de Flores, reivindicando para si o comando irrestrito e incondicional do governo do estado:

*“Tomei hontem mesmo todas as providencias para que a ordem pública não seja perturbada neste Estado; de acordo com o Commando da Região, reforcei a guarda da Ponte Marcelino Ramos com a ala do 3º Regimento da Cavallaria da Brigada Militar. Fiz ocupar militarmente a Ponte sobre Santa Maria em Cacequy e guarneci todas as estações da viação férrea – a ordem aqui não será subvertida – concordarei portanto com que nossa representação vote apenas em favor da decretação de sítio para aqueles estados onde já existe ou possa dar-se insurreição – para aqui não é necessária a medida excepcional ficando eu responsável pela manutenção da ordem.*”<sup>405</sup>

No final de julho de 1934, o Diretor Geral da Viação Férrea, Celso Pantoja escreve a Flores relatando a situação dos operários das “*officinas de Santa Maria*”. Segundo Pantoja, cerca de 500 operários permaneciam em estado de greve em Santa Maria, sendo que as oficinas férreas continuavam funcionando com 118 operários. A manutenção da rede ferroviária, conforme descrito na carta, apesar da ausência de “*alguns machinistas e do pessoal da reparação de vagões*”, deveria ser remediada com a alocação de operários de

---

<sup>404</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 02-07-1934.

<sup>405</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 30-06-1934.

“*outros pontos da rede*”. Mesmo cumprindo os horários de partidas dos trens de passageiros, a situação era de suspeição. Segundo Pantoja, a “*pressão fora dos recintos da Estação sobre os que desejam trabalhar é grande, achando-se hoje o patrulhamento pelas forças da Brigada e do Exército mais intenso*”.<sup>406</sup>

Em função da paralisação dos operários das locomotivas de Cacequy, o Diretor Geral fez circular um ofício convocando os trabalhadores a retornarem imediatamente a seus postos de trabalho. Uma cópia do ofício que foi também enviado a Flores, alertando-o sobre a “*infiltração de comunistas*” entre os operários, demonstra a articulação e a forma de pressão e intervenção do governo no movimento grevista<sup>407</sup>:

“*Concito a todos os operários que abandonaram precipitadamente o serviço, voltar hoje a hora regulamentar ao trabalho. Não há motivo real para a attitude tomada, pois a grande maioria foi surpreendida pelo gesto injustificável de um reduzido grupo de maus elementos. O trabalho em todas as oficinas será plenamente garantido, bem como serão patrulhadas as zonas de habitação dos operários que terão assim completa garantia e segurança de movimentos.*”<sup>408</sup>

A intervenção do Diretor Geral Celso Pantoja, procurando restabelecer o transporte ferroviário, ultrapassou a um mero comunicado de alerta aos trabalhadores. A greve, ao engessar completamente o abastecimento de várias cidades, colocava em risco a “*estabilidade da paz e da ordem social*”. Em uma ação conjunta com o governo do Estado, Celso Pantoja dizia que iria tomar “*todas as providências para apurar os responsáveis por*

---

<sup>406</sup> Carta de Celso Pantoja a Flores da Cunha, 18-07-1934.

<sup>407</sup> São constantes as menções aos “*cabecilhas comunistas*” relacionados à desordem, insegurança, corrosão social, ameaça nacional. Para Eliana Dutra “*se a pátria, a família, a ordem, a propriedade, a civilização cristã são realidades inquestionáveis, há de ter alguma eficiência a estratégia política que figura o inimigo como aquele que tem por princípio a destruição dessa realidade. É, pois, em função desse enfrentamento, pelo domínio do social que esses conteúdos são investidos de uma carga retórica defensiva, pois em si mesmos eles não necessitam de nenhum tipo de justificativa. E toda a retórica tenta desmontar o que apresenta como sendo o ‘conteúdo’ do inimigo. Esse inimigo é o comunismo, objetivação do objeto persecutório que ameaça essa totalidade formada pela propriedade, ordem família, civilização cristã, irmanadas no corpo da pátria.*” DUTRA, Eliana. O Ardil Totalitário: Imaginário Político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Ed: UFRJ, Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 71.

<sup>408</sup> Ofício circular do Diretor Geral da Viação Férrea Celso Pantoja, 17-07-1934.

*esse acto irrefletivel, que veio trazer a intranqüilidade do sempre dedicado e disciplinado operariado*".<sup>409</sup> Contudo para ele as paralisações grevistas não ameaçariam tão somente a economia e o transporte comercial. O trabalho, como atividade central da vida humana, implicava que o homem assumisse plenamente sua personalidade de trabalhador, pois ela era central para a sua realização como pessoa e sua relação com o Estado. Ora, a greve constituía a aversão absoluta ao trabalho; assim ela se tornava para o governo a antítese da própria vida humana e das relações sociais.

O risco da greve "*generalizar-se*" enfraquecia a autoridade de Flores perante o Governo Federal. A reação violenta, através da mobilização da Brigada Militar e da infantaria do exército contra os trabalhadores para restabelecer o clima de tranqüilidade, demonstra como a prática governativa de Flores procurou alcançar a "*manutenção da ordem*". Além do oficial da Brigada Militar Canabarro Cunha, foi também deslocado para a região do conflito o Coronel Cabral Velho, comandante da Guarnição Federal no estado. Para os serviços de patrulhamento, afim de "*conservar a ordem pública*", estariam à disposição 200 homens da infantaria e 100 da cavalaria do exército.<sup>410</sup>

Essas medidas militares dissolveram o movimento grevista em meados do mês de agosto de 1934. Entretanto, a situação econômica da rede ferroviária continuava deficitária, obrigando Flores a recorrer ao governo federal. Por carta em 07 de novembro de 1934, Flores expõe a situação a Vargas, solicitando seu intermédio junto ao Ministro da Fazenda, para a efetivação de um empréstimo ao "*Estado pelo Banco do Brasil*". Segundo Flores, o "*desequilíbrio financeiro*" da Viação Férrea resultava do não pagamento do governo federal pelo uso da estrada de ferro pela "*Intendência Regional desta Região Militar*".<sup>411</sup>

A solicitação por recursos do governo estadual para o pagamento das dívidas federais com a Viação Férrea não era recente. Encontramos repetidos telegramas solicitando ao Ministério da Fazenda, a resolução da questão. Grafadas como "**urgentes**", as mensagens pedindo providências foram enviadas anteriormente, nos dias 14 de agosto,

---

<sup>409</sup> Telegrama de Cabral Velho a Flores da Cunha, 19-07-1934.

<sup>410</sup> Telegrama de Cabral Velho a Flores da Cunha, 19-07-1934.

<sup>411</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 07-11-1934.

04 de setembro e 06 de outubro de 1934. A importância financeira do pedido de empréstimo atingia 5.160:000\$000 e se justificava, segundo Flores, na medida em que:

*“(...) este Governo e a Viação Férrea se empenharam decisivamente pela manutenção da ordem e segurança do Governo da República, sou da opinião que o pagamento, insistentemente reclamado, por que seu atraso prejudicou a administração do Estado. Confio, entretanto, em que acertadas providências de V. Ex. se façam sentir de um outra forma com possível urgência”.*<sup>412</sup>

Segundo Flores, em telegrama de 10 de março de 1934, portanto, antes das paralisações grevistas, o débito da União com a Viação Férrea era proveniente dos transportes efetuados em “*conseqüência da insurreição paulista*”.<sup>413</sup> A freqüente utilização da rede ferroviária por tropas do exército acarretava um decréscimo na movimentação de transportes de mercadorias e, conseqüentemente, de divisas financeiras. A redução, segundo Flores, causava “*dificuldades para manter a ordem e tranqüilidade entre os operários*”. O tom nada amistoso em que Flores recorria a Vargas para um “*maior empenho no sentido de pagamento sem demora do débito atual do Governo Federal*”, demonstra a situação de conflito e desavenças entre o executivo estadual e federal.<sup>414</sup> Mas, Flores da Cunha não atribui à Vargas o descaso com a situação das dívidas com a Viação Férrea; antes, a estratégia de Flores procurava demonstrar ao Presidente que as solicitações para a resolução da questão já haviam sido encaminhadas ao Ministro da Fazenda José Américo, cabendo Vargas a consideração final da querela financeira.

O apaziguamento do operariado da Viação Férrea decorreu de promessas efetuadas pelo governo estadual, que contava com Vargas para o atendimento da “*justa pretensão*”. Flores, em carta do dia 22 de dezembro de 1934 enviada ao governo federal, cobrava de Vargas autorização para que fossem distribuídos “*trinta por cento a título de gratificação, entre o pessoal ferroviário.*” O abono salarial, se permitido pelo governo federal, efetuará

---

<sup>412</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 07-11-1934.

<sup>413</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 10-03-1934.

<sup>414</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 10-03-1934. Grifo do autor.

o acordo tratado entre os ferroviários e Flores. O descumprimento ao acordo seria injustificável pois, segundo Flores, havia um saldo de “*oito mil contos de réis, superior assim em dois contos a mais ou a menos ao verificado em 1933*”.<sup>415</sup>

Para Flores da Cunha, seu governo havia estabelecido uma relação direta entre líder e massa, na resolução dos problemas trabalhistas. Sua mediação governamental visava agregar “*os verdadeiros valores do operariado*” a uma harmonia institucional entre governo e trabalhadores. Podemos argumentar que a política intervencionista do governo de Flores contribuía à imposição de procedimentos coercitivos à formação de doutrinas consideradas perigosas e à defesa da nacionalidade. Entre governo e o operariado estabelecia-se uma mediação necessária e ordeira, preocupada em afastar os perigos da anarquia comunista, pois dessa resultaria a dispersão e a ruptura social.

O que depreendemos é que antes da constituição de 1934, quando uma nova lei de sindicalização através do art. 120 consagra a pluralidade e a autonomia sindical, o governo de Flores antecipava medidas intervencionistas através de invasão policial e destruição das sedes dos sindicatos com abundantes espancamentos e prisões.<sup>416</sup> Todavia, Flores da Cunha implementa uma série de regulamentações visando a adesão das massas trabalhadoras. De certa forma, podemos inferir que ele estabelece benefícios trabalhistas esperando, com isto, obediência política do operariado.

Havia uma constante margem de negociações e embates com o governo estadual. Quanto a este aspecto concordamos com Mike Savage, quando este afirma que, diante de pressões estruturais sobre a vida operária, os trabalhadores se utilizam de uma enorme variedade de táticas para cuidar de seus problemas. Entre essas táticas, Savage destaca a

---

<sup>415</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 22-12-1934.

<sup>416</sup> Com a Lei de Segurança Nacional, decretada em 1935 após o Levante Comunista em novembro daquele ano e após a criação do Tribunal de Segurança Nacional, a repressão policial tornou-se implacável e a manutenção de qualquer instrumento de resistência ficou impossível. Segundo Ângela de Castro Gomes, entre 1935 e 1937, um grande número de sindicatos foi submetido à intervenção, ocorrendo o afastamento e a liquidação de suas lideranças independentes. GOMES, Ângela de Castro. op. cit. p. 177.

formação de cooperativas, a demanda de amparo estatal, a tessitura de redes de apoio e vizinhança.<sup>417</sup>

A autoridade do governo, segundo Flores, “*baseava-se no povo e se legitimava a partir de um ideal de representação fundada no consentimento popular.*”<sup>418</sup> Ao mediar as greves, Flores postulava para si uma habilidade política e uma competência administrativa para interpretar as demandas sociais e harmonizar as dissidências do operariado. Nos decretos e nas leis reguladoras do trabalho, conforme analisou Célia Paoli, “*os grupos sociais aparecem como expressões dos projetos e intenções estatais e, por essa via, alcançam existência, isto é, estatuto político.*”<sup>419</sup> Em outros termos, o interesse da coletividade ou do povo organizado em corporações, associações, sindicatos e federações, seria captado pela capacidade superior da liderança política do seu governo.<sup>420</sup> Segundo Ângela de Castro Gomes, foi entre os anos de 1933 e 1934, com a carteira de trabalho e as exigências para a participação na representação classista da Assembléia Constituinte que o Estado atrelou incondicionalmente o gozo dos benefícios sociais à condição de trabalhador sindicalizado.<sup>421</sup>

As “*necessidades sociais*”, segundo Flores, deveriam estar desvinculadas de grupos ou organizações políticas sem o controle do governo. Dessa forma, o processo de

---

<sup>417</sup> BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da.; FORTES, Alexandre; Culturas de Classe: Identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004, p. 33.

<sup>418</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 12-09-1931.

<sup>419</sup> PAOLI, Maria Célia. Os Trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira, Comunicação nº 7- Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, 1983, pp. 54-55.

<sup>420</sup> Para Ângela de Castro Gomes, ao analisar a identificação entre Estado e nação durante o Estado Novo, a figura do estadista se coloca como um homem notável, “*pois é ele que dá forma palpável, que interpreta a consciência coletiva da nação. Como um símbolo, identifica-se com a alma popular e exprime os ideais nacionais. Entretanto, o estadista, na sua intuição e na sua extraordinária sabedoria política, só realiza as aspirações coletivas porque a vontade popular foi retirada do plano inferior em que se encontrava na democracia liberal das ficções políticas.*” Esta afirmação se aproxima da estratégia de Flores da Cunha, que procurou evidenciar suas ações como instrumento das necessidades coletivas. Sobre esta questão ver.: GOMES, Ângela de Castro. O Redescobrimto do Brasil. In.: GOMES, Ângela de Castro, OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta. Estado Novo: Ideologia e Poder. São Paulo: Zahar, 1982, p. 140.

<sup>421</sup> GOMES, Ângela de Castro. op. cit. p. 179.

integração entre as massas de trabalhadores e o governo resultaria das ações do “*chefe político*” do executivo estadual, evidentemente com a anuência do Governo Federal. Nesse sentido, explica-se o fato de termos encontrado, na correspondência entre Flores e o Governo Federal entre os anos de 1930 e 1937, 78 solicitações para o reconhecimento de sindicatos, de comerciantes varejistas, de associações de produtores e de federações rurais.

### 3.2. Flores e as “classes produtoras”

A mediação de Flores entre as “*classes trabalhadoras*” e o Governo Federal, dependia da condução e “*cooperação*” destas com o executivo estadual. Podemos depreender, analisando a documentação do período, que a organização dos trabalhadores em sindicatos ou corporações foi amplamente estimulada durante o governo de Flores da Cunha. Essa política visava minar a influência dos partidos políticos e dos “*cabecilhas comunistas*”, possivelmente infiltrados junto às associações de trabalhadores. Para Ângela de Castro Gomes, o sindicato, apesar de ser uma técnica de organização de todas as classes, estabelecia, para classe operária, uma função particularmente importante, na medida em que, “*destruindo as orientações organizacionais fundadas na luta de classes, permitiria a aceitação da nova política social, voltada para a colaboração com o patronato e com o Estado.*”<sup>422</sup> Por sua vez, estas corporações surgiam no discurso de Flores da Cunha como mecanismos da organização da vida econômica, social e política do estado.

Para Flores da Cunha a identificação entre o governo do Rio Grande do Sul e o Governo Federal se efetivaria na medida em que o seu governo eliminasse corpos mediadores entre o povo e o governante central. Tal estratégia se confirmava na criação de órgãos técnicos e associações que se arrogavam conhecedoras das ansiedades sociais. Nesse sentido, partindo desta prerrogativa, Flores da Cunha buscava consolidar uma política

---

<sup>422</sup> GOMES, Ângela de Castro. op. cit., p. 210.

intervencionista, mediando e encaminhando as solicitações aos técnicos dos ministérios e departamentos governamentais, aos ministros e, sobretudo, a Vargas.

A criação desses órgãos, organizados com a anuência do executivo estadual, representariam, segundo Flores, a vontade popular, já que a organizariam e sintetizariam as necessidades coletivas. Essa prática administrativa se aproxima daquilo que Ângela de Castro Gomes definiu ao estudar a formação das “*elites burocráticas*” nos anos de 1930. Para Gomes, esse período foi marcado por uma intensa positivação da figura do “técnico” e do “administrador”, que, “*por sua formação específica de alto nível, por seu ‘isolamento’ da política e por sua ‘neutralidade’*” seria capaz de romper com o “*atraso e criar riqueza*”.<sup>423</sup> Em outros termos, a criação de uma administração que resolvesse problemas sócio-econômicos, requisitava um “*saber técnico*” e especializado. Podemos afirmar que esse discurso procurava justificar a ampliação e renovação do corpo burocrático da administração pública estadual, respaldando, por sua vez, a admissão de funcionários a partir de critérios “*impessoais*” e técnicos, como evidenciou Flores na carta enviada a Vargas, em 17 de julho de 1935:

*“A preocupação precípua de todo governante deve ser a de crear um corpo de funcionarios capazes – perfeitamente orientados nos assumptos da administração pública, de cujo encaminhamento elles são directos collaboradores. Os concursos para o provimento dos cargos públicos representam o meio pelo qual se apuram as capacidades que se vão exercitar, a seguir, no trato e no exame dos problemas que aos funcionarios compete sujeitar a deliberação das autoridades superiores. Cumpre assim ao Governo providenciar no sentido de estabelecer quadros de collaboradores efficientes, de cuja actividade dever tirar o maximo de rendimento, em favor dos interesses collectivos.”*<sup>424</sup>

---

<sup>423</sup> GOMES, Ângela de Castro. (coord.) DIAS, José Luciano de Mattos. MOTTA, Marly Silva da. Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994, p. 04.

<sup>424</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 17-07-1935.



Dessa forma, os “*colaboradores*” instruídos por uma formação técnica e incorporados à máquina do estado por uma fórmula “*despolitizada*”, passavam a assumir uma “*actividade*” coerente às competências administrativas da gestão pública, qual seja, a ação “*em favor dos interesses collectivos*”. Ângela de Castro Gomes ressalva que esse modelo de funcionamento do Estado brasileiro se associava a uma percepção autoritária de gestão pública, pois, a administração estatal se alçava como “*eficiente*” na tradução e execução da vontade do povo. Talvez por esse motivo Flores procurou “*ajustar*” a máquina burocrática do estado que, segundo ele, estava sentindo um “*deficiente preparo intellectual*” e uma crescente “*desarticulação dos serviços entregues a incompetência*”.<sup>425</sup> Por tal constatação, relatava Flores:

*“Urgia uma providência que puzesse cobro a essa prática de resultados duplamente damnosos: para o Estado, que, com o tempo, só poderia contar com funcionários incapazes; para os funcionários, que não poderiam contar com as garantias que lhes são devidas pelo Estado.”*<sup>426</sup>

Nesse sentido, as ações governamentais de Flores fortalecia a máquina burocrática do estado, instaurando órgãos governamentais que permitiam a inserção de “*novas práticas*” na esfera da gestão pública. A arquitetura do aparelho estatal visava, desta forma, postular para si uma capacidade de administrar e solucionar os “*males*” da sociedade, como relatava Flores em carta enviada a Vargas a respeito dos “*encargos extraordinários da administração*”:

*“Dentro dos princípios de rigorosa compreensão técnica da despesa, exactão na arrecadação e meticoloso emprego desta, bem como auxílio às forças productoras, onde quer fosse ele solicitado, assim como facilidades de toda ordem aos contribuintes do fisco, é que se orientou a acção do poder público, que pôde, destarte ajustar os gastos as receitas obtidas, sem prejuízo do funcionamento normal do aparelho administrativo e das realizações ou*

---

<sup>425</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 11-05-1933.

<sup>426</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 18-07-1934.

*empreendimento levados a efeito nos vários sectores da actividade.*"<sup>427</sup>

Entretanto, em muitos casos, o intervencionismo do governo de Flores, favorecendo determinadas empresas ou sindicatos com isonomia fiscal ou empréstimos bancários criava um feixe de descontentamentos, desequilibrando dessa forma a governança estadual. O Secretário do Gabinete da Presidencia, Ronald Carvalho, inquirido por "*algumas firmas*" que acusavam Flores da Cunha de favorecimento a empresa Agnelo & Lorea, exigia, em carta enviada em abril de 1934, esclarecimentos sobre a "*quota de exportação*" concedida àquela firma. Com "*qual autoridade que as concedeu e para que fim*", questionava Ronald Carvalho a Flores da Cunha.<sup>428</sup>

Essas acusações entre ministros, secretários de órgãos técnicos do governo federal e estadual repetiam-se incessantemente, procurando afirmar que o executivo federal estava livre de execuções administrativas despóticas, particularistas ou que se subordinava aos interesses das lideranças políticas regionais. Acreditamos que o procedimento de Ronald Carvalho procurava demonstrar ao governo do Rio Grande do Sul, a imparcialidade nas decisões do executivo federal.

O revide não tardou e Flores, objetivando minimizar qualquer acusação de que o critério do seu governo trilhava por afeições privadas, escusas ou particularistas, afirmava ser conhecedor de que "*algumas exportadoras de madeira*" reclamavam contra a quota de exportação concedida à firma Agnelo & Lorea. A justiça das reivindicações e a legitimidade do recurso encetado junto ao Chefe do Governo Provisório se assentavam em bases, segundo Flores, de "*cooperação e amizade*" com Vargas. A pauta de exportação da firma Agnelo & Lorea era exclusivamente de "*xarque e peixe salgado*", dizia Flores, que aproveitava a ocasião para que o "*favor*" fosse concedido às "*firmas Irigoyen Hermanos, Manoel Menezes e Brener Rosat & Cia., todas exportadoras de madeira estabelecidas na cidade de Livramento*".<sup>429</sup> E mais, Flores da Cunha repisava as queixas dos comerciantes, afirmando à administração do executivo federal que os reclamantes já haviam conseguido

---

<sup>427</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 15-06-1935.

<sup>428</sup> Telegrama Ronald Carvalho a Flores da Cunha, 26-04-1934.

<sup>429</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 26-04-1934.

do Ministério da Fazenda uma quota de 200 toneladas de madeira. Segundo o acordo comercial com o Uruguai, o Ministério da Fazenda beneficiava as firmas riograndenses com a “*totalidade das quotas de exportação*”, alertava Flores da Cunha.

O assunto foi levado ao gabinete da presidência, obrigando Vargas a exigir esclarecimentos do Chefe dos Serviços Comerciais, Cavalcanti de Lacerda. O impasse se arrastou até fins de 1934, dada a insistência de Flores em requerer do governo federal quotas para a exportação de toneladas de madeira. Entretanto, as intenções de Flores tornavam-se frágeis diante do desgaste arrolado por meses. A fim de encerrar o debate, Cavalcanti de Lacerda recorre à legislação comercial para contrapor as interferências de Flores:

*“Em resposta ao telegrama de Vossa Excelência, de 25 do mês findo, cabe-me levar ao seu conhecimento que, segundo informa o Ministério da Fazenda, nenhuma quota concedeu à firma Agnelo & Lorea, ou a qualquer outra, para a exportação de madeiras, com destino ao Uruguai. O Ministério das Relações Exteriores, ele mesmo, nenhuma intervenção tem na distribuição de quaisquer quotas, quer para as importações, quer para exportações, feitas em virtude de disposições contidas no Tratado de Comércio com o Uruguai.”*<sup>430</sup>

Disto podemos depreender que Flores procurava acomodar os interesses econômicos do Rio Grande do Sul recorrendo, concomitantemente a “*seu prestígio*” pessoal junto às “*classes produtoras*” e aos “*compromissos encampados com o movimento de 30*”. Partindo desta prerrogativa, Flores lançava mão de um feixe de estratégias, na tentativa de salvaguardar sua relevância política no cenário nacional e responder as demandas dos interesses econômicos do Estado. Para tal proposição, Flores promoveu e organizou a instalação de uma Comissão de Propaganda de Expansão Comercial, que funcionaria no próprio palácio do governo estadual. Esta instituição, administrada pela presidência de Flores da Cunha e composta por setores representativos das “*classes comercial, agrícola e*

---

<sup>430</sup> Carta de Cavalcanti de Lacerda a Flores da Cunha, 04-05-1934.

*industrial*”, visava instar o governo federal quanto as “*promessas do movimento de 30*”, e que, portanto, seriam impostergáveis.<sup>431</sup>

Nesse esquema, em 25 de março de 1935 Flores da Cunha envia ao Presidente Vargas dezoito telegramas, pleiteando do governo federal “*solução favorável*” quanto à acessibilidade de navios estrangeiros aos portos de Pelotas e Porto Alegre. Tal medida, solicitada ao governo federal pela Câmara de Comércio da cidade de Rio Grande, acarretaria, segundo Flores, “*sérios entraves na expansão econômica*” do estado. Acossado pelo Conselho Federal de Comércio Exterior e pela Associação Comercial de Porto Alegre, Flores afirmava ao Governo Federal, que os interesses do Rio Grande do Sul eram os mesmos da Associação Comercial de Porto Alegre e, dessa forma, tal solicitação seria arbitrária ao “*empreendimento nacionalista*” de sua administração.<sup>432</sup>

Consultado pela Presidência da República quanto ao acesso de navios estrangeiros aos portos de Pelotas e Porto Alegre, em 31 de Maio de 1935, o secretário do Ministério de Viação e Obras Públicas, João Almeida envia cópia das informações prestadas pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação ao Secretário da Presidência da República Otto Prazeres. Segundo o Departamento Nacional de Portos e Navegação, respondendo a reclamação da Câmara do Comércio do Rio Grande contra a navegação estrangeira, a presença de embarcações no porto daquela cidade era resultado do “*empreendimento no qual o Estado applicou avultado capital*”. Desta feita, a proibição de baldeação no porto traria impasses quanto às vantagens econômicas do estado. Dizia ainda que o “*acesso estava limitado a diminuta capacidade de fundos da lagoa, devendo porém o seu canal, em virtude do novo contracto, ser melhorado pela renda de 10% succedanea da antiga taxa de 2%*”. Outrossim, o que se estabelecia era o caráter internacional do porto, contudo, “*sem prejuízo do dispositivo constitucional de privilégio da navegação nacional.*”<sup>433</sup>

O parecer final do Departamento Nacional de Portos foi publicado no ofício nº 2115, dispondo resolução favorável à Associação Commercial de Porto Alegre, alegando

---

<sup>431</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 09-05-1935.

<sup>432</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 25-03-1935.

<sup>433</sup> Departamento Nacional de Portos e Navegação. Ofício nº 715. Rio de Janeiro, 04-02-1935.

que os “*portos brasileiros foram abertos ao trafego marítimo de todas as nações, permitindo-se aos estrangeiros o commercio directo de importação e exportação com todos os paizes*”, em 1808.<sup>434</sup> Caberia agora ao Presidente Vargas responder à mediação de Flores, diante dos pareceres do Departamento Nacional de Portos e Navegação.

Em março de 1935 Vargas, através do secretário da presidência Luiz Vergara, comunica a decisão a Flores, mantendo livre “*transito de navios estrangeiros*” nos portos do país.<sup>435</sup> Desse modo, atendia as solicitações de Flores que, por sua vez, retribuía em lealdade as determinações do governo federal, uma rede de compromissos e favores se fortalecia e ia sendo costurada.

Não obstante as interferências efetuadas por Flores na máquina do Governo Federal e os revezes em que se envolveu, ele procurou exaltar as iniciativas de Vargas em prol dos setores produtivos do Rio Grande do Sul. Em 1933, por exemplo, a Inspeção Federal de Imposto de Renda iniciou uma revisão das declarações de rendimentos, tendo como base os anos de 1930, 1931 e 1932. A medida acarretaria estrondoso ônus tributário à “*indústria pastoril do Estado*” do Rio Grande do Sul. Em telegrama ao Presidente República em 25 de outubro de 1933, Flores solicitava a Vargas uma determinação para que a revisão não recaísse sobre os anos de 1931 e 1932. Flores alegava que o “*imposto relativo aos mesmos*” foi pago de acordo com “*as prescrições legais então vigentes*”.<sup>436</sup>

Em resposta ao encaminhamento do Ministério da Fazenda, para a resolução e explicações sobre o caso, o Delegado Geral da Receita Federal Benedicto Costa afirmava que, diante “*das razões aduzidas e atento a circunstância de se tornar muito onerosa aos contribuintes, mormente em época de crise econômica*”, mandava sustar a revisão quanto a 1931 e 1932. A medida beneficiaria diretamente a economia do Rio Grande do Sul e abriria precedentes legais para outros estados da federação pleitearem a isonomia fiscal. Nesse sentido, Benedicto Costa alertava que “*justo seria amplia-la as declarações de*

---

<sup>434</sup> Departamento Nacional de Portos e Navegação. Ofício n 2115, Rio de Janeiro, 04-05-1935.

<sup>435</sup> Telegrama de Luiz Vergara a Flores da Cunha, 27-03-1935.

<sup>436</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 25-10-1933.

*contribuintes de outras regiões e de outros Estados*”, que se encontravam em condições semelhantes.<sup>437</sup>

Ainda em meados de 1934 a celeuma quanto à isenção da revisão fiscal não havia sido resolvida. Em 18 de fevereiro de 1934, um grupo de empresários riograndenses escreve para Flores, informando-lhe a respeito do dissídio do Ministério da Fazenda. Para os empresários, Flores da Cunha que “*abnegadamente*” vinha “*defendendo os interesses geraes do paiz e principalmente do nosso Estado*”, deveria considerar os “*justíssimos reclamos*”. A explicação arrolada no telegrama afirmava que comerciantes, industrialistas, fazendeiros, como pessoas físicas ou jurídicas, haviam pago ao “*exator federal*” o imposto de renda correspondente aos “*exercícios de 1930, 1931 e 32.*” Para os empresários, as novas exigências do fiscal da fazenda, Amaro Fonseca, pedindo para eles apresentarem os balanços de rendimento, provocou “*grande confusão diante da descabida medida*”. Confiantes no “*alto espírito de justiça*” de Flores, os empresários cobravam do governo o protesto junto ao exator federal, contra a “*nova e indébita cobrança*”.<sup>438</sup>

Na apelação deveria ficar claro o respeito à ordem e às instituições legais, tendo em vista que não se tratava em descorçoar a legitimidade do fisco. Antes, alegavam os empresários, “*não fomos faltosos, pois fizemos o pagamento a pessoa competente que tem o dever em conhecer todas as exigências referidas em lei*”. A supressão da “*indébita cobrança*”, explicavam os empresários, dava-se por conta dos precedentes e pela ordem tributária. Afinal, afirmavam os demandantes da solicitação, “*se amanhã recebermos nova vista fiscal com outras interpretações e exigências, estaremos sujeitos a repetidas contribuições pagas indevidamente*”.<sup>439</sup>

Mesmo que a sentença final não demandasse da autoridade de Flores, o “*grande espírito de patriota e abnegado servidor de uma causa revolucionária*” tinha, segundo o empresariado, “*talento e cultura para fazer justiça amparando todo o comércio na quadra mais difícil de sua existência*”. O retraimento das vendas, a escassez de lucro, o aumento

---

<sup>437</sup> Carta de Benedicto Costa a Heitor Fernandes. 25-10-1933.

<sup>438</sup> Carta de Benedicto Costa a Heitor Fernandes. 25-10-1933.

<sup>439</sup> Carta de Benedicto Costa a Heitor Fernandes. 25-10-1933.

dos impostos, a “*intranqüilidade e a falta de confiança*” reduziu, segundo os missivistas, o comércio no estado, forçando os produtores e empresários a apelarem ao “*denodo cívico do General Flores da Cunha.*” O “*injusto decreto*”, que reduziu em 50% as dívidas das “*classes rurais*”, deveria ser estendido ao comércio e às indústrias que são obrigados a “*concorrer aos cofres públicos em empréstimos*”. Os proponentes da isenção fiscal finalizavam a solicitação, afirmando que não “*faltaram com dever cívico, pois na medida, suas forças ampararam a revolução de 30, com abnegação e patriotismo*”.<sup>440</sup>

Acreditamos que Vargas, ao enviar as solicitações aos Ministérios exigindo pareceres técnicos antes de encaminhar as respostas aos solicitantes, procurava demonstrar racionalidade e impessoalidade às demandas sociais. Em casos em que a correspondência era assinada pelo próprio Presidente e as solicitações negadas geralmente eram acompanhadas de “*justificativas técnicas*” e subscritas pelos secretários ministeriais. Nesse sentido, Vargas demonstrava atenção aos pedidos, se eximindo e imunizando a comandância do executivo federal de possíveis desavenças ou dissídios sociais.

A determinação final, ainda que devesse ser acordada com o chefe da nação, ficava assim submetida a um corpo de “*funcionários técnicos e imparciais*”. Em resposta à solicitação de Flores da Cunha, em 17 de março de 1934, o Secretário da Presidência Gregório Fonseca escreve ao governo estadual comunicando-lhe, por “*ordem do Chefe do Governo, que o Ministério da Fazenda informou não ser possível atender as reclamações sob pena de graves inconvenientes*”.<sup>441</sup> Podendo os demandantes “*interpor reclamações em recursos permitidos em lei*”, o Secretário da Presidência afirmava que havia procedimento quanto à isenção da revisão tributária do ano de 1930, de acordo com o decreto nº 22.828.

---

<sup>440</sup> Telegrama assinado por Brenner & Cia., Khun Bastos e Khln a Lopes Cia., Reynaldo Repold, Lourenço Marchionatti, Teobaldo Rabison, Ângelo Vita, Silvio Pages, João Giuliano, Salathiel de Paula, Alfredo Brenner, Rafael Dellaglio, Jose Carlomagno, Miguel Russowesky Aita, Irmãos Alberto M. Muller, Henrique Worttrmann, Rottermundo & Roesses, Augusto Pibtouschegue, sorio & Cia., Jose Licks Agostinho, Lenuzza Viva, João Hintz, Anotnio Zanini, Grilon Muler, Vicente Volvi, a Flores da Cunha, 18-02-1934.

<sup>441</sup> Telegrama de Gregório Fonseca a Flores da Cunha, 17-03-1934.

Entretanto, o “*amparo legal*” da ação do revisor era assistido pelo decreto nº 21.554, cabendo a revisão do imposto de renda dos anos de 1931 e 1932<sup>442</sup>

Não resultando em um apaziguamento do empresariado riograndense, ainda que suas “*declarações fossem honestas*”, o Diretor da Delegacia Geral do Imposto sobre a Renda alertava Flores que não “*poderia dispensar a multa de mora pela apresentação tardia das declarações de renda*”. A mediação de Flores procurou minimizar as medidas do Ministério da Fazenda junto ao empresariado riograndense, pois diante da “*lisura*” do exator federal e dos “*graves inconvenientes*” que a isenção tributária poderia causar, caberia somente uma pacífica atitude de resignação. Afinal, nesse momento Flores da Cunha procurava dissuadir o Executivo Federal, quanto aos compromissos pela unidade e harmonia nacional em contigüidade com o “*movimento de 30*”.<sup>443</sup>

Ao consultar a documentação pesquisada constatamos que de fato havia uma clara relação entre os interesses políticos de Flores e a mediação do seu governo entre as “*classes productoras*” e o governo federal. Contudo, entendemos que essas mediações ancoravam-se em um jogo que não se definia exclusivamente pelos interesses dos demandantes, mas que, ao contrário, eram prescritas e encampadas de acordo com as estratégias políticas de Flores. Em agosto de 1935, por exemplo, o Secretário de Estado Darcy Azambuja, afirmava em carta encaminhada a Flores que a Sociedade da Banha havia obtido, no último semestre, lucro de “*cerca de quatorze mil contos*”, sendo que metade fora distribuído entre os “*membros da sociedade*”. Azambuja alertava ao governo que tal episódio, caso viesse a público, deixaria o “*sindicato da banha e o governo mal colocados perante a opinião pública*”.<sup>444</sup>

A recalcitrante discussão entre Azambuja e Flores resultava da interferência do segundo na condução da política comercial adotada pelo Conselho Federal do Comércio Exterior. Em abril de 1935 Flores, prescindindo das habituais saudações de cordialidade, envia uma carta a Vargas pedindo a revogação da exclusão da banha entre a pauta dos

---

<sup>442</sup> Telegrama de Gregório Fonseca a Flores da Cunha, 27-02-1934.

<sup>443</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 24-09-1934.

<sup>444</sup> Carta de Darcy Azambuja a Flores da Cunha, 25-04-1935.



produtos exportáveis beneficiados com a “*liberação total*” das tarifas cambiais e de exportação. A reivindicação pautava-se nos “*ingentes esforços deante da concorrência existente*”, e pelo fato do setor ser uma das “*principais fontes da economia Rio Grandense*”. Arvorando-se como mediador e incentivador das exportações nacionais, Flores aproveita a ocasião para solicitar a liberação cambial de outros produtos exportáveis como “*couro vacuns, secos ou salgados, peles, lã, cebo, tripa*” para assim, restabelecer o desenvolvimento destas atividades, “*com reflexo no movimento portuário do Estado*”.<sup>445</sup> Arrogando-se à defesa dos interesses nacionais, Flores da Cunha requisitava de Vargas que interpusse “*sua influencia junto ao conselho na qualidade de Presidente e conhecedor da situação econômica*” posto que, a “*tudo envidará para que sejam satisfeitos os desejos dos nossos patrícios, cooperadores do progresso da Nação*”.<sup>446</sup>

O remendo a que deveria o executivo estadual submeter os produtores de banha, segundo Azambuja, constava em “*obrigar a Sociedade da Banha em distribuir parte desse lucro em forma de bonificação aos colonos ou aplica-los em obras de aperfeiçoamento da produção*”.<sup>447</sup> A medida apaziguaria dissidentes e oposição, reafimando a imagem de um governo, cuja abrangência da ação garantia a unidade coletiva, a ordem e a justiça social.<sup>448</sup>

---

<sup>445</sup> A arrecadação de impostos com a movimentação portuária no Estado do Rio Grande do Sul representou um montante de 337:904\$800 em 1932, 342:303\$100 em 1933, 375:741\$500 em 1934. Havia outras taxas portuárias que incidiam sobre serviços portuários, estocagem, pesagem e transporte. Os valores arrecadados com os Portos de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, correspondem a 7% do total da receita do Estado. *Jornal A Federação*, 15-04-1935.

<sup>446</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 27-04-1935.

<sup>447</sup> Telegrama de Darcy Azambuja a Flores da Cunha, 03-08-1935.

<sup>448</sup> Podemos verificar a reafirmação dessa imagem em outros registros como na carta enviada pelo Prefeito de Porto Alegre Alberto Bins. “*Tenho a honra de congratular-me ao eminente Interventor do nosso querido Estado pela assinatura do Decreto 23829 fixando normas e acordos para restabelecimento do pagamento da dívida externa, acto esse de tão grande significado para Rio Grande do Sul, cujas condições financeiras já promissoras graças a sua brilhante e fecunda administração se apresentam sob um futuro auspicioso, concorrendo para maior felicidade de nossa terra. Quanto a Prefeitura, posso garantir a V. Exa. como já fiz em documento anterior que acordo celebrado com credores estrangeiros concorre para normalidade definitiva da situação financeira do município, podendo Porto Alegre reencetar sua marcha ascendente de prosperidade certo de que o patriótico e benemérito governo de V. Exa. Garantirá ordem publica contra quaesquer comoções que venham tentar perturbações da vida nacional. Solicito V. Exa. gentileza em transmitir eminente chefe do governo e seu ilustre Ministro da Fazenda minhas mais sinceras congratulações por esse acto que considero mais importante do seu governo no terreno financeiro e econômico do paiz, proporcionando benefícios moraes e materiais inestimáveis para o*

Além disso, a ação cautelar anteciparia ataques dos colonos que reclamavam do “*preço baixo que vendem o produto*” e do enorme lucro de “*meia dúzia de magnatas*”. A interferência do executivo estadual quanto ao gerenciamento do lucro previa a criação de uma nova entidade, nos “*moldes do Instituto de Carnes e com amplo controle do governo*”.<sup>449</sup> Assim, acreditava Azambuja, o governo poderia contar com “*apoio de toda colônia*”, evitando conflitos e convertendo dissidentes em aliados.<sup>450</sup>

Altercação semelhante foi evidenciada um mês antes, quando Flores dirigiu-se a “*Vossa Excellencia Getúlio Vargas*”, renovando “*a segurança*” de sua “*estima e da mais distinta consideração*”, solicitando o “*pronto atendimento*” de Vargas a “*justa pretensão dos exportadores*” de farinha de mandioca. A correspondência de Flores da Cunha antecipava e apresentava a Vargas a importância do atendimento à solicitação. O texto precipitava ao destinatário uma espécie de súmula, em que advertia Vargas “*sobre a situação da farinha de mandioca em face da política cambial adoptada pelo Governo Federal*”. Flores da Cunha, açodado por não poder resolver assuntos relacionados às tarifas de exportação, pois tais questões eram exclusivamente da competência do executivo federal, atribuía a Vargas a “*nobre tarefa*” de “*atender à justa pretensão*” em rever o “*onus de 35% de tributação*”. Somava-se à correspondência a descrição do peticionário, a

---

*reerguimento econômico da nossa pátria. Respeitosas saudações.*” Carta do Prefeito de Porto Alegre Alberto Bins a Flores da Cunha, 12-02-1934.

<sup>449</sup> Em 1934 foi criado o Instituto de Carnes pelo governo do Rio Grande do Sul. Além dessa medida que visava, segundo Flores, “*o incremento e aperfeiçoamento da sua produção*”, foram também construídos um matadouro, um entreposto de leite e um entreposto frigorífico no cais do Porto de Porto Alegre. Essas “*realizações*” objetivavam demonstrar, conforme afirmou Flores em carta enviada a Vargas em 17 de Setembro de 1935, a estreiteza das “*ações governamentais vinculadas à vida econômica do Estado*”. Carta de Flores da Cunha ao Presidente Getúlio Vargas, 17-09-1935. Em outra correspondência Flores detalhava a construção do Matadouro, descrevendo o projeto, o custo, e as finalidades da obra. Dizia Flores, “*Dentro do meu programma administrativo, onde consignei obras de real alcance utilitário, visando o bem público, ressalta a construção de um matadouro modelo para esta capital(...) o projecto expressa um trabalho vasto, de rigorosa tecnica, com capacidade para a matança actual que é de 350 bois, 300 ovelhas e 300 porcos e a possibilidade de ser futuramente augmentada*”. Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 09-12-1934.

<sup>450</sup> Telegrama de Darcy Azambuja a Flores da Cunha, 06-08-1935.

Associação dos Cerealistas e Molhadistas e a “*difícil situação*” dos produtores de um “*producto pobre, de exportação assaz reduzida, de lucros quase insignificantes*”.<sup>451</sup>

A mediação de Flores junto ao Governo Federal incidia sobre uma querela administrativa entre este e o Banco do Brasil. Como forma de controlar e regulamentar o comércio externo, o Banco do Brasil publicou, em 25 de Junho de 1934, um decreto estabelecendo “*regras claras*” para o “*cumprimento em todos os Estados a respeito das tarifas de exportação e importação*”. Tratava-se de uma circular definindo as normas e procedimentos legais as quais “*todos os Estados deveriam se submeter*”.<sup>452</sup>

Contudo, parece-nos que litígios políticos entre o governo de Flores e as novas medidas da Fiscalização Bancária do Banco do Brasil seriam inevitáveis, pois afetariam diretamente a economia riograndense. Antecipando a incidência de atritos, dias antes da publicação oficial das novas regulamentações, o Diretor Geral do Banco do Brasil enviou uma carta, ao governo do Rio Grande do Sul, frisando que a “*medida*” seria inapelável:

*“Queiram notar que a exportação desse Estado deverá ser feita na forma usual que nos demais Estados da União. – O exportador venderá a cobertura de sua exportação ao Banco do Brasil na moeda do Paiz que importar ou em outra moeda estrangeira, afim de obter guias visadas pela Fiscalização Bancária. – Quando se tratar de guias de transito interno o exportador ou productor assignará um termo de responsabilidade junto á Fiscalização Bancária, compromettendo-se a provar que o cambio do seu producto a ser exportado foi negociado em uma das Agencias do Banco do Brasil. – o Banco do Brasil só venderá cambio proveniente de exportação, - seja qual for a moeda-, para applicação na importação comprovada e legalmente documentada.”*<sup>453</sup>

---

<sup>451</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 30-03-1935.

<sup>452</sup> Circular Oficial da Fiscalização Bancária, 25-06-1934.

<sup>453</sup> Carta do Diretor Geral do Banco do Brasil a Flores da Cunha, 22-06-1934.

A farinha de mandioca comercializada com a Inglaterra e Portugal não representava um montante significativo da economia exportadora riograndense.<sup>454</sup> Todavia, “*a paralyção dos mercados compradores internos*” e a crescente estocagem das safras de 1933 e 1934 poderia, segundo a Associação dos Cerealistas e Molhadistas de Porto Alegre, “*trazer graves e incalculáveis prejuízos aos productores, podendo mesmo acarretar, quiçá, o abandono dessa atividade agrícola.*” Clamando pela “*arguta percepção*” e “*proverbial solitudine*” de Flores de Cunha, Eduardo Verdi, presidente da Associação, dizia em carta que para “*conjurar a crise já imminente*”, restaria apenas a intensificação das exportações da “*farinha de mandioca para os mercados estrangeiros*”.<sup>455</sup>

A solicitação enviada primeiramente ao executivo estadual contava com a decisão enérgica de Flores, doravante a acusação de “*leniência*” ao executivo federal. Os “*proveitos da taxa de exportação*” e os “*salutares benefícios*” advindos da “*efetivação*” de uma política contributiva aos produtores riograndenses, dizia Flores da Cunha, resultariam em “*salutares benefícios para a riqueza pública e privada*”. Conforme tais apreciações e objetivações na perseverança da resolução cambial, Eduardo Verdi afirmava contar com a “*boa vontade do patriótico Governo Federal*”, na redução ou supressão da “*taxa oficial*”. Baseado no parecer do conselheiro Euvaldo Lodi, diretor do Conselho Federal de Comércio Exterior, em 24 de Abril de 1935, Vargas assina a “*liberação*”<sup>456</sup> das taxas de

---

<sup>454</sup> A exportação de outros produtos agrícolas como erva-mate, cebola e batata perfaziam um total de 4% da receita obtida, com taxas de exportação em 1934, enquanto que no mesmo ano, a farinha de mandioca perfazia apenas 03% da renda resultante da tarifa de exportação. Jornal Correio do Povo, 15-07-1935.

<sup>455</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 30-03-1935. Grifo do original.

<sup>456</sup> Telegrama de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 24-04-1935.

câmbio<sup>457</sup>, beneficiando diretamente a “*exportação do stock existente em depósito*” da farinha de mandioca riograndense.<sup>458</sup>

Deve-se compreender a política intervencionista de Flores remetendo-a a um jogo permeado por interesses e conflitos. Flores procurava sustentar a imagem de um líder em que a ação transformadora do seu governo havia conseguido canalizar recursos econômicos para o estado, autorizando-o como porta-voz das “*classes productoras*”. Devemos ressaltar que, para tornar eficaz essa sua imagem, era necessário o atendimento das reivindicações, ou ainda, a demonstração do seu empenho pessoal no encaminhamento e endosso das mesmas. Acreditamos que sua estratégia diante do governo federal na construção da imagem de um governante “*devotado às grandes causas nacionais*” equivalia ao intermitente destaque de sua imagem nas solicitações enviadas ao governo do estado. Em outros termos, Flores, antes de enviar as solicitações ao governo federal, fosse a Vargas ou a algum Departamento, constantemente destacava as suas qualidades apontadas pelos demandantes.

Flores, além de assinar muitas das missivas reenviadas a Vargas, cuidadosamente sublinhava ou grafava em caixa alta, as adjetivações que mencionavam ele ser de “*espírito patriótico*”, “*provedor da justiça*”, “*amparo da sofredora classe de agricultores*”, “*juíz da paz*”, “*amigo dos pobres*”, “*abnegado defensor dos interesses geraes do paíz*”, “*justíssimo*”, “*eminente chefe e amigo*”, “*paladino das grandes causas*”. Esses traços

---

<sup>457</sup> A medida foi comunicada pelo Secretário da Presidência Luiz Vergara em 03-05-1935 que escrevera ao “*Prezado Amigo General Flores da Cunha*”. “*De ordem do Exmo. Snr. Presidente da República, em resposta ao officio nº140, de 30 de Março último, venho communicar ao Prezado Amigo que, segundo informa o Banco do Brasil, a pretensão exposta no memorial da Associação dos Cerealistas e Molhadistas de Porto Alegre foi attendida, em vista da deliberação aprovada pelo Conselho Federal do Commercio Exterior em 15 de Abril.*” Carta do Secretário da Presidência Luiz Vergara a Flores da Cunha, 03-05-1935.

<sup>458</sup> Alteração semelhante podemos verificar quanto ao projeto de lei do governo federal em relação à redução da taxa de importação da farinha de trigo e trigo em grão em 1934 que previa a redução de 25 réis para 20 réis quilograma. Em 04 de abril de 1934, Flores recebe do Centro da Indústria Fabril de Porto Alegre a notícia da alteração das tarifas alfandegárias. Imediatamente, Flores envia a Vargas uma carta afirmando que aquela Instituição solicitava sua “*nobre interferência junto ao Chefe do Governo Provisório, no sentido de conseguir que não seja consumada medida*”. Segundo Flores, a resolução viria anular “*completamente os esforços realizados e trariam graves conseqüências a lavoura de trigo*”. Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 04-04-1934.

apologéticos e panegíricos, ressaltados por Flores, demonstram como ele procurou produzir e evidenciar sua imagem ante ao governo federal, procurava mostrar seu prestígio entre seus subordinados.

De fato, Flores envidou um esforço constante no sentido de construir uma imagem edificante para seu governo. A sua exaltação ao comentar ou relatar as iniciativas do poder público estadual no atendimento das “*súplicas*” da “*família brasileira*”, e também amenizando na crítica que fazia aos “*desmandos do executivo federal*” às “*classes produtoras*”, demonstra a delicada situação política a qual se encontrava. No entanto, e apesar de algumas acintosas críticas e ponderações sobre o governo federal, Flores procurou se valer do reconhecimento social como condição de defensor político dos interesses do Estado junto ao “*chefe e amigo*” Getúlio Vargas. Nesse sentido, encontramos, com frequência, nas apelações mediadas por Flores as estruturas frasais “*situação aflitiva*”, “*aos graves prejuízos*”, “*a urgência das obras*”, “*atendendo se possível for*”, “*a justa inspiração*”, que, por sua vez, conferiam ao pedido virtuosismo e enaltecimento.

Flores da Cunha procurava figurar como intérprete das instituições econômicas do estado, as quais, segundo ele, seriam as “*únicas capazes de conduzir a escalada do progresso da nação*”.<sup>459</sup> Ao reclamar do Governo Federal por ajuda financeira, Flores ampliava o feixe de participação de corporações de produtores e sindicatos representantes das “*classes trabalhadoras*” no governo estadual do Rio Grande do Sul. Dessa forma, tais associações, sob a tutela estatal, constituíam-se em aparatos de aproximação entre as classe produtoras e o governante.

Em 3 de outubro de 1930, por exemplo, o governo do Estado, pelo decreto nº 4.578, transferiu a fiscalização dos produtos de exportação da Diretoria de Higiene para a Diretoria de Agricultura, Indústria e Comércio. A nova agência estatal deveria “*amparar e proteger o commercio honesto, para tornar mais eficiente o serviço fiscalizador que tantos benefícios tem trazido a produção agrícola e a indústria do Estado*”. Concomitante à criação de tal departamento, o governo de Flores revisou a concessão e a legalidade de inúmeros estatutos de cooperativas, “*procurando adaptal-as as normas estabelecidas pelo*

---

<sup>459</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 07-12-1934.

*decreto federal nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932*". Com efeito, a administração estadual de Flores procurou organizar associações, cooperativas e sindicatos. Nesse sentido, afirmava Flores, foram:

*“oficializadas, legalmente, pelo Estado, as cooperativas: Agrícola de Carreiros de Responsabilidade Limitada, do Rio Grande; de Cebolas, no Povo Novo; União de Responsabilidade Limitada de Cebolas, no município de São José do Norte, e Sociedade Cooperativa Agrícola de Responsabilidade Limitada, do Rio Grande; de Pescadores Limitada do Rio Grande, Nordense de Pescadores, de São José do Norte e de Cebolas do Rio Grande.”*<sup>460</sup>

Essa estrutura legal de cooperativas, oficializada pelo governo estadual, procurou intervir nas organizações de trabalhadores e produtores com toda a força, ao denunciar “irregularidades”, greves, “contravenções” e “focos de tensão”.<sup>461</sup> Na fábrica ou no campo, o governo poderia, a partir destas “associações”, fiscalizar e desarmar “hordas comunistas”. Nesse sentido, fica posto em relevo a ação restritiva e organizacional do governo, haja vista que seria o único capaz em intuir e extrair dos trabalhadores através de uma estrutura corporativista o “*espírito nacional, a ordem e a justiça social*”.<sup>462</sup>

Colocadas sob a assistência e proteção do Estado, caberia a essas corporações manter o perfeito funcionamento produtivo, enquanto que o governo tornar-se-ia o árbitro entre os interesses das categorias. Essa “*regulamentação*”, conforme afirmava Flores, viria

---

<sup>460</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 15-04-1935.

<sup>461</sup> Não estamos afirmando que essas associações, cooperativas ou sindicatos compunham a máquina governamental do Estado, mesmo com um rigoroso controle institucional. Ainda assim, podemos inferir que nos casos pesquisados, havia uma inequívoca relação de subordinação destas associações de produtores ao governo de Flores da Cunha, na medida em que a legalização para o funcionamento dependia do aval dos órgãos burocráticos do governo estadual. Em outras palavras, legalizar e manter sob as normas do decreto federal nº 22.239 era de competência administrativa do governo de Flores da Cunha.

<sup>462</sup> Segundo Alcir Lenharo, as cooperativas podem ser entendidas como um “*recurso necessário ao bom funcionamento da máquina administrativa*”. Essa “*nova ordem*” que se instituiu nos anos de 1930, visava a superação do “*egoísmo humano, retratado no liberalismo*”. Além disso, essa “*nova ordem*”, “*também passaria incólume pelo programa socialista*”. In.: LENHARO, Alcir. op. cit., p. 173.

beneficiar todos os produtores, agricultores e trabalhadores, pois, assim, seria possível o estabelecimento “*de uma melhor distribuição dos lucros*”. Outros decretos de fiscalização e controle do comércio e da indústria objetivavam, segundo Flores, “*incentivar o movimento cooperativista, defendendo os interesses dos produtores*”:

“5.007, de 6 de julho de 1932, dispondo sobre os entrepostos de vinhos, aprovando o regulamento para o engarrafamento e fiscalização dos vinhos, sendo todas as despesas cobertas com as rendas produzidas pelo mesmo serviço; 5.262, de 31 de janeiro de 1933 (decreto de emergência) que extinguiu o Escriptório Central, reduziu a taxa bromatologica da exportação da cebola e isentou da mesma as cooperativas que foram oficializadas pelo Estado, vindo solucionar uma série de obstáculos que se apresentavam ao comércio exportador de cebolas; 5.325, de 4 de maio de 1933, que oficializou o Sindicato do Matte, criou uma taxa e regulamentou o comércio de herva-matte. Esse decreto veio coibir o comércio ilícito de ervas em más condições, fraudadas e nocivas à saúde, coordenando os esforços da autoridade fiscal com o Sindicato do Matte, para a defesa dos interesses da industria e comércio da herva-matte; 5.338, de 19 de Maio de 1933, regulamentando o serviço de exportação de pescados no Estado, vindo beneficiar grandemente a indústria e o comércio de peixe, atendendo as aspirações de uma classe laboriosa como a dos pescadores, reserva da marinha de guerra nacional; (...)<sup>463</sup>

Podemos inferir que mediação Flores não era um expediente exclusivo do governo do Rio Grande do Sul; certamente era uma prerrogativa comum às administrações em outros estados da federação. Tomamos por exemplo o caso de Minas Gerais, estudado por Schawartzman, Bomeny e Costa. Olegário Maciel, que assumiu o governo do Estado em setembro de 1930, manteve um “*delicado jogo de poder*” que se realizava, segundo os autores, em duas frentes. Em “*nível nacional, o básico era manter os canais abertos e a lealdade ao novo governo federal*”, e utilizá-lo como ponto de apoio para consolidar a posição de poder dentro do estado. Já em nível estadual, tratava-se de fazer a operação

---

<sup>463</sup> CUNHA, José Antonio Flores da. op. cit., p. 64.



inversa, ou seja, “*manter e consolidar o máximo de apoio das lideranças políticas regionais e locais, e utilizá-lo como capital político para manter as boas graças do governo federal.*” Em outros termos, isso se expressava em manter a lealdade ao novo regime.<sup>464</sup> Com a nomeação de Benedicto Valladares para o governo de Minas, após a morte de Maciel, se aprofunda os compromissos de Vargas no atendimento das reivindicações daquele estado. A questão da superação das divergências partidárias e regionais, se traduzia no “*movimento de pacificação das correntes políticas levado a cabo em Minas Gerais pelo governador Benedicto Valladares*”.<sup>465</sup>

Essa confluência política de Minas Gerais com o Executivo Federal, que buscava o fortalecimento de um “*núcleo centralizado de poder*”, não se repetia, evidentemente, em todos os estados da Federação. Na Bahia, por exemplo, os grupos de oposição ao governo Vargas e ao interventor Juraci Magalhães foram responsáveis pela construção de uma das mais duradouras correntes políticas: a Concentração Autonomista da Bahia (CAB). O desmantelamento da estrutura de poder “*oligarco-coronelista*” reservou à Bahia, segundo Paulo Santos Silva, um “*lugar secundário no quadro nacional, afastando lideranças expressivas da composição do governo de 1930.*” Paulo Santos Silva investigou como a CAB, desde sua fundação, em 1933, aglutinou forças “*reunindo e conferindo unidade às diversas facções baianas em torno da reivindicação da autonomia do estado frente ao poder central.*”<sup>466</sup> Segundo Silva, a CAB propunha a defesa da autonomia das unidades da federação “*inspirada nitidamente em sentimentos regionalistas*”.<sup>467</sup>

Por sua vez, em Pernambuco a interventoria de Agamenon Magalhães entre os anos de 1937 e 1945, segundo Maria das Graças Ataíde, pode ser analisada como reprodutora do regime estadonovista. Segundo Ataíde, a interventoria, em Pernambuco, teve como matriz ideológica o Rio de Janeiro, respondendo como uma réplica as medidas do governo central.

---

<sup>464</sup> SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Tempos de Capanema, São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p.50.

<sup>465</sup> DUTRA, Eliana. op. cit., p. 174.

<sup>466</sup> SILVA, Paulo Santos. Luta Política, Intelectuais e Produção do Conhecimento Histórico – Bahia (1930-1949). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997, p. 25.

<sup>467</sup> SILVA, Paulo Santos. op. cit., p. 31.

Conforme analisou Ataíde “*uma das metas da Interventoria Agamenon Magalhães consistia em erradicar tudo o que simbolizasse o velho, o obsoleto, ou seja, tudo o que representasse a República Velha.*” Dessa forma, Magalhães procurou ratificar e reafirmar sua lealdade com Vargas, acionando “*signos que, no seu conjunto, colaboravam para a construção de uma imaginário*” nacionalista e patriótico.<sup>468</sup>

No Rio Grande do Sul, segundo Maria Helena de Magalhães Castro, a natureza do cargo de interventor se distinguia da antiga presidência de estado que emanava do partido estadual situacionista, comprometido com as “*demandas econômicas da oligarquia*”. A interventoria, conforme observação de Maria Helena de Castro tinha um caráter suprapartidário, devendo situar-se acima das forças estaduais. Contudo, o interventor era oficialmente um mediador, representante do Governo Provisório no estado e porta-voz dos interesses estaduais junto ao poder central. Para Castro:

*“Flores da Cunha, procurou tirar partido desta situação através de uma política mediadora que ampliava seu espaço político dentro e fora do Rio Grande. O desempenho desta difícil tarefa valeu ao interventor gaúcho uma rápida projeção no cenário nacional; acesso a processos decisórios governamentais e um maior poder de barganha junto a Getúlio Vargas.”*<sup>469</sup>

Essa situação política apontada por Castro não se traduzia em uma relação a qual Flores se portava como imediato executor das prerrogativas governamentais do executivo federal. Um outro aspecto dessa prática política que comprova nossa hipótese de que a relação de Flores e Vargas se assentava em um delicado jogo de interesses, é o fato de termos encontrado, na documentação pesquisada, inúmeros exemplos de conflitos e desacordos na condução da política governamental seja no plano estadual ou federal como tratamos nos capítulos I e II dessa tese. Tal argumento podemos depreender da carta

---

<sup>468</sup> ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. A construção da verdade autoritária. São Paulo: Humanitas/USP, 2001, p. 125.

<sup>469</sup> CASTRO, Maria Helena de Magalhães. O Rio Grande do Sul no Pós-30: de Protagonista a coadjuvante. In.: GOMES, Ângela de Castro (org.) Regionalismo e centralização política. Partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980, p. 52.

enviada a Flores em 21 de julho de 1934 pelos “*amigos, correligionários e admiradores*” funcionários dos Correios e Telégrafos. Tratava-se de um pedido para que Flores encampasse e encaminhasse ao Governo Federal, a indicação do Dr. Carlos Thompson Flores Neto, para o “*alto cargo de Diretor Geral dos Correios e Telégrafos*”. Os missivistas alegavam que o momento justificava a solicitação, pois o “*ilustre patrício, Dr, Getúlio Vargas, presidente constitucional do Brasil*”, organizava seu ministério.

A composição das pastas ministeriais e dos diversos cargos da administração federal deveria acomodar “*patrioticamente a colaboração de homens da mais alta representação no cenário da vida nacional*”. Dessa forma, diziam os missivistas, decorrente da “*inspiração da nossa classe*”, tal posto, “*exercido em todos os tempos da vida republicana por patrícios do norte*”, tornava a demanda inquestionável e ao mediador, “*cujas características são a lealdade e a franqueza em todos os atos*”, caberia fazer “*eco à inspiração dos funcionários do Rio Grande do Sul*”.<sup>470</sup> Em resposta a Flores, Vargas afirmava, em carta do dia 28 de julho de 1934, que “*sua decisão estaria incólume*” as investidas de Flores e que a “*intromissão*” do “*nobre amigo*” não “*passava de política de quintal*”.<sup>471</sup>

Parece-nos que tal estratégia de mediação estabelecida por Flores procurava assegurar-lhe a imagem de condutor da coletividade. Ao intencionar uma identificação do seu governo com as “*classes produtoras*”, Flores procurava potencializar seus pedidos, objetivando superar a centralização do governo federal. Nessas ocasiões, parecia-lhe difícil encontrar argumentos conciliatórios entre a administração federal e os peticionários.

Conforme apontou Eliana Dutra, além da direção centralizadora do Governo Federal, na década de 1930, com vistas à integração nacional e à supressão das divergências partidárias e regionais, o artigo 106 do decreto n.º 24.023, assinado em março de 1934, determinava que somente o Chefe do Poder Executivo Federal poderia conceder “*isenções especiais*” quanto à tributação fiscal.<sup>472</sup> Ao nosso ver, com esta medida, Vargas objetivava

---

<sup>470</sup> Carta de João Dauch a Flores da Cunha, 21-07-1934.

<sup>471</sup> Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 28-07-1934.

<sup>472</sup> DUTRA, Eliana. op. cit., p. 174.

sobrepôr-se aos interesses econômicos regionais quanto à tributação e alíquotas de importação e exportação, isonomia fiscal para insumos agrícolas, proteção e investimentos públicos federais a setores produtivos.<sup>473</sup> Todavia, conforme apontou Sandra Pesavento, com o apoio de Flores da Cunha e de Assis Brasil, então ministro da Agricultura, os criadores, através da Federação Rural do Rio Grande do Sul (FARSUL), pleiteram a Vargas que autorizasse ao Banco do Brasil fazer contas correntes com garantias hipotecárias e juros módicos aos fazendeiros do estado.<sup>474</sup> O argumento baseava-se na justificativa de São Paulo e Pernambuco haviam conseguido, dessa forma, auxílio para o café e outros produtos, e Minas Gerais para o setor industrial.

Para Flores, o “*governo e sua ação constructora*” e “*mobilizadora da nova ordem institucional*” reafirmava a perfeita saúde do social, entendido como um conjunto orgânico de formas, normas e princípios organizacionais.<sup>475</sup> A disciplina social e a ordem seriam alcançadas pelo “*justo reconhecimento*” do governo federal das “*forças productivas*” do Rio Grande do Sul. Podemos depreender que para Flores, o fortalecimento da autoridade governamental estadual e federal e a garantia da ordem pública se efetivariam através da mediação “*técnica e racional*” do seu governo. As “*soluções administrativas*” do governo federal às solicitações de Flores prestariam um “*serviço inestimável que o país*” ficaria “*devendo a seu patriótico governo*”.<sup>476</sup> Por tal motivo, em fevereiro de 1935, Flores subscreve uma série de motivos arrolados pelos produtores de charque e couro do município de Bagé, descrevendo a “*situação precária*” diante da política cambial do governo federal. Mário Sune, Presidente do Sindicato dos Charqueadores de Bagé, recorrera à “*consideração*” de Flores quanto ao procedimento do Governo do Uruguai, que havia decretado “*liberação completa do cambio de exportação do xarque, couro e gorduras*”.<sup>477</sup>

---

<sup>473</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 15-03-1935.

<sup>474</sup> PESAVENTO, Sandra. op. cit. p. 84.

<sup>475</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 18-03-1933.

<sup>476</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 14-07-1934.

<sup>477</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 26-02-1935

A medida trazia grande preocupação para os produtores riograndenses, pois o Banco do Brasil concedia somente 65% de câmbio livre, colocando os frigoríficos e saladores uruguaios com “*maior vantagem de vender*” seus produtos no mercado nacional. O missivista justificava o pedido e creditava a reclamação pois, segundo ele, a “*quadra difícil que atravessa a pecuária e xarqueadores riograndenses, cujos produtos se desvalorizam diariamente, quer no País pelas vantagens dos Estados centrais*” ou “*no estrangeiro pelos tratados internacionais e benefícios cambiais*”, colocavam em situação “*alarmante*” a economia riograndense.<sup>478</sup> Nesse sentido, a carta encaminhada inicialmente a Flores e endossada por este para a apreciação do Executivo Federal, afirmava contar e confiar no primeiro com o fito de que este

*“fará grande esforço de controlar a situação exigida, ordenando o Governo Federal que modifique o decreto concedendo liberação de cambio senão a todos os produtos derivados da pecuária, ao menos couros que representa parcela de valor na economia riograndense.”*<sup>479</sup>

As exigências do Presidente do Sindicato dos Charqueadores de Bagé, transcritas na carta assinada por Flores, além de depositar confiança no prestígio do comandante do executivo estadual, correspondia à intenção de Flores em evidenciar o postulado de liderança e a possibilidade de “*ordenações*” na administração do Governo Federal. Assim, Flores da Cunha demonstrava às “*classes productoras*” e a Vargas, seu empenho para a solução de impasses atribuídos à vigência do “*regimem atual*”.<sup>480</sup>

---

<sup>478</sup> Há uma vasta bibliografia acerca da economia riograndense nos anos de 1930. Dentre estes estudos destacamos: PESAVENTO, Sandra Jatahy. RS: A Economia & o Poder nos anos 30. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980; ANTONACCI, Maria Antonieta. Et alli. RS: Economia & Política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979; MULLER, Geraldo. Periferia e dependência nacional. Dissertação de Mestrado defendida no Departamento de História, USP, 1972; PESAVENTO, Sandra Jatahy. República Velha Gaúcha: Charqueadores, Frigoríficos, Criadores. Porto Alegre: Movimento, 1980. Em muitos aspectos esses trabalhos contribuíram ao nosso estudo, pois foi possível obtermos dados estatísticos sobre a produção agrícola e pecuária, percebermos a atuação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (FARSUL) junto à administração do governo estadual e tomarmos conhecimento de diversos decretos assinados por Flores da Cunha, que favoreciam os “*setores produtivos*” do Rio Grande do Sul.

<sup>479</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 26-02-1935.

<sup>480</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 27-02-1935.

O setor pecuário já havia sido beneficiado no governo de Flores: alguns meses após a “*revolução de 30*”, ele assinou um decreto “*dispensando temporariamente das multas regulamentares os deveres em dívida activa, proveniente de impostos e taxas de qualquer natureza*”. A lei nº 4.656 objetivava “*por em ordem a arrecadação e solver compromissos existentes*”. Entretanto, segundo Flores, a medida visava mais a “*defesa econômica na ordem da produção, do commercio e dos transportes*”.<sup>481</sup>

Os favores fiscais ao setor pecuário, regulamentados no decreto estadual em fins de 1930, repetiram-se no decorrer da administração de Flores. O governo do estado, nesse sentido, montava um aparato legislativo cujo objetivo central era a contribuição, segundo ele, ao “*movimento renovador de 30*”. Portanto, afirmava Flores em carta enviada a Vargas em 19 de janeiro de 1932:

*“Especiaes benefícios concedi a pecuária, pelo decreto nº 4.707, de 24 de janeiro de 1931, mandando suspender a cobrança, durante esse exercício, do imposto de viação e das taxas de 1,5 % sobre a exportação por via marítima, fluvial ou terrestre e 1% de expediente, sobre o gado de corte e de invernada exportado pela fronteira oriental”.*<sup>482</sup>

Numa análise superficial, a isonomia tributária ao setor pecuarista do Rio Grande do Sul poderia representar perdas significativas à arrecadação do governo. Outros decretos estaduais, favorecendo setores como a produção de arroz e a exploração de carvão mineral, foram assinados diminuindo ou extinguindo taxas de exportação, movimentação portuária, ou mesmo concedendo empréstimos a estes setores da economia riograndense. Todavia, o governo procurou minimizar o impacto de um possível déficit orçamentário, criando uma “*Directoria do Expediente*” e uma “*Procuradoria Fiscal*”, cujo objetivo seria “*aumentar a arrecadação dos impostos estaduais*”.<sup>483</sup>

---

<sup>481</sup> Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 03-09-1932.

<sup>482</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 19-01-1932.

<sup>483</sup> Decreto nº 4.749 de 24 de março de 1931 e Decreto nº 4.758 de 31 de março de 1931 criaram respectivamente a “*Directoria do Expediente*” e a “*Procuradoria Fiscal*”. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 01-04-1931.

De fato, mesmo com a interferência constante na legislação e execução tributária, o setor da pecuária representou ao governo do Rio Grande do Sul um montante de 1,612:460\$700 na receita arrecadada de 1932 a 1934. Essa soma se refere apenas à taxa de pesagem do gado, não incluindo outros impostos como transporte, embarque e armazenagem.<sup>484</sup>

Por sua vez, com a crescente demanda externa, o aumento da produtividade pecuária poderia suprir possíveis perdas na arrecadação da receita. Esse motivo levou o governo estadual a incentivar a exportação de carnes ou mesmo de gado vivo. Em 1935, por exemplo, Vargas negociou um contrato para a comercialização de carne brasileira com compradores italianos, favorecendo os produtores pecuaristas do Rio Grande do Sul. Em tom de conagração e satisfação, Vargas escreve a Flores dizendo que “*apesar das dificuldades criadas por frigoríficos estrangeiros que fazem parte de um “pool internacional” tinha o “prazer de comunicar”* ao governo estadual a respeito do vantajoso empreendimento.<sup>485</sup>

A medida de Vargas criou uma grande discussão envolvendo a lucrativa operação comercial. Antes dos concorrentes platinos ensejarem o fechamento do negócio com o governo da Itália, Flores da Cunha conclamava os produtores riograndenses a participarem da concorrência. Apenas um dia após o comunicado de Vargas, Flores, em 27 de Junho de 1935, publicou nos jornais A Federação e Correio do Povo a assinatura do contrato, em que o Governo Italiano desejava comprar “*mil e quinhentas mulas no Brasil*” e “*22 mil toneladas de carnes*”.<sup>486</sup> A notificação foi alardeada nos periódicos, demonstrando o interesse de Flores em estabelecer a mediação do negócio internacional. Não demorou para que aparecessem inúmeros produtores interessados em fechar o contrato, sobretudo, porque o governo federal abrisse mão da “*taxa de 35%*” de exportação.<sup>487</sup>

---

<sup>484</sup> Jornal A Federação, 15-05-1935.

<sup>485</sup> Telegrama de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 28-06-1935.

<sup>486</sup> Telegrama de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 28-06-1935.

<sup>487</sup> Telegrama de Aníbal Beck, ao Presidente Getúlio Vargas, 20-07-1935.

Flores, a despeito de licitações públicas e editais de concorrência, comunica a Vargas que os frigoríficos Armour-Swift estariam prontos a fornecer “*a quota de carne ao governo italiano*”. A “*cota*” que caberia ao Rio Grande do Sul, as datas de embarque, o prazo do fornecimento total, enfim, somente teriam finalidade caso o governo federal mantivesse “*o indispensável cambio livre, devido a safra terminada, gado escasso, competição de preço com os países vizinhos*”.<sup>488</sup>

Todavia, a medida contratual, que assegurava o beneficiamento da firma Armour-Swift na transação comercial, provocou um crispado dissídio da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul contra o governo de Flores da Cunha. A arenga foi parar no gabinete da presidência da República, que aproveitou os opróbrios do descontentamento da Federação Rural, provocado por Flores. Em carta enviada diretamente ao governo federal, a Associação Rural do Rio Grande do Sul “*apelava*” à “*Vossencia*”, afim de “*patrocinar as justas aspirações das classes deste Estado ao qual Vossencia também pertence*”, no “*sentido de conseguir importante transação*”. Aníbal Beck e Normelio Ferreira, respectivamente, presidente e secretário da Associação, afirmavam que a “*infrene*” acusação de “*não existirem gados em condições exigidas pelo mercado italiano*” visava escamotear a qualidade e as “*vantagens especiaes*” em que o Rio Grande do Sul possuía o “*gado em maior escala*”.<sup>489</sup>

### 3.3. Flores e os dispositivos da ordem

No exame da correspondência de Flores encontramos 27 pedidos para ampliação ou reformas de guarnições da marinha ou do exército instalados no estado e 43 indicações para promoção de patentes de militares. Há, por conseguinte, na correspondência de Flores,

---

<sup>488</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 24-07-1935.

<sup>489</sup> Telegrama de Aníbal Beck a Getúlio Vargas, 23-07-1935.



evidências que sinalizam compromissos firmados entre ele e militares de diversas patentes. Com isto, acreditamos que ele procurou estabelecer laços de aproximação com os militares e, assim, acreditava contar com a colaboração destes na aniquilação dos “*elementos extremistas*” em providência à “*causa comum*”. No que tange a esse aspecto, são exemplares três cartas enviadas a Flores, solicitando o atendimento à promoção de oficiais.

*“Ilustre Chefe e Amigo General Flores.*

*Saúdo-o cordialmente.*

*O portador desta é o major Ramiro de Moraes, nosso dedicado amigo desde 30, reside actualmente no Estado do Paraná, onde, dado a actividade, capacidade de trabalho e os seus conhecimentos da vida e dos homens, pode ser o seu aproveitamento de utilidade para a causa comum.*

*Apresentado esse companheiro para agir no Paraná sei que deste não teremos decepções. Aqui agora os boatos terroristas dos elementos extremistas. Afinal de contas, inócuos e contraproducentes, pois V. Exma. com sábia ação intervencionista dizimou os opróbrios da oposição. O nosso trabalho continua firme. Com um apertado abraço votos de saúde e felicidade. Do seu amigo. Cel. Ayrton Maisant.”<sup>490</sup>*

O reconhecimento e a confiança depositados em Flores são pontos recorrentes na correspondência dos militares. Além disso, outros dois aspectos denotam os compromissos acertados entre aquele e os militares. Um refere-se à “*obra governamental*” e caracteriza-se pela ação intervencionista de Flores. A “*soberana coragem política*” e a “*ação patriótica*” de Flores explicariam as possibilidades que se inaugurava na construção da nacionalidade, em especial, sua “*visão de reconhecimento dos nobres serviços prestados pelos oficiais*”. O outro aspecto diz respeito à delicada situação política que Flores procurava administrar, recortando “*sua esfera de ação governamental*” e nela imprimindo um trânsito mais fácil ao atendimento das demandas dos militares junto ao governo federal.<sup>491</sup> Nesse sentido a carta assinada pelo General Appolinário Krauss é também exemplar:

---

<sup>490</sup> Carta de Ayrton Maisant a Flores da Cunha, 21-03-1936.

<sup>491</sup> Não estamos afirmando que este trânsito político, junto ao governo federal, não dependia de “*favores*” também cumpridos pelo governo de Flores da Cunha. A recomendação de oficiais e/ou

*“Fazendo votos pela saúde de V. Excia. Tomo a liberdade de solicitar sua atenção e mediação junto ao governo federal para o seguinte.*

*Há tempos serve entre nós como sub-delegado de polícia e sub-prefeito do 2º distrito, além de ser comandante do destacamento de praças da Brigada, encarregado do policiamento local, o nosso correligionário tenente Eugenio Ferreira da Silva, comissionado em 1930 e efetivado em 1932 quando saiu ferido em combate. O tenente Eugenio vem prestando relevantes serviços à ordem e ao sossego de Marcelino Ramos, onde goza das simpatias e do prestígio da população total que sempre tem sabido acatar as determinações policiais e administrativas do tenente Eugenio em vista da inteireza de caracter e da correção de atitudes que o mesmo possui.*

*Por ser ainda um dos poucos oficiais veteranos de 30 e 32 que até agora não foram promovidos, peço, com a devida permissão, os bons ofícios de V. Excia. tão justo e patriótico, em prol desse nosso amigo, crente, como estou, de se tratar de ato da mais inteira justiça a promoção, por merecimento, do 2º tenente Eugenio Ferreira da Silva. Respeitosas Saudações”*

Em outro ofício, a mediação de Flores é mais contundente, pois, anexa à carta do militar, envia uma solicitação direta a Vargas dizendo:

*“Exmº. Amigo Sr. Dr. Getúlio Vargas  
D. D. Presidente da República*

*Tenho satisfação em apresenta-lhe o nosso patrício sr. Capitão Altamiro Nunes Pereira, que deseja falar ao eminente amigo a respeito de assunto pelo qual ele se interessa.*

*Recomendo-o à sua benevolência, muito lhe agradecerei a atenção que ao mesmo dispensar.*

---

promoção de patentes e as constantes mediações na solicitação de empregos na máquina pública do executivo federal, estavam condicionados ao atendimento e prestatividade de Flores às recorrências do Governo Federal. Podemos evidenciar essa relação através uma carta enviada pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comercio em 25 de maio de 1936 ao governo do Rio Grande do Sul. Dizia Agamêmnon Magalhães: *“Sr. Governador Tornando-se necessária a colaboração do Sr. Iwar Beckman, Director da Estação Experimental de Bagé, nos trabalhos da Comissão instituída pelo decreto n. 803, de 8 do mez corrente e incumbida de estabelecer a percentagem mínima do trigo nacional que deve ser addicionado ao de procedência estrangeira, tenho a honra de solicitar a V.a Ex. se digne de permitir fique o alludido funcçionario a disposição deste Ministério, sem prejuízo de vencimentos e vantagens de seu cargo.”* Carta de Agamêmnon Magalhães a Flores da Cunha, 25-05-1936.

*Sem outro motivo, apraz-me reiterar-lhe a segurança de meu especial apreço e alta consideração.*<sup>492</sup>

Tratava-se de uma petição para que os “*estudos, projectos e orçamentos*” de uma ponte a ser construída, ligando Uruguaiana e Libres, na Argentina, fossem realizados pela comissão de engenharia do aludido Capitão Altamiro Pereira. O pedido, anteriormente enviado a Flores, ressaltava as “*especialidades técnicas*” do solicitante, recorrendo, inclusive, a referências em trabalhos executados na American Trading Co. Importante ressaltar, que a carta havia sido datilografada em folha oficial do Ministério das Relações Exteriores – Comissão de Limites do Sector Sul – Fronteira Brasil. Com isso, acreditamos que o missivista intencionava postular ao seu pedido maior reconhecimento e legitimidade. O “*ideal de um engenheiro*”, justificava Pereira, “*é projectar e construir uma ponte de vulto ou as obras de um Porto, -sendo feliz aquelle em cujas mãos passa, uma vez na vida essa realidade.*” O apelo instava Flores pelo “*obséquio de telegraphar ao Dr. Getúlio Vargas*”, no sentido de efetivar a solicitação, pois, “*muito mais econômicos seria*” a condução da obra, já que, segundo Pereira, ele “*estava aparelhado*”. E mais, exigia de Flores que a deliberação e mediação lhe fossem dadas “*conhecimento pelo telegrapho*”.<sup>493</sup>

Portanto, fazia-se necessário buscar, junto ao executivo federal, recursos que viessem saldar dívidas, manter o pagamento dos soldos dos militares, comprar armamentos, atender as solicitações como as examinadas anteriormente. Dessa forma, em fevereiro de 1934, Flores da Cunha envia a Vargas diversos telegramas a fim de “*recordar*” o compromisso do governo federal com as “*forças públicas estaduais*”. Flores recobrava de Vargas o fornecimento de 17,500\$000, como recurso que seria utilizado no pagamento dos vencimentos atrasados.<sup>494</sup>

O crédito, solicitado ao “*digno chefe e amigo*”, foi negado por carta em de 13 de março de 1934. Entretanto, a querela não poderia se estender, sobretudo, porque tratava-se da segurança pública e da estabilidade da ordem institucional. Tal razão obrigou Flores a viajar pessoalmente até o Rio de Janeiro, a fim de angariar recursos junto ao Ministério da

---

<sup>492</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 06-08-1934.

<sup>493</sup> Carta de Altamiro Nunes Pereira a Flores da Cunha, 01-01-1934.

<sup>494</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 12-02-1934.

Fazenda para saldar as dívidas com as “*forças estaduais*”. Alegando que as despesas de custeio haviam sido reduzidas “*pela metade*” e que havia “*combinado com o Presidente*”, Flores, em carta ao Oficial de Gabinete Walder Saldanho, pedia a este que questionasse Getúlio Vargas se havia autorizado o Ministério da Fazenda a remeter os fundos necessários para amparar a solicitação do estado.<sup>495</sup> A resposta não tardou, e a remessa de fundos para o pagamento das “*despesas dos corpos auxiliares da brigada militar*”<sup>496</sup> foi autorizada por Vargas em março de 1934.<sup>497</sup>

Concomitante ao reaparelhamento das “*forças militares*” junto ao executivo federal, Flores criou, através do decreto, n.º 5.180, de 1932, a “*Política Judiciária*”. Essa instituição, segundo Flores, compunha um dos meios “*eficientes de repressão dos crimes*” como os “*jogos de azar, proxenetismo, entrada de indesejáveis e venda de tóxicos*”. Somente na “*Casa de Correção*” de Porto Alegre, afirmava Flores, foram fichadas e identificadas 96,820 pessoas para “*efeitos criminaes*”. Para Flores, a interferência do poder executivo estadual nos trâmites do judiciário deveria demonstrar sua preocupação em estabelecer uma política em defesa das “*liberdades individuais*”.<sup>498</sup>

Assim, o governo do estado, pelo decreto, n.º 5.534, de 1934, limitava o tempo dos debates públicos no Tribunal do Júri. O discurso da ordem e da justiça vinha, dessa forma, escorado sob o discurso da lei e da legitimidade das instituições jurídicas e da ação governamental, segundo Flores. Assim, concordamos com Eliana Dutra que, ao analisar as estratégias de controle social no governo Vargas, afirma que o terreno da lei surgia como um espaço privilegiado para a racionalização da autoridade e para a ocultação do discurso da violência, uma vez que utilizava a linguagem da ordem e da justiça.<sup>499</sup> Em nome da “*tranqüilidade pública, dos direitos dos cidadãos, da consciência cívica e moral, das*

---

<sup>495</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Walder Sarmanho, 15-03-1934.

<sup>496</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 04-05-1934.

<sup>497</sup> Telegrama de Walder Sarmanho a Flores da Cunha, 15-03-1934.

<sup>498</sup> Carta de Flores da Cunha a Antunes Maciel, 13-09-1933.

<sup>499</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. op. cit. p. 246.

*instituições e do progresso*”, Flores justificava a Vargas a criação deste aparato coercitivo.<sup>500</sup>

Não é sem razão que encontramos, em meio as cartas de Flores, um relatório descritivo da Comissão Disciplinar, criada pelo decreto estadual n.º 5.345. Essa instituição prescrevia a aplicação de trabalho de “*utilidade pública aos condenados*”. Mesmo aqueles estrangeiros acusados criminosos que não falavam o idioma nacional seriam interrogados pela “*chefatura de polícia*”, pois havia sido criado o “*lugar de interprete e traductor*”, além do “*Gabinete Psycho-anthropológico*”.<sup>501</sup> A montagem deste aparelho, dito “*defensor da ordem social*”, certamente antecipava no estado, a promulgação da Lei de Segurança Nacional, de 04 de Abril de 1935.<sup>502</sup>

Claro está que a segurança para impedir e punir rigorosamente as organizações associativas, a liberdade de imprensa, as greves, enfim, a ordem pública, estaria depositada na reorganização da Brigada Militar do Estado. A milícia estadual, segundo Flores:

*“Na defesa das instituições e do regime e na manutenção da ordem, ella está sempre a postos, oppondo as tentativas de anarchia e desrespeito as leis a sua bravura, a sua abnegação e o seu amor a República. (...) depois do movimento de outubro, reintegrada a nação na ordem, a Brigada voltou a sua actividade.”*<sup>503</sup>

---

<sup>500</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 15-02-1935.

<sup>501</sup> Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 03/06/1932.

<sup>502</sup> Após novembro de 1935, conforme apontou Eliana Dutra, em plena vigência do Estado de Sítio, o círculo de ferro da lei é reajustado para garantir o recrudescimento da repressão, sendo definidos novos crimes contra a ordem pública e social e ampliadas as penalidades. Entre as “*novas leis*” impostas pelo Estado de Sítio, seria considerado crime o abuso da liberdade de crítica para “*injuriar*” os poderes públicos e os seus agentes, bem como as manifestações de desprezo, desrespeito ou ódio as Forças Armadas. A infração a estas medidas seria severamente punida pela força policial. Esta questão é tratada especialmente no capítulo *A supressão da desordem*, In.: DUTRA, Eliana de Freitas. O Ardil Totalitário: Imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997, p. 248.

<sup>503</sup> DUTRA, Eliana de Freitas. op. cit. p. 30.

Relatava Flores a Vargas em fevereiro de 1935: o “*espírito de sacrifício*”, a “*tradicional lealdade*” e a “*inalterável disciplina da Brigada*” teve um aumento significativo dos seus quadros em “*virtude da Revolução Paulista*” de 1932.<sup>504</sup> A mobilização dos batalhões da reserva, somado ao efetivo da tropa alcançou 34.170 homens. Com o fim da emergência da “*Revolução de 1932*”, Flores, pelo decreto n.º 5.301, determinou que o tempo de serviço para “*fins de inactividade de officiaes e praças*” deveria ser contado em dobro.<sup>505</sup> Nesse sentido, a Brigada Militar, segundo Flores, além da ordem institucional e pública, era percebida como a garantia para o progresso do estado, avançando na “*construção de estradas*”, na instalação de serviços de “*radiotelegraphia*” e para a “*perfeição do caráter do povo*”.<sup>506</sup>

Podemos ainda depreender que essas reestruturações na Brigada Militar, citadas por Flores, representaram nas despesas do Governo, somente no ano de 1931 o total de 16.331:150\$706. Esse valor correspondia ao maior recurso carreado a um único setor, se comparado as demais funcionalidades da máquina administrativa do Estado do Rio Grande do Sul. As despesas com a “*ordem e a tranqüilidade social*” se elevariam ainda mais se contabilizarmos os recursos destinados à Polícia (1.068:398\$255) e à Guarda Civil (2.098:468\$490).<sup>507</sup>

Ademais, a perfeita organização e saúde social dependiam, segundo Flores, além do rigor da força empregada pela segurança pública e os investimentos na Brigada Militar, da plena “*organização sanitária*”. O combate às epidemias e às “*moléstias infecto-contagiosas*” que vitimavam a população obrigou o governo do estado a criar um aparato legal para regular e fiscalizar o que concernia a “*prophylaxia defensiva e aggressiva*”. As fiscalizações se estendiam desde as construções e as “*habitações em geral*” em prédios desocupados aos locais de comércio de gêneros alimentícios e “*commercio de tóxicos e entorpecentes*”. A Diretoria de Higiene, responsável pelo combate à mortalidade infantil, à tuberculose e à sífilis; a Delegacia de Saúde responsável pelo policiamento das habitações,

---

<sup>504</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 23-02-1935.

<sup>505</sup> Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 23-03-1933.

<sup>506</sup> CUNHA, José Antônio Flores da. op. cit. pp. 31-32.

<sup>507</sup> CUNHA, José Antônio Flores da. op. cit. p. 30.

educação “*sanitária do povo*”, imunização, distribuição e “*aplicação de vacinas*” tornaram-se, na primeira metade da década de 1930, no Rio Grande do Sul, “*valiosas prestadoras de serviço público*” no “*eficiente aparelho de combate real as endemias reinantes.*”<sup>508</sup> Essas medidas sanitárias e fiscalizadoras, segundo Flores, em carta enviada a Vargas, em 15 de fevereiro de 1935, trariam “*benefícios para a formação saudável das classes populares*”.<sup>509</sup>

O quadro regulamentador, ao qual se destinavam tais departamentos criados no governo de Flores, ultrapassava o domínio de mera inspeção e controle. Antes, fiscalizavam as condições sanitárias da exportação de gêneros alimentícios, inspecionavam a qualidade dos produtos para exportação, periciavam os funcionários públicos requerentes de aposentadoria, licença ou ingresso em cargos públicos e a averiguavam a saúde dos “*trabalhadores que desejavam dedicar-se à indústria ou ao commercio de gêneros alimentícios*”. Certamente as epidemias que fugiam do controle do aparato sanitário do estado exigiam a criação de “*serviços acessórios*”, como um laboratório de bacteriologia e um instituto de “*hygiene e desnifectorio bacteriologico*”, responsáveis pelo isolamento de edificações.<sup>510</sup> Uma epidemia de “*alastrim*”, que grassou no estado, em 1931 ocasionando 98 óbitos, obrigou o governo a contratar novos médicos e iniciar um rigoroso serviço de “*fiscalização policial dos hotéis, hospedagens, albergues, casas de pensão e de commodos*”.<sup>511</sup>

Ao analisarmos a correspondência de Flores, constatamos um elevado número de cartas de solicitações, as quais recorriam aos “*esforços da Revolução de 30*” para subsidiar

---

<sup>508</sup> CUNHA, José Antônio Flores da. op. cit. pp. 31-32.

<sup>509</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 15-02-1935.

<sup>510</sup> Após a Primeira Guerra Mundial, avanços consideráveis nas ciências biológicas, graças aos trabalhos de Pasteur e Koch, propiciaram uma outra compreensão da causa das doenças, suas formas de transmissão e cura. Segundo Tania Regina de Luca, a identificação dos agentes etiológicos das doenças infecciosas propiciou o desenvolvimento de vários métodos de imunização e combate aos vetores e seus reservatórios naturais. Ainda para esta autora, surgiram métodos específicos de profilaxia, normalmente eficazes, que levaram alguns a acalentar o sonho de que todo e qualquer mal poderia ser remediado pelo novo saber. Sobre esta questão ver especialmente o capítulo *Higiene e Eugenia*, In.: DE LUCA, Tania Regina. A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p. 204.

<sup>511</sup> Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 19-03-1931.

a mediação por recursos financeiros. Averiguamos que esse artifício esteve presente em 198 cartas e/ou telegramas enviados ao governo federal. A amostra é bastante significativa, pois procura evidenciar a relevância de Flores no jogo da política nacional. Exemplar dessa instância de pedidos são aqueles que recorreram ao governo para a captação de recursos com vistas a construção e/ou finalização do sanatório Belém. A forma como Flores recorria pela assistência de Vargas, procurava sensibilizá-lo diante da “*grandiosa obra sanitária*”. Pensamos que a exaltação da Revolução de 30, na correspondência de Flores, especialmente aquelas de conteúdo de solicitações, reivindicava a ênfase e a importância as quais o signatário procurava atribuir aos pedidos. Assim, em agosto de 1934, Flores escreveu a Vargas justificando a importância da demanda:

*“Dr. Getúlio Vargas*

*Como é do conhecimento de V. Exa. logo após a vitória da Revolução de 1930, a população riograndense acudindo o apelo dos jornais contribui com um chamado de –mil réis ouro para auxiliar na extinção da dívida externa do Brasil. Posteriormente o Governo Federal resolveu mediante Decreto que fosse recolhido pelo Banco do Brasil toda a arrecadação para aquele fim feita no País e mais tarde outro ato mandava que o produto apurado pelos jornais cariocas fosse entregue à Casa Estudante Brasil. Nestas condições, solicito com maior empenho a V. Exa. expedição agora de novo Decreto autorizando o governo do Estado a distribuir produto de contribuição do povo gaúcho entre a Maternidade do Hospital S. Francisco para terminação das obras do sanatório Belém e Leprosário Riograndense pela forma seguinte 25% para Maternidade, 25% para Sanatório e 50 % para Leprosário.*

*Atenciosas Saudações.”<sup>512</sup>*

Ao que parece, Vargas não mostrou um empenho imediato na resolução do pedido, tendo em vista que, em março de 1935, Flores escreveu nova carta “*rogando ao amigo de 30*” que fossem tomadas as providências necessárias “*na certeza do pronto*

---

<sup>512</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 05-08-1934.



atendimento”.<sup>513</sup> Posteriormente, em 29 de Abril de 1935, Flores envia uma “notificação” a Vargas, deliberando medidas a despeito das decisões do executivo federal:

*“Não tendo o Governo Federal disposto até agora dos donativos feitos neste Estado em 1930 para o ‘Mil reis ouro’, e de acordo com o que V. Ex. declarou ao Dr. Pereira Filho em sua recente estada nessa Capital, deliberei baixar um decreto, entregando a importância dos referidos donativos ao Sanatório Belém, desta cidade, benemérita obra de assistência social, cuja ultimação será feita com esse auxílio. Atenciosas Saudações.”*<sup>514</sup>

Denunciava Flores que havia 8 meses desde a visita de Vargas nas obras de construção e *“nada obtivemos na solução do pedido de auxílio ao sanatório Belém”*.<sup>515</sup> O esforço na consecução da obra não parece ter sido em vão, pois Luiz Vergara, Secretário da Presidência, comunicou a Flores que a *“concessão de auxílio ao Sanatório Belém”* dependia de um requerimento daquela instituição, de acordo com o decreto, n.º 20.351.<sup>516</sup> Em outra correspondência, Vargas reitera os *“compromissos de 1930”*, assegurando ao *“Prezado Amigo Flores”* sua tenacidade e acordo quanto à *“aplicação dos donativos feitos em 1930”* na *“grandiosa obra sanitária”*.<sup>517</sup>

### **3.4. O sistema escolar, as forças armadas e a saúde**

Ao consultarmos a documentação pesquisada, constatamos que, além das medidas de Flores para reequipar a Brigada Militar e os investimentos para dotar o estado de

---

<sup>513</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 12-03-1934.

<sup>514</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 29-04-1934.

<sup>515</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 07-03-1935.

<sup>516</sup> Telegrama de Luiz Vergara a Flores da Cunha, 08-03-1935.

<sup>517</sup> Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 01-05-1935.

departamentos sanitários, evidencia-se uma acentuada preocupação para instalação e fiscalização das escolas e dos conteúdos curriculares. Com efeito, identificamos na correspondência ativa de Flores da Cunha, 268 cartas solicitando verbas para ampliação ou reforma de escolas e abrigos e 107 cartas em que Flores mediava solicitações de estudantes. Dessas, 84 reclamavam pela interferência de Flores na prorrogação de exames escolares, solicitações de transferências, revogação de resultados de provas, pedidos de vagas para escolas militares.

Mediante a estas considerações Flores, em carta do dia 24 de Setembro de 1933, afirmava a Vargas, que a educação moral e cívica<sup>518</sup> deveria por “*finalidade edificar e fortificar o espírito de fraternidade na luta pela construção da nação.*”<sup>519</sup> A educação e o controle dos conteúdos escolares prestaria ao Governo de Flores um papel decisório para canalizar as “*pulsões de agressão contra os inimigos da pátria.*”<sup>520</sup> A “*formação do povo*”, dizia Flores, na carta enviada a Vargas, era condição “*elementar*” para o “*progresso da coletividade*”. Nesse sentido, Flores justificava que as atividades governamentais “*têm amparado com o maior carinho e assistência social*” a educação no estado.<sup>521</sup> Estas perspectivas corroboram as considerações de Maria Marta Carvalho, ao afirmar que a escola, nos anos de 1920 e 1930, foi “*reafirmada como uma arma de que dependia a*

---

<sup>518</sup> Segundo Simon Schwartzman, Helena Bomeny e Vanda Costa, a educação moral e cívica nos anos de 1930, foi objeto de regulamentação minuciosa, devendo ser ministrada obrigatoriamente em todos os ramos do ensino. A disciplina deveria ter uma “*parte teórica, que trataria dos fins, da vontade, dos atos do homem, das leis naturais e civis, das regras supremas e próximas da moralidade, das paixões e virtudes; e uma parte prática, que incluiria desde o estudo da vida de “grande homens de virtudes heróicas” até o trabalho de assistência social, que ensinasse aos alunos “a prática efetiva do bem.”*” SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*, São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 199.

<sup>519</sup> Carta de Flores da Cunha ao Presidente Getúlio Vargas, 24-10-1933.

<sup>520</sup> ANSART-DOURLEN, Michèlle. Rosseau e a ideologia jacobina. In.: SEIXAS, Jacy; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion. (orgs). *Razão e paixão na política*. Brasília: Ed. UnB. 2002, p. 24.

<sup>521</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 24-09-1933.

*superação dos entraves que estariam impedindo a marcha do Progresso, na nova ordem que se estruturava.*”<sup>522</sup>

O expediente administrativo burocrático ao qual Flores procurou se valer junto ao Governo de Vargas consistia em estabelecer um processo de mediação entre as “*classes de estudantes*” e o Governo Federal. Dessa forma, a educação tornava-se pedra angular, aquiescência do governo Flores da Cunha.<sup>523</sup> Decorre disto o fato de ter o governo criado uma engrenagem educacional enquanto suporte de uma política intervencionista. Assim, em 20 de janeiro de 1932, sob o decreto, n.º. 4.929, é oficializada a “*Universidade Technica do Rio Grande do Sul*”. Recorrendo a uma demonstração de gratidão do governo federal ao estado do Rio Grande do Sul, Flores, em carta do dia 23 de maio de 1934, solicitava ao Presidente Vargas a “*criação da Universidade de Porto Alegre*”.<sup>524</sup>

Para não deixar o estado em “*situação inferior as demais congêneres do país*” e “*a exemplo do que tem sido feito em vários Estados*”, Flores da Cunha contava com “*o espírito de justiça*”<sup>525</sup> do Presidente Vargas para a permissão de oficializar a Universidade.<sup>526</sup> Em resposta a solicitação de Flores da Cunha, em 25 de maio de 1934 Ronald Carvalho, secretário da Presidência, afirmava em telegrama que o “*Chefe do Governo*” estava pronto a atender o pedido de criação da Universidade.<sup>527</sup> Em agradecimento a solicitação da demanda, Flores da Cunha por telegrama dizia estar

---

<sup>522</sup> CARVALHO, Marta M. C. de. A escola e a república. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 07.

<sup>523</sup> Para Simon Schwartzman, Helena Bousquet e Vanda Maria Ribeiro, ainda que os intelectuais dos anos de 1930 compartilhassem da idéia que a educação tinha o poder de moldar a sociedade e possibilitar a criação de novos espaços de mobilidade social e participação, havia um leque variado de interpretações quanto ao “*modelo educacional*”. Havia “*os que preferiam a educação humanística sobre a técnica, os que defendiam o ensino universal contra os que preferiam escolas distintas para cada setor da sociedade, os que se preocupavam com o conteúdo ético e ideológico do ensino contra os que favoreciam o ensino agnóstico e leigo.*” Sobre esta questão ver: SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Tempos de Capanema, São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 69.

<sup>524</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 23-05-1934.

<sup>525</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 24-05-1934.

<sup>526</sup> Telegrama de Ronald Carvalho a Flores da Cunha, 25-05-1934.

<sup>527</sup> Carta de Ronald Carvalho a Flores da Cunha, 25-05-1934.

“honrado com a presteza no atendimento” de Vargas, o que, por “mais uma vez”, demonstrava sua “*visão de desenvolvimento da nação*”.<sup>528</sup>

Não obstante as medidas “*assistencialistas de Vargas*”, Flores escreve ao Ministro da Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema em junho de 1934, relatando “*suas obras educacionais no estado*”. Tais obras faziam parte de um “*conjuncto de 17 predios contractados com o consórcio Dahne, Conceição & Cia, e Azevedo Moura & Gertum*”. A carência de recursos ou o dispêndio orçamentário em outros setores fizeram com que inúmeros projetos tivessem que se adaptar “*nas suas linhas architecturaes, e na disposição interna, sem prejuízo da commodidade e conforto, estando dentro dos modernos cânones escolares*”, a um novo orçamento e, com isto, possibilitando a construção de mais edifícios escolares.<sup>529</sup>

A educação, portanto, era uma das principais áreas de atuação do governo no Estado do Rio Grande do Sul, consumindo grandes somas de recursos orçamentários. A educação ocupava, como já afirmado, uma posição estratégica, pois além de possibilitar a formação de mão de obra para atender às crescentes necessidades criadas com a urbanização da cidade, a escola também tinha como função garantir a escolarização para uma centena de analfabetos. Ademais, para as camadas médias urbanas importava assegurar a educação como instrumento de acesso à participação política e também como uma possível garantia para seus representantes esquivarem-se da proletarização.<sup>530</sup> Além disso a escola, segundo Lenharo, tornou-se um “*setor estratégico para o controle social*”, tornando a educação infantil um importante aparato na legitimação da política nacionalista.<sup>531</sup>

Em telegrama para Flores da Cunha, em 29 de janeiro de 1934, a Cooperativa dos Ferroviários do município de Santa Maria solicitava que o estabelecimento de ensino

---

<sup>528</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 25-05-1934.

<sup>529</sup> Carta de Flores da Cunha a Gustavo Capanema, 16-06-1934.

<sup>530</sup> LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. Memória de Si, História dos Outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004, p. 87.

<sup>531</sup> LENHARO, Alcir. op. cit., p. 49.

mantido pela associação fosse oficializado pelo governo federal. A intermediação de Flores junto ao Governo Provisório, para tal pré-dica, considerada uma “*aspiração geral*”, seria necessária para que assim, os “*alunos possam ao mesmo tempo cursar o profissional, obter cursos preparatórios na escola e para ingressar nos cursos superiores ou acadêmicos*”.<sup>532</sup> A escola, segundo a Cooperativa, contava com mil e duzentos alunos entre meninas e meninos, além de “*maternos escolares de alfabetização*”, sendo todos filhos de ferroviários. Desde as despesas com a instrução, que somavam dez mil duzentos e sessenta e oito contos de réis, até a manutenção da infraestrutura, era mantida pelos ferroviários. Dependia, agora, que tal empreendimento do “*progresso*” do estado, fosse atendido como um “*immensuravel favor*” pela máxima “*expressão da capacidade administrativa e política*” de Flores da Cunha.<sup>533</sup>

Em resposta à solicitação dos ferroviários, em 27 de fevereiro de 1934, Flores da Cunha escreveu a Vargas, recorrendo que a fiscalização fosse efetuada para a oficialização e reconhecimento da escola da cooperativa.<sup>534</sup> Por sua vez, o Superintendente de Ensino Secundário do Ministério da Educação e Saúde Pública, Major Agrícola Bethlem adverte, em carta de fevereiro de 1934, que para a Escola Profissional de Santa Maria pudesse “*obter as regalias da inspeção preliminar*”, deveria antes, preencher as “*condições materiais*” e depositar a importância de um conto e quinhentos mil réis, para assim atender as “*despesas decorrentes do trabalho*” de inspeção. Além de cumprir tais determinações, o reconhecimento estaria ainda, condicionado à obrigação de “*contribuir com a quota anual de 12:000\$000 para custeio do serviço de inspeção*”, paga em duas parcelas.<sup>535</sup>

Além de isenção de taxas para o funcionamento das escolas e para o pagamento das frequentes inspeções, outras apelações eram constantemente encaminhadas para a resolução e atendimento do governo federal. Em 15 de maio de 1935, o Governador Flores da Cunha envia um telegrama ao Presidente Vargas, solicitando que o apelo que lhe fora dirigido fosse atendido. Tratava-se, segundo Flores, de permissão para matrícula de estudantes

---

<sup>532</sup> Telegrama da Cooperativa dos Ferroviários de Santa Maria a Flores da Cunha, 24-01-1934.

<sup>533</sup> Telegrama da Cooperativa dos Ferroviários de Santa Maria a Flores da Cunha, 24-01-1934.

<sup>534</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 27-02-1934.

<sup>535</sup> Carta de Agrícola Bethlem a Gustavo Capanema, 02-1934.

riograndenses no curso preparatório para a Escola Naval. Flores alegava, antes de qualquer restrição ao pedido possivelmente questionado pelo presidente da República, que a “*lei e precedentes autorizavam qualquer número*” de matrículas.<sup>536</sup> A solicitação não foi respondida pelo próprio presidente. Em 15 de Maio do mesmo ano, o Ministro da Marinha, Protogenes Pereira Guimarães respondeu a Flores, dizendo que “*lamentava não ser possível*” aquele Ministério atender ao peticionário de tal solicitação.<sup>537</sup> A carta subscrevia quatro razões para que a Escola Naval não aceitasse a matrícula “*de todos candidatos classificados no último concurso*”.<sup>538</sup>

O expediente utilizado pelo Ministro intencionava demonstrar razões de ordem técnica, ainda que entre aquelas apontadas, a primeira que se destacava era “*de ordem moral*”, pois “*os candidatos sabiam da existência de somente vinte e uma vagas para civis e quatro para os Collegios Militares*”. As razões que se seguiam na carta apresentavam ainda problemas quanto à capacidade de acomodar todos os classificados e a necessidade de multiplicar o número de professores e instrutores. Antecipando os problemas de superlotação dos alojamentos e destacando quais eram naquele momento as necessidades da marinha, o Ministro Protogenes Guimarães afirmava que “*seria amaldiçoado dentro de dez anos o Ministro que não tivesse previsto as condições em que ficariam esses jovens,*” caso o ministério cedesse às pressões de Flores da Cunha.<sup>539</sup>

Acreditamos que o investimento em instrução pública era uma ferramenta privilegiada de doutrinação política, já que o governo dispunha de mecanismos de controle no conteúdo programático, na contratação ou exoneração de professores, inspetores escolares e diretores. Além disso, o governo criava exércitos de novos eleitores, desde que a alfabetização constituía um requisito para o sufrágio. Tal condição seria fundamental para o aperfeiçoamento dos costumes através da educação escolar. Nesse sentido, conforme salientou Maria das Graças de Almeida, a educação, no primeiro governo de Vargas, era apontada como principal instrumento para a regeneração do Estado. Essa perspectiva em

---

<sup>536</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 15-05-1935.

<sup>537</sup> Carta de Protogenes Pereira Guimarães a Flores da Cunha, 15-05-1935.

<sup>538</sup> Carta de Agrícola Bethlem a Gustavo Capanema, 02-1934.

<sup>539</sup> Carta de Protogenes Pereira Guimarães a Flores da Cunha. 15-05-1935.

que a educação era instrumentalizada como aparelho ideológico do Estado, era endossada no âmbito nacional, emergindo, segundo a mesma autora, de forma explícita na política educacional do Ministro Gustavo Capanema. Para o Ministério, a educação deveria corresponder à idéia de equilíbrio social, cabendo ao Estado o papel de intervencionista nas instituições escolares, para que assim fosse realizado um trabalho de “*regeneração*” social.<sup>540</sup>

Destarte, as contínuas mediações de Flores da Cunha, procurando atender as solicitações de escolas e estudantes, pretendiam estabelecer vínculos afetivos com os demandantes, uma vez que ele encaminhava ao executivo federal os expedientes a serem solucionados. Entre o governante e os demandantes das apelações estabelecia-se uma mediação “*necessária e ordeira*”, tornando a figura de Flores da Cunha a própria representação da ordem e da justiça social. O reconhecimento público da direção política governamental de Flores como “*justo e ordeiro*”, era reafirmado nas solicitações mediadas pelo Governo Estadual entre as “*classes de estudantes*” e o Governo Federal.

Essa constatação fica explicitada em uma extensa carta assinada pelos estudantes Silas Augusto Pereira, Ludgero Sylvio Sant’anna, do curso de Odontologia, e Tiago Salúda, Juvenal Couto, Caetano Júnior e Joel Zimmermann, do curso de Farmácia da Escola de Farmácia e Odontologia de Araraquara. A carta reclama pela mediação do governo do Rio Grande do Sul junto ao Ministério da Educação, e remete ao “*apreço e superior admiração*” daqueles com Flores da Cunha. Tratava-se de uma recorrência a Flores para a resolução da “*cassação dos diplomas*,” efetuado pela fiscalização federal. O “*apelo*” a Flores resultava, segundo os estudantes, de uma “*verdadeira calamidade*” e de uma “*tremenda injustiça*”.

*“Nós, paulistas, sempre admiramos, com orgulho, os grandes homens, que, em seus gestos e atos, se inspiram nos sentimentos de direito, justiça e patriotismo, garantindo*

---

<sup>540</sup> Esse ideário problematizado pela autora a partir da análise da atuação de Nilo Pereira, diretor do Departamento de Educação do Estado de Pernambuco, não se restringiu ao período de vigência do Estado Novo, entre 1937 e 1945. Sobre esta questão ver.: ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. Estado Novo: Projeto Político Pedagógico e a Construção do Saber. In.: Revista Brasileira de História, v. 18, n. 36, São Paulo, 1998.

*assim a unidade e a grandeza da Pátria estremecida. E, em que pese a modéstia característica de vossa feição individual, avulta V. Excia. Entre aqueles que, por tal modo, glorificam o nosso dilatado torrão natal. O significativo conagração da família riograndense fala uma vez por todas confirmando aquele arrojado asserto, expressão precisa da realidade. Outrossim, a vossa projeção decisiva da política nacional, ao lado do Exma. Snr. Presidente da República, nos lances agudos do Regime, é bem uma eloqüente corroboração do que fica dito e potro outro lado ainda, vossos gestos de benemerência, estendendo das alturas do poder, a mão para o bem e protegendo e beneficiando e fazendo que se cumpra a justiça a favor de paulistas humildes, espoliados de direitos e esquecidos e preteridos em justas pretensões, vão unindo em torno de vosso nome por tantos títulos laureado, os votos seguros para a futura presidência da República.”<sup>541</sup>*

O pedido recorria ao “*imenso prestígio*” de Flores no encaminhamento da resolução. Esse ao estender das “*alturas do poder a mão para o bem, protegendo e beneficiando*” com justiça e “*benemerência*”, tornava-se, para os estudantes, o “*chefe que conduz a multidão*”. Podemos perceber que nessas adjetivações apologéticas, a figura de Flores aparecia como uma autoridade paterna (*ao lado do Exma. Snr. Presidente da República*), que soube “*reorganizar os dissídios e atar o indivíduo ao coletivo nacional*”. A figura de Flores foi constituída por uma metáfora de cunho paterno que aludia ao bem e o tornava um mediador das causas sociais.

Além disso, a carta dispunha de outro artifício para justificar e legitimar a solicitação, pois, em anexo seguia as cópias dos certificados dos exames finais dos estudantes. Ao que parece, a mediação de Flores não surtiu resultado positivo. Em agosto de 1936, Capanema avisa o “*Prezado amigo General Flores da Cunha*”, que as “*matriculas haviam sido definitivamente cancelladas*”. Capanema alegava que os nomes dos “*solicitantes*” não figuravam nos registros da Escola de Itapetininga, “*de onde se haviam*

---

<sup>541</sup> Carta enviada pelos estudantes Silas Augusto Pereira, Ludgero Sant’anna, Tiago Salúda, Juvenal Couto, Caetano Júnior e Joel Zimmermann a Flores da Cunha. 12-05-1936.



*transferido*". Portanto, dizia Capanema a Flores, "*não seria possível atender aos interessados na reclamação que apresentaram por vosso intermédio*".<sup>542</sup>

Em carta enviada três dias depois do parecer do Ministro, Flores apelava novamente ao "*amigo revolucionário*" pela "*justeza e sábia*" decisão na entrega dos diplomas aos estudantes paulistas. Flores reivindicava a indicação de Capanema para o Ministério da Educação e Saúde e os compromissos de "*lealdade*" a que deveria prestá-lo.<sup>543</sup> Na segunda carta, os cumprimentos cordiais prescindem e o tom de crítica à interferência de Flores afasta-se bastante da cortesia, da polidez e da camaradagem, empregados anteriormente. Capanema, demonstrando irritação pela insistência de Flores, reafirma sua decisão não hesitando em expressar sua autoridade:

*"A alegação de que essa providencia não poderia ser tomada quando já os alumnos concluíam o curso, não procede, porque a todo o tempo os órgãos fiscalizadores desde Ministério devem sanar falhas e vícios encontrados nos institutos subordinados a lei federal e aos meus desígnios. O Excmo. deve recordar que esta insistência não se justifica e que seus desejos não podem ficar acima da lei*".<sup>544</sup>

Sentido-se ultrajado e desautorizado pelas críticas que lhe dirigiu Capanema, Flores não tardou para procurar um outro caminho na resolução do impasse. Acusando Capanema em tons sarcásticos, de "*insolente*" e "*autoritário*", Flores recorre a Vargas, desqualificando o trabalho do Ministro e o equívoco criado pela "*fiscalização federal do Ministério*".<sup>545</sup> Nessa missiva, as normas da polidez são transformadas em ira e expressões de ressentimentos. O problema parecia inegociável entre Flores e Capanema e foi astutamente postergado e remetido pelo segundo para a apreciação de Vargas. A polêmica não se estendeu por muito tempo, haja vista que, por telegrama, Vargas reafirmou a decisão

---

<sup>542</sup> Carta Gustavo Capanema a Flores da Cunha, 03-08-1936.

<sup>543</sup> Carta de Flores da Cunha a Gustavo Capanema, 06-08-1936.

<sup>544</sup> Carta Gustavo Capanema a Flores da Cunha, 09-08-1936.

<sup>545</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 15-08-1936.

de Capanema, dizendo a Flores que as críticas dirigidas ao Ministro, seriam injustas e “*dignas de um traidor*”.<sup>546</sup>

Tais frustrações e hostilidades, visivelmente expressas na correspondência referida, permite-nos obter uma imagem de como as relações “políticas” de Flores eram notadamente matizadas pela passionalidade. Importante destacar que, mesmo em correspondência oficial, normalmente veiculadas em tom mais formal, Flores não a circunscrevia aos domínios da atividade governamental.

A intensificação das emoções hostis veiculadas na correspondência, se aproximam daquilo que Pierre Ansart chamou de “*gestão dos ressentimentos*”. Para Ansart a “*gestão dos ressentimentos*” está relacionada à forma como os sujeitos individuais expressam suas afetividades em práticas sociais e políticas, no caso por nós analisado, na prática epistolar. Nesse sentido, afirma Ansart “*que é preciso considerar os rancores, as invejas, os desejos de vingança, (...), pois são exatamente estes os sentimentos e representações designadas pelo termo ressentimento.*”<sup>547</sup>

Outra alteração, na qual se envolveu Flores, ocorreu dois anos antes, na mediação entre os alunos da 3ª série da Faculdade de Medicina de Porto Alegre e o governo federal. Os estudantes, em 04 de janeiro de 1934, escreveram para Flores da Cunha, recorrendo a este para que fossem revistas as notas dos exames prestados. Na extensa carta, alegava-se que o intervalo entre “*a resolução que mandava os estudantes a exames e a realização destes, foi de pouquíssimos dias, privando por completo aos acadêmicos, de um estudo mais apurado, para uma melhor representação.*” Afirmando estarem intencionados pelo “*direito e pela harmonia*”, os estudantes solicitavam para Flores depositasse seu “*prestigioso apoio junto aos Altos Poderes da República, no sentido de conseguir a nota 3 (três) em vez de 3,50, para a aprovação nos exames relativos ao ano transato*”. Para os alunos de medicina, reprovados em Farmacologia, Flores da Cunha era um “*homem forte,*

---

<sup>546</sup> Carta de Getúlio Vargas a Flores da Cunha, 16-08-1936.

<sup>547</sup> ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In.; BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. (orgs.) Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2001, p. 15.

*devotado a sua Pátria e pronto a sacrificar-se pelo direito e pela grandeza de seu povo*”.<sup>548</sup>

As mesmas assinaturas enviaram meses mais tarde uma outra solicitação, desta vez recorrendo a Flores para que os alunos da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, pudessem “*collar o grau de formatura por ocasião das comemorações do centenário da Revolução Farroupilha, isto é, a 20 de Setembro do anno próximo vindouro.*” Reiterando a justeza da reivindicação, Flores, em carta ao presidente Vargas, afirmava que:

*“uma vez concedido, virá sem dúvida contribuir para que se revistem de maior brilho os festejos com que o Governo do Estado e o povo riograndense assignalarão a passagem de 100 ° aniversário daquelle acontecimento de singular relevo na história pátria*”.<sup>549</sup>

A interferência de Flores endossava a solicitação encaminhada diretamente ao Presidente e ao Ministro da Educação. A justificativa dos estudantes para a encampação do pedido consistia no fato de que “*em todos os domínios de nossas atividades materiais e intelectuais*” havia um “*intenso fervilhar de trabalho e esforço, para que essas comemorações cívicas tenham o alto cunho patriótico que merecem*”.<sup>550</sup> A apresentação das qualidades dos demandantes, “*expoentes da mocidade estudiosa*” e a importância do “*empolgante movimento cívico*”, tornavam a resolução da recorrência impostergável, uma vez que, como “*digno filho desta terra*” e as “*glórias do seu passado*”, Vargas deveria aprovar a solicitação.

Doravante a intermediação de Flores da Cunha e o empenho dos estudantes em recorrer diretamente ao chefe da nação, a Diretoria Geral de Educação afirmava, em ofício encaminhado ao Ministro Gustavo Capanema, em 26 de novembro de 1934, que a

---

<sup>548</sup> Carta dos alunos de Medicina e Farmacologia a Flores da Cunha, 04-01-1934.

<sup>549</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 14-11-1934.

<sup>550</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 10-11-1934.

“cerimônia da collação de grau não poderá realizar-se anteriormente a terminação de todos os trabalhos escolares da 5ª série”<sup>551</sup>, em novembro de 1935.<sup>552</sup>

Parece-nos, com efeito, que não obstante a ambição de Flores e o seu empenho na mediação das solicitações com a máquina do governo federal, suas intervenções tornavam-se cada vez mais restritas ao âmbito do governo estadual. Entretanto, para Flores, a “conquista do bem público e da estabilidade como alicerce da ordem social e política”, dependeria do “*aparelhamento de ensino*” diagnosticado como deficiente e “*enquadrado numa regulamentação caótica e atrasada*”. Segundo Flores, seu governo envidou muito esforço a fim de instituir “*a instrução pública como alicerce para se assentar às bases da nacionalidade e civismo patriótico.*” Nesse sentido, ele procurou atribuir à educação a tarefa da “*remodelação e retemperação dos espíritos*”. Como se não bastasse, Flores reiterava em carta enviada a Vargas em 24 de março de 1933, que seu “*programma*” educacional iria “*dotar todos os municípios de estabelecimentos escolares em condições*” de ensino.<sup>553</sup> A perfeição do povo, a grandeza da pátria e a “*reconstrução da nacionalidade*”, dependeriam, assim, da organização educacional, cujo escopo seria a “*realização do bem e a unidade nacional*”.<sup>554</sup>

Na carta relatório sobre o “*sistema escolar*”, Flores menciona a Vargas seus “*renhidos esforços*” na condução política e “*harmoniosa do estado*”, conforme ressalta na transcrição:

---

<sup>551</sup> Carta Theodoro Ramos a Gustavo Capanema, 26-11-1934.

<sup>552</sup> Carta do Secretário do Ministério da Educação e Saúde Pública a Flores da Cunha, 20-12-1934.

<sup>553</sup> CUNHA, José Antônio Flores da. op. cit., p. 36.

<sup>554</sup> Marta Maria Chagas de Carvalho, ao analisar a articulação e propaganda da Associação Brasileira de Educação (ABE), afirma que a educação, nas décadas de 20 e 30, constituiu-se como elemento fundamental para o projeto de constituição da nacionalidade brasileira. Para a autora o discurso da ABE deve ser compreendido como “práticas cívicas de constituição da campanha educacional” e de organização do sistema de ensino. O termo educação, para os intelectuais da ABE, era entendido como “direção imprimida à sociedade por uma elite” que abrangia o trabalho de construção e consolidação de uma hegemonia cultural, processo este em curso na intensa mobilização cívica de que se constituiu a campanha educacional do período. Sobre esta questão ver.: CARVALHO, Maria Marta Chagas de. Educação e Política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. In.:LORENZO, Helena Carvalho De. COSTA, Wilma Peres da. (org.) A década de 1920 e as origens do Brasil moderno. São Paulo: Ed. UNESP, 1997, p. 120.

*“Entre as dificuldades de toda ordem que ao meu Governo surgiam do seio da própria convulsão revolucionária, empenhado na obra ingente do restabelecimento do equilíbrio social e da ordem jurídica, do saneamento e coordenação das forças productivas do Estado, não era humanamente possível consagrar todas as energias e recursos que seriam precisos à reforma completa e global que se impunha, **ab imo fundamento**, de nosso aparelho de ensino, para convertê-lo numa verdadeira organização educacional eficiente, moderna e brasileira, tecnicamente dotada para a realização da sua transcendente finalidade patriótica e humana.”<sup>555</sup>*

Reiterando as dificuldades pós-revolucionárias vivenciadas em seu governo e o empenho em restituir a ordem jurídica e o “*equilíbrio social*”, Flores lamentava a ineficiência da educação, todavia, acreditava na conversão e realização de sua verdadeira finalidade instituinte da nova ordem institucional.<sup>556</sup> Nesse sentido, o presente era diagnosticado com preocupação, porém, projetava-se um futuro insistentemente visto como resultado da ação educacional que estava por se efetivar. Um “*aparelho de ensino*” “*brasileiro e moderno*”, conduzido por uma política educacional<sup>557</sup> que visava garantir a

---

<sup>555</sup> CUNHA, José Antônio Flores da. op. cit. p. 21.

<sup>556</sup> Segundo Maria Martas Chagas de Carvalho, nos anos de 1920 e início de 1930, havia uma verdadeira encenação de uma catástrofe iminente a rondar o país, caso não se efetivasse os programas educacionais da ABE. Constituir o país como *nação, organizá-lo*, era tarefa das *elites*, pensadas como cérebro dirigente e responsável pelo desenvolvimento orgânico do Brasil. Sobre esta questão ver.: CARVALHO, Maria Marta Chagas de. Educação e Política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. In.: LORENZO, Helena Carvalho De. COSTA, Wilma Peres da. (org.) op. cit., p. 124.

<sup>557</sup> A enfática referência de Flores da Cunha à nacionalização do ensino não trata de questão recente. Segundo Simon Schwartzman, Helena Bousquet e Vanda Maria Ribeiro, desde o início do século XX a preocupação com as escolas estrangeiras era pauta constante de discussões para os intelectuais e o governo. Claro está que foi com o Estado Novo, que a nacionalização do ensino ganhou elevada importância. De um lado, havia a disposição do governo de enfrentar resistências “*à imposição de procedimentos coercitivos, de outro, uma conjuntura onde toda a ideologia dominante estava fundamentada na afirmação da nacionalidade, de construção e consolidação do Estado Nacional.*” Sobre esta questão ver: SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Tempos de Capanema, São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 91. Esta questão também pode ser verificada no estudo de Cynthia Machado Campos, em que a autora analisa o projeto nacionalizador de Vargas e Nereu Ramos, nas escolas de origem ou administradas por estrangeiros em Santa Catarina. Sobre esta

uma “*reforma completa e global*”.<sup>558</sup> De acordo com Cynthia Souza, o objetivo maior do estado, nos anos de 1930, era construir uma nação composta de “*cidadãos fortes e capazes*”, concretizando, assim, “*o próprio projeto nacionalista*”. Nesse sentido, o sistema escolar deveria consistir “*em zelar pela saúde e o desenvolvimento físico e mental das gerações futuras, meta social que o poder público devia procurar atingir com a cooperação da iniciativa particular*”, e, sobretudo, com as interventorias estaduais.<sup>559</sup> A preocupação de Flores era mandar representantes do Estado para participarem da I Conferência Nacional de Educação e Saúde Pública, em 1935.<sup>560</sup> Flores afirmava a Vargas, em julho de 1935, que a “*representação do Rio Grande levará instruções no sentido de contribuir, quanto possível, para estabelecer uma maior cooperação entre o Governo federal e os dos Estados, na solução dos problemas de educação e saúde*”.<sup>561</sup> Nesse sentido, a “*assistência social*” ao magistério, a inspeção curricular, o atendimento às solicitações de estudantes, a “*cooperação*” reafirmada por Flores ao Governo Federal ajudavam a construir uma idéia e uma imagem da nação integrada, concorrendo para o

---

questão ver: CAMPOS, Cynthia Machado. A política da língua na era Vargas: proibições do falar alemão e resistências no sul do Brasil. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

<sup>558</sup> Em 1934, o Interventor Federal, Flores da Cunha, recorreu ao Presidente Vargas para que antes da reforma do ensino secundário, fosse concedido, aos alunos reprovados em até duas matérias, a matrícula na série imediata, para assim poderem fazer, no final do ano, os exames das respectivas matérias. A solicitação, vista aqui como “*eqüitativa*” procurava diminuir o número de reprovações e evitar prejuízos na “*ordem pública*”. Telegrama de Flores da Cunha ao Presidente Getúlio Vargas, 26-03-1934.

<sup>559</sup> SOUSA, Cynthia Pereira de. Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens: a política social de Getúlio Vargas. In.: GOMES, Ângela de Castro, (org.). Capanema: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 223.

<sup>560</sup> Segundo José Silvério Baia Horta, “*a realização de uma conferência anual, reunindo no Ministério da Educação os responsáveis pela educação de cada estado da Federação, estava prevista desde 1935, quando Capanema encaminhou ao presidente Getúlio Vargas o anteprojeto de reorganização de seu ministério*”. José Silvério Baia Horta afirma, ainda, que a Conferência Nacional de Educação realizar-se-ia em agosto de 1936, no Rio de Janeiro. Entretanto, a Conferência foi adiada sucessivamente, tendo sido realizada somente em 03 de novembro de 1941. Dentre os objetivos destacados por Capanema, para a convocação da Conferência, dois pontos eram considerados fundamentais; a organização, difusão e elevação da qualidade do ensino primário e normal e do ensino profissional e a organização, em todo o país, da Juventude Brasileira. Sobre esta questão ver.: HORTA, José Silvério Baia. A I Conferência Nacional de Educação ou de como monologar sobre educação na presença de educadores. In.: GOMES, Ângela de Castro. Capanema: O Ministro e seu Ministério. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000, pp. 143-145.

<sup>561</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 28-07-1935.

reconhecimento da ação intervencionista do governo estadual. Além disso Flores, através da mediação estabelecida com o executivo federal, envidava por instaurar a “*ordem*”, banindo o caos e os distúrbios sociais.

Para Flores, a “*convulsão revolucionária*” de 1930 e 1932 determinou limites à efetivação de “*providências administrativas coordenadas e simultâneas*” para a resolução e “*reajustamento dos valores reais e de transição para a ordem legal nova*”. Tal “*impedimento*” deu-se devido à inexistência das “*directrizes fundamentais do novo edifício*”, as quais estavam “*para ser traçadas definitivamente pela Carta Magna da República*” e completadas pelo “*trabalho legislativo*” que, segundo Flores, Vargas iria realizar.<sup>562</sup> Nessa perspectiva a educação, tornava-se instrumento legítimo para disciplinar, moralizar, homogeneizar e sanear,<sup>563</sup> através de uma nova “*ordem didáctica,*” a população amorfa:

*“Nestas circunstancias, impunha-se ao meu ardente desejo de fazer tudo que fosse possível pela mais ampla difusão do ensino, limitar-me aquellas medidas e iniciativas que, augmentando o corpo do magistério, elevando o nível do preparo tecnico do seu conjuncto, assegurando-lhe melhores condições de vida, e dotando o aparelho educacional de alguns órgãos essenciaes á sua efficiencia mesmo actual, permittissem a nossa organização didactica emprender um esforço de renovação dos seus methodos de trabalho, antecipando e sem prejudicar a reforma profunda e*

---

<sup>562</sup> CUNHA, José Antônio Flores da. op. cit. p. 21.

<sup>563</sup> André Luiz Paulilo, ao analisar a tese, de livre docência de Clarice Nunes, afirma que a escola, nas primeiras décadas do século XX, estava reservada à função de aplicar e ensinar as normas de higiene, pretendendo, assim, reduzir as conseqüências sociais da pobreza. Por sua vez, a educação popular era interpretada como um desejo de construir uma unidade fundamental para a nação. As reformas educacionais dos anos de 1920, estudadas pelo autor, intencionavam promover a instrução como postulado que asseguraria a ordem social e a civilização. Segundo Paulilo, o nacionalismo que a sociedade conheceu na “*década de 1920 foi um programa de engenharia social preocupado em assimilar os estranhos étnicos, religiosos ou lingüísticos.*” A instrução pública, a partir desta prerrogativa, e por meio de uma escolarização sistemática de toda a população, “*deixaria de haver estranhos no mundo cotidiano dos cidadãos residentes transformados em patritas.*” Sobre esta questão ver.: PAULILO, André Luiz. Aspectos políticos das reformas da instrução pública na cidade do Rio de Janeiro durante os anos de 1920. In.: Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 23, n° 46, pp. 93-122, 2003.

*ampla que os princípios novos consagrados na Constituição de 26 de Julho de 1934 reclamam.*”<sup>564</sup>

Para consolidar a “*reforma profunda*”, a qual se refere Flores, foi assinado o decreto n.º.5.583, de 16 de Maio de 1934, determinando uma série de medidas assistencialistas “às *professoras gestantes*” e a complementação escolar em “*cursos de aperfeiçoamento*”. Segundo Flores, a “*política social*” do seu governo procurou “*promover modificações substanciais na capacidade produtiva dos trabalhadores*”, o que impunha a promoção de uma série de providências que podiam ser reunidas a partir de dois encaminhamentos. Inicialmente, seria preciso garantir a indenização da perda de saúde pela atuação da previdência e da assistência sociais, como no caso das “*professoras gestantes*”.<sup>565</sup>

O intervencionismo estatal de Flores, deveria elevar o “*nível do preparo tecnico*” dos trabalhadores, pois, desta forma, a rentabilidade produtiva e nacionalizadora a que se destinava a educação teria maior êxito. Por sua vez o governo, ao assegurar “*melhores condições de vida*” ao trabalhador, estaria promovendo uma verdadeira profilaxia social, postulando, por conseguinte, a regeneração da sociedade. Por fim, uma política de proteção à família e ao trabalho, contava com a ênfase especial à educação. Através do ensino, afirmava Flores da Cunha, se poderia construir um povo ciente de suas tradições cívicas, condição primordial à realidade social do país. Nesse sentido, as iniciativas do governo procuravam “*atender com desvelo a todas as necessidades de expansão e melhora*” do ensino no estado estendendo-se à “*ordem didactica*”, pois:

*“(...) fez-se realidade e intensificou-se o trabalho de educação physica e, parallelamente iniciou-se, como elemento complementar da base em que há de assentar a*

---

<sup>564</sup> CUNHA, José Antônio Flores da. op. cit. p. 21.

<sup>565</sup> Segundo Ângela de Castro Gomes, no Brasil, no período que estende de 1930 a 1937, um vasto programa se implantara nessa área. Os seguros contra invalidez, doença, morte, acidentes de trabalho, o seguro maternidade, todos visavam à proteção da saúde do trabalhador. Essa política assistencialista, tornava o Estado responsável não só pela saúde física do trabalhador, como também sua adaptação ao trabalho que realizava. GOMES, Ângela de Castro. O Redescobrimto do Brasil. In.: GOMES, Angela de Castro, OLIVEIRA. Lúcia Lippi, VELLOSO. Mônica Pimenta. Estado Novo: Ideologia e Poder. São Paulo: Zahar, 1982, p. 158.



*futura reforma, o ensino intensivo e ampliado das outras disciplinas de caracter activo – trabalhos manuaes, desenho e música.”*<sup>566</sup>

A perspectiva de futuro, dessa forma, se assentava em medidas saneadoras, em que a escola deveria levantar e aprimorar o nível cultural para permitir que todos alcançassem o progresso coletivamente.<sup>567</sup> Claro está que a noção de educação “*moderna e brasileira*”, arrolada por Flores, pressupunha, evidentemente, a ênfase no uso adequado da língua portuguesa, de forma uniforme e uníssona ao restante do territorial nacional. Um segundo aspecto comum à educação dizia respeito a sistemas de controle e fiscalização, para assim garantir um ideal de homogeneidade e centralização. O terceiro aspecto definido pelos autores, era o da erradicação das minorias étnicas, lingüísticas e culturais, que se haviam constituído no Brasil nas últimas décadas, cuja assimilação se transformaria em uma questão de segurança nacional.

Acreditamos que os decretos governamentais que visavam assistir e conceder auxílio às professoras eram concebidos como condição básica para o progresso do país, na medida em que disso dependeria a boa formação das forças produtivas. O ensino de educação física, paralelo as outras disciplinas de “*caracter activo – trabalhos manuaes, desenho e música*” cumpririam sua função fecunda em transformar o cidadão em sujeito integrado com a nova “*ordem do trabalho.*”<sup>568</sup> Assim, o esporte possibilitaria a boa constituição física pela sua prática, que exigia espírito de disciplina, articulação de

---

<sup>566</sup> CUNHA, José Antônio Flores da. op. cit., p. 22.

<sup>567</sup> Simon Schwartzman, Helena Bomeny e Vanda Costa afirmam que, durante os anos de 1930, a ação pedagógica era vista como responsável pela constituição da nacionalidade. Os autores distinguem três aspectos nessa empreitada nacionalizadora. Primeiramente, a educação deveria, essencialmente, ter um conteúdo nacional transmitido nas escolas. Ainda que esta definição “*nacional*” fosse bastante vaga, deveria ser dada preferência aos aspectos do “*modernismo relacionados com o ufanismo verde amarelo, a história mitificadora dos heróis e das instituições nacionais e o culto às autoridades.*” SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Tempos de Capanema, São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 157.

<sup>568</sup> Segundo Lenharo, a nova educação física deveria estar voltada para a obtenção de homens equilibrados e auto-suficientes. “*O aprimoramento físico constitui o melhor antídoto para uma época de monotomia e artificialismo; permite que se ampliem os horizontes da vida, as emoções sejam aprofundadas e enriquecidos os sentimentos.*” LENHARO, Alcir, op. cit. p. 78.

esforços, presença de espírito, longa e paciente preparação, além do desenvolvimento da força corporal.<sup>569</sup>

Segundo Flores da Cunha, o elevado número de nomeações, o crescimento do orçamento voltado para “*desenvolver e aparelhar*” o ensino no estado resultaria na realização de uma obra, cuja meta seria a instauração de uma educação cívica e moral, portanto, brasileira e nacionalista. A educação cívica e física e a “*ordem didactica*” seriam fiscalizadas em todos os níveis, com a intenção de nivelar e controlar o funcionamento das escolas, tanto públicas quanto particulares.<sup>570</sup> Tal empreendimento tornava-se um dispositivo de controle, para dessa forma, se evitar uma educação voltada para a desestabilização social. Podemos verificar essa prerrogativa em carta enviada ao Ministro Gustavo Capanema, em agosto de 1935:

“(...) *pela maior aproximação do aparelhamento central de controle e direcção technica aos estabelecimentos de ensino público, e, para maior eficiencia desta acção collaboradora, quanto aos cursos complementares equiparados, renovaram-se os termos dos convênios existentes entre o Estado e os respectivos estabelecimentos, sujeitando-se estes a fiscalização permanente de um professor nomeado pelo Estado e servindo no corpo docente, sem prejuízo da fiscalização que em todo tempo compete ao órgão orientador da Instrucção Pública.*”<sup>571</sup>

Flores afirmava que seu governo, apesar de todas as “*adversidades, admoestações e circunstancialmente turbulento,*” tinha assegurado a criação de 37 Grupos Escolares, além da nomeação de 1.022 novos professores. Em carta enviada ao Ministro Gustavo Capanema, em 15 de Abril de 1935, Flores apresentava “*um quadro estatístico da despesa effectuada com a Instrucção Pública no quatriênio*” do seu governo. Dizia Flores que o

---

<sup>569</sup> DE LUCA, Tania Regina. A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p. 231. A autora afirma ainda que a Educação Física era representada nos anos de 1920 e 1930, não mais como uma arte de preceitos incertos e de uma importância para a constituição de um povo forte, resistente, trabalhador e produtivo.

<sup>570</sup> SOUSA, Cynthia Pereira de. Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens: a política social de Getúlio Vargas. In.: GOMES, Ângela de Castro, (org.). Capanema: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 223.

<sup>571</sup> CUNHA, José Antônio Flores da. op. cit., p. 22.

Ministro poderia “*verificar o esforço*” da sua “*administração para realizar o máximo de bem, aumentando e melhorando qualitativamente o corpo educacional existente e o seu aparelhamento*”.<sup>572</sup>

Tal proeza na gestão pública, segundo Flores, dava-se por uma “*qualidade técnica*” do governo do estado, em não “*exceder nunca as verbas orçadas, e antes conseguindo saldos prudenciaes, sempre necessários em épocas de só relativa tranqüilidade.*” Tendo a elaboração e utilização dos números “*comprobatórios*” do “*emprego racional*” das verbas públicas, Flores investia na divulgação e publicação de tais dados em veículos impressos no Estado do Rio Grande do Sul. Mediante, a publicação do quadro abaixo, Flores recorria a um expediente estatístico/demonstrativo para apresentar a Capanema e à opinião pública a “*efficiencia desta accção collaboradora*” com o Governo Federal, na “*grandiosa obra educacional*”.<sup>573</sup>

**QUADRO ESTATÍSTICO DA DESPESA EFFECTUADA COM A  
INSTRUCÇÃO PUBLICA NOS EXERÍCIOS DE 1931, 1932 E 1933,  
COMPLESTOS, E 1934, INCOMPLETO**

( Título 3.º - Tabella n.º 3)

DENOMINAÇÃO DAS RÚBRICAS	1931	1932	1933	1934 (Até 30 nov.)
Directoria da Instrucção Publica	300:193\$	268:021\$	301:730\$	282:783\$
Escola Normal, compreendendo administração e cursos anexos	245:152	283:382\$	296:643	266:460\$

<sup>572</sup> Carta de Flores da Cunha a Gustavo Capanema, 15-04-1935.

<sup>573</sup> Encontramos o mesmo quadro estatístico em outros dois veículos de comunicação impresso, no Jornal da Manhã, repetidamente, entre os dias 10 e 25 de Abril de 1935, e no Jornal A Federação, entre os dias 26 e 30 de Abril de 1935.

Escolas Complementares	356:541\$	369:026\$	384:933\$	320:586\$
Colégios Elementares	1.328:036\$	1.411:610\$	1.284:916\$	982:779\$
Professores addidos	899:723\$	837:476\$	1.133:659\$	1.253:100\$
Grupos Escolares	151:202\$	122:886\$	101:152\$	125:082\$
Auxiliares de Ensino	1.880:393\$	2.034:415\$	2.046:254\$	1.821:129\$
Trabalhos manues	66:740\$	84:544\$	181:987\$	243:014\$
Porteiros e serventes	180:528\$	180:475\$	187:673\$	165:550\$
Escolas Isoladas	2.422:091\$	2.450:163\$	2.623:848\$	2.243:625\$
Gratificação da 4ª parte	310:346\$	349.880\$	364:628\$	314:814\$
Subvenções escolares	454:435\$	224:020\$	158:354\$	169:150\$
<b>Material</b>				
Expediente e editaes	14:787\$	14:387\$	14:150\$	11:457\$
Diárias aos inspectores	5:330\$	6:437\$	21:881\$	18:343\$
Alugueis de casas	209:704\$	214:815\$	233:458\$	156:762\$
Livros, moveis e utensílios	100:629\$	10:626\$	31:539\$	48:878\$
Asseio, água e luz	30:508\$	29:126\$	28:479\$	25:770\$
	8.956:345\$	8.891:897\$	9.395:290\$	8.449:298\$

Acreditamos que o quadro estatístico apresentado por Flores resultava do reconhecimento que esse método de investigação e apresentação de relatório obtinha junto ao destinatário, afinal, como ele próprio afirmava, a criação do Instituto Nacional de Estatística, em 1934, havia sido uma “*patriótica iniciativa*” do governo federal.<sup>574</sup>

---

<sup>574</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 31-05-1934.

Destacava-se, pois, esses dados estatísticos a fim de garantir a legitimidade da ação intervencionista do governo.<sup>575</sup>

Por conseguinte, Flores objetivava com a utilização desse instrumento, por um lado, tornar visível a ação do seu governo no Estado do Rio Grande do Sul em prol daquilo que considerava uma “*obra de reconstrução da nacionalidade*” e, por outro, procurava evidenciar a si próprio e ao Ministro da Educação, como um agente da ordem e da difusão do ensino.<sup>576</sup>

Não se deve, contudo, confundir os números dessa expansão com um progressivo investimento na qualidade de ensino ministrado nessas escolas, fosse em relação à qualificação dos professores, fosse no que dizia respeito ao aprimoramento da infraestrutura escolar. Com relação ao primeiro aspecto, a nomeação de professores não seguia propriamente o critério de formação no magistério. Dentre os 1.022 professores nomeados até 1935, apenas 156 possuíam a “Escola Normal”, conforme relatório da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul.<sup>577</sup>

Portanto, era elevado o número de professores “leigos” regendo salas de aula no cumprimento de alfabetizar grande quantidade de crianças. Nesse sentido, podemos inferir

---

<sup>575</sup> Segundo Sandra de Lima essa posituação da estatística, tornou-se, “ao final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, um instrumento fundamental para que o estado divulgasse *os seus investimentos e, por outro lado, para que interviesse no campo da educação escolar. De fato, esse instrumento assegurava aos governos a possibilidade de tornar visíveis os investimentos que realizavam na área educacional. Por outro lado, a estatística também poderia revelar uma faceta mais sombria do problema, qual seja, aquela concernente às mazelas que perpassavam as escolas do país. Porém a propagação dos dados reveladores desse aspecto era sempre evitada.*” LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. op. cit. p. 133.

<sup>576</sup> O governo do Rio Grande do Sul dispunha de uma Repartição de Estatística que, segundo Flores “*prestava os melhores serviços ao Estado, dando cabal desempenho ao seu vasto plano de informações sobre todas as actividades do Rio Grande.*” Acreditamos que tal expediente administrativo era compreendido como de fundamental importância na execução governamental. Além disso, a estatística era apontada por Flores como uma providência de valor informacional e que deveria “*orientar qualquer iniciativa, quer de natureza cultural, industrial ou commercial*”. Não à toa, que o governo do estado cria em 1932, um curso de estatística para professores, pois, justificava Flores, o “*exame dos números que marcam as nossas actuaes possibilidades, deve ser, necessariamente, preocupação essencial dos governos.*” Carta de Flores da Cunha ao Presidente Getúlio Vargas, 15-04-1935.

<sup>577</sup> Relatório da Secretária de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, 1935.

que as indicações para ocupar as vagas no magistério estadual demonstram como tais estabelecimentos funcionavam na articulação política do poder governamental, sobretudo, no interior do estado. No tocante ao segundo aspecto, ou seja, o que diz respeito à situação da infra-estrutura das escolas, constatamos que as situações das instituições eram deficientes. Encontramos no arquivo de Flores da Cunha 39 cartas, entre os anos de 1931 e 1936, de professoras comunicando o governo quanto à falta, por exemplo, de móveis para acomodar os alunos e os professores, livros, quadros, cadernos, e, às vezes, registrava-se a ausência de janelas e portas nos estabelecimentos de ensino.

A despeito das denúncias de degradação do sistema escolar e do tom de indignação de muitas professoras, Flores respondia que sua administração havia “*apenas*” continuado a de seu predecessor Getúlio Vargas. De acordo com a única carta que encontramos em resposta à solicitação de “*melhorias*”, assinada pela Professora Delminda Silva do município de Pelotas, Flores dizia que a “*educação*” era uma obra em “*construção, um edifício que está por se terminar*”.<sup>578</sup> Conquanto, afirmava Flores, o governo vinha executando um projeto de desenvolvimento econômico e social do estado, que “*pois ordem na arrecadação*” e “*adoptou medidas de defeza econômica na ordem da producção, do commercio e dos transportes*”. Tal justificativa tornava a demanda da Professora Delminda Silva postergável, cabendo-lhe a resignação passiva diante da “*realização do bem comum*”, encetada pelo governo de Flores da Cunha.

Em síntese, subjacente às características que emanavam nas solicitações enviadas a Flores, se encontram os suportes aos quais ele procurou estruturar sua relação com o Governo Federal. A “*percepção*” da atuação de Flores através da correspondência enviada ao Governo Federal revela-nos como este político procurou visibilizar e interiorizar sua imagem como “*delegado de Vargas*” nas fronteiras no extremo sul do Brasil. A garantia da ordem, da justiça, da educação nacionalista, do progresso e da soberania nacional, ameaçada por constantes conflitos e invasões nos limites territoriais com a Argentina e Uruguai, eram convenientemente postulados por Flores como prerrogativas incondicionais do seu governo. Daí, depreendemos que, ao ressaltar suas “*qualidades administrativas e*

---

<sup>578</sup> Carta de Flores da Cunha a Professora Delminda Silva, 23-09-1934.

*políticas*”, Flores procurou evidenciar um governo baseado no reconhecimento social de sua unidade governativa ancorando suas medidas nos “*compromissos assumidos em 30*” e na construção da “*nação indivisa*”.<sup>579</sup>

---

<sup>579</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 15-09-1936.

## CAPÍTULO IV

### INTELECTUAIS E POLÍTICA

#### 4.1. História e Historiadores

Quando da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em setembro de 1921, o intelectual e sócio Walter Spalding afirmava que, diferentemente de outras agremiações culturais que se dedicavam às “*futilidades literárias*”, a instituição deveria “*estimular*” os estudos históricos e cultivar a tradição “*como parte da alma nacional*”. Para ele, o saber histórico era construído a partir do relato fiel do que “*realmente aconteceu*”. Walter Spalding, ao analisar a fundação da agremiação, dizia que todos eram poetas, dramaturgos e prosadores em geral.<sup>580</sup> Essa observação procurava qualificar a produção cultural do Instituto, na medida em que o campo do saber histórico passava a ser ocupado por uma geração de eruditos ligados a literatura e vinculados ao Partenon Literário.<sup>581</sup>

O então presidente da agremiação, Florêncio de Abreu, em artigo publicado em 1924 na Revista do IHGRS, ao se referir ao Partenon Literário, destacava a “*importância e a influência que exercera um tão numeroso quanto notável núcleo de intelectuais*” para a posteridade da província. Assim como aquele, o IHGRS deveria possuir uma valiosa

---

<sup>580</sup> SPALDING, Walter. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Revista IHGRS, III e IV Trimestres, Porto Alegre: Typographia do Centro, 1931, p. 164.

<sup>581</sup> O Partenon Literário tinha o objetivo de promover encontros e atividades que dinamizassem a vida cultural da cidade de Porto Alegre e mesmo do Estado. O centro intelectual inspirou-se nos moldes da produção literária da Europa, sem contudo romper com os padrões culturais dominantes entre os estancieros rio-grandenses, o que levou a promover uma exaltação dos temas relacionados com o regionalismo local. Sandra Pesavento afirma que o Partenon Literário recolhia do passado estancieiro a inspiração literária, articulando a produção do discurso da agremiação dentro do movimento romântico da época. Na representação romântica do Rio Grande do Sul, “*o espelho da história refletia o passado. O futuro do Rio Grande era, de fato, a confirmação do seu passado*”. Sobre tal asserção ver: PESAVENTO, Sandra J. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. p. 257.



biblioteca, “*um museu com secções de mineralogia, botânica, zoologia, arqueologia, numismática e história*”.<sup>582</sup> Desta feita, Florêncio de Abreu atribuía ao Instituto o poder de influir na “*cultura intelectual*” do país e salvar o acervo patrimonial constituídos por objetos “*raros da natureza e do passado*”. Para ele, o IHGRS, ao armazenar e coligir estes suportes documentais e indícios de uma “*história nacional*”, estaria realizando um “*bem coletivo e uma inequívoca demonstração de civismo*.” Assim, mediando o tempo passado e o presente vivido, o IHGRS interpunha-se como o realizador da tarefa de rememorar as origens nacionais através desses “*indicadores materiais*.” No entanto, o intelectual lamentava o “*abandono e o sono do esquecimento*” de tão importante instituição. Assim, Abreu justificava a publicação das atas da agremiação literária do século XIX nas páginas da revista do Instituto.<sup>583</sup>

A 19 de novembro de 1921 foi nomeada a diretoria efetiva do Instituto, constituída por figuras também ligadas à antiga Academia de Letras do Rio Grande do Sul, como Florêncio de Abreu e Silva, Delphino Riel, Leonardo Truda, Souza Docca e Lindolfo Collor, entre outros. Na mesma sessão de nomeação, Collor dizia que foi com a “*Revolução de 1835*” que o Brasil conheceu os “*princípios da República*” através do “*esforço heróico e da abnegação cívica dos farrapos*”. Para ele, o “*dever do historiador*” seria o de “*servir a Pátria no governo, na administração, na tribuna e na imprensa*”.<sup>584</sup> Portanto, podemos identificar nessa interpretação como uma inequívoca preocupação de Collor em delimitar um campo de “*saber histórico*” baseado na fidedignidade dos documentos e também um

---

<sup>582</sup> Segundo Ângela de Castro Gomes, a “*condição sine qua non para ‘identificar’ o historiador era o trabalho de pesquisa documental: de busca, classificação, divulgação e ‘aproveitamento do documento’*”. Segundo ela, o “*trabalho de pesquisa ‘erudita’ não exigia a produção de um texto original do autor, necessitando a história do Brasil de uma longa e difícil acumulação de materiais capazes de permitir sua escritura*.” Assim, como Rocha Pombo e Capistrano de Abreu, analisados pela autora, a produção dos intelectuais do IHGRS foi nitidamente marcada pela influência historicista, que via no documento escrito e no rigor do método crítico o vínculo entre a verdade histórica e a prova documental. GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999, p. 122.

<sup>583</sup> ABREU, Florêncio de. Actas das sessões do Parthenon Litterário. In.: *Revista do IHGRS*, 1922, p. 198-200.

<sup>584</sup> COLLOR, Lindolfo. Discurso inaugural. In.: *Revista do IHGRS*, 1921, p. 126.

delineamento do “*papel do IHGRS*”.<sup>585</sup> Possivelmente, nessa “*história nacional*” a que se refere Collor, a “*Revolução Farroupilha “teria um destaque privilegiado na formação do Brasil*”:

*“Havia, ninguém poderá negar de boa fé, muitos rio-grandenses ilustres com idéias republicanas; a maioria do povo tinha notável tendência para a república, e todos aspiravam a liberdade e combatiam com fervor, sem esmorecimentos, os que fossem infensos às suas idéias democráticas e nacionalistas. Convém advertir que não emprego o termo nacionalista com o sentido regional, como muitos querem. Os farroupilhas souberam amar o Brasil acima de tudo e em holocausto a esse grande amor depuseram as armas em 1845, visto que um poder ameaçava a integridade do império”.*<sup>586</sup>

Nas atas das sessões preparatórias à instalação da agremiação, o recém empossado Desembargador Florêncio de Abreu agradece ao Presidente do Estado, Borges de Medeiros pelo “*apoio hipotecado à novel Instituição*”. O “*apoio*” ao qual se refere Abreu devia-se a cessão da sala principal do Arquivo Público do Estado, aonde se realizavam as sessões, e ao patrocínio na publicação das revistas do Instituto. Na sessão solene comemorativa ao aniversário do Instituto, o presidente Florêncio de Abreu discursou sobre a “*figura do conspícuo presidente do Estado, dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros*”. A “*fecunda proteção*” pela qual ele agradece ao presidente do Estado se estendia, segundo o orador, às instituições de ensino científico e artístico, *ao desvelo de S. Exa. pela Biblioteca Pública, Arquivo e, finalmente o apoio moral dispensado ao IHGRS.*<sup>587</sup>

---

<sup>585</sup> Ângela de Castro Gomes ao estudar a obra de Capistrano de Abreu afirma que, a partir dos anos 20, “*falar de história*” é “*falar de um saber delimitado num campo intelectual maior, que estabeleceu suas fronteiras tanto em relação à prosa e ficção, quanto aos chamados ‘estudos ou ensaios político-sociais’*”. Para ela esse saber passa a ter “*profissionais ‘especializados’ que, além da ABL e do IHGB com suas respectivas revistas*”, possuía também espalhadas pelo país, a contribuição de inúmeras instituições como o IHGRS. GOMES, Ângela de Castro. op. cit. p. 90.

<sup>586</sup> COLLOR, Lindolfo. Discurso inaugural. In.: Revista do IHGRS, 1921, p. 126.

<sup>587</sup> Ata da Sessão de aniversário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. 11-10-1921.

As discussões sobre o regulamento do IHGRS levaram nove sessões até a instalação de posse da efetiva presidência. Os “*cultores da história e da geografia*”, como assim se auto-intitulavam, consideravam que para a admissão de novos sócios fundadores seria exigida a condição de trabalhos publicados “*referentes à história e à geografia*”. Como uma das intenções do Instituto propugnava a divulgação da história pátria, concordaram os sócios quanto à admissão dos professores de história e geografia, “*embora mesmo sem trabalhos publicados*”.<sup>588</sup> A “*pesquisa científica*”, à qual se destinava o Instituto, suscitou calorosos debates em torno da possibilidade de mulheres agremiarem-se à instituição. Todavia, assim como os professores, as mulheres, na acepção dos intelectuais fundadores do IHGRS, levariam “*adiante a missão civilizadora da história e da geografia*”, divulgando-as através da educação escolar e “*doméstica*”.<sup>589</sup>

Nas “*disposições gerais*” do estatuto do IHGRS, o sócio tenente Souza Docca acrescenta um artigo estabelecendo que, no caso de “*dissolução do Instituto, os seus*” documentos, livros, e objetos de museu seriam recolhidos a Biblioteca Pública do Estado, ao Arquivo Público e ao Museu Júlio de Castilhos.<sup>590</sup> Tal preocupação, asseverada insistentemente, não era sem propósito, afinal a agremiação passava a reunir um “*valeroso acervo documental*” através das comissões permanentes de história, geografia, arqueologia, etnografia, paleontologia, folclore e língua dos indígenas.<sup>591</sup>

Elaborados e distribuídos os convites pela comissão composta por José Paulo Ribeiro, Souza Doca e J. Hafkemeyer, em novembro de 1921, no salão nobre do paço

---

<sup>588</sup> Ata da segunda sessão preparatória para a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. 11-08-1921.

<sup>589</sup> Ata da terceira sessão preparatória para a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. 20-09-1921.

<sup>590</sup> De acordo com o artigo 3º da ata da 1ª Sessão de Assembléia geral do IHGRS, no caso de dissolução da agremiação, o destino do imóvel principal passaria ao domínio do Estado para “*nele instalar-se uma escola pública, e restante, imóveis, móveis e valores de qualquer espécie*”, seria destinado a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, III Trimestre, p. 508, 1921.

<sup>591</sup> Ata da oitava sessão preparatória para a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. 09-11-1921.

municipal, assumiu a presidência o já citado Florêncio de Abreu.<sup>592</sup> O prestígio da agremiação em “*revelar a verdadeira história do Rio Grande do Sul*” contava na sessão de instalação, com a presença do presidente do Estado Borges de Medeiros, o comandante da 3ª Região Militar General Ilha Moreira, o tenente Adalberto da Rocha Moreira, o General Ildefonso Pires de Moraes Castro, o capitão João Luiz Gomes, o capitão tenente e delegado do porto Lacerda de Brandão, os deputados Carlos Mangabeira, Eurybiades Dutra Villa e Getúlio Vargas. Além da marcante presença de militares e políticos da Assembléia dos Representantes, o Arcebispo de Porto Alegre D. João Becker e diversos escritores da Academia Riograndense de Letras também participaram do evento.<sup>593</sup>

No discurso de fundação do IHGRS, o presidente Florêncio de Abreu, afirmava e justificava a necessidade da agremiação, sobretudo quando “*outros Estados já possuem essa instituição, que, por sua índole e seus fins, constitui de qualquer modo um expoente apreciável do nível moral de um povo.*”<sup>594</sup> Abreu prossegue afirmando que como “*parcela política da nação brasileira, diante do estado de cultura a que atingiu o Rio Grande do Sul*”, a ausência de um “*lugar que edifique a história*” fazia falta para o desenvolvimento da sociedade. O “*nobre sentimento de patriotismo*” dos riograndenses teria, a partir da fundação do IHGRS, um lugar de exaltação da história pátria.

Segundo a interpretação de Abreu, instituições congêneres em outros países atestavam a preocupação de “*homens investigadores do passado*”. Embora se comparado

---

<sup>592</sup> As imbricadas relações dos intelectuais com a política, especialmente nos anos do Governo Vargas (1930-1945), têm mobilizado inúmeros pesquisadores como Sérgio Miceli, autor da obra “*Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil- (1920-1945)*”. Miceli ao mostrar a “*cooptação*” dos intelectuais sob a égide do Estado Novo, afirma que o regime Vargas se diferencia, sobretudo, porque define e constitui o domínio da cultura como um “*negócio oficial*”. Sérgio Miceli distingue os intelectuais como os “*escritores-funcionários*” e os “*funcionários-escritores*”, pois enquanto os primeiros ocupavam os postos de direção de instituições culturais, os últimos se valiam de seus instrumentos de produção intelectual para o cumprimento de funções subalternas nas instituições de difusão cultural, de propaganda e censura. MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979, p. 34.

<sup>593</sup> Ata da sessão de Instalação e Posse do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 19-11-1921.

<sup>594</sup> SILVA, Florêncio de Abreu e. Discurso de fundação do IHGRS, In.: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, 1921, p. 121.

aos outros Institutos Históricos do país, o IHGRS, para Abreu, figuraria como um importante lugar de “*fé cívica nacionalista*”. Para ele, “*já em 1845 uma plêiade de cidadãos ilustres, teve o louvável propósito de criar essa importante associação*”.<sup>595</sup> Nesse sentido, qualquer acusação aventada ao nacionalismo riograndense seria como mera acusação descabida pois, para Abreu, ao narrar experiências anteriores de semelhante instituição, a efêmera, todavia “*brilhante existência*”, evidenciava o anseio em intervir e divulgar as “*coisas do passado, salvando do esquecimento admiráveis tradições*.”<sup>596</sup> Quando fundado novamente em 1860, segundo Abreu, o Instituto Histórico teve sua segunda interrupção devido à guerra com o Paraguai. Com a invasão da Província pelas “*hostes inimigas*”, afirmava Abreu, os riograndenses não se furtaram ao concurso na “*sagrada defesa da pátria comum, motivo da “dispersão inevitável dos seus membros*”.”<sup>597</sup> Para o intelectual riograndense, presidente do IHGRS, a interrupção na continuidade do Instituto, no século XIX, seria o resultado de uma abdicação cívica e nacionalista. Em outros termos, “*os membros*” da agremiação se colocaram à serviço da pátria comum, na luta contra ameaças estrangeiras.<sup>598</sup>

A concepção do estudo do passado, para Florêncio de Abreu, designava a história como “*ciência concreta*” dependente de um “*grupo inferior das ciências abstratas*.” Porém, não se avistava uma academia de estudos de história, sem propriamente uma “*maior utilidade e alcance social*”. Não à toa que, em 1925, na sessão de aniversário do IHGRS, Abreu procurou reafirmar os vínculos da agremiação riograndense com o IHGB. Assim

---

<sup>595</sup> SILVA, Florêncio de Abreu e. op. cit. p. 121.

<sup>596</sup> SILVA, Florêncio de Abreu e. op. cit. p. 122-123.

<sup>597</sup> SILVA, Florêncio de Abreu e. op. cit. p. 123.

<sup>598</sup> Segundo Iara Lis Schiavinatto já no início do século XIX afirmava-se no Brasil, por meio da figura do Imperador D. Pedro I, uma noção de pátria que remetia ao amor à localidade onde se nasceu, defendeu fazendas, vidas, majestade, dignidade, e este vínculo com a localidade foi celebrado em toda parte com signos assemelhados, similares ou os mesmos, de tal forma que criava-se uma noção difusa do todo marcada por intensas acepções de identidades locais. SCHIAVINATTO, Iara Lis. A praça pública e a liturgia política. In.: Cad. Cedes, Campinas, v. 22, 2002, pp. 81-99. Neste sentido, a noção de pátria, no início do século XIX passou a significar mais que o local de nascimento; passava também a significar, conforme Iara Lis, “*a escolha política de aderir à causa do Brasil*”. Esta concepção marcou a produção intelectual dos sócios do IHGRS, pois para aqueles o Rio Grande do Sul, durante o período colonial, expandiu as fronteiras do Império Brasileiro e empunhou armas para defender o território ameaçado.

como este, o IHGRS, “*cultor das letras e investigador sereno e assíduo da história pátria*”, havia, em sua curta existência, exercido estimulante vigor “*na cultura brasileira*”. Para Florêncio de Abreu, a instituição objetivava efetuar, “*no ambiente social*”, o “*despertar pelas coisas do passado, aviventando o sentimento da História e com o sentimento da História o culto do civismo*”.<sup>599</sup>

É lapidar, nas considerações de Abreu, a preocupação em fazer da análise do passado um poderoso instrumento para o esclarecimento do significado do presente. Entretanto, tal operação tinha como corolário o desejo de compreender o Brasil através “*da consciência dos feitos, labores, heroísmo e espírito de sacrifícios das gerações que fundaram a nacionalidade, organizaram e desenvolveram as instituições que nos regem, consolidaram a liberdade*” e, assim, “*prepararam o progresso*”. Ora, dessa forma se justificava a relevância da agremiação, pois a ela caberia a ênfase em:

“(...) *conservar a alma dos nossos grandes homens, o amor da pátria, o amor das nossas tradições, revelando as nobres qualidades seleccionadas pela história no coração dos nossos maiores, para justificar de sobra a utilidade do Instituto, que já há cinco annos vem cumprindo serenamente o seu dever, a despeito de todas as vicissitudes e irresistíveis preocupações egoístas dos tempos que correm.*”<sup>600</sup>

Com isso, entendemos que Abreu procurava enfatizar uma delimitação da competência do intelectual sócio de uma Instituição “Histórica”. A ênfase do autor recai sobre a idéia de que caberia legitimamente ao IHGRS uma ação efetiva no processo de transformação social e política do país. Abreu postulava ao intelectual do Instituto um atributo em saber distinguir e selecionar “*nossos maiores*” lances da história. A produção historiográfica, portanto, resultaria em um recorte intencional, mas que não deveria estar desvinculado do “*amor das nossas tradições*”.

---

<sup>599</sup> SILVA, Florêncio de Abreu e. op. cit. p. 122.

<sup>600</sup> SILVA, Florêncio de Abreu e. Discurso pronunciado na Sessão aniversária do Instituto em 05 de Agosto. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Typographia do Centro, III e IV Trimestre, 1925, p. 226.

O que avulta nessa interpretação é a fixação pela fonte documental, considerada por Abreu como capaz de fornecer ao pesquisador um acesso imparcial às “*verdades do passado*”. A centralidade da fonte documental e sua conservação proporcionariam um real estímulo à produção intelectual e à “*permuta de idéias e impressões*”. Esses “*materiaes preciosos com que se reconstroem as épocas sepultas no passado*”, se estudados com “*elevação e justeza*”, tornariam “*visíveis os factos que transitaram para os domínios da história*”.<sup>601</sup> Para não esboroar-se em vão nos “*domínios da história*”, afirmava Florêncio de Abreu, caberia ao intelectual

“*A inspeção severa dos documentos para o estudo consciencioso da história; e, neste particular, desvaneço-me em poder registrar que os estudiosos das cousas do nosso passado vão já freqüentando com assiduidade os arquivos, pesquisando os factos à luz da documentação authentica da época. E, em verdade, só mediante esse trabalho preliminar, árduo sem dúvida, poder-se-á com segurança reconstituir um facto, ou plasmar uma personalidade; do contrário é arriscar-se não raro a repetir erronias que, à força de muito vulgarizadas, vão passando, por ahí como verdades verdadeiras.*”<sup>602</sup>

Para Florêncio de Abreu o estudo “*consciencioso da história*” deveria tornar-se inspiração para “*conclamar e confortar o espírito da nação*”. Nutrido pela documentação “*authentica*” que se ia coligindo no acervo da agremiação e confiante no “*rigor científico*” do Instituto, Abreu sublinhava a “*recuperação da memória de algumas figuras de relevo nacional*”. Compactuar com as “*inverdades tecidas alhures*” por uma “*apreciação precipitada*” e “*superficial dos factos*”, colocaria em “*prejuízo*” a confiança no progresso da nação.<sup>603</sup> Para não atentar contra o passado e a própria Pátria, Abreu afirmava que a

---

<sup>601</sup> SILVA, Florêncio de Abreu e. op. ct. p. 226.

<sup>602</sup> SILVA, Florêncio de Abreu e. op. cit.p. 227.

<sup>603</sup> Segundo Antônio Cândido, a nação como temática iniciou a ser expressa a partir dos século XVIII e XIX, através dos movimentos nativistas e do indigenismo romântico, quando os conceitos de cultura e civilização foram colocados em evidência no tratamento do problema. Os representantes de tais expressões intelectuais ilustravam o país e levavam sua produção para a Europa, “*fazendo um pouco da nação ao fazerem literatura*”, o que acabou por levar Antônio

“história não comportava improvisação”, tão pouco se “inventava”. Antes, ele propõe um estudo metuculoso e “*acurado exame dos documentos*” como modelo que iria livrar a Nação das torpezas e misérias que poderiam decorrer de uma interpretação “*illusória*” do passado.<sup>604</sup>

Quanto à geografia, a perspectiva se dava a partir das circunstâncias físicas que explicariam as “*condições preponderantes do desenvolvimento*” da nação. As “*anomalias e contrastes*” da diversidade física do norte e do sul do território brasileiro, responderiam as questões sobre os sucessos nos dois pontos do país.<sup>605</sup> A exaltação patriótica, tarefa fundamental daquela instituição, seria possível somente através do conhecimento concreto do solo, que para o intelectual, seria a base primordial do amor à pátria.

Claro está que, para a investigação do passado, segundo os princípios norteadores do IHGRS, o distanciamento “*de mais de meio século*” seria condição *sine qua non* para evitar a parcialidade, o juízo político, as influências do meio e assegurar a “*perfeita isenção de animo*”.<sup>606</sup> Quanto à história contemporânea, caberia naquela concepção a tarefa de

---

Cândido a usar a expressão literatura e empenhada, no que se refere ao esforço desses intelectuais na construção da nacionalidade. Sobre esta questão ver.: CÂNDIDO, Antônio. Formação da Literatura Brasileira. V.1, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981. p. 118. Por sua vez, sob os auspícios do Estado Imperial, ocorreram diversas iniciativas no sentido de se estabelecer um conhecimento demográfico, cartográfico e histórico do país incentivadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Neste sentido, a escrita da história nacional, das biografias de brasileiros ilustres, o financiamento de expedições científicas e a produção de mapas são aspectos diversos de uma produção intelectual que nasce no mesmo impulso edificador da nação. Sobre esta questão ver.: WEHLING, Arno. A Invenção da História: Estudos sobre o Historicismo. Rio de Janeiro: Ed. da Universidade Gama Filho; Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1994, p. 155.

<sup>604</sup> SILVA, Florêncio de Abreu e. op. cit. p. 227.

<sup>605</sup> SILVA, Florêncio de Abreu e. op. cit. p. 124.

<sup>606</sup> Segundo Florêncio de Abreu para fazer “*resuscitar das brumas do pretérito os grandes vultos dos nossos maiores, com as verdadeiras linhas da sua envergadura moral para bem apreciar e julgar preciso é que tornemo-nos mentalmente contemporâneos delles, - não fazendo-os avançar até nós, o que importaria grave erro de perspectiva com as inevitáveis impressões ópticas illusórias, mas, ao contrário, recuando nós até elles, indentificando-nos com o seu meio e até embuindo-nos dos prejuízos e da mentalidade do seu tempo. Só assim será possível desempenhar com justiça a magistratura inapelavel da história.*” In.: ABREU, Florêncio de. Sessão aniversaria do Instituto em 5 de agosto. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Typographia do Centro, III e IV Trimestre, 1925, p. 227.



coligir, classificar e conservar documentos, “*acumulando materiais para a posteridade*”.<sup>607</sup> Organizado e selecionado o acervo do passado e do presente pelos intelectuais dos IHGRS, as gerações futuras teriam a “*legitimidade*” de escrever a história “*dos nossos tempos*”, e, doravante, constituir, através de exemplos do passado, histórias excepcionais, extraordinárias, enfim, todo um rol de fulgurantes exemplos capazes de fornecer orientação e sabedoria a todos que fazem parte da nação.<sup>608</sup>

Claudine Haroche, ao estudar a questão da “*consciência nacional*,” presente no discurso de historiadores, políticos, filósofos e pedagogos franceses em fins do século XIX, afirma que a nacionalidade e a noção de pátria repousava sobre o desejo de viver junto. A coletividade, a comunhão nacional, os afetos e a sensibilidade com o outro eram os pilares que sustentavam a idéia de pertencimento à pátria francesa. O dever patriótico, segundo Haroche, enquadrava-se a partir do sacrifício de si mesmo, ao dever de comemoração, respeito às tradições, culto dos ancestrais e dever de solidariedade.<sup>609</sup> Tais demonstrações patrióticas recorriam às afetividades, aos sentimentos e às vontades individuais e coletivas.

---

<sup>607</sup>Tal concepção de método e investigação historiográfica era pautada em uma preocupação exacerbada quanto à manipulação dos documentos, pois se a História, diferentemente das Ciências Biológicas, não pode observar os fatos, ela poderia atingi-los através dos rastros deixados pelos fatos do passado que seriam os documentos textuais. De tal prerrogativa decorre a incessante “*coleta de documentos*” dos Institutos Históricos. Ana Cláudia Brefe afirma que estas considerações que impregnaram a produção dos intelectuais do IHGSP, durante as primeiras décadas do século XX, encarnavam os pressupostos de Charles Vitor Langlois e Charles Seignobos. Segundo estes intelectuais, “*nesse tratado de metodologia histórica, pode-se dizer então que o historiador fica completamente apagado sob o imperativo do documento que reina soberano, sendo sua utilização rigorosamente controlada pelo método e pela crítica a eles aplicados.*” Segundo esta consideração, o historiador deve se mostrar o menos possível, de modo que, quase seja invisível sob o denso manto de seus “*procedimentos científicos*”. Sobre esta questão ver, BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Um lugar de memória para a Nação. O museu paulista reinventado por Affonso d’Escragnolle Taunay (1917-1945). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Campinas, 1999, p. 54. A primazia do documento é ressaltada por grande parte da intelectualidade ligada ao IHGRS, sobretudo porque muitos já “*estariam irremediavelmente perdidos*”. O que acalentava o tom acrimonioso do discurso de perda lamentável dos documentos era a própria existência do IHGRS que deveria encetar um trabalho de classificar e recolher os documentos sem perder de vista sua proveniência, pois disto dependeria a autenticidade do material.

<sup>608</sup> SILVA, Florêncio de Abreu e. op. cit. p. 125.

<sup>609</sup> HAROCHE, Claudine. O que é um povo? Os sentimentos coletivos e o patriotismo do final do século XIX. In.: SEIXAS, Jacy A. BRESCIANI, Maria Stella, BREPOHL, Marion. (orgs.) Razão e paixão na política. Brasília:Ed. da UnB, 2002, p. 83.

Como referência de análise, Claudine Haroche examina o texto de Fouillé, no qual o autor investiga os traços que caracterizam um povo. Fouillé, segundo Haroche, afirmava que o povo francês nutria o sentimento de um passado comum e “*igualitário*”, questionando-se sobre sua identidade e sua natureza.<sup>610</sup>

Essa concepção enfeixava afirmações com as quais se pretendia traçar um retrato fiel do povo. O princípio constitutivo que fundamentava a identidade e a consciência nacional, segundo Fouillé, estudado por Haroche, localizava-se nos sentimentos e nos costumes, elementos centrais na formação de um povo. Analisando um outro intelectual francês, Fustel de Coulanges, Haroche afirma que, para o autor, a pátria seria uma forma de se comportar, de se conduzir, de agir e reagir, de amar a nação. Fustel de Coulanges se aproxima sensivelmente de Fouillé, pois assim como naquele, sua percepção da pátria se baseava na vontade de viver junto. Entretanto, afirma Haroche, para Fustel de Coulanges o presente seria a referência para o sentimento de comunhão nacional.<sup>611</sup> Por sua vez, Ernest Renan, sublinhando a vontade de viver em comum, ressalta a importância do passado, da memória, dos ancestrais, dos heróis. Citando Ernest Renan, Claudine Haroche, diz que o que une os “*homens entre um passado venerado e um presente partilhado, é a comunhão das lembranças e das idéias, das afeições e das vontades, um princípio espiritual, a alma de um povo.*”<sup>612</sup> O passado heróico e grandioso que constituiu os alicerces morais da nação

---

<sup>610</sup> Segundo Maria José Elias, no século XIX se evidencia um “*lento processo de ‘construção da nação’, estabelecendo-se, ao que parece, a posteriori determinados nexos com o passado colonial e com alguns marcos a partir da independência*”. A questão da identidade nacional assumia, no século XIX, um caráter agudo para a intelectualidade brasileira, pois a ruptura com a metrópole não alterava radicalmente a herança colonial, pois continuavam a escravidão, a economia voltada para o mercado externo, o regime monárquico. ELIAS, Maria José. Museu Paulista: Memória e História. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, USP, 1996, p. 17.

<sup>611</sup> Segundo Claude Nicolet o conceito de *nação* surge com a Revolução Francesa, e, no final do século XVIII, a própria idéia de nação ainda procura se concretizar no pensamento político europeu. A palavra já existia sob o Antigo Regime, porém, sem característica partícula na relação entre indivíduos, sendo usada apenas pelos viajantes do século XVIII, no sentido em que se empregaria, atualmente, “tribo” ou “povo”. Na França, afirma Claude Nicolet, o termo “reino” exprimia a idéia de nação, assim como súdito expressava a idéia de cidadão. Entretanto, a partir da Revolução, a palavra “nação” passa a ter uma conotação importante no vocabulário político, devido ao impacto jurídico e emocional que passa a ter. Sobre esta questão ver: NICOLET, Claude. *L’idée républicaine en France*. Paris: Gallimard, 1982, p. 16.

<sup>612</sup> HAROCHE, Claudine. op. cit. p. 87.

ergue-se pleno e vigoroso na acepção do intelectual francês. A vontade coletiva e as aspirações nacionais do presente tiveram início em uma obra anterior, porquanto o sentimento nacional, para esta concepção, é pedra angular ao edifício da pátria.<sup>613</sup>

O texto de Ernest Renan “*O que é uma nação*” publicado em 1882, encontrou entre os intelectuais do IHGRS fervorosos leitores.<sup>614</sup> Constatamos a aproximação e identificação dos sócios do IHGRS com o intelectual francês Ernest Renan no decorrer da década de 1920 e 1930, quando uma enxurrada de textos foram publicados, tematizando a formação da nação brasileira. Claro está que tal admiração adaptava-se ao nacionalismo que se pretendia forjar a partir da teoria das desigualdades das raças.<sup>615</sup> Renan, ao questionar as “*bases da existência das nacionalidades*” e as diferenças entre os Estados Nacionais modernos, afirma que é a fusão das populações que compõe e caracteriza uma nação.<sup>616</sup> A acepção de Renan baseava-se em duas premissas. A primeira delas é o resultado das circunstâncias de dominação e contato entre os povos. É a adoção da língua e dos costumes dos conquistadores que, segundo o autor, resultariam em uma “*influência profunda*” na população conquistada. Renan não nega as especificidades nacionais, porquanto para o autor as “*recordações coletivas são únicas*”. Para ele a “*essência de uma*

---

<sup>613</sup> HAROCHE, Claudine. op. cit. p. 88.

<sup>614</sup> Segundo Claudine Haroche “*Qu'est-ce qu'une nation?*” foi pronunciada em 11 de março de 1882 na Sorbonne e publicada em 26 de março de 1882 no boletim semanal da Association Scientifique de France. HAROCHE, Claudine. op. cit. p. 87.

<sup>615</sup> Segundo Lúcia Lippi Oliveira, na década de 1930, os intelectuais brasileiros propugnavam os ideais nacionalistas a partir da autoridade do Estado e do chefe como responsáveis pela construção da nacionalidade. O nacionalismo, segundo esta vertente, supõe a identificação de todos os membros de uma sociedade com um destino comum, destino cujos traços se originam no passado e são identificáveis no presente e asseguram um futuro comum. Por sua vez, assevera Lúcia Lippi, enquanto o nacionalismo romântico enfatiza o grupo primário e a comunidade, o nacionalismo do século XX assenta-se sobre a crescente identificação entre nação e Estado. Porquanto, o Estado é que sustenta e administra a ordem social e o bem comum. Neste sentido, os intelectuais deveriam se ocupar em identificar uma coletividade histórica em termos de nação, baseados nos fatores étnicos, geográficos e culturais. Sobre esta questão ver: GOMES, Ângela de Castro. VELLOSO, Mônica Pimenta, OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. Estado Novo: Ideologia e Poder, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 26.

<sup>616</sup> RENAN, Ernest. *Que es una nación?*; Cartas a Strauss. Estudio Preliminar notas de Andres de Blas Guerrero. Madrid: Alianza Editorial, 1987, p. 63.

*nação*” “*é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum e que todos tenham acreditado em muitas coisas*”.<sup>617</sup>

Se o que designa uma nação é este sentimento coletivo e de pertencimento a um passado comum, seria fundamental para um estado constituir-se como uma “*nação moderna*”, ter sido o “*resultado histórico produzido por uma série de fatos convergentes no mesmo sentido*”. Envidado pela preocupação em revelar as diferenças nacionais, Renan problematiza as noções de “*raça, língua, religião e geografia*”. Para ele, a raça, como resultado da “*mesclagem do sangue*” de “*uma grande caldeira*”, constitui um “*importante estudo para a história da humanidade*”. Todavia, adverte o autor, a raça perdeu sua importância pois as “*primeiras nações da Europa são nações de sangue mesclado*” desde o “*fundamento das origens*”. Nesse sentido, a etnografia, ciência que, segundo Renan, estuda as “*raças*”, não tem “*aplicação alguma na política*.” Por sua vez, o debate suscitado por Ernest Renan sobre a língua assevera que, ainda que dois estados fossem falantes de um mesmo idioma como a Inglaterra e os Estados Unidos, tal ocorrência não constituía uma única nação. Quanto à religião, esta “*tão pouco poderia oferecer uma base suficiente para o estabelecimento de uma nacionalidade moderna*”. Essa formulação era ressaltada por uma situação atual, de acordo com Renan, segundo a qual não haveria mais “*massas que crêem de modo uniforme*” em uma religião comum.<sup>618</sup>

Outra questão destacada pelo intelectual diz respeito à geografia, que tem um “*papel considerável na divisão das nações*”. Para ele a geografia não é pensada como uma ciência, tal qual a História e a Etnografia; antes, é o próprio contorno físico de uma região, as linhas sinuosas de uma paisagem. Ondulada em uma geografia assimétrica, as fronteiras nacionais eram delimitadas pelos rios que serpenteavam entre os vales e que “*conduziam as raças*”. A gradação das montanhas, por outro lado, limitavam a expansão e os “*movimentos históricos*”. Avesso a esta tese, pois disto poderia decorrer uma “*guerra sem fim*”, Renan questionava:

---

<sup>617</sup> RENAN, Ernest. op. cit. p. 66.

<sup>618</sup> RENAN, Ernest. op. cit. p. 81.

*“Se pode dizer, sem restrição, como o crêem alguns partidos, que os limites de uma nação estão escritos sobre o mapa e que esta nação tem o direito de abdicar-se caso seja necessário para “redondear” certos limites, para alcançar tal montanha ou tal rio aos quais se concede uma espécie delimitadora a priori? Não conheço doutrina mais arbitrária nem mais funesta. Com ela se justificam todas as violências. (...) este caráter de fronteira natural é que tem feito cometer tantas infrações a esse direito fundamental que é a vontade dos homens.”<sup>619</sup>*

E arremata:

*“Não, não é a terra em maior medida que a raça faz uma nação. A terra aporta o substrato, o campo de luta e trabalho, o homem aporta o espírito. O homem o é todo na formação dessa coisa sagrada que chama povo. Nada material é suficiente. Uma nação é um princípio espiritual, resultante de profundas complicações da história, é uma família espiritual, não um grupo determinado pela configuração do solo.”<sup>620</sup>*

Combinados estes elementos, ainda assim, não seriam suficientes para modelar uma nação. Para Renan, os efeitos dessas características são superficiais, substâncias reversíveis na constituição da nacionalidade. A nação, afirmava Ernest Renan, *“como o indivíduo, é a consequência de um longo passado de esforços, de sacrifícios e de desvelo”*. Logo, como substrato da nação estaria *“o culto dos antepassados”*. Essa definição tem uma abertura semântica que projetava no passado o presente. Daí a valorização de um *“passado heróico”* de *“grandes homens”* de *“glória”* que *“é o capital social sobre o qual se assenta uma idéia nacional”*. Se a nação é *“um princípio espiritual”* formada por um *“povo”* que empreende *“luta e trabalho”*, a configuração física do solo portanto, torna-se apenas um *“aporte material”* para o desenvolvimento nacional e da consciência cívica. Finalmente, o autor afirmava:

---

<sup>619</sup> RENAN, Ernest. op. cit. p. 81.

<sup>620</sup> RENAN, Ernest. op. cit. p. 82.

*“Ter glórias comuns no passado, uma vontade comum no presente, ter feito grandes coisas juntos, querer fazê-las todavia, é aqui a condição essencial para ser um povo. Se ama em proporção aos sacrifícios suportados, aos males sofridos. Se ama a casa que se construiu e que se transmite.”*<sup>621</sup>

Admitido em 1930 como sócio emérito do IHGRS, Othelo Rosa narrava, em seu discurso inaugural que Joaquim Nabuco havia sido influenciado pelo intelectual francês Ernest Renan a *“dedicar-se ao estudo da história”*.<sup>622</sup> Othelo Rosa afirmava não ter tido a *“glória dos conselhos”* do pensador francês; todavia, em sua mocidade, procurou *“discernir o sentido das coisas”* voltando-se para o passado, *“buscando de preferência nas páginas da história, repouso fugidio às agruras e às preocupações de uma existência rudemente vivida.”*<sup>623</sup>

O contato com a obra de Ernest Renan, contava Othelo Rosa, deu-se tardiamente. *“Submerso no tumulto da política militante”*, era preciso compreender os fenômenos sociais e interpretá-los para, dessa forma, ser capaz de propiciar argúcia e clareza nas análises históricas. A história seria assim, *“fonte inexaurível de inspiração e exemplo, mestra incomparável”* a guiar *“o passado incerto e tardo na floresta ameaçadora e densa da dúvida”*. Alicerçado em Renan, Othelo Rosa reafirmava a importância que ganhava o passado em momentos de *“decadência e de confusão social”* pois, *“desalentados com os*

---

<sup>621</sup> RENAN, Ernest.op. cit. p. 83.

<sup>622</sup> ROSA, Othelo. Discurso inaugural. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Typographia do Centro, 1930, p. 614.

<sup>623</sup> Segundo Ângela de Castro Gomes ao analisar a trajetória dos autores do suplemento literário do jornal A Manhã *“Autores e Livros”* e recompor a teia de relações existentes entre eles, afirma que o trabalho historiográfico era percebido diversamente para esses intelectuais. Para alguns, por exemplo, é como se fosse uma *“espécie de ponto de chegada”*, de *“culminância alcançada por uma escolha de fim de vida”*. Para outros é *“como se o trabalho historiográfico exigisse um acúmulo de erudição, uma disponibilidade de tempo e uma ‘paz’ interior, acabando por se tornar a opção final e definitiva de um homem de letras.”* Para Gomes, esse trabalho está longe de ser *“caracterizado como um hobby de aristocratas decadentes ou desocupados”* pois, *“não se faz história sem esforço e investimento pessoais.”* GOMES, Ângela de Castro. História e historiadores. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999, p. 45.

*erros e as tristezas da actualidade*”, os homens “vão procurar estímulo e consolação nas glórias e nas belezas do pretérito”.<sup>624</sup>

Conquanto, para essa interpretação, o presente é inscrito no espaço dos sentimentos cotidianos, das incertezas, das dores e angústias. Adaptando as proposições de Renan, quanto a configuração do sentimento nacional e os sentimentos essenciais que constituíam a “*alma do povo*”, Othelo Rosa afirmava:

*“Não será talvez o desânimo e a descrença que aos homens suggerem, em taes situações, o retorno ao passado, a evocação dos dias que já desapareceram, na clepsydra mysteriosa do tempo, à preferir emfim, às incertezas dolorosas da sua época, as lembranças e as recordações. Fazem-no, na anciada perquirição das verdades immortaes que dormem sob as cinzas dos séculos extinctos: fazem-no para encontrar e rever, nas palavras de hontem, nos homens de hontem, nos acontecimentos de hontem, exurgindo luminosamente do entre choque das paixões, do fragor rumoroso das luctas, dos ímpetos magníficos dos triumphos, da resignação corajosa das derrotas, das directrizes e das realizações da vida collectiva, essa força incoercível, latente, fatal, indominável, que é a alma de um povo.”*<sup>625</sup>

No interior dessa reflexão em que Othelo Rosa procurava “*as verdades immortaes*”, o “*passado*” seria extremamente relevante como substância básica para “*tonificar o sentimento pátrio, explicar os destinos duma Nação e fazer aproveitar os ensinamentos da sua experiência política*”. O estudo da história, segundo as interrogações de Rosa, não estaria mais no estágio “*embryonário da chronica*”. Contra tal argumento, ele localizava características particularmente agônicas daquilo que considerava “*fantasia histórica*”. O intelectual afirmava que, mesmo assentada em dados “*rigorosamente verdadeiros*”, a história era construída mais “*pelo esforço da imaginação do que pela investigação honesta e imparcial dos factos*”. Essa contundente constatação, segundo Rosa, gerava “*males innumeráveis, contribuindo para occultar os contornos exactos de certos*

---

<sup>624</sup> ROSA, Othelo. op. cit. p. 614.

<sup>625</sup> ROSA, Othelo. op. cit. p. 614.

*estágios na nacionalidade*”, além de “*desfigurar a physionomia real de typos representativos e centraes da vida brasileira*”.<sup>626</sup>

A coesão social, o “*espírito de coletividade*”, a “*alma do povo*” estariam, dessa forma, ameaçados pela desintegração total. Afinal, a “*consciência histórica*”, elemento fundamental na constituição da nação, somente poderia surgir “*luminosamente*” se o historiador não falseasse o passado em “*surtos de erros e de ilusões*”.<sup>627</sup>

A interpretação de Rosa remetia à idéia de uma operação historiográfica construída a partir do documento escrito como prova documental da verdade histórica. A reconstituição dos acontecimentos do passado era assim reafirmada através do levantamento minucioso dos “*factos destrinchados nas documentações authenticas*”. Neste sentido, o conhecimento “*verdadeiro*” e objetivo do passado seria possível através de um processo de rastreamento documental. Entretanto, alertava o autor, a história, cujo “*rigor científico é essencial, pois que a verdade é o seu objectivo maior*”, deveria ser “*vivificada e aclarada*” pelo “*espírito do historiador*”, sem que tal procedimento constituísse “*inexatidão ou improbidade*”.<sup>628</sup>

Essa afirmação reafirmava e potencializava a importância do rigor metodológico para a confiabilidade que deveria se armar o historiador. Essa espécie de manual, que definiria a pesquisa histórica, baseava-se fundamentalmente em três premissas: (a) a pesquisa dos documentos, sua localização e autenticidade, (b) a proveniência documental e sua classificação, (c) as operações de síntese, o agrupamento dos fatos e a composição da narrativa. Tal procedimento se constituía no que foi chamado de método histórico “*positivista*”, em que a função do historiador seria a de recuperar os eventos, suas interconexões e suas tendências através da documentação. A base de tal procedimento seria a composição de uma história narrativa, organizada segundo um tempo linear que é a sua essência. Esta assertiva considerava a narrativa histórica isenta de parcialidades e, por

---

<sup>626</sup> ROSA, Othelo. op. cit. p. 615.

<sup>627</sup> ROSA, Othelo. op. cit. p. 616.

<sup>628</sup> ROSA, Othelo. Discurso inaugural. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Typographia do Centro, 1930, p. 614.



convicção, neutra, pois que a crítica metódica das fontes impunha ao trabalho do historiador a ocultação do narrador. O resultado desta operação seria a transformação do relato histórico num espetáculo de tipo essencial, “*onde as coisas- e as pessoas – falam por si mesmas, onde os próprios personagens parecem atuar como protagonistas, exibindo-se em carne e osso para o leitor sem a interferência de qualquer vontade, de qualquer subjetividade externa*”.<sup>629</sup>

Enfim, o que se apresenta é a concepção de que a verdade dos fatos vem então à tona como algo natural, intrínseco ao próprio discurso narrativo. Afirmava-se a “*neutralidade*” do historiador, não havendo qualquer interdependência entre este e o seu objeto, os eventos históricos passados. Conquanto, a história existia na “*substância*” do documento, cabendo ao historiador a organização cronológica dos fatos.<sup>630</sup>

Neste sentido, a história científica seria produzida por um sujeito que se neutraliza para fazer aparecer o seu objeto. Não caberia ao ofício do historiador o “*extremo de supprimir as deficiências de dados e de índices*” com sua imaginação duvidosa. O historiador, ao evitar a construção de hipóteses, manteria a neutralidade axiológica e epistemológica na análise. As “*verdades immortaes*” seriam trazidas nesta operação, pois o historiador, ao adotar uma atitude de distanciamento dos “*séculos extinctos*”, obteria um conhecimento histórico objetivo, puro de toda distorção subjetiva.<sup>631</sup> Essa aceção, ao superestimar a eficácia do método em seu esforço de objetividade, acreditava na possibilidade de “*encontrar e rever, nas palavras de hontem, nos homens de hontem, nos acontecimentos de hontem*”<sup>632</sup> a verdade do passado.

Ora, se as “*predilecções individuaes*” dominavam o estudo da história, arriscava-se, dessa forma, a constituição de uma nação una e indivisa. O Brasil não derivava de um “*elemento pessoal como factor decisivo dos acontecimentos*”. Antes, a “*grandeza da*

---

<sup>629</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Ronda Noturna. Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. Estudos Históricos, n.º 1 Rio de Janeiro, p. 50.

<sup>630</sup> REIS, José Carlos. A História, entre a Filosofia e a Ciência. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, 74.

<sup>631</sup> REIS, José Carlos. op. cit. p. 19.

<sup>632</sup> ROSA, Othelo. Discurso inaugural. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Typographia do Centro, 1930, p. 614.

nação” resultava da “*harmonia profunda entre a acção e as aspirações e os desejos que a vontade colectiva desenhou e formou nos meandros subtis da consciência popular*”.<sup>633</sup> Para Othelo Rosa havia uma clara e intransponível fronteira entre a história e as “*demacias do romance ou da lenda*”. Ao historiador não competiria o trabalho da problematização das fontes, da análise dos documentos. Antes, os fatos históricos se tornariam verdadeiros objetos de contemplação, estabelecidos a partir dessa operação infalível da escrita da história. A descrição dos “*grandes feitos*” e dos “*grandes personagens*” somente possuiria algum sentido, quando o historiador “*clarificasse*” os “*factos e as datas*”. Aqui a finalidade da história ganharia definitivamente sua importância. A par disso, o historiador forneceria o sentido da afetividade com a pátria, afinal “*no Brasil, aonde o problema político-social impõe-se a todos os espíritos, dia a dia mais difícil e temeroso, a função da história é de relevância extrema.*”<sup>634</sup>

#### 4.2. Os Intelectuais e a “acção constructiva” da Nação

No discurso inaugural da sessão de apresentação do IHGRS, o intelectual Othelo Rosa procurava estabelecer as diretrizes e os “*elementos indispensáveis*” do trabalho do historiador. Contudo, até o final da década de 1940, não havia delineado fronteiras e interseções do que Rosa acreditava ser uma “*contribuição historiográfica*”. Segundo Ângela de Castro Gomes, nas primeiras décadas do século XX, os historiadores são um “*bom exemplo de produtores culturais em um amplo espaço do conhecimento, envolvendo biologia, etnologia, folclore, lingüística e geografia.*”<sup>635</sup> Encampando temas da flora e da fauna, das línguas indígenas e das festas religiosas, a produção intelectual dos sócios do IHGRS foi marcada por um elenco de textos que procuravam “*carrear para a história da nacionalidade elementos valiosos*” da história regional. Nesse sentido, a despeito do

---

<sup>633</sup> ROSA, Othelo.op. cit. p. 616.

<sup>634</sup> ROSA, Othelo.op. cit. p. 618

<sup>635</sup> GOMES, Ângela de Castro. História e historiadores, 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999. p. 16.

paradoxo apontado, Othelo Rosa postulava uma esfera de competência específica da história. Dizia o autor:

*“Entrecruzam-se hoje, inseparáveis no dizer de uns, indistintos, no conceito de outros, a história e a sociologia. Durkheim afirmou, com justeza duvidosa, que a história é o microscópio da sociologia, e mesmo aquelles que sustentam a diferenciação das duas disciplinas, confessam que a invasão de uma por outra é inevitável e fatal. O que é incontrastável é que a sociologia, tendo por objecto o estudo da sociedade, ha-de partir sempre da analyse do phenomeno social elementar que, seja a raça, como quer Gobineau, ou a evolução econômica, como prefere Karl Marx, ou o meio geographico conforme Ratzel, ou o número, a densidade e a mobilidade da população como preceitua Bouglé, ou a adaptação, segundo Spencer, só pelo processo da investigação histórica será convenientemente e sufficientemente explicado.”<sup>636</sup>*

A suspeição de Rosa quanto às “soluções fracassadas” para o desenvolvimento do país, resultavam da “*nossa cultura de empréstimo*”, dos estudos “*divorciados do senso das realidades e desattentos à nossa formação ethnica*”. A estes fatores o autor acrescentava a ineficiência das pesquisas sobre “*as nossas condições territoriaes, às nossas possibilidades econômicas, às deficiências, ou peculiaridades, da nossa educação cívica, às lições do nosso passado, à própria índole do povo brasileiro*”. Se as outras “disciplinas”, conforme afirmou Rosa, eram caudatárias da “*investigação histórica*”, caberia à “*história*” a operação de recuperar o passado e mostrar a “*permanência e continuidade do processo evolutivo*”. Em tal apreciação, Rosa afirmava, temeroso, que na “*República procuramos remédio aos nossos males sociaes e políticos, nas lições dos pensadores alienígenas*”, o que tornava então excepcional a acuidade para o estudo “*racional da nossa história*”:

*“(...) estudo amplo e superior, que comprehenda a marcha integral da nossa evolução; o desenvolvimento gradual da nossa cultura moral, jurídica, artística; a analyse e a influencia dos factores econômicos; as tendências e as*

---

<sup>636</sup> ROSA, Othelo. op. cit. p. 618.

*realizações do povo brasileiro, nos momentos culminantes da sua vida colectiva, e a sua capacidade de resistência, de energia, de bravura cívica e guerreira, de actividade e de trabalho, através da analyse serena e justa dos seus typos representativos; o mecanismo das nossas instituições políticas e a sua adaptação as nossas necessidades reaes, ou a sua inefficiencia como facto, gerador da grandeza e da prosperidade da Nação; este estudo, fazendo com que nós mesmos nos conheçamos profundamente, dará ao Brasil a consciência exacta de seu valor, e aos homens de boa vontade e patriotismo abrirá ensanchas para uma nobre, fecunda, reparadora acção constructiva e harmônica.”*<sup>637</sup>

O que avulta nas considerações de Othelo Rosa é uma profunda e acalentada vontade em fazer das preocupações com a escrita da história pátria um compromisso coletivo, avesso às paixões pessoais, e disso exaurir uma “*consciência exacta*” e “*reparadora*” dos problemas sociais. Tal proposição, afeita a um nacionalismo militante, defendia a tarefa de uma história nacional, capaz de “*eleva os espíritos*” e conduzir a formação do Brasil “*corajoso e forte, rico e prospero, livre e digno*”. O “*estudo amplo e superior*” da história, a “*analyse serena e justa*” da diversidade cultural e, por fim, o diagnóstico das “*necessidades reaes*” do país deveriam se constituir em ações, para reverter o atraso econômico e os problemas atribuídos à heterogeneidade étnica da nação. Somente por este caminho, o “*povo*”, reconhecendo a si mesmo conduzido pelo estudo sistemático e aplicado do passado, sairia do estado de inércia, para se elevar em direção do seu bom e correto futuro. A “*acção constructiva e harmônica*” da escrita da história, seria capaz de lembrar o povo do seu passado, limpar da opacidade a sua “*verdadeira identidade nacional*”.<sup>638</sup>

Essa operação intelectual e a delimitação do “*saber historiográfico*” constituiriam os elementos do “*espírito nacional*”. Trata-se de definir um “*sentido*” e uma “*valorização do passado*”. Segundo Rosa, interpretar uma realidade social requer do intelectual um tipo de aproximação que se efetuará através do uso de um método. Em outros termos, se a

---

<sup>637</sup> ROSA, Othelo. op. cit. p. 619.

<sup>638</sup> ROSA, Othelo. op. cit. p. 621.

“*consciência nacional*” está nos costumes, na raça, na língua e na memória, devendo todos ser identificados e recuperados, podemos perceber duas concepções de passado propostas nessa interpretação. Primeiramente de um passado vinculado à cultura popular e que, manifestando-se através de um conjunto de tradições, convive com o presente; e a de um passado histórico, ligado a uma idéia de tempo cronológico, progressivo e relacionado à memória de fatos e personagens singulares.

A idéia que se coloca é a de que o intelectual deveria, forçosamente, direcionar suas reflexões para os destinos do país; afinal, o momento exigia luta e engajamento, não se admitindo mais o escapismo e o intimismo. As “*realizações do povo brasileiro*” não poderiam ser imparcialmente analisadas por estrangeiros, levando, desta forma, a imprecisões e inverdades, pois a estes atribuía-se a idéia de decadência e resignação diante da “*bravura cívica e guerreira*” do Brasil. Daí o tom de urgência, alertando sobre o papel dos intelectuais que deveriam assumir definitivamente a missão de encontrar a identidade brasileira. Nesse sentido, importa-nos perceber e problematizar a produção dos intelectuais sócios do IHGRS que, como funcionários da máquina burocrática do governo de Flores da Cunha, buscaram participar da construção da “*nova ordem*” que se acreditava instalada com a “*Revolução de 1930*”. São professores, secretários de Estado, magistrados, engenheiros e militares reunidos no IHGRS e que se auto-proclamavam intérpretes da vida social, desempenhando um papel vital na formulação de visões sobre o passado da nação. A tradição que procuram instaurar toma como referência “*os princípios republicanos e federativos*” da Revolução Farroupilha. Para tanto, a tradição é construída pelo esforço de recuperação de uma dimensão do passado contribuindo, desta forma, decisivamente para a legitimação da autoridade política do governante.<sup>639</sup>

Ao analisar esta questão, Lúcia Lippi de Oliveira enfatiza que o reconhecimento dos intelectuais por parte das elites da sociedade foi condição fundamental desta estratégia

---

<sup>639</sup> Segundo Maria Helena Capelato, nos anos de 1930, o Estado brasileiro ao incorporar os intelectuais à máquina burocrática, procurou implementar seu projeto político e conseguir apoio de uma parcela da população, entretanto, sem mobilizar as camadas populares para participarem da esfera política. Sobre esta questão ver: CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: novas histórias. In.: FREITAS, Marcos Cezar de. (org.) Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 1998, p. 211.

política nas primeiras décadas da República. Para ela, a aproximação dos intelectuais à esfera da administração pública pode ser analisada a partir de duas vertentes. A primeira delas se refere às crenças e valores que justificam a aproximação dos intelectuais ao poder. Como homens de ciência, esta associação apontava os intelectuais como seres dotados de “*qualidades superiores*” e identificados à figura do “*sábio*”.<sup>640</sup> Por sua vez, na outra vertente, o Estado, ao procurar absorver os intelectuais como co-participantes de seu projeto de governo, considera-os capazes, de modo mais direto e imediato, em conhecer as aspirações do “*inconsciente coletivo de um povo*”.<sup>641</sup>

Enfim, além do aparato político-jurídico do qual o Estado procura lançar mão, também expressa o reconhecimento dos intelectuais enquanto agentes de um processo de transformação nacional, constituindo e designando-os como atores políticos de primeira grandeza na tarefa de emancipação cultural.<sup>642</sup> Ocupando cargos em secretarias, ministérios, conselhos consultivos e departamentos técnicos, muitos desses intelectuais, incorporados pelo governo, procuraram atenuar o grau de dependência em relação ao

---

<sup>641</sup> Segundo Lúcia Lippi de Oliveira, ainda que no pós-1930 se verifique no Brasil uma multiplicidade de intérpretes e interpretações, a maioria dos “*membros da elite intelectual e política*” defendiam o projeto centralizador para a política brasileira. Uma acirrada crítica ao modelo liberal, consubstanciado na Constituição de 1891 e os problemas econômicos enfrentados pelo país durante a República Velha, tornavam indefensável a defesa dos princípios federativos. Para Lúcia Lippi de Oliveira, mesmo os defensores do federalismo admitiam ser necessário combater seus excessos, caracterizados pelo regionalismo oligárquico. Havia no Brasil uma inadequação do federalismo à nossa realidade. O sistema federativo teria provocado a exacerbação do presidencialismo que correspondia de fato a um “*unitarismo baseado no suborno político das unidades da federação*.” A discussão que se travava sobre os males do federalismo e do presidencialismo ocupou a elite política e intelectual brasileira durante o período do Governo Provisório e se acentuou nos debates da Constituinte de 1934. O que se pretendia era encontrar uma fórmula capaz de combinar a realidade histórico-social do país com o projeto de salvação nacional, objetivo da Revolução de 30. OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *Tradição e Política: O pensamento de Almir de Andrade*. In.: GOMES, Ângela de Castro. VELLOSO, Mônica Pimenta, OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *Estado Novo: Ideologia e Poder*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 32. Entretanto, para a elite intelectual e política do Rio Grande do Sul e para Flores da Cunha, o projeto federativo deveria ser respeitado a todo custo, ampliando o poder de barganha dos estados federados. Até 1937, conforme analisamos nos capítulos precedentes dessa tese, o que se percebe é uma acentuada tentativa do governo de Flores da Cunha em manter um canal de discussão com o governo Vargas, solicitando urgência às demandas econômicas e políticas do Rio Grande do Sul.

<sup>642</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *Tradição e Política: O pensamento de Almir de Andrade*. In.: GOMES, Ângela de Castro. VELLOSO, Mônica Pimenta, OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *Estado Novo: Ideologia e Poder*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 34.

Estado fortemente centralizador. Para esses intelectuais, ao ingressar nos cargos disponibilizados pelo Estado, eles estariam em melhores condições para realizar obras que expressassem verdadeiramente os anseios da coletividade e, portanto, a sua atuação constituía-se nos canais de expressão das necessidades da própria nação e não na promoção dos interesses de um grupo dirigente qualquer.<sup>643</sup>

A assertiva do discurso inaugural de Othelo Rosa refazia a tese do intelectual Ernest Renan porém, assim como aquele, não rejeitava as implicações da raça, da língua e da geografia na formação da nacionalidade de um povo. Nisso não assoma qualquer incongruência ou incompatibilidade na “*acção redemptora*” da história. Antes, para Othelo Rosa:

*“A história com base na investigação rigorosa e imparcial, a luz de uma intuição psicológica arejada e clara, com equilibrados propósitos morais, será sem dúvida o fundamento maior, mais fecundo e verdadeiro, da obra inadiável e grande da renovação da sociedade brasileira. – problema fundamental que a geração de hoje cumpre resolver, sob pena de a nós mesmos crearmos um porvir presago e doloroso, perseverando no erro das ideologias e dos romantismos, e legando aos porvindouros a herança tremenda e funesta de uma nacionalidade sonhadora e combalida, sem rumo certo e sem destino lógico, pois que mutilada nessa força incoercível e prodigiosa da tradição, única capaz de operar o milagre da coesão de uma raça e da unidade moral e mental de um povo.”<sup>644</sup>*

Para os intelectuais do IHGRS, a instituição deveria, assim como a escola, ser o lugar privilegiado para o culto do passado, para comemorar as datas cívicas e, sobretudo, assegurar a regeneração da consciência nacional. As sessões festivas em que os escritores eram admitidos sócios da agremiação freqüentemente se tornavam ocasiões para o

---

<sup>643</sup> LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. Memória de Si, História dos Outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004, p. 07.

<sup>644</sup> ROSA, Othelo. op. cit. p. 620.

intelectual expor suas “*considerações*” sobre o ofício do historiador, as finalidades da escrita da história, render homenagens a “*valerosos exemplos*” e reafirmar os objetivos aos quais deveria se ater o Instituto Histórico.<sup>645</sup>

As sessões de apresentação e admissão dos novos sócios constantemente contavam com um discurso de saudação em que o orador do instituto retomava as finalidades da agremiação, elencando as prerrogativas do estatuto. Certamente, tal procedimento não cumpria apenas finalidades protocolares. Antes, reafirmava laços de afinidades, instando ao novo sócio o exame de sua filiação intelectual e o cumprimento de algumas solicitações. Nesse sentido, do orador, ao qual caberia a apresentação do novo sócio, esperava-se um discurso narrando a trajetória intelectual e os motivos da associação. Os trâmites desse arranjo situavam o “*lugar social*” daquele que era apresentado e de seu apresentador. É possível identificarmos nesse ritual a construção de redes de compromissos que envolviam, desde a reafirmação de vínculos de amizade, a favorecimentos em pareceres técnicos para a publicação de artigos na revista da instituição. No discurso de apresentação dos novos sócios Leonardo Macedônia e Walter Spalding em 1932, Adroaldo Mesquita da Costa dizia do primeiro que:

*“Os tesouros de sua inteligência; o zelo no desempenho de todos os seus encargos; a modelar conduta cívica; a competência profissional e a austeridade no seu exercício merecem-lhe de seus pares os honrosos postos de presidente do Instituto da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul e de vice-presidente da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre. Quem possuindo tão dignificantes títulos, só os tem honrado por um desempenho brilhante e cabal nesta casa, há de continuando o seu passado, contribuir cada vez mais, para o seu progresso e para guinda-la sempre mais aquela altura em que a desejam ver quantos aqui trabalham e se*

---

<sup>645</sup> Para Carlos Guilherme Mota, baseado em Antônio Candido, os anos de 1930 foram vitais para a historiografia brasileira pois, segundo ele, neste período avultam os trabalhos que procuram uma “*redescoberta do Brasil*”. Para Mota a interpretação da realidade brasileira foi tocada pela Semana de Arte Moderna e pela Fundação do Partido Comunista. Nesse contexto, surgem as obras *Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado Jr., publicada em 1933, *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, em 1933 e *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda, em 1936. Sobre esta questão ver.: MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1978, p. 31.



*esforçam para o engrandecimento moral e cultural do Rio Grande do Sul e da Pátria.*”<sup>646</sup>

Ao que indica no discurso, Leonardo Macedônia, segundo Adroaldo Mesquita da Costa, levava para o IHGRS a experiência “*consagrada ao bem público*” pelo “*império da lei*”. Por sua vez, afirmava o orador, como professor da “*cátedra de Direito*” Leonardo Macedônia ensinava, além da disciplina jurídica, a “*amar a pátria*”, plasmando o cidadão “*a ter um carinho especial pelo estudo de sua história*”. Ademais, ao “*incutir em seus alunos*” a “*idolatria das cousas sagradas*”, a conservação dos “*costumes e tradições*”, o “*culto apaixonado pela nossa bela língua*”, Macedônia cumpria a tarefa a que se destinava o ensino de história. A admissão do advogado-professor representava para os sócios do IHGRS o reconhecimento e a admiração de um conhecido jurista que a “*mais de trinta anos as gerações que se sucedem, de par com a ciência que aprendem, tem ido haurir, do emérito professor, sólidos conhecimentos e fecundos conselhos*”. Por sua vez, a nomeação do jovem intelectual Walter Spalding era a forma de garantir a continuidade da agremiação.

*“Valter Spalding é a aurora radiosa que desponta. Apenas desabrocha a sua mocidade e o seu espírito cintilante brilha, já em toda a sua pujança na galeria dos beneméritos de nossa história. Quando, em regra nessa idade, a juventude sonha com amores e seu exaure no rimário dos versos, o jovem recipiendário, enclausurava-se nos arquivos, remexia papéis velhos, cotejava documentos, coletava tradições esparsas, tudo examinando através do cadinho de uma crítica serena e justa.*”<sup>647</sup>

Após a publicação de vários “*ensaios na imprensa periódica*” e em revistas especializadas e com o primeiro volume de uma série intitulada “*Farrapos*”, Walter

---

<sup>646</sup> COSTA, Adroaldo Mesquita da. Discurso de saudação feito pelo dr. Adroaldo Mesquita da Costa aos novos associados srs. Dr. Leonardo Macedônia e Valter Spalding. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, IV Trimestre, 1932, p. 270.

<sup>647</sup> COSTA, Adroaldo Mesquita da. op. cit. p. 271.

Spalding estava habilitado a participar como sócio no IHGRS. Entretanto, Mesquita advertia que os domínios da escrita da história deveriam estar distantes da paixão e das veleidades pessoais. Se “*no julgamento de fatos e na apreciação de atitudes*” o historiador, em alguns momentos, era dominado pela paixão que lhe obscurecia a visão “*para não ver a verdade*”, caberia o exemplo da “*imparcialidade e da objetividade*” do juiz como referência da construção do “*saber histórico*”. A verdade, neste sentido, estaria no interior do documento, externa à vontade do historiador. O historiador, partindo destes pressupostos epistemológicos, arrola fatos e testemunhos e emite uma sentença. Assim, as sentenças do historiador eram legitimados por meio de um processo praticamente judicial, através da análise dos documentos que, neste caso, são considerados provas irrefutáveis do passado.<sup>648</sup> O método historiográfico era assim afirmado:

*“Ajustando as peças do processo que a cronologia lhe fornece; pesando a prova ministrada pelas memórias, e por todos os meios em que se pode ela revelar, deve ele sentenciar, com a serenidade do magistrado. A judicatura do historiador é a de exercício mais difícil. Quanto é ele chamado a desempenhar a sua tarefa, se as paixões estão ainda efervescentes, pode ser por elas contagiados. Se extinguiram por completo, é mister uma grande acuidade de visão e o auxílio de fina psicologia, para bem aprender, na urdidura dos fatos e na trama dos acontecimentos, o seu nexo causal e, o íntimo liame que a todos une, na disparidade dos fenômenos.”*<sup>649</sup>

Tal concepção do “*fazer história*”, em Leonardo Macedônia, transforma a matéria histórica em narrativa reconstituidora do fato e sua interpretação em sentenças emitidas à luz de determinados valores com o “*auxílio da fina psicologia*”. Caberia ao historiador tecer a “*trama dos acontecimentos*”, isento de “*paixões efervescentes*”. Nesta acepção, esperava-se do intelectual “*grande acuidade de visão*” pois o trabalho de exegese e estabelecimento de uma ordem, de um “*nexo causal*” dos acontecimentos passados, seria

---

<sup>648</sup> WEHLING, Arno. Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 135.

<sup>649</sup> COSTA, Adroaldo Mesquita da. op. cit. p. 271.

um “*exercício mais difícil*”. Ao “*ajustar as peças do processo*”, o historiador reconstituiria, na “*urdidura dos fatos*”, o passado histórico. Este procedimento “*científico*”, dominado pela prova documental e arquivística, torna-se-ia “*meios em que se pode*” “*revelar*” a totalidade do passado.<sup>650</sup>

No discurso inaugural de admissão em 1932, Walter Spalding inicia observando os princípios afirmativos da “*História*” e reafirmando a tese do seu colega Adroaldo Mesquita da Costa. Para ele, diferentemente “*do que diziam*”, a “*História, por exemplo registrando em suas páginas uma guerra com todos os seus pormenores, imparcialmente, está longe de incentivar paixões, fomentar discórdias, alimentar ódios*”. “*Registrando-a*”, afirmava o autor, “*a História não faz mais que conservar aquele fato para exemplo futuro*”.<sup>651</sup>

Ao partir dessa prerrogativa, o historiador, sob bases científicas, deveria exclusivamente ser capaz de expressar o fato. Para tanto, o apego ao documento, o esforço obsessivo em separar o “*falso do verdadeiro*”, o culto do fato histórico, permitiria ao historiador tornar a história a “*alma em defesa da Pátria*.” Há nesta consideração, um enfático discurso ao “*fabricante de história*”, aqui considerado pelo intelectual um “*romancista*”, aquele que sem “*compulsar obras*”, confrontar documentos e “*examinar os inúmeros prós e contras*”, faz “*a sua história, uma história sui-generis em que a fantasia predomina*”.<sup>652</sup>

Para Spalding tais escritos trariam danos irreparáveis a “*verdadeira História*”. Com efeito, o intelectual elabora uma clara e distinta oposição, entre aquilo seria a “*História*” e a “*literatura*”.<sup>653</sup> A primeira seria o resultado de uma metodologia dividida em três partes: “*a*

---

<sup>650</sup> COSTA, Adroaldo Mesquita da. op. cit. p. 271.

<sup>651</sup> SPALDING, Walter. A história na vida dos povos. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, IV Trimestre, 1932, p. 282.

<sup>652</sup> SPALDING, Walter. op. cit. p. 282.

<sup>653</sup> Nas primeiras décadas do século XX, uma acirrada discussão se estabelece sobre a definição das ciências sociais enquanto disciplina forjando, assim, um embate entre as ciências ditas sociais e a literatura. Para Giselle Martins Venâncio, definia-se, dessa forma, “*os limites dos espaços literários e científicos, à medida que se tentava identificar quem eram os ‘homens de letras’ e os ‘homens de ciência’*”. Na Academia Brasileira de Letras, criavam-se polêmicas com a eleição de indivíduos considerados “*homens não de letras*”, os “*homens de ciência*”, auto-definindo-se como intelectuais

*busca, ou pesquisa, a crítica e a vida da história*". Enquanto o historiador, partindo desse método, reconstrói os eventos passados, o "romancista" os cria em sua fantasia e imaginação. A investigação e escrita da história, por sua vez, "requer paciência, calma, ponderação, imparcialidade", conquanto que o romance, o conto e a poesia, prescindiriam de tais assertivas. Para Spalding, através dos documentos, o historiador reconstituiria um fato histórico singular, característico e irrepetível. A história, para ele, era uma ciência que pertencia ao ramo da crítica e não ao da eloquência pois, o historiador, dotado de procedimentos rigorosos e juízos equilibrados, deveria buscar a realidade dos fatos. Em um lance, ao distinguir e definir as intransponíveis fronteiras entre a "História e a literatura de ficção", Spalding apresentava quais seriam os "fins e o papel que representa na vida dos povos" o estudo da história pátria:

*"A História nada mais é, na acepção mais ampla do termo, que a representação, ou reprodução sistemática e fiel dos fatos e dos acontecimentos de toda a espécie realizados no passado. (...) Contando o passado a luz de documentos autênticos e do testemunho dos coevos, de um povo, de uma nação, de um núcleo, revive aquele passado longínquo e mais instruí do que deleita, porque o papel da História é ensinar, e a História, como já foi redito, é a mestra da vida."*<sup>654</sup>

Na "reprodução sistemática e fiel dos fatos e dos acontecimentos de toda a espécie realizados no passado", o intelectual definia uma distinção entre o cronista e o historiador, pois o primeiro estaria comprometido com a narrativa sobre os fatos que havia testemunhado, enquanto que o segundo deveria contar o "passado à luz de documentos

---

que lutavam pelo progresso científico da nação, passavam a questionar o papel dos literatos, que, segundo eles, se afastavam dos problemas mais urgentes do país. VENANCIO, Giselle Martins. Cartas de Lobato a Vianna: uma memória epistolar silenciada pela história. In.: GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 115. Por sua vez, para Roger Chartier, ao investigar a definição do significado da expressão "homem de letras", afirma que durante o século XVIII, alguns intelectuais idealizaram os letrados como indivíduos voltados para o estudo, a leitura e a vida em gabinetes. Todavia, se essa era a imagem ideal do homem de letras, a ela correspondia, desde o século XVIII, uma outra, mais real e cotidiana, marcada justamente pelas estratégias de intercâmbios intelectuais e políticos. Sobre esta questão ver.: CHARTIER, Roger. L'homme de lettres. In: VOVELLE, Michel. L'homme des lumières. Paris: Seuil, 1996, p. 160.

<sup>654</sup> SPALDING, Walter. op. cit. p. 285.

*autênticos e do testemunho dos coevos, de um povo, de uma nação, de um núcleo*". Segundo Arno Wheling, falava-se no trabalho do cronista como redator de "*memórias*" que deveriam servir ao trabalho mais nobre da elaboração de "*histórias*".<sup>655</sup>

Assim, se estabelecia uma concepção de hierarquia entre a história e a crônica. Por esta razão, Spalding rechaçava um modelo em que se atribuía a "História" como a "*ciência dos palpites, das paixões políticas, das simpatias de raça, e predileções pessoais*". Antes, deve-se seguir a "*risca a metodologia da História, pondo de lado os sentimentos, paixões e simpatias*", por "*este ou aquele herói ou pseudo herói*". Este plano metodológico constituía a base fundamental do ofício do historiador. Ao refutar a parcialidade do historiador na escrita da história, Spalding reafirmava o "*seu fim único que deve ser A VERDADE*". Na impossibilidade em obter as "*provas documentais*", o caminho indicado para a resolução desta questão seria contar "*que outros pesquisem e elucidem o fato*". Tal procedimento, além de primordial, pois exigiria o cotejo das fontes para a reconstituição dos acontecimentos passados, resultaria, indelevelmente, em uma "*obra de colaboração perfeita e completa*".<sup>656</sup>

Conquanto o que o intelectual afirmava era a importância da história para a formação e o desenvolvimento das nações. Neste sentido, os exemplos aqui tomados são a Alemanha a Itália e os Estados Unidos. As primeiras nações guiadas pelas lições da história "*avançaram para a senda do progresso, despertando inveja e curiosidade*". Por sua vez, diferentemente dos países hispânicos da bacia platina, em que sempre estiveram envolvidos "*em revoltas e aos trancos e barrancos*", nos Estados Unidos a paz e um "*verdadeiro sentimento de patriotismo*" serviram para a conquista de um "*grau máximo de cultura, de felicidade e de riqueza*".<sup>657</sup> Estes exemplos da "*influência da História*",

---

<sup>655</sup> WEHLING, Arno. Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 141.

<sup>656</sup> SPALDING, Walter. A história na vida dos povos. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, IV Trimestre, 1932, p. 287.

<sup>657</sup> SPALDING, Walter. op. cit. p. 287.

deveriam ser considerados no Brasil, afinal, poderiam livrar o país, das “*ambições caudilhescas*”.<sup>658</sup>

#### 4.3. A “raça”, o meio e a língua na formação da Nação

No relatório encaminhado ao Presidente do IHGRS, o 1º Secretário do Instituto, Leonardo Truda declarava-se preocupado que os “*testemunhos do passado andam aí dispersos, em muitos casos ao abandono, em outros irremediavelmente*” perdidos. Assim sendo, tornava-se urgente a participação do Instituto para “*salvar o que ainda resta, urgia ativar, coordenar metodizar o estudo de toda a documentação histórica da nossa existência passada*”. Nessa interpretação caberia à geografia “*desenvolver o estudo do cenário magnífico em que a*” história se “*desenvolveu*”.<sup>659</sup> Para tal concepção, a natureza estava vinculada irreversivelmente à condição de cenário, porém capaz de explicar e delinear profundamente os limites da nação. Assim como o patrimônio documental, organizado e catalogado nos arquivos do acervo do IHGRS, a natureza fornecia “*materiais*” de geologia, botânica, paleontologia, para assegurar uma fiel representação do Brasil. Estes objetos, classificados e ordenados teriam, por si, a capacidade de visibilizar o passado “*histórico e natural da nação*”.<sup>660</sup>

---

<sup>658</sup> SPALDING, Walter. op. cit. p. 288.

<sup>659</sup> Relatório apresentado ao Presidente do IHGRS, 04-08-1921, p. 522.

<sup>660</sup> Para Sônia Regina Pinto Soares os intelectuais do IHGB no século XIX tiveram suas produções vinculadas ao Romantismo. Segundo a autora, o Romantismo não foi somente um movimento de estética literária, mas “*verdadeira revolução*”, um movimento político-cultural, que apresentou como forte tendência a busca de algo novo e inexplorado. Nesse sentido, o *caminho percorrido pelos românticos brasileiros foi o de exaltação nacionalista*, pautada em fatos e sobre a natureza exuberante. Desta forma não estamos afirmando que a preocupação dos intelectuais do IHGRS nos anos de 1920 e 1930 em recuperar a “*conquista do território*” e descrever a natureza como elemento que amalgamado com a *raça*, criou as *profundas raízes da nação*, seria algo novo no pensamento intelectual brasileiro. Sobre esta questão ver: SOARES, Sônia Regina Pinto. Joaquim Noberto de Souza Silva: Historiador – um olhar sobre Minas Gerais Colônia. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social, UNICAMP, Campinas, 2002, p. 107.

As arguições do presidente Florêncio de Abreu antecipavam, segundo o secretário do IHGRS e Diretor do Museu Júlio de Castilhos Eduardo Duarte, a participação do estado nas festividades do centenário da independência em 1922.<sup>661</sup> As festividades do centenário que se aproximava, seria uma excepcional oportunidade para os intelectuais do IHGRS, nas palavras de Eduardo Duarte, para desfazer os erros, as inverdades, as falsas apreciações que “*correm o mundo em livros de autores estrangeiros sobre o Rio Grande.*”<sup>662</sup> Certamente, as tais inverdades citadas pelo secretário do IHGRS diziam respeito ao “*caráter separatista*” do Rio Grande do Sul, motivo de grande preocupação dos intelectuais riograndenses nas primeiras décadas do século XX. Destacavam-se as comemorações do centenário em 1922 para atestar aos “*compatriotas*” que a história do Rio Grande do Sul estaria “*estritamente vinculada aos principais fatos da história do Brasil e da civilização*”.<sup>663</sup> Assim, os “*pontos controversos ou insuficientemente explicados*”, poderiam ser corrigidos através de uma obra “*genuinamente nacional*”. Destas “*inverdades*” que ameaçavam a condição edificante do passado riograndense na história nacional, Eduardo Duarte interpelava “*as monstruosidades da Revista Brasil*”, onde “*levianamente*” foram editados trechos do “*Diário do Dr. André Rebouças*”. Segundo Duarte, os “*crimes ali atribuídos aos riograndenses, a veemente e injusta linguagem com que ali se maream verdadeiras glórias nacionais*” incorriam em um erro irresponsável. A “*incoerência*” da revista paulista seria “*esmagada pelo juízo da história*”. Afinal, a

---

<sup>661</sup> Em 1934 uma comissão foi organizada para prestar homenagens ao sócio do IHGRS Eduardo Duarte. Dante de Laytano, Othelo Rosa e Florêncio de Abreu assinaram artigos publicados na revista da agremiação, elaborando uma espécie de biografia sobre o intelectual. Na ocasião Eduardo Duarte completava 35 anos de “bons serviços prestados ao Estado” como professor, e presidente do Arquivo Histórico do Estado. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, IV Trimestre, Ano XIV, 1934, p. 273.

<sup>662</sup> Ata da sessão de Instalação e Posse do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 19-Novembro-1921.

<sup>663</sup> O Congresso Internacional de História da América, que se realizaria no Rio de Janeiro por ocasião das festividades do centenário da Independência teve restrita participação do IHGRS. De acordo com o Presidente da agremiação, Florêncio de Abreu, devido “*ao pequeno prazo de que dispõe o Instituto, não*” seria possível constituir uma comissão regional que se “*incumbia de organizar teses especiais sobre a história do Rio Grande do Sul, de modo a serem distribuídos pelos sócios e explanadas até março de 1922*”. A solução encontrada pelo Presidente Abreu, dentro das cláusulas do Instituto, foi aprovar a elaboração “*abreviada de teses para ser apresentadas ao Congresso*”. In.: Revista do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul, III Trimestre, 1921, p. 513.

manutenção da unidade e das fronteiras nacionais, segundo acepção do intelectual, seriam obra da “*nobre altivez*” riograndense.<sup>664</sup>

Na mesma sessão inaugural, o orador oficial Emílio Souza Docca retoma a questão “*inexplicável*” da inexistência de “*tão útil e patriótica instituição*”. Afirmava Souza Docca que semelhantes agremiações em outros estados têm sido “*e serão sempre o mais lisongeiro atestado da cultura e do civismo dos povos que as mantêm*”.<sup>665</sup> Em consonância com a acepção de história que o presidente Florêncio de Abreu assinalava, para Souza Docca os estatutos, o regimento, a organização do IHGB modelavam o IHGRS, afinal, no “*seu gênero*”, foi “*a primeira da América e uma das principais do mundo*”.<sup>666</sup> O atrelamento à instituição nacional buscava assegurar a continuidade da agremiação riograndense como “*valor inestimável*” a sociedade brasileira. Contando, à época da fundação do IHGRS, com 81 anos, o IHGB tornara-se para a “*pátria uma utilíssima instituição*” e sua revista um “*manancial precioso*” para os estudos de história e geografia do Brasil.

Para Souza Docca, quando da fundação do IHGB, toda a sociedade brasileira do período foi representada por seus “*fundadores*”: um magistrado, um padre e um soldado. No intuito de estabelecer uma linhagem entre as duas instituições, segundo Souza Docca, o Rio Grande do Sul teve como o “*primeiro presidente da benemérita associação o Visconde de São Leopoldo*”. A herança assim vinculada partia do “*magistrado*” intelectual que escreveu “*preciosos trabalhos históricos*” como os “*Anais da Província de São Pedro*”.<sup>667</sup> A condição “*civilizatória*” do Rio Grande do Sul era atestada na afirmação de que teria sido o Visconde de São Leopoldo, presidente da província, que teria fundado a casa de caridade em Porto Alegre, instalado a primeira tipografia no Rio Grande do Sul e criado os cursos jurídicos em São Paulo e Olinda. Tais marcas de “*profundo nacionalismo*”

---

<sup>664</sup> Ata da sessão de Instalação e Posse do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 19-11-1921, p. 133.

<sup>665</sup> DOCCA, Souza. Discurso do orador oficial. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1921, p. 127.

<sup>666</sup> DOCCA, Souza. op. cit. p. 128.

<sup>667</sup> DOCCA, Souza. op. cit. p. 129.



riograndense, segundo o orador do IHGRS, elevou o nome do Brasil entre os povos “*mais cultos do mundo*”.<sup>668</sup>

O IHGRS buscava a elaboração de uma “*história geral*” do estado e sua participação histórica na formação do país. Mereciam destaque as obras já publicadas sobre o estado, entretanto, segundo Souza Docca, mesmo prestando relevantes serviços à pátria, o “*cunho didático*” desses trabalhos eram esforços individuais, obras de caráter pessoal e “*capítulos*” esparsos, que confrontavam com o indispensável trabalho conjugado e “*harmônico de muitos*”.<sup>669</sup>

Dentre os sócios do IHGRS, Lindolfo Collor destacava-se como um dos mais atuantes intelectuais nas décadas de 1920 e 1930, participando ativamente na comissão de redação da Revista oficial da instituição, elaborando pareceres técnicos sobre textos publicados pela editora Livraria do Globo e apresentando nomes de novos sócios. Esse intelectual, em carta enviada ao Presidente da República em 1921, narra a fundação do IHGRS. Na missiva, Collor expõe os “*desígnios comuns*” da agremiação e a importância de “*cultivar a história*”. Esta perspectiva historiográfica baseava-se, fundamentalmente, na doutrina positivista de Augusto Comte, como se refere o próprio intelectual. A “*observação*” “*positiva*” dos fatos que se sucedem no tempo, dizia Collor, devem conduzir as ações do presente. Para ele, a ordem social e a prosperidade futura pautavam-se não em uma improvisação desmesurada, sem nexos ou continuidade. Se assim o fosse, isto equivaleria a estabelecer o caos “*em todas as conquistas do espírito humano*”.<sup>670</sup>

Assim como as leis físicas que ordenam os astros celestiais, a história, para Collor, seria regida por leis universais. O intelectual afirmava na carta que a história baseada em leis tão imutáveis, como as da matemática, não era o “*simples relato empírico do predomínio de certos fatores ocasionais*”. Se faltava uma sistematização da história, como das “*ciências que a precedem na escala dos conhecimentos*”, caberia aos intelectuais do

---

<sup>668</sup> DOCCA, Souza. op. cit. p. 129.

<sup>669</sup> DOCCA, Souza. op. cit. p. 129.

<sup>670</sup> COLLOR, Lindolfo. A história e o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. LC pi 00.00.00/6 (Textual) CPDOC-FGV.

Instituto Histórico esta “*nobre missão*”. O estudo historiográfico, para Collor, se destinava a uma dupla e “*convergente finalidade*”: preparar o futuro pelo conhecimento do passado e fixar leis que deveriam reger o “*gradual desenvolvimento da humanidade*”, tanto moral como material.<sup>671</sup>

Essas preocupações com o estudo da história e da geografia apontadas pelo intelectual Lindolfo Collor, antecipavam as temáticas mais constantes na produção do IHGRS ao longo das décadas de 1920 e 1930. Nesse momento pareciam fundamentais na elaboração de um discurso que pudesse sustentar a nação brasileira. Nota-se nesse período uma profunda preocupação na exaltação de certos aspectos da cultura e da sociedade brasileira, buscando símbolos que fossem capazes de representar a nação.<sup>672</sup> Por sua vez, acreditando-se responsáveis pela condução da nação, únicos capazes de salvar do “*esquecimento e do abandono*” o passado obscuro e selar um mundo de conquistas e possibilidades futuras ao país, os intelectuais riograndenses nas décadas de 1920 e 1930 empreenderam um “*trabalho coletivo*” na recuperação “*de uma secular vibração patriótica em face dos inimigos da Pátria*”.<sup>673</sup>

O Brasil, com suas fronteiras continentais, ostentando um patrimônio territorial invejável aos demais países latino americanos, deveria justificar a ocupação e manutenção

---

<sup>671</sup> COLLOR, Lindolfo. op. cit. p. 2.

<sup>672</sup> Para Silvia Lopes Raimundo, manifestações da cultura e do território nacional passaram a ser extremamente valorizados na afirmação dos elementos fundadores para a criação da nacionalidade nas primeiras décadas do século XX. Este embate que buscou assegurar uma “*figura nacional*” foi travado em vários estados da Federação. Diferentes grupos de intelectuais buscaram concretizar e legitimar a partir da elaboração de uma matriz local-regional o caráter “*tipicamente brasileiro*”. Além do bandeirantismo paulista, propugnado pelos intelectuais paulistas nas primeiras décadas do século XX, surgiu o “*mito da mineiridade*”. Nesse sentido a montanha mineira, representante do isolamento e da fidelidade ao passado, faria frente ao cosmopolitismo do Distrito Federal. Minas Gerais para esta vertente, aparecia como berço da brasilidade e dos ideais republicanos comungados à Conjuração Mineira. In.: RAIMUNDO, Silvia Lopes. A invenção do Mito do Bandeirante: Tradição e Pensamento Regionalista na Historiografia Paulista das décadas de 1920-1930. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP: São Paulo, SP, 2001, p. 18. Já a região do Nordeste Brasileiro não havia, naquele momento, apresentado um modelo de brasilidade centrado nos valores daquela região. Segundo Tania Regina De Luca, Gilberto Freyre contribuiria neste sentido somente quando publicado em 1952 o *Manifesto Regionalista*, obra escrita em 1926. DE LUCA, Tania Regina. op. cit. p. 125.

<sup>673</sup> COLLOR, Lindolfo. op. cit. p. 3.

do território. Tal dispositivo de “*legitimidade territorial*” não foi um problema exclusivo das primeiras décadas do século XX. Demétrio Magnoli, investigando a questão dos impasses diante da manutenção da unidade territorial na transição política de 1822, revelou a provisoriedade das soluções encontradas pelo Estado Imperial brasileiro e os embates intestinais dos conflitantes interesses das oligarquias dominantes do vasto território brasileiro. A fragilidade de manter em conjunto as províncias brasileiras residia na sua precária coesão, exigindo a concentração do poder político. No século XVIII e XIX, os inúmeros tratados assinados entre as Coroas Ibéricas, pretendiam resolver a difícil questão dos limites de fronteiras, principalmente na região do Prata. Como assevera Magnoli, a capitania do Rio Grande de São Pedro, criada em 1760, no esforço de interligação da Colônia do Sacramento, tornou-se “*pivô de demorada confrontação entre as coroas ibéricas*”. Nas largas faixas de fronteiras, a delicada situação com a Coroa Espanhola determinou com que a soberania portuguesa fosse demarcada pela ocupação real e simbólica dos territórios. Tal prerrogativa incentivou o avanço das expedições ao interior do país, com o propósito de catalogar e mapear o território. A “*ocupação simbólica*” dava-se através dos documentos cartográficos, que funcionavam como instrumentos do empreendimento de apropriação política dos territórios coloniais.<sup>674</sup>

Em 1921 o intelectual Aurélio Porto publica na revista do IHGRS um extenso ensaio sobre a “*definitiva ocupação do território brasileiro*”. Para Porto, com “*trabalho perseverante*”, as riquezas incalculáveis que a “*terra poderá se transformar, fecundada pela agricultura*”, caracterizavam e definiam o povo e a prosperidade da nação. Essa predominância, “*tradição legada pelos antepassados*” e formadas pelas “*condições mesológicas e étnicas*” são, para Porto, a essência do Rio Grande do Sul e da nação brasileira. A definitiva soberania sobre o território dava-se pela agricultura que “*funda raízes e compensa mais do que a hipotética lavra das minas*”. No Rio Grande do Sul, segundo o intelectual, não houve, tal qual em outras províncias, o “*grande sonho fantástico*

---

<sup>674</sup> MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu território. In.: JANCSÓ, István. (org.) Brasil: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec, Ed. UNIJUÍ, Fapesp, 2003, p. 293.

*das minas de ouro ou das verdes esmeraldas*". O ouro, para Porto, "*entorpecera o organismo da incipiente agricultura do país*".<sup>675</sup>

A "*primazia na cultura das terras*", afirmava Porto, preconizava o "*destino*" que foi "*assinalado, historicamente, pelas condições excepcionalíssimas do meio, pelas tradições*", e pela "*laborosidade dos elementos vários que entraram na formação*" do Rio Grande do Sul e do Brasil. O combatente discurso de Aurélio Porto, ainda que afirmasse a herança bandeirante na formação do estado, diferenciava estes daqueles "*verdadeiramente nascidos na terra*". Se os bandeirantes alargaram o território brasileiro, havia sido entre as "*lutas cruentas em que nos vimos empenhados um século para constituir a Pátria, semeando a terra fertilizada pelo nosso sangue*", que garantiu a permanência do homem no solo pátrio.<sup>676</sup>

Semelhante interpretação, estudada por Maria Stella Bresciani, é lançada em 1926 no Manifesto Regionalista. Nesse texto Gilberto Freyre reivindicava para a região nordeste, Pernambuco em particular, ser o foco "*difusor da civilização autenticamente brasileira*". A região, para Gilberto Freyre, seria o berço da política e da cultura nacional, repositório fiel da brasilidade. Segundo Bresciani, nos 1920, o intelectual registra, em seus escritos, particular aversão aos textos em que a figura do "*bandeirante*" aparece como elemento fundante da sociedade brasileira. O regime agrícola, assim como no texto de Aurélio Porto, para Gilberto Freyre, fixa o homem na terra, torna-o sedentário, funda civilização, em contraste com os bandeirantes nômades que expandem o território, mas não se fixam, não civilizam pela ordem.<sup>677</sup>

Tais elaborações em que os intelectuais procuravam uma definição do "*ser brasileiro*", não possuíam significado adstrito, unívoco e homogêneo. Antes, como

---

<sup>675</sup> PORTO, Aurélio. A Real Feitoria do Linho Cânhamo (Notas para a história da agricultura no Rio Grande do Sul). In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1921. p. 120.

<sup>676</sup> PORTO, Aurélio. op. cit. p. 120.

<sup>677</sup> BRESCIANI, Maria Stella. A casa em Gilberto Freyre: síntese do *ser brasileiro*? In.: CHIAPINI, Ligia. BRESCIANI, Maria Stella. (orgs.) Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2002, pp. 39-51.

demonstra Maria Stella Bresciani, em vários intelectuais se fez “*presente uma disputa pela primazia de determinadas partes do Brasil*” e seu peso relativo na formação da “*identidade nacional*”. Para Bresciani, tais interpretações, em que as condições naturais do meio e as “*profundas diferenças*” com o continente europeu marcaram a empresa colonizadora se aproximavam das considerações do historiador francês Aléxis de Tocqueville.<sup>678</sup>

O argumento mesológico foi amplamente utilizado por autores no século XIX com o fito de estabelecer o confronto entre dois meios geográficos e climáticos contrastantes, cuja força exerceria um efeito dramático na conformação dos homens. Em outros termos, para esta hipótese, as características naturais de um meio específico imprimem determinações físicas, psicológicas e morais no homem.<sup>679</sup>

Estes princípios epistemológicos podem ser identificados na conferência do intelectual Souza Docca pronunciada em 1927 na Sociedade de Geographia no Rio de Janeiro. No discurso, Docca afirmava que “*a vida do homem está em uma dependência estreita da vida dos rios*”. Não havia, na interpretação de Souza Docca, desencontro entre civilização e natureza. O argumento mesológico aparece aqui para explicar o “*desenvolvimento e expansão de nossas riquezas*”. Contrariando a tese de Paulo Prado, em que o autor se refere como a “*velha teoria das três raças*”, para Souza Docca as

*“serras ventiladas, ubertosas, nestes vales abrigados,  
acolhedores; nestes campos abertos, batidos de sol, a tristeza*

---

<sup>678</sup> Entretanto, para Maria Stella Bresciani, as interpretações do Brasil nos anos de 1920 e 1930 tiveram como elemento explicativo da história a determinação do meio sobre o homem. Baseados em Henry T. Buckle e Hippolyte Taine, intelectuais como Paulo Prado, Gilberto Freyre e Oliveira Viana atribuíram ao período colonial a formação da singularidade cultural brasileira. Bresciani, ao estudar a obra de Paulo Prado, “Retrato do Brasil”, de 1928, afirma que, para o autor, a colonização pela atividade agrícola teria sido uma contingência, uma espécie de fatalidade a que se viram obrigados os portugueses. Oliveira Viana, em 1922, redigiu a proposta-manifesto “*O idealismo na evolução política do Império e da República*”, nesse texto, segundo Bresciani, ele rearfirmava a convicção do determinismo mesológico sobre a formação da população brasileira.

BRESCIANI, Maria Stella. A casa em Gilberto Freyre: síntese do *ser* brasileiro. In.: BRESCIANI, Maria Stella CHIAPPINI, Ligia. (orgs.) Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2002, pp. 39-51.

<sup>679</sup> BRESCIANI, Maria Stella. Identidades inconclusas no Brasil do século XX – Fundamentos de um lugar-comum. In.: BRESCIANI, Stella. NAXARA, Márcia (orgs.). Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001, pp. 403-429.

*é uma nuvem errante, uma sombra estrangeira, pois que tudo, o meio, o clima, as influências ancestrais, a alimentação, os gêneros de vida, tudo nos predispõe e inclina para o trabalho, a saúde, a confiança o optimismo, a alegria.”*<sup>680</sup>

Rebatendo as críticas de Souza Docca, segundo as quais, na ordem física e de natureza moral não houve, no Rio Grande do Sul, lugar “*para desânimos e nostalgias*” resultantes das determinações climáticas, Fernando Osório, em conferência intitulada “*Traços eternos do Rio Grande*”, reafirma a tese do “*cadinho de raças*”.<sup>681</sup> Para Osório, o “*ânimo forte do bandeirante*” foi o agente econômico e o “*traço de união racial que criou o Brasil*”. Fernando Osório também critica o texto de Oliveira Vianna, “*Populações Meridionais do Brasil*”, afirmando que se tratava de um artigo com “*interpretação materialista da história*”. O trabalho de Oliveira Vianna “*Populações meridionais*”, publicado em 1918, tratava da formação da nacionalidade para demonstrar, com bases científicas a heterogeneidade da população brasileira. Preocupado com os fatores “*etnológicos e antropológicos*”, interessava ao autor investigar as origens da aristocracia rural brasileira, com o objetivo de desvendar sua missão civilizadora no Brasil. Oliveira Viana enfatiza os caracteres físicos do gaúcho, apontando para “*o seu espírito desbravador*

---

<sup>680</sup> DOCCA, Souza. O Jacuhy e suas nascentes. In.: Revista do Instituto História e Geográfico do Rio Grande do Sul, IV Trimestre, Ano VII, 1927, p. 36.

<sup>681</sup> Para Marionilde Brehol de Magalhães, nas primeiras décadas do século XX a intelectualidade brasileira esteve amplamente preocupada com as influências dos imigrantes estrangeiros na formação da “*raça brasileira*”. Ao analisar a obra *Canaã* de Graça Aranha, escrita em 1902, e considerada uma das obras iniciais do modernismo no Brasil, Marionilde Brehol de Magalhães afirma que como habitantes definitivos do país, os estrangeiros ao realizarem contatos com a população nativa, possivelmente, dessas experiências, surgiriam relações conflituosas. Para a mesma autora, Aranha desenha alteridades irreduzíveis, não consentindo em qualquer sorte de amalgamentos. O mulato, como figura nacional, é sempre preguiçoso e antepõe-se à operosidade inata do germânico. Por outro lado, à incorporação do imigrante alemão se colocavam inúmeras restrições e denegações como as diferenças culturais e da língua. MAGALHÃES, Marionilde Brehol de. Pangermanismo e Nazismo: A trajetória alemã rumo ao Brasil. Campinas: Ed. UNICAMP/FAPESP, 1998, p. 53.

*e guerreiro e afirmando serem estas características hereditárias, o que legitimava seu papel de governantes.*”<sup>682</sup>

Para Osório, seria injusta a interpretação de Oliveira Vianna que apontava a expansão bandeirante como uma empresa que rumou ao sul “*para arrebanhar gados e cavalhadas e prear índios*”. Antes, para Fernando Osório, era o “*sentimento brasileiro que lhes brotara na alma*”, rasgando as fronteiras e garantindo a definitiva posse do território. Não há, no texto de Osório, qualquer indício da propalada incompatibilidade da empresa colonizadora às terras de natureza selvagem. O argumento de Fernando Osório propunha uma formação racial pautada no “*povo selecionado em combate e acampamento*”. O “*alongamento das linhas nacionais*”, o “*instinto de nacionalidade*”, a língua, “*as tradições, os usos, os costumes comuns o ideal de raça*”, tornou “*espontânea a incorporação do índio*” e ao “*escravo negro que descobriu o ouro*”, forjando, assim, uma “*raça trabalhadora*”.<sup>683</sup> Foram, segundo Osório, das “*excellencias tonificantes do meio*” que se formou o “*cadinho nacional*”.<sup>684</sup>

---

<sup>682</sup> MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. Pangermanismo e Nazismo: A trajetória alemã rumo ao Brasil. Campinas: Ed. UNICAMP/FAPESP, 1998, p. 70.

<sup>683</sup> Para Marionilde Brepohl de Magalhães, será no terreno das Ciências Sociais que os intelectuais do período imperial e início da República irão refletir sobre a sociedade brasileira e os problemas que ela enfrentava para se constituir numa nação civilizada, ainda que com divergentes interpretações sobre a miscigenação. Na análise de Marionilde Brepohl de Magalhães, a autora assevera que entre os intelectuais do período, Sylvio Romero dedicou-se amplamente sobre a questão da imigração alemã e os riscos que comprometiam a formação da nacionalidade. Romero, a partir das proposições do intelectual francês Gobineau, relaborou a teoria das desigualdades das raças, interpretando a cultura brasileira como um reflexo do processo de miscigenação, resultado da fusão das três raças fundamentais, a branca, a negra e a vermelha. Diferente de Oliveira Viana, segundo Marionilde Brepohl, Sylvio Romero “*relevoa a herança biológica das raças entendidas como inferiores em favor do enriquecimento que propiciou a fusão de diversas culturas num mesmo país*”. Romero identificava o sul do Brasil, como área extensamente colonizada por imigrantes alemães e italianos, enquanto que no sudeste e nordeste o elemento português era predominante. Esta associação e identificação do sul do país como região de influência estrangeira causava um mal-estar intrínseco, pelo risco de se perder a unidade nacional. Nesse sentido, entre os anos de 1920 e 1930, sobreleva-se a preocupação dos intelectuais em identificar o estado como integrado a unidade nacional, indiviso e federado aos mesmos princípios patrióticos e nacionalistas. MAGALHÃES, Marionilde Brepohl de. Pangermanismo e Nazismo: A trajetória alemã rumo ao Brasil. Campinas: Ed. UNICAMP/FAPESP, 1998, p. 56.

<sup>684</sup> OSÓRIO, Fernando. Os traços eternos do Rio Grande. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, IV Trimestre, Anno VII, 1927, p. 562.

Mônica Pimenta Velloso, ao analisar o grupo Verde-Amarelo, afirma que a questão da relação regionalismo-nacionalismo se coloca, nos anos de 1920 e 1930 com fundamental importância nos debates que se travam em torno da idéia de nação. Para o grupo Verde-Amarelo, somente o regionalismo seria capaz de dar sentido real no tempo e no espaço à constituição da pátria. O elemento definidor da nacionalidade, segundo os verde-amarelos, seria o bandeirante paulista. A perspectiva de análise colocava o regionalismo paulista como uma mediação necessária na construção da brasilidade. Sidney Oliveira Pires, ao estudar a obra de Mário de Andrade, reafirma essa tese. Segundo ele, o intelectual modernista recorreu a simbologia do bandeirantismo para aludir a ampla autonomia do passado paulista. Essa recorrência ao bandeirante paulista, cujo *“fruto teria sido o processo de formação da nação”* visava opor-se *“à forma como estava ocorrendo o processo de centralização do governo.”*<sup>685</sup>

Jorge Salis, em um ensaio publicado em 1930 sobre a *“formação da mentalidade riograndense”*, afirmava que a exploração das *“novas terras conquistadas”* marcam, sobremaneira, *“o desenfreio do bandeirismo”* que, *“em relâmpagos de audácia no interior da terra virgem”*, buscava riquezas e indígenas para escravizar.<sup>686</sup> Denominando as bandeiras como um *“delirante movimento coletivo”*, *“sonho alucinante das Gerais”*, no Rio Grande do Sul, devido à *“ausência de metais nobres e pedras preciosas”*, não houve uma exploração revestida de crueldade. Para Salis, movidos de uma *“sincera mentalidade cristã”*, em um momento em que a nação organizada e estável permitiu a fixação de famílias açorianas, foi possível a *“libertação do território”* e, com isto, assentar as bases da nacionalidade ameaçada pelos conquistadores castelhanos.<sup>687</sup>

As determinações *“mesológicas”*, substrato primordial na formação da *“raça brasileira”*, eram avaliadas como componentes que integravam *“o braço fecundador”* à *“mais opulenta natureza”*. Ainda que estas perspectivas, tributárias de teorias construídas

---

<sup>685</sup> PIRES JÚNIOR, Sidney Oliveira. Embates de um Intelectual Modernista: Papel do Intelectual na correspondência de Mário de Andrade. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004, p. 82.

<sup>686</sup> GOULART, Jorge Salis. A formação da mentalidade rio-grandense. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1930, p. 541.

<sup>687</sup> GOULART, Jorge Salis. op. cit. p. 543.



a partir das categorias de raça e meio, estivessem presentes constantemente na produção intelectual do IHGRS, tal filiação esteve longe de resultar em uma representação unívoca a respeito das formas de se superar os entraves do desenvolvimento e afirmação da nação. A crença na vitalidade de uma *“raça ainda em formação”* contrariava o pessimismo em relação aos destinos do país. Mesmo reconhecendo que havia um longo caminho a percorrer até alcançar um estágio de desenvolvimento industrial, a imaturidade da nação não comprometeria a confiança no futuro.

As conseqüências da imigração *“que há mais de um século rasgam os flancos das serranias rio-grandenses e revolvem planícies e os vales”* transformavam, para essa concepção, *“sítios solitários em colônias prósperas de onde surgem surpreendentes cidades cultas”*. *“As vias férreas bracejando a rumos vários, a maquinaria de toda espécie impelindo para frente indústrias incipientes”*, sintetizavam a esperança em reverter à situação de estagnação econômica do período. A miscigenação aqui é vista como um traçado linear, onde a *“decisiva influência que o português teve nas fundações originais da antiga capitania”* fora completada pela *“ação colonizadora”* dos alemães que, por sua vez, modificaram o *“curso que os elementos constitutivos da raça primitiva”* haviam definido para o futuro do país.<sup>688</sup>

A afirmativa da posse do território nacional não envolvia somente o trabalho na lavoura que, segundo o intelectual Aurélio Porto, teria garantido a soberania da nação. Indo ao encontro das *“aspirações nacionais”* o *“patriotismo riograndense”* empenhou-se em *“vingar os velhos agravos cometidos pelos espanhóis”*, expulsando da zona das Missões a posse castelhana. Esta tese, defendida pelo intelectual Aurélio Porto, publicada na Revista do IHGRS, em 1921, assevera a mobilização dos jovens nascidos na província, que *“traçaram com seu sangue as raias da terra natal”*. A verdade histórica que garantiria o esforço conquistador das fronteiras meridionais do país seria revelada, pois *“valiosos documentos”* estavam sendo catalogados no Arquivo Público do Estado. A vasta Província

---

<sup>688</sup> GOULART, Jorge Salis. op. cit. p. 544.

das Missões, integrada ao território brasileiro no começo do século XIX, era a prova contundente na defesa pela Pátria.<sup>689</sup>

Tania Regina de Luca, ao analisar a produção intelectual, publicada na “*Revista Brasil*”<sup>690</sup> no início do século XX, afirma que havia uma busca obstinada dos elementos fundantes da nação brasileira. A construção de uma identidade nacional capaz de singularizá-la no confronto com o outro, além do esforço de compreender a natureza da nação no contexto internacional, demonstrava as preocupações com o futuro do país.<sup>691</sup> A visão grandiosa de um território exuberante, fornecido pela geografia, como afirma Tania de Luca, contrapunha-se a uma história sem cor ou brilho, percepção que causava uma sensação de profundo desconforto, ainda mais incomoda na medida em que a essas *ciências*, atribuía-se a nobre função de ensinar aos cidadãos a cartilha do patriotismo.<sup>692</sup> Ainda que para os intelectuais do IHGRS, houvesse uma história nacional por ser escrita, a “*elaboração da história e da geografia do Rio Grande do Sul*”, estaria assegurada nas lutas “*heróicas sustentadas em prol das fronteiras morais e políticas da nacionalidade*”.<sup>693</sup>

Na mesma época em que Aurélio Porto postulava a brasilidade riograndense representada no período “*das conquistas pelo território*”, outras interpretações oscilavam atestando opiniões contrastantes expressas por aquele intelectual. As investigações “*sobre as origens do Estado de São Pedro do Rio Grande do Sul*” foram obstinadamente perscrutadas pela intelectualidade riograndense nos anos de 1920 e 1930. Para C. Teschauer, por algum tempo “*a atual região Riograndense figurava como parte das colônias espanholas ou do Paraguai*”, sendo esta a primeira existência do estado. Para assegurar isenção na interpretação dos “*fatos históricos*” e chegar ao conhecimento das origens do Rio Grande do Sul, Teschauer acreditava encontrar nos mapas a “*verdade*

---

<sup>689</sup> PORTO, Aurélio. A conquista das Missões e os cachoeirenses. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, pp. 08-17, 1921.

<sup>690</sup> DE LUCA, Tania Regina. A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p. 31.

<sup>691</sup> DE LUCA, Tania Regina. op. cit. p. 18.

<sup>692</sup> DE LUCA, Tania Regina. op. cit. p. 86.

<sup>693</sup> COLLOR, Lindolfo. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, I Trimestre, 1921, p. 06.

*histórica*”. O autor, ainda que reconhecendo a influência espanhola “*que imprimiu algum cunho ou fisionomia*” na formação do estado, não o reduz a coadjuvante no estabelecimento das fronteiras da nação. A questão suscitada pelo autor diz respeito à tardia exploração e cultivo da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Tratava-se de enfatizar que a “*retardação*” não impediu ao estado estar, naquele momento, ao lado dos outros mais importantes, devido não somente à posição estratégica, como também por “*seu valor e importância intrínseca e absoluta*”. Teschauer se nega, contudo, a aceitar a tardia entrada do Rio Grande do Sul “*como parte orgânica no todo do Brasil*”, como um argumento sem qualquer fundamento. Critica as interpretações nas quais os determinantes naturais se impuseram como obstáculo na fundação de colônias no Rio Grande do Sul, principalmente aqueles relacionados aos riscos de ancoragem no litoral costeiro. Como parcial e insuficiente, estas interpelações derivadas, sobretudo, do texto do Visconde de São Leopoldo, não seriam coerentes; havia para o intelectual “*outros meios e caminhos de acesso*” às vastas planícies do território.<sup>694</sup> Tomando os traços dos mapas dos séculos XVII e XVIII como instrumento de análise, Teschauer afirmava que o impedimento maior da colonização era a “*posição deste país e a circunstancia que o fez por tanto tempo pomo de discórdia entre as duas nações que repartiram entre si a América do Sul*”.<sup>695</sup>

A insistência na importância em revelar as “*origens do Estado do Rio Grande do Sul*” ultrapassava a descrição das povoações, da eloqüência sobre os “*renhidos combates na fronteira*”, da catalogação dos rios e nomeação das montanhas. O “*idioma falado no Brasil e particularmente no Rio Grande do Sul*”, sintetizava, segundo Teschauer, como “*o único distintivo infalsificável do caráter nacional*”. Tal distintivo procurava estabelecer através da língua falada *pelo povo*, divergências da *língua portuguesa* com o idioma nacional. O ambiente, reconhecido e em parte explicitado como lugar estratégico na formação da cultura brasileira, para esta interpretação, transformou o idioma “*transferido da Europa, em língua própria do povo*”.<sup>696</sup> A transição entre os dois continentes, assim

---

<sup>694</sup> TESCHAUER, C. Porandúba Riograndense ou Investigações sobre as origens do Estado de São Pedro do Rio Grande do Sul. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, II Trimestre, 1921, p. 237.

<sup>695</sup> TESCHAUER, C. op. cit. p. 237.

<sup>696</sup> TESCHAUER, C. op. cit. p. 251.

como transformara o viço das plantas, as penas de alguns animais, alterara a língua portuguesa.<sup>697</sup> Chamando este processo de “*aclimação*”, Teschauer acreditava que aqueles nascidos aqui logo se diferenciavam dos seus pais. Listando as “*discrepâncias*” dos dois idiomas, “*português*” e “*brasileiro*”, o intelectual assentava as mudanças “*conforme as zonas como nas tropicais que se abrandam ou nas frias que se enrijecem*”. Teschauer é enfático na sua afirmação:

*“A mesma língua, pois falada em dois meios e climas diferentes ou transplantada para região diversa naturalmente há de distanciar-se da sua origem pelo correr do tempo. Assim o imigrante dos Açores que manejava o batel de pescador o trocou pelo cavalo do Rio Grande, entrava em uma nova esfera de ocupações e idéias e conseqüentemente formava ou encontrava um opulento rol de vocábulos relativos a esse companheiro de trabalho no meio que o rodeava o distinguia dos costumes europeus”.*<sup>698</sup>

---

<sup>697</sup> João Paulo Rodrigues, estudando a relação entre os nacionalismos de meados do século XIX e princípios do XX, problematizou a forma como se desenvolveu no Brasil, uma reflexão sobre as línguas presentes na história brasileira. Segundo João Paulo Rodrigues, para o pensamento brasileiro daquele período a sociedade era também definida através das línguas e as línguas através da sociedade. Ao discordar de uma abordagem que toma os nacionalismos como expressão natural de sentimentos coletivos, Rodrigues, citando Benedict Anderson e Eric Hobsbawm, afirma que várias camadas sociais de determinados países europeus sentiram necessidade de criar uma ideologia que tornasse natural a idéia de que a base de uma sociedade moderna, próspera e unida se baseava em um corpo de características raciais, culturais e históricas que independiam da vontade dos indivíduos ou dos agentes sociais. Nesse sentido, a língua, como projeto unificador da nação, constituiu-se como o patrimônio mais íntimo de um povo, na medida em que é representada como a expressão máxima tanto das suas manifestações folclóricas populares, quanto das manifestações do seu “*gênio*” literário e filosófico, mais restritas às camadas letradas. Para Rodrigues ainda que o problema lingüístico no Brasil tenha dialogado constantemente com as noções de classe e, sobretudo de raça, acarretando um confronto com a formação do país, o Brasil, segundo o ele, se formou tendo como pano de fundo o contato forçado entre línguas indígenas, africanas e européias. Para este autor, foi em meados do século XIX que surgiu uma consciência da “*alteridade lingüística brasileira*” frente a Portugal. RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. A pátria e flor: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840-1930. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002, p. 06.

<sup>698</sup> TESCHAUER, C. op. cit. p. 265.

Já no final do século XIX, a idéia de que a língua nacional expressa a própria nação é tomada como responsável pela perfeita acomodação dos três elementos, com a vantagem de fornecer um modelo em que a herança cultural européia era melhorada e levava á “*dissipação dos problemas civilizatórios que a miscigenação étnica criara.*”<sup>699</sup> As “*investigações sobre o idioma fallado no Brasil*” nas primeiras duas décadas do século XX, deveriam ser um empreendimento nacional. Para o intelectual Teschauer “*conhecer a história de um povo*” é conhecer a “*fundo a sua língua e até a ethnologia della.*” A língua, para essa interpretação, é tomada como um documento que atestaria o “*distinctivo infalsificável*” do “*caracter nacional*”.<sup>700</sup>

Tomando a fotografia como fiel representação da realidade, Teschauer procurou, em seu estudo, apresentar um “*retrato do Povo Brasileiro*” assim como se “*reflecte na chapa escura da história*”. A autonomia lingüística brasileira, para este autor, dar-se-ia a partir de um processo através do qual o “*portuguez do Brasil*” seria modificado pelo “*tupy e ao passo que os annos se foram accumulando, essa modificação há de cada vez ser mais sensível, porque os germens modificativos são, por assim dizer, de força própria e continuam a operar*”.<sup>701</sup> As bases sobre as quais se assentavam as diferenças lingüísticas entre Brasil e Portugal, formavam a nacionalidade pois, para esta acepção, povo e “*língua nascem juntos*”.<sup>702</sup> Os argumentos de Teschauer, ao estabelecer as diferenças entre o “*hodierno idioma de Portugal e o do Brasil*”, caminhavam em três vertentes baseadas em “*aspectos do costume*”. A pronúncia, o vocabulário e a linguagem forneceria a “*idéia do gênio da língua geral*”. Questiona o autor:

---

<sup>699</sup> RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. op. cit. p. 09.

<sup>700</sup> Para João Paulo Rodrigues Coelho de Souza, ao estudar os embates travados entre 1840 e 1870 no Brasil, sobre a “*língua nacional*”, ao final da década de 1870, os brasileiros despertaram para o tema. Segundo o autor “*a mesma década que viu nascer a geração do racismo científico, do darwinismo social, do elogio irrestrito aos poderes dissecadores da ciência moderna, da difusão do realismo literário e das teorias positivistas, e do ataque à base de sustentação simbólica e política da monarquia, notou com muito menos alarde e aparente desinteresse, o surgimento de uma nova vertente em torno do problema da língua nacional.*” Naquele momento, iniciava-se uma preocupação com os rumos do português e de mobilização pela sua salvação, cujo ápice se deu no início do século XX decaindo na década de 1930. Sobre esta questão ver: RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. op. cit. p. 25.

<sup>701</sup> TESCHAUER, C. op. cit. p. 251.

<sup>702</sup> RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. op. cit. p. 145.

*“Quem não sabe quanto é diferente, já não digo o sotaque mas toda a pronuncia portugueza dos portuguezes a brasileira! Esta é branda e quasi cantada, aquella é proferida rapidamente e parece se muito com a pronuncia dos inglezes que também neste ponto parecem fazer sentir o seu ascendente sobre o velho Portugal. Aqui articulam-se todas as syllabas e onde há diphtongos ou triphongos, algo difficeis de proferir, sente-se, ou, mesmo, ouve-se a tendência de intercalar uma abrandante vocal, como quem um lubrificante para evitar o attrito e amaciar o jogo da machina, e lá a propensão de eliminar estes meios abrandantes e de carregar certos sons pouco harmoniosos e fortemente chiantes.”<sup>703</sup>*

Como se vê, o tom de exaltação da língua nacional não se limita às marcações e diferenças lexicais. O recurso diferenciador vai além, pois não nega a influência de Portugal na formação lingüística brasileira mas, para o autor, os trópicos “*abrandaram*” os sons dissonantes “*e fortemente chiantes*” do português da metrópole. A língua para Teschauer, além de representar o temperamento brando e macio do povo brasileiro, estava submetida a leis próprias, tornando-se assim um organismo cuja evolução se dava em um ritmo desigual nos dois países; a maciez na pronúncia implicava e resultava na formação dos falantes do “*brasileiro*”. A mutabilidade do idioma é interpretada, especialmente, devido à percepção da que a natureza da língua se chocava com o seu uso diário. Tal diagnóstico não levou à indignação ou mesmo ao um temor pela decadência do idioma. Diferentemente da corrente analisada por João P. C. Rodrigues, que observa com veemente preocupação a transformação da língua, em fins do século XIX, Teschauer percebia a impossibilidade da imutabilidade do idioma português.<sup>704</sup>

---

<sup>703</sup> TESCHAUER, C. op. cit. p. 252.

<sup>704</sup> João Paulo Rodrigues Coelho de Souza afirma que a literatura das primeiras décadas do século XX teria como uma de suas principais marcas a tentativa de mostrar que a alternativa para o atraso representado pela mácula do sangue africano era a valorização da herança portuguesa como depositária da civilização latina, o que trazia uma força genética e cultural positiva, desprezada pelos áulicos, do papel degenerativo dos componentes raciais inferiores. RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. op. cit. p.164. No Rio Grande do Sul a busca por um passado em que a figura do português era requisito primordial para a afirmação da nacionalidade e patriotismo riograndense, vai se estender até o final da década de 1930.

Essa procura em singularizar a nação brasileira e averiguar a contribuição de “*espécimes regionais*” ao vocabulário da língua nacional marcou um intenso debate na afirmação da nacionalidade brasileira. O que estava em jogo nas duas primeiras décadas do século XX era o direito à existência não só de uma “*prosódia brasileira*”, mas também de um sentir próprio, em conformidade com a “*nossa raça e consubstanciada em uma produção cultural autóctone*”.<sup>705</sup> As variações no léxico, listadas no estudo de Teschauer, procuravam frisar a fusão da “*geografia física com suas montanhas, rios, sua fauna e flora*”, com a língua do imigrante europeu. Tania De Luca afirma que, em contrapartida a um grupo que procurava cerrar fileiras em torno do português, combatendo os efeitos deletérios provocados pela presença no corpo da nação de elementos estranhos que perturbavam a coesão e a integridade da língua, havia um outro grupo que se declarava insatisfeito com o compromisso lexical herdado do período colonial. Para Teschauer o contato com hispano-americanos e com o vocabulário indígena acrescentou um “*influxo vivo*” à língua brasileira. As formas “*gramaticais européias, posto que corretas, porém rijas e estreitas demais, não conseguiram encarcerar o espírito da língua americana*”.<sup>706</sup>

A tese defendida por Teschauer compreendia um ajuste da língua portuguesa aos fatores climáticos. Com efeito, o intelectual não perdia de vista o horizonte europeu de civilização, pois não negava as referências européias em sua indagação sobre a especificidade da formação nacional. Antes, acreditava na dificuldade em “*sair e elevar-se sobre as formas que regem a nossa educação*” e regulam secularmente as ciências e as artes.<sup>707</sup> O epicentro da questão suscitada pelo intelectual residia na análise das transformações lingüísticas operadas nos trópicos, suas origens e conseqüências práticas; afinal, o “*português da América uma língua já assaz*’ é diferente do “*português da Europa, e por aí mais do que pelas instituições políticas, que o Brasil e as repúblicas espanholas vão afirmando sua individualidade, sua independência, sua nacionalidade*”.<sup>708</sup>

---

<sup>705</sup> DE LUCA, Tania Regina. op. cit. p. 244.

<sup>706</sup> TESCHAUER, C. op. cit. p. 295.

<sup>707</sup> TESCHAUER, C. op. cit. p. 295.

<sup>708</sup> TESCHAUER, C. op. cit. p. 306.

Segundo Teschauer, a posse de uma língua própria, capaz de dar vazão à expressividade nativa, desempenhava um papel estratégico, sendo encarada como sinal de afirmação da nacionalidade. O texto do sócio do IHGRS recorria a princípios inspirados na biologia evolucionista, com intuito de justificar o processo de diferenciação e adaptação do colonizador português. O trabalho de Teschauer vinha engrossar a vertente comprometida com a construção de um passado riograndense, considerando-o único a harmonizar-se com as “*fulgurantes realizações do presente.*” O português, neste sentido, havia se tornado o melhor colonizador, pois foi capaz de adaptar às condições de um país tropical.

Nessa medida, a auto-afirmação da brasilidade riograndense e da nacionalidade brasileira percorria o caminho da contestação tanto da herança recebida de Portugal, quanto das contribuições hispânicas no período da ocupação espanhola no Rio Grande do Sul. Visando assim, destacar as peculiaridades em sua exposição de “*vocábulos brasileiros*”, o intelectual trazia, com tenacidade, uma preocupação comum presente na produção dos intelectuais nos anos vinte. Nicolau Sevcenko apontou os tópicos que estes intelectuais da Primeira República enfatizavam como as principais exigências da realidade brasileira. Segundo Sevcenko, os intelectuais propugnavam a atualização da sociedade com o modo de vida, propagando a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional e a elevação do nível cultural e material da população. Para estes intelectuais, o lastro dos seus argumentos são trazidos da Europa e se pretendem os seus difusores no Brasil. Como ressonância de sua utilidade insubstituível, os intelectuais do período arrogavam-se como responsáveis na condução da nação. O autor detectou na produção de Euclides da Cunha e Lima Barreto, herdeiros da tradição de 1870, o comprometimento com as questões do seu tempo, mas com leituras antagonicas em pontos cruciais. Sevcenko adverte que a maioria dos intelectuais do período produziam ao sabor das circunstâncias e de suas inclinações pessoais. Procurando garantir uma gestão lúcida e eficiente do Brasil e criar um saber próprio sobre a nação, os intelectuais intensificaram



esforços renitentes na tentativa de determinar um tipo étnico específico, baseado no território, na língua, enfim nas “*origens*” da brasilidade.<sup>709</sup>

Para Milton Lahuerta, com a crise da “*república oligárquica*” amplia-se a margem de interpretações sobre o Brasil, impulsionando com enorme radicalidade o próprio conceito do que era um homem de letras. A intelectualidade brasileira, neste sentido, ao buscar o “*brasileiro*”, recoloca a preocupação com o nacional e o tema do popular. Segundo Lahuerta, a “Revolução de 30”, ao implantar e politizar um padrão de produção cultural, traz à tona uma identidade intelectual que se define pela tentativa de construir, como se fossem termos intercambiáveis, a nação, o povo e o moderno. Claro está, como afirma Lahuerta, que as definições e projetos de construção de uma nação moderna são difusos e ambíguos naquele momento. Entretanto, seria correto afirmar que a intelectualidade brasileira, ao buscar uma unificação cultural, foi ao encontro do povo “*como se este fosse um objeto exótico*”, porém, flertando a uma certa distância, sem perigo de contaminação, com o popular. Essa proximidade intencionava encontrar nas manifestações populares uma “*matéria-prima pura e dotada de autenticidade*”, revelando, através desta, as verdadeiras “*raízes do Brasil*”. Depois de 1930, segundo Lahuerta, ganha substância na produção da intelectualidade brasileira a preocupação com a criação de um projeto nacional, com base não mais na raça e no meio, mas sim na renovação cultural. A organização nacional, pautada na reforma da sociedade pela educação, prevalecia como pedra angular nas várias correntes intelectuais naquele momento.<sup>710</sup>

Por sua vez, segundo Lúcia Lippi de Oliveira a intelectualidade brasileira, desde os anos 1920, vinha se ocupando em diagnosticar as causas dos males brasileiros. Para Lippi de Oliveira, os intelectuais brasileiros estavam perfeitamente integrados às questões que se originavam na matriz européia, pensando e propondo alternativas diante do que consideravam ser a realidade nacional. Neste sentido, a identificação e valorização dos

---

<sup>709</sup>SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Cia. das Letras, 2003, p. 105.

<sup>710</sup> LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: Moderno, modernista, modernização. In.: LORENZO, Helena Carvalho De. COSTA, Wilma Peres da. (orgs.). A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno. São Paulo: Ed. UNESP, 1997, p. 98.

traços específicos do povo brasileiro, a composição de uma história pátria, a distinção da língua nacional correspondia a uma tendência com fortes componentes nacionalistas.<sup>711</sup>

Esta tese nacionalista, encampada pelos intelectuais, reforçava a autoridade do Estado e do chefe como construtores da nacionalidade, sobretudo para os que consideravam crucial ultrapassar definitivamente a crise da liberal democracia. O nacionalismo, nestes termos, baseava-se na idéia de que todos os membros de uma sociedade identificavam-se a partir de um princípio e destino comum. Esta engrenagem envidava o pressuposto de que os traços da coletividade se originavam no passado e ao serem identificados no presente, asseguravam um futuro comum. Nessa lógica, o Estado teria papel proeminente, pois deveria sustentar e administrar a ordem social para o bem comum. Para Lúcia Lippi de Oliveira, o nacionalismo do século XX ocupou-se em identificar uma coletividade histórica em termos de nação, tomando os fatores étnicos, geográficos e culturais como elementos indispensáveis da solidariedade nacional.<sup>712</sup>

Em 1923, a revista do IHGRS publica um estudo de “*alto valor científico*” sobre a “*superfície do Brasil*”. O texto, originalmente publicado em 1907 como relatório do “*Ginásio Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo*”, pelo Padre Geraldo J. Pauwels, afirmava que um “*dos fatores da grandeza dum nação*” era a “*extensão de seu território*”. Para o estudioso Geraldo Pauwels, o Brasil em nada “*deveria invejar*” quanto a “*riqueza territorial*”. Na acepção do intelectual, a extensão do território seria o equivalente ao nível de desenvolvimento de um país.<sup>713</sup> Porém o extenso território brasileiro estaria ainda a “*espera de expansão*” pois, a “*viação, agricultura e colonização prendem-se intimamente a extensão do território, e é em comparação com ela que se lhes medem os progressos*”.<sup>714</sup> Desta forma, a avaliação do grau de desenvolvimento do país dependeria, essencialmente,

---

<sup>711</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. GOMES, Ângela de Castro. VELLOSO, Mônica Pimenta. Estado Novo: Ideologia e Poder, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 15.

<sup>712</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. op. cit. p. 26.

<sup>713</sup> A conquista do espaço, segundo Tania Regina De Luca, aparecia constantemente nos artigos publicados na *Revista Brasil*. Transformada na grande epopéia nacional, a geografia despontava “*redimindo não apenas o nosso passado mas também as regiões tropicais*”, que davam sinais de poder conviver com a civilização. DE LUCA, Tânia Regina, op. cit. 87.

<sup>714</sup> PAUWELS, Geraldo J. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1923, p. 313.

de recenseamentos periódicos da “*exata superfície*” territorial. Somados os “*valores territoriais*” de todos os estados e do distrito federal, Pauwels acreditava ser possível encontrar o “*quinhão que cabe ao Brasil dos quase 510 milhões de Km, calculados*” da superfície do planeta.<sup>715</sup>

A extensão do território ganhava posição destacada nos textos publicados na Revista do IHGRS. A geografia como “*ciência do território*” possibilitava aos intelectuais do IHGRS enquadrar o passado como “*um processo constante de conquistas de uma vida aventurosa.*”<sup>716</sup> Em outro estudo publicado em 1925, Pauwels desenvolve os conceitos de limite e fronteira. O extenso artigo respondia às crescentes preocupações em justificar o domínio nacional sobre a vastidão territorial. Para Pauwels a soberania de um Estado estaria calcada, além de no “*direito de propriedade*”, na “*união política que se traduz pelo participar das mesmas leis, das mesmas instituições políticas e judiciárias*” e que resultam numa “*inconfundível comunhão de idéias*” criando características de cultura e civilização singulares. A integridade do território ensejava a postulação de uma crítica à expansão voraz das potências imperialistas nas primeiras décadas do século XX. Para o intelectual Geraldo Pauwels, o expansionismo ainda que justifique uma “*tendência natural do homem de aumentar suas posses*” ou mesmo em função da “*desproporção entre o crescimento duma população e o território*”, seria um crime, uma “*desgraça*” para as soberanias nacionais. Em nome da unidade e hegemonia da nação, a análise de Pauwels apresentava “*a conquista do território*” enquanto uma categoria naturalizada, ou seja, “*o povo ocupador*” “*apossou-se do território resultante de uma*” “*evolução histórica*”.<sup>717</sup>

De acordo com Pauwels, a definição dos limites do Brasil deu-se através dos “*primeiros estabelecimentos portugueses e espanhóis, dispersos e perdidos na vastidão do novo continente*”. Dessa forma, segundo esta interpretação, era inevitável que “*as ondas portuguesas embatessem com castelhanas*”, como um mecanismo ontológico que vai

---

<sup>715</sup> PAUWELS, Geraldo José. op. cit. p. 337.

<sup>716</sup> PORTO, Aurélio Porto. Conquista das Missões e os cachoeirenses. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, I Trimestre, p. 08, 1921.

<sup>717</sup> PAUWELS, Geraldo José. Contribuição para o estudo dos conceitos de “limite” e “fronteira”. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. I e II Trimestre, 1935, p. 65.

originar na “*atualidade os limites do herdeiro da velha Lusitânia, o Brasil*”.<sup>718</sup> Esse princípio seria corroborado pelos “*limites naturais*”, os acidentes geográficos, a topografia, a hidrografia, deveriam servir para demarcar e definir “*convenientemente o país*”, assegurando a formação de um todo “*geológico, econômico e cultural*”.<sup>719</sup>

Ao apresentar um conjunto coerente e verossímil dos limites da soberania territorial do país e estabelecido enfaticamente a moldura das fronteiras, o intelectual Geraldo Pauwels afirmava que a nação “*é um laço de ligação moral*” não sendo possível a imposição forçada de outros países “*para o prolongamento de seus territórios*”. A produção do espaço nacional reclamava por uma fronteira “*real, a saber uma faixa de terras mais ou menos larga, correndo ao longo do limite, ou antes delimitada num lado por ele*”, cuja função tornava-se indispensável “*ao organismo social inteiro*” na defesa da nacionalidade.<sup>720</sup>

Uma outra vertente explicativa sobre os limites territoriais seria, segundo Pauwels, traçada conforme certos critérios políticos, militares ou também econômicos. Nesse sentido, essas características demonstravam caráter arbitrário “*por violentar as vezes a situação real das nações limítrofes, e irem contra toda a evolução histórica, não correspondendo de modo algum a uma necessidade interna*”. Daí a consternação do intelectual, alertando quanto a necessidade de empreender o estudo da geografia, baseando-se nos resultados de explorações à campo, na organização dos mapas, através de um “*trabalho metódico*”. Do contrário, advertia Pauwels, “*reinará a anarquia nos anais da cartografia nacional*”.<sup>721</sup>

Ao designar o Brasil como herdeiro da *Lusitânia*, o intelectual corroborava com a inclinação conceitual que atribuía à fundação do Rio Grande do Sul, a partir de uma “*convicção da soberania portuguesa*” o papel de firmar seu domínio no sul do país. Em 1933, Borges Fortes afirmava que dessa doutrina histórica teria resultado a ação política

---

<sup>718</sup> PAUWELS, Geraldo José. op. cit. p. 67.

<sup>719</sup> PAUWELS, Geraldo José. op. cit.p. 69.

<sup>720</sup> PAUWELS, Geraldo José. op. cit.p. 70.

<sup>721</sup> PAUWELS, Geraldo José. op. cit.p. 90.

que “*trouxe como consequência necessária o povoamento do Continente de São Pedro do Sul*”. Todavia, a fundação da colônia não seria obra exclusiva de um empreendimento português, pois “*devotados lagunistas*” radicaram “*para sempre a ocupação das virgens terras apertadas entre o Guaíba, a Serra e o Atlântico.*”<sup>722</sup>

Os intelectuais sócios do IHGRS apresentavam outras versões para a composição da nacionalidade brasileira. Ao pretender afastar qualquer dúvida que pairasse sobre o Estado, quanto a comunhão com a pátria e o espírito de brasilidade, o passado colonial, a miscigenação européia, a manutenção das fronteiras, as condições naturais tornavam-se artifícios constantemente aclamados nas páginas da Revista do IHGRS.<sup>723</sup> O artigo do intelectual Borges Fortes afirmava que a “*reação a armada de Espanha contra as pretensões portuguesas*” fez despertar do sentimento da “*nacionalidade brasileira, que se levantou para repelir o atentado dos castelhanos e a incorporação do Continente riograndense à nacionalidade latente*”.<sup>724</sup> Para Borges Fortes a metrópole portuguesa tinha “*cuidados assíduos sobre seus domínios no sul do Brasil*”, *garantindo dessa forma, uma “corrente contínua na marcha da civilização lusitana em direção ao Prata*”.<sup>725</sup>

---

<sup>722</sup> Segundo Lúcia Lippi Oliveira, o início do período republicano foi marcado por duas grandes interpretações sobre o Brasil. Uma destas versões avaliava positivamente o passado colonial e imperial, atribuindo aspectos positivos à colonização portuguesa. Para Lúcia Lippi Oliveira a outra vertente via a transição do Império para a República como uma ruptura necessária com o passado português atrelado ao regime monárquico. Para tal aceção a nacionalidade seria o resultado da luta contra o passado, da construção de uma nova sociedade organizada politicamente e na qual as elites brasileiras teriam lugar de destaque. OLIVEIRA, Lucia Lippi. A questão nacional na Primeira República. In.: LORENZO, Helena Carvalho De. COSTA, Wilma Peres da. (orgs.). A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno. São Paulo: Ed. UNESP, 1997, p. 187.

<sup>723</sup> Para Eliane de Freitas Dutra a idéia-imagem de pátria/moral será um dos pilares sobre os quais se assentará o imaginário político em torno da década de 30. Tal imaginário se sustenta no tripé do qual fazem parte a construção de um sentimento de nacionalidade, a defesa do passado e da tradição e a preservação de valores morais. Segundo Freitas a construção de um sentimento de nacionalidade é fruto de iniciativas governamentais desde o início de 1936, as quais são incrementadas no segundo semestre de 1937. Sobre esta questão ver.: DUTRA, Eliana de Freitas. O Ardil Totalitário: Imaginário Político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997, p. 185.

<sup>724</sup> FORTES, Borges. O Brigadeiro José da Silva Paes e a fundação do Rio Grande. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, III Trimestre, 1933, p. 04.

<sup>725</sup> FORTES, Borges. op. cit. p. 07.

Para os intelectuais paulistas, São Paulo desfrutava da supremacia de expandir as fronteiras do país. Os estudos publicados na *Revista Brasil*, norteados pela busca da “*verdade histórica*” a partir do cientificismo, apresentavam o bandeirante paulista como modelo “*exemplar que enfeixava as virtudes*” heróicas no caminho da fundação do Brasil.<sup>726</sup> Acreditando-se “*lídimos continuadores*” dos feitos “*gloriosos do bandeirantismo*”, intelectuais como Rocha Pombo, Afonso Taunay, Roquete Pinto e Basílio de Magalhães, consideravam que a construção da nacionalidade brasileira seria obra singular do bandeirante paulista.<sup>727</sup> Dir-se-ia ainda, que o sacrifício dos paulistas, que “*primeiro criaram a nação*” num esforço coletivo, justificava a supremacia econômica e as pretensões da elite paulista de conduzir politicamente o país.<sup>728</sup> Tratava-se, como afirma Tania Regina de Luca, de uma preocupação daquele momento, em instrumentalizar uma ação regeneradora da nação, conhecendo o espaço nacional, mapeando suas riquezas e assim consubstanciando a proeminência de São Paulo no futuro do país.<sup>729</sup>

#### **4.4. Herdeiro de uma “nobre tradição”: O IHGRS e o IHGB**

Na sessão comemorativa à Revolução Farroupilha em 1921, ano de fundação do IHGRS, o sócio José Paulo Ribeiro, aceitando o convite do presidente da agremiação, afirmava a necessidade de “*interrogar os fatos e a memória dos acontecimentos*” com o

---

<sup>726</sup> Para Silvia Lopes Raimundo nas primeiras décadas do século XX, através de intelectuais e políticos e uma parcela da sociedade civil, o Estado de São Paulo, com o objetivo de se definir como matriz para a identidade nacional, apresentava um trabalho historiográfico desenvolvido para legitimar uma tradição paulista. Nesse sentido recorreram ao passado colonial, transformando o bandeirante em símbolo e representante dos nascidos em São Paulo. Cf. RAIMUNDO, Silvia Lopes. *A invenção do Mito do Bandeirante: Tradição e Pensamento Regionalista na Historiografia Paulista das décadas de 1920-1930*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP: São Paulo, SP, p. 08, 2001.

<sup>727</sup> DE LUCA, Tania Regina. op. cit. p. 104.

<sup>728</sup> DE LUCA, Tania Regina. op. cit. p. 106.

<sup>729</sup> DE LUCA, Tania Regina. op. cit. p. 122.

objetivo de “*colhermos a verdade de que necessitamos conhecer*”. A Revolução Farroupilha para José Ribeiro “*foi o período de sucessos mais animadores para os espíritos insurgentes*”<sup>730</sup>. O autor atribui à Revolução Farroupilha como a semente que não perdeu “*suas propriedades germinativas pois a instauração da República em 1889, a fecundou*”. José Ribeiro ao analisar os objetivos da revolução, “*a sua psicologia, na transformação da província em um novo Estado, desmembrada da comunhão brasileira*”, lança a principal preocupação defendida pelos intelectuais do IHGRS na década de 1930: a construção de um passado de união e de “*profundo nacionalismo*”.<sup>731</sup>

Assim como em outras regiões do país, o IHGRS dependia da subvenção do Estado, o que justificava que, junto aos geógrafos e historiadores na composição dos sócios, estavam também os políticos.<sup>732</sup> Tal vinculação com a máquina estatal se repetia desde a criação do IHGB, criado no ano de 1838, onde quase todos os sócios faziam parte da alta burocracia do Império, procurando na agremiação uma forma de obter a consagração intelectual.<sup>733</sup>

Os intelectuais do IHGRS afirmavam que a educação seria o instrumento para o “*cultivo da história para a consciência social do presente*”.<sup>734</sup> Daí a importância atribuída

---

<sup>730</sup> RIBEIRO, José Paulo. A revolução Rio Grandense de 1835. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Livraria do Globo, 1921, p. 566.

<sup>731</sup> RIBEIRO, José Paulo. op. cit. p. 569.

<sup>732</sup> Segundo Richard Graham uma das características marcantes da intensa relação entre o Estado e a intelectualidade brasileira no século XIX também pode ser percebida a partir do fato de que foram os cargos públicos e os “*incentivos do próprio imperador que tornaram possíveis tanto o trabalho intelectual quanto a expansão do Instituto Histórico*”. Tal relação fazia parte de um projeto que a intelectualidade almejava, o fortalecimento da monarquia e do Estado e a busca do desenvolvimento de um sentimento nacionalista. Sobre esta questão ver: GRAHAM, Richard. “Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre Classe, Cultura e Estado.” In.: Diálogos – Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR: v. 5, nº 1, 2001, pp. 11-47.

<sup>733</sup> FERREIRA, Antonio Celso. op. cit. p. 100.

<sup>734</sup> Ao estudar os conteúdos dos livros oficiais para o ensino secundário no período Vargas, Reznik afirma que o IHGB defendia a “*singularidade nacional*” através do ensino da História Pátria como necessidade fundamental na formação da consciência patriótica. REZNIK, Luis. Tecendo o amanhã. A história do Brasil no ensino secundário: Programas e livros didáticos 1931 a 1945. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 1992.

ao papel social do IHGRS pois caberia a ele conduzir o povo para o futuro, ensinar-lhe a “*história gloriosa da gloriosa terra*”.<sup>735</sup> Quanto à educação, principalmente voltada para o ensino da história pátria, era vista como instrumento capaz de proporcionar o desenvolvimento científico e cultural, além de corrigir as desarmonias sociais.<sup>736</sup> Para tanto, chamava-se a atenção da imprensa e das escolas, co-responsáveis pela missão civilizadora e pela educação cívica pretendida pelo Instituto.<sup>737</sup> Caberia desta forma ao IHGRS divulgar a “*nossa história, cheia de lances arriscados e de rasgos de heroísmos legendários*”. A biografia de homens “*eminentes e de mestres ilustres*” precisaria “*ser melhor cuidada e melhor ensinada.*”<sup>738</sup>

Em 1925, em homenagem ao centenário de nascimento do Imperador D. Pedro II, Armando Dias de Azevedo, sócio emérito do IHGRS, publicou um extenso artigo enfatizando as celebrações que se realizavam em todo o Brasil. Azevedo recorda a ação patriótica do Presidente Epitácio Pessoa quando promoveu o repatriamento dos restos mortais do Imperador e de “*sua augusta consorte*”. Segundo Azevedo a consagração cívica prestada pelos brasileiros ao receberem os “*sagrados despojos*” obteve, através do IHGRS, “*verdadeira e fiel mostra*” das “*glórias do nosso passado*”. Na “*impossibilidade de fazer a narrativa do reinado de Pedro II*”, o artigo visava apresentar “*a trajetória luminosa por ele deixada na história pátria*”. Para essa interpretação, o reinado de “*Pedro II foi, sob todos os pontos, um período brilhantíssimo da nossa história*”: pois o imperador sufocou cinco

---

<sup>735</sup> SPALDING, Walter. op. cit. p. 168.

<sup>736</sup> Para Berenice Cavalcante, o intelectual era visto como detentor de um saber que deveria ser difundido, popularizado através da educação. Esta se confunde, então, com “as luzes” que extinguiriam o obscurantismo, promovendo a conscientização das massas através da elevação de seu nível cultural. A autora afirma que os intelectuais nos anos 30 defendiam os valores da civilização francesa. Como os iluministas e ilustrados do século XVIII, concebiam a educação como fator propulsor do progresso. In.: CAVALCANTE, Berenice. As esperanças que não morrem: política e cultura na sociedade brasileira na década de 40. In: Revista de História das Ideias. Lisboa: Ed. Universidade de Coimbra, 1989, p. 567.

<sup>737</sup> Como afirma Capelato, o ensino de História do Brasil tinha a função de criar nos adolescentes e jovens estudantes uma paixão e um saber, um sentimento e o conhecimento acerca das tradições do país. Ao recuperar tradições nacionais, elevaria o sentimento dos indivíduos para uma percepção do todo nacional. In.: CAPELATO, Maria Helena Rolim. Multidões em cena: Propaganda Política no varguismo e no peronismo. Campinas, SP: Papirus, 1998, p. 221.

<sup>738</sup> Ata da sessão de Instalação e Posse do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 19-Novembro-1921.



revoluções, entre elas a Revolução Farroupilha. O ensaio monográfico, mais do que um laudatório esforço em dignificar a figura do Imperador D. Pedro II, pretendia desfazer as fissuras que a imagem separatista do Rio Grande do Sul pudesse causar a unidade nacional. Apartados no “*desvario da luta*” e “*reintegrado a comunhão nacional*” o Rio Grande do Sul veio a prestar, de 1865 a 1870, “*relevantísimos serviços patrióticos na guerra do Paraguai*”. Entretanto, para Armando Dias de Azevedo foi a habilidade, energia e espírito progressista de D. Pedro II, que generosamente anistiu os vencidos, poupando o sangue dos brasileiros das províncias de São Paulo, Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco e Rio Grande do Sul.<sup>739</sup>

A essência do ensino de história nas escolas, dentro do projeto nacionalista e ufanista do governo Vargas, residia no intuito de despertar os “*sentimentos de pátria: espírito cívico e patriótico*” e, conseqüentemente, forjar a nação.<sup>740</sup> A prática dessa educação cívica que, no decurso da formação dos jovens deveria ser ministrada pelo professor de História do Brasil, ocorreria pela participação “*dos alunos nos grandes atos da vida pública nacional, pela veneração dos grandes homens, nacionais e estrangeiros, pela visita individual ou coletiva, a monumentos, instituições, sítios, repartições públicas, museus*” que no passado ou no presente, tenham revelado aspectos importantes da vida cívica nacional.<sup>741</sup>

A intelectualidade, longe de se limitar a uma atitude contemplativa, ansiava por influir nos destinos do país, assegurando assim sua importância na esfera social via,

---

<sup>739</sup> AZEVEDO, Armando Dias. O Imperador D. Pedro II. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, III e IV trimestre, 1925, p. 196.

<sup>740</sup> Segundo Simon Schwartzman, Helena Bousquet e Vanda Maria Ribeiro o sistema escolar nos anos de 1930, deveria além de desenvolver a alta cultura do país, deveria ter “*uma ação sobre os jovens e sobre as mulheres que garantisse o compromisso dos primeiros com os valores da nação que se construía, e o lugar das segundas na preservação de suas instituições básicas; era preciso, finalmente, impedir que a nacionalidade, ainda em fase tão incipiente de construção, fosse ameaçada por agentes abertos ou ocultos de outras culturas, outras ideologias e nações*”. Sobre esta questão ver: SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Tempos de Capanema, São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 98.

<sup>741</sup> PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. Os Afrescos nos Trópicos: Portinari e o Mecenato Capanema. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003, p. 81.

principalmente, o ensino de história.<sup>742</sup> Como aponta Tania de Luca, por se considerarem os únicos capazes de interpretar corretamente o mundo, parecia-lhes evidente que apenas eles dispunham da competência necessária para (re) colocar o país em sintonia com seus reais valores, conduzindo-o ao desenvolvimento futuro.<sup>743</sup>

Eduardo Duarte, sócio do IHGRS, reafirmava a importância da Revista da instituição em fornecer uma interpretação exemplar da história. Para Duarte uma “*obra de valor e que não deveria faltar na estante de nenhum intelectual, devendo ser constante e carinhosamente consultada*” pelos professores. Seu objetivo principal era, nas palavras de Duarte, mobilizar as escolas e as empresas jornalísticas, para alcançar a solidariedade nacional. Os leitores da Revista, através da introspecção, formariam uma espécie de corrente de idéias e sentimentos comuns, chegando a uma nova concepção da consciência cívica e nacional. Ao fornecer elementos edificantes para a história pátria através do “*trabalho histórico*”, a Revista do IHGRS fortaleceria a personalidade nacional, eliminando, desta forma, a tutela estrangeira tanto cultural quanto política sobre o país.<sup>744</sup>

Na sessão solene comemorativa ao Jubileu da agremiação, o sócio do Instituto Eduardo Duarte faz um retrospecto da “*vida do Instituto*”. Para Duarte, a fundação do Instituto tinha, como objetivo primeiro, estudar “*o glorioso passado da terra Continentina*” e que fosse ao mesmo tempo centro de estudos da história regional.<sup>745</sup> Para os intelectuais

---

<sup>742</sup> Segundo Ângela de Castro Gomes, “A ‘necessidade’ do passado, sua inscrição como ‘fonte’ da nacionalidade e, por conseguinte, como bússola da política advinham muito mais, acreditamos, da orientação sustentada pelos ideólogos do regime de que não havia governos bons ou maus – não havia modelos universais -, e sim governos adequados ou não a uma realidade singular. Mais uma vez, a clara perspectiva historicista impunha uma valorização do ‘passado’, única categoria capaz de preencher com respostas verossímeis tal exigência de ‘adequação’. Também tornar-se evidente que esta demanda implicava uma leitura positiva do ‘passado’.” GOMES, Ângela de Castro. op. cit. p. 142.

<sup>743</sup> DE LUCA, Tania Regina. op. cit. p. 83.

<sup>744</sup> DUARTE, Eduardo. Retrospecto da vida do Instituto. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, III Trimestre, Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1935, p. 13-15.

<sup>745</sup> Durante os primeiros 25 anos o Instituto manteve vínculos bastante sólidos com a Igreja Católica, reservando espaço para 15 clérigos, principalmente do Pe. João Batista Hafkemeyer, responsável pela direção e impressão da revista da agremiação nos seus primeiros 3 anos de publicação. Ata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1936.

sócios do IHGRS, preocupados com a divulgação de seus escritos, a revista era concebida com importância primordial, ainda que muitos também publicassem seus trabalhos pela Livraria do Globo.<sup>746</sup> De qualquer forma, “*plasmando nas páginas da revista*”, como afirmava Eduardo Duarte, “*a vida gloriosa do Rio Grande, com seus grandes feitos, as suas campanhas, na guerra*” eram os temas recorrentes nos artigos publicados.<sup>747</sup>

A admissão dos sócios, divididos em 5 categorias diferentes, era condicionada segundo o *alto saber* dos postulantes, e às “*altas autoridades federais, estaduais, municipais e religiosas*”. A comissão de admissão deveria, ainda, investigar a idoneidade do candidato e a “*conveniência*” de associação ao IHGRS.<sup>748</sup> Assim como o IHGB, a hierarquia interna do IHGRS comportava 3 sócios grandes-beneméritos, 12 sócios beneméritos, 30 sócios efetivos, 40 sócios correspondentes e 15 sócios honorários, sendo que os sócios efetivos deveriam residir em Porto Alegre e pagar por sua admissão, diploma e mensalidade. As demais categorias estariam isentas de qualquer contribuição, desde que tivessem “*contribuído eficazmente para a prosperidade do Instituto*”.<sup>749</sup>

Ao analisar a produção dos letrados, reunidos em torno do IHGB, Manoel Salgado Guimarães assinala algumas características daquele instituto que se aproximam, em muitos aspectos do IHGRS.<sup>750</sup> A questão da definição da nação Brasileira, amplamente discutida

---

<sup>746</sup> A partir de 1932 a Revista do IHGRS, deixa de ser impressa pela Livraria do Globo e por decreto oficial do Interventor Flores da Cunha, passa a ser impressa nas Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. Diário Oficial do Estado, Novembro de 1932.

<sup>747</sup> DUARTE, Eduardo. Retrospecto da vida do Instituto. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, III Trimestre, Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1935, p. 13-15.

<sup>748</sup> A comissão de admissão de sócios era composta por Olavo Godoy, Achylles Porto Alegre, Benjamin Flores, Augusto Daisson. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, I Trimestre, p. 150. 1921.

<sup>749</sup> Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1921, p. 135.

<sup>750</sup> Segundo Sônia Regina Pinto Soares, ao estudar a produção intelectual do historiador Joaquim Norberto de Souza e Silva sobre o período colonial brasileiro especialmente sobre a Conjuração Mineira e sua participação como sócio do IHGB, esta agremiação tinha nitidamente uma marca elitista, formada por *alguns representantes da “boa sociedade” no período imperial*. Os primeiros membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro possuíam suas bases sociais no modelo político centralizador e também no modelo social centrado na grande propriedade escravocrata. Sobre esta questão ver: SOARES, Sônia Regina Pinto. Joaquim Noberto de Souza Silva:

na produção do IHGB no século XIX, se assentava sobre a idéia da consolidação do Estado Nacional enquanto continuador da tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Para Guimarães, todo esse esforço foi canalizado para a construção da idéia de nação, buscando no passado exemplos e argumentos que apontassem o caminho glorioso destinado ao Brasil. Iara Lis Schiavinatto tem uma interpretação bastante semelhante à de Manoel Salgado Guimarães. Segundo ela, na busca pelo passado brasileiro e da sua natureza, o IHGB publicava os relatos dos viajantes estrangeiros que percorreram o Império entre os séculos XVIII e XIX, para valorizam esses “*testemunhos*” como documentos que subsidiavam a descrição da localidade, seus costumes e gente.<sup>751</sup>

Antes mesmo da fundação do IHGB, segundo Robert Pechman, um grupo de intelectuais brasileiros, a partir de finais do século XVIII, passa a se preocupar com a situação do país tanto no que diz respeito ao estado da população quanto às condições de desenvolvimento material, o estágio das “*ciências e as perspectivas de progresso*”<sup>752</sup>. Para Pechman, a crença no poder da ciência e a expectativa de progresso que mobilizava esses homens de letras, levaram-nos, pela primeira vez, a formular imagens do que pensavam ser a sociedade brasileira, diagnosticando sobre o seu atraso e ao mesmo tempo tentando imaginar o seu futuro.

---

Historiador – um olhar sobre Minas Gerais Colônia. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002, p. 105.

<sup>751</sup> SCHIAVINATTO, Iara Lis. *Imagens do Brasil: entre a natureza e a história*. In.: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC; Ed. UNIJUÍ; FAPESP, 2003, p. 627. Para Carlos Guilherme Mota a história do meio ambiente se amplia com uma plêiade de naturalistas europeus ligados a museus e centros de pesquisa e a tradição da geohistória ganha novo impulso nos séculos XVIII e XIX. A geografia tornar-se, neste momento, mais precisa, mais científica, nessa época em que o governo português queria conhecer, mapear e controlar o novo território americano. MOTA, Carlos Guilherme. *Idéias de Brasil: formação e problemas (1817-1850)*. In.: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem Incompleta: A experiência brasileira*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000, p. 217. Por sua vez, para Regina Araújo, o território se apresenta no século XIX como um elemento primordial da identidade nacional em formação. Nesse sentido, as viagens exploratórias são promovidas e divulgadas pelo IHGB, assim como o esquadramento do território que estava sendo realizado nesta primeira metade do século XIX. In.: REGINA, Araújo. *A formação da memória territorial brasileira- (1838-1860)*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001, p. 90.

<sup>752</sup> PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002, p. 24.

Ao analisar o eloqüente discurso do 1º Secretário do IHGB, o cônego Januário da Cunha Barbosa, Pechman afirma que aquela instituição nascera com a pretensão de ser a parteira da história nacional, reconhecida pelo Império e amplamente articulada no esforço de consolidação da centralização política. Diante do perigo de desintegração política, a história era mobilizada para elaborar um discurso nacional que corporificasse o vasto país carente de delimitações. Podemos acrescentar que o IHGB, estando a frente de um projeto que buscava a formulação de história para o país, esteve também envolvido na “missão” de criar uma imagem do Brasil que deveria servir de suporte para um discurso sobre a nacionalidade, alicerçada no princípio da integração nacional.<sup>753</sup> Assim como o Arquivo Público, fundado em 1838, o Museu Imperial, em 1842, e o Colégio D. Pedro II em 1837, o IHGB deveria colocar o país no fluxo civilizatório europeu, projetando para todos os brasileiros a referência de um “padrão civilizatório”.<sup>754</sup>

Segundo Cláudia Regina Callari, os sócios do IHGB, modelo que amparou o perfil do IHGRS, eram basicamente membros da elite que ocupavam altos postos na burocracia estatal e políticos de renome. Compunham também o IHGB, literatos, advogados, médicos, engenheiros, militares – enfim, carreiras de praxe a serem seguidos pelos filhos da elite que se dedicavam com afinco aos projetos de seus respectivos institutos. Quando da sua criação em 1838, o IHGB possuía na maioria dos seus sócios-fundadores integrantes do aparelho administrativo do Estado, elementos que respondiam e eram representantes da burocracia imperial.<sup>755</sup>

Assim como outros institutos locais, o IHGRS procurou se filiar ao modelo proposto pelo IHGB, o que pode ser verificado pela comparação dos estatutos, no formato das revistas e intercâmbio entre seus integrantes além, é claro, do realce aos aspectos da história local, salientando a importância do Rio Grande do Sul na composição da história nacional. No estudo sobre os “Guardiões da História Oficial”, Lilia Moritz Schwarcz explora o papel

---

<sup>753</sup> PECHMAN, Robert Moses. op. cit. p. 30.

<sup>754</sup> PECHMAN, Robert Moses. op. cit. p. 31.

<sup>755</sup> CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. In.: Revista Brasileira de História: Estado e Controle Social, São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, v. 21, n.º 40, 2001, p. 60.

do IHGB na construção de uma história nacional, pautada nos “*mitos de fundação*” e em personagens e eventos que se apresentavam como gloriosos. O IHGB, ao recriar um passado nacional e homogêneo, buscava demarcar espaços na produção cultural e assegurar sua hegemonia na construção da história oficial.

Contrastando com o IHGB, o instituto riograndense estabelecia em seus estatutos a necessária competência e produção intelectual para admissão nas distintas áreas de investigação. Na composição do IHGB, conforme aponta Lilia Schwarcz, o recrutamento se pautava mais por determinantes sociais, que pelo “*alto saber em qualquer dos ramos dos conhecimentos humanos*”. Nesse sentido, diferentemente do grêmio fluminense, o estatuto do IHGRS exigia, exceto do Presidente do Estado e do Presidente do Instituto, a apresentação de trabalhos inéditos comprovando a “*capacidade de autor*” do candidato postulante ao título de sócio.<sup>756</sup> Possivelmente essas exceções ocorriam devido a dois motivos: inicialmente, do Governo do Estado a Instituição esperava o reconhecimento e a nomeação de sócios para os cargos na máquina burocrática e, ao mesmo tempo, subsídios para a manutenção tanto das publicações como dos congressos. A exceção na cláusula da não obrigatoriedade de comprovação do “*elevado valor intelectual do Presidente da Instituição*”, devia-se ao fato de que as indicações para o cargo da Presidência serem efetuadas pelo Governo Estadual.

Lilia Schwarcz afirma ainda que o projeto do IHGB, além do levantamento documental, perfazia um exercício de exaltação da história pátria. Além dos textos produzidos e publicados na revista, o envolvimento com comissões de edificação de monumentos, distribuição de medalhas, produção de hinos e organização de comemorações eram próprios ao estabelecimento.<sup>757</sup> Tais objetivos se completam, segundo Regina Araújo,

---

<sup>756</sup> Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1922. p. 136.

<sup>757</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870- 1930. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 104.

na função a qual se destinava o IHGB, ou seja: “*semear os frutos dos estudos históricos e geográficos, afirmando seu papel iluminista de difusor cultural*”<sup>758</sup>.

Entretanto, a análise de Araújo sobre a contribuição do IHGB durante a primeira metade do século XIX na “*formação da memória territorial brasileira*” se distancia do trabalho de Schwarcz. Para Araújo, a abordagem de Lilia Schwarcz se limita a uma “*sociologia do conhecimento*”, que privilegia a rotina das reuniões quinzenais do instituto, transformado em fórum de prestígio social, de rituais patrióticos e de enaltecimento da figura do imperador. A autora atribui ao estudo de Schwarcz pouca atenção às características do projeto de história nacional que então se delineava na produção do IHGB.<sup>759</sup> Além disso, o equívoco maior da interpretação de Schwarcz segundo Regina Araújo, não reside no esforço de rotulagem que subdivide a categoria história em diversos tipos, como política, social, religiosa, militar e econômica mas, sobretudo, é resultante da abordagem superficial e “*apressada do conjunto do material*”, da qual escapa tanto a importância das “*questões territoriais*” no contexto de consolidação do Estado Brasileiro, quanto o tratamento dado a estas questões nos trabalhos do IHGB.<sup>760</sup>

De qualquer modo, o estudo de Lilia Schwarcz, que não se restringiu ao IHGB, pois percebeu como aquele modelo influenciou e permeou à concepção de história produzida também no IAGP e IHGSP, marcados nitidamente por um caráter regional no qual a Revolução de 1817 e o bandeirantismo paulista ressurgiam respectivamente como fatos indelévels do passado da nação.

Ocupados em representar os anseios regionais, mas sem perder de vista a competência a qual se destinavam, o IAGP e o IHGSP buscavam estabelecer a origem da nação, a partir da “*descoberta portuguesa do país*”.<sup>761</sup> Nesse sentido, a produção IHGRS nas décadas de 1920 e 1930 se aproxima das considerações de Schwarcz. Em 1928 a revista

---

<sup>758</sup> ARAÚJO, Regina. A formação da memória territorial brasileira- (1838-1860). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001, p. 73.

<sup>759</sup> ARAÚJO, Regina. op. cit. p. 87.

<sup>760</sup> ARAÚJO, Regina. op. cit. p. 89.

<sup>761</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. op. cit. 135.

do IHGRS publicou um extenso artigo do intelectual J. B. Hafkemeyer sobre a “*conquista portuguesa do Rio Grande do Sul*” e os esforços dos bandeirantes paulistas que expandiram a “*nossa terra para o Brasil*”<sup>762</sup>. Destaca-se neste texto o papel excepcional reservado aos portugueses que sempre “*sustentavam a posse da costa até a foz do Prata*”. No entanto, a posse da Coroa Portuguesa não garantiria o atendimento das necessidades de uma “*colônia que se estendia desde o Amazonas*”.<sup>763</sup>

Para o intelectual do IHGRS, os bandeirantes paulistas, em fins do século XVII, expulsaram os espanhóis e seus missionários Jesuítas das posições que ocupavam em territórios “*considerados dentro da demarcação portuguesa*”.<sup>764</sup> Já a “*espalhada*” colonização portuguesa, encetada no século XVIII, estabeleceu-se em “*descampado, encarando com coragem todos os perigos que a completa separação da convivência dos brancos lhes podia trazer*”.<sup>765</sup> Essa “*conquista portuguesa*”, no extremo sul do país, obteve sucesso pois os “*colonos não tinham de encarar a inimizade feroz dos anteriores donos do país*”, os espanhóis. A constituição do “*grande Império*”, deveu-se, fundamentalmente no século XVIII, aos bandeirantes paulistas, que abriram “*todo o sertão e estenderam os limites até a fronteira moderna da pátria e a apesar de todos as dificuldades, souberam conservar esta conquista*”.<sup>766</sup>

Todavia, para Hafkemeyer o “*futuro brilhantíssimo*” da província do Rio Grande do Sul foi comprometido pois os habitantes “*não somente pagavam todas as despesas da guerra mas forneciam até o que faltava*”.<sup>767</sup> A laudatória digressão do intelectual do IHGRS, ainda que destacasse a “*empresa portuguesa*” no sul do Brasil, procurava, antes, assentar bases que diferenciasses a “*jovem nação tropical*” do Império Português. Faltavam professores para instrução pública e abundavam o “*desleixo dos governadores*”

---

<sup>762</sup> HAFKEMEYER, J. B. A conquista Portuguesa do Rio Grande do Sul. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1921, p. 199.

<sup>763</sup> HAFKEMEYER, J. B. op. cit. p. 203.

<sup>764</sup> HAFKEMEYER, J. B. op. cit. p. 204.

<sup>765</sup> HAFKEMEYER, J. B. op. cit. p. 219.

<sup>766</sup> HAFKEMEYER, J. B. op. cit. p. 274.

<sup>767</sup> HAFKEMEYER, J. B. op. cit. p. 282.



indicados pela metrópole. Para ele, o “*verdadeiro progresso*” não se adequava “*as estes tempos por causa de algumas imperfeições inerentes a administração portuguesa que influíam com as suas conseqüências perniciosas em todo o governo*”. A essa substância básica, Hafkemeyer acrescentaria ainda o fato de os portugueses considerarem o Brasil como lugar de desterro “*em que eram bons só os dobrões de ouro*”. Há nessa interpretação uma clara e redundante preocupação dos intelectuais do IHGRS em positivar a empresa dos nacionais, “*dos filhos da terra que teriam mais jeito de administrar o país que criara.*”<sup>768</sup>

Para István Jancsó e João Paulo Pimenta a trajetória do conceito de nação espalhou-se pelo universo atlântico e, ainda que carregado de variações locais, expressava, em seu conteúdo, uma herança histórica e a idéia de um território comum aos membros da nação.<sup>769</sup> No Brasil Imperial, a definição do projeto da nação competia aos intelectuais do IHGB. O caminho para tal intento percorria na defesa da Monarquia e do catolicismo, vistos como alicerces da nacionalidade. Por sua vez, com a instauração da República em 1889, em nome da unidade, soberania e grandeza da nação, os Estados, autoproclamados guardiões dos ideais nacionais, justificavam suas ações em prol da extensão das fronteiras, do domínio e exploração de áreas coloniais, do incremento e da defesa da produção nacional além de exigirem, de todos os cidadãos, fidelidade e lealdade em relação à pátria, como afirmou Tânia Regina de Luca. Neste sentido, como ela apontou, os intelectuais brasileiros do início do século XX partiram à procura de fundamentos característicos e especificidades da “*nação brasileira*”.<sup>770</sup> Percorrendo a história, a geografia, a literatura, a gramática e a antropologia, eles estudaram a composição étnica da população, procurando

---

<sup>768</sup> HAFKEMEYER, J. B. op. cit. p. 283.

<sup>769</sup> JANCÓS, István, PIMENTA, João Paulo G., Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. In.: MOTA, Carlos Guilherme. Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000), São Paulo:Ed. SENAC, 2000, p. 159. Os autores ainda destacam que o recurso a idéia de nação, reforça-se como parte orgânica da fala do poder, sempre carregada de referências ao passado. Anne-Marie Thiesse ao analisar a criação das identidades nacionais européias afirma que “o verdadeiro nascimento de uma nação, é o momento em que um grupo de indivíduos declara que ela existe e empreende de provar”. Sobre esta questão ver: THIESSE, Ane-Marie. La création des identités nationales: Europe XVIII-XX siècle. Paris: Seuil, 1993, p. 7-28.

<sup>770</sup> DE LUCA, Tânia Regina. São Paulo e a construção da identidade nacional. In.: FERREIRA, Antonio Celso. IOKOI, Zilda Gricoli. DE LUCA, Tânia Regina. (orgs.) Encontros com a história: Percursos Históricos e historiográficos de São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p. 82.

revelar através do instrumental analítico fornecido pelo positivismo, evolucionismo e social darwinismo a “*verdadeira face do país*”.<sup>771</sup> Por conseguinte, na produção dos intelectuais do IHGRS, percebemos a intenção dos homens de letras das décadas de vinte e trinta de “*revelar através dos documentos*” a realidade sobre o passado nacionalista do estado e sua decisiva contribuição para a formação da nação.

#### 4.5. A Revolução, a Federação e a República

Alguns meses antes das festividades do Centenário Farroupilha em 1935, Walter Spalding envia uma carta a Flores da Cunha, afirmando que as comemorações seriam um momento de revisitar a história do “*povo adiantado, talvez dos mais brilhantes do Brasil*”. Para ele, através da “*tenacidade*” e da “*colaboração*” do IHGRS, o Centenário teria “*uma comemoração digna*”.<sup>772</sup> O intelectual acrescentava que o evento deveria tornar-se um

---

<sup>771</sup> Segundo Ana Cláudia Brefe, pode-se caracterizar a chamada “história positivista”, a partir de três elementos. O primeiro é a herança da crítica textual que aparece no século XV, no humanismo italiano, postulando regras de leitura que garantissem a autenticidade do documento e a veracidade do fato. Garantida a leitura fiel do “documentos autênticos”, a História poderia ter como modelo as “ciências objetivas”, levando em conta uma diferença fundamental: “nas ciências da natureza o observador tem um conhecimento direto do fato ocorrido diante dele, enquanto o historiador exerce seu estudo sobre os rastros deixados por aquele”. Segundo Brefe, o conhecimento histórico para esta acepção é, “*em sua essência, um conhecimento indireto e aquilo que o separa das ciências ditas diretas, não é seu estatuto e nem sua natureza, apenas o seu método.*” O trabalho de operação crítica consiste, pois, a se passar do rastro do fato ao fato mesmo, isto é, recriar as condições de uma relação direta entre o observador e a coisa observada. “*Neste caso, o seu ideal deve ser a objetividade absoluta*”. Sobre esta questão ver, BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Um lugar de memória para a Nação. O museu paulista reinventado por Affonso d’Escragno Taunay (1917-1945). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999, p. 51.

<sup>772</sup> Carta de Walter Spalding a Flores da Cunha, 09-04-1935.

“marco” para a nacionalidade e uma “símbolo federativo” que os “heróis farroupilhas” haviam “legado à pátria”.<sup>773</sup>

Na mesma missiva enviada ao Governador Flores da Cunha, Spalding afirmava que o IHGRS era uma instituição cuja competência seria o “*recolhimento da documentação relacionada à Revolução Farroupilha como cartas, discursos e notas dos jornais que circularam no período*”. Com tal medida, ele acreditava que se evitaria o envolvimento do “*historiador com questões contemporâneas que pudessem suscitar paixões que comprometessem a neutralidade e o distanciamento necessários*”.<sup>774</sup>

Em resposta a missiva, Flores da Cunha envia uma carta ao sócio do IHGRS dizendo que o “*estudo da História*” não deveria “*explorar ideologias*” e “*misticismos deliquescentes*”. A “*intenção de verdade*” que preside a escrita da história e a “*preservação da memória*”, deveriam servir, segundo Flores, ao “*apaziguamento dos espíritos, e o arrefecimento dos ódios*”.<sup>775</sup> Além disso, Flores da Cunha afirmava contar com os “*prestimosos serviços do IHGRS*” na organização do “*grandioso evento que se aproximava*”.<sup>776</sup>

---

<sup>773</sup> O termo *marco* é aqui compreendido a partir de sua referência etimológica, definida como sinal de fronteira, limite. O marco assinala um lugar ou acontecimento. A palavra *marco* aparece constantemente nos discursos inaugurais dos festejos farroupilhas, associada à noção de delimitação espacial. Neste sentido, a espacialidade do marco também assume uma definição objetiva e material. Os marcos comemorativos, placas, monumentos, obeliscos, através de sua fixidez devem servir à posteridade como recordação daquele evento comemorado.

<sup>774</sup> Carta de Walter Spalding a Flores da Cunha, 09-04-1935.

<sup>775</sup> Peter Burke considera que são os grupos sociais que determinam o que é “*memorável*”, o que é digno de registro e recordação do passado. Burke salienta dois aspectos importantes quanto à análise da memória. Primeiramente afirma que os historiadores devem estudar a memória como uma fonte histórica, em outras palavras, como um “*documento histórico*”. Em segundo lugar, que os historiadores precisam considerar a memória como fenômeno histórico, pelo que se poderia chamar de história social do lembrar. Desta feita, ao considerar que a memória social, termo utilizado por Burke, é seletiva, precisamos identificar os princípios de seleção e observar como eles variam de lugar para lugar, ou de um grupo para outro, e como mudam com o passar do tempo. A partir deste entendimento, a construção da memória deve ser analisada, levando-se em consideração como são concretizadas, por quem e em quais circunstâncias enunciativas. BURKE, Peter. Variedades de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 73

<sup>776</sup> Carta de Flores da Cunha a Walter Spalding, 15-04-1935.

De fato, desde o início da década de 1930 podemos perceber nos artigos da Revista do IHGRS uma constante publicação de trabalhos que enfatizavam a “*memorável história farroupilha*”. Em 1932, por exemplo, Spalding publica um extenso artigo questionando o “*caráter republicano e separatista de Bento Gonçalves*”. Nesse texto, segundo o intelectual, “*a história e o historiador cumpririam seu papel de revelar a verdade dos fatos, estudando e examinando os documentos e as provas.*”<sup>777</sup> Em outras palavras, o autor acreditava na cientificidade dos estudos históricos, garantidos pela reunião cuidadosa e transcrição fidedigna dos documentos.

Spalding critica os “*fazedores de histórias*” que, segundo ele, “*perpetuam mentiras e calúnias*” com “*o fim único de desvirtuar e despistar os trabalhadores e estivadores da história*”. O intelectual cita os esforços de Tristão Alencar Araripe e do seu contemporâneo João Pinto da Silva em “*denegrir a memória*” da “*figura simpática e varonil do grande chefe farrapo, Bento Gonçalves*”.<sup>778</sup> A estratégia de construção da memória do “*herói*” pressupunha qualificá-lo como uma personagem que nutria sentimentos de “*unidade e intensa brasilidade*”. A emergência de memórias paralelas, principalmente daquelas enunciadas nos canais instituidores, como na Revista do IHGRS, deveriam ser combatidas, pois poderiam desorganizar o referencial da nacionalidade, “*criando novas identidades e questionando a estabilidade da memória oficial*”. Era preciso apresentar um conjunto verossímil de feitos históricos capaz de levar o indivíduo comum a “*ufanar-se de ser seu herdeiro e guardião*”.<sup>779</sup> Nesse sentido, a recuperação dessa “*história*” seria possível através da revitalização das “*fontes*” que “*guardam*” esse passado “*republicano e federativo dos farroupilhas*”

Para Spalding, a “*história que os farrapos construíram*” deveria ser percebida como aquela que fixou as “*raízes republicanos e federativas*” no Brasil. Segundo essa interpretação o Rio Grande do Sul, com a Revolução Farroupilha, pretendia reunir em “*um só bloco republicano todo Brasil*”. Para tanto, ele se refere à invasão de Santa Catarina e à

---

<sup>777</sup> SPALDING, Walter. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Tipografia do Globo, 1932, p. 41.

<sup>778</sup> SPALDING, Walter. op. cit. p. 42.

<sup>779</sup> SPALDING, Walter. op. cit. p. 39.

instauração da República Juliana em 1839, como uma tentativa de unificação do ideal farroupilha, dirimindo do movimento qualquer intenção seccionista. A “*brasilidade*”, segundo Spalding, dominava a intenção e o sentimento dos farrapos, motivo que explicaria a deposição das armas e a reintegração ao Brasil “*para, generosamente, derramar seu sangue heróico em defesa da integridade da pátria comum*” durante a guerra do Paraguai.<sup>780</sup>

Se a nação é significada como uma totalidade orgânica, indivisível e harmoniosa, a idéia separatista conflitava com tal acepção. O “*espírito nacional dos farroupilhas*” não seria mero produto de uma constatação documental mas, segundo Spalding, uma construção coletiva do “*povo brasileiro*”, identificada na “*interpretação especializada e competente*” dos intelectuais do IHGRS. Em artigo publicado na Revista do IHGRS, em 1936, Walter Spalding identifica a Revolução Farroupilha como um movimento que pretendia o sistema federativo, justificando o caráter separatista da então Província do Rio Grande do Sul, devido às injustiças da Regência que “*espalhava a orfandade e a miséria*”. Para Spalding:

*“Tivesse a Regência sido menos egoísta e menos convencida de sua grandeza e poderio a história não teria registrado essa luta titânica e talvez o ideal republicano, no qual o governo Imperial lançou os farroupilhas, não teria tido o seu advento a 15 de novembro de 89, pois o Rio Grande do Sul pacificado, brasileiro como a mais brasileiras das províncias do Brasil continuou sendo republicano”.*<sup>781</sup>

Em 1936 Walter Spalding publica “*A cooperação Internacional na Revolução Farroupilha*”, resultado de uma série de conferências durante os festejos do Centenário Farroupilha. Na obra, o intelectual situava o “*vulcão revolucionário*” que teria sido o decênio de 1835/1845, como um dos mais agitados não somente no Brasil como em toda a América do Sul. Listando as revoltas “*emancipadoras*”, entre as quais mereciam destaque às de Pernambuco e de Minas Gerais, inspiradas nos princípios constitucionais da América

---

<sup>780</sup> SPALDING, Walter. op. cit. p. 43.

<sup>781</sup> SPALDING, Walter. Bandeira e brasão farroupilhas. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Tipografia do Globo, 1936, p. 22.

do Norte e nos ideais da Revolução Francesa. Segundo Spalding, pelas proporções, “*causas e finalidades*” sobressaem a Revolução Pernambucana de 1824 e, principalmente, a Farroupilha. No texto de 1936, o intelectual retoma os princípios que nortearam a produção do IHGRS durante a década de 1930, ou seja, cristalizar a imagem da Revolução Farroupilha “*profundamente brasilista, republicana-federativa*”. A estratégia discursiva de Spalding, ao asseverar os princípios nacionalistas dos farrapos, repousa nas insistentes tentativas de levar os ideais republicanos às “*províncias irmãs*”, tentativa frustrada devido à “*fraqueza de seus meios e a distância geográfica*”. Os escritos de Spalding, além de afirmarem um caráter nacionalista para a Revolução Farroupilha, apontavam a influência “*das lições farroupilhas*” nas outras revoltas provinciais, como a Sabinada na Bahia, precipitada pela presença de Bento Gonçalves, quando preso no Forte do Mar. Com a finalidade de exemplificar a proximidade e as relações de contribuição da Revolução Farroupilha na Sabinada, Spalding aponta que são “*vários os documentos que fazem referência ao Rio Grande*”, e que comprovariam a íntima relação dos chefes “Sabinos” com o chefe farroupilha Bento Gonçalves.<sup>782</sup>

O que se projeta como diferença no texto publicado em 1936, se comparado com os anteriores, são as relações e contribuições da Revolução Farroupilha com outras revoltas no período analisadas pelo autor. Spalding, ao referendar o “*caráter federativo*” dos farrapos, mostrava uma aguda percepção quanto à necessidade de manutenção da nação unificada. A influência da Revolução Farroupilha para Spalding é notável, sobretudo em Santa Catarina. Para ele “*em diversos pontos da Província Catarinense desde muito reinava o desassossego, pois também naquela província como no Rio Grande do Sul as arbitrariedades eram grandes*”, motivo maior ao qual aproximava os catarinenses aos republicanos riograndenses, com os quais quase “*se confundiam*”, apontava o intelectual. Mesmo derrotados, a expedição farroupilha a Santa Catarina logrou êxito pois, para o autor, foi um dos seus maiores “*títulos de glória e brasilidade*”.<sup>783</sup>

---

<sup>782</sup> SPALDING, Walter. A cooperação Internacional na Revolução Farroupilha. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio do Sul, Porto Alegre: Tipografia do Globo, 1936, p. 67.

<sup>783</sup> SPALDING, Walter. A cooperação Internacional na Revolução Farroupilha. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio do Sul, Porto Alegre: Tipografia do Globo, 1936, p. 69.

Dentre todas as revoltas analisadas pelo intelectual, Spalding afirmava que teriam sido as revoluções liberais de 1842, chefiadas por Diogo Antônio Feijó, o que “*mais entusiasmou a alma farroupilha*”. Para Spalding, encontrar vínculos que ligassem os farrapos à “*plêiade brilhante de filhos da gloriosa terra bandeirante*”, equivalia a restabelecer os elos nacionalistas do Rio Grande do Sul com a nação e, assim reafirmar um “*passado comum e nacionalista*”. Para tanto, a estratégia do intelectual recaí na transcrição e seleção de correspondência entre republicanos paulistas e gaúchos, tecendo fios para compor um “*passado de glórias*” em que os farrapos estenderam os “*braços para a emancipação dos paulistas*” do Império do Brasil. Todavia, os “*traços separatistas*” da Revolução Farroupilha permanecem como maior preocupação do intelectual. Diante de tal apreensão, Spalding retoma o enredo épico da defesa das fronteiras “*e do solo brasílico*”. Associando elos de continuidade e de herança, Spalding afirmava que os “*audazes homens*” riograndenses foram novamente chamados para “*resguardar mais uma vez a fronteira e a honra da grande Pátria comum*” com a Revolução de 30 e seu “*líderes máximos Getúlio Vargas e Flores Cunha*”.<sup>784</sup>

Enfim, para Spalding, a “*materialização de um sonho comum, integrando o Rio Grande do Sul ao país*” teve, “*na Revolução de 30*”, sua “*consagração*”. Segundo o intelectual, o “*presente permanecia ancorado no passado*” e tomava “*de empréstimo*” o “*esforço coletivo que o IHGRS e o governo de Flores da Cunha*” haviam efetuado nas “*Comemorações do Centenário*”. A “*ordem política*”, instaurada em 1930, teria evocado o “*despertar da nação*” e, 1935 demonstrado ao Brasil o “*espírito nacional*” do Rio Grande do Sul.<sup>785</sup>

Aurélio Porto, sócio emérito do IHGRS e redator de A Federação, em uma conferência na Rádio Sociedade Gaúcha, em 1932, afirmava que “*as diretrizes do passado*” apontavam os rumos que deveriam ser seguidos no presente.<sup>786</sup> Porto fundamentava, em

---

<sup>784</sup> SPALDING, Walter. op. cit. p. 73.

<sup>785</sup> SPALDING, Walter. op. cit. p. 73.

<sup>786</sup> O intelectual Aurélio Porto, foi uma figura de projeção no ambiente político nas primeiras décadas do século XX. No final do século XIX, era diretor do jornal republicano *O Progresso*, na cidade de Rosário do Sul. Tornou-se professor na cidade de Quarai e redator de outros jornais. Em

sua “*sociogênese gaúcha*”, a “*trajetória evolucionista*” da nação, recortando a formação colonial da província como o momento onde o “*civilizado e o selvagem*” teriam lutado pela integridade do território brasileiro. Para ele, a conquista do território de um “*povo em marcha*” e o “*espírito nacionalista*” resultavam de um “*laboratório de energias raciais*” que fixaram as bases da nação.<sup>787</sup> Segundo o intelectual, foi o “*intercambio ativo de idéias avançadas*” com os países do Prata e as “*afinidades ideológicas*” que irão ser as justificativas para a Revolução Farroupilha e o “*caráter nacionalista dos farrapos*”.<sup>788</sup>

Aurélio Porto via na República instaurada em 1835 um ato de esforço “*de unir o Brasil por laços federativos, sob um regime democrático que fizesse a grandeza da Federação.*”<sup>789</sup> Essa construção histórica atuava no sentido de não somente explicar e justificar a presença de Getúlio Vargas na presidência da República, como também de legitimar as pretensões do estado, de continuar conduzindo o país politicamente. Era preciso lembrar o “*sopro de heroísmo que passou pelas coxilhas*” e que teria levado “*Vargas e Flores aos cargos máximos da nação.*”<sup>790</sup>

Em 1930, Aurélio Porto retoma a discussão sobre a instauração da República Riograndense. Segundo ele, através do “*exemplo farroupilha*” a nação “*podia chegar à fórmula federativa*”. Negando a separação “*da comunhão brasileira*”, mas ligando-se pelos “*laços federativos*” deveriam as outras províncias seguir “*o exemplo riograndense*” na “*luta pela autonomia regional*”.<sup>791</sup> Para assegurar os ideais federativos da Revolução Farroupilha, Aurélio Porto alegava que a expansão do movimento para a Província de Santa Catarina, resultando na proclamação da República Juliana, seria o principal exemplo dos “*feitos patrióticos dos farrapos*”. A questão da brasilidade dos farrapos e do Rio

---

Porto Alegre, foi funcionário do Arquivo Público do Estado e redator do jornal do Partido Republicano Riograndense, *A Federação*. Entre 1925 e 1930, exerceu atividades na Secretária da Fazenda, como diretor do Tesouro do Estado. In.: GUTFREIND, Ieda. *A historiografia Rio-Grandense*, Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998. p. 49.

<sup>787</sup> PORTO, Aurélio. op. cit. p. 52.

<sup>788</sup> PORTO, Aurélio. op. cit. p. 53-55.

<sup>789</sup> PORTO, Aurélio. op. cit. p. 55.

<sup>790</sup> PORTO, Aurélio. op. cit. p. 55.

<sup>791</sup> PORTO, Aurélio. *A Proclamação da República de Piratini*, In.: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Tipografia do Globo, 1936, p. 308.



Grande do Sul também permeava seus escritos. Não bastava construir princípios federativos associados à Revolução Farroupilha, uma vez que havia a necessidade de garantir, que tal representação do passado ganhasse legitimidade e fosse reconhecida como autêntica na esfera nacional. Nesse sentido, uma maneira de demonstrar a brasilidade e o “*caráter nacionalista da Revolução Farroupilha*”, e afastar a imagem separatista do movimento, seria encontrar na história colonial do estado elos primordiais das “*origens mais profundas*” na formação do Rio Grande do Sul.

Aurélio Porto, partindo deste princípio, publica em 1931, na Revista do IHGRS, o artigo “*O coeficiente Lagunista na formação racial do gaúcho*”. Com a publicação do documento ele acreditava poder “*condignamente*” homenagear a “*velha terra lagunense, mãe comum cujos seios maternos foram fonte da nossa vida.*”<sup>792</sup> No texto inicialmente lido em conferência no Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Aurélio Porto afirmava que na “*gênese riograndense*” o lagunense havia se tornado “*vigilante e atento, cujo peito antemurava os lindes meridionais da Pátria.*” A “*brasilidade gaúcha*” é assim reforçada, cruzando relações em um passado de “*memoráveis reencontros*”, como acrescentava Porto:

*“Numa perfeita identidade ideológica, temos marchado sempre em escalões paralelos. Ao grito do Seival ecoa o brado da República Catarinense. Garibaldi Farroupilha aponta a posteridade o vulto heróico e singular de Anita. Noventa e três nos entrelaça; trinta nos confunde nas mesmas aspirações, e mais ainda nos irmana.”*<sup>793</sup>

Por sua vez, Eduardo Duarte, diretor do Museu Julio de Castilhos e secretário do IHGRS, em palestra no Porto Alegre College, “*rememorava*” a defesa do território brasileiro, “*tão cobiçado pelo castelhano audacioso*”. Evocava no passado a defesa do presente da “*sã brasilidade*” do Rio Grande do Sul, que “*marcha para guerra em luta de um ideal*”.<sup>794</sup> No mesmo trajeto de Walter Spadilng e Aurélio Porto para construir uma

---

<sup>792</sup> PORTO, Aurélio . O coeficiente lagunista na formação racial do gaúcho. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Typografia do Centro, 1931, p. 169.

<sup>793</sup> PORTO, Aurélio. op. cit. p. 171.

<sup>794</sup> DUARTE, Eduardo. op. cit. p. 70-72.

“*memória nacionalista do Rio Grande do Sul*”, Duarte afirmava que a intenção da revolução, ainda que a separação houvesse sido proclamada um ano depois do seu início, era “*a idéia de unir o Rio Grande aos demais Estados co-irmãos, formando uma grande confederação brasileira*” e não propriamente acabar com o Império, mas destituir o então presidente da Província, Antonio Rodrigues Fernandes Braga.<sup>795</sup>

Na “*reconstrução da memória*” farroupilha os intelectuais do IHGRS consideravam Flores da Cunha como o “*continuidor dos ideais republicanos e federativos*”. Esses “*intérpretes da brasilidade*” apresentam o Governo de Flores como aquele que iria implementar “*o grandioso programa federativo dos farrapos*”. Além disso, conforme Eduardo Duarte, Flores, através da “*máquina burocrática estatal*” em coordenação com IHGRS, “*consagraria as tradições, de opulentar a história pátria com ensinamentos históricos*”. De fato, essa “*coordenação*” ocorria na medida em que o Governo Estadual subsidiava a publicação da Revista do IHGRS.

Como patrocinador da revista e sócio benemérito da instituição, Flores constantemente enviava pareceres avaliando artigos e monografias. Em um desses pareceres, por exemplo, Flores critica a obra de Alfredo Varela publicada em 1933. No texto “*História da Grande Revolução*”, Varela afirma que “*no Rio Grande do Sul nunca houve forte sentimento brasileiro*”. Por conseguinte, Flores envia uma carta a Varela dizendo que sua versão trazia “*prejuízos da verdade histórica*” e “*devia ser combatida, precisava ser esclarecida*”. Para ele, em consonância com a “*memória dos grandes vultos de nosso passado que agiram como riograndenses e pensaram sempre como brasileiros*”, a interpretação de Varela estava equivocada e comprometia o “*espírito nacional*” do Rio Grande do Sul.<sup>796</sup>

Em carta datada de 23 de julho de 1934 e enviada ao intelectual e Diretor do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Eduardo Duarte, Castilhos de Goycochêa, sócio

---

<sup>795</sup> DUARTE, Eduardo, op. cit. p. 74.

<sup>796</sup> Carta de Flores da Cunha a Alfredo Varela, 09-10-1933.

do IHGRS, reitera a aversão à obra de Alfredo Varela.<sup>797</sup> Segundo Goycochêa as “*teses falsas de separatismo e castelhanismo*” não poderiam ser aceitas pelo “*venerando Instituto*” HGRS. Na carta o intelectual afirma ter percorrido grande parte do estado, tendo conversado em “*todas as cidades com o que elas teem de mais representativo na política, na administração, nas armas, nas letras, na indústria, e no comércio*”; entretanto, não havia encontrado qualquer “*referência*” à “*separação*”. O debate acirrado que se estabeleceu contra a obra de Alfredo Varela exigia uma reparação formal do autor, ao Estado do Rio Grande do Sul e a desautorização do Diretor do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul em não “*aceitar-lhe os conceitos*” presentes nos 6 volumes da obra.<sup>798</sup>

No parecer enviado a Flores da Cunha em resposta pela publicação da obra de Alfredo Varela, os sócios Darcy Azambuja e Othelo Rosa explicam e revidam as acusações de que o IHGRS havia patrocinado a publicação daquele autor ou mesmo tinha prestado “*solidariedade intelectual*”. O veredicto dos intelectuais para “*dirimir as controvérsias que levaram a acirrados debates, publicados no Jornal do Commercio*” quanto ao patrocínio e divulgação da obra de Varela, se sustentava pela aceitação “*das*

---

<sup>797</sup> Parece-nos que a obra de Varela, de fato, causou inúmeras controvérsias entre os intelectuais e o Governo do Rio Grande do Sul. Em extenso artigo publicado em 1935 na Revista do IHGRS, Souza Docca reafirmava a “*idéia federativa no Brasil*” ao indicar que como “*corolário de nossa independência política*” esta havia surgido entre as províncias brasileiras. Segundo este intelectual, o “*ato prepotente de D. Pedro*” em dissolver a Câmara em 1823 fortaleceu as idéias federativas chegando em 1830 a “*assombrar o governo*”. Souza Docca expõe os possíveis eventos que teriam irradiado os pressupostos federativos às províncias brasileiras, como a fundação da “*Sociedade Federal*” após a abdicação de D. Pedro I, em 1831. Além de um programa doutrinário, pregado principalmente por Evaristo da Veiga, Docca atribuía ainda aos levantes de Fevereiro de 1832 na Bahia e em abril do mesmo ano no Rio de Janeiro, o “*caráter republicano e federativo*” tendo como modelo a Constituição dos Estados Unidos. Ao que indica o extenso artigo, o incomodo da obra de Alfredo Varela trazia ainda imensa preocupação para o intelectual do IHGRS. Segundo Docca, Varela, induzido pelo “*seu pertinaz e nunca realizado anelo de platinizar o Rio Grande, apresenta os farrroupilhas*” ora aspirando a entrada para a Confederação Argentina, ora procurando vínculos entre os farrapos e o Uruguai. Tal discurso alertava ao leitor a paixão que aturdiu a “*História da Grande Revolução*” escrita por Varela, onde são “*legíveis inúmeros erros e confusões conceituais, sobretudo, quanto ao sistema federativo da Revolução Farrroupilha*”. Nesse sentido, tentando legitimar seu discurso, Docca recorre “*as maiores autoridade em Direito Constitucional*” como Levi Carneiro, Assis Brasil, Pandiá Calogeras e Felisbello Freire, para “*elucidar aos brasileiros que os homens de 35 queriam implantar no Brasil inteiro*” o federalismo clássico. DOCCA. Souza, A idéia federativa no Brasil, In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1935, p. 175.

<sup>798</sup> Carta enviada ao Diretor do Arquivo Nacional em 23-07-1934.

*divergentes correntes*” entre os sócios da agremiação. Tal prerrogativa de não imposição de uma *“orientação determinada*” sobre a produção dos sócios do IHGRS não significava, entretanto, o acatamento e o *“apreço*” à obra de Alfredo Varela. Antes, segundo os intelectuais, reafirmava a orientação do Instituto e reiterava o nacionalismo encampado pelo movimento de 1835:

*“Em referência à debatida tese do separatismo, nenhuma dúvida pode existir, quanto à orientação do Instituto. Naquelas publicações, que envolvem a responsabilidade da casa; nas suas solenidades e comemorações, na palavra de seus intérpretes oficiais, o Instituto tem reiterada e sistematicamente negado o seu apoio a essa opinião, exposta pelo dr. Alfredo Varela, de que houvesse, no espírito dos revolucionários de 1835, a idéia da separação do Rio Grande do Sul, da comunhão nacional. Ao invés, tem reivindicado para os farroupilhas a integridade de um alto sentimento de brasilidade, sustentando que os dirigiu uma ideologia republicana-federativa, e que a proclamação do Seival, e a conseqüente independência da Província foi apenas um meio e não um fim.”*<sup>799</sup>

Em conferência no dia 20 de setembro de 1934, o sócio do IHGRS, Othelo Rosa, antecipando as comemorações do centenário de 1935, em um *“ato de reparação*”, intensificava a articulação em torno da recusa à *“tese do separatismo farroupilha*”.<sup>800</sup> A intenção *“reparadora*” justificava-se, segundo Othelo Rosa, dado a insistente *“aparição*” dos farrapos em *“nossos compêndios de história*”, como uma figura *“secundária de um batalhador, rijo, valente*”. Para ele, o *“farrapo*”, norteado por um sentimento de rebeldia à lei, *“às normas tutelares da organização social e política do seu tempo, e tão agreste e bravo na sua revolta*”, ainda assim, manteve *“o respeito às tradições comuns do país*”. Para responder à *“tese separatista*”, Rosa procura identificar a *“gênese e evolução*” do movimento, estabelecendo elos que vinculassem o estado do Rio Grande do Sul a uma *“comunhão brasileira*”, com indelével traços do *“bom sangue português*”. O sentido de

<sup>799</sup> Parecer de Darzy Azambuja e Othelo Rosa sobre a *“História da Grande Revolução*”, do dr. Alfredo Varela. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, IV Trimestre, 1934, p. 272.

<sup>800</sup> ROSA, Othelo. Separatismo entre os Farrapos. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, p. 264.

pertencimento ao corpo da nação procurava promover a legitimação de um projeto factível de unidade e integridade territorial, desqualificando o discurso separatista, visto como uma moléstia que infecta e corrói a imagem de unidade nacional. Desta forma, se estabelece uma contigüidade de intenções que vinculavam sentimentos comuns, ombreados por:

*“(...) soldados mineiros, paulistas, baianos, com o pelejador brasileiro em suma, com o qual se confunde e se irmana, na tragédia dos campos de batalha, num batismo sagrado de sangue e de amor pela terra imensa e fecunda do Brasil.”<sup>801</sup>*

Os “*penosos encargos*”, o peso do governo monárquico, a humilhação constante, as “*injustiças de um governo central*”, a “*iniqüidade de um regime tributário*”, o “*abandono da Província sem estradas, sem escolas, sem serviços públicos organizados*”, enfim, o “*descaso da Monarquia*” e a ingratidão pela defesa do território, eram segundo Othelo Rosa, as motivações políticas dos “*altivos farrapos*”. Retomando os escritos dos intelectuais Florêncio de Abreu e Souza Docca, Othelo Rosa elabora um quadro explicativo “*da idéia federativa dos farrapos*”. A “*ação revolucionária*” segundo Othelo Rosa:

*“(...) não é anti-brasileira: é anti-monárquica, é anti-centralizadora, como é fácil de verificar acompanhando à luz de documentos irrefragáveis, a expressão genuína das suas intenções e da sua vontade. Proclamaram a República: era o meio natural, de que lançaram mão, para realizar a sua idéia, central e dominante de um regime federativo no país. Proclamada, porém, a República, qual é o seu primeiro ato? O apelo às Províncias irmãs, às Províncias do Brasil, no sentido de adotarem o mesmo sistema de governo, e federarem-se. E é esse desejo de união com o resto do Brasil que fará com que os farroupilhas não cessem, durante o decênio, de se aproximarem das Províncias, numa tentativa teimosa de expansão das suas idéias, orientadas sempre para a nacionalidade. E assim eles, mais de uma vez, aparecerão em Lages, invadirão Santa Catarina, manterão entendimentos com os liberais de S. Paulo e Minas Gerais.”<sup>802</sup>*

---

<sup>801</sup> ROSA, Othelo. op. cit. p. 254.

<sup>802</sup> ROSA, Othelo. op. cit. p. 258.

A ligação que se estabelece, segundo tal interpretação, entre os farroupilhas e as outras “*províncias irmãs*”, “*sempre orientadas para a nacionalidade*”, dá-se por uma pretensa comunhão de propósitos e intenções “*federativas*”. Othelo Rosa, em seu discurso, procurou minuciosamente precisar e resguardar uma “*feição nacionalista*”, realimentando e revestindo o movimento farroupilha através da “*ligação entre a revolta do sul e as revoltas do Norte, acentuando o caráter nacional que as aproxima e nivela.*”<sup>803</sup> A tese de Varela, portanto, seria uma “*argüição im procedente e injusta*”, e teria na comemoração do centenário farroupilha, um momento potencialmente “*reparador dessas inverdades*”:

“*Comemorando o centenário da revolução de 35, com a intensidade cívica que nos é inerente queremos fazer-lo com a serenidade de espírito que nos vem da certeza de que estamos, os homens de hoje, no Rio Grande, dentro do idealismo soberbo, que foi o apanágio dos homens de ontem, e que lança as suas profundas raízes na devoção, no amor ao incomparável patrimônio moral da raça brasileira. Não fomos, em 1835, nem seremos, em 1935, o filho pródigo, arredio da casa paterna, deslembado dos invioláveis deveres assumidos com a Pátria.*”<sup>804</sup>

Para o intelectual, o “*drama da consolidação da unidade nacional*” apagou quaisquer diferenças existentes entre as províncias no Brasil. Os “*homens de hoje*”, no Rio Grande do Sul, devem rememorar os “*deveres assumidos com a Pátria*” em consonância com a preservação da harmonia social e coesão unitária. Os “*deveres*”, a “*intensidade cívica*”, a “*devoção*” e o “*patrimônio moral*”, para Rosa, seriam os quatro pilares do vigamento que “*sustenta a nação*”. A Pátria, neste sentido, é vista como um objeto de desejo, porém de compromisso tácito que mantém a ordem institucional vigente. O fervor de cultuação nacionalista espria-se como uma ordem ontológica, onde as “*raízes*” de um “*idealismo soberbo*” sustentam o culto à nação.<sup>805</sup> Foram os “*homens de ontem*” que

---

<sup>803</sup> ROSA, Othelo. op. cit. p. 258.

<sup>804</sup> ROSA, Othelo. op. cit. p. 264.

<sup>805</sup> Segundo Eliana de Freitas Dutra, a existência de um forte investimento afetivo na idéia de pátria se presentifica como engendramento da ordem totalitária em construção nos anos de 1930 no Brasil. A potencialidade estratégica que a noção de pátria possui, faz dela, e das manifestações patrióticas em momentos cívicos, um elemento imprescindível dentro do conjunto de valores, práticas e normas que tem por finalidade a preservação da ordem e da estabilidade institucional. Sobre esta

lançaram suas “*profundas raízes*” na formação da nacionalidade e da “*raça brasileira*”. Diante deste projeto que nacionaliza a Revolução Farroupilha, tornava-se necessário recuperar aquele momento, estabelecendo-o como marco fundante das “*raízes nacionalistas*”. Reafirmando seus valores, projetando-os em defesa da ordem política vigente, o intelectual abriga em seu discurso a determinação de que a unidade nacional e o patriotismo é obra dos farroupilhas e os “*homens de hoje,*” seus lídimos continuadores.

Nessa interpretação, em que Othelo Rosa afirma que Revolução Farroupilha foi um “*ponto de apoio da coesão nacional*”, podemos identificar uma profunda preocupação de que o Rio Grande do Sul em “1935” não seria “*o filho pródigo, arredio da casa paterna, deslembado dos invioláveis deveres assumidos com a Pátria*”:

“A República Federal foi um grande sonho dos farroupilhas e dele os despertou o profundo sentimento de brasilidade, abrindo-lhes os olhos para contemplação da Pátria grande em perigo. Foi esse ideal farroupilha que norteou os republicanos riograndenses na cruzada política, que venceu na madrugada de 15 de Novembro de 1889.”<sup>806</sup>

O sócio do IHGRS alegava que a política do chefe da nação deveria ser uma continuação inspirada no passado da revolução de 1835, que renascia com a “*mesma bandeira e a mesma fé*” e que terminou concitando “*na salvação da unidade nacional pela federação*”. Por sua vez, caberia a Flores da Cunha defender “*sem a quebra da integridade nacional*” os interesses do Rio Grande do Sul.<sup>807</sup>

---

questão ver especialmente o capítulo *A explosão patriótica*. In.: DUTRA, Eliana de Freitas. O Ardil Totalitário: Imaginário Político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997, p. 150.

<sup>806</sup> ROSA, Othelo. op. cit. p. 220.

<sup>807</sup> ROSA, Othelo. op. cit.. p. 221.

## CAPÍTULO V

### FLORES DA CUNHA E AS FESTAS DO CENTENÁRIO FARROUPILHA

#### 5.1. Os organizadores e as festividades

Nos primeiros dias do mês de outubro de 1935, no salão da Biblioteca Pública na cidade Porto Alegre, realizou-se o primeiro Congresso de História Sul-Riograndense. O congresso de história tinha como finalidade demonstrar “*o verdadeiro sentimento patriótico dos filhos do Rio Grande do Sul, vislumbrar a potência intelectual que se fez no Rio Grande do Sul e ressurgir os estudos históricos e geográficos no Estado*”. Ademais, como indica a ata do certame, foi uma forma de celebrar o Brasil e o Rio Grande do Sul, governo e povo, na festividade magna da Revolução Farroupilha em seu primeiro centenário, “*revivendo a memória de seus idealizadores de toda ordem e sofrimento e vicissitudes do passado por aqueles próceres que sonharam com o ideal republicano.*”<sup>808</sup>

Ao que afirma o editorial da revista do IHGRS, o congresso teve grande repercussão, dado ao número de teses apresentadas. Segundo o regulamento do Congresso, organizado pelo IHGRS, poderiam participar escritores brasileiros, sendo que os trabalhos seriam apreciados pela comissão composta pelos sócios João Maia, Othelo Rosa e Darcy Azambuja. As teses, encaminhadas aos pareceristas, seriam divididas em cinco seções, sendo a primeira: “*Formação do Rio Grande do Sul*”, subdivida em “*Formação Étnica e Formação Política*”. A segunda “*História Política*”, a terceira “*História Militar*”, a quarta “*Administração e Econômica*” e a quinta seção “*Ciências, Letras e Artes*”. Foram inscritas 32 teses, sendo 31 aprovadas. A tese do escritor uruguaio Setembrino Pereda foi rejeitada pelos pareceristas do congresso, sob a alegação de não ser escrita em português. Como o

---

<sup>808</sup> PÉREZ, Carlos E. Grez. La Revolucion de los Farroupilhas. (1835-1845). Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Globo, 1938, p. 241. (Tradução do autor).



objetivo perfazia a intenção de mostrar o passado “*que a nobre terra gaúcha*” tinha no “*seio da comunhão brasileira*”, talvez a recusa da tese uruguaia revelasse a preocupação quanto ao desejo de visibilizar a brasilidade do Estado.<sup>809</sup> Para a primeira secção foram destinadas 14 teses, sendo apenas duas relacionadas à “Revolução Farroupilha”. Na segunda secção foram apresentadas 8 teses, em que 5 dissertavam sobre os farrapos. Na terceira, quarta e quinta secção outras 10 teses foram encaminhadas para o congresso, sendo que 4 versavam sobre a Revolução Farroupilha.

O que podemos depreender da relação de teses e monografias, é que, mesmo comemorativo à Revolução Farroupilha, o certame historiográfico não versava exclusivamente sobre ela. Para Leonardo Macedônia, presidente do IHGRS, o Congresso de História objetivava demonstrar “*o interesse com que são investigados, meditados e apurados em terra rio-grandense os fatos e episódios do glorioso decênio revolucionário*”.<sup>810</sup> No discurso do presidente do Instituto percebemos a tentativa de estabelecer o evento como um marco divisor para os estudos de história do Brasil. Criticando o que segundo ele, em “*certa época*”, circulou como um conceito sobre a “*História do Brasil*”, com o “*dizer que ela não oferecia interesse e nem brilho, e era mesmo fastidiosa*”. Para Macedônia toda a história dependia do historiador que, por sua vez, deveria narrar os fatos com simpatia, gosto e arte, animando a descrição das ocorrências e “*tornando-as compreensíveis*” à luz dos ideais da época. Leonardo Macedônia revisitava as recomendações de Martius que, em 1843, recomendava o tratamento da história de cada povo com “*zelo patriótico, com fogo poético e com amor*”.<sup>811</sup>

Para os intelectuais do IHGRS, o Congresso de História e as comemorações do Centenário Farroupilha tornar-se-iam o momento especial para trazer ao grande público os ideais nacionalistas “*que empolgaram a alma gaúcha, cuja glória*” se celebrava. O apelo ao passado marcava não somente a importância do Instituto como aquele que, conforme

---

<sup>809</sup> MACEDONIA, Leonardo. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Tipografia do Globo, 1935, p. 165.

<sup>810</sup> MACEDONIA, Leonardo. op. cit. p. 166.

<sup>811</sup> MACEDONIA, Leonardo. op. cit. pp. 167-168.

essa interpretação, havia trilhado a estrada “*percorrida pelo*” IHGB, como também mostrava a relevância do Estado na conquista do território para a integridade da pátria. Leonardo Macedônia se referia à Revolução Farroupilha como sucessora dos movimentos em Pernambuco, na Bahia e em Minas Gerais. Com o empenho em demonstrar os ideais nacionalistas da revolução, articulava-se um passado comum, considerado legítimo “*às tradições gloriosas do Rio Grande do Sul e da nação brasileira*”, assim como destacava Fernando Osório, em artigo publicado na revista do IHGRS em 1935<sup>812</sup>:

*“E para dar a sentir a jornada de 35, permanecendo fiéis à lógica dos acontecimentos que determinaram e condicionaram tão soberbo empenho regenerativo, na América de origem lusa, o que mais importa realçar – retumbante a fama de falange Farrapa, - é o sentido sociológico, o seu timbre ocidental, na era da história democrática do Novo-Mundo, são os seus traços culturais, para que todos os bons brasileiros, conscientemente, possam bendizer e exaltar, no estelário da glória nacional os reais intentos, os propósitos orgânicos, o amplo descortino, os **supremos objetivos**, as diretrizes efetivas, a que se votaram, com inteireza moral, pelas armas e pelo coração, subordinando a espada à inteligência – os videntes paladinos de Piratini, Gigantes maltrapilhos, descendentes de Tróia que, das coxilhas visionárias, para não serem escravos na sua própria casa, batalharam dez anos pela unidade federal da Pátria.”*<sup>813</sup>

Fernando Osório recuperava a Revolução Farroupilha como um marco unificador da pátria. No entanto, recorria àquilo que o autor chamou de “*filosóficos princípios*”. Tais princípios, segundo Osório, eram aqueles que “*dominavam as correntes de pensamento transformador do Ocidente*” pautados em Montesquieu e Rousseau. Segundo Osório, familiarizados com as idéias de liberdade e igualdade e “*embebidos de brasilidade*”, os farrapos “*não empreenderam um mero episódio regional particularista*”, mas sim alimentaram-se de “*seu caráter eminentemente nacional*”.<sup>814</sup> Tal “*caráter nacional*” que alegava o intelectual, tornar-se-ia a principal preocupação dos organizadores das

---

<sup>812</sup> MACEDONIA, Leonardo. op. cit. p. 183.

<sup>813</sup> OSÓRIO, Fernando Luis. Os supremos objetivos da jornada de 35. In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Tipografia do Globo, 1935, p. 25.

<sup>814</sup> OSÓRIO, Fernando Luis. op. cit. p. 33.

festividades centenárias em 1935. As festividades deveriam promover a ocasião em um “*fato memorável*” da “*brasilidade de que se ufanam todos os riograndenses*”.<sup>815</sup> Os organizadores das comemorações acreditavam salvar do esquecimento a ocasião festiva e “*guardar na lembrança por muitos anos o certame máximo da América*”.<sup>816</sup>

Integrando as festividades do Centenário Farroupilha, o prefeito de Porto Alegre Major Alberto Bins, sob o comando do Governador Flores da Cunha, organizou, em setembro de 1935 uma série de exposições na cidade. Alguns meses antes os jornais já alardeavam os preparativos da festa, como a construção de um monumental pórtico com 25 metros de altura, um palácio de 14.000 m<sup>2</sup> com “*stands*” montados para a exposição industrial do Rio Grande do Sul, e de pavilhões que ocupariam uma área de 250.000 m<sup>2</sup> e que serviriam aos expositores de outros estados e as solenidades.<sup>817</sup>

O Secretário Geral da Exposição Mário de Oliveira percorreu, nos três primeiros meses de 1935, nove capitais, objetivando o “*máximo de projeção*” das festividades do centenário.<sup>818</sup> Em uma carta a Oscar Tollens, presidente do Centro Gaúcho na capital do

---

<sup>815</sup> OSÓRIO, Fernando Luis. op. cit. p. 02.

<sup>816</sup> Jornal: A Federação, 10-01-1936.

<sup>817</sup> Em 1939 todos os pavilhões construídos para abrigar as festividades do Centenário Farroupilha foram destruídos, restando apenas o pavilhão do Pará, tomado pelo fogo em 1970. In.: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Arquitetura Comemorativa: 1999 Exposição do Centenário Farroupilha 1935. Porto Alegre, 1999.

<sup>818</sup> Carta de Mário de Oliveira ao Centro de Indústria Fabril da Federação das Associações Rurais, Porto Alegre, 24-10-1934. No acervo do Museu Moisés Velinho em Porto Alegre- RS consta um arquivo com o título “*Pasta Organizadores*”. Os documentos perfazem desde cartas trocadas entre o Secretário Geral da Exposição Mário de Oliveira e Flores da Cunha até a descrição do material publicitário. O itinerário realizado pelo Secretário Geral “*convidando os governos a se fazerem representar na exposição do Centenário Farroupilha*” foi o seguinte:

Cidades	Chegada	Partida
Porto Alegre		18.1.1935
Rio de Janeiro	18.1.1935	26.1.1935.
Bello Horizonte	27.1.1935	31.1.1935
Rio de Janeiro	1.2.1935	1.2.1935
São Paulo	2.2.1935	5.2.1935
Rio de Janeiro	6.2.1935	7.2.1935

Estado de São Paulo, Mário de Oliveira encaminha em anexo “*alguns cartazes de propaganda*”, “*exemplares do regulamento*” e cartões postais “*do referido certame*”. Até a data da missiva, Oliveira lamentava a não obtenção de resposta do governo de São Paulo quanto à participação na “*grande Exposição Farroupilha*”. A indignação do secretário diante do descaso do governo paulista ao ofício n.º 331 convidando à participação nos festejos, dava-se ao fato de não haver uma retribuição da “*visita do ano passado na exposição paulista.*”<sup>819</sup>

O “Centro Gaúcho” em São Paulo, ainda que não fosse um órgão oficial do estado do Rio Grande do Sul, segundo o Prefeito de Porto Alegre Major Alberto Bins, “*é magnificamente relacionado nos meios paulistas*” e reconhecido pela imprensa local, o que conferiria à instituição a legítima representação do comissariado na “*paulicea*”. Havia uma clara preocupação da não participação do estado de São Paulo, “*dos maiores e mais progressistas da união*” nas comemorações do centenário em Porto Alegre. Além de ser o estado mais “*rico da federação*” caberia a São Paulo reconhecer os “*avanços modernizadores*” do Rio Grande do Sul. Em carta enviada a Oscar Tollens, presidente do Centro Gaúcho da capital paulista, o Prefeito de Porto Alegre e Comissário Geral das exposições, Alberto Bins, antecipava a finalidade do evento:

*“O comissariado geral da Exposição Farroupilha, tendo em vista estreitar o quanto possível os laços de confraternização entre os estados da União, deseja*

Bahia	7.2.1935	10.2.1935
Recife	10.2.1935	13.2.1935
Fortaleza	13.2.1935	18.2.1935
Belém	18.2.1935	22.2.1935
Rio de Janeiro	22.2.1935	26.2.1935
Curitiba	26.2.1935	28.2.1935
Florianópolis	28.2.1935	3.3.1935
Pelotas	5.3.1935	11.3.1935
Porto Alegre	12.3.1935.	

<sup>819</sup> Carta de Mário de Oliveira a Oscar Tollens. 01-11-1934.

*ardentemente ver senão todos, ao menos bom número delles reunidos aqui no próximo ano por ocasião do grande certame comemorativo. (...) Por isso é certo que V. S. não recusará o cargo, convido-o e oficialmente o nomeio representante nesse grande estado do comissariado geral e da Exposição do Centenário Farroupilha”.*<sup>820</sup>

Não declinando do convite, Oscar Tollens recebeu da organização do evento farto material publicitário para a campanha na capital paulista. A divulgação nos “meios paulistas” recorria à propaganda nos jornais e chamadas nas estações de rádio da cidade. A “delegação” responsável pela propaganda em São Paulo contava com o auxílio da agência “Publicidade Americana”, responsável também para a confecção do “Catalogo Oficial” da exposição. As “finalidades patrióticas” do evento eram assim destacadas:

*“... vai construir verdadeiras obras de arte architectonicas, como sejam, no local, a entrada triunphantes, orçada em 100 contos de réis; o pavilhão das indústrias rio-grandenses com uma área de 14.000 metros quadrados; o pavilhão da agricultura, o da pecuária; e, em destaque, o da cultura, onde se exhibirão os livros, a história, a ethnographia gaúcha - um estudo, afinal do progresso intellectual daquele estado nos últimos cem anos.”*<sup>821</sup>

Com o objetivo de nacionalizar a campanha publicitária das comemorações do Centenário Farroupilha, Oliveira encaminha insistentemente para rádios e jornais, em diversos estados, “notas” que poderiam ser “aproveitadas para as irradiações referentes à Exposição”.<sup>822</sup> A propaganda divulgada pelas rádios do país deveria ainda dispor do Catálogo Oficial pois, além de servir de material de publicidade, poderia ainda angariar fundos através dos anúncios em suas coloridas páginas. Mário de Oliveira, em 24 de dezembro de 1934, envia para a “Publicidade Americana” as propostas de custos quanto a divulgação de publicidade das “praças dos estados de S. Paulo, Minas Gerais, do Distrito Federal e dos estados do Norte do país”. Além da tabela de preços por anúncios em página inteira, meia página e ¼ de página, o secretário geral alerta sobre os dispositivos contratuais com a empresa de publicidade.

<sup>820</sup> Carta de Alberto Bins a Oscar Tollens. 27-11-1934.

<sup>821</sup> Jornal: Correio do Povo, 16-02-1935.

<sup>822</sup> Carta de Mário de Oliveira a Ivo Barbedo. 09-05-1935.

Ao que indica a correspondência trocada entre Mário de Oliveira e Oscar Tollens, responsável pela divulgação do evento na capital de São Paulo, o maior temor despertado diante da participação do “*estado bandeirante*” decorria em torno da arenga sobre a construção do pavilhão paulista. Em carta do dia 20 de março de 1935, apenas seis meses antes da inauguração do evento, Oliveira afirmava esperar “*ansiosamente uma solução a respeito do pavilhão de São de Paulo*”. Segundo ele, devido as suas dimensões, o tempo que ainda faltava parecia ser por “*demais escasso*”. Além disso, a viagem do Governador de São Paulo Armando Salles para Guarujá despertava mais indignação diante do “*descaso do governo paulista*” para iniciar as obras.<sup>823</sup> O tom nada amistoso da missiva enviada a Tollens alertava ao governo paulista que sendo este o maior interessado na participação de suas indústrias na exposição farroupilha, “*a este é que caberia incentivar a propaganda*” e certamente custear suas despesas.<sup>824</sup>

A carta deve ter causado renhidas discordâncias devido à atribuição de “*desleixo e indiferença do governo paulista*”. Em uma outra missiva datada do dia 28 de março de 1935, Oliveira pede desculpas e diz que houve de sua parte “*algum equívoco ou mal-entendido*”. As escusas seriam resolvidas com a organização de “*caravanas por ocasião dos festejos farroupilhas*” financiadas pelo governo do Rio Grande do Sul e organizadas pela agência “*Exprinter*”.<sup>825</sup>

---

<sup>823</sup> Segundo o organizador do Pavilhão São Paulo, Luiz Pisa Sobrinho, “*o movimento farroupilha foi a contribuição de sacrifícios e de sangue do heróico povo gaúcho para o estabelecimento da verdadeira democracia no Brasil. Na comemoração de seu centenário, São Paulo não poderia estar ausente. E aqui comparece, exibindo no seu pavilhão o índice de seu trabalho e seu esforço pela civilização e grandeza da pátria comum. Os gráficos, diagramas, objetos, amostras, tudo enfim, que se exhibe num certame desta natureza, dirão que tem sito o nosso progresso, detalhando como conquistamos com tenacidade, o bem estar e a riqueza. Empreendimentos houve, como o da cultura do café, que poderão ser citados como um dos maiores esforços realizados pelo homem em qualquer parte da terra. Durante dez anos, cultivando uma planta exótica, triunfamos de todas as hostilidades e conseguimos a independência econômica que nos proporcionou o desdobramento de nossa atividade em outros campos, como poderá verificar pelo desenvolvimento crescente da indústria que formamos e pelas novas culturas que multiplicamos.(...) participando desta notável comemoração rendemos cordial homenagem as expressões de civismo que este centenário representa e com prazer diremos a todos os visitantes de nosso pavilhão o que São Paulo fez e o que São Paulo faz para o engrandecimento do Brasil*”. Catálogo do Pavilhão de São Paulo.

<sup>824</sup> Carta de Mário de Oliveira a Oscar Tolles. 20-03-1935.

<sup>825</sup> Carta de Mário de Oliveira a Oscar Tolles. 28/03/1935.

O regulamento da exposição foi publicado nos jornais, dispondo os critérios para participação no evento.<sup>826</sup> Tais critérios, redigidos pela comissão composta por Alberto Bins, Mario de Oliveira e por representantes da Federação das Associações Rurais e do Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul, estabeleciam que a finalidade da exposição era “*demonstrar ao Rio Grande e ao país o grau de progresso das indústrias, da agricultura, da sua criação, das suas artes e da sua ciência*”, nos pavilhões do Parque Farroupilha.<sup>827</sup>

Nessa direção, buscava-se instrumentalizar o olhar do visitante ao observar o objeto exposto nos estandes. A organização do evento proibia a mostra de “*artigos, animais, sementes, objetos*” que “*pela qualidade ou má apresentação*” poderiam comprometer e prejudicar a finalidade “*visada pela Exposição*”. Seguindo esses princípios classificatórios, os organizadores do evento determinaram, ainda, que todos os expositores estariam obrigados a submeter à aprovação do Comissariado croquis nas escalas de 1:20 ou de 1:50 em duas vias “*devidamente coloridas*” de seus “*stands*”, cuja construção seria permitida depois da aprovação das miniaturas.

## 5.2. Expositores e regulamentos

---

<sup>826</sup> Para o Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul era “*oportuno se demonstrar, na Exposição de 35, o progresso da indústria regional no clico que se encerra, como ela tem contribuído para o aumento da produção e melhoramento da qualidade das matérias primas nacionais que consome em larga escala; como ela supre ao consumidor patricio produtos tão bons como os que eram importados e em condições econômicas que não lhe seria possível adquirir se tais artigos viessem do estrangeiro. Além disso é, também, preciso que os senhores industriais tenham presente que as industrias de outros Estado se farão representar na Exposição de 35 e que os nossos produtos vão sofrer cotejo com similares produzidos fora do Rio Grande do Sul.*” Relatório da Diretoria do Centro de Indústria Fabril do Rio Grande do Sul Relativo ao Exercício de Novembro de 1933 a Novembro de 1934. Porto Alegre, Globo, 1936.

<sup>827</sup> Acerca das finalidades das exposições estaduais o artigo publicado no Jornal A Federação é ilustrativo, pois “*estes certames são provas esplendidas da capacidade econômica de nossas comunas, expressão do progresso que o Rio Grande vai atingido nos diversos setores de sua empolgante atividade, se tem sucedido uns aos outros, em diversos pontos do território gaúcho.*” Jornal: A Federação, 05-06-1934.

A exposição das “*indústrias*” do Rio Grande do Sul, cuja a responsabilidade cabia ao Centro da Indústria Fabril, incluía tanto a “*maquinofatura*” e a atividade extrativa, assim como a indústria das “*artes e ofícios*”.<sup>828</sup> Partindo do objetivo de abarcar toda a variedade de produtos, o conceito de indústria era suficientemente abrangente e plástico para abrigar as atividades agrícolas, as artes e até a pecuária, ainda que para estes setores, seriam montados estandes específicos para cada uma dessas atividades. De qualquer forma, o pavilhão das “*indústrias*” deveria receber maior atenção das autoridades que organizaram o evento, pois não havia dúvidas que o espetáculo se dirigia para o lado mais moderno da produção humana, em que a matriz estava incondicionalmente ligada à fábrica.<sup>829</sup>

A exposição de máquinas em pleno funcionamento, trazia uma certa preocupação decorrente de inúmeros acidentes na exposição nacional de 1922.<sup>830</sup> Desta feita, o

---

<sup>828</sup> Regulamento da Exposição do Centenário Farroupilha, Porto Alegre: Typographia do Centro, s/d. art. n.º 9.

<sup>829</sup> O pavilhão das indústrias era o maior e mais representativo, pois ficava localizado no limite central da Avenida das Nações, em carta enviada no dia 23 de Março de 1935 a J. Renner, Presidente da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul, alertava: em diversos municípios do estado “*a indústria não tem maior projeção enquanto a pecuária é elemento de mais apreciável desenvolvimento e onde existem associações filiadas a federação*”; não haveria “*conveniência que a esses municípios*” o Centro da Indústria Fabril enviasse um representante para fazer as inscrições para a Exposição do Centenário Farroupilha. Carta de A. J. Renner a Brossard, 23-03-1935.

<sup>830</sup> A abrangência e largueza dos critérios para a exposição assinalam a inegável preocupação dos organizadores do evento em suplantar a exposição nacional de 1922, comemorativa ao centenário da Independência. Marly Silva da Motta, ao estudar a mobilização social em torno das comemorações do Centenário da Independência em 1922, afirma que longe de ser uma simples celebração de uma “*data memorável*”, o evento tornou-se um momento chave que suscitou um amplo debate sobre a identidade nacional. Buscou-se julgar e avaliar o papel das figuras históricas na formação da sociedade brasileira, assim como sacralizar a data dimensionando-a como marco cívico e nacional. O “*Brasil moderno*” deveria consignar a ocasião, expressando a importância da “*data magna*” da nacionalidade brasileira. Jornalistas, ensaístas, letrados e políticos, clamavam que teria chegado o momento de rever o passado nacional, sustentando a idéia do dever cívico em conhecer o país, suas verdadeiras fronteiras e sua história. Como sede do poder central, o Rio de Janeiro seria o ponto de convergência dos olhares que perscrutariam o real desenvolvimento da nação centenária, daí a preocupação em tornar a cidade a “*apoteose da modernidade brasileira*. Para dar testemunho às nações participantes no certame internacional, a recente República Brasileira deveria demonstrar seu “*alto grau de adiantamento e civilização*”. Seguindo-se essa argumentação, Marly Motta destaca que, apesar das diferenças entre o evento realizado no Rio de Janeiro em 1922 e as exposições universais do século XIX, há algumas permanências que atravessaram a transição do século, como o impacto na infra-estrutura urbana nas cidades realizadoras dos certames, o credo pedagógico, através da difusão de valores e de padrões de



regulamento alertava aos expositores quanto ao “*perigo para o público*” de possíveis prejuízos para outros mostruários em expor máquinas em movimento, devendo, nesse sentido, o expositor tomar “*todas as medidas acauteladoras*”.<sup>831</sup> Todavia, os organizadores do evento conheciam a situação incipiente quanto à instalação industrial no Estado, recorrendo à agricultura como “*grande fonte do progresso do Rio Grande do Sul*”. Mediante a exposição dos “*mais belos produtos*” da colheita, os agricultores riograndenses mostrariam ao Brasil a “*mais linda expressão*” de “*um esforço inteligente*”.<sup>832</sup>

*“... não só para glorificar a sagrada memória dos melhores heróis, intérpretes legítimos dos sentimentos liberais que sempre animaram a alma nacional, mas ainda provar de forma eloqüente e sugestiva que num século de fecundas atividades o Rio Grande do Sul progrediu e tornou-se um verdadeiro celeiro colaborando com eficiência e entusiasmo para o engrandecimento da própria nacionalidade”*<sup>833</sup>

O artigo 11º do capítulo 2º do regulamento estabelece oito critérios para a exposição de produtos no Centenário. Além de “*produtos e artigos de fabricação riograndense*” e de “*outros Estados*” e países, “*objetos culturais e artísticos de autores nacionais e estrangeiros*” possibilitariam, segundo os organizadores, “*uma sensação de encanto*” a todos os visitantes. A viabilidade para a participação de outras nações nas comemorações do Centenário Farroupilha contou com a mediação de Flores da Cunha junto ao Executivo Federal, para a isenção tributária dos inúmeros produtos a serem expostos nos pavilhões e para a isenção de taxas de passaportes de visitantes do Uruguai e da Argentina.<sup>834</sup>

---

conduta, as motivações comerciais, o desejo propagandístico em expor as “*maravilhas industriais*”, e o prestígio nacional, pois os pavilhões nacionais constituíam a ossatura destas exposições.

<sup>831</sup> Relatório sobre a da Exposição do Centenário Farroupilha apresentado pelo Comissariado Geral Major Alberto Bins ao Exmo. Sr. Governador do Estado General José Antônio Flores da Cunha. Porto Alegre, Globo, 1936, p. 14.

<sup>832</sup> Regulamento da Exposição do Centenário Farroupilha, Art. Aos Agricultores do Rio Grande.

<sup>833</sup> Jornal: A Federação, 03-08-1935.

<sup>834</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas. 28-05-1935.

Em um telegrama enviado a Vargas em maio de 1935, Flores, além de solicitar isenção aduaneira de “*material cênico e animais, pertencentes a companhias teatrais ou de diversões*” de outros países requer ainda, uma autorização para que a Estrada de Ferro da União, linha São Paulo-Rio Grande, concedesse o abatimento de “*cinquenta por cento do frete de materiaes e mostruários da exposição do Centenário Farroupilha*”.<sup>835</sup>

Em contrapartida da perda das divisas fiscais da União, decorrentes dos benefícios da isenção fiscal, Flores da Cunha, em dezembro de 1935, justificava o procedimento comunicando a Vargas a intenção do Ministério das Indústrias e Trabalho da República do Uruguai em doar 315 caixas “*contendo mostruários diversos*” às instituições de caridade, “*institutos de ensino e várias repartições públicas e autoridades*”. A medida pretendia demonstrar a “*pública reafirmação da integral amizade que reciprocamente nutrem Uruguaios e Brasileiros*”.<sup>836</sup> Mesmo não tendo amparo legal para o atendimento do pedido de Flores da Cunha, a solicitação foi interpretada pelo Ministério da Fazenda como “*um gesto de cortezia do governo do paiz amigo*” que, invariavelmente, não traria “*nenhum inconveniente com a concessão solicitada*”.<sup>837</sup>

As estratégias de divulgação e organização das comemorações do centenário deveriam garantir a presença de elementos que divulgassem o empreendimento nacionalmente, com a participação efetiva de “*institutos de ensino oficiais e privados*” das “*profissões liberais*” da “*imprensa nacional*” e dos “*sports em todos os seus aspectos*.”<sup>838</sup>

---

<sup>835</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 20-06-1935. Luiz Vergara, Oficial de Gabinete da Presidência da República, em agosto de 1935, em resposta ao governo do Rio Grande do Sul, comunica que fora autorizado pela União o “*abatimento de 50% referente aos fretes de materiais de mostruários destinados a exposição do centenário Farroupilha, quando transportados pelas estradas de ferro da União.*” Telegrama do Oficial de Gabinete da Presidência da República para o Governador em exercício do Rio Grande do Sul Darcy Azambuja, 05-08-1935. Telegrama de Federal Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 12-05-1935. Flores da Cunha advertia ainda, que os “*interessados quando pretenderem retirar do recinto da exposição aludidos materiais*” para excursionarem pelo país, “*deveriam preencher os formulários exigidos pela inspetoria da alfândega*”.

<sup>836</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 14-12-1935.

<sup>837</sup> Carta do Ministério da Fazenda a Getúlio Vargas, 23-12-1935.

<sup>838</sup> A divulgação do certame organizada pelo Comissariado Geral da Exposição deveria contar com a participação de diversos setores sociais, inclusive com a Igreja Católica. Em fevereiro de 1935 Mário de Oliveira, Comissário Geral, envia uma carta para Dom João Becker solicitando sua

Ao estabelecer a entrada gratuita dos “*colégios, internatos de orfanatos e asilos*”, desde que acompanhados pelo professor de história, que “*elucidasse e guardasse*” os visitantes, a comissão organizadora do evento, criava a possibilidade de garantir o caráter curricular e didático da exposição.<sup>839</sup> O que se propunha era tornar a exposição um meio para se vislumbrar a “*história nacionalista do Rio Grande do Sul*”, fiando-se na exposição como uma instância capaz de levar adiante o empreendimento “*nacionalista dos farroupilhas*”.

O regulamento alertava aos participantes de outros eventos similares já ocorridos no Estado, como a Exposição Estadual de 1908, com “*algumas inovações*” quanto ao julgamento e a classificação dos produtos expostos. A nova proposta era justificada devido a “*profundos desgostos*”, pois “*o tempo relativamente curto que as comissões julgadoras*” dispunham “*para ajuizar da qualidade e do valor industrial dos artigos expostos, sem poder recorrer a processos técnicos rigorosos*” não permitia, segundo a comissão, estabelecer uma classificação que correspondesse “*rigorosamente à realidade*”, acarretando prejuízos para os industriais. O que se pretendia era “*racionalmente agrupar*” os artigos segundo uma classe ou categoria, fazendo com que o visitante, “*ao iniciar o exame de móveis de madeira*”, se deparasse em “*sucessivos stands individuais*”. Esta disposição na organização das “*amostras*” deveria ainda possibilitar ao passante a associação de produtos a determinados municípios ou fabricantes. Este procedimento anuncia o caráter que se pretendia dar ao evento como “*síntese completa do progresso riograndense*”.<sup>840</sup>

Para Flores da Cunha, em carta enviada a Mário de Oliveira, os pavilhões serviriam como “*índice seguro revelando ao Brasil inteiro o Rio Grande*”. Desta forma, a Exposição deveria instaurar-se como um espaço palpável do imaginário nacionalista empreendido pelo governo do Rio Grande do Sul. Para Bronislaw Baczko, os ritos e as festas cívicas

---

colaboração para divulgar o evento. “*...bem avalio a colaboração valiosa que teria a recommendação de V. Excia. aos illustres e dignos sacerdotes do interior do estado... para que colaborassem com este Commissariado concitando o povo, especialmente os agricultores e industriaes a concorrerem à grande Exposição do Centenário Farroupilha, num largo gesto de patriotismo e de amor ao nosso Rio Grande do Sul e a nação brasileira.*” Ofício nº 365, 26-02-1935.

<sup>839</sup> Regulamento da Exposição do Centenário Farroupilha. Dos produtos e animais expostos.

<sup>840</sup> Carta de Flores da Cunha a Mário de Oliveira, 13-07-1935.

constituem uma linguagem enérgica em que se veiculam e instituem no coração da vida coletiva um imaginário especificamente político, onde se traduzem os princípios legítimos do poder justo, do povo soberano e dos modelos formadores do cidadão virtuoso. Acreditamos que com a organização das festas comemorativas do Centenário Farroupilha, Flores da Cunha procurou constituir sua liderança política e fortalecer a sua legitimidade a frente do governo estadual.<sup>841</sup>

Como veículo capaz de comunicar, a festa centenária pretendia informar acerca da realidade, ao mesmo tempo que instituir um apelo à ação, um apelo a comportar-se patrioticamente e “*modelarmente a partir do exemplo de 30*”. A efemeridade do evento e a recalcitrante voracidade do tempo assomavam a preocupação dos organizadores, que procuravam estabelecer imagens, guiar ações, dissolver, sobretudo, os conflitos com a lideranças políticas da FUG. A mobilização afetiva, provocada pela festa centenária, deveria elaborar uma visão única do passado, sedimentar as “*conquistas do presente*” e, decorrente disto, depreender o culto à pátria.

Em Pierre Bourdieu reitera-se a acepção de que o os ritos de passagem, de consagração e instituição definem e enfatizam os limites constitutivos da ordem social. O rito de instituição, segundo Bourdieu tem o mesmo sentido de consagrar, ou seja, sancionar um estado de coisas, uma ordem estabelecida. O ato de instituição para ele é um ato de comunicação, de notificação com autoridade daquilo que se deve cultivar.<sup>842</sup> Para Flores, a festa centenária comprovaria o “*espírito nacionalista do Rio Grande do Sul*” e as “*conquistas materiais obtidas em seu governo*”. Não atoa que e o ritual festivo ultrapassou o tempo programado para as celebrações e os espaços destinados aos pavilhões que abrigariam o evento. Flores determinou ao Comissário Mário de Oliveira e ao Prefeito Alberto Bins, que as chamadas publicitárias deveriam se alastrar pelos jornais em uma “*intensa campanha*”. Além disso, o Governo do Rio Grande do Sul organizou concursos de

---

<sup>841</sup> BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In.: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda. V. 5, 1995.

<sup>842</sup> BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: EDUSP, 1996, pp. 97-106.

monografia e licitações públicas para a construção dos pavilhões e do parque de exposições.<sup>843</sup>

O engendramento dessa liturgia envidada pelo Governo Estadual procurava estabelecer a ordem social e garantir a legitimidade política de Flores da Cunha. Aclamando figuras do passado e reativando-as como modelos de virtuosismo cívico, nacionalista e republicano, a festividade subsidiava a liderança de Flores edificando-a com referências “*dos heróicas farroupilhas*”. A “*consagração de um passado de glórias*” afirmava-se pela contribuição eficiente de Flores para o “*maior brilho da Exposição de 35*”. Era obrigação de um “*alto dever moral*” e elevado patriotismo que intelectuais, artistas, professores, industriais, criadores e agricultores, participassem em “*trabalho fecundo pelo engrandecimento da Pátria e pelo Governo do Rio Grande*”.<sup>844</sup>

### 5.3. O Parque de Exposições

No relatório do Comissariado Geral da Exposição, encaminhado para o Governo Estadual em fevereiro de 1936, consta que os trabalhos de assentar “*encanamentos de esgotos e gás*” a “*drenagem, aberturas de avenidas, calçamentos, foram atacados com intensidade obedecendo tudo, ao plano de embelezamento da Várzea*.”<sup>845</sup>

A fiscalização no campo de obras foi delegada pelo Prefeito Alberto Bins ao arquiteto da Prefeitura Christiano de La Paix Gelbert. Para as construções foi aberta concorrência administrativa, “*convidando firmas de reconhecida idoneidade*”. Segundo o relatório do Comissariado, o julgamento para escolha do projeto de construção do plano geral da obra deveria seguir “*o ponto de vista prático e estético, aliado a um custo razoável*.” Para a execução do Pórtico Monumental, que abrigaria os gabinetes do

---

<sup>843</sup> Carta de Flores da Cunha a Alberto Bins, 08-06-1935.

<sup>844</sup> Regulamento da Exposição do Centenário Farroupilha, 20-09-1935.

<sup>845</sup> Relatório da Exposição do Centenário Farroupilha. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936.

Comissário Geral, do Secretário Geral, Salão de Honra, Tesouraria, Portaria, Bilheteria, Expedientes, Arquivo e Serviços de Assistência Médica, Telefônica, Telegráfica e Postal, a firma responsável foi a A. D. Aydos & Cia. Ltda. O custo total da obra, incluindo iluminação elétrica, perfazia o total de 209:089.300. O projeto vencedor da “*concorrência administrativa*” foi do arquiteto francês Donat Alfred Agache.<sup>846</sup>

O parque de exposições, projetado para abrigar as comemorações do Centenário Farroupilha, possibilitaria ao povo conhecer e “*admirar a grandiosidade do Estado do Rio Grande do Sul.*” Algumas semanas antes da inauguração das exposições, os periódicos da capital “*afirmavam com segurança*” que a Exposição do Centenário Farroupilha seria a maior entre todas, “*excedendo em brilho*” a quantas “*já terem se realizado na América do Sul.*”<sup>847</sup> Nem mesmo as comemorações do Centenário da Independência em 1922, em que o Brasil “*deslumbrou o Mundo*” seria tão magnífica quanto o certame que colocaria o “*Rio Grande na vanguarda da América.*”<sup>848</sup>

Desde antes da inauguração das comemorações, as primeiras páginas dos jornais riograndenses dedicavam-se a relatar os preparativos da festa e as expectativas quanto ao número de visitantes.<sup>849</sup> No jornal Diário de Notícias, por exemplo, percebemos o entusiasmo na ocasião dos festejos:

*“Pessoas que vem do Recife e de outros pontos do norte, onde a visita constante dos navios que vem da Europa e da América do norte, num bafejo continuou da civilização; pessoas que vem do Rio, onde a beleza urbana ultrapassou os limites do humano; pessoas que vem de São Paulo onde o progresso industrial é o orgulho de uma nacionalidade; todas elas não poderão deixar de ter surpresa ao constatar*

---

<sup>846</sup> Relatório da Exposição do Centenário Farroupilha. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936. p. 11.

<sup>847</sup> Jornal: A Federação, 24-08-1935.

<sup>848</sup> Jornal: Jornal da Manhã, 25-08-1935.

<sup>849</sup> Em 27 de Agosto de 1935, o Jornal da Manhã publicava artigo com a seguinte questão: *Quantas pessoas virão a Porto Alegre?* Afirmando ter recebido telegramas da Agência Brasileira, o editorial calculava em torno de 500 mil pessoas. Em outro artigo dizia-se que a Câmara dos Deputados, ficaria “sem quorum devido ao grande número de congressistas” que pretendiam visitar o Rio Grande do Sul por ocasião do Centenário Farroupilha. Jornal da Manhã, 30-08-1935.

*que aqui no extremo sul do país, uma cidade grandiosa se levantou apenas por seu próprio esforço e contra todos os empecilhos da adversidade da situação, buscando em si mesma, numa verdadeira revolução interior, as fontes cristalinas da sua beleza e as energias titânicas de seu progresso.*<sup>850</sup>

Certamente o modelo das Exposições Universais do século XIX e princípios do século XX consignou uma arrazoada influência na organização das festividades do Centenário Farroupilha. As “*energias titânicas*” do progresso do estado deveriam se valer da referência de modernização que se instaurou a partir das grandes exposições universais.<sup>851</sup> A Grande Exposição dos trabalhos de Indústria de Todas as Nações, ocorrida em Londres e conhecida pelo nome de a Grande Exposição de 1851, instaurou a cultura do “*consumo e do espetáculo*” da modernidade.<sup>852</sup>

Segundo Francisco Foot Hardman, ao se discutir as “Exposições Universais” no século XIX é possível se observar que a grandiosidade dos deslumbrantes monumentos - como o Palácio de Cristal construído para a exposição de Londres em 1851, a Rotunda em Viena em 1873, a sublime Torre Eiffel e a Galerias das Máquinas edificadas para a exposição de Paris de 1889 - revelam mais do que os avanços tecnológicos e a combinação de materiais arquitetônicos. Antes, estes elementos arquitetônicos demonstram os objetivos

---

<sup>850</sup> Jornal: Diário de Notícias, 20-09-1935.

<sup>851</sup> Ao estudar a projeção da imagem do Brasil em 1940 na Exposição do Mundo Português, realizado em Lisboa, Luciene Lehmkuhl afirma que os organizadores do evento procuraram, através da concretização de uma obra grandiosa e monumental, evocar o sentimento de pertença à história da nacionalidade portuguesa. Aqueles que afluíam aos recintos das exposições deveriam ver seus rostos espelhados no rosto de cada herói da nacionalidade ali representada. LEHMKUHL, Luciene. Entre a Tradição e a Modernidade: o *Café* e a imagem do Brasil na Exposição do Mundo Português. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002, pp. 35-37.

<sup>852</sup> Como aponta Werner Plum, quando da exposição de 1851 a Europa já contava com uma vasta história de exposições artesanais e industriais. Todavia, ao contrário destas, a Exposição Mundial de Londres, não foi um mercado para intercâmbio de mercadorias. O que singulariza este evento, são as condições históricas particulares, pois a Inglaterra deveria assegurar suas possessões, sinalizando para o mundo as transformações nas relações internacionais de comércio e de produção industrial, além de visibilizar pela convicção presunçosa seus domínios coloniais. PLUM, Werner. Exposições Mundiais no Século XIX: Espetáculos da Transformação Sócio-Cultural. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979, p. 66

de exibição universal da civilização burguesa.<sup>853</sup> Nos catálogos e relatórios distribuídos aos participantes e expositores destes eventos e repetidamente publicados em encartes de periódicos, podemos perceber o otimismo progressista que impregnava a atmosfera da sociedade burguesa em meados do século XIX e princípios do XX. Reunindo um saber enciclopédico ao classificar todas as coisas e as novidades das indústrias, os organizadores das exposições ansiavam por testemunhar o período em que se vivia. Para Francisco Hardman, tais exposições projetaram uma das primeiras amostras bem sucedidas de cultura de massas, através de espetáculos populares, do maquinário industrial em funcionamento, dos cassinos e parques de brinquedos mecânicos.<sup>854</sup>

Entre 1851 e o início da Primeira Guerra Mundial, as exposições universais ganharam um vulto crescente, influenciando eventos com características semelhantes em nível local e nacional. Em número de milhões de visitantes da Europa aos Estados Unidos, as exposições tornaram-se as grandes festas da modernidade, assumindo relevância econômica e sócio-cultural.<sup>855</sup> Entretanto, como apontou Francisco Hardman, é preciso ter cuidado para tomar esse clima de entusiasmo contagiante como expressão unívoca do progresso material. A parafernália de produtos e artigos apresentados no Palácio de Cristal e pavilhões congêneres na Europa e nos EUA expunham fragmentos de todos os lugares conhecidos, convertendo-se num estranho “*lugar-nenhum*”, misturando procedências num todo informe, datado mas desprovido de densidade histórica. Ainda que classificados em placas com nomes, os objetos expostos perdiam sua singularidade, transformando-se em mercadorias. O desejo dos organizadores seguia o princípio classificatório, convertendo-se no ilimitado afã de exibir o máximo da potência industrial.<sup>856</sup>

---

<sup>853</sup> HARDMAN, Francisco Foot. Trem fantasma: a modernidade na selva. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 49.

<sup>854</sup> HARDMAN, Francisco Foot. op. cit. p. 50.

<sup>855</sup> A primeira exposição em Londres em 1851, teve um número total de 6.039.195 visitantes. Já a exposição de Paris de 1900 encerrava o século XIX com mais de cinquenta milhões de visitantes. O elevado crescimento de visitantes às exposições, demonstra o caráter atrativo e sedutor em que se tornaram os eventos. In.: PLUM, Werner. op. cit. p. 61.

<sup>856</sup> HARDMAN, Francisco Foot. op. cit. p. 57.



As exposições internacionais deveriam marcar seu caráter de celebração das “*efemérides nacionais ou internacionais*”, revigorando o nacionalismo ainda que o cenário das exposições pudesse adquirir um contorno de entrelaçamento fraterno dos povos. Como o mote das celebrações representavam datas nacionais, a passagem do centenário da independência norte-americana na Filadélfia em 1876 marcou a primeira edição do evento fora da Europa, assim como a exposição de Paris de 1889 que comemorou o centenário da Revolução Francesa.<sup>857</sup>

Por sua vez, para Werner Plum as exposições mundiais teriam a tarefa de abranger a existência do homem em sua totalidade e de explorar, em grandes estudos empíricos, o sentido da história da humanidade. No século XIX, as exposições universais brindavam a opinião pública com uma imagem ampla, ainda que heterogênea e pulverizada, dos progressos técnicos e das diversidades nacionais. Conforme assinalou o autor, o significado essencial das exposições mundiais consistia em determinar, em exibições globais “*sinópticas*”, a elevação da nova civilização industrial, mediante a reunião de muitas manifestações particulares, da técnica, das ciências naturais, do comércio, da arte, que, de outra forma, ficariam isolados e dispersos, diminuindo o poder de sedução e exaltação da sociedade burguesa.<sup>858</sup> Entre estandes, máquinas e mostruários, se oferecia à sociedade industrial em ascensão, uma forma interdisciplinar e estruturalmente orientada de analisar seus êxitos técnicos ao mesmo tempo em que entreteciam-se, em estreita interconexão, congressos de artes plásticas, manifestações musicais, intercâmbios empresariais.<sup>859</sup>

Para Flores da Cunha o palácio de exposições deveria ser a síntese da “opulência material alcançada pelas “*forças vivas*” “*mais representativas*” do Estado.<sup>860</sup> Para ele, a “*grandiosa exposição*” ao apresentar o desenvolvimento científico, industrial e artístico do Rio Grande do Sul, estaria “*contribuindo ativamente para a integração da Nação*”.<sup>861</sup>

---

<sup>857</sup> HARDMAN, Francisco Foot. op. cit. p. 66.

<sup>858</sup> PLUM, Werner. op. cit. p. 11.

<sup>859</sup> PLUM, Werner. op. cit. p. 11.

<sup>860</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 23-04-1935.

<sup>861</sup> Ao estudar a instituição dos rituais e cerimônias festivas na Inglaterra, David Cannadine, argumenta que no final do século XIX e início do XX, várias nações empreenderam significativos

Em uma “*radiação*” ao microfone da P.R.H.2, o comissário da exposição, Mário de Oliveira, interpretava o sentido da comemoração, atribuindo à Revolução Farroupilha o surgimento das “*idéias republicanas, a semente fecunda que germinou, tomou corpo e produziu mais tarde, copiosos frutos*”.<sup>862</sup> Havia, entre os organizadores das festividades, a intenção de atribuir ao evento um caráter nacional, o que justificaria a participação de outros Estados no parque de exposições. Tal proposição pode ser evidenciada pelos insistentes convites de Flores da Cunha aos Governos de São Paulo, Santa Catarina, Bahia, Pará, Paraná, Distrito Federal, Minas Gerais e Pernambuco. O convite se justificava, pois, para os organizadores das festividades, a Revolução Farroupilha “*visava implantar o regime republicano no território riograndense estendendo-se até os confins da pátria brasileira*”.<sup>863</sup> Para ele, nas exposições se apresentaria a opulência do “desenvolvimento social do Rio Grande do Sul” e sua integração à “Pátria Brasileira”.<sup>864</sup>

---

esforços de monumentalizar o passado, expressando assim as conquistas do presente. Estas nações recorreram a construções majestosas, que incluíam pórticos, arcos, avenidas, prédios públicos suntuosos, estátuas de personagens gloriosos, para servirem de cenários para as cerimônias sofisticadas, visualizando assim as crenças de progresso e de civismo patriótico. Além disso, os monumentos foram utilizados como instrumentos políticos, para projetar imagens sobre o governo e a nação. Sobre esta questão ver.: HOBBSAWM. Eric. RANGER. Terence. (orgs.) A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

<sup>862</sup> Jornal: A Federação, 04-08-1935.

<sup>863</sup> Jornal: A Federação, 05-08-1935.

<sup>864</sup> Para Ernest Gellner o nacionalismo deve ser considerado essencialmente, como um princípio político em defesa da unidade nacional e da unidade política, que , juntas devem corresponder uma a outra. Enquanto uma teoria da legitimidade política, o nacionalismo exige que as fronteiras étnicas não atravessem as fronteiras políticas dentro de um mesmo Estado. A unidade nacional e política seria aquela que representa e expressa a vontade da maioria de uma nação, protege seus interesses e garante a perpetuação de seu cultura. Nestes termos, o nacionalismo sustenta que o Estado Nacional, identificado com uma cultura nacional e comprometido com a sua proteção, é a única política natural e concebível. Para Gellner a constituição e a defesa do patrimônio cultural dão forma e conteúdo a duas abstrações: a nacionalidade e a identidade. Portanto, assevera o autor, a nação é uma “criação” do Estado, e deveria se fundar na crença de um passado remoto como forma de legitimar sua identidade. Sobre esta questão ver: GELLNER, Ernest. Nações e Nacionalismo. Lisboa: Gradiva, 1993, p. 16. Clara Emília Sanches Monteiro elaborou um instigante estudo sobre os intelectuais envolvidos com o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional entre os anos de 1920 e 1945. Para Sanches a preocupação com a preservação do patrimônio torna-se nos anos de 1920 e 1930, um “*objetivo comum, no qual se empenham os diversos grupos da sociedade, entre os quais os intelectuais os políticos e o clero, tanto que as primeiras solicitações de intelectuais brasileiros para a proteção aos monumentos históricos e artísticos partiram dos governos estaduais*”. Essa demonstração de fortalecimento dos estados da Federação “*contribuía para a construção de sentimentos de pertencimento no tempo e no espaço de objetos monumentalizados*”.

*“São Paulo, o grande estado bandeirante, com um magnífico palácio de 1.400 metros quadrados vai concorrer com o que de mais seletos produz a sua adiantada indústria; Minas, a maravilhosa terra das montanhas levantou um imponente pavilhão no qual mostrará as centenas de milhares de visitantes a sua rica e variada produção; Pernambuco, o leão do norte, vai expor no vasto recinto que mandou construir o resultado do trabalho fecundo de seu povo; o Distrito Federal, com a mostra das suas magníficas indústrias encherá o amplo pavilhão que ergue em um dos mais pitorescos cantos da exposição. Pará, o nosso grande irmão do norte, num gesto de elevada brasilidade traz-nos também o seu admirável concurso, levantando um pavilhão em rigoroso estilo marajoara que vai ser um dos grandes atrativos do certame. Paraná e Santa Catarina, nossos vizinhos mais próximos em interessantes e originais pavilhões vão mostrar-nos o quanto progrediram, nestes últimos anos, as suas indústrias.”<sup>865</sup>*

Para Flores da Cunha, o evento efetivaria a conciliação nacional através da “congregação” de todos os estados da federação; segundo ele as singularidades de cada região, demonstradas nos pavilhões, seriam a “*síntese da Nação*”. Todavia, para Flores, o Rio Grande do Sul, ao organizar as festividades, tornava-se “*palco do progresso experimentado no presente nacional*”. Do Estado, segundo essa interpretação, o Brasil havia conhecida primeiramente os “princípios republicanos, federativos e nacionalistas”.<sup>866</sup>

Esse discurso, ao evocar a comunhão dos estados e a participação coletiva no desenvolvimento da nação, estabelecia o passado como marco primordial para legitimação

---

Sobre esta questão ver: MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado: 1920-1945. Rio de Janeiro: Lucerna, FAPERJ, 2002. Podemos encontrar no trabalho de Márcia Scholz de Andrade uma discussão bastante interessante sobre as políticas de preservação do patrimônio no Brasil, sobretudo na década de 1930. Para Márcia Scholz há neste período uma intensa interferência da intelectualidade brasileira, engajada no propósito de “redescobrimto do Brasil”. Neste sentido, as ações do Estado visavam a elaboração de uma política de conservação e preservação dos monumentos considerados históricos. Sobre esta questão ver: KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Os Rituais de Tombamento e a Escrita da História: Bens tombados no Paraná entre 1938-1990. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

<sup>865</sup> Jornal: Correio do Povo, 26-07-1935.

<sup>866</sup> Jornal: A Federação: 23-08-1935.

do presente, forjando a construção de uma cultura nacional.<sup>867</sup> Dessa forma, partindo do Governo do Rio Grande do Sul, os espetáculos que se abriam na várzea da Redenção tornavam-se a execução de um projeto nacionalizador iniciado em 1835 e retomado em “1930”. Uma nação guiada pelo Rio Grande do Sul, mas integrada ao “*grande estado bandeirante*”, ao “*leão do norte*”, aos “*vizinhos mais próximos, ao estado montanhês*”, ou mesmo ao mais distante “*irmão do norte*”. Todos mostrariam suas potencialidades redentoras, e o “*quanto progrediram*”, em um “*gesto de elevada brasilidade*”. Acreditamos que essa “*fórmula conciliatória*”, em que a “*festa*” seria a “*síntese da nacionalidade*”, objetivava erguer uma ponte que ligaria o Rio Grande do Sul aos outros estados da federação. Além disso, as festividades não estavam celebrando a dispersão ou mesmo desintegração da nação. Antes, o que verificamos na fala de Flores da Cunha é a importância atribuída por ele aos “*elos federativos*”, que se erguiam na “*materialidade dos pavilhões*”.<sup>868</sup>

O clima de entusiasmo e euforia era veiculado nos jornais que acompanhavam o andamento das construções da “*audácia moderna de suas torres e a sensibilidade metálica de suas antenas*”, na várzea da Redenção. Os desfiles cívicos e as paradas militares enchiam de “*rumores a cidade*”. O rufor dos tambores, o rumor dos motores dos aviões que sobrevoavam o parque de Exposições, as centenas de automóveis e bondes “*apinhadíssimos*”, as salvas de tiros de canhão do Grupo de Artilharia do Exército e dos Fuzileiros Navais,<sup>869</sup> mobilizavam a população para as comemorações do centenário. Assim, vai se preparando a “*sociedade riograndense*” para visitar as construções, reiterando as comemorações “*na deslumbrada memória de quantos puderem admirar esse certame totalitário do Rio Grande do Sul.*”<sup>870</sup> Os edifícios construídos na várzea da

---

<sup>867</sup> Como destacam Hercília Coelho, Maria Aparecida Gaeta e Dulce Guimarães, o período do governo Vargas prestou-se sobremaneira ao resgate da eficácia simbólico-pedagógica das festividades cívicas. O governo Vargas valeu-se de aparatos culturais capazes de difundir a ideologia nacionalista, impondo uma imagem do Estado, do governo e da nação. In.: COELHO. Hercília Mara Facuri, GAETA. Maria Aparecida Junqueira da Veiga, GUIMARÃES. Dulce Maria Pamplona, Estado Novo, Festa e Memória. In.: Revista História, São Paulo, 1995.

<sup>868</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 17-05-1935.

<sup>869</sup> Jornal: Jornal da Manhã, 21-09-1935.

<sup>870</sup> Jornal: A Federação, 12-08-1935.

Redenção, para abrigar o cenário das festividades, eram marcados pelas formas geométricas, e alusivas à cada estado da federação. No plano da distribuição dos pavilhões, destacavam-se os pavilhões do Rio Grande do Sul e o de São Paulo, como os monumentais em “*estilo e grandiosidade*”. Uma grande avenida, ladeada com as bandeiras dos estados e com palmeiras imperiais, fazia o acesso aos edifícios de exposições. No plano arquitetônico, o engenheiro francês Alfred Agache, concebeu o projeto impregnado-o de finalidades políticas e práticas para abrigar os “*stands*” das exposições. O projeto deveria aliar a grandiosidade do evento, relacionando-o ao “*progresso que se instaurava no estado.*” Era preciso conferir ao presente, a importância de um acontecimento do passado. A recorrência a uma arquitetura funcional, seguia os princípios de exaltação das “*obras modernizadoras*”, que pretendiam imprimir à administração do General Flores da Cunha. Desta forma, as qualidades políticas do presente, seriam expressas pelo “*volume e monumentalidade arquitetônica*” dos pavilhões.<sup>871</sup>

A fachada e o interior do pavilhão do Pará, por exemplo, foram projetados em “*rigoroso estilo marajoara*”, sublinhando as características da cerâmica daquele estado. A opção pelo estilo marajoara na fachada de um dos principais pavilhões, ornamentado com vasos nas dimensões de 1,50 x 1,00 metros, de autoria do arquiteto Augusto Sartori, apontava para questão central que naquele momento perpassava a intelectualidade riograndense e o Governo de Flores da Cunha, concernente à construção da identidade nacional. A referência à cerâmica indígena comprovava “*um gesto de elevada brasilidade*” do “*irmão do norte*” e trazia à tona as discussões quanto ao caráter nacionalista que se pretendia imprimir ao evento. Hugo Segawa considera que o incentivo de se construir como manifestação da nacionalidade e elemento de constituição de uma arte e arquitetura brasileiras levou à implementação e adoção, nos anos 1930, do marajoara na decoração de interiores e exteriores, cujo geometrismo combinava com o gosto Déco. Esta tipologia arquitetônica, assim como observa o autor, foi visível em teatros, rádios, estações ferroviárias, nos pavilhões de exposições como a VII Feira Internacional de Amostras de

---

<sup>871</sup> Jornal: Correio do Povo, 12-09-1935.

1934 no Rio de Janeiro e nas comemorações do Centenário Farroupilha em 1935.<sup>872</sup> As linhas geométricas da fachada do pavilhão, captando para isto o recurso da iluminação noturna do parque de exposições, acentuavam o contorno profuso das linhas decorativas. Os efeitos de luz e sombra, obtidos com os riscos geométricos que ornamentavam as três entradas do pavilhão que ocupava uma área total de 400 metros, enfatizavam a contribuição da cultura material indígena na formação da nação brasileira.<sup>873</sup>

Por sua vez, a execução do pavilhão do Estado de São Paulo deveria se equivaler e transparecer a riqueza do Estado bandeirante. Para reforçar a expressão de um “*estado industrializado*”, o projeto coube a um técnico do Governo Paulista, executado pela firma Dahne Conceição & Ltda. O projeto da construção era definido em três blocos, dispostos à frente do lago e da fonte luminosa importada dos Estados Unidos. Um bloco maior no centro, ladeado por outros dois menores, que faziam a entrada do pavilhão. Impressa no bloco central a bandeira do Estado de São Paulo, conferindo, desta forma, uma clara alusão ao visitante de que o prédio era sede das exposições das indústrias do “*estado locomotiva*”. O pavilhão de São Paulo se caracterizou pela adoção de linhas arquitetônicas associadas à noção de moderno que se pretendia evocar, o que justifica a opção por um projeto que representasse a sobriedade e a pureza dos cubos sobrepostos. Em outros termos, enquanto o pavilhão do Pará situava a herança do passado indígena através da fachada em estilo marajoara, o de São Paulo lançava-se sobre o futuro industrial que se esperava do país, refletindo, assim, a intenção dos organizadores do evento em respaldar a posição do Rio Grande do Sul, como elo de união dos estados federados. Buscava-se a reaproximação entre os estados através do reestabelecimento das tradições comuns. Ao Rio Grande do Sul caberia a tarefa em despertar o orgulho da integração e unidade nacional, dispersando as diferenças e ressaltando os traços comuns.

Para os recitais, concertos de orquestra e para as bandas marciais, uma grande concha abobadada foi erguida, compondo a estratégia persuasiva de imagens, movimentos e sons, sensibilidades evocadas no espectador durante as festas cívicas. Portanto, a

---

<sup>872</sup> SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 61.

<sup>873</sup> Relatório da Exposição do Centenário Farroupilha. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936.

paisagem construída na Várzea da Redenção se constituiu em elemento de organização do espaço e da história da cidade. Sua localização em espaço de excepcional largueza, bem como a dimensão dos pavilhões, garantiram ao evento um caráter monumental, pois, impõe-se, mesmo a distância, ao olhar dos passantes, garantido desta maneira a visibilidade do feito que comemorou e da atividade que abrigou.

Os monumentais edifícios, adornados tematicamente, celebravam as qualidades e virtudes do passado de conquistas pela manutenção da unidade nacional. Todo o conjunto da obra foi ornamentado por um grande lago medindo 300 metros de comprimento. As margens do lago foram revestidas de pedra grês, “*rejuntada com argamassa e cimento*”. No centro do lago o projeto concebera a construção de uma fonte luminosa, importada dos Estados Unidos “*com intermédio da General Eletric*” e montada pela firma H. Gertum & Ltda.<sup>874</sup>

Os trabalhos no campo de obras, uma “*colméia de trabalhadores*”, são amplamente divulgados em fotografias pela imprensa, possibilitando aos leitores, o acompanhamento de um “*esforço coletivo*” de trabalhadores e governo. A analogia à “*colméia de trabalhadores*” referia-se ao trabalho como fator de progresso coletivo, o que implicava, além de desenvolvimento material, a sujeição à ordem e à hierarquia social. Tal metáfora, amplamente divulgada pelos jornais, associava as abelhas ao “*povo trabalhador*” e ao “*espírito coletivo*” da nação.<sup>875</sup> Assim como as abelhas que, em conjunto e de forma aplicada e organizada, são submetidas a regras restritas, o trabalho coletivo seria capaz de apaziguar as diferenças e com isto trazer a prosperidade almejada por todos.

#### **5.4. Os significados da Festa**

---

<sup>874</sup> Relatório da Exposição do Centenário Farroupilha. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936, p. 14.

<sup>875</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em Cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas: Papyrus, 1998, p. 56.

As comemorações do Centenário Farroupilha buscavam, segundo seus organizadores, consagrar os acontecimentos da “*gloriosa data*” através do “*ardor cívico*” e “*espiritual*” que as festividades objetivavam. As “*sombras do obscurantismo*” seriam ultrapassadas com a progresso visualizado nos pavilhões da exposição.<sup>876</sup> De acordo com Helenice Rodrigues da Silva, comemorar significa reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais comuns de uma comunidade. No processo constitutivo das comemorações, a distância do acontecimento passado é relativizada pela sua aproximação com o presente histórico. Em outros termos, o acontecimento passado penetra nas questões do presente, abolindo o tempo e a distância. Neste sentido, como aponta Helenice Rodrigues, a comemoração tem por objetivo demonstrar que o acontecimento rememorado, por possuir valor simbólico, pode se reportar ao devir.<sup>877</sup>

A partir das observações de Helenice Rodrigues, podemos afirmar que, através da realização das solenidades no Parque de Exposições do Centenário Farroupilha, o Governo de Flores da Cunha acreditava “*garantir um futuro luminoso, fecundo, sadio e feliz*” devido ao passado “*marcado com sangue e dor*”.<sup>878</sup> As comemorações tinham, então, o propósito de impedir o esquecimento dos “*heróis de 35 que são um manancial cheios de ensinamentos, cheios de lições de heroísmo e bravura*”.<sup>879</sup> Para os organizadores das festividades, também o presente deveria tornar-se “*algo memorável*”. Os fogos de artifício, os atos solenes, as inaugurações, que alcançaram “*brilhantismo maior do que todas já levadas a efeito*”, deveriam ser “*guardadas na lembrança por muitos anos*”.<sup>880</sup> Nesse sentido, as comemorações, enquanto objeto de interesses políticos e ideológicos, e como processo de “*rememoração social*”, têm a função de impedir o próprio esquecimento.

---

<sup>876</sup> Jornal: Jornal da Manhã, 22-09-1935.

<sup>877</sup> DA SILVA, Helenice Rodrigues. Entre Memória e História em Paul Ricouer. In.: LOPES, Marcos Antônio (orgs.) Grandes nomes da história intelectual. São Paulo: Contexto, 2003, p. 436.

<sup>878</sup> Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 21-09-1935.

<sup>879</sup> Jornal: A Federação, 18-07-1935.

<sup>880</sup> Jornal: A Federação, 10-01-1936.



As comemorações do centenário em 1935, ao “*rememorar*” a Revolução Farroupilha, reportava-se ao devir, imprimindo na memória histórica símbolos da sua existência. Os organizadores do centenário, ao buscar uma reapropriação do acontecimento passado, projetavam-no em direção do futuro, acreditando garantir “*com êxito*” a “*recordação do certame maior da América*”.<sup>881</sup> Para Mona Ozouf não existe festa sem reminiscência, repetição do passado, mas também, prenúncio do futuro. A festa, para ela, suscita a simulação do futuro, se aproxima deste e estabelece correspondências de um tempo remoto com o tempo presente. Cada um daqueles que participam da festa espera que ela ensine a respeito do passado comemorado. No entanto, diferente de uma festa que se repete anualmente e que renova constantemente o passado, a “*festa centenária*” é singular, deve estabelecer marcos para a posteridade. As festas que se sucedem, ainda que marquem diferenças, e apesar das intenções distintas dos organizadores, devem assegurar a invariabilidade e a repetição. Encarregada de fazer triunfar uma significação histórica particular, a festa do centenário deveria assegurar, no futuro, a prosperidade do presente. Encerradas as comemorações, a festa, acreditavam os organizadores, “*assinalou fulgurantemente, a expansão e o progresso do Rio Grande do Sul no transcurso de um século*”.<sup>882</sup>

A festa, mesmo apoiada em espetáculo e dramaticidade, destina-se a provocar a recordação do passado e negar a voracidade do tempo. No momento das comemorações, os discursos pronunciados, sobretudo quando da inauguração dos marcos festivos como pórticos, pavilhões, estátuas e obeliscos, deveriam precisar o alcance futuro do tema comemorado, limitando, desta forma, o desvio da interpretação. Cartazes, bandeiras, cortejos cívicos, hinos, aclamações e concertos musicais deveriam provocar, no coração do participante, sentimentos de exultação e emotividade. A decoração do local da festa, ainda que visualize o mote festejado, é pouco confiante em sua pedagogia tácita, como afirma Mona Ozouf.<sup>883</sup> Antes, necessita de palavras para estabelecer sua adequação à cerimônia, daí os empolgados discursos no momento de cada uma das inaugurações e a transcrição

---

<sup>881</sup> Jornal: A Federação, 14-01-1936.

<sup>882</sup> Jornal: A Federação, 16-01-1936.

<sup>883</sup> OZOUF, Mona. A festa. In. LE GOFF, Jacques. História: Novos objetos. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989, p. 220.

destes nas páginas dos jornais e na Revista do IHGRS, garantindo, ao cessar da festa, a sobrevivência do evento.<sup>884</sup>

Na organização e nas solenidades do Centenário Farroupilha podemos observar a mobilização dos intelectuais, impulsionando a construção da nacionalidade brasileira.<sup>885</sup> Nesse sentido, é exemplar o discurso de Mário de Oliveira ao enfatizar que as comemorações do centenário celebravam a harmonia social e a eliminação dos conflitos regionais e tornavam o Rio Grande do Sul o “*responsável pela condução do futuro da nação*”.<sup>886</sup>

A montagem dos pavilhões iluminados, dos pórticos monumentais e dos *stands* de exposições significavam um acontecimento ritualizado, que provocava e buscava se valer de uma economia afetiva que envolvesse e atravessasse aqueles que participassem das

---

<sup>884</sup> CONNERTON, Paul. Como as sociedades recordam. Oleiras: Celta Editora, 1993.

<sup>885</sup> A mensagem da festa deveria indicar a construção de uma sociedade fraterna e próspera guiada pelo Estado. Cláudia Schemes, ao estudar a teatralização do poder através das festas cívicas e esportivas durante a vigência do Estado Novo, destaca que tais solenidades tinham, como objetivo central, criar a imagem da sociedade unida, harmônica, alegre e feliz, ocultando as práticas repressivas exercidas para manter o controle social. Nestes momentos de festas cívicas durante o regime de Vargas, o culto aos símbolos e heróis nacionais procurava transmitir aos cidadãos as noções patrióticas fundamentais para a manutenção do sistema político. O Dia da Bandeira é transformado em uma data-chave para a promoção do sentimento nacional, assim como o “Dia da Pátria”, o 7 de Setembro, e o 15 de Novembro, respectivamente comemorativos com a Independência da Proclamação da República. Dentro deste calendário festivo de comemorações cívicas, o Estado projeta e sustenta a idéia de pátria na defesa do passado e da tradição. Este engendramento não enaltece qualquer passado, mas, sobretudo, exalta a cultura e os valores nacionais, sintetizando a nação em uma seqüência de festas que valorizam a unidade, a harmonia social, a disciplina coletiva. As comemorações do 7 de setembro, por exemplo, intentam entrelaçar o passado e o presente na medida em que são encaradas como a expressão do índice “*das forças vivas da nacionalidade empenhadas em zelar pela grandeza que o passado*” legou. A preservação do passado da nação, celebrado nas datas especiais, é afirmada como o elemento culminante e decisivo da existência da nacionalidade, sobrepondo-se às diferenças regionais ou étnicas, conservando a mesma língua e a manutenção do extenso território. SCHEMES, Cláudia. As festas cívicas e esportivas no populismo. Um estudo comparado dos governos Vargas (1937-1945) e Perón (1946-1955). Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995, p. 86.

<sup>886</sup> Carta de Mário de Oliveira a Flores da Cunha, 12-09-1934.

solenidades.<sup>887</sup> As festividades comemorativas do Centenário Farroupilha, além de demonstrarem o “*crescimento industrial e econômico do Rio Grande do Sul*”, deveriam tornar visível a força e a liderança política do governante Flores da Cunha. A festa centenária procurou “*evidenciar a verdade sobre os intuitos que levaram*” os farroupilhas “*de uma idealidade superior, pela Pátria e pela nacionalidade, a terçar, em duras refregas de dez anos, as suas armas invencíveis, manejadas com bravura e nobreza de sentimentos.*”<sup>888</sup> O estatuto que Flores pretendia conferir à festa era a de “*comunhão brasileira*”, de “*integração plena a grande família nacional*”. Para ele, não se tratava de um “*particularismo febril*” ou de um “*regionalismo arrogante*”, mas de uma “*profunda consciência fraterna de brasilidade e civismo*”.<sup>889</sup>

### 5.5. A união pela Nação: os estrangeiros e os Monumentos Comemorativos

Assim como a colônia Sírio-Libanesa, que participou das comemorações com a construção de um monumental obelisco “*em honra a luta farroupilha*”, também a colônia italiana organizou um Comitê Colonial que visava congregar “*os italianos e seus descendentes estabelecidos no estado, numa manifestação unânime e condigna de solidariedade e eficiência coletiva em homenagem ao Rio Grande do Sul*”.<sup>890</sup> Para os organizadores do Comitê, as comemorações do Centenário Farroupilha tornavam-se o momento de expor a “*fusão de sentimentos de uns e de outros, isto é, dos pais para com a pátria de acolhida fraternal e dos filhos para com a terra bendita de nascimento*”.<sup>891</sup> As

---

<sup>887</sup> SOUZA, Iara Lis Carvalho. Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo, São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p. 212.

<sup>888</sup> DUARTE, Eduardo. op. cit. 03.

<sup>889</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 12-08-1935.

<sup>890</sup> Em 26 de agosto de 1935, a colônia Sírio-Libanesa deliberou que se erguesse um monumental obelisco em granito róseo com 7 metros de altura e que, segundo os organizadores, “desafiaria a força do tempo, simbolizando por muitos séculos a grande afeição dos sírios-libaneses ao povo do Rio Grande do Sul.” Jornal: A Federação, 26-08-1935.

<sup>891</sup> Jornal: Correio do Povo, 27-07-1935.

homenagens da Colônia Italiana contaram com bandas musicais, fogos de artifício, e, principalmente com a afirmação de os “*heróis italianos que cooperaram na gloriosa campanha reivindicatória das liberdades republicanas.*”<sup>892</sup>

Essa concepção de integração nacional, livre de qualquer rescaldo da diversidade cultural, atrelava brasileiros, italianos, sírios-libaneses, judeus e alemães unidos em um “*laço ideal*” de “*afinidades que os irmanaram*”. Para Francisco Truda, intelectual do IHGRS, por exemplo, a ausência de quistos étnicos no Rio Grande do Sul, tão ameaçadores à nacionalidade, dava-se com o “*esquecimento dos velhos rancores atávicos*”, com o trabalho em abundância e num “*ambiente sereno em que os velhos preconceitos absurdos que dividem os povos de outros continentes não se arraigaram*”, onde as “*questões de raça são praticamente desconhecidas.*”<sup>893</sup>

Da mesma forma que a Colônia Italiana procurava se “*integrar aos laços comuns*” da nação brasileira, a Colônia Israelita, diante de uma “*assistência*” calculada em torno de mil pessoas, inaugurou um marco comemorativo nas festividades do Centenário Farroupilha. Numa manhã enevoadada, como noticiaram os jornais, compareceram à solenidade membros da Colônia Israelita e o seu representante oficial, José Lubianca, presidente da comissão organizadora do evento. Também participaram da solenidade representantes do governo do estado e da prefeitura de Porto Alegre, altos oficiais do exército, o orador oficial da inauguração e o secretário do IHGRS Eduardo Duarte.

Por volta das 10:00 horas teve início o ato solene com o pronunciamento de Miguel Waisfeld, coordenador da Colônia Israelita. A base do obelisco comemorativo contava com 4 metros de largura e 10,15 metros de altura no total. A agulha monolítica, como destacava um observador, era de granito róseo com 5,75 metros até o cume, sendo que no “*alto da agulha ver-se-á o signo de Sion*”. Encimando o obelisco, o escudo e as armas do estado e logo abaixo um dístico medalhão com a efigie do General Antonio de Souza Netto. O monumento, “*pelos linhas arquitetônicas*”, como afirmavam os jornais, provocou grande

---

<sup>892</sup> Jornal: A Federação, 27-07-1935.

<sup>893</sup> TRUDA, Francisco de Leonardo. Os italianos no Rio Grande do Sul, In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, III e IV Trimestre, 1925, p. 205.

entusiasmo ao público participante. O atelier da firma Piatelli Irmãos, conforme solicitação de Lubianca, inscreveu na face direita do monumento uma placa “*representando os judeus fugindo da escravidão no Egito*”. Na face esquerda do monumento uma outra placa em bronze representava uma outra passagem da história hebraica associando os dois eventos: uma família de imigrantes israelitas ao nascer do sol em terras brasileiras. Desta forma, o monumento entrecruzava dois momentos, unindo-os em uma mesma sintaxe. Numa comparação eivada de certo exagero, o monumento sintetizava, em dísticos de bronze, o voluntarioso espírito de acolhimento do Brasil aos imigrantes judeus e ainda comportava passados distintos, porém aproximados à história nacional através da figura do herói farroupilha. Esse marco deveria, ainda, cumprir a função pedagógica aos passantes daquele evento e aos observadores da posteridade, pois, estrategicamente colocado à frente da Escola Normal Júlio de Castilhos, “*às vistas da nossa juventude*”, tornar-se-ia em um instrumento para “*estimular, para amar sempre e cada vez mais a nossa grande e ditosa pátria.*”<sup>894</sup>

Assim como os italianos, a Colônia Israelita invocava, nas palavras do orador Miguel Waisfeld, a identificação “*inteiramente com o extraordinário entusiasmo cívico das comemorações do centenário.*” Para ele, numa “*perfeita sincronização de sentimentos*” a Colônia Israelita do Rio Grande do Sul prestava “*uma modesta homenagem aos legendários vultos que, galvanizados pelo sonho e animados pelo mesmo ideal, esculpiram a ponta da lança*” em combate pela república e pela nacionalidade. Segundo Waisfeld, a Colônia Israelita reunia num só personagem a passagem em dois eventos destacados como “*engrandecimento do seu povo, na redenção de sua raça e na defesa da democracia.*” Conforme destacou, o herói farroupilha, Antonio de Souza Netto, homenageado no monumento, havia participado do “*movimento de 30, desde sua organização*” até o comando das tropas farroupilhas, quando da prisão de Bento Gonçalves. Além de

---

<sup>894</sup> Segundo Eduardo Duarte, a investida didática dos monumentos se completaria quando “à pequena distância” se levantaria a estátua de Bento Gonçalves, “o heroe máximo”. Duarte assim apresenta o projeto finalizado: “*esperamos todos nós que, praza aos céus em breve possamos inaugurar no ângulo esquerdo desse portentoso edifício, outro monumento ao valoroso Canabarro. A trilogia se completará, juntos na vida, nos cruentos entreveros, juntos agora, com annos transcorridos, em significativa homenagem a que fizeram jus por actos de valor nunca assas celebrados*”. In.: Jornal: A Federação, 20-09-1935.

proclamado a República Riograndense e firmado a paz com o Império em 1845, reapareceu posteriormente durante a invasão paraguaia. Para Waisfeld, prestando homenagens ao herói farroupilha, a Colônia Israelita estaria demonstrando profunda e verdadeira prova de gratidão ao Rio Grande do Sul e ao Brasil. Aclamando a exteriorização de uma alma coletiva, representada no monumento erguido pela colônia, o orador afirmava que, assim como outros imigrantes, também os “*judeus ao pisarem estas plagas sentiram logo que, um novo mundo se lhes abria ante os olhos maravilhados, encontrando*” no Brasil uma nova pátria. Alertava ainda o orador, diante de qualquer perjúrio de falso patriotismo ou de propaganda religiosa e racial, que os israelitas não desejavam “*nem pensavam em criar seitas ou castas*”, pois aspiravam identificarem-se plenamente à comunhão riograndense e conseqüentemente a nacional.

A preocupação da colônia israelita no Rio Grande do Sul em acentuar uma identificação com a identidade nacional, por ocasião das comemorações do Centenário Farroupilha, demonstrava, antes mesmo da instauração do Estado Novo em 1937, as feições nacionalistas do Governo Vargas.<sup>895</sup> A iniciativa e “*cooperação israelita*” no “*concurso*” para a construção do monumento “*sorriu logo num significativo acolhimento, que dia a dia mais se avolumava, dando à homenagem um caracter eminentemente popular*”, afirmava Miguel Waisfeld. Assim, acreditava ele, “*todo o amor e interesse da colônia israelita pela grandeza econômica e social*” do Brasil teria uma demonstração “*imperecível na história da pátria brasileira*”, uma verdadeira “*aspiração colectiva de agradecimento*”. Acreditamos que tal “*demonstração colectiva*” decorria de uma estratégia que buscava estabelecer vínculos históricos com a “*nação brasileira*”. Com o cerco à imigração judaica,

---

<sup>895</sup> A percepção de ameaça do imigrante estrangeiro enfeixava um discurso o qual, aquele que vem de fora, “*é desconhecido e estranho à substância nacional, pode ser potencialmente um elemento infiltrado de corrosão da saúde nacional*”. Nesse caso, afirma Alcir Lenharo, o sangue é tomado como um instrumental científico, de modo a determinar a integridade moral e cultural do cidadão. A certeza da origem do sangue é assim a garantia de um trabalhador nacional saudável, depurado das impropriedades da subversão e da desordem. Por sua vez, o “tributo de sangue” também é amplamente utilizado como demonstração de civismo, nacionalismo e comunhão patriótica. Sobre esta questão ver: LENHARO, Alcir. Sacralização da Política. Campinas: Papyrus, 1986, p.113. Dessa feita, os intelectuais riograndenses, reificavam a imagem do estado como aquele que “*com bravura e heroísmo*”, “*com seu sangue e o seu civismo*” sacrificou-se pela pátria e pela família brasileira. In.: Jornal: Correio do Povo, 21-09-1935.

a Colônia Israelita do Rio Grande do Sul buscava “*irmanar-se a exemplo das demais colônias estrangeiras*” ao “*espírito de coletividade nacional*”.<sup>896</sup>

As ressalvas de Waisfeld quanto às intenções da Colônia Israelita em não pretender criar “*castas*” ou “*seitas*” apartadas da comunhão nacional recaíam na generalização de que os judeus eram subversivos em potencial. Essa acepção era amarrada a outros atributos negativos como a falta de moral, de conhecimentos técnicos, carência de recursos, degenerescência racial e, sobretudo, de traidores. A indesejabilidade desse tipo de imigrante escorava a preocupação da Colônia Israelita do Rio Grande do Sul em atenuar ou mesmo afastar quaisquer acusações atinentes à subversão ou desordem dos “*israelitas domiciliados no Rio Grande do Sul*”. Dessa forma, a inauguração do monumento nas comemorações do Centenário Farroupilha tornava-se a “*oportunidade para proclamar a confiança, a sympathy e admiração*” que, segundo ele, era inspirada em Flores da Cunha. Para Miguel Waisfeld, Flores da Cunha era um “*estadista clarividente, que com sua característica sinceridade há pouco declarou receber a visita dos cônsules*”, afirmando que “*jamais permitiria neste Estado uma propaganda de lucta religiosa ou racial, tratando a todas em igualdade de condições sem attender as suas origens ou convicções religiosas*”.<sup>897</sup>

Encerrado o discurso do orador da Colônia Israelita do Rio Grande do Sul, o representante oficial do governo do Estado e secretário do IHGRS, Eduardo Duarte, iniciava uma longa recapitulação da história riograndense, destacando, principalmente, a “*fatalidade geográfica que fez da nossa gente um exército avançado nas cruentas lutas que sustentamos para manter o rincão querido, sempre integrado na sã brasilidade*.”<sup>898</sup> A

---

<sup>896</sup> Para Alcir Lenharo, nas décadas de 1930 e 1940, foi marcante o discurso racial anti-judaico, inspirado, sobretudo, nas imposições sócio-culturais que vinham ao encontro das necessidades imigratórias do país. Fundamentalmente, assevera Lenharo, tal discurso afirmava que o judeu não era dado à agricultura, contrariando as necessidades do país que requeria agricultores como imigrantes. Segundo Alcir Lenharo, a orientação da política imigratória determinava que as cotas de imigrantes para cada país fossem constituídas de 80% de agricultores e o restante de outras categorias profissionais. Lenharo afirma que essa exigência correspondia à nova orientação da política de empregos emergida no “bojo da política de racionalização do mercado de trabalho”. Sobre esta questão ver: LENHARO, Alcir. op. cit. p. 114.

<sup>897</sup> Jornal: A Federação, 20-09-1935.

<sup>898</sup> Ao estudar as liturgias políticas encenadas nas celebrações das décadas de 1820 e 1970, Iara Lis Schiavinatto, problematiza a praça pública como palco de aclamações e festividades cívicas. As

situação de fronteira novamente é realçada como determinante da nacionalidade riograndense e das origens portuguesas do Estado. A “*grande comunhão*” brasileira teve, no Rio Grande do Sul, “*como nenhuma outra província*” o seu “*tributo*” de civismo. Portador de um civismo primordial, o Rio Grande do Sul, segundo Eduardo Duarte, foi a “*extremadura meridional da lusitana colônia*”, era a “*arena*” de luta entre as duas coroas, “*a portuguesa e a castelhana*”. O discurso de Duarte reafirmava o que, para a maior parte dos juristas, publicistas, políticos e intelectuais seria o imigrante desejável.<sup>899</sup> Quanto a qualquer referência a um passado comum entre os “*israelitas radicados no país*” e o passado da nação, Eduardo Duarte é cauteloso, afirmando que a “*prova de amor à terra*” é dada através do “*labor de todos os dias dignificando-a*” e, portanto, “*dignificando a si mesmo*”.<sup>900</sup>

## **5.6. A memória da comemoração: selos, medalhas e o monumento equestre de Bento Gonçalves**

Além das solenidades festejadas em praças públicas e das construções de obeliscos e marcos comemorativos, o Governo de Flores da Cunha empreendeu outras estratégias de persuasão da sua liderança política, com a elaboração de selos comemorativos,

---

celebrações organizadas em torno da figura da realeza, intensificavam a mobilização quanto a fundação do país ao buscar um passado e por vezes acreditar revivê-lo nas celebrações e ritos cívicos na praça pública. Sobre esta questão ver: SCHIAVINATTO, Iara Lis. A praça pública e a liturgia política. In.: Cad. Cedes, Campinas, v. 22, 2002, pp. 81-99.

<sup>899</sup> Segundo Marcos Chor, o anti-semitismo no primeiro governo Vargas deu-se, entre outros motivos, devido à instabilidade política e ao crescimento das correntes antiliberais, contribuindo para que setores das elites políticas e da intelectualidade concebesssem os judeus como fonte de todos os males do mundo moderno. Ao analisar o trabalho de Tucci Carneiro, Chor afirma que apesar de algumas considerações eivadas de imprecisões, como a analogia que a autora estabelece entre o Estado Novo e o III Reich, sem deter-se naquilo que Chor chama de pré-condições para o surgimento de um regime totalitário no Brasil que elegeisse o judeu como inimigo objetivo e propusesse sua eliminação, ainda assim, Tucci Carneiro analisa os conteúdos anti-semíticos presentes nas obras de diversos intelectuais brasileiros. CHOR, Marcos. O Anti-Semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945). In.: Estudos Históricas, Rio de Janeiro, v. 1, 1988, pp. 304-310.

<sup>900</sup> Jornal: A Federação, 20-09-1935.



patrocinados pelo Ministério da Viação.<sup>901</sup> O Secretário do Ministério conjuntamente com técnicos da Casa da Moeda estudavam a confecção dos selos, divididos em quatro tipos: os de duzentos, trezentos, setecentos e mil réis, todos representando passagens da Revolução Farroupilha. O de mil réis, o mais valioso, teria a efígie de Duque de Caxias, o pacificador, “*simbolizando a força e o patriotismo*”. Além dos selos, medalhas também foram cunhadas para serem distribuídas aos expositores premiados no Centenário. As medalhas seriam a mais alta honraria prestada “*aqueles que contribuíram*” ao evento. Em ouro e prata, os dísticos comemorativos foram fabricados na fábrica paulista C. Natale em São Paulo. Num dos versos foi gravado as efígies de Bento Gonçalves e Flores da Cunha e, logo abaixo, as datas da Revolução Farroupilha e do Centenário. O que se pretendia era visualizar a continuidade, a ligação da ação dos farroupilhas com o seu “*descendente*” Flores da Cunha.<sup>902</sup> Também foi gravado no anverso da medalha o pórtico monumental do Parque de Exposições do Centenário Farroupilha.

As distinções oficiais honrosas, outorgadas por jurados nomeados por Flores da Cunha, eram, para muitos empresários, um incentivo decisivo para que continuassem “*contribuindo*” na grande “*manifestação patriótica*”. Uma medalha conquistada na exposição representava o reconhecimento público do expositor, um sinal de “*qualidade*” que, juntamente com o efeito de divulgação do evento vinculada à mesma, continha em suas estampas o motivo da festa e a “*obra*” de Flores da Cunha. A circulação das medalhas e dos selos tornava possível concretizar o objetivo de Flores em estabelecer um fio condutor, onde o governador teria finalizado e concretizado o objetivo patriótico e nacionalista que imputaram a Bento Gonçalves. Retirando-os do passado e do presente, e

---

<sup>901</sup> Ao analisar transmissão da memória social Peter Burke salienta cinco diferentes meios de comunicação empregados para tal intento. As tradições orais, a ação do historiador, as imagens pictóricas (fotografias, monumentos públicos que expressam e formam a memória nacional), o espaço (neste sentido Burke retoma as proposições de Halbswachs, ao propor que o espaço tornou um ponto explícito e implícito na arte da memória clássica e renascentista, o valor de “por” imagens com a intenção de lembrar episódios passados, explorando assim a associação de idéias) e por último os rituais enquanto reencenações, atos da memória e tentativas de impor interpretações do passado e assim construir a identidade social. Esta consideração proposta por Burke, se aproxima da intenção dos organizadores das celebrações do Centenário Farroupilha, pois os rituais cívicos pretendiam “*resguardar do esquecimento*” a “*festa de uma raça, a revelação de um povo, a memória dos heróis*”. Ver.: BURKE, Peter. op. cit. pp. 73-77.

<sup>902</sup> Jornal: Jornal da Manhã, 22-10-1935.

imprimindo-os em selos e moedas, toda a nação poderia atestar a “*tradição republicana e brasilista*” do Rio Grande do Sul.

Tanto as medalhas como os selos foram exibidos no Pavilhão Cultural, construído com objetivo de expor a produção artística rio-grandense. Os salões do pavilhão abrigariam “*as artes, a ciência, a história, a instrução, enfim, todas as manifestações do pensamento humano desenvolvidas no Rio Grande do Sul, através dos últimos 100 anos*”. O edifício ocupava 48 salas, organizadas pelo então Secretário Estadual de Educação e sócio do IHGRS, Walter Spalding.<sup>903</sup> O próprio Spalding, receberia e selecionaria todo o material a ser exibido. Coleções de jornais, livros para a seção do “Livro Riograndense”, telas a óleo num total de 800 peças, esculturas, gravuras, e toda uma sorte de objetos tomados de empréstimos do museu de São Gabriel que foram ali reunidos e expostos.<sup>904</sup>

A finalidade do Pavilhão Cultural, segundo Spalding, era “*fazer uma demonstração prática de todas as possibilidades e realidades intelectuais do Rio Grande do Sul*”. O programa do pavilhão deveria apresentar a importância dos “*diversos ramos dos conhecimentos humanos*”, divididos em História, Geografia e Correlatos, História Natural, Instrução Pública e Particular, Ciências, Letras e Artes, Livro Rio-Grandense, Imprensa, Estatística, Correios e Telégrafos, Arquivos Particulares, Filatelia e Numismática, Desportos, Vias de Comunicação e Militarismo. Ao montar uma imensa coleção sobre o “*conhecimento humano*”, criava-se um ambiente idealizado da cultura gaúcha e brasileira, já que estava aberta para expositores de outros estados. Reunia-se, assim, toda uma variedade de materiais dispersos e dispares num acervo único, organizado e exposto como num museu, que almejava sintetizar e tornar conhecidas as “*capacidades intelectuais*” do Rio Grande do Sul. A evocação épica exigia, além do farto apanhado de discursos pronunciados nos salões das bibliotecas, no IHGRS, no parlatório da Assembléia Legislativa, nos microfones das rádios, o atestado dos documentos, a legitimidade conferida pelas peças de museus, enfim, o atestado da verdade histórica que se propunha

---

<sup>903</sup> Jornal: A Federação, 05-08-1935.

<sup>904</sup> Jornal A Federação, 26-07-1935.

conferir às comemorações do Centenário. Esta era a tônica do pavilhão cultural, referendar a festa e criar uma visão triunfalista da história do Estado.

A suntuosidade da festa e das edificações deveriam se equivaler à história do estado, assegurando ao futuro emblemas e marcos do acontecimento.<sup>905</sup> Neste sentido a reformulação urbana que se projetava na cidade, tanto na várzea da Redenção, quanto em outros espaços como nas avenidas e nas praças, visava presentificar o passado e torná-lo inesquecível.<sup>906</sup> Ao inscrever na paisagem urbana os pavilhões de exposição para o Centenário Farroupilha, o governo de Flores da Cunha transformava um cenário “agreste” em discurso histórico, expressão da concepção de passado que deveria ser sacralizado.<sup>907</sup>

*“O antigo campo da Redenção, a várzea dos tempos idos, pantanosa e inculta, acha-se transformada numa colméia de trabalho febril, exercida por centenas de trabalhadores voltados ao esforço notável de fazerem surgir daquele terreno agreste, os elegantes pavilhões que, dentro*

---

<sup>905</sup>Para Paulo Knauss os emblemas que conferem sentidos à cidade podem organizar e caracterizar os diversos espaços urbanos, demarcando-os simbolicamente. Segundo ele, os emblemas escultóricos urbanos permitem elaborar uma análise da instituição do poder simbólico nas cidades, que se constituem como uma espécie de narrativa histórica do tempo daqueles que os edificaram. “Ao elaborar uma relação simbólica entre Estado e Sociedade, os movimentos de promoção da imaginária urbana no Brasil contribuíram para constituir uma memória social, que estava a serviço da legitimação dos grupos políticos controladores dos aparatos de Estado, articulada a partir de princípios autoritários.” KNAUSS, Paulo. *Imagens Urbanas e poder simbólico: esculturas e monumentos públicos nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998, p. 17.

<sup>906</sup> Em constantes artigos publicados nos periódicos *A Federação* e *Jornal da Manhã*, identificamos diversas chamadas que atentavam ao público leitor quanto ao aspecto urbano da cidade. Nessas notas, os editores exigiam dos moradores que pintassem e reformassem as fachadas das casas, além, é claro, do próprio embelezamento nos logradouros, prédios e mercado público. Todavia, o poder público municipal também empreendeu a construção “*de novas artérias seguindo os novos planos de urbanismo com apurado gosto artístico*”. Assim, a capital riograndense passava por uma verdadeira plástica urbana, pois, afinal era preciso “*apresentar um aspecto mais sorridente para encantar os forasteiros*”, como afirmava o Prefeito Alberto Bins em artigo publicado no jornal *A Federação*. *Jornal: A Federação*, 03-07-1935. Dentro desta estratégia embelezadora, pretendia-se a inauguração, em setembro, da principal avenida construída até então na cidade, a Borges de Medeiros. Para tanto, intensificavam-se os trabalhos no campo de obras, demolindo prédios, canalizando córregos, e assentando os trilhos dos bondes.

<sup>907</sup> KNAUSS, Paulo. *op. cit.* p. 37.

*de um mês, irão assombrar pela variedade de cores e a orgia de luzes.*”<sup>908</sup>

Acreditamos que essa temporalidade instaurada com as cerimônias festivas emoldurava o passado do Rio Grande do Sul como se, numa sucessão de quadros, o público pudesse revisitar os lances de bravura e de heroísmo dos “*ilustres guerreiros de 35*”.<sup>909</sup> Com efeito, a estratégia dos organizadores do evento, além da construção de pavilhões temáticos, recorreu amplamente as sensibilidades visuais, como ajardinamentos, lagos, bandeiras e iluminação. Ademais, não faltavam luzes nas áreas adjacentes ao interior e exterior da Exposição. A “*iluminação feérica, profusamente distribuída conforme a técnica moderna, conservando as lâmpadas ocultas com poderosos refletores, também ocultos projetando jorros de luz verticais no espaço*” davam a impressão maravilhosa de um “*conto de Sherazade*”.<sup>910</sup> Na montagem cênica não poderiam faltar luz e brilho, o que obrigava aos organizadores do evento a contratar um “*técnico especializado em iluminação*” da Light Bureau.<sup>911</sup> No interior dos pavilhões foram gastos 173 kilowats-hora, sendo que no Pavilhão das Indústrias do Rio Grande do Sul, ainda durante o dia, a iluminação elétrica era usada, o que permitia, segundo o Comissariado do Centenário, a “*obtenção de efeitos especiais na apresentação de mostruários e diversos produtos*”.<sup>912</sup>

Em carta enviada a Getúlio Vargas em agosto de 1935, Flores afirmava que o “*passado*” do Rio Grande do Sul, assim como as festividades do Centenário foi marcado por “*capítulos de luz*” e glórias. Para ele, o Centenário despontava como um momento para marcar “*o esplendor de uma epopéia e todo o calor do sonho do nosso espírito republicano em formação*”. Nessa mesma missiva, Flores circunscrevia a Revolução Farroupilha como um “*momento de despertar*”, de reação “*às forças ocultas*”, de rompimento às “*barreiras invisíveis de um reacionismo conformista e rotineiro*”. Conforme assinalou, através da sua obra máxima Flores “*fez nascer de sua luz, heróis e mártires,*

---

<sup>908</sup> Jornal: Correio do Povo, 24-08-1935.

<sup>909</sup> Jornal: A Federação, 26-08-1935.

<sup>910</sup> Jornal: A Federação, 24-08-1935.

<sup>911</sup> Relatório da Exposição do Centenário Farroupilha. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936, p. 09.

<sup>912</sup> Relatório da Exposição do Centenário Farroupilha. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936, p. 14.

*bravos e santos, estadistas e homens de letras*” que deveriam ser saudados, lembrados e imortalizados.<sup>913</sup>

Como já afirmamos anteriormente, a organização das festividades foi patrocinada pelo governo estadual através de um departamento criado especialmente para o evento. No entanto, o prefeito municipal, Alberto Bins, participou efetivamente dos preparativos das comemorações. Em julho de 1935, o jornal *A Federação* publicava a palestra de Bins e os projetos pretendidos pela prefeitura para a celebração do certame:

*“O aniversário do maior acontecimento histórico do povo gaúcho atrairá milhares de pessoas a esta capital. A propaganda em torno do assunto está sendo desenvolvida intensamente e alcançando os resultados que se miram. O entusiasmo existente para visitar Porto Alegre em setembro é enorme, não se limitando apenas às fronteiras estaduais. No Rio e em outros estados, do mesmo modo, inúmeras são as pessoas que se preparam para conhecer ou rever a nossa capital em setembro.”*<sup>914</sup>

Os preparativos movimentavam não somente o campo de obras no parque da Redenção, aonde eram construídos os pavilhões, bem como uma série de instituições que foram convidadas para participar do evento. Diversas conferências sobre a Revolução Farroupilha foram patrocinadas, por exemplo, pela *“Comissão Científica do Diretório do Centro de Estudantes de Direito”*, sob a direção do acadêmico Ernani Fiori. O desembargador de justiça, André da Rocha, inaugurou as palestras no salão da Biblioteca Pública Estadual. O magistrado afirmava a necessidade das conferências como uma *“demonstração real da estrutura moral, política, social e econômica da vida rio-grandense”* expurgando, segundo ele, as *“injustiças que a malvadez e a ignorância lhe atribuem”*.<sup>915</sup>

A intenção do desembargador era apresentar o conferencista oficial da noite, o Secretário de Educação e Saúde Pública de Porto Alegre e sócio do IHGRS, Othelo Rosa,

---

<sup>913</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 12-08-1935.

<sup>914</sup> Jornal: *A Federação*, 03-07-1935.

<sup>915</sup> Jornal: *A Federação*, 20-07-1935.

colocando-o no “*escol da intelectualidade Rio-grandense*”. André da Rocha legitimava o discurso do intelectual, conferindo importância ao “*talento do escritor*”. Othelo Rosa, em sua palestra, no “*terreno das causas gerais*”, localizava o movimento farroupilha como o herdeiro das “*idéias de liberdade da Revolução Francesa*”. Quanto às motivações ou determinantes nacionais, segundo Rosa, o Rio Grande do Sul, canalizava suas demandas “*quanto podia ao governo do centro, recebendo em troca toda a sorte de humilhações e perseguições.*”<sup>916</sup> Aos jovens bacharéis e estudantes de direito, “*sempre que precisarem olhar para o passado*” alertava o orador, que se detivessem nos “*heróis de 35 que são um manancial cheio de ensinamentos, cheios de lições de heroísmo e bravura*”.<sup>917</sup>

A “*torrencial chuva caída momentos antes de começar a solene inauguração do monumento do General Bento Gonçalves*” impediu que o encerramento das festividades do Centenário Farroupilha tivesse a esperada imponência, lamentava o editor do Jornal A Federação de 18 de Janeiro de 1936. Entre aqueles que compareceram ao ato final do “*maior certamen da América*”, uma regular “*massa popular e altas autoridades*” como o General Parga Rodrigues, comandante da 3 Região Militar, o Coronel Salvador Obino, o Sr. Othelo Rosa, secretário da Educação e Saúde Pública, o Major Alberto Bins, prefeito de Porto Alegre, o Arcebispo Metropolitano D. João Becker, cônsules do Uruguai, da Alemanha, da Itália, da Holanda e uma comissão do Grêmio Gaúcho.<sup>918</sup>

O monumento, encomendado pelo governo estadual, deveria ser visto pelos visitantes e lembrar o motivo da festa, daí sua disposição no largo fronteiro ao pórtico central da Exposição Farroupilha. A instalação do monumento na entrada central dos pavilhões, deve-se ao fato de que a centricidade é um foco de energia a partir do qual os vetores se irradiam ao mesmo tempo, atuando concentricamente, equilibrando e harmonizando o peso das formas. Desta forma, o edifício monumental deveria instaurar a simetria e a harmonia ao conjunto das torres e portões do parque. A estátua “*del heroe*

---

<sup>916</sup> Jornal: A Federação, 26-07-1935.

<sup>917</sup> Jornal: A Federação, 26-07-1935.

<sup>918</sup> Jornal: A Federação, 18-01-1936

*maximo si se pudiera asi llamar, de la revolucion decenal*”<sup>919</sup> foi esculpida pelo escultor Antonio Carangi, que estudava na Academia de Belas Artes de Munique na Alemanha. Em 1938, Carlos Perez, intelectual uruguaio e sócio correspondente do IHGRS, descrevia o monumento farroupilha como uma “*obra de arte perfecta raramente igualada y que no encuentre similar aun en la moderna Alemania*”.<sup>920</sup> A estátua, coberta com as bandeiras nacional e do Rio Grande do Sul, foi isolada pela Guarda Civil, que restringiu o acesso à base do monumento, junto com as “*forças da Brigada Militar*”.<sup>921</sup>

Em telegrama encaminhado a Vargas em fins de 1935, Flores da Cunha solicitava a isenção dos tributos e taxas de importação para uma “*caixa marca C n 100, pesando 3030 quilos vinda de Hamburgo no vapor Luise Leonard*”.<sup>922</sup> A alfândega de Porto Alegre alegava não poder conceder a isenção devido ao decreto presidencial n.º 24.023 de março de 1934. Não atendido pelo Governo Federal, Flores da Cunha, em 28 de Dezembro, envia novo telegrama, solicitando “*providências urgentes afim da inauguração do monumento possa ser feita ainda*” naquele ano<sup>923</sup>. A celeuma quanto à isenção das tarifas de importação causou a prorrogação da inauguração do monumento, estendendo o encerramento das comemorações até dia 16 de Janeiro de 1936. Certamente, ao ser postergado o término das festividades, inúmeros contratos de locação dos “*stands*” devem ter sido revistos pois, segundo o regulamento da exposição, a previsão para o término das comemorações far-se-ia noventa dias após a inauguração.<sup>924</sup>

O gigantesco monumento, com mais de 10 metros de altura, era inteiramente fiel aos princípios que norteavam as comemorações do centenário. Vários estágios de blocos de granito soldavam-se formando um corpo monumental único. A estrutura de base do monumento é representativa da idéia de conciliação nacional, da sociedade que deveria

---

<sup>919</sup> PÉREZ, Carlos E. Grez. La Revolucion de los Farroupilhas – (1835-1945). In.: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, II Trimestre, Porto Alegre: Livraria do Globo, 1938, p. 241.

<sup>920</sup> PÉREZ, Carlos E. Grez. op. cit. p. 241.

<sup>921</sup> Jornal: Correio do Povo, 17-01-1936.

<sup>922</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 14-12-1935.

<sup>923</sup> Telegrama de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 28-12-1935.

<sup>924</sup> Regulamento da Exposição do Centenário Farroupilha. art. n.º 3.

apagar as cicatrizes das divisões regionais, e submeter-se ao poder central, congregando-se sob uma única aspiração coletiva.

Segundo Paulo Knauss, celebrar ritualística e afetivamente a aliança entre passado e presente, conjugando à promoção de um monumento, se inaugura como tradição em 1864 com a edificação da estátua equestre de D. Pedro I na sede da Corte Imperial. Ao fazer um retrospecto deste modelo comemorativo e de mobilização social em torno de esculturas urbanas, Paulo Knauss observa que, por todo o Brasil, ao longo da República Velha e do pós-30, inscreveram-se nas paisagens urbanas estas imagens de caráter histórico com finalidades pedagógicas de civismo.<sup>925</sup>

O projeto de erguer uma estátua do herói farroupilha é anterior as festividades do centenário da revolução.<sup>926</sup> De acordo com o Jornal da Manhã, Walter Spalding, em discurso eloqüente no Instituto Histórico do Rio Grande do Sul, em 1931, apresentava a idéia afirmando que era preciso a nação reconhecer e enaltecer aquele que foi responsável pelos ideais republicanos no Brasil.<sup>927</sup> Se o IHGRS evocava os heróis nos discursos pronunciados nas sessões solenes e nas páginas da revista oficial da agremiação, o governo estadual deveria se encarregar de levar a termo a proposta de um monumento que inscrevesse, através do bronze, a união de “*povo e governo*”, e, principalmente, o “*espírito de brasilidade da gente gaúcha*”, como afirmava Othelo Rosa, presidente da comissão responsável pela estátua equestre.<sup>928</sup> Assim, dentro desta questão, observamos que a iniciativa de erguer a estátua de Bento Gonçalves demonstrava a intenção de “*marcar simbolicamente*” a recordação das festividades do Centenário Farroupilha, através do personagem representado como fundador do “*espírito cívico nacional*”.

---

<sup>925</sup> KNAUSS, Paulo. O Descobrimento do Brasil em escultura: Imagens do civismo. In.: Revista Projeto História: Sentido da Comemoração, n° 20, São Paulo: EDUC, 2000, p. 177.

<sup>926</sup> Conforme a ata de inauguração do monumento, a comissão responsável era presidida pelos sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul Othelo Rosa e Walter Spalding, pelo Prefeito Municipal Major Alberto Bins, e pelos professores de arquitetura da Academia de Belas Arte do Rio de Janeiro. Ata de Inauguração do Monumento Estátua Equestre, 08-10-1934.

<sup>927</sup> Jornal: Jornal da Manhã, 07-09-1931.

<sup>928</sup> Ata da comissão responsável pelo Monumento Equestre de Bento Gonçalves, 09-1934.



No relatório das exposições do Centenário Farroupilha, o Comissário do evento, dirigindo-se a Flores da Cunha, destacava que o escultor Antônio Caringi “*soube dar ao frio bronze a vida, o titanismo, a grandiosidade*”, sintetizando, em Bento Gonçalves, “*a alma coletiva do Rio Grande do Sul*”.<sup>929</sup> A estátua do herói apresentava singular semelhança a uma tela pintada no século XIX. Consta, no projeto do monumento, o empréstimo da pintura ao escultor Antonio Caringi. Ainda que guardasse algumas diferenças, principalmente na expressão facial, onde o herói fora esculpido em traços severos e em avançada idade, certamente a tela de autor desconhecido do século XIX emprestara ao artista um retrato do general.

O retrato, que pertenceu à família de Bento Gonçalves, doado ao Museu Júlio de Castilhos em 1952 pelo intelectual Dario Crespo, figurou como uma das principais atrações do Pavilhão Cultural na Exposição do Centenário Farroupilha. A figura de meio corpo pintada à óleo sobre madeira é retratada em trajes de gala que portavam o mesmo número de comendas na estátua de Caringi, fixadas na casaca azul ferrete. São seis as condecorações que escudam o fardamento do oficial imperial. Quatro insígnias das quais duas são da Ordem do Cruzeiro do Sul e duas da Ordem de Cristo e duas placas também da Ordem do Cruzeiro do Sul e da Ordem de Cristo. Os punhos e o colarinho da casaca debruada com sete botões eram gradinadas com flores e folhas douradas demonstrando sua dignidade e distinção. Além das altas comendas de Sua Majestade Imperial, enfatizando o reconhecimento do herói pelo Estado, chama atenção a fivela dourada do cinto, tendo no centro o escudo do Império, ladeado por duas placas retangulares com as efígies em relevo do Imperador D. Pedro I. Certamente esta recorrência ancorava a figura retratada ao período imperial brasileiro, afastando qualquer possibilidade em desvencilhar o herói de suas condecorações recebidas do próprio Imperador. Nisto consistia a elevação superior de Bento Gonçalves e a evocação dos atributos de pertencimento a uma pátria comum. As mãos com luvas brancas do retratado repousam sobre uma espada, assegurando as habilidades de guerra do militar farroupilha. O fundo do quadro é verde cinabre em degradê, com moldura esculpida em madeira pintada em dourado.

---

<sup>929</sup> Relatório da Exposição do Centenário Farroupilha. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1936, p. 08.

Quando doada, em 1952, ao Museu Júlio de Castilhos, Dario Crespo afirmava ser o “*melhor retrato de Bento Gonçalves*”, tendo pertencido sucessivamente ao general farroupilha, a seu filho Joaquim Gonçalves a sua neta Celina Gonçalves Barbosa e ao próprio doador, bisneto do retratado. Na carta de doação, Dario Crespo revelava a procedência do quadro, pretendendo estabelecer desta forma a autenticidade do retrato, conferindo ao herói farroupilha sua imagem fidedigna eternizada na superfície de madeira. Tal argumento de autenticidade, pretendido pelo intelectual, era reafirmado na carta de doação, afinal o próprio retratado teria posado em sua residência na Estância Cristal, no interior do Rio Grande do Sul.<sup>930</sup>

Segundo Crespo, ao receber de Celina Gonçalves Barbosa, já em avançada idade, o quadro de Bento Gonçalves, disse-lhe que a “*melhor guarda*” a quem se devia confiar o retrato do “*glorioso antepassado*”, seria ao Museu do Estado Júlio de Castilhos. Crespo acreditava que com a doação do retrato ao Museu, definitivamente perpetuaria “*na memória dos riograndenses a figura imortal de Bento Gonçalves*”, tornando-o visível para todos os brasileiros, educando-os, através da imagem, sobre a história pátria.<sup>931</sup>

Ao estudar a discussão em torno da construção da Eqüestre de D. Pedro I<sup>932</sup>, Maria Eurydice Ribeiro afirma que o projeto de representar, em bronze, a figura do herói da Independência lançava o desafio de eternizar a memória do príncipe e inscrever sua imagem no coração da capital do Império. Segundo Maria Ribeiro, o monumento tornava evidente o que se pretendia representar, a realeza do personagem e a nobreza de sua ação, pois apenas reis imperadores ou personagens de grande destaque histórico eram lembrados

---

<sup>930</sup> Livro de Ofícios Recebidos, 1952, Museu Júlio de Castilhos, p. 157.

<sup>931</sup> Ficha técnica do retrato de Bento Gonçalves, n° de ordem 229, n° de catálogo 104Ic.

<sup>932</sup> Cecília Helena de Sales Ribeiro ao estudar os vínculos entre o Museu Paulista e o movimento de construção da memória da Independência e o papel pedagógico do Museu na primeira metade do século XX, afirma que a conformação da memória da independência adquiriu outras dimensões com a concretização de propostas concernentes à construção de monumentos que viessem a imortalizar a data de “*fundação da nação*” e a figura de D. Pedro I. Para Cecília Oliveira, entre as décadas de 1860 e 1880, houve uma acentuada preocupação em registrar em suportes materiais, afim de salvar do esquecimento o evento e o personagem da Independência. OLIVEIRA, Cecília Helena de Sales. O Museu Paulista da USP e a Memória da Independência. Cad. Cedes, Campinas, v. 22, 2002, pp. 65-80.

em estátuas eqüestres.<sup>933</sup> Tal acepção se aproxima à edificação da estátua de Bento Gonçalves, cuidadosamente colocada na entrada dos pórticos monumentais e inaugurada nas festividades do centenário. O monumento, como assevera Maria Ribeiro:

*“(...) trouxe a arte para rua, tornando-a acessível a todos. Se embeleza o espaço cumpre também objetivos políticos e didáticos (...). A comunicação visual estabelecida entre os passantes e o monumento recorre a uma simbologia cívica própria aos monumentos honoríficos, que unem personagem e acontecimento, mas que também se insere em sistema simbólico mais amplo aos quais correspondem valores históricos idealizados. A persistência de determinadas características fazem do monumento uma peça familiar. Independentemente da classe social ou preparo intelectual, o freqüentador da praça ou o simples passante é capaz de reconhecer no personagem a cavalo a figura do imperador.”<sup>934</sup>*

A estátua de Bento Gonçalves reafirmava, assim, a posição do Rio Grande do Sul nos destinos da nação. A espada na bainha apontava para a reconciliação da Província rebelada contra o Império, demonstrando o caráter nacionalista do movimento. A estátua deveria personificar a “*nova ordem*” e conduzir o país ao verdadeiro caminho da brasilidade. A história do Estado e da nação, ao ser atualizada nas comemorações, tornava-se efetivamente visível aos passantes. Como observa Paulo Knauss, a escultura, como peça monumental, tem a característica principal de se constituir a partir de uma estrutura narrativa, um produto de representação do passado e que ordena uma determinada leitura da história.<sup>935</sup> Porquanto as inscrições, nas laterais do monumento, estrategicamente narravam

---

<sup>933</sup> RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. *Memória em Bronze: Estátua Eqüestre de D. Pedro I.* In.: KNAUSS, Paulo. (org.) *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999, p. 18.

<sup>934</sup> KNAUSS, Paulo. (org.). op. cit. p. 20.

<sup>935</sup> O termo *escultura* está objetivamente relacionado à produção de um objeto que se refere a uma técnica ou a uma arte. Entretanto, escultura tem seu significado associado à *estátua*, que passa sempre pela idéia de fixidez e solidez, dando-lhe a configuração de um objeto concreto. Segundo Knauss, as variações são temáticas e podem se divididas enquanto estátua eqüestre (representação de personagem montado a cavalo), pedestre (personagem em pé), sedestre (personagem sentado), além da categoria de estátua alegórica, que diz respeito a representação por atributos simbólicos que se identificam com uma idéia, emblema ou evoca algum evento. KNAUSS, Paulo. O

uma história linear através dos tempos, estendendo-se do ato fundador (1835) para alcançar a referência que afirmava o estabelecimento do Estado do Rio Grande do Sul como “*semeador do sentimento republicano e cívico*”, quando de sua ritualização comemorativa em 1935.<sup>936</sup>

A estátua seguia os mesmos princípios artísticos dos trabalhos de Rodolfo Bernadelli. Bernadelli tornou-se, no final do século XIX, o maior estatuário a serviço da República. Por meio de suas mãos, se pretendia eternizar os heróis, assim como na execução das estátuas de Duque de Caxias e do General Luís Osório.<sup>937</sup> Em Bernadelli é nítida a inspiração do escultor Antônio Caringi, na realização do monumento que prestava homenagem a Bento Gonçalves.

O herói farroupilha do “*magnífico trabalho de*” Caringi foi elegantemente traçado no bronze.<sup>938</sup> Com cortes ligeiramente arredondados nas extremidades norte e sul, o conjunto contava com traços harmoniosos e geométricos. Incrustados nas laterais foram colocados emblemas metálicos que lembravam as passagens no campo de batalha, auxiliando o espectador para uma efetiva associação do que deveria ser celebrado. Logo abaixo, no pedestal da estátua, lia-se o nome do General em bronze e a data de início da Revolução Farroupilha 1835. Em uma das laterais da base do monumento, gravou-se o ano das comemorações do centenário, 1935, e noutra 1889, ano da instauração da República

---

Descobrimiento do Brasil em escultura: Imagens do civismo. In.: Revista Projeto História: Sentido da Comemoração, n° 20, São Paulo: EDUC, 2000, p. 176.

<sup>936</sup> A relação que se estabelece entre dois acontecimentos é denominada por Paul Connerton como “*concordância mítica*”. Segundo Connerton ao analisar as comemorações festivas que se repetiam a cada 30 de Janeiro, comemorativas a tomada de poder por Hitler em 1933, estabeleciam uma sacralização do evento, transfigurando os acontecimentos passados, aos olhos dos contemporâneos. Todos os anos, as bandeiras do regime eram agitadas, não como símbolos que se reportassem a um acontecimento acabado, mas como relíquias consubstanciais desse mesmo acontecimento. Para Connerton, antes de tudo, era através de atos representados num lugar sagrado que a ilusão de tempo mundano era suspensa. Nesse mesmo sentido, a escolha do Parque da Redenção para a realização das comemorações festas ao Centenário Farroupilha não foi aleatório, pois, segundo o IHGRS, naquele mesmo lugar, teriam sido travadas as primeiras batalhas entre as forças imperiais e os farroupilhas. CONNERTON, Paul. Como as sociedades recordam. Lisboa: Celta: Oeiras, 1993, p. 51.

<sup>937</sup> SOUZA, Adriana Barreto de. Osório e Caxias: os heróis militares que a república manda guardar. In.: Revista Varia História, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

<sup>938</sup> Jornal: Jornal da Manhã, 17-01-1936.

Brasileira, numa clara associação de continuidade e relação entre os três eventos. As datas incrustadas na base do monumento demonstram a intenção de projetar as comemorações do centenário e as “*realizações de Flores*” como resultado de um empreendimento iniciado no Rio Grande do Sul. Na parte posterior do monumento três incrustações com os seguintes dizeres: “*Aos heróis farroupilhas, homenagem da aviação naval*”, “*Homenagem da Prefeitura aos heróis de 1835*” e, finalmente, na lateral esquerda posterior do monumento a frase “*A guarnição do couraçado ~'Rio Grande do Sul~' ao povo gaúcho simbolizado no seu grande herói farroupilha*”.

Nas inscrições em bronze registrava-se ainda os nomes do Prefeito Alberto Bins, de Flores da Cunha e do escultor Antônio Caringi. Desta forma, o monumento retrataria dois momentos sintetizados em um único personagem. O momento “*da fundação dos princípios republicanos*” - 1835 e o ato de rememoração de 1935. Para Paulo Knauss, a estrutura de linguagem escultórica se constrói como escultura narrativa ao tratar a história de modo narrativo. Segundo Knauss, os elementos da composição – local escolhido, soco, pedestal ou base, inscrições, insígnias ou alegorias, estátua, dorso ou busto – formam um conjunto que integra elementos que constituem uma estrutura narrativa em torno de um espaço, tempo e personagem de determinada ação, tratada figurativamente por alegorias ou emblemas, qualificando a representação escultórica do fato histórico. Tal estrutura narrativa, composta na peça escultórica, explicita uma operação historiográfica de seleção de elementos a serem recordados e/ou produzindo o “*esquecimento de outros elementos do contexto histórico de referencia, sustentando a memória construída.*”<sup>939</sup>

Acreditamos que o vínculo com o passado, sintetizado na imagem do herói, diminuía a distância temporal entre os dois eventos. A citação das forças armadas, do governo e do povo colocava, numa mesma sintaxe, o herói farroupilha e as comemorações do centenário. Unia-se o herói aos atuais governantes, denotando a união federativa do país. Naquela mesma ocasião da inauguração do monumento, os organizadores do evento procuraram, além da própria estátua equestre de Bento Gonçalves, estabelecer uma contigüidade entre os dois eventos, o de outrora, em que o estado empunhou em armas para

---

<sup>939</sup> KNAUSS, Paulo. op. cit. p. 84.

defender o Brasil e conquistar a paz, e o tempo comemorativo, daí a estratégia em convidar o bisneto do herói homenageado, filiando o evento a uma herança ancestral.

Na solenidade de inauguração do monumento, o Deputado Federal Dario Crespo, “*descendente direto*” de Bento Gonçalves, subiu à tribuna de honra para pronunciar seu discurso. Para o orador, a república “*já era um ideal em marcha*” no Rio Grande do Sul, antes mesmo de se debelar a Revolução Farroupilha em 1835. Esse argumento reforçava a idéia de que o Rio Grande do Sul foi o fundador de uma “*consciência cívica*” revelada e “*mobilizada pra a grande luta*” de 1835. Tal “*consciência coletiva*” não permitiria qualquer excesso, como uma separação definitiva do Império Brasileiro. Tocado de um “*nobre idealismo*”, afirmava o deputado, “*pensando e agindo pelo Brasil*”, o Rio Grande do Sul desejava, “*unido pelos laços federativos e sob o regime republicano*”, o desenvolvimento da nação. Para ele, a revolução se justificava, na medida em que se impunham às províncias uma política “*compressora de um atrofiante regime centralizador*”. Para Crespo, “*é forçoso*” reconhecer a influência dos homens “*sobre o elemento coletivo, sobrepondo-se as massas*”, realizando as grandes aspirações.<sup>940</sup>

Partindo dessas afirmações, Crespo dizia que a imagem da estátua eqüestre de Bento Gonçalves confirmava as “*aspirações de civismo e nacionalismo*” do “*povo brasileiro*”. Com isso, podemos afirmar que Crespo procurava demonstrar quão exemplar era a figura do general farrapo, não se tratando de um anti-nacionalista ou um aventureiro qualquer. A formação de um herói nacionalista e republicano processar-se-ia, segundo Crespo, em preceitos de “*amor a pátria e a liberdade*”.

Dario Crespo, ao aludir em seu pronunciamento à singularidade do herói “*que interpretou idéias e desejos profundos de uma coletividade*” e que, por conta disso, tornou-se “*condutor de uma ação transformadora*”, acentuava e concretizava o objetivo do edifício comemorativo. Além disso, o suporte em bronze não somente projetava uma memória singular acerca da Revolução Farroupilha, como indicava a intenção dos presentes em guardarem para o Rio Grande do Sul, um lugar especial na memória nacional. Isso se

---

<sup>940</sup> Discurso de encerramento de Dario Crespo. Anais da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 16-01-1936.

evidencia no discurso do bisneto do herói, ao reconhecer na estátua a consagração de “*dois fatos*”, a Revolução Farroupilha e as Comemorações do Centenário. A estátua e a figura ali representada em bronze demarcava, definitivamente, o lugar onde havia nascido o “*ideal republicano e nacionalista*”, assinalando de forma imaginária o ponto, a partir do qual, teria se originado a nação. Afinal, teria sido no campo da Redenção, onde as tropas republicanas, lideradas pelo General Bento Gonçalves, lutaram pela primeira vez contra as forças do Império.

A dramaticidade da forma conferida à estátua de Bento Gonçalves deveria possibilitar ao espectador, a possibilidade de recordar os eventos da Revolução Farroupilha e seu lugar na história nacional. A inscrição da imagem do “*herói farroupilha*”, na entrada principal de acesso aos pavilhões, revelava a intenção do governo estadual em sensibilizar os visitantes, sintetizando a “*imensidade da terra que os antepassados desbravaram e fecundaram com o seu suor e o seu sangue*”.<sup>941</sup>

O estratégico posicionamento da figura de Bento Gonçalves, no vértice central do Parque Farroupilha, deveria levar o passante a contemplar a imagem de qualquer ângulo em que se encontrasse. A fina sintonia do projeto monumental abarcaria toda a Várzea da Redenção, constituindo-se numa narrativa interligada. O projeto desse amplo monumento, configurado pelos pórticos monumentais, pelos edifícios-pavilhões, pelo grandioso lago, pela rotunda para concertos musicais, racionalizava e ordenava o espaço ao entorno do monumento equestre.

Sobre o cavalo avançando no movimento, o herói têm, em uma das mãos, as rédeas da montaria e controla firmemente o galope do animal. O uniforme da campanha localiza a situação em que o artista deseja retratar o herói. Os trajes de general em nada lembram os usados pelos farroupilhas, antes demonstram a dignidade e austeridade em que o escultor quer mostrar o retratado. Um manto que recobre o torso do cavalo e as insígnias de oficial emprestam preciosas semelhanças com a estatuária de Henrique Bernadelli. Acreditamos que Carangi pretendia representar o Estado, sintetizando, em uma personagem singular, todo o passado que deveria ser eternizado. Evocava-se assim um sentimento de aclamação à

---

<sup>941</sup> Jornal: A Federação, 21-09-1935.

história de civismo e nacionalismo por recuperar e “*rememorar*” o “*herói máximo*” da Revolução Farroupilha. Além disso, o sentido de gratidão também foi evocado ao se construir o monumento em homenagem a Bento Gonçalves. Gratidão, como destacou Paulo Knauss, é o enunciado que corresponde ao maior número de edificações monumentais de caráter histórico que pretende, simbolicamente, estabelecer um princípio de agradecimento da sociedade urbana pela ação e vida exemplar de determinados indivíduos, neste caso, o general farrapo Bento Gonçalves.<sup>942</sup> Segundo Knauss, o monumento, edificado em gratidão a um personagem da história do Estado, lança base para a cumplicidade entre Estado e sociedade, subordinando os conflitos atinentes à ordem social. Todavia, o que sobressaía era o enunciado de gratidão que fixava simbolicamente a aliança entre Estado e Sociedade. Em outros termos, a construção da estátua eqüestre de Bento Gonçalves, encomendada pelo governo de Flores da Cunha, demonstrava a concepção de passado em que se pretendia projetar a posteridade, dirimindo qualquer referencia contrária ao “*caráter e índole de um povo*”.<sup>943</sup>

Ao problematizar o conteúdo e a diferença no conjunto das práticas patrimoniais, Françoise Choay afirma que o monumento em si traz à lembrança alguma coisa. A natureza afetiva do seu propósito é essencial, não se tratando de apresentar, de dar uma informação neutra, mas sim de tocar pela emoção, de sensibilizar. Assim o monumento, segundo Choay, pode ser definido como tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer com que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos. Acrescenta a autora associando a atuação do monumento sobre a memória:

*“ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter*

---

<sup>942</sup> KNAUSS, Paulo. (org.) Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999, p. 09.

<sup>943</sup> Jornal: A Federação, 24-09-1935.



*e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar.*”<sup>944</sup>

A insistente preocupação em edificar “*marcos*” que possam combater a ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais está também visível nas inscrições que datam a inauguração do monumento, registradas por seus construtores, seus artífices.<sup>945</sup> Assim, como afirma Choay, aqueles que edificam e os destinatários das lembranças que veiculam o monumento, o tornam uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança.<sup>946</sup> O monumento, conforme ainda apontou Choay, dependendo do caso, recusa as inscrições ou as acolhe, ora com parcimônia, ora de forma bem liberal, chegando às vezes a se deixar cobrir por elas, pois, de alguma forma, elas permitem ao leitor elucidar detalhes e pormenorizar a finalidade do

---

<sup>944</sup> CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade:Ed. UNESP, 2001, p. 18.

<sup>945</sup> O monumento remete a um ausente, seja um evento ou uma personagem, a um fluxo do tempo passado que a peça, através de suas formas, pretende rememorar, eternizar. Cristina Freire, ao estudar os significados dos monumentos na cidade de São Paulo, afirma que os monumentos são criações marcadas social e historicamente, testemunham, porém, melhor a época de sua edificação do que o período que pretendem evocar. Especificamente os monumentos públicos devem ser reconhecidos e apropriados por aqueles que os observam. FREIRE, Cristina. Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo. São Paulo: SESC: Annablume, 1997, p. 95. Por sua vez, Alöis Riegl distingue monumento e monumento histórico. O primeiro segundo o autor é uma criação deliberada cuja destinação foi pensada *a priori*, de forma imediata, enquanto o segundo não é em sua edificação desejado e criado como tal, ele é constituído *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador que o selecionam o tornam distinto de outros. Ainda assim segundo Riegl, todo o monumento tem necessariamente uma dimensão histórica e uma dimensão estética, pois todo o monumento de arte é simultaneamente um monumento histórico, na medida em que representa uma estagio determinado no desenvolvimento das artes plásticas. Por sua vez, todo o monumento histórico é também um monumento artístico, pois mesmo um pequeno manuscrito contém, além do valor histórico, informações quanto à fabricação do papel, à forma dos caracteres. Dessa forma Riegl considera que se deve falar apenas em monumentos históricos. Sobre esta questão ver: RIEGL, Alöis. Le culte moderne des monuments. Paris: Seuil, 1984. p. 37. Jacques Le Goff, ao problematizar a questão do documento e monumento, define o primeiro como uma escolha interessada do historiador, enquanto o segundo como uma herança do passado. “*Monumentum*”, expressão latina que significa “*sinal do passado*” seria tudo aquilo que pudesse perpetuar e evocar a recordação. O “*monumentum*” tem dois sentidos distintos, deve servir a uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura como um arco do triunfo, coluna, troféu, ou monumento funerário que deve ser destinado a perpetuar a recordação de uma personagem no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte. Neste sentido, para Le Goff o monumento resulta do esforço das sociedades para impor ao futuro determinada imagem de si próprias. LE GOFF, Jacques, História e Memória. 5ª ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003, p. 535.

<sup>946</sup> CHOAY, Françoise. op. cit. p. 19.

edifício. Entretanto, Françoise Choay destaca que embora efetivamente o monumento deva servir à memória das gerações futuras e alertar aos presentes quanto à prestação da homenagem que se efetiva, eles funcionam denotando o poder, a grandeza, a beleza. Cabe-lhes, explicitamente, afirmarem os grandes desígnios públicos, promoverem estilos, falarem a sensibilidade estética.<sup>947</sup>

A estátua de Bento Gonçalves era dirigida ao horizonte, solução que colocava o general conduzindo o conjunto arquitetônico do Parque de Exposições. Escultura e edificações se reúnem na medida em que a estátua equestre do General impõe a todos os Estados, ali representados nos monumentais edifícios, a marcha para o devir, sugerindo a posição do Rio Grande do Sul como condutor dos destinos da nação. Assim, o caráter exemplificativo da figura em bronze de Bento Gonçalves deveria cumprir uma função mobilizadora de representar o sentido nacional da Revolução Farroupilha e o espírito nacionalista e cívico do Governo do Rio Grande do Sul. Em outros termos, a finalidade do monumento seria levar aos presentes e às gerações futuras o passado, retirar-lhe do esquecimento, tornando sua mensagem decifrável à leitura de todos, elucidando, sob as luzes do presente, as glórias de passado.

O monumento equestre de Bento Gonçalves, que avançava sobre os passantes, revelava o esmero do governo do Rio Grande do Sul em dignificar a passagem do Centenário Farroupilha, relacionando-o à *“prosperidade em que se encontram as indústrias no estado”*. Assim, observa-se a intenção de conduzir uma recordação do evento histórico que articulava a afirmação do Governo do Estado a partir da caracterização da personagem como fundador do regime republicano e federativo no Brasil. O monumento tematiza, ainda, o fato de ele ter deposto as armas em um momento difícil pelo qual o Império passava, daí o caráter cívico, virtuoso e exemplar do general farroupilha, que renuncia propósitos locais em nome de uma causa nacional. Neste sentido, na demarcação do evento como ação heróica, é que a personagem se individualiza. Ademais, a personagem individualmente somente importa aos organizadores dos festejos porque é identificado com a definição das estruturas sociais que abarcam a coletividade de modo abrangente. Desta

---

<sup>947</sup> CHOAY, Françoise. op. cit. p.19.

forma, os feitos heróicos de Bento Gonçalves, narrados nas páginas dos jornais e das Revistas do IHGRS e traçados na monumental estátua eqüestre, se destacam por definir o destino político da nação, sendo o Governo de Flores da Cunha o vínculo articulador entre a personagem individual e a nação como termo abrangente.

Para Flores da Cunha, em carta enviada a Vargas em setembro de 1935, o povo e o Governo haviam encontrada definitivamente um “*momento de atrelamento e unidade*”.<sup>948</sup> Para ele, a estátua eqüestre de Bento Gonçalves dirigia-se ao “*povo*” enviando-lhe uma mensagem de “*vibratilidade, cooptando a população inteira para a alegria geral e o brilhantismo da magna comemoração*”.<sup>949</sup>

A maquinaria do espetáculo teria seu auge com a visita do “*chefe da nação*”, Getúlio Vargas, o momento-chave para recuperar os “*laços políticos*” do Governo do Rio Grande do Sul com o Governo Federal. Segundo Flores, a visita de Vargas e sua efetiva participação nos festejos do Centenário, era uma “*excelente ocasião para demonstrar os avanços promovidos pelas forças productoras e conduzidos pelo Governo Estadual*.” A “*intensa expectativa popular*” quanto a chegada do Presidente, como afirmava Flores, devia-se ao fato de que ele poderia “*perceber os esforços empreendidos para a execução das solenidade e ao mesmo tempo verificaria a síntese da Nação reunida no Parque de Exposições*.”<sup>950</sup> Às vésperas da inauguração dos festejos farroupilhas, dois aviões pousaram em Porto Alegre, trazendo Getúlio Vargas e sua comitiva. O presidente veio acompanhado de ministros de diversas pastas, como Souza Costa, Ministro da Fazenda.

A entrada triunfante do chefe da nação nos pavilhões da várzea da Redenção e o seu aguardado discurso, segundo o editorial do jornal A Federação, provocavam expectativas e “*entusiasmada ansiedade*”. Segundo o mesmo periódico, Vargas era o “*descendente ilustre*” dos ancestrais farroupilhas, de tal forma que não “*poderia encontrar-se num posto mais condigno*”, senão o de Presidente da Nação. O jornal identificava Vargas como uma “*genuína expressão republicana*”, que consagraria definitivamente a memória dos heróis

---

<sup>948</sup> Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 14-09-1935.

<sup>949</sup> Jornal: A Federação, 19-09-1935.

<sup>950</sup> Jornal: A Federação, 18-10-1935.

que “sonharam, dentro do mais empolgante lance de bravura, com a República do Piratini”.<sup>951</sup>

Tomava-se do passado a referência para as comemorações; no entanto, eram conjugados uma série de mecanismos que iam desde as palestras as torres metálicas, construídas como portal das exposições, as linhas retas dos edifícios que abrigavam as exposições, à potente iluminação, exaltando as “*magnificências do Governo de Flores da Cunha em comunhão com o Governo Federal.*”<sup>952</sup> Esta orquestra de símbolos implicava um outro funcionamento na cidade, que ia desde os transportes até a estada dos milhares que freqüentaram a capital no período. Afinal, era o maior evento já realizado no Estado, e que certamente interrompia o tempo do trabalho e do cotidiano, tentando reunir aqueles que para lá se dirigiam, em uma comunidade em festa. Dias antes da abertura dos portões, chegavam na cidade trens abarrotados de passageiros, além dos vapores que ancoravam no porto trazendo outros milhares de visitantes. A comissão organizadora do evento, muito antes dos portões serem abertos para a inauguração da exposição, solicitou a todos os proprietários de hotéis e alojamentos informações sobre o número de pessoas que poderiam receber. Tais informações seriam “*necessárias para prover a hospedagem de numerosas pessoas que visitarão Porto Alegre durante o período da Exposição Farroupilha*”. A restrição na rede hoteleira da cidade obrigava a prefeitura a oferecer isenção tributária “*para todos aqueles que desejassem ampliar suas instalações por meio de anexos ou qualquer outra forma*”,<sup>953</sup> sob o risco de não conseguir abrigar todos os visitantes na cidade.<sup>954</sup>

A festa se esparramava por toda cidade, não somente nos arredores do parque de exposições ou nas ruas centrais. Se estendia nos cafés, nas lojas, nos logradouros mais

---

<sup>951</sup> Jornal: A Federação, 19-09-1935.

<sup>952</sup> Jornal: A Federação, 12-09-1935.

<sup>953</sup> Carta de Mário de Oliveira a Ursula B. Cañete, 16-10-1934.

<sup>954</sup> O comissariado geral incumbiu Theophanes Caminha como encarregado do “*departamento geral de alojamentos*”. Além disso Caminha ficou também responsável em visitar todos os estabelecimentos de alojamento como pensões e casas de cômodos e familiares para “*verificar as condições de conforto e higiene que os mesmo oferecem, para depois cadastra-los no departamento de alojamentos deste comissariado da Exposição Farroupilha.*” Carta de Mário de Oliveira a Fábio de Barros, 03-06-1935.

afastados, nas pensões repletíssimas de toda a sorte de forasteiros, nas ruas mais soturnas. O evento, na contagem da prefeitura de Porto Alegre, até as vésperas da abertura dos portões, trouxe cerca de cento e cinquenta mil visitantes vindos de vários pontos do estado e de outros países da fronteira<sup>955</sup>.

O intenso frio de setembro parece não ter impedido a frequência das cerimônias. Dentro da programação oficial, os dias que antecederam a inauguração das exposições nos Pavilhões foram solenemente marcados por uma série de eventos que atendiam a necessidade de visibilizar a festa, instaurando um tempo ritualizado. Na Ponte da Azenha, local onde se deu, segundo o editor do jornal *Correio do Povo*, o primeiro combate entre Farrapos e forças Legalistas, foi realizado o içamento da bandeira do Rio Grande do Sul, cuidadosamente confeccionada pelo Colégio de Freiras 13 de Maio. Na ocasião, compareceram Darcy Azambuja, Secretário do Interior, Pereira Neto, Secretário de Obras Públicas, Othelo Rosa, Secretário de Educação e Saúde Pública além do prefeito Municipal Alberto Bins.

Foi confiado a Othelo Rosa, Secretário de Educação e Saúde Pública do Estado, o pronunciamento inaugural das solenidades. No pórtico monumental encontravam-se o Comissário Geral da Exposição, Mário Oliveira, os chefes dos departamentos do comissariado, os governadores da Bahia e São Paulo, Flores da Cunha, Ministros de Estado, alas de colegiais, e como não poderiam faltar, o povo e o chefe da nação. No discurso do intelectual, para *”relembrar devotamente os tempos heróicos do Rio Grande”*, era necessário falar às gerações presentes sobre o valor dos *“heróis adormecidos”*, *“símbolos invioláveis de um destino”*. Norteado por uma temporalidade voltada para o passado, o intelectual compunha uma narrativa prestando ao presente a *“grandeza cívica”* de lembrar o que na *“aparência se haviam deslembrado”*.<sup>956</sup>

A história narrada pelo orador, unia passado, presente e futuro. A par disso, Othelo Rosa confere um esquema temporal em que sublima a importância da ação presente, atribuindo-lhe a plenitude cívica do passado. *“Ensopado de sangue em defesa da*

---

<sup>955</sup> Jornal: *Correio do Povo*, 19-09-1935.

<sup>956</sup> Jornal: *Correio do Povo*, 20-09-1935.

*integridade e da honra da pátria comum*”, o Rio Grande do Sul, para Rosa, conjugava, naquele instante, o passado e as realizações do presente. Não há comedimentos na exaltação do passado. Invocando imagens de um povo guerreiro, campeador, e principalmente nacionalista, o discurso de Othelo Rosa revela a intenção de localizar o passado do Rio Grande do Sul, “*límpido de manchas pelo julgamento incorruptível da história e do tempo*”.<sup>957</sup>

Para arrancar das cinzas as figuras do passado, o autor procurava justificar e recriar o clima da época em que os “*paladinos da liberdade*” lutaram. No relato de Othelo Rosa é visível que a história é concebida como um conhecimento fértil de lições, entre as quais se procuravam sentidos de legitimação das ações do presente. O refazer da memória farroupilha legitimava o poder vigente, expressando e instaurando um passado capaz de abrir um futuro pleno de realizações.<sup>958</sup> A versatilidade nas letras, o rigor do discurso, demonstra a estratégia do intelectual ao representar a Revolução Farroupilha como uma “*luta do liberalismo e do nacionalismo que agitou e consagrou o Brasil nos vinte anos que se seguiram à independência*.” Ao vincular a guerra dos farrapos a Revolução Pernambucana, por exemplo, buscava-se a idéia “*de evolução na história brasileira*”. A preocupação em valorizar o passado do Rio Grande do Sul, sob a ótica nacionalista, era o principal investimento do discurso de Othelo Rosa:

*“República e Federação foram os ideais dos farroupilhas. O gaúcho se fizera republicano porque atribuía ao império a influencia lusitana que tanto o magoava e as desilusões que o amarguravam, depois do 7 de abril. E fizera-se federativo no episodio regional, atribuindo o abandono da província, submetido a um regime tributário iníquo, a monarquia. República – Federação, eis o binômio. Republica dentro do Brasil e para o Brasil. Federação com o Brasil; autonomia para o Rio Grande e para as demais províncias brasileiras. A tese do separatismo, da desagregação do Rio Grande do complexo nacional, nem me detenho nela, pois que não resistiu a analise honesta e*

---

<sup>957</sup> ROSA, Othelo. Discurso inaugural. Jornal A Federação, 21-09-1935.

<sup>958</sup> VESENTINI, Carlos Alberto. A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a Memória História. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997, p. 131.

*rigorosa dos fatos históricos e esta hoje de todo destruída e desmoralizada.*<sup>959</sup>

A condição para a plena realização do presente residia não apenas na sua consonância com o passado federativo e republicano do estado, mas até numa transposição do passado para o presente. Não estamos afirmando que Othelo Rosa pretendia um retorno ao passado, na medida em que estaria subtendido certo deslocamento na escala temporal. Antes, para esta perspectiva, incursionar pelo passado significava trazer à tona os princípios republicanos e federativos da Revolução Farroupilha. O que está em questão, portanto, é a continuidade de um projeto interrompido pelo regime “*iníquo*” da monarquia. As comemorações do Centenário Farroupilha evocavam, do “*silêncio do passado*” para o “*tumulto do presente*”, as verdadeiras reservas da brasilidade. O discurso de Othelo Rosa estreitava, desta forma, a conexão do Rio Grande do Sul com o “*complexo nacional*” através de uma “*análise honesta e rigorosa dos fatos históricos*”.<sup>960</sup>

Após a fala inaugural de Rosa, discursou Flores da Cunha. Para ele, a celebração do centenário “*relegaria*” o “*torrão gaúcho com a família brasileira*”. Segundo Flores, teria sido nas guerras em defesa da pátria, que soldados do norte e do centro vinham “*pelejar contra o invasor*”. A metáfora da pátria construída em comunhão, una e indivisível, tornava o Rio Grande do Sul, segundo essa interpretação, protagonista do enredo histórico nacionalista. A evocação épica na oração de Flores da Cunha interpretava a Revolução Farroupilha como marco primordial, inspirado nas “*idéias libertárias da Revolução Francesa*”, da República de 1889 e do regime federativo instaurado em 1891.<sup>961</sup>

---

<sup>959</sup> Jornal: Correio do Povo, 21-09-1935.

<sup>960</sup> ROSA, Othelo. Discurso inaugural. Jornal A Federação, 21-09-1935.

<sup>961</sup> Segundo Carlos Vesentini, refazendo a memória, o poder e suas “correntes” confluem para o estabelecimento de uma percepção unitária – memória do vencedor – tomando esta o estilo de uma grande interpretação, conformadora do próprio tempo. A diferença na sua qualidade é dada pela revolução/marco, ponto comum ao qual todos se referenciarão e relacionarão diferentes percepções, respeitando, todavia a temporalidade maior. No caso analisado, a memória a qual se pretende instaurar é a de um tempo de esperanças, ainda que de fracasso. A revolução farroupilha teria fornecido subsídios para o desenvolvimento experimentado no presente, segundo Flores da Cunha. Sobre esta questão, ver: VESENTINI, Carlos Alberto. op. cit. pp. 136-137.

A República, proclamada em 1889, segundo Flores da Cunha, veio “*concretizar definitivamente o sonho Farroupilha*”. Com o novo regime, abriria-se um tempo de progresso e prosperidade. O Império acusado de atrasado e responsável de relegar a província ao esquecimento, “*sem viação, sem ensino, com uma justiça precaríssima, sugada pelos impostos de exportação*”, havia chegado ao fim. O desenvolvimento, antes moroso, iria se distender num impulso febril. A República de 1889 seria uma continuação da República Farroupilha:

*“As novas instituições estabelecem em verdade o aparelhamento administrativo que outrora parecia rarefeito e descontínuo, tirante a sucção fiscal, a entrosagem estatal destinada a compassar os ritmos díspares do corpo coletivo. Os caminhos de ferro se espalham pelo território quadrangular e as rodovias vão traçando com os anos a sua rede intrincada e constante. A colonização estipendiada é substituída pela espontânea. As terras devolutas, dilapidadas no regime monárquico são determinadas com exatidão enquanto se legalizam aos milhares as posses dos ocupantes de boa fé. Os institutos de crédito se multiplicam e os capitais estrangeiros afluem. Os instrumentos da lavoura, elevando o teor e quantidade da produção se substituem à rotina agrária. Reprodutores da raça e aparelhagem técnica invadem as estâncias eliminando muitos aspectos da barbárie pastoril. Abra-se a barra do rio grande que durante 150 anos embarcara o nosso intercâmbio e se construiu em portos. Na paz continental. Liga-nos agora aos países vizinhos uma amizade sincera e inquebrantável.”<sup>962</sup>*

A República, segundo Flores, havia empreendido mudanças nas instituições, na economia, na produção, entretanto, o que persistia do passado no presente, ainda que em novos moldes sociais, era a “*labuta material, o denodo rijo, o desprendimento corajoso*”. Tais virtudes, aclamadas pelo Governador, permaneciam na alma, e poderiam, em momentos graves em que “*as reclamam os interesses superiores da pátria*”, se inflamarem novamente.<sup>963</sup>

---

<sup>962</sup> Diário Oficial do Rio Grande do Sul, 21-09-1935.

<sup>963</sup> Jornal: A Federação, 21-09-1935.



A insistência em associar ideais federativos à Revolução Farroupilha, associada à autonomia econômica e administrativa da província, repousava na intenção de reforçar a Constituição de 1934 e ampliar a autonomia governativa do Governo Estadual. Enquanto Flores da Cunha anunciava em seu discurso a importância da “*liberdade de governo*” dentro do sistema Republicano e Federativo, para Vargas a atuação das “*instituições monárquicas centralistas*” evitaram o desmembramento da nação, sob o perigo do caudilhismo. Em clara mensagem ao Governo de Flores, Vargas afirmava que o fortalecimento do poder central, “*encarnado no império*”, foi o fator decisivo para assegurar a unidade nacional. Para ele, a questão da superação das divergências regionais, que é tratada em seu discurso, enquanto um imperativo de unidade nacional, à parte o interesse oligárquico que a envolve, no fundo, se presta ao fortalecimento de um núcleo centralizado de poder, ponto irradiador de sentimentos ligados prioritariamente ao civismo, à ordem pública, ao respeito à lei e à preservação da integridade territorial. Daí a ênfase no discurso de Vargas em envolver a Revolução Farroupilha em um invólucro capaz de lhe assegurar a nacionalidade e a noção de unidade federativa, protegendo-a da “*pecha infame do separatismo*”.<sup>964</sup> Sabendo do alcance do seu discurso no plano nacional, a estratégia encontrada pelo chefe da nação, diante das “*calúnias*” separatistas da Revolução Farroupilha, foi de rever os “*rancores*” e limpar “*de falsidades os conceitos que alguns falsos reveladores da verdade histórica*” afirmavam sobre o movimento de 1835:

*“Pode-se afirmar que a segregação apareceu-lhes sempre como uma impossibilidade. Em todos os momentos, em manifestos, em cartas, em proclamações, nas horas de maior efusão gloriosa e de mais acentuado desalento, os chefes responsáveis, os grandes e pequenos legionários de tão formidável tenacidade guerreira, exprimiam o desejo e demonstraram a preocupação de manter o Rio Grande unido ao Brasil. Aos olhos dos homens que fundaram o império e*

---

<sup>964</sup> Essa prerrogativa em vincular a exposição do Centenário reivindicando para a Revolução Farroupilha “*brasilidade e civismo*” também se evidencia no artigo publicado na Revista do Globo em 1935. Para o articulista do periódico “*a primeira vista, para o observador menos avisado, as comemorações parecem reverter-se de uma caracter regionalista não muito simpático. A um segundo exame mais cuidadoso começam a ressaltar as características brasileiras da Revolução de 1835. Esfumam-se no improvável as teorias construídas por alguns historiadores (poucos aliás) em torno do ideal separatista. A brasilidade do movimento se evidencia clara.*” Revista do Globo, Porto Alegre, nº 169, 08-09-1935. p. 17.

*lhes defendiam a estabilidade, todas as arremetidas contra o regime monárquico tinham de ser consideradas impatriotas, criminosas, ameaçadoras da integridade nacional. Através desse clima, os panegeristas do regime viram e descreveram a Revolução Farroupilha e todos os movimentos profundamente nacionalistas que abalaram o país nos albores da independência. E é por isso que eles aparecem, às vezes, tão apagados e denegridos com a pecha infame do separatismo.”<sup>965</sup>*

Um conjunto de fatores elencados por Vargas teria provocado o rompimento com o governo da corte. Primeiramente, segundo Vargas, as questões econômicas, derivado ao peso de tributos que não retornavam para a província para atender às necessidades locais. Fatores externos, como a “*Revolução do Equador*” e nacionais, como a crise financeira do Império, teriam “*aquecido o ambiente favorável para provocar a explosão das paixões*” farroupilhas. O que importava para Vargas era atribuir um caráter nacional à Revolução Farroupilha, assim como todos os outros “*movimentos profundamente nacionalistas*”. No fundo, a idéia que ascende é uma severa crítica aos regionalismos, aqui vistos como sendo empecilhos à coesão nacional. O regionalismo, para esta análise, constituía-se como uma imagem insuportável da pátria partida e um entrave à construção de uma nação una e consciente enquanto tal. A contrapartida da negação regional, daí uma certa nacionalização dos movimentos republicanos e regionalistas do século XIX, é a afirmação da integridade do corpo pátrio, que se manteve uno e indiviso. O regionalismo, por sua vez, seria um mal que trazia a baila à ameaça da desintegração, da organicidade nacional, da unidade cívica, da coletividade. Ademais, o regionalismo, para Vargas, seria o entrechoque dos interesses nacionais e facciosos, institucionalmente representados nas oligarquias. O “*caciquismo*” seria o charco lodoso onde chafurdavam as veleidades pessoais, enoveladas na “*crise do antigo regime*” liberal, que “*arrastava a sociedade à instabilidade e à conseqüente desorganização das forças produtivas*”.<sup>966</sup>

Vargas evocava a força de um momento pretérito em que, segundo ele, havia elementos capazes de justificar os caminhos percorridos no passado mais próximo. Sua

---

<sup>965</sup> Diário Oficial do Rio Grande do Sul, 21-09-1935.

<sup>966</sup> Jornal: Diário de Notícias, 21-09-1935.

narrativa sobre a Revolução Farroupilha apresentava a Pátria constituída pela “*força da condução centralizadora*”. Para ele, à memória “*gloriosa*” dos farroupilhas, “*exprimindo profunda fé nos altos destinos*” da Nação, representava a finalidade em que Governo deveria envidar. O orador apresentava uma colagem de vários momentos, como um fluxo contínuo de passagens que deveriam ser mantidas na memória. Textualmente, o chefe da nação afirmava que as condições presentes eram derivadas daquela realidade passada. Constata uma linearidade épica e harmoniosa, marcada pelo triunfo da Revolução Farroupilha e sua fiel herdeira, a Revolução de 30:

*“Atravessávamos período que, sob muitos aspectos, repetia a situação política de 1835. O regime se abastardara, desfigurado pelos corrilhos partidários e amolecido no seio das oligarquias imperantes. O caciquismo instalado no poder distribuía os benefícios públicos seguindo a lista das preferências domésticas. Em crise a economia da nação, em crise a estrutura do regime, desesperava-se e ao mesmo tempo, anelava-se por uma reação saneadora. Desprezando o comodismo das situações criadas, saltando sobre todas as conveniências de ocasião, o povo riograndense ergueu-se de novo, como um só homem, para combater pela boa causa – pela causa que transformou o Brasil de norte a sul num campo de insurreição reivindicatória, tão espontânea e empolgante, que ficará sendo o primeiro movimento em que a nação pode sentir-se a si mesma, em toda a plenitude da sua vitalidade cívica, moça e impetuosa.”<sup>967</sup>*

A narrativa de Vargas encetava a comparação dos movimentos revolucionários, associando-os numa idéia de linhagem e de descendência da “*heróica estirpe farroupilha*”. Vesentini observa que Vargas operava mecanismos capazes de afirmarem a “*Revolução de 30*” como um “*marco*” vencedor contra o sistema oligárquico. Contra este sistema, “*erige em administração, instaura como poder legítimo*” e assume-se “*claramente como expressão da consciência cívica de todo o povo, resultado da unidade e da vontade geral*”.<sup>968</sup>

---

<sup>967</sup> Jornal: Diário de Notícias, 21-09-1935.

<sup>968</sup> VESENTINI, Carlos Alberto. op. cit. p. 133.

Esta mesma proposição podemos identificar no discurso de Vargas por ocasião das comemorações do Centenário Farroupilha. Vargas apresentava a “Revolução de 30” como um “*espetáculo memorável*”, em que o Rio Grande do Sul “*declara-se de pé pelo Brasil.*” Um “*só homem*”, reunindo a “*vitalidade cívica*”, deveria afastar os “*corrilhos partidários*” da administração do país, e guiar os “*altos destinos da nossa pátria*”. A “Revolução de 30”, como aponta Vesentini, torna-se uma realização coletiva que instaura a “*idéia como fato, que constitui a memória do vencedor e a idéia imprescindível para o efetivo controle do poder político.*”<sup>969</sup> Com este objetivo, Getúlio Vargas, nos discursos realizados nas festividades do Centenário Farroupilha em Porto Alegre, localiza e situa 1930, não somente como uma aspiração e empreendimento coletivo, “*espontâneo e empolgante*”, mas também como uma “*reação saneadora*” de um regime “*amolecido*”.<sup>970</sup> A administração de Vargas se colocava, dessa forma, como austera, autônoma e que mantinha a estabilidade. Tais características seriam condições necessárias para o progresso material da sociedade e que derivariam da excelência moral do chefe da nação. Para Vargas, qualquer forma de contestação da administração federal seria uma ameaça de retorno ao corrompido sistema oligárquico que “*foi marca característica da República Velha*”, um tempo que teria se esgotado na sua própria decadência inexorável.

Não se trata de retomar a “Revolução de 30”, mas reafirmá-la como um projeto nacional, “*onde a nação pôde sentir-se a si mesma*”. Para Vargas, a “Revolução de 30” objetivou a consecução da “*insurreição reivindicatória*” de 1835, identificando esta como expressão legítima da nacionalidade. Novamente os perigos internos do “*caudilhismo*” e as ameaças de dominação externa asfixiavam “*todas as possibilidades de expansão de desenvolvimento do progresso*”. A obra de 1930 visava, então, avançar “*anelada a uma população numerosa física e intelectualmente forte*”, ao devir próspero da nação.<sup>971</sup>

Vargas ressuscita os heróis do passado, representando-os engalanados de “*honra e altivez*”. Em outro texto não publicado nos jornais do Rio Grande do Sul, Vargas dizia não ser necessário “*justificar*” sua presença no ato inaugural das festividades comemorativas do

---

<sup>969</sup> VESENTINI, Carlos Alberto. op. cit. p. 137.

<sup>970</sup> Jornal: Jornal da Manhã, 20-09-1935.

<sup>971</sup> Jornal: Diário de Notícias, 17-09-1935.

primeiro centenário da Revolução Farroupilha. Na “*qualidade de riograndense*” e “*sempre identificado com os sentimentos e as tradições da terra*” onde nasceu, o presidente reafirmava a “*significação nitidamente brasileira do memorável acontecimento*”.<sup>972</sup> Para Vargas, no passado houve um tempo em que se duvidava do “*caráter e objetivos da revolução de 35*”. Tal consideração foi transposta, segundo ele, devido a um “*processo feito pelos historiadores e a prova da documentação trazida a público*” que afastou qualquer acusação de “*desagregação da Pátria*”. Desde que não fosse de “*má fé*”, não seria possível aventar tal hipótese, pois os “*homens da década farroupilha*” combateram pela “*integridade da nação*”. Com o objetivo evidente em maximizar a “*Revolução Farroupilha como um movimento nacionalista*”, Getúlio Vargas engendrava, em seu ensaio, a tese da “*conquista e manutenção do território*”. Para Vargas

*“O Rio Grande do Sul fora por muito tempo de lutas renhidas para manter intacta a posse do extremo sul do nosso território e alargar-lhe as fronteiras. Por isso era considerado apenas como um campo de batalha hoje um acampamento para o choque das guerras platinas resultantes das lutas de conquista das colônias herdadas pelo Império.”*<sup>973</sup>

Assim, para Vargas, o riograndense desenvolveu “*a sua atividade pastoril num meio permanentemente aquecido pelas guerras, educou prematuramente a sua mentalidade dentro de uma noção larga e democrática*”. Dessa feita, o autor compõe o tema, o ambiente e as personagens, preconizando os “*antecedentes, as causas preparadoras, as condições políticas do movimento farroupilha*”. Para Getúlio Vargas o “*primeiro problema que se plantiou para as novas instituições*” advindas com a independência e a instituição da monarquia, “*foi o de amoldar as tendências nitidamente descentralizadoras da nação emancipada*”.<sup>974</sup>

---

<sup>972</sup> Discurso pronunciado por ocasião das comemorações relativas ao 1º Centenário da Revolução Farroupilha. Texto não publicado e sem título. G. D. p. 35.09.00.

<sup>973</sup> Discurso pronunciado por ocasião das comemorações relativas ao 1º Centenário da Revolução Farroupilha. Texto não publicado e sem título. G. D. p. 35.09.00.

<sup>974</sup> Discurso pronunciado por ocasião das comemorações relativas ao 1º Centenário da Revolução Farroupilha. Texto não publicado e sem título. G. D. p. 35.09.00.

A “*crise do sistema*” foi, nesse sentido, “*refletida no extremo sul*” que aproveitando a propaganda federalista, “*desdobrou-se intensamente no descontentamento resultantes do abandono em que se achavam os interesses e a administração da província*”. Vargas afirmava que o movimento era o resultado da “*desesperança, no regime e o desejo de modifica-lo não só para o Rio Grande como para todo o Brasil*”. Getúlio Vargas dizia que o movimento, “*desfraldando a bandeira do federalismo, os revolucionários atendiam imediatamente ao império dos fatos políticos e, proclamando a república, apenas antecipavam a realização de um ideal generalizador*”. O escopo documental, em que Vargas procurava sustentar a idéia a qual denotava o movimento como “*o mais heróico e um dos mais brilhantes esforços em prol da república federativa do Brasil*”, perfazia desde “*cartas e correspondências*” em que os farroupilhas afirmavam o “*desejo de manter a união com as demais Províncias do Brasil*”, até o manifesto de 1838 assinado por Bento Gonçalves. Assim, pois, para confirmar sua tese, Vargas recorre à “*farta e preciosa documentação*”, pretendendo revestir seu discurso de legitimidade e confirmada veracidade.<sup>975</sup> Eis com que dorida afirmação Vargas cingia a Revolução Farroupilha como “*profundamente brasileira*”, mas afastava, com isso, quaisquer elogios à autonomia regional e liberdade governamental de Flores.<sup>976</sup>

---

<sup>976</sup> Discurso pronunciado por ocasião das comemorações relativas ao 1º Centenário da Revolução Farroupilha. Texto não publicado e sem título. G. D. pi 35.09.00.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos, nos três primeiros capítulos, trabalhar a construção da liderança política de Flores da Cunha, no período em que governou o Estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1930 e 1937. Nossa preocupação foi perceber e detalhar, sobretudo através da correspondência, os embates políticos engendrados tanto no campo da administração da burocracia do Estado, quanto das disputas entre os partidos estaduais. Desse modo, buscamos compreender as diversas situações e circunstâncias as quais Flores da Cunha vivenciou no campo da prática política. Ao analisarmos a trajetória de Flores durante sua administração governamental, procuramos discutir as incertezas e as contradições dos arranjos e dos debates políticos daquele período.

Buscamos analisar a mediação ou mesmo os conflitos entre Flores da Cunha e diversos atores políticos. A trajetória política de Flores, evidentemente, também foi construída por outros agentes sociais que não estavam diretamente envolvidos com os partidos políticos – PRR, PL e PRL. Com isso, ampliamos nossa pesquisa investigando, por exemplo, as cartas enviadas por ferroviários, bancários, agricultores e professoras. Buscamos através desses documentos compreender o alcance e as manobras políticas de Flores no encaminhamento de solicitações e pedidos ao Governo Federal.

O cerceamento dos jornais, a perseguição e o exílio das principais lideranças da FUG constituíram-se como medidas frequentes durante o governo de Flores da Cunha. Todavia, essa política arbitrária e repressora não isolou completamente o Governo do Rio Grande do Sul ou mesmo fechou o canal de diálogo e as “*démarches*” entre aquele e os líderes do PRR e do PL. Parece-nos que Flores, no exercício da prática política, não titubeou em procurar resoluções aos impasses gerados com a oposição e, sobretudo com o Governo Federal. A movimentação dos “*corpos provisórios*” em 1936, por exemplo, pode ser pensada como uma entre tantas medidas tomadas por Flores para manter-se à frente da máquina do governo estadual.

Procuramos no quarto capítulo refletir sobre a relação entre o IHGRS e Flores . O intelectuais daquela instituição tiveram um papel fundamental na construção e reafirmação da idéia de “*autonomia federativa*”. Esses intelectuais, como vimos, foram chamados para ocupar diversos cargos na administração estadual, ora como Secretário de Saúde e Educação como foi Othelo Rosa, ora como Secretário da Fazenda como foi Lindolfo Collor. Não obstante, Flores procurou constantemente se valer do “*discurso oficial e legítimo*” do IHGRS para demonstrar sua “*defesa do federalismo*”. Deste modo, tanto a correspondência destes intelectuais como a Revista do IHGRS serviram ao nosso propósito de investigar a relação de Flores com esta agremiação e as teses defendidas em torno da “*ação constructora da nação envidada*” pelo Rio Grande do Sul.

Finalmente, no 5º capítulo analisamos a organização e as festividades do Centenário Farroupilha. Neste evento, evidenciamos mais contundentemente as relações entre Flores da Cunha e o IHGRS na medida em que os intelectuais dessa instituição participaram da administração dos festejos. Além disso, foi possível percebermos as estratégias utilizadas por Flores na formulação de uma “*memória do seu governo*” através dos discursos pronunciados nas inaugurações e em todo o processo de reformulação urbana da cidade de Porto Alegre. O investimento na construção de obeliscos, na confecção de medalhas e selos, na inauguração da estátua equestre de Bento Gonçalves demonstram como Flores procurou se valer dessa “*feita*” para mostrar nacionalmente as “*conquistas materiais do Rio Grande do Sul*”.

A trajetória política de Flores da Cunha não se encerra com o exílio no Uruguai. Em nossa pesquisa encontramos, por exemplo, diversas cartas em que o ex-governador denunciava “*as medidas autoritárias*” do Governo Federal. Flores acompanhou de perto a decretação do Estado Novo em 1937 e permaneceu, até o final de 1945, inteirado da política nacional. Mesmo muito tempo depois, já com 70 anos de idade, Flores mantinha sua antiga desavença com Vargas. Góes Monteiro, em fevereiro de 1950, envia uma carta a Getúlio Vargas e afirma que “*no Rio Grande do Sul excetuando o Sr. Oswaldo Aranha,*



*com todos os seus defeitos e suas grandes qualidades, deve o Dr. Getúlio saber que tem inimigos rancorosos, como o Sr. Flores da Cunha e outros que dispense enumerar”.*<sup>977</sup>

---

<sup>977</sup> Carta de Góes Monteiro a Getúlio Vargas, 13-02-1950.

**BIBLIOGRAFIA**

ABREU, Alzira Alves de. et all. Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. A construção da verdade autoritária. São Paulo: Humanitas/USP, 2001.

ALVES, Paulo. O Poder judiciário no Estado Novo (1937-1945).In.: Revista HISTÓRIA, v. 12, São Paulo, 1993.

ANSART, Pierre. História e Memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia, In: Memória e (res) sentimento, Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

ANSART-DOURLEN, Michèlle. Rosseau e a ideologia jacobina. In.: SEIXAS, Jacy; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion. (orgs). Razão e paixão na política. Brasília: Ed. UnB. 2002.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Ronda Noturna. Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. Estudos Históricos, n.º 1 Rio de Janeiro.

AXT, Gunter; SCHÜLER, Fernando. (orgs). Intérpretes do Brasil: Ensaio de Cultura e Identidade. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004,

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In.: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda. V. 5, 1995.

BASTOS, Maria Helena Câmara. CUNHA, Maria Teresa Santos. MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (orgs). Destinos das Letras: História, educação e escrita epistolar. Passo Fundo: Ed. UPF, 2002.

BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da.; FORTES, Alexandre; Culturas de Classe: Identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.

BORGES, Vavy Pacheco. História e Política: laços permanentes. In.: Revista Brasileira de História, nº23/24, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1992.

\_\_\_\_\_. História Política: Totalidade e Imaginário. In.: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV, nº 17, 1996.

\_\_\_\_\_. Tenentismo e revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996.

BRESCIANI, Maria Stella. CHIAPPINI, Ligia. (orgs.) Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2002, pp. 39-51.

\_\_\_\_\_. A casa em Gilberto Freyre: síntese do *ser* brasileiro? In.: CHIAPPINI, Ligia. BRESCIANI, Maria Stella. (orgs.) Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. Identidades inconclusas no Brasil do século XX – Fundamentos de um lugar-comum. In.: BRESCIANI, Stella. NAXARA, Márcia (orgs.). Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. NAXARA, Márcia. (orgs.) Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. NAXARA, Márcia. (orgs.) Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

BURKE, Peter. Variedades de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CALLARI, Cláudia Regina. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. In.: Revista Brasileira de História: Estado e Controle Social, São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, v. 21, n.º 40, 2001.

CAMARGO. Aspásia et all. O golpe silencioso. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CAMPOS, Derocina Alves. Federalismo versus centralização: a década de 1930 no Rio Grande do Sul. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001.

CAPELATO, Maria Helena Rolin. Multidões em cena: Propaganda Política no varguismo e no peronismo. Campinas, SP: Papirus, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Roger Chartier e a História Cultura: a noção de *representação* 1998. (texto mimeo).

CARVALHO, Marta M. C. de. A escola e a república. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CASTRO, Maria Helena de Magalhães. O Rio Grande do Sul no Pós-30: de Protagonista a coadjuvante. In.: GOMES, Ângela de Castro (orga.) Regionalismo e centralização política: Partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

CAVALCANTE, Berenice. As esperanças que não morrem: política e cultura na sociedade brasileira na década de 40. In: Revista de História das Ideias. Lisboa: Ed. Universidade de Coimbra, 1989.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1998.

\_\_\_\_\_. L'homme de lettres. In: VOVELLE, Michel. L'homme des lumières. Paris: Seuil, 1996.

\_\_\_\_\_. (Dir.) La Correspondence: les usages de la lettre au XIX e siècle. (S.I.): Fayard, 1991.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade:Ed. UNESP, 2001.

CHOR, Marcos. O Anti-Semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945). In.: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 1, 1988.

CODATO, Adriano Nervo. Estrutura de poder e mecanismos político-burocráticos do Estado Novo. Anais do Simpósio Nacional de História – ANPUH, Florianópolis, 1999.

COLUSSI, Eliane. Estado Novo e municipalismo gaúcho. Passo Fundo: UPF, 1996.

CONNERTON, Paul. Como as sociedades recordam. Oleiras: Celta Editora, 1993.

D'ALESSIO, Márcia Mansor. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. A Esfera do Político na produção acadêmica dos Programas de Pós-Graduação (1985-1994). In.: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro:FGV, nº 17, 1996.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre o Saber Histórico. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

DA SILVA, Helenice Rodrigues. Entre Memória e História em Paul Ricouer. In.: LOPES, Marcos Antônio (orgs.) Grandes nomes da história intelectual. São Paulo: Contexto, 2003.

DE LUCA, Tania Regina. A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

DE LUCA, Tânia Regina. São Paulo e a construção da identidade nacional. In.: FERREIRA, Antonio Celso. IOKOI, Zilda Gricoli. DE LUCA, Tânia Regina. (orgs.) Encontros com a história: Percursos Históricos e historiográficos de São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

DÉLOYE, Yves. Sociologia histórica do político. Bauru: EDUSC, 1999.

DIAS, Carlos Gilberto Pereira. “Antonio Chimango no limiar da velhice”(Apontamentos sobre a trajetória política de Borges de Medeiros: 1928-1934). Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

DUTRA, Eliana de Freitas. *O Ardil Totalitário: Imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

EDELMAN, Murray Jacob. *Constructing the political spectacle*. Chicago: Chicago University, 1988.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil. O imaginário popular 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “*velha história*”: O retorno da história política. In.: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, 1992.

FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: SESC: Annablume, 1997.

FREITAS, Marcos Cezar (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.

GOMES, Ângela de Castro (org.) *Escrita de Si, Escrita da história*. GOMES, Ângela de Castro. *Em Família: correspondência entre Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. OLIVEIRA. Lúcia Lippi, VELLOSO. Mônica Pimenta. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. São Paulo: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. DIAS, José Luciano de Mattos. MOTTA, Marly Silva da. *Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994.

\_\_\_\_\_. (org.) *Capanema: o Ministro e seu Ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

\_\_\_\_\_. (org.) *Escrita de Si Escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. OLIVEIRA. Lúcia Lippi, VELLOSO. Mônica Pimenta. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. São Paulo: Zahar, 1982.

GRAHAM, Richard. “Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre Classe, Cultura e Estado.” In.: Diálogos – Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR: v. 5, n° 1, 2001.

GUIMARÃES. Dulce Maria Pamplona, Estado Novo, Festa e Memória. In.: Revista História, São Paulo, 1995.

HARDMAN, Francisco Foot. Trem fantasma: a modernidade na selva. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

HAROCHE, Claudine. O que é um povo? Os sentimentos coletivos e o patriotismo do final do século XIX. In.: SEIXAS, Jacy A. BRESCIANI, Maria Stella, BREPOHL, Marion. (orgs.) Razão e paixão na política. Brasília:Ed. da UnB, 2002.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Felinto Muller. In.: Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV, 10(19):41-66, 1997.

HOBBSAWM. Eric. RANGER. Terence. (orgs.) A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JANCSÓ, István, PIMENTA, João Paulo G., Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. In.: MOTA, Carlos Guilherme. Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000), São Paulo:Ed. SENAC, 2000.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. Os Rituais de Tombamento e a Escrita da História: Bens tombados no Paraná entre 1938-1990. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

KNAUSS, Paulo. O Descobrimento do Brasil em escultura: Imagens do civismo. In.: Revista Projeto História: Sentido da Comemoração, n° 20, São Paulo: EDUC, 2000.

KOFES, Suely. Uma trajetória, em narrativas. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: Moderno, modernista, modernização. In.: LORENZO, Helena Carvalho De. COSTA, Wilma Peres da. (orgs.). A década de 1920 e as origens do Brasil Moderno. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

LE GOFF, Jacques. História e memória. 5° ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2003.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In.: BLOCH, Marc. Os Reis Taumaturgos. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

LE GOFF. Jacques. História: Novos objetos. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989.

LEFEVBRE, Henri. La presencia y la ausencia - contribución a la teoria de las representações. Fondo de Cultura Economica, México, 1981.

LEMOS, Renato Luis do Couto e. Bem traçadas linhas - a história do Brasil em cartas pessoais (org.). Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

LENHARO, Alcir. Sacralização da Política, 2ª Ed. Campinas: Papirus, 1986.

LORENZO, Helena Carvalho De. COSTA, Wilma Peres da. (org.) A década de 1920 e as origens do Brasil moderno. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

LOVE, Joseph. "O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha". In: História Geral da Civilização Brasileira. Vol. III - O Brasil Republicano (Estrutura de poder e economia 1889-1930). FAUSTO, Boris (org.). 4.ª ed. São Paulo, DIFEL, 1985.

\_\_\_\_\_. O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975.

MAGALHÃES, Marionilde Brephol de. Pangermanismo e Nazismo: A trajetória alemã rumo ao Brasil. Campinas: Ed. UNICAMP/FAPESP, 1998.

MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca do seu território. In.: JANCSÓ, István. (org.) Brasil: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec, Ed. UNIJUÍ, Fapesp, 2003.

MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado: 1920-1945. Rio de Janeiro: Lucerna, FAPERJ, 2002.

FERREIRA, Antonio Celso; LUCA, Tânia Regina; IOKOI, Zilda Gricoli (orgs.); Encontros com a História: Percursos históricos e historiográficos de São Paulo. São Paulo: UNESP, 1999.

FERREIRA, Antonio Celso; LUCA, Tânia Regina; IOKOI, Zilda Gricoli (orgs.); Encontros com a História: Percursos históricos e historiográficos de São Paulo. São Paulo: UNESP, 1999.

MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). São Paulo: Difel, 1979.

MOTA, Carlos Guilherme. Viagem Incompleta: A experiência brasileira. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

\_\_\_\_\_. Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974). São Paulo: Ática, 1978.

NICOLET, Claude. L'ídée républicaine en France. Paris: Gallimard, 1982.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Sales. O Museu Paulista da USP e a Memória da Independência. Cad. Cedes, Campinas, v. 22, 2002.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. GOMES, Ângela de Castro. VELLOSO, Mônica Pimenta. Estado Novo: Ideologia e Poder, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

\_\_\_\_\_. Tradição e Política: O pensamento de Almir de Andrade. In.: GOMES, Ângela de Castro. VELLOSO, Mônica Pimenta, OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. Estado Novo: Ideologia e Poder, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

PAOLI, Maria Célia. Os Trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira, Comunicação n° 7- Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, 1983.

PAULILO, André Luiz. Aspectos políticos das reformas da instrução pública na cidade do Rio de Janeiro durante os anos de 1920. In.: Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 23, n° 46.

PECHMAN, Robert Moses. Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. República Velha Gaúcha: Charqueadores, Frigoríficos, Criadores. Porto Alegre: Movimento, 1980.

\_\_\_\_\_. A economia e o poder nos anos 30. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

\_\_\_\_\_. Fronteiras do milênio. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

PLUM, Werner. Exposições Mundiais no Século XIX: Espetáculos da Transformação Sócio-Cultural. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979.

POCOCK, J. G. A. (org) Linguagens do ideário político. São Paulo: EDUSP, 2003.

RANGEL. Carlos Roberto da Rosa. Crime e castigo – conflitos políticos no Rio Grande do Sul (1928-38). Passo Fundo: UPF, 2001.

REIS, José Carlos. A História, entre a Filosofia e a Ciência. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RÉMOND, René. (org.) Por uma história política. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

CHAUVEAU, Agnès et TETART, Philippe. (org.). Questions à l'histoire des temps presents. Paris: Editions Complexes, 1992.

RENAN, Ernest. Que es una nación?; Cartas a Strauss. Estudio Preliminar notas de Andres de Blas Guerrero. Madrid: Alianza Editorial, 1987.



RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. Memória em Bronze: Estátua Equestre de D. Pedro I. In.: KNAUSS, Paulo. (org.) Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

RIEGL, Alois. Le culte moderne des monuments. Paris: Seuil, 1984.

ROBBE-GRILLET, A. Lê miroir que revient. Paris, 1984.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político (nota de trabalho). In.: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, v. 15, 1995.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. A praça pública e a liturgia política. In.: Cad. Cedes, Campinas, v. 22, 2002.

\_\_\_\_\_. Imagens do Brasil: entre a natureza e a história. In.: JANCSÓ. István (org.). Brasil: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: HUCITEC; Ed. UNIJUÍ; FAPESP, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870- 1930. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. Tempos de Capanema, São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SEGAWA, Hugo. Arquiteturas no Brasil 1900-1990. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1999.

SEIXAS, Jacy; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHL, Marion. (orgs). Razão e paixão na política. Brasília: Ed. UnB. 2002.

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/ comemoração: as utilizações sociais da memória. In.: Revista Brasileira de História, São Paulo, v 22 n° 44, 2002.

SIRINELLI, Jean François. In.: BÉDARIDA, L’histoire et le métier d’historien em France, 1995.

SOUSA, Cynthia Pereira de. Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens: a política social de Getúlio Vargas. In.: GOMES. Ângela de Castro, (org.). Capanema: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo, São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

TÉTART, Philippe. Pequena história dos historiadores. Bauru: EDUSC, 2000, p. 128.

THIESSE, Ane-Marie. La création des identités nationales: Europe XVIII-XX siècle. Paris: Seuil, 1993.

TRINDADE, Hélió. (org.) Revolução de 30: Partido e Imprensa Partidária no RS (1928-1937). Porto Alegre: Erus, 1983.

\_\_\_\_\_. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937) : da confrontação autoritário-liberal à implosão da aliança político-revolucionária de 30. In.: RS: economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

VARGAS, Getúlio. Diário: 1930-1936. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV, v. 1, 1995.

VESENTINI, Carlos Alberto. A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a Memória História. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

VICENT-BUFFAULT, Anne. Da Amizade: Uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

VOVELLE, Michel. História e representação. In.: D'ALESSIO, Márcia Mansur. Reflexões sobre o Saber Histórico. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

WEHLING, Arno. A Invenção da História: Estudos sobre o Historicismo. Rio de Janeiro: Ed. da Universidade Gama Filho; Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1994.

\_\_\_\_\_. Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WOLFE, Joel. "Pai dos pobres" ou "Mãe dos ricos"?: Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. In.: Revista Brasileira de História: Brasil 1954-1964. São Paulo: ANPUH-Marco Zero, 1994.

## **TESES**

ABREU, Luciano Aronne de. RS estadonovista: interventores e interventorias. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

AXT, Gunter. Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade São Paulo, São Paulo, 2001.

BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Um lugar de memória para a Nação. O museu paulista reinventado por Affonso d'Escragnoille Taunay (1917-1945). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

CAMPOS, Cynthia Machado. A política da língua na era Vargas: proibições do falar alemão e resistências no sul do Brasil. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

DIAS, Carlos Gilberto Pereira. "Antonio Chimango no limiar da velhice"(Apontamentos sobre a trajetória política de Borges de Medeiros: 1928-1934). Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

ELIAS, Maria José. Museu Paulista: Memória e História. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, USP, 1996.

FÁVERI, Marlene de. Memórias de uma (outra) guerra: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da UFSC. Florianópolis, 2002.

FERREIRA NETO, Maria Cristina Nunes. Memória, política e negócios: a trajetória de Theófilo Benedicto Ottoni. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Unicamp. Campinas, 2002.

FREIRE, Américo. Uma capital para a República: poder federal e forças políticas locais no campo político carioca. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada "geração de 1907". Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política da UFRGS, 1998.

KNAUSS, Paulo. Imagens Urbanas e poder simbólico: esculturas e monumentos públicos nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

LEHMKUHL, Luciene. Entre a Tradição e a Modernidade: o *Café* e a imagem do Brasil na Exposição do Mundo Português. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Cultura da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. Memória de Si, História dos Outros: Jerônimo Arantes, educação, história e política em Uberlândia nos anos de 1919 a 1961. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Unicamp. Campinas, 2004.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Ecos da política: a capital federal, 1892-1902. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MARTINS, Giselle Venâncio. Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. Os Afrescos nos Trópicos: Portinari e o Mecenato Capanema. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

PIRES JÚNIOR, Sidney Oliveira. Embates de um Intelectual Modernista: Papel do Intelectual na correspondência de Mário de Andrade. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

RAIMUNDO, Silvia Lopes. A invenção do Mito do Bandeirante: Tradição e Pensamento Regionalista na Historiografia Paulista das décadas de 1920-1930. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP: São Paulo, SP, 2001.

REZNIK, Luis. Tecendo o amanhã. A história do Brasil no ensino secundário: Programas e livros didáticos 1931 a 1945. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, 1992.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. A pátria e flor: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840-1930. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, Capinas, 2002.

SCHEMES, Cláudia. As festas cívicas e esportivas no populismo. Um estudo comparado dos governos Vargas (1937-1945) e Perón (1946-1955). Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SILVA, Paulo Santos. Luta Política, Intelectuais e Produção do Conhecimento Histórico – Bahia (1930-1949). Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SOARES, Sônia Regina Pinto. Joaquim Noberto de Souza Silva: Historiador – um olhar sobre Minas Gerais Colônia. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

## FONTES

**1. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC – FGV**

Pasta	Identificação
FC (Flores da Cunha)	FC dp1918.03.01
FC (Flores da Cunha)	FC tp 1930.11.08
FC (Flores da Cunha)	FC tp 1931.01.29
FC (Flores da Cunha)	FC tp 1931.11.18
FC (Flores da Cunha)	FC tp 1932.00.00
FC (Flores da Cunha)	FC tp 1932.01.08
FC (Flores da Cunha)	FC tp 1933.01.18
FC (Flores da Cunha)	FC tp 1933.03.17
FC (Flores da Cunha)	FC tp 1935.06.22
FC (Flores da Cunha)	FC tp 1935.02.26
FC (Flores da Cunha)	FC tp 1935.04.10
FC (Flores da Cunha)	FC tp 1936.01.02
FC (Flores da Cunha)	FC-6f
GV (Getúlio Vargas)	GV c 1933.06.13
GV (Getúlio Vargas)	GV c 1934.09.15/2
GV (Getúlio Vargas)	GV c 1934.03.07/1
GV (Getúlio Vargas)	GC c 1934.10.02/1
GV (Getúlio Vargas)	GC c 1934.07.03
GV (Getúlio Vargas)	GC c 1935.04.04
GV (Getúlio Vargas)	GC c 1935.11.13
GV (Getúlio Vargas)	GV c 1936.09.30/1
GV (Getúlio Vargas)	GV c 1935.03.23
GV (Getúlio Vargas)	GV c 1935.03.27/1
GV (Getúlio Vargas)	GV c 1935.10.20
GV (Getúlio Vargas)	GV c 1935.11.13

GV (Getúlio Vargas)	GV c 1935.12.22
GV (Getúlio Vargas)	GV c 1935.12.25/2
LC (Lindolfo Collor)	LC c 1934.03.00/5
LC (Lindolfo Collor)	LC c 1934.03.15
LC (Lindolfo Collor)	LC c 1934.05.01/1
LC (Lindolfo Collor)	LC c 1935.12.00
LC (Lindolfo Collor)	LC c 1935.12.30/5
LC (Lindolfo Collor)	LC pi 00.00.00/6
OA (Oswaldo Aranha)	AO cp 1935.02.07

## 2. Arquivo Nacional

Fundo Gabinete Civil da Presidência da República (caixas 25 e 100)

Correspondência Expedida - 1.475 - 1930 a 1937.

## 3. Biblioteca Nacional

Catálogo da Exposição do Centenário Farroupilha - 1935

## 4. Museu de Comunicação Social Hipólito da Costa

Jornal A Federação – 1930 – 1937.

Jornal Correio do Povo – 1930 – 1937.

Jornal Diário Liberal – 1930 – 1937.

Jornal A Manhã – 1930 -1937.

## 5. Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – IHGSC

Revista do IHGRS – 1921- 1937.

## 6. Museu Histórico Moisés Velinho

Pasta	Sub-divisão
1. Funcionamento Geral	
2. Divulgação da Exposição	
3. Instituições Privadas Nacionais e Internacionais	
4. Empresas Privadas	

5. Clubes, associações, centros e sindicatos	
6. Particulares	
7. Organizadores	
8. Consulados	
9. Órgãos públicos federais e municipais	
10. Municípios do RS	
11. Vantagens aduaneiras, franquias, taxas, passagens	
12. Organização de alojamentos	
13. Campanha publicitária	
14. Agradecimentos, congratulações, convites	
15. Construção dos prédios e pavilhões, materiais, som	
16. Correspondências sobre a construção dos prédios, pavilhões, materiais, som, valor do ingresso, áreas de divertimento	
17. Plantas	
18. Concursos para cartazes	
19. Designação de delegados, outros organizadores, convocações e organização de seções	
20. Relatórios	
21. Pedidos de informações sobre stands, inscrições, exposição e	

outros	
22. Atividades de recreação e área de alimentação	
23. Comunicados de viagem	
24. Programação e organização protocolar	
25. Competições de esporte	
26. Participantes da exposição	
27. Encomendas	
28. Produtos para exposição	
29. Pagamentos e despesas	
30. Regulamentos	
31. Monumento ao Bento Gonçalves	
32. Apresentação de contas	
33. Listagem de premiações	
34. Catálogos das exposições dos pavilhões estaduais	
35. Artigos de jornais	
36. Funcionamento do pavilhão cultural	
37. Programas	
38. Relatórios	
39. Catálogos	
40. Seção de imprensa e do livro	



41. Divulgação do pavilhão cultural	
42. Reclamações	
43. Equipamentos para o funcionamento do pavilhão cultural	
44. Agradecimentos e congratulações	
45. Informações sobre inscrições e funcionamentos do pavilhão	
46. Repasse de dinheiro	
47. Reivindicações dos expositores	
48. Diversos	
49. Organização das diversas seções	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Correios, telégrafos, rádio.</li> <li>2. Esportes</li> <li>3. Instrução pública e privada</li> <li>4. Ciências</li> <li>5. Arquivos particulares</li> <li>6. Imprensa, literatura e livros riograndenses.</li> <li>7. Música</li> <li>8. Arquitetura e escultura</li> <li>9. Filatélia e numismática</li> <li>10. História, geografia, literatura e militares.</li> <li>11. Pintura, fotografia e cinema.</li> <li>12. História natural</li> </ol>

50. Funcionamento do pavilhão rural	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Catálogos do pavilhão rural</li> <li>2. Avicultura</li> <li>3. Exposição das flores</li> <li>4. Pecuária</li> </ol>
51. Divulgação e solicitação de apoio	
52. Informações sobre procedimentos gerais	
53. Agradecimentos, congratulações e convites	
54. Designação de delegados, representantes e membros para a comissão julgadora	
55. Transporte de produtos e animais	
56. Produtos agrícolas expostos	
57. Inscrições de produtos agrícolas	
58. Diversos	

### **7. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul - IHGRS**

Atas das Reuniões do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – IHGRS – 1921-1937.

### **8. Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul – AHERS**

Correspondência Expedida

Palácio do Piratini – 1931-1937